

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

Giovane Pazuch

**Imigração italiana na colônia de Silveira Martins:  
cotidiano, deslocamento, cultura e sociabilidade  
(Rio Grande do Sul, 1877-1920)**

Doutorado em História

São Paulo  
2020

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
PUC-SP

Giovane Pazuch

**Imigração italiana na colônia de Silveira Martins:  
cotidiano, deslocamento, cultura e sociabilidade  
(Rio Grande do Sul, 1877-1920)**

Doutorado em História

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Izilda Santos de Matos.

São Paulo  
2020

Giovane Pazuch

**Imigração italiana na colônia de Silveira Martins:  
cotidiano, deslocamento, cultura e sociabilidade  
(Rio Grande do Sul, 1877-1920)**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em História Social, sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Izilda Santos de Matos.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

---

---

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, e da PUC-SP, sob o contrato n.º 88887.149759/2017-00.

This work was carried out with the support of the Higher Education Personnel Improvement Coordination - Brazil (CAPES) – Financing Code 001, and PUC-SP, under contract n.º 88887.149759/2017-00.

## AGRADECIMENTOS

Ergo um monumento de gratidão perpétua à/ao:

- Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Izilda Santos de Matos, pela orientação da tese e pela sugestão das fontes, bibliografia e correções.
- Professora Dr.<sup>a</sup> Yvone Dias Avelino, pela participação nas Bancas de Qualificação e de Defesa da tese, suas correções e sugestões de imagens.
- Professor Dr.<sup>o</sup> Oswaldo Truzzi, pela participação nas Bancas de Qualificação e de Defesa da tese, suas correções e sugestões de temas.
- Professora Dr.<sup>a</sup> Maíra Ines Vendrame, pela participação na Banca de Defesa da tese.
- Professor Dr.<sup>o</sup> Wagner Lopes Sanchez, pela participação na Banca de Defesa da tese.
- Professora Dr.<sup>a</sup> Arlete Assumpção Monteiro, por integrar a Banca de Defesa da tese.
- Professor Dr.<sup>o</sup> Edgar da Silva Gomes, por integrar a Banca de Defesa da tese.
- Professora Dr.<sup>a</sup> Carla Reis Longhi, pelas aulas de democracia e ditadura.
- Professora Dr.<sup>a</sup> Denise Bernuzzi de Sant’Anna, pelas aulas ministradas no Seminário Temático “Narrativas sobre os sentimentos: corpo, memória e poder”.
- Professor Dr.<sup>o</sup> Antonio Pedro Tota, pelas aulas de Estados Unidos.
- Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Antonieta Martines Antonacci, pelas aulas de História da África.
- Grupo de Estudos do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC).
- Colegas de classe com os quais troquei ideias e bibliografia sobre nossas pesquisas.
- William Fernando Moreira da Silva, assistente do Curso de Pós-Graduação de História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Minha esposa, Adriana Silva Pazuch, pela ajuda e paciência, e minha família, pelo incentivo, em especial meu irmão Cezar, pela leitura e comentários.
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e CAPES, pela bolsa de estudos que subsidiou as mensalidades do Doutorado em História Social.

Lembrar aos presentes e aos futuros.  
Não sabíeis que quem faz a história  
do mundo são homens e não o mundo?  
(Antonio Ceretta)

## RESUMO

Esta tese, intitulada “Imigração italiana na colônia de Silveira Martins: cotidiano, deslocamento, cultura e sociabilidade (Rio Grande do Sul, 1877-1920)”, desenvolve-se na perspectiva da História Cultural e Social, tendo como referências as questões do cotidiano e dos deslocamentos (Certeau/2011 e Matos/2019), as relações de poder (Foucault/1979), as discussões da memória (Le Goff/1990) e das representações (Chartier/2002). Inicialmente, apresenta-se a chegada em Silveira Martins e suas paisagens, os objetivos da fundação da colônia, a ocupação dos espaços, as construções, as instalações, as plantações e as criações de animais para civilizar a natureza. Os imigrantes italianos vieram ao Brasil em busca de riquezas e progresso, no entanto, para que essas riquezas fossem extraídas da terra e transformadas em progresso social, econômico e político, ainda foi preciso vencer os obstáculos do terreno, formado por matas, montanhas, rios e animais silvestres. Em Silveira Martins os imigrantes empreenderam uma imigração familiar para ocupar os espaços inóspitos da colônia e transformá-los em lugares habitáveis. Na sequência, aborda-se o cotidiano das famílias em casa e no trabalho, a ausência das mulheres na historiografia sobre a imigração italiana e sua contribuição para o êxito da imigração e da colônia, a agricultura e o comércio. Nos lotes rurais os imigrantes desenvolveram trabalhos em mutirão entre parentes e vizinhos para vencer os trabalhos mais difíceis, o que também fortaleceu a identidade e a unidade das comunidades. Os imigrantes dedicaram todos os seus esforços para construir a colônia, desenvolver a agricultura e viabilizar a venda de sua produção agrícola. Ainda, lutaram para que a cobrança de impostos fosse revertida para a manutenção das estradas e das pontes do interior da colônia. Outro aspecto incorporado à análise é a sociabilidade e a religiosidade nas Sociedades da Capela, expressa nas orações, na devoção aos santos e nas festas sociais. A religião foi essencial para a organização social dos imigrantes em torno das capelas, nas quais escolhiam os santos padroeiros, os padres leigos e os fabriqueiros. Se por um lado os imigrantes reconheceram o poder das autoridades civis e religiosas, por outro, também souberam usar do poder delas para se beneficiar. Os imigrantes negociaram com as autoridades civis a construção das estradas, das pontes, do comércio, das escolas e a cobrança dos impostos, e com as autoridades religiosas negociaram a vinda dos sacerdotes e a ereção das paróquias. Por fim, são observadas as questões da cultura e da educação constituídas pelas memórias e tradições expressas nas escolas, nas sociedades de mútuo socorro e nos monumentos, a formação do *Talian* como dialeto de integração entre os colonos e a influência da cultura na educação. As crianças e os jovens recebiam dos pais a educação moral, que era reforçada pela Igreja Católica e pelas escolas religiosas. Na família os filhos aprendiam a exercer os ofícios ligados à agricultura, vendo os familiares trabalhar e executando trabalhos manuais, e na escola aprendiam a ler, escrever e a calcular para vender os produtos no comércio. A tese busca contribuir para a historiografia da imigração italiana com o estudo das fontes de famílias para aprofundar o conhecimento sobre a história dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. Os documentos familiares, compostos por memórias, fotografias e genealogias, possibilitam reconstruir trajetórias individuais, familiares e comunitárias de pessoas consideradas comuns, mas que foram essenciais para o sucesso da imigração e da colonização no Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** imigração italiana, cotidiano, cultura, sociabilidade, memórias, poder.

## ABSTRACT

The research is guided by the perspective of cultural and social history, having as reference the everyday issues, the power of relations, the discussions of memory and the representations. The methodology for the research was instrumentalized by the daily analytical categories, displacement, network, memory, tradition, education and religion, however without neglecting the political, social and economic aspects of Italian immigration. Initially, Silveira Martins arrival and landscapes, the objectives of the colony's foundation, the occupation of the spaces, the constructions, the facilities, the plantations and the animal breeding to civilize nature are presented. Italian immigrants came to Brazil in search of riches and progress. However, in order for these riches to be extracted from the land and transformed into social, economic and political progress, it was still necessary to overcome the obstacles of the terrain formed by forests, mountains, rivers and wild animals. In Silveira Martins, immigrants undertook a family immigration to occupy the inhospitable spaces of the colony and transform them into habitable places. Following is the daily routine of families at home and work, the absence of women in the historiography on Italian immigration and their contribution to the success of immigration and the colony, agriculture and trade. In rural lots immigrants have worked in joint efforts between relatives and neighbors to overcome the most difficult jobs, which has also strengthened the identity and unity of communities. The immigrants devoted all their efforts to building the colony, developing agriculture and making it possible to sell their agricultural produce. They also fought for the tax collection to be reversed to maintain the roads and bridges within the colony. Another aspect incorporated in the analysis is sociability and religiosity in the Chapel Societies expressed in prayers, devotion to the saints and in social festivals. Religion was essential for the social organization of the immigrants around the chapels, in which they chose the patron saints, the lay priests and the manufacturers. While immigrants on the one hand recognized the power of civil and religious authorities, on the hand, they also knew how to use their power to favor them. The immigrants negotiated with the civil authorities the construction of roads, bridges, commerce, schools and taxation, and with the religious authorities negotiated the coming of the priests and the erection of the parishes. Finally, the questions of culture and education constituted by the memories and traditions expressed in schools, mutual aid societies and monuments, the formation of the Talian as a dialect of integration between the settlers and the influence of culture on education are observed. Children and young people received from their parents the moral education that was reinforced by the Catholic Church and the religious schools. In the family, children learned to work in agriculture, watching the family work and doing manual work, and in school, they learned to read, write, and calculate to sell their products in commerce. The work contributes to the historiography of Italian immigration by studying family sources to deepen knowledge about the history of Italian immigrant families in Rio Grande do Sul. Family documents composed of memories, photographs and genealogies make it possible to reconstruct trajectories individual, family and community groups of people considered common, but which were essential for the success of immigration and colonization in Rio Grande do Sul.

**Keywords:** daily life, displacement, culture, sociability, memories, traditions, power.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Caixas da seção de Fontes de Família do CPG-NP, com os documentos familiares.....	17
Imagem 2 - Propriedade da família Bortoluzzi na fração de Piavon no município de Oderzo, província de Treviso, região do Vêneto, Norte da Itália.....	42
Imagem 3 - Carretas transportando imigrantes italianos para Silveira Martins, RS.....	48
Imagem 4 - Mapa da divisão atual dos municípios da Quarta Colônia Imperial do Rio Grande do Sul.....	52
Imagem 5 - Mapa do primeiro loteamento de Silveira Martins, RS.....	61
Imagem 6 - Mapa do loteamento de Silveira Martins e das fazendas circunvizinhas feito em 1885 pelo engenheiro José Siqueira Couto.....	68
Imagem 7 - Estrada Geral de Silveira Martins a Santa Maria na década de 1920.....	98
Imagem 8 - Ruínas da primeira casa de pedra, construída em 1883, no Núcleo Soturno, de propriedade de Pietro Antonello.....	113
Imagem 9 - Casa de tijolos de barro maciço coberta com tabuinhas de madeira chamadas “scandoles” (1920).....	113
Imagem 10 - Caçadores com espingardas e cachorros da Quarta Colônia Imperial, por volta de 1920.....	123
Imagem 11 - Comemoração de Bodas de Ouro de João Bolzan e Genoveva Paganin em 1968.....	151
Imagem 12 - Interior da colônia de Silveira Martins, município de Dona Francisca, RS.....	156
Imagem 13 - Estação de Trem de Camobi, a 20 km de Silveira Martins, construída em 1884.....	162
Imagem 14 - Sociedade da Capela de Novo Treviso, em 1912, de Silveira Martins, RS.....	164
Imagem 15 - Mapa do relevo da região da Quarta Colônia Imperial.....	166
Imagem 16 - Vila de Vale Vêneto em Silveira Martins, RS.....	172
Imagem 17 - Sociedade da Capela de Vale Vêneto, em 1886.....	209
Imagem 18 - Imigrantes presentes na primeira missa rezada em Vale Vêneto, em maio de 1879.....	211
Imagem 19 - Paróquia Santo Antonio de Padova, situada na Praça Giuseppe Garibaldi, no centro de Silveira Martins.....	218
Imagem 20 - Paróquia de <i>Corpus Christi</i> de Vale Vêneto em 1932.....	220
Imagem 21 - Capela São Vitor e Santa Corona localizada em Val Feltrina.....	223
Imagem 22 - Capela Nossa Senhora do Monte Bérico e salão social em Val Veronês.....	224

Imagem 23 - Capitel de São José construído no final do século XIX pelos imigrantes Italianos Ângelo Giovanni e Maria Dal Molin, em São João do Polêsine, RS.....	229
Imagem 24 - Capitel de Santa Apolônia construído em 1950 na Linha Duas, no Núcleo Norte. O primeiro capitel foi construído em madeira em 1890.....	230
Imagem 25 - Capitel e altar de São Patrício na Linha Um em Vale Vêneto.....	232
Imagem 26 - Capitel Nossa Senhora da Saúde, inaugurado em 24/11/1946, na Linha Duas de Nova Palma.....	233
Imagem 27 - Cemitério de Dona Francisca na região da Quarta Colônia, RS.....	237
Imagem 28 - Sociedade italiana de Mútuo Socorro <i>Duca degli Abruzzi</i> , fundada em 1896, na Sociedade da Capela de São Marcos, em Arroio Grande, pelo imigrante Andrea Pozzobon.....	247
Imagem 29 - Inauguração do monumento a Giuseppe ++Garibaldi, em 20 de setembro de 1910, na Praça Central de Silveira Martins, RS.....	251
Imagem 30 - Monumento em homenagem aos italianos mortos na Líbia, norte da África, construído em 27 de julho de 1913. Sociedade da Capela de São Marcos, município de Santa Maria, RS.....	256
Imagem 31 - Monumento em homenagem ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana, em 1928, na Sociedade da Capela dos Santos Anjos, município de Faxinal do Soturno, RS.....	259
Imagem 32 - Objetos usados pelos imigrantes italianos e seus descendentes.....	262
Imagem 33 - Escola de Venuta Maria Ravello, que funcionava junto à casa de seus pais, na Linha Um Negativa, do Núcleo Soturno (Nova Palma, RS), em 1920.....	279
Imagem 34 - Professor Antonio Ceretta com seus alunos junto à Capela São João Batista (s/d).....	284
Imagem 35 - Escola de Ângelo Didonet, em 1910.....	286
Imagem 36 - Irmãs do Sagrado Coração de Maria, em Vale Vêneto, em 1894.....	294
Imagem 37 - Propriedades das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, em Vale Vêneto, Silveira Martins - RS, em 1922.....	296
Imagem 38 - Escola Nossa Senhora de Lourdes, em 1992, Vale Vêneto, RS.....	298
Imagem 39 - Fachada do Colégio Bom Conselho, na sede da colônia de Silveira Martins, RS.....	301
Imagem 40 - Professores, padres e seminaristas na Casa Paroquial, em 1894, Vale Vêneto, RS.....	307

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACMPA – Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AENSL – Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes

AFAPMNP – Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma

AHGM – Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro

AHPNSC – Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora de Santa Maria

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

ASSODITA – Associação dos Difusores do *Talian*

CPG-NP – Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma

BUPD – Biblioteca Universitária de Padova

FIBRA – Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul

GORGS – Grande Oriente do Rio Grande do Sul

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IM/RP/SF/DD – Intendência Municipal/ Recebedoria e Pagadoria/ Serviços de Finanças/  
Documentos de Despesa

UCS – Universidade de Caxias do Sul

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO I - CHEGADA E PAISAGENS.....</b>	<b>30</b>
1.1 VIAGEM E CHEGADA.....	30
1.2 FUNDAÇÃO E LOTEAMENTO.....	49
1.3 OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS E LUGARES.....	70
1.4 CIVILIZAÇÃO DA NATUREZA .....	87
<b>1.4.1 Construções e instalações.....</b>	<b>103</b>
<b>1.4.2 Plantações e criações.....</b>	<b>116</b>
<b>CAPÍTULO II - COTIDIANO NA COLÔNIA.....</b>	<b>125</b>
2.1 FAMÍLIA E TRABALHO.....	125
2.2 AUSÊNCIA DAS MULHERES.....	130
<b>2.2.1 Cuidados com o esposo e os filhos.....</b>	<b>143</b>
2.3 TRABALHO E AGRICULTURA.....	147
2.4 TRABALHO E COMÉRCIO.....	159
<b>CAPÍTULO III – SOCIABILIDADE E RELIGIOSIDADE.....</b>	<b>176</b>
3.1 FAMILISMO E COMUNITARISMO.....	176
3.2 CATOLICISMO E IDENTIDADE CULTURAL.....	187
3.3 SOCIEDADES DA CAPELA.....	200
3.4 ENTRE O SAGRADO E O FESTEJAR.....	213
3.5 FÉ, VIDA E MORTE.....	226
<b>CAPÍTULO IV – CULTURA E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>239</b>
4.1 MEMÓRIAS E TRADIÇÕES.....	239
4.2 A FORMAÇÃO DO TALIAN.....	263
4.3 EDUCAÇÃO FAMILIAR.....	274
4.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	287
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>311</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>315</b>

## APRESENTAÇÃO

O interesse em pesquisar a imigração italiana no Rio Grande do Sul surgiu a partir do contato que tive com a história da colônia<sup>1</sup> italiana de Antônio Prado - RS, no ano de 2004, quando estava procurando a documentação de meus trisavós italianos para requerer o reconhecimento de minha cidadania italiana, a qual foi concedida em 11 de setembro de 2018. Em 2011 ajudei a organizar a segunda edição do livro da família Pasuch, intitulado “Raízes Italianas do Brasil: Família Pasuch (1891-2011)”, com a história, fotografias, a genealogia e o endereço de dois mil membros da família Pasuch, em colaboração com vários parentes da Itália e do Brasil, com o objetivo de registrar as memórias familiares e organizar o II Encontro Internacional da família Pasuch na cidade de Seberi - RS. No início da investigação pouco sabia sobre as origens de meus antepassados italianos, mas depois de várias buscas nos arquivos da Prefeitura e da Igreja, levantamento de documentos, bibliografia e conversas com parentes e moradores da colônia, descobri que a maioria era descendente de italianos oriundos do Vêneto, região situada no Norte da Itália, divisa com a Áustria.

Em 2013 iniciei o Mestrado em História Social na PUC-SP e redigi a dissertação intitulada “Imigração Italiana na colônia de Antônio Prado - RS: catolicismo e sociabilidades (1885-1945)”, apresentada em setembro de 2015, sob a orientação da professora Yvone Dias Avelino. A pesquisa sobre a imigração italiana para o Mestrado também possibilitou o contato com as fontes de famílias do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma – RS (CPG-NP)<sup>2</sup>, que preserva a história das famílias italianas da colônia de Silveira Martins no Centro-Oeste do estado do Rio Grande do Sul, bem como a escolha do tema para o ingresso no Doutorado. Enquanto estava escrevendo a dissertação, ainda ajudei a organizar a primeira

---

<sup>1</sup> Os imigrantes italianos que se instalaram em núcleos no interior do Brasil formaram colônias, e os que foram residir em seus próprios lotes foram denominados de colonos: “Leoni Carpi, pioneiro dos estudos emigratórios na Itália, no seu primeiro livro publicado em 1871 empregava a palavra ‘Colônias’ para indicar ‘aglomeração de italianos no exterior’.” IANNI, Constantino. **Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da imigração italiana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 27. Slomp Giron ressalta que “estabeleceu-se a denominação de Colônia para designar as terras destinadas ao recebimento dos imigrantes europeus, que tinham como objetivo o estabelecimento da pequena e média propriedade no Brasil. É esta a designação dada pela legislação imperial.” GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e colonização**. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 64.

<sup>2</sup> O Centro de Pesquisas Genealógicas, CPG-NP, foi fundado em 1984 em Nova Palma, RS, pelo sacerdote católico Luiz Sponchiado com ajuda da comunidade local. Luiz Sponchiado nasceu em 22 de fevereiro de 1922 na Linha 6 do Núcleo Soturno (hoje Nova Palma, RS) da ex-colônia Silveira Martins, na época distrito de Dona Francisca, do município de Cachoeira do Sul, atual município de Faxinal do Soturno. Fonte: Registro de nascimento do Cartório de Dona Francisca, Livro 13A, p. 157v, n. 30.

edição do livro “Per Fare L’America – Da Itália para o Brasil: a trajetória da família Manfrin”, a partir do acervo do CPG-NP, com a história, fotografias e a genealogia da família de minha avó Carmelina Victoria Manfrin e seus parentes, composta por três mil membros, para o I Encontro Internacional da Família Manfrin realizado em janeiro de 2015, na cidade de Manfrinópolis - PR.

A investigação se propõe a estudar o cotidiano das famílias italianas oriundas do Vêneto, Norte da Itália, e instaladas na colônia de Silveira Martins, no Sul do Brasil, no final do século XIX e início do século XX. A emigração italiana para o Brasil foi um processo de deslocamento familiar em rede em busca de melhores condições de vida e trabalho. A pesquisa examina o cotidiano dos deslocamentos e das relações de poder e sociabilidade das famílias e das redes familiares dos imigrantes italianos. O tema proposto para o desenvolvimento da tese é “**IMIGRAÇÃO ITALIANA NA COLÔNIA DE SILVEIRA MARTINS: cotidiano, deslocamento, cultura e sociabilidade (Rio Grande do Sul, 1877-1920)**”. O recorte temporal da pesquisa abarca o período entre 1877 e 1920, para possibilitar a compreensão das permanências e das rupturas nas relações de poder ao longo do tempo entre os próprios imigrantes e destes com o Estado brasileiro e a Igreja Católica. O recorte espacial abrange o território da região da Quarta Colônia<sup>3</sup>, composto pela sede da colônia de Silveira Martins, suas linhas, travessões e “Sociedades da Capela”<sup>4</sup>. Também busca-se analisar protagonismo das mulheres<sup>5</sup> e suas jornadas de trabalho como educadoras e trabalhadoras: no lar cuidando dos filhos e da casa, e no campo cuidando da lavoura e dos animais junto com o esposo e os filhos.

A tese investigará o grau de autonomia dos homens e das mulheres imigrantes frente ao controle e às imposições das autoridades civis e religiosas através dos deslocamentos e da

---

<sup>3</sup> A denominação de Quarta Colônia para Silveira Martins faz referência ao fato de que ela foi a Quarta Colônia Imperial criada no Rio Grande do Sul, em 1877, depois de Caxias do Sul, Conde D’Eu e Dona Isabel.

<sup>4</sup> As “Sociedades da Capela” eram associações religiosas organizadas nas igrejas do interior das colônias italianas e seus membros eram designados “sócios da capela”. O termo “Sociedade da Capela” é usado para designar tanto os membros da mesma sociedade quanto o prédio da Igreja e a região geográfica que a Sociedade da Capela abrange. Cf.: DALLABRIDA, Norberto. **A sombra do Campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açu (1892-1919)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 1993, p. 18.

<sup>5</sup> Segundo a historiadora Maria Izilda Santos de Matos, o estudo do cotidiano também permitiu incorporar à historiografia os estudos históricos sobre as mulheres: “Nesse contexto, foram particularmente frutíferos os estudos históricos sobre as mulheres, que procuraram recobrar os poderes e as lutas femininas, repensando mitos e estereótipos, revendo imagens e enraizamentos impostos pela historiografia e questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas as mulheres, entre outros fatores, por um discurso universal masculino.” MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002, p. 24.

formação das redes familiares na colônia de Silveira Martins - RS, questionando como os imigrantes italianos reconheciam a legitimidade<sup>6</sup> e a importância das autoridades civis<sup>7</sup> e religiosas<sup>8</sup>, pois esse reconhecimento não significou passividade e submissão às suas imposições, visto que existiram conflitos, lutas, resistências e negociações. Por isso, a pesquisa se propõe a analisar em que momentos e situações houve concordância e em que momentos e situações houve rupturas e conflitos entre os próprios imigrantes e destes com as autoridades e quais foram as soluções encontradas. A metodologia da pesquisa será orientada pela problemática suscitada pelas fontes e pela bibliografia referente ao tema da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

Para o desenvolvimento da tese foram eleitas algumas famílias de imigrantes italianos com documentos guardados no acervo do CPG-NP: Bortoluzzi, Bolzan, Busanello, Carlesso, Ceretta, Iop, Lorenzoni, Manfrin, Mizzan, Pippi, Pozzobon e Visentini. Também são mencionados excertos de outras famílias relacionadas às famílias pesquisadas e à história da colônia de Silveira Martins. O CPG-NP possui o registro da história e da genealogia de 1.632 famílias italianas, porém nem todas as famílias têm os mesmos documentos e informações – as famílias relacionadas com a Igreja Católica e o comércio têm mais informações devido à sua importância social e política.

O arquivo do CPG-NP se tornou lugar de memória da colônia e fonte de pesquisa para os historiadores da imigração italiana e está em constante crescimento, com o depósito de novos documentos dos arquivos da Itália, do Rio de Janeiro, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, além de documentos particulares. Em paralelo à história

---

<sup>6</sup> O imigrante Júlio Lorenzoni relata que a maioria dos italianos respeitava as autoridades italianas e brasileiras: “Agradeceu, outrossim, pelo conceito que havia formada sobre o imigrante italiano, assegurando-lhe que este, na sua maioria, era de boa índole, forte, trabalhador, educado a respeitar em qualquer lugar a autoridade constituída e capaz dos maiores sacrifícios.” LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 159.

<sup>7</sup> O poder religioso serve para reforçar o poder profano, mas dificilmente o poder profano reforça o poder religioso: “A Igreja contribuiu para a manutenção da ordem política, ou melhor, para o reforço simbólico das divisões desta ordem, pela consecução de sua função específica, qual seja a de contribuir para a manutenção da ordem simbólica.” BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013, p. 70. Certeau concorda com Bourdieu quando diz que a religião reforça o poder político, porque a religião também é uma forma de poder que implica relações políticas: “As instituições políticas utilizam as instituições religiosas, infiltram nelas seus critérios, dominam-nas com sua proteção, destinam-nas aos seus objetivos.” CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 164.

<sup>8</sup> “Enquanto a autoridade do profeta, auctor cuja auctoritas deve sempre ser conquistada ou reconquistada, depende da relação que se estabelece a cada instante entre a oferta de serviço religioso e a demanda religiosa do público, o sacerdote dispõe de uma autoridade de função que o dispensa de conquistar e de confirmar continuamente sua autoridade e o protege das conseqüências do fracasso de sua ação religiosa.” BOURDIEU, op. cit., p. 90.

oficial da colônia criada a partir do CPG-NP, também existem documentos guardados nas casas das famílias<sup>9</sup>.

Nos primórdios da colonização em Silveira Martins as histórias de vida dos imigrantes na Itália, a viagem, a ocupação dos espaços e dos lugares na colônia eram narradas oralmente. Somente mais tarde, quando a primeira e a segunda gerações de imigrantes começaram a morrer, foi que os descendentes iniciaram a busca por suas origens. O primeiro a realizar pesquisas na região da Quarta Colônia foi o sacerdote Luiz Sponchiado, que iniciou o seu trabalho de memorialista na década de 1940, quando elaborou a genealogia de sua própria família. A partir de então, atendendo a pedidos, também começou a elaborar a genealogia de outras famílias da colônia que buscavam informações sobre a origem de seus antepassados na Itália ou para requerer a cidadania italiana. Junto com a elaboração das genealogias, iniciou-se o processo de construção da memória coletiva da colônia reunida no CPG-NP, que se tornou o principal acervo da “história oficial” dos imigrantes italianos da Quarta Colônia.

A administração burocrática da Igreja e seus arquivos forneceram a experiência necessária para criar um arquivo histórico com os documentos dos imigrantes italianos e seus descendentes. Mais do que registrar informações, a compilação de dados é uma maneira de manter o controle ou ao menos a influência sobre as pessoas, pois a Igreja já tinha séculos de experiência em guardar documentos eclesiásticos e civis para administrar os seus fiéis. Parte dessa documentação já foi publicada pela editora EST, dos Freis Capuchinhos, pela editora Pallotti, pela Editora da Universidade de Caxias do Sul e pela Universidade Federal de Santa Maria, mas ainda existem muitos documentos inéditos a serem pesquisados e publicados.

O acervo do CPG-NP é composto por cartas, abaixo-assinados, certidões (nascimento, casamento e óbito), entrevistas, depoimentos e fotografias, e parte dessas fontes já foi publicada em livros, jornais e revistas. O acervo do CPG-NP está organizado em cinco seções: 1ª) Arquivo Genealógico (livros com registros de nascimentos, casamentos e óbitos); 2ª) Fontes de Famílias (caixas contendo todos os documentos coletados sobre as famílias – certidões, contratos, encartes, recortes de revistas e jornais, cartas e fotografias); 3ª) Biblioteca (livros, teses, dissertações, monografias, artigos); 4ª) Cronologia (fichário com registros da região separados por local, cidade e data); 5ª) Fitas de áudio e vídeo.

---

<sup>9</sup> A família Pippi tem documentos no CPG-NP e em seu arquivo particular. Cf.: STEFANELLO, Liriana Zanon. **Memórias familiares: um estudo da imigração italiana na Quarta Colônia Imperial (Rio Grande do Sul, Brasil)**. Tese (Doutorado em História), UNISINOS, São Leopoldo (RS)/Brasil-Veneza/Itália, 2015.



Imagem 1 - Caixas da seção de Fontes de Família do CPG-NP, com os documentos familiares.<sup>10</sup>

O registro fotográfico da seção de Fontes de Família mostra parte das caixas organizadas em estantes de aço. Cada caixa de papelão contém um fragmento da história de uma das famílias da colônia, incluindo documentos familiares e pessoais: certidões de nascimento, casamento e óbito, cartas, homenagens, crônicas, abaixo-assinados, contratos, escrituras, passaportes e fotografias. As pesquisas começaram pelos arquivos paroquiais e diocesanos, porque neles estavam os livros e os registros de nascimento, casamento e óbito dos imigrantes e seus descendentes.

Existem várias publicações laudatórias de memorialistas religiosos e leigos sobre as paróquias e os municípios surgidos da ex-colônia Silveira Martins<sup>11</sup>, e poucos são os estudos críticos sobre os conflitos dos imigrantes italianos com as autoridades municipais e religiosas.

<sup>10</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

<sup>11</sup> Autores que enaltecem a atuação da Igreja Católica e dos imigrantes italianos: CESCA, Olivo. **Faxinal do Soturno: sua história e sua gente.** Santa Maria: Rainha, 1975. MARCUZZO, Clementino. **Centenário das Irmãs e Fundação do Colégio de Vale Vêneto: 1892-1992.** Porto Alegre: Pallotti, 1992. BELLINASSO, Severino Tranquilo; MARCON, Frederico. **Paróquia de Ivorá: 1918-1993 – 75 anos de fé.** Santa Maria: Pallotti, 1993. BUSANELLO, Pio José. **A história de nossa gente: a primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial - RS.** 2ª. ed. Santa Maria: Pallotti, 1999.

O padre palotino Rafael Iopp<sup>12</sup> ressaltou a fé, o trabalho, a força e a coragem como principais fatores que possibilitaram a prosperidade social e econômica dos núcleos coloniais italianos, e o padre Luiz Sponchiado descreveu a importância da Igreja Católica e dos padres para a sobrevivência dos imigrantes: “Aos italianos só uma coisa os unia, a religião. Sem esta, teriam morrido espalhados pelo meio do mato. Portanto, o padre era o elo deste povo, tanto que brigavam entre comunidades para possuir um padre.”<sup>13</sup> Os religiosos atribuem a organização dos imigrantes somente à Igreja Católica, contudo, na colônia, as Sociedades da Capela foram criadas antes da chegada dos sacerdotes católicos.

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.<sup>14</sup>

Este estudo pretende dialogar com as fontes<sup>15</sup> da colônia para reconstruir os deslocamentos e as redes sociais de algumas famílias<sup>16</sup> italianas a partir de suas relações cotidianas de parentesco: “Redes de clientela e proteção, redes de amizade e reciprocidade,

---

<sup>12</sup> Rafael Iopp (1882-1947) foi o primeiro filho de imigrantes italianos de Silveira Martins a ingressar na Congregação dos Palotinos, na qual foi ordenado sacerdote. A Pia Sociedade das Missões era uma congregação de missionários ultramontanos: “Eles atravessaram o Atlântico e vieram plantar, no espaço rústico das sociedades meridionais da América do Sul, o ideário sofisticado de um catolicismo forjado nos embates políticos do século XIX europeu.” BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 56.

<sup>13</sup> Depoimento do padre Luiz Sponchiado, 75 anos, 19 de julho de 1998. Cf.: VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 323. No “Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no estado do Rio Grande do Sul”, o sacerdote católico Ernesto Mânica defende o “papel civilizador” do clero: “[...] o papel altamente civilizador do clero católico, que tem se debatido, indefesamente pela elevação cultural, moral e intelectual do colono.” MÂNICA, Ernesto. O clero – seu papel civilizador durante os 75 anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Publicação da Revista do Globo S. A., 1950, p. 241-54.

<sup>14</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão (et al.). 4ª. ed. Campinas: UNICAMP, 1990, p. 545.

<sup>15</sup> “Mas, no plano da documentação não-oficial, se situam outras fontes, como as crônicas de jornal, os almanaques e revistas, os livros didáticos [...], todos os materiais relativos às sociabilidades dos diferentes grupos, em clubes, em associações, organizações científicas e culturais. [...] Os exemplos são muitos, pois fontes são marcas do que foi, são traços, cacos, fragmentos, registros, vestígios do passado que chegam até nós, revelados como documento pelas indagações trazidas pela História.” PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 97-98.

<sup>16</sup> A emigração da Itália para o Rio Grande do Sul se caracterizou pela emigração familiar, pois os grupos que emigraram tinham grande incidência de parentesco entre si por serem compostos por até três gerações.

redes de crédito e de troca são elementos essenciais em jogo frequentemente sobrepostos de maneira com os laços de consanguinidade e afinidade.”<sup>17</sup> A pesquisa analisa as disputas/tensões surgidas a partir desses deslocamentos para entender como aconteceu a ocupação dos espaços e das posições de poder na família, na sociedade e nas instituições civis e religiosas.

Existem alguns trabalhos sobre a colônia de Silveira Martins relacionados às genealogias das famílias italianas, mas ainda não havia pesquisas sobre a formação das redes familiares e suas relações de poder e sociabilidade com o Estado e a Igreja. Nesse sentido, esta pesquisa se justifica por ser uma investigação sobre as famílias e as redes familiares dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, mais identificadas à sua colônia, às suas Sociedades da Capela e a seus lotes rurais do que com a Itália e o Brasil. A pesquisa visa identificar disputas por espaços e posições de poder na hierarquia social, visando entender como o poder e as sociabilidades se constituem no espaço e no tempo.

A carência de pesquisas sobre a história das famílias e das redes familiares é uma das principais razões para a busca das fontes de família que ofereçam elementos substantivos para mapear as rotas percorridas pelos imigrantes nos deslocamentos. Para tanto, também é preciso entender as instituições, os agentes e os mecanismos que viabilizaram a imigração em massa. A contribuição da investigação para a historiografia consiste em estudar as culturas, as memórias e as tradições dos colonos<sup>18</sup> italianos a partir das categorias cotidiano e experiência. O cotidiano são as condições espaciais e temporais nas quais os sujeitos históricos trabalham, convivem e se relacionam em família e em sociedade.

Cabe ressaltar nos mecanismos que viabilizaram estes processos a constituição de redes, com o estabelecimento de relações interpessoais e institucionais (agenciadores, aliciadores, aparatos de propaganda, meios de comunicação), além da organização do sistema de navegação comercial, que viabilizou o transporte transoceânico em massa.<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. Tradução de Francesco Santini. In: VENDRAME, Maíra Ines (et al) (Orgs.). **Micro-História, trajetórias e imigração**. E-book. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 18.

<sup>18</sup> “No seu significado mais geral, a categoria colono é usada como sinônimo de agricultor de origem europeia, e sua gênese remonta ao processo histórico de colonização.” SEYFERTH, Giralda. “Identidade Camponesa e Identidade Étnica (um estudo de caso)”. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, n. 91, 1993, p. 38. Ainda, “a categoria colono foi construída, historicamente como uma identidade coletiva com múltiplas dimensões sociais e étnicas” (p. 60).

<sup>19</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Travessias e cartas: viagem e mala do imigrante. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*. São Paulo, v. 12, Ano XII, n. 2, jun./dez. 2015, p. 3.

A partir de 1878 os imigrantes italianos começaram a enviar cartas de Silveira Martins para a Itália, convidando familiares, parentes, amigos e vizinhos a também emigrar para o Brasil. Essas cartas criaram redes de comunicação, permitindo a troca de informações entre os que haviam partido e aqueles que ainda permaneciam na Itália. A maioria das correspondências dos imigrantes italianos eram laudatórias e visavam encorajar os conterrâneos a partir para a América. Para motivá-los dizia-se que no Brasil havia abundância de terras, de madeira, de águas, de animais para a caça e peixes para a pesca. Também há algumas cartas lamentando a partida da Itália, a viagem, as doenças e o isolamento físico e social em meio à mata para persuadir os demais familiares a permanecerem na Itália. As condições favoráveis e contrárias à emigração eram comparadas e ajudavam o emigrante a decidir seu deslocamento da Itália para o Brasil oferecia vantagens e novas oportunidades de sobrevivência e desenvolvimento econômico, social e político.

Das vossas cartas que aqui chegaram, se vem saber que a vossa posição no Brasil é boa e que estão bem colocados. Por causa disso aqui está nascendo o desejo de imigrar àquelas colônias [Silveira Martins], que dão mais condições e que aqui na Itália não há; mas faltam meios para fazer esta longa viagem. Se vocês ou outros, porque são pessoas cristãs, se encontram em condições de ajudar alguns e de hospedá-los no total ou em parte, para fazer a viagem, certo que estes vos serão muito gratos, como podeis imaginá-lo.<sup>20</sup>

Esses deslocamentos não aconteceram apenas por questões econômicas visando a sobrevivência, mas também por outras motivações: emancipação pessoal, formação de nova família e espírito de aventura. As cartas dos imigrantes enviadas do Brasil para a Itália e da Itália para o Brasil eram ditadas para os padres, os professores e os catequistas, aconselhando os que ficaram na Itália a viajar ao Brasil, descrevendo os cuidados necessários para a viagem e como deviam se portar e trabalhar na nova pátria. Em menor número, também existem relatos de cartas pedindo para os familiares, parentes e amigos permanecerem na Itália devido às distâncias, ao isolamento dos imigrantes em meio à mata e à falta de assistência do Estado e da Igreja.

---

<sup>20</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil.** Porto Alegre: EST, 2001, p. 464.

A pesquisa se norteia pela perspectiva da história cultural<sup>21</sup> e social, tendo como referencial as questões do cotidiano (Certeau/2011 e Matos/2019), as relações de poder (Foucault/1979), as discussões da memória (Le Goff/1990) e das representações (Chartier/2002). A investigação foi instrumentalizada pelas categorias analíticas cotidiano, deslocamento, rede, memória, tradição, educação e religião, contudo sem prescindir dos aspectos políticos, sociais e econômicos da imigração italiana.

A cultura dos imigrantes é o principal ponto de partida para se entender o processo de deslocamento e a formação das redes familiares na colônia de Silveira Martins. A história cultural amplia as fontes e as interpretações das memórias individuais e coletivas, possibilitando alcançar mulheres e homens imigrantes que foram esquecidos ou ocultados, visando destacar e valorizar a história do cotidiano na família, no trabalho e na comunidade. Na reconstrução do cotidiano feita pela história cultural, pessoas consideradas comuns ganham visibilidade e voz, posicionando-se de modo ativo e ocupando espaços e posições de poder nas relações sociais. Para entender o cotidiano dos imigrantes é essencial estudar suas motivações, iniciativas, trajetórias, práticas e experiências de vida.

O estudo cultural e social dos deslocamentos e das redes familiares dos imigrantes italianos<sup>22</sup> é importante para a compreensão das crenças e dos sistemas simbólicos<sup>23</sup> que possibilitaram a formação da identidade e da unidade dos grupos. A identidade cultural<sup>24</sup> orienta a relação dos indivíduos com a família e a sociedade e valora a importância dada ao trabalho e à religião. A moral social dos imigrantes se formou a partir do respeito à família e da dedicação ao trabalho, e a moral religiosa a partir dos valores católicos. Este estudo ainda pretende estabelecer um diálogo com a historiografia sobre a imigração italiana no Rio

---

<sup>21</sup> “O termo cultura costumava se referir às artes e às ciências. Depois, foi empregado para descrever seus equivalentes populares – música folclórica, medicina popular e assim por diante. Na última geração, a palavra passou a se referir a uma ampla gama de artefatos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante) e práticas (conversar, ler, jogar).” BURKE, Peter. **O que é história cultural**. 2ª. ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 43.

<sup>22</sup> Não existe uma única cultura, mas várias culturas complexas e equivalentes entre si que foram historicamente construídas e preservadas através das tradições. Cf.: CERTEAU, Michel de. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. 4ª. ed. Coleção Travessia do Século. Campinas: Papirus, 1995.

<sup>23</sup> “É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’.” BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 11.

<sup>24</sup> Cf.: BRUM NETO, Helena. **Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha**. Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2007.

Grande do Sul para compreender o cotidiano dos imigrantes a partir de suas trajetórias de vida pessoal, familiar e comunitária.

Os deslocamentos aparecem como alternativas adotadas por uma gama abrangente de sujeitos sociais, alguns inseridos em fluxo de massa, grupos, familiares, e através de redes, outros em percursos individuais; envolvendo processos de migração engajada, também, voluntária; abarcando diversos extratos sociais, levas e gerações; incluindo agentes inspirados por estratégias e motivações diferenciadas, até mesmo culturais e existenciais.<sup>25</sup>

A pesquisa sobre os imigrantes italianos em Silveira Martins também se orienta pelo conceito certonian de história: “Em história, tudo começa com o gesto de *separar*, de reunir, de transformar em ‘documentos’ certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho.”<sup>26</sup> Assim, a pesquisa historiográfica se articula com o lugar da produção socioeconômica, política e cultural determinada por imposições e privilégios. “É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam.”<sup>27</sup> O estudo ainda possibilita pensar o protagonismo e a relação do imigrante com a colônia e com os demais habitantes da região, entre eles portugueses, alemães, africanos e indígenas.

No Rio Grande do Sul as identidades<sup>28</sup> e as histórias dos imigrantes italianos começaram a ser tratadas somente a partir dos festejos do “Centenário da Imigração Italiana no Brasil”, no ano de 1975<sup>29</sup>, com a criação de gráficas e a publicação de estudos universitários sobre a imigração italiana no Sul do Brasil. A memória comum dos colonos

---

<sup>25</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de; AVELINO, Yvone Dias (Orgs.). **Deslocamentos: desafios, territórios e tensões** (passado e presente nas Tecituras das Cidades). São Paulo: e-Manuscrito/PIPEq, 2008, p. 7.

<sup>26</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 69.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>28</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS**. Santa Maria: UFSM, 2006, p. 43.

<sup>29</sup> Mário Maestri denomina “Geração de 1975” os historiadores e memorialistas que surgiram a partir da comemoração do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Cf.: MAESTRI, Mário. A geração de 75 e os estudos sobre imigração italiana no RS. **Anais do V Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos**. CD-ROM. Porto Alegre: PUCRS, 2003. Os principais historiadores da Geração de 1975 são Rovílio Costa, Olívio Manfroi, Carlos Albino Zagonel, Luis Alberto de Boni e Thales de Azevedo.

configurou uma identidade baseada na italianidade<sup>30</sup> e na catolicidade<sup>31</sup> dos imigrantes, formados a partir do dialeto Vêneto, da origem camponesa<sup>32</sup> e da religião católica compartilhada entre seus membros. Entretanto, os indivíduos e os grupos idênticos se transformam ao longo do tempo quando entram em contato com indivíduos e grupos que vivem e pensam de modo diverso, adquirindo novos comportamentos que misturam diferentes culturas para formar novas identidades.

A maioria dos estudos sobre a relação entre os imigrantes italianos e a Igreja Católica destaca que nas colônias italianas a religião ocupava o centro da vida dos imigrantes, controlando a moral individual e as relações sociais. A historiografia tradicional sobre a imigração italiana no Sul do Brasil apresenta um imigrante passivo e obediente às ordens das autoridades civis e religiosas, entretanto, o estudo do seu cotidiano revela um imigrante disposto a enfrentar as autoridades para defender seus interesses individuais e coletivos. O discurso idealizador<sup>33</sup> que apresenta imigrantes ordeiros, passivos e homogêneos, que viviam apenas em função do trabalho e da oração, não se sustenta quando se analisam as suas atividades cotidianas. A construção das capelas, a luta para a vinda de um sacerdote estável, a elevação da capela do povoado<sup>34</sup> à condição de paróquia e a emancipação dos núcleos coloniais evidenciam a capacidade de organização dos imigrantes.

---

<sup>30</sup> A italianidade é o modo de ser, viver e trabalhar dos italianos no Brasil, baseado em usos e costumes preservados por imigrantes vindos ao Brasil a partir de 1875. Tales de Azevedo explica que, “por sua natureza intrínseca, a luta pela italianidade é um movimento de defesa e de conservação do complexo sociocultural e econômico-político da sociedade ‘colonial’, além de uma tentativa de manter os laços afetivos, políticos e econômicos com a metrópole de origem”. AZEVEDO, Tales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982, p. 244.

<sup>31</sup> “A catolicidade é tida como um dos campos privilegiados para observar o processo de construção do sujeito e do sujeitar-se, isto é, de submeter-se ao Sujeito (Deus). Segundo Orlandi, o padre é autorizado pela Igreja para ser a voz de Deus e proferir um discurso em nome de Deus, mas, ao mesmo tempo, é como se falasse no lugar de Deus, revelando a vontade dEle sobre o mundo. A voz do padre manifestando-se como a voz de Deus passa a ser aceita como verdadeira.” OTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)**. Florianópolis: Insular, 2006, p. 29.

<sup>32</sup> Para Seyferth a sociedade camponesa tem como base a pequena propriedade policultora trabalhada pela família do proprietário para subsistência: “A colônia (pequena propriedade) é concebida como um microcosmo autosuficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes.” SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990, p. 25.

<sup>33</sup> Para o governo brasileiro o imigrante deveria ser “dócil, ordeiro, trabalhador e católico. Porém, nem todo italiano se enquadrava no perfil desejado, o imigrante deveria necessariamente ser agricultor”. POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 51.

<sup>34</sup> Povoados eram pequenas vilas que surgiam ao redor das capelas no interior das colônias formadas por algumas casas e comércios.

Em Silveira Martins os memorialistas, em seus relatos orais e escritos sobre a imigração italiana e os imigrantes, referem-se a fatos particulares, entretanto, os fatos considerados particulares são narrados a partir de uma memória coletiva comum a todos, pois as várias memórias individuais são socialmente construídas e projetam o presente no passado. Os grupos tendem a conceber e construir sua história como memória contínua, transformando o presente também em passado: “A memória coletiva se distingue da história sob pelo menos dois aspectos. Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém.”<sup>35</sup> Cabe destacar que não existe memória exclusivamente individual, porque toda memória individual é formada a partir da memória coletiva do grupo ao qual o indivíduo pertence, formando assim uma memória compartilhada.

Muitos estudos produzidos pela historiografia sobre a imigração italiana no Rio Grande do Sul, principalmente os escritos pelos padres e religiosos, fazem apologia aos feitos da Igreja Católica e dos imigrantes, pois consideram apenas os fatores de unidade entre ambos, ignorando ou ocultando as divergências. Os relatos de família também apresentam boas relações entre os imigrantes e a Igreja, elogiando a importância dos religiosos para o progresso espiritual e material da família e da sociedade. As memórias familiares narram lutas e conquistas que iniciam com uma narrativa miserabilista e finalizam com um discurso laudatório de sucesso econômico, social e político, apesar de existirem fracassos. Os escritos de família registram histórias exitosas e evitam expor conflitos familiares considerados vexatórios. Já os registros da Igreja são principalmente sobre a evangelização, a catequese, os batismos, os casamentos e os óbitos.

Os historiadores<sup>36</sup> e memorialistas também abordaram a história da imigração italiana e da formação das colônias a partir do enfoque religioso, pelo fato de a religião ser o principal elemento de identificação e unidade entre os imigrantes. Manfroi e Zagonel, em “A colonização italiana no Rio Grande do Sul” e “Igreja e imigração italiana”, respectivamente, elogiam a contribuição da Igreja Católica para a formação religiosa e intelectual dos imigrantes italianos. Mas ainda existem muitas fontes inéditas a serem analisadas, como os abaixo-assinados que revelam conflitos e tensões entre os imigrantes e destes com os párocos e os intendentess municipais de Silveira Martins e Santa Maria. O primeiro sacerdote vitimado

---

<sup>35</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p. 102.

<sup>36</sup> Historiadores que defenderam a religião como principal fator de unidade entre os imigrantes: ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975. DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2011.

pelo conflito entre imigrantes e religiosos foi o padre Vítor Arnoffi, envenenado em 1884, e a segunda vítima foi o padre Antonio Sorio derrubado do cavalo em 1899<sup>37</sup>.

Alguns trabalhos sobre Silveira Martins merecem destaque, a saber: Luiz Eugênio Véscio, “O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1893-1928”, de 2001; Marcos Aurelio Saquet, “Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico na colônia Silveira Martins (RS)”, de 2003; Maria Catarina Zanini, “Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS”, de 2006; Maíra Ines Vendrame, “Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)”, de 2007, e “Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)”, de 2013; Liriana Zanon Stefanello, “História, memória e patrimônio: fundamentos e sensibilização da comunidade de Nova Palma (CPG-NP e Museu Histórico)”, de 2010; e Moacir Bolzan, “Quarta colônia: da fragmentação à integração”, de 2011.

Um dos obstáculos a serem vencidos para o estudo da colônia entre os anos de 1877 e 1920 é a sua fragmentação político-administrativa, pois a partir de 1882 o território da colônia foi dividido entre os municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul. Outro obstáculo à pesquisa é a falta de registros escritos referentes a Silveira Martins entre 1910 e final da década de 1930, pois na década de 1940 os próprios imigrantes e seus descendentes queimaram parte dos documentos italianos para fugir à perseguição imposta por Getúlio Vargas aos falantes de línguas estrangeiras, desde a criação do Estado Novo, em 1937. Por último, a falta de um banco de dados unificado que reúna os arquivos da Itália e do Brasil para comparar, corrigir e completar informações referentes a nomes, trajetórias, locais de nascimento e datas.

O capítulo I abordará a viagem e a chegada dos imigrantes italianos, bem como a fundação, o loteamento, a definição de espaços e lugares da colônia Silveira Martins, para se entender a transformação antrópica de seu território pela cultura e pelo trabalho. Nesse primeiro capítulo ainda será estudada a civilização da natureza, a arquitetura camponesa, a plantação de cereais e a criação de animais. No início da colonização em Silveira Martins a paisagem da colônia estava coberta pela mata verde, a qual, posteriormente, cedeu lugar ao vermelho da terra preparada para o plantio. Porém, a mata não foi totalmente derrubada por dificuldades de acesso e falta de mão de obra.

---

<sup>37</sup> Cf.: VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893 – 1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001.

Na fundação da colônia, no final do século XIX, o contato maior dos imigrantes foi com as autoridades civis. Num segundo momento, a relação com a Igreja Católica foi mais intensa, sendo que tanto os colonos italianos se beneficiaram socialmente da estrutura física e administrativa da Igreja quanto esta se beneficiou daqueles para se sustentar economicamente e manter a fé católica<sup>38</sup>. Os colonos almejavam organizar suas vilas a partir de seus interesses econômicos e políticos, tendo como centro suas próprias capelas e seus padres fixos. Quando encontravam algum empecilho para alcançar seus objetivos, protestavam e reivindicavam atendimento espiritual dos sacerdotes e material das autoridades municipais. A fundação e o loteamento da colônia de Silveira Martins foram organizados pelo Estado, o qual administrou a economia dos colonos, porém a organização social e a educação dos imigrantes e seus filhos foram dirigidas pela Igreja Católica<sup>39</sup>, através dos institutos religiosos dos Padres e Irmãos Palotinos e das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.

O processo de fundação e reconhecimento da colônia de Silveira Martins percorreu caminho inverso ao da formação das colônias italianas da Serra Gaúcha no Nordeste do estado do Rio Grande do Sul, que se emanciparam já no final do século XIX e início do século XX. O atraso da emancipação política dos municípios surgidos do território de Silveira Martins, adiada em quase um século, do final do século XIX para o final do século XX, retardou o crescimento demográfico e econômico da colônia, forçando muitos imigrantes e descendentes italianos a migrarem para outros municípios da região e estados. Outro fator que dificultou a emancipação de Silveira Martins<sup>40</sup> foi a proximidade da colônia da cidade de Santa Maria, porque ela era o polo político e comercial da região.

---

<sup>38</sup> “Constatando o perigo de se perder a fé, causado pela emigração ao exterior – perigo que percebemos muito grave durante a sagrada visita pastoral –, e desejando, enquanto é possível, afastá-lo de nossos filhos, fundamo-nos nas disposições que o Sumo Pontífice Clemente VIII publicou a esse respeito.” SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Tradução de Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979, p. 34.

<sup>39</sup> A preocupação dos bispos e padres em manter os imigrantes sob sua tutela pode ser percebida nas diretrizes do Bispo João Batista Scalabrini dirigidas para a ação pastoral junto aos imigrantes italianos: “Continuai todos, caros irmãos e filhos, a empregar o que tendes de inteligência e de força na conservação do bem-estar religioso, moral e social dos nossos compatriotas; e ao vos aplicar a manter neles vivo o amor à mãe-pátria, guardai-vos de fomentar qualquer coisa que possa separá-los de seus novos concidadãos, ou afastá-los dos outros fiéis. Cabe a vós fazer com que os italianos em nada se distingam, senão pelo respeito maior à autoridade, pela observância mais exata de suas obrigações e pelo devotamento mais profundo à fé de seus antepassados.” *Ibidem*, 1979, p. 153.

<sup>40</sup> “O topônimo Silveira Martins também contribuiu negativamente. A homenagem ao tribuno do Império e ao líder da oposição, Gaspar Silveira Martins, não só inviabilizou a emancipação da Colônia como também o não atendimento das demandas locais pelo governo estadual. Como decorrência, tanto Júlio de Castilhos como Borges de Medeiros eram vistos, pelos comerciantes, como perseguidores.” MARIN, Jéri Roberto. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia de Silveira Martins. **Imaginário**. São Paulo, v. 13, n. 14, 2007, p. 178.

No capítulo II estudar-se-á o cotidiano dos imigrantes italianos e suas relações de poder em casa, a ausência das mulheres na historiografia, o trabalho na agricultura e no comércio. Os imigrantes eram responsáveis por toda a cadeia da produção agrícola, desde o preparo da terra, o transporte, a negociação dos preços à venda dos cereais. A pesquisa analisa as vivências e experiências dos imigrantes italianos no trabalho da casa, do lote rural e do comércio e nas Sociedades da Capela, a partir dos seus valores culturais acerca do trabalho e da religião, para compreender os seus usos e costumes. Ainda serão estudadas as práticas, as estratégias e as táticas usadas pelos imigrantes para sobreviver no interior da colônia em lugares de difícil acesso e permanência.

Os espaços, os lugares, as paisagens e os tempos dos imigrantes também foram marcados por conflitos entre os próprios colonos para escolher o local de construção das Sociedades da Capela, dos salões sociais, dos cemitérios e o nome dos padroeiros no interior da colônia. Da Igreja Católica os imigrantes exigiram que enviasse padres para celebrar as missas e ministrar os sacramentos em suas Sociedades da Capela, e das autoridades civis demandavam a construção de estradas, pontes e escolas. Os imigrantes também reagiram contra a cobrança de impostos feita por Santa Maria aos moradores da colônia, uma vez que não se sentiram assistidos pelas autoridades desse município.

Embora no início da colonização os imigrantes não liderassem a colônia e não ocupassem cargos na sua administração devido às perseguições políticas, eles lutaram por seus próprios interesses e necessidades através do trabalho manual no lote rural e da religião católica nas Sociedades da Capela, onde ainda praticaram e desenvolveram o comércio, negociando melhores condições de transporte e preços. Ao mesmo tempo que lutaram pela sua sobrevivência, também preservaram as suas tradições e os seus valores familiares e religiosos, usando de estratégias para negociar terras e produtos agrícolas com os brasileiros.

O capítulo III analisará a sociabilidade e a religiosidade dos imigrantes italianos, que formaram novos costumes no território brasileiro, a partir da catolicidade como fator de identidade e unidade cultural e social entre os imigrantes e destes com a sociedade brasileira, pois a religião foi o meio pelo qual puderam manifestar a sua italianidade, embora fossem oriundos de diferentes regiões da Itália e falassem dialetos distintos. Para entender a religiosidade católica, tratar-se-á da apropriação dos espaços sagrados como espaços de poder e sociabilidades nas Sociedades da Capela, bem como do surgimento da figura do padre leigo, das festas do padroeiro, dos santos milagreiros e da morte. Para o imigrante italiano a religião tinha por principal função salvar a sua alma do inferno, mas também servia para garantir o seu progresso econômico.

Na colônia as relações de poder e sociabilidade foram marcadas principalmente por conflitos entre os imigrantes e as autoridades civis e religiosas, mas também ocorreram muitos conflitos entre os próprios imigrantes, relacionados às redes familiares, que disputavam espaços e posições de poder entre si para assumir a liderança das Sociedades da Capela: padres leigos, fabriqueiros, catequistas e professores, visavam influenciar os padres na definição do local de construção da capela, dos nomes dos padroeiros, do salão de festas, dos cemitérios e do comércio. Os imigrantes souberam colocar o Estado e a Igreja, e suas respectivas autoridades, a seu favor para reconhecer os empreendimentos já iniciados e aprovar a construção de novas capelas, vilas, comércios e escolas no interior da colônia.

No capítulo IV apresentar-se-ão as memórias, as tradições<sup>41</sup>, o *Talian* como dialeto de comunicação e a educação familiar e escolar. A exaltação dos heróis italianos e a construção de monumentos em homenagem à pátria foram formas de construir sua identidade e demarcarem espaços entre os brasileiros almejando serem notados e respeitados. O contato dos vários dialetos italianos com a cultura brasileira e o português fez surgir o *Talian* como língua geral de comunicação entre os imigrantes.

Na Itália os emigrantes não se identificaram com o Estado recém-unificado em 1870, mas apenas com seu *paese*<sup>42</sup>, e quando chegaram no Brasil ainda não se identificaram como italianos e se agruparam em torno dos *paesi* ou províncias de origem. Entre si e para os brasileiros se apresentavam como trentinos, friulanos, lombardos, mantoanos, padovanos e beluneses, entretanto, fora da colônia foram considerados italianos pelos brasileiros. As *comuni* e províncias que na Itália tinham costumes e dialetos diferentes, na colônia de Silveira Martins se misturaram, o contato com a cultura brasileira fez surgir uma nova identidade baseada em laços de parentesco e amizade.

A educação na colônia pode ser dividida em duas fases: familiar e escolar. Na primeira fase, ficou a cargo da família e dos professores particulares, que ensinavam em italiano. Já na segunda fase, a educação escolar ficou a cargo das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que em 1892 fundaram a Escola Nossa Senhora de Lourdes, em Vale Vêneto, e em 1908 fundaram o Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho na sede da colônia. E os padres e

---

<sup>41</sup> “A ‘tradição’ neste sentido deve ser nitidamente diferenciada do ‘costume’, vigente nas sociedades ditas ‘tradicionais’. O objetivo e a característica das ‘tradições’, inclusive das inventadas, é a invariabilidade. O passado real ou forjado a que elas se referem impõe práticas fixas (normalmente formalizadas), tais como a repetição. O ‘costume’, nas sociedades tradicionais, tem a dupla função de motor e volante.” HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 6ª. ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 10.

<sup>42</sup> Na Itália o *paese* equivale ao município no Brasil e abrange a vila onde está situada a sede do município e toda a zona rural.

irmãos palotinos fundaram um centro educacional com a criação do Seminário Rainha dos Apóstolos para educar os meninos e formar as futuras vocações religiosas para o sacerdócio. As famílias se encarregaram de ensinar os ofícios ligados à agricultura; a escola formal, de ensinar a ler, escrever e contar.

Por fim, a pesquisa objetiva entender e destacar as experiências e práticas dos imigrantes italianos a partir de seu cotidiano e de suas relações de poder e sociabilidade nos deslocamentos, nas redes familiares, na casa, no lote rural, nas Sociedades da Capela e com as autoridades civis e religiosas. A vinda dos imigrantes da Itália para o Brasil propiciou o contato entre duas culturas diferentes, a italiana e a brasileira, que num primeiro momento entraram em conflito, mas, num segundo momento, realizaram trocas culturais que formam a cultura brasileira sul-rio-grandense.

## CAPÍTULO I - CHEGADA E PAISAGENS

Neste primeiro capítulo serão apresentados alguns aspectos sobre a viagem e a chegada dos imigrantes italianos em Silveira Martins. Os italianos foram forçados a se deslocar da Itália para o Brasil devido à falta de oportunidades em sua terra natal, e ao mesmo tempo motivados pela propaganda convidando-os a emigrar. Em Silveira Martins os imigrantes ocuparam o território, as matas, as montanhas e os rios para transformá-los em lugares favoráveis à moradia, à agricultura e à criação de animais.

### 1.1 VIAGEM E CHEGADA

Estima-se que, entre 1870 e 1970, aproximadamente 26.000.000 de italianos deixaram a Itália para viver em outros países, número igual à população da Itália em 1870. “Num primeiro momento da ‘grande imigração’ (1870-1900) cerca de 5,2 milhões de pessoas deixaram a Itália, especialmente os oriundos do Norte da península, com ênfase para o Piemonte e o Vêneto.”<sup>43</sup> A região do Vêneto é formada por oito províncias, sendo elas Vicenza, Treviso, Belluno, Udine, Verona, Rovigo, Pádua e Veneza. Somando os italianos nascidos na Itália e os descendentes de italianos, vivem, distribuídos pelo mundo, 60.000.000 de pessoas de origem italiana, o que equivale à população atual da Itália<sup>44</sup>. Desse total, 45.000.000 de descendentes vivem no Brasil, Argentina e Estados Unidos.

Depois do descobrimento da América, em 1492, sempre houve emigração de pequenos grupos de italianos para a América em expedições de reconhecimento e exploração: “No Sul, o Presidente da Província, Azevedo Castro, relatou à Assembleia, em 1876, alguns dados sobre os imigrantes chegados de 1859 a 1875, registrando o n.º de 12.563 recenseados, dentre os quais 729 italianos.”<sup>45</sup> Mas foi só a partir de 1875, quando ficou conhecida como a “Grande Imigração”, que o Vêneto perdeu quase metade de sua população, principalmente das regiões montanhosas, somando um total de 400.000 habitantes que emigraram para países da Europa e da América. Na Europa já existiam deslocamentos regionais e internacionais para

---

<sup>43</sup> BERTONHA, João Fábio. **A imigração italiana no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 9.

<sup>44</sup> A Itália, apesar de ser um país relativamente pequeno, foi dividida em 20 regiões, as quais estão subdivididas em 95 províncias compostas por *comuni*.

<sup>45</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil**. Porto Alegre: EST, 2001, p. 50.

países vizinhos antes mesmo da “Grande Imigração” dos italianos para o Brasil. Nessa época os italianos emigravam principalmente para a França:

A literatura italiana aponta para essa região um histórico anterior de emigração a países vizinhos, sobretudo à França, num movimento que pode ser caracterizado como de emigração local ou circular. Essa tradição ou cultura da emigração, a partir da penúltima década do século XIX, facilitou o deslocamento ao Brasil nos quadros de uma emigração em cadeia, em que parentes, conterrâneos e agentes de propaganda agiam como uma corrente transmissora de informações que alimentavam os deslocamentos.<sup>46</sup>

Na Itália os camponeses tiveram experiências migratórias para outras cidades e províncias do país, e emigraram para o Império Austro-Húngaro para trabalhar nas estradas de ferro. A emigração<sup>47</sup> não era uma prática desconhecida para os italianos do Norte da Itália, pois todo ano milhares de vênetsos se deslocavam para a Bélgica, França e Alemanha para trabalhar nas minas e estradas de ferro: “Nell’ultimo quarto del secolo scorso l’emigranzone dal Veneto assunse proporzioni eccezionale: tra 1875 ed il 1900 emigrarono stabilmente 400.000 persone mentre almeno 55.000 si recarono temporaneamente all’estero per motivi di lavoro.”<sup>48</sup> Na emigração europeia a maioria dos italianos retornava para as suas cidades de origem na Itália porque os países eram próximos, porém, a emigração dos italianos para o Brasil foi definitiva devido à distância e à possibilidade de comprar um lote de terra no país.

[...] não há dúvidas, porém, quanto à presença de colonos italianos antes de 1875, disseminados pelas outras colônias da Província do Rio Grande do Sul. Muitos deles devem ter vindo como “austriacos” por residirem em territórios então pertencentes à Áustria, mas etnicamente eram italianos.<sup>49</sup>

<sup>46</sup> TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**. São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, p. 200-201.

<sup>47</sup> “A imigração temporária, a fim de trabalhar em países vizinhos, já era tradicional entre os habitantes do Trentino e do norte da Itália, porém, com a chegada dos agentes de emigração às aldeias italianas, retratando os países americanos como um verdadeiro Éden, surgiu uma verdadeira “febre americana” entre os camponeses italianos e trentinos, que foi muitas vezes alimentada pelo baixo clero.” POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 64.

<sup>48</sup> “No último quartel do século passado a imigração do Vêneto assumiu grandes proporções: entre 1875 e 1900, 400.000 pessoas emigraram de forma permanente e temporariamente, pelo menos, 55.000 foram para o exterior por motivos de trabalho.” PASUCH, Egidio. Il fenomeno migratorio a Sedico. In: ISTITUTO BELLUNESE DI RICERCHE SOCIALI E CULTURALI. **Ricordando**: Storia e immagini del comune di Sedico. Serie Quaderni, n. 25. Sedico, 1986, p. 146 (tradução nossa).

<sup>49</sup> GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (Vênetsos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987, p. 78.

Os dois períodos de grandes fluxos emigratórios da Itália para outros países ocorreram entre os anos de 1875-1915<sup>50</sup> e, após a Primeira Guerra Mundial, nos anos de 1920-1929. Segundo Angelo Trento, entre 1880 e 1924 emigraram 5.000.000 de italianos para os Estados Unidos, 2.400.000 para a Argentina e 1.368.000 para o Brasil.<sup>51</sup> Os emigrantes italianos também foram para o Uruguai, onde os descendentes em 1976 eram 1.300.000, o que equivale a 40% da população atual desse país. Segundo estatísticas dos consulados italianos, entre 1810 e 1926, cerca de 1.500.000 italianos emigraram para o Brasil, vindos principalmente da região do Vêneto.<sup>52</sup>

As primeiras levas de imigrantes italianos vindas para o Rio Grande do Sul eram provenientes das regiões Norte e Nordeste da Itália. A predominância de imigrantes vênéticos<sup>53</sup> no Rio Grande do Sul é confirmada pela elevada porcentagem de imigrantes oriundos dessa região: vênéticos – 54%; trentinos – 7%; friulanos – 4,5% (trivênéticos – 65,5%); lombardos – 33%; e demais regiões – 1,5%. Dos imigrantes italianos que se tornaram proprietários de lotes de terra em Silveira Martins<sup>54</sup>, 70% era do Vêneto, 14,4% do Friuli, 6,5% do Trento e 5% da Lombardia. A maioria dos imigrantes italianos que se dirigiram para o Sul do Brasil partiu do Norte da Itália pela facilidade do transporte ferroviário de Veneza a Gênova e pela propaganda realizada pelas agências de navegação nessa região.

O período de maior entrada de italianos no país aconteceu entre 1884 e 1893. No Brasil, cerca de 70%<sup>55</sup> dos imigrantes italianos que entraram no país se estabeleceram no estado de São Paulo entre os anos de 1870 e 1920. Os outros 30%, no restante do território

---

<sup>50</sup> O número de emigrantes que se deslocaram da Itália para o Brasil contabilizados pela Itália diverge do contabilizado pelo Brasil, pois os números da Itália são maiores, totalizando 1.500.000, e os do Brasil, apenas 1.368.000. Essa divergência pode estar ligada à falta de precisão na contagem, à abrangência de períodos diferentes ou até mesmo a baixas causadas por mortes na viagem da Itália para o Brasil. Já os registros do IBGE apresentam 70.099 imigrantes a mais do que os apontados por Angelo Trento. Segundo dados do IBGE, entre 1881 e 1939, entraram no Brasil 4.225.638 imigrantes, dos quais 1.438.099 eram italianos, formando um contingente de 34% da soma total de imigrantes, destinados principalmente para os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo.

<sup>51</sup> TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana**. Tradução de Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1988, p. 18.

<sup>52</sup> “Migrações locais parecem, assim, ter contribuído para a formação de uma cultura migratória (cf. Massey et al., 1993, p. 452-453) que pôde se tornar, após algum tempo, intercontinental. Como exemplo, tome-se inicialmente o caso de emigrantes procedentes do Vêneto, região do nordeste da Itália que mais contribuiu para o estoque de italianos no Brasil (cf. Franzina, 2006; Alvim, 1986; Trento, 1989).” TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**. São Paulo, v. 20, n. 1, 2008, p. 200.

<sup>53</sup> FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 36.

<sup>54</sup> SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003, p. 74-76.

<sup>55</sup> ALVIM, Zuleika. **Brava gente! Os italianos em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 118.

brasileiro. Depois de São Paulo, o Rio Grande do Sul foi o estado que mais recebeu imigrantes italianos do Vêneto, alcançando o apogeu entre 1875 e 1893. Segundo o Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul<sup>56</sup>, o período de maior entrada de italianos no estado aconteceu entre 1887 e 1891. Do total de 154.682 imigrantes que chegaram ao Rio Grande do Sul entre 1882 e 1914, 43% eram italianos, somando 66.901 imigrantes.

Entre 1875 e 1887 os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram os principais destinos dos italianos no Brasil. De 1875, ano oficial do início da Grande Imigração italiana para o Brasil, até 1914, aproximadamente 100.000<sup>57</sup> imigrantes italianos se estabeleceram no Rio Grande do Sul, principalmente no Nordeste do estado, em nove colônias italianas: Dona Isabel (Bento Gonçalves), Conde D'Eu (Garibaldi), Caxias do Sul, Nova Trento, Nova Vicenza, São Marcos, Alfredo Chaves (Veranópolis), Antônio Prado e Encantado. No centro do estado do Rio Grande do Sul, estabeleceram-se na colônia Silveira Martins, próximo à cidade de Santa Maria. Esses grupos de italianos representaram 45% dos imigrantes europeus que chegaram ao estado nesses anos.

O aumento populacional na Itália, o preço elevado das terras e o confisco dos lotes por falta de pagamento dos impostos<sup>58</sup> forçaram os italianos a emigrar para outros países. Se por um lado na Itália existiam crises econômicas, perseguição política e religiosa, seca, fome, doenças, por outro, no Brasil os atrativos eram terra, autonomia econômica, comercial e social. A combinação das crises econômicas com as invasões austríaca e francesa na Itália e, por outro lado, a propaganda da existência de terra abundante e barata no Brasil criaram um contexto favorável à emigração e convenceram os italianos a se deslocarem da Itália para o Sul do Brasil.

Antes de 1890 na Itália prevaleceram ideias antiemigrantistas na Igreja Católica e entre os proprietários católicos, os quais eram contra a emigração dos camponeses italianos para outros países da Europa e da América, pois temiam perder trabalhadores. Apenas alguns sacerdotes missionários se ofereceram para acompanhar os imigrantes italianos. Os proprietários de terra, industriais e comerciantes, vendo os italianos partirem, recearam que a

---

<sup>56</sup> RIO GRANDE DO SUL. Departamento Estadual de Estatística. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1968.

<sup>57</sup> A Agência de Navegação de Clodomiro de Bernardes informava que havia firmado contrato com o Governo Brasileiro para embarcar 100.000 imigrantes para as regiões coloniais do Brasil. GAZZETTA DE TREVISO. Treviso, 4 fev. 1877 (BUPD). Apud: VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**. Tese (Doutorado em História), PUC-RS, 2013, p. 103.

<sup>58</sup> “Entre 1873 e 1881, nada menos de 61.831 pequenas propriedades foram tomadas pelo fisco por falta de pagamento de impostos [...]” IANNI, Constantino. **Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da imigração italiana**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 73.

mão de obra pudesse escassear e encarecer, já os padres constataram uma perda considerável de fiéis. Por isso, alguns parlamentares defendiam uma legislação que restringisse o considerado êxodo em massa. Franzina<sup>59</sup> observa que especificamente sobre a questão emigratória, houve uma falta de posicionamento claro da Igreja Católica no plano nacional.

As regiões do Vêneto, Veneza, Piemonte, Campânia e Lombardia foram as que mais forneceram mão de obra imigrante para o Brasil, porém, a maioria dos italianos estabelecidos na Província do Rio Grande do Sul era oriunda da Região do Vêneto, principalmente das províncias de Vicenza, Treviso e Verona. Os emigrantes foram forçados a deixar a Itália não porque a Itália era pobre como divulgado pelo governo italiano na época da Grande Imigração, mas principalmente porque no século XIX, na Itália, o governo ainda não havia feito a Reforma Agrária: “O regime de propriedade da terra, e a política econômica e financeira dos governos italianos de 1860 em diante, atuaram de vários modos como um processo social, econômico e político de fabricação de emigrantes.”<sup>60</sup> Por conseguinte, a maior parte das terras ficou concentrada nas mãos de fazendeiros, restando aos *braccianti*<sup>61</sup> e *contadini* (camponeses) trabalhar como meeiros, alugar terras para plantar ou trabalhar como jornaleiros, o que inviabilizava a sobrevivência forçando a emigração dos italianos para outros países.

O bispo Scalabrini<sup>62</sup>, que acompanhou a imigração dos italianos, reconheceu a necessidade da imigração por causa da pobreza, afirmando: “I poveri contadini avevano due scelte: o emigrare o rubare.” Isto é, os pobres camponeses tinham somente duas escolhas: ou emigrar ou roubar. O imigrante Júlio Lorenzoni (1863-1934)<sup>63</sup>, que emigrou com seus

---

<sup>59</sup> FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Blondi. Campinas: UNICAMP, 2006, p. 270. A posição do governo italiano com relação à política de emigração em massa foi objeto de estudo de Iotti. Cf.: IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder**: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no RS (1875-1914). Caxias do Sul: EDUCS, 2010, p. 21.

<sup>60</sup> IANNI, Constantino. **Homens sem paz**: os conflitos e os bastidores da imigração italiana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 53.

<sup>61</sup> “Trabalhador rural desprovido de qualquer propriedade da terra para o cultivo, sendo, por isso, dependente de um proprietário que paga pela sua força de trabalho.” BENEDEZI, Luiz Fernando. **Imigração italiana e catolicismo**: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p. 92.

<sup>62</sup> “Scalabrini, bispo de Piacenza, que estudou e auxiliou a emigração italiana em sua época, constatou que a imigração ocorria por uma necessidade de sobrevivência: É fácil, portanto, responder aos que, impressionados com os males causados pela imigração, perguntam ingenuamente: ‘Então, por que tanta gente emigra?’ A emigração, na quase totalidade dos casos, não é um prazer, mas uma necessidade inevitável.” SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Tradução de Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979, p. 46.

<sup>63</sup> Júlio Lorenzoni era originário da fração de Carpenedo, município de Cavasagra, Província de Treviso, onde frequentou o ensino primário. Quando a família Lorenzoni decidiu emigrar o jovem

conterrâneos para Silveira Martins, também confirmou que “a única solução a que chegaram era, pois, emigrar o quanto antes, vendendo tudo que possuíam, a fim de poder ter recursos que permitissem pagar a passagem da Itália ao Brasil e outros gastos inevitáveis para uma viagem tão longa.”<sup>64</sup> Lorenzoni ainda relatou em suas memórias, com riqueza de detalhes, os motivos que forçaram os italianos a emigrar para o Brasil:

Sem higiene, sem saúde, sem pão, sem-terra, sem teto, um país de analfabetos e miseráveis, exauridos pelas guerras de unificação, “far l’América” – fazer a América – era a única esperança de libertar-se de tão indignas condições de vida.<sup>65</sup>

A imigração não foi homogênea – apesar de existirem algumas características predominantes, como a emigração de camponeses para trabalhar no campo ou para comprar terra, também emigraram industriais, comerciantes, médicos, religiosos e autoridades. No Rio Grande do Sul a imigração italiana teve vários incentivos por parte do governo brasileiro e dos próprios imigrantes: povoamento, venda de terras, produção de alimentos e ocupação de vazios<sup>66</sup> demográficos para proteger as fronteiras do Brasil. Além disso, os cartazes pregados nas portas das Igrejas na Itália convidando os italianos para progredir em uma nova terra eram bastante atraentes, porém para atingir esse objetivo ainda precisariam enfrentar e vencer muitos obstáculos:

A grande maioria dos italianos, ao chegar à América, não viu o fim, mas o aumento das privações. Em qualquer país que desembarcassem e se apresentassem como trabalhadores, eram tratados pelos interesses de quem procurava apenas braços para o trabalho; se vinham como

---

Lorenzoni estava servindo o exército havia dois anos. A família Lorenzoni emigrou para Silveira Martins para melhorar sua condição financeira, pois na Itália estava “a serviço de poderosos senhores, proprietários das terras férteis que se estendiam entre Castelfranco e Istrana”. POZZOBON, Andrea. **Uma Odisséia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 34-37.

<sup>64</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 14.

<sup>65</sup> POZZOBON, op. cit., p. 57. Os escritos do imigrante Andrea Pozzobon foram organizados postumamente a sua morte por seu neto Zolá Pozzobon. O relato de sua vida na Itália foi escrito em forma de diário, e a vida no Brasil foi descrita em forma de memória.

<sup>66</sup> “A noção de espaço vazio, a ser humanizado, cultivado e civilizado, é propícia aos colonizadores que consideram a terra e o homem nativos carentes de produtividade, racionalidade e de noções caras aos europeus do período, como acumulação, progresso e a produção de riquezas.” ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: UFSM, 2006, p.110.

colonos esperavam-nos as matas, onde o desamparo era uma constante.<sup>67</sup>

Enquanto na Itália o imigrante vivia em municípios milenares já estruturados, no Brasil existia apenas mata virgem para ele derrubar, cortar e limpar o terreno para só depois poder construir. O deslocamento da Itália até o Brasil também não era um desafio menor: viagem, chegada, o isolamento em meio à mata, o trabalho exaustivo abrindo estradas, derrubando a mata, limpando o terreno, plantando e colhendo em locais montanhosos e pedregosos, testaram os limites do corpo e da mente dos imigrantes. O Agente Consular da Itália em Santa Maria, Cavaleiro Umberto Ancarani, relatou que os imigrantes desconheciam completamente a vida em meio à mata: “Aos imigrantes italianos era totalmente desconhecida a vida nos matos, mas, à força de vontade, de sacrifícios e de trabalhos, venceram todas as dificuldades e trouxeram vida agrícola naquelles núcleos.”<sup>68</sup> Por isso, a imigração italiana e a colonização foram compreendidas pelos imigrantes como um processo civilizador<sup>69</sup> para domesticar espaços hostis à presença humana.

O emigrante italiano Antonio Ceretta<sup>70</sup>, que se deslocou para o Brasil em 1880 com 12 anos de idade, relata que os italianos emigraram por necessidade:

---

<sup>67</sup> LORENZATTO, Antônio Domingos. **Os Vênetsos, nossos antepassados**. Porto Alegre: EST, 1999. p. 121.

<sup>68</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 73.

<sup>69</sup> Autores que tratam da travessia e do processo civilizador em Silveira Martins: LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975. RUBERT, Arlindo. Clero secular Italiano no Rio Grande do Sul (1815-1930): padres dos imigrantes. Santa Maria: Pallotti, 1977. SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986, MARIN, Roberto Jérri. **“Ora et labora”**: o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1993. SPONCHIADO, Breno Antonio. Imigração e 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: UFSM, 1996. RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil**. Porto Alegre: EST, 2001. VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001. SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003. VENDRAME, Maíra Ines. Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). 2007. 236 p. Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria. MARCUZZO, Clementino. **Centenário das Irmãs e Fundação do Colégio de Vale Vênetsos: 1892-1992**. Porto Alegre: Pallotti, 1992. BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010.

<sup>70</sup> “Antônio Ceretta estabeleceu-se na Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana em 1880 com sua família, quando tinha doze anos de idade, na comunidade de Vale Vênetsos, tornando-se anos mais tarde mestre escola<sup>8</sup> na comunidade de São João do Polêsine, onde viveu de 1895 até 1943.”

Eram venetos: isto é, das províncias pertencentes aquela região da Itália que se chama Veneto, nome derivado de Veneza, belíssima cidade, antigamente capital da republica deste nome. [...] Seus habitantes, muito laboriosos, de índole pacífica e muito amante de sua religião católica e da sua bela pátria. E daqui se pode fazer idéia quanta dor no coração custasse, aqueles que por pura necessidade eram obrigados abandona-la para ir em procura de uma terra longínqua e por ele desconhecida. Mas a necessidade, é necessidade: e faz que o homem se sacrifique a tudo, até confiar a própria vida e a dos seus filhos, a estranhos, nunca visto, nunca ouvido falar dele, nem ter provas de sua sinceridade; só animado da suas palavras que lhe promete conduzi-lo a uma terra que lhe renderá a vida mais fácil, uma existência menos atribulada, onde de servo passará a ser dono: onde poderá legar a seus amados filhos, um modesto patrimônio onde pode trabalhar em terra própria, independentemente, sem suportar as vessações dos patrões. Estas eram as considerações e as esperanças que animavam aquelas pobres gentes.<sup>71</sup>

A maioria dos imigrantes italianos que vieram para o Sul do Brasil emigraram principalmente porque não possuíam terra própria na Itália e eram somente jornaleiros e meeiros, conhecidos como *mezzadri*<sup>72</sup> porque dividiam a produção com o dono da terra. “As formas predominantes de contrato agrário eram a *mezzadria*, espécie de meação, e de contrato misto de *mezzadria* e de arrendamento com pagamento em mercadoria, o *affito a grano*.”<sup>73</sup> Os meeiros pagavam o dono da terra com metade da sua própria produção, dado que não tinham dinheiro para pagar o aluguel da terra na qual trabalhavam. Alguns emigrantes tinham terra, mas esta era pouca para alimentar todos os filhos e netos, os quais necessitaram emigrar para sobreviver.

Lorenzoni que colonizou Silveira Martins e descreveu o cotidiano dos imigrantes na colônia, ao referir-se a Maróstica na Província de Vicenza, comentou: “A maioria dos habitantes daquela redondeza [...] era composta de pobres camponeses, a quem tudo faltava. Inquilinos de ricos proprietários, sem uma casinha própria, nem uma vaca possuíam, pois

---

KEMMERICH, Ricardo. **Trajetória e memória de um imigrante italiano:** Antônio Ceretta (1877-1943). Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2018, p. 14.

<sup>71</sup> SCHWINN, Padre Frederico. Manuscritos. Caderno 1. 1903, p. 2-3. Arquivo Provincial dos Palotinos, Santa Maria, Missão Brasileira, Caixa 4.

<sup>72</sup> “A fazenda capitalista, de baixa tecnologia, concentrava-se no Norte, em geral, e na baixa Lombardia, em especial. Ela trabalhava em contexto parcialmente pré-capitalista, pagando parte da mão de obra em espécie. Através da Itália, praticavam-se diversas formas de *mezzadria*. Por um tempo variável, o *mezzadro* arrendava e trabalhava o lote, com desigual autonomia, dividindo com o proprietário os custos dos implementos agrícolas e entregando-lhe a metade da produção.” MAESTRI, Mário. **Os Senhores da serra:** a colonização italiana no Rio Grande do Sul – 1875-1914. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 25.

<sup>73</sup> AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos:** os anos pioneiros da colonização italiana no RS. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975, p. 46 (grifos do autor).

nada podiam economizar.”<sup>74</sup> Provavelmente os imigrantes de Maróstica vieram ao Brasil porque não tinham nenhuma perspectiva de conseguir comprar um lote de terra na Itália, já que gastavam tudo o que ganhavam apenas para sobreviver.

Na Itália quem ouvia a propaganda ficava interessado em imigrar, pois eram muitas as facilidades apresentadas. No entanto, os italianos que emigraram da Itália para o Brasil enfrentaram muitos obstáculos antes de chegarem ao destino. Os emigrantes italianos vendiam suas propriedades, casas, móveis, ferramentas e animais trazendo para o Brasil somente o que cabia na mala. O imigrante Lorenzoni descreveu alguns objetos trazidos na mala da família: “Nada mais desejavam senão que chegasse, quanto antes, o bendito dia 11, aprontando, desde já seus pacotes, roupas de cama, cobertores, colchões, travesseiros, lençóis e outras roupas.”<sup>75</sup> Provavelmente os imigrantes não puderam trazer no navio tudo o que queriam ou precisavam, devido à restrição do número de passageiros e de carga, limitando-se a alguns utensílios pessoais.

Uma das principais razões<sup>76</sup> que levaram os imigrantes italianos a se deslocarem da Itália para o Brasil era a possibilidade de se tornar um *signore*, isto é, um proprietário de terras para alcançar a sua independência econômica, familiar e social. Mas os italianos também partiram devido a outros motivos: cobrança de impostos, serviço militar obrigatório, guerras entre a França e o Império Austríaco, desejo de liberdade e espírito aventureiro.

Júlio Lorenzoni, em seus relatos intitulados “Memórias de um imigrante italiano”, escreveu que o desejo de vir para a América era tão forte que ninguém mais queria lavrar a terra dos patrões italianos – para lavrar a terra somente quando chegassem ao Novo Mundo, sonhando com as suas riquezas:

Ninguém mais trabalhava a terra, reservando-se a fazê-la quando chegassem ao Novo Mundo, sonhando somente com riquezas, felicidades e bem-estar. E todos os arrendatários tinham comunicado aos patrões que no próximo dia de São Martinho (11 de novembro) entregariam a propriedade que possuíam em arrendamento, já decididos a imigrar para o Brasil. [...] inútil se torna qualquer esforço

---

<sup>74</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 14.

<sup>75</sup> *Ibidem*, p. 23.

<sup>76</sup> Para o Cônsul Umberto Ancarani, as principais causas da imigração italiana para o Brasil foram a vontade de ganhar terra e o bem-estar da família. Cf.: ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 65.

para fazê-los desistir do firme propósito. Todos a uma só voz respondiam: queremos emigrar – chega de miséria.<sup>77</sup>

O governo brasileiro atraiu os imigrantes italianos oferecendo vários benefícios, como viagem, alimentação e hospedagem gratuitas. Outro fator que despertou o interesse dos italianos a emigrar para o Brasil foi a riqueza de recursos naturais: abundância de terra, água, madeira, animais e frutas. Sobre a propaganda do Brasil na Itália o imigrante Júlio Lorenzoni de Silveira Martins testemunha que ela despertava bastante interesse nos italianos: “Deixo aos leitores imaginar como arregalavam os olhos essas pobres criaturas, pensando nas maravilhas que lhes seria dado ter, a eles, que nunca haviam possuído a mais insignificante horta para cultivar, que fosse de sua exclusiva propriedade.”<sup>78</sup> No entanto, as dificuldades que os imigrantes enfrentariam na viagem não eram divulgadas para evitar que desistissem de se aventurar. Por isso, muitos imigrantes levaram um choque em Silveira Martins ao se depararem com a mata virgem, as dificuldades de acesso e o ataque de animais.

Os imigrantes italianos vinham para o Sul do Brasil para serem proprietários, agricultores, comerciantes, mascates, sapateiros, marceneiros, pedreiros e expandir seus negócios ou até mesmo fugindo de perseguições políticas do governo italiano, da Igreja ou da família em busca de mais liberdade. Júlio Lorenzoni em suas memórias descreveu algumas dessas motivações:

Bem tinham razão aqueles pioneiros que, impávidos, haviam afrontado, [...] a floresta virgem, de estarem contentes com a nova pátria que os havia hospedado, onde tinham conseguido tornarem-se pequenos proprietários, sem patrões às suas costas, cheios de toda a graça de Deus, o que nunca teriam conseguido no Velho Mundo, e gozando, por acréscimo, de uma liberdade absoluta.<sup>79</sup>

Os colonos só se sentiriam independentes e autônomos quando conseguissem comprar o seu lote de terra, construir a sua casa e uma capela na sua linha ou travessão. Para viver isolado em meio à mata era preciso mantimentos, ferramentas, roupas e remédios. A posse da propriedade não era apenas uma questão econômica, mas também significava mais liberdade para criar um mundo próprio e melhor do que aquele no qual tinham vivido na Itália. Queriam se libertar de qualquer controle, exploração ou submissão ao governo italiano, aos patrões e

---

<sup>77</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 7.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 115.

até mesmo à própria família. No Brasil os imigrantes italianos não pretendiam pôr fim aos patrões, mas se transformar em um.

Camponeses partiam da Itália para livrar-se dos patrões aos gritos revolucionários: “Viva l’America, morte ai padroni” – Viva a América, morte aos patrões! [...] Na América, o imigrante não perseguia o sonho de pôr fim aos patrões, mas de transformar-se em um.<sup>80</sup>

As oportunidades no Brasil também eram divulgadas pelos jornais da época na Itália com muitas facilidades. A infraestrutura oferecida era completa, pelo menos na propaganda, a qual divulgava que os colonos receberiam terra, ferramentas e sementes para cultivar. Uma propaganda de 4 de fevereiro de 1877 publicada no jornal *Gazzetta di Treviso* divulgava:

Os colonos que chegarem ao Brasil serão recebidos por agente interprete e enviados aos seus destinos, onde encontrarão casa, instrumentos rurais, animais domésticos, sementes e tudo o que necessitam, como comida até a primeira colheita. Também se tornam donos das propriedades.<sup>81</sup>

O imigrante italiano Antonio Ceretta relatou em suas memórias que depois da chegada dos primeiros imigrantes se formaram redes de contato entre o Brasil e a Itália que facilitaram o deslocamento de novos imigrantes para a colônia, as quais são constituídas por cartas enviadas de Silveira Martins para os parentes e vizinhos que ficaram na Itália.

Os que se dispunham para imigrar, eram de classe mais pobre e por conseguinte, gente sem cultura, sem instrução nenhuma: que nunca tinham viajado, nem conheciam geografia. Talvez que alguns tivesse ouvido falar vagamente de America, mas que idéa podiam eles formarem deste nome? Sempre falavam em America em geral, como fosse um só paiz e não um continente. Nem entenderiam o que é um continente, nem entenderiam o que seria o Oceano a que deviam atravessar; a que governo devia ser entregue, o que fosse viajar no mar. Tudo, tudo isto e o mais ignoravam. Porém com toda facilidade alistavam-se no rál e preparavam-se para partir. Isto tudo, porém, se refere as primeiras levas, pois, depois que estes primeiros foram cá;

---

<sup>80</sup> MASTRI, Mário. **Os senhores da serra**: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2000, p. 32.

<sup>81</sup> GAZZETTA DI TREVISO. Treviso, 04 fev. 1877. Acervo Biblioteca Universitária de Pádua (BUPD). Apud: VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança**: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Tese (Doutorado em História), PUC-RS, 2013, p. 100.

escreviam aos parentes em Italia e os seguintes vinham mais informados.<sup>82</sup>

O governo brasileiro incentivou e recebeu os imigrantes italianos porque os dois países eram culturalmente semelhantes: brasileiros e italianos possuíam alguns elementos culturais em comum, tais como a língua (português e italiano derivam do latim), a religião católica e o clima. A imigração também teve um componente econômico: aliava-se o excedente de mão de obra italiana com a abundância de terras no Brasil para a prática da policultura, visando diversificar a produção de alimentos para as grandes cidades, pois no Brasil, até então, predominavam a monocultura do café e a pecuária extensiva. A imigração também teve um componente econômico: aliava-se o excedente de mão de obra italiana com a abundância de terras no Brasil para a prática da policultura, visando diversificar a produção de alimentos para as grandes cidades, pois no Brasil, até então, predominavam a monocultura e a pecuária extensiva. Destaca-se que os trentinos trouxeram para o Brasil o hábito de plantar cereais e criar pequenos animais como ovelhas e cabras porque eram de origem camponesa<sup>83</sup>.

Das famílias italianas que colonizaram Silveira Martins, 845 eram oriundas de aproximadamente 100 *comuni*<sup>84</sup> da região do Vêneto. Na década de 1880, quase todos os imigrantes vinham acompanhados de alguns membros da família para facilitar a sua fixação no Brasil. No período compreendido entre 1883 a 1889, a colônia dobrou o número de habitantes, passando de 2.710 para 5.318 pessoas somados os recém-chegados e os nascidos em Silveira Martins. O engenheiro Manuel Maria de Carvalho<sup>85</sup>, ajudante da Inspeção Geral das Terras e Colonização, criada em fevereiro de 1876, relata que em dezembro de 1885 o Núcleo Norte tinha exatamente 562 habitantes e o Soturno, 1.280. O restante da colônia, que correspondia a Silveira Martins, Vale Vêneto e Arroio Grande, tinha 3.476 moradores, somando um total de 5.318, com média de quatro pessoas por lote, geralmente todas da mesma família.

---

<sup>82</sup> CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno I. 1941, p. 4-5. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>83</sup> Cf.: GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer:** camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987.

<sup>84</sup> Na Itália *comune* (ou *comuni*, no plural, ou ainda “comuna”, em português) equivale ao município no Brasil, compreendendo a sede da *comune* e todo o seu território rural.

<sup>85</sup> CARVALHO, Manoel Maria de. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).



Imagem 2 - Propriedade da família Bortoluzzi na fração de Piavon no município de Oderzo, província de Treviso, região do Vêneto, Norte da Itália.<sup>86</sup>

Na fotografia pode-se observar a propriedade cultivada pelos membros da família Bortoluzzi na localidade de Piavon na *comune* de Oderzo, província de Treviso. No centro da imagem está a casa de Paolo Bortoluzzi na qual residia com a esposa, os filhos, dois irmãos casados, o pai, o tio Antônio e os primos também casados. A casa dos Bortoluzzi possuía dois andares e abrigava várias pessoas da mesma família – eram três gerações.

Em 1878 várias famílias haviam partido das *comuni* de Oderzo e Piavon, na província de Treviso, Itália, para o Sul do Brasil planejando fundar uma nova comunidade, formando o maior grupo de imigrantes italianos destinado a Silveira Martins, com 300 pessoas. Liderados pelo italiano Paolo Bortoluzzi<sup>87</sup>, em maio de 1878, o grupo se fixou em um vale denominado

<sup>86</sup> Arquivo particular do professor Ulderico Bernardi, Treviso, Itália. Apud: VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Tese (Doutorado em História), PUC-RS, 2013, p. 124.

<sup>87</sup> Paolo Bortoluzzi nasceu em Franzenigo, na Itália, no dia 1º de dezembro de 1845, e se casou com Stella Santa Furlan, nascida em Oderzo, também na Itália, no dia 1º de maio de 1848. Tiveram 24 filhos, dos quais apenas sete sobreviveram. Paolo Bortoluzzi faleceu no dia 20 de outubro de 1926, em Vale Vêneto, e sua esposa Stella Santa Furlan faleceu no dia 10 de novembro de 1929, ambos sepultados em Vale Vêneto. Os dois são considerados beneméritos fundadores e grandes benfeitores da vinda dos Padres Palotinos e das Irmãs do Imaculado Coração de Maria para Vale Vêneto.

*Val de Buia*, nas proximidades de onde seria a sede da colônia Silveira Martins na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O novo local da colônia foi denominado *Val de Buia* em homenagem ao grande número de imigrantes procedentes da *comune* de Buia da província de Údine.

A partida de Paolo Bortoluzzi da Itália para o Brasil foi registrada pelo jornal *Gazzetta di Treviso*<sup>88</sup> a 24 de dezembro de 1877, comunicando que na estação ferroviária da cidade se encontravam “200 iludidos provenientes de Ponte de Piave, Motta di Livenza e Oderzo” com o objetivo de abandonar a pátria. No ano de 1876, um ano antes de emigrarem, viviam nesta mesma casa seis casais com os filhos pequenos. Bortoluzzi vendeu seus seis hectares de terra em Piavon, onde criava bovinos e cultivava terras arrendadas. Emigrou para o Brasil porque queria progredir e se tornar chefe de uma colônia<sup>89</sup>. Além de ser um proprietário querendo expandir seus negócios no Brasil, Bortoluzzi se tornou um dos principais líderes do grupo de imigrantes que compartilhavam do mesmo destino. A travessia foi um elo de identificação e unidade entre os imigrantes vindos das *comuni* do Vêneto, Itália, para o Brasil:

A travessia é um processo, um elo, um vínculo por meio do qual os indivíduos descendentes de italianos, hoje, conseguem estabelecer uma trajetória pessoal, familiar e grupal. Trata-o como um mito de passagem e de origem grupal, pelo qual o ítalo-brasileiro esboça o seu itinerário, encontra sentidos e vivências comuns e procura, na busca de suas raízes, compreender a si mesmo, a sua família e ao universo simbólico no qual foi criado.<sup>90</sup>

Antes mesmo de desembarcarem no porto do Rio de Janeiro, era obrigatório que houvesse uma cuidadosa averiguação do estado de saúde dos passageiros, uma vez que o medo das epidemias de tifo, febre amarela e varíola era imenso, porque já haviam acontecido vários casos. Chegando no Rio de Janeiro, os imigrantes paravam na Ilha das Flores para

---

VIZZOTTO, Jacinta Maria Pivetta. **História de fé e trabalho:** bens culturais de Vale Vêneto. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2014, p. 74.

<sup>88</sup> GAZZETTA DI TREVISO. Emigrantes. Treviso, 24 dez. 1877. Acervo Biblioteca Universitária de Pádua (BUPD). Apud: VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Tese (Doutorado em História), PUC-RS, 2013, p. 86.

<sup>89</sup> BERNARDI, Aquiles. Vita e Storia de Nanetto Pipetta. Porto Alegre: EST/Caxias do Sul: UCS, 1976. Apud: POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”:** a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 134.

<sup>90</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional:** a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS. Santa Maria: UFSM, 2006, p. 37.

identificação e controle das entradas e das doenças, de onde posteriormente eram encaminhados para Santos em São Paulo e depois para Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Os imigrantes ancoravam no Porto de Rio Grande e seguiam por 300 km em pequenos barcos durante dois dias pela Lagoa dos Patos até Porto Alegre, onde, temporariamente, aguardavam o envio para Silveira Martins abrigados em antigos barracões, outrora utilizados por tropas militares.

De Porto Alegre em diante os imigrantes eram divididos em grupos menores e recolhidos por pequenas embarcações fluviais, os *vaporin*, com as quais subiram o Rio Jacuí e o Rio Pardo rumo à atual região do município de Cachoeira do Sul, onde as carretas de bois aguardavam para levar os imigrantes até a colônia. Antonio Ceretta, que também fez esse percurso, o descreveu em suas memórias.

Os primeiros imigrantes, empregavam na viagem, mais ou menos dois meses, para chegar ao lugar de destinação. Deviam desembarcar e embarcar em diversos portos para mudar de navio, e aí esperar, por alguns dias o embarque. Assim aqueles que deviam chegar a Santa Maria de Boca de Montes, como se dizia naquele tempo, tinham de fazer diversas etapas. Tacavam nos portos de Rio de Janeiro ou de Santos, de Rio Grande ou Porto Alegre e finalmente Rio Pardo ou ao lugar chamado Jacuí: e em todos estes lugares, tinham de ficar diversos dias a espera de novo embarque. De Rio Pardo, ou de Jacuí, deviam continuar sua viagem com carretas puxadas por bois, postas a disposição deles pelo governo. Os carreteiros eram brasileiros e com eles vinha um diretor, empregado do governo mesmo, para administrar os mantimentos e conservar a ordem. Tal viagem durava de 7 a 8 dias, sempre ao campo aberto, de dia e de noite, fizesse o tempo que fizer. As mulheres e as crianças, iam nas carretas, e os homens e rapazes, seguiam a pés. Viagem muito incomoda e de grandes tribulações era esta, especialmente pelos doentes. Mas naquele tempo, não haviam outros meios.<sup>91</sup>

Umberto Ancarani relatou que os primeiros imigrantes chegaram a Silveira Martins em meados de 1877, num grupo formado por 70 famílias<sup>92</sup>:

Os primeiros imigrantes compunham-se de umas 70 famílias que, pela via fluvial, chegaram até Rio Pardo, d'onde, depois de alguns

<sup>91</sup> CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno I. 1941, p. 4-5. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>92</sup> A tabela completa com o sobrenome das 80 famílias se encontra no trabalho de Marilene Scapin. SCAPIN, Marilene. **Mulheres descendentes de imigrantes italianos na Quarta Colônia: mitos estereótipo**. 2002. Dissertação (Mestrado em História), UNISINOS, São Leopoldo, p. 35 e 36.

dias de parada para dar tempo a recolher carretas de bois e cargueiros, se encaminharam em direcção ao novo núcleo colonial, passando pelo caminho dos Pains, (onde estiveram 8 dias devido ás enchentes) e pela picada dos Pennas, chegando, depois de 15 dias de peregrinação, entre mil peripecias, ao Barracão dos Imigrantes, em baixo do monte, de propriedade do cidadão F. J. Smith, e pertencente hoje aos irmãos Aita.<sup>93</sup>

De outubro de 1877 a janeiro de 1878 chegaram vários grupos de famílias, totalizando aproximadamente 1.600 pessoas. Em abril de 1878 chegaram 50 famílias e em 20 de maio do mesmo ano, mais 120 famílias. Entre elas estavam 11 famílias de sobrenome Dotto e Pozzobon, que foram encaminhadas para o lugar conhecido como “Buraco”, uma vez que não havia mais espaço no Barracão dos Imigrantes. Por isso, foi preciso construir mais dois barracões ao lado do primeiro para abrigá-los.

Lorenzoni viajou da Itália para o Brasil aos 14 anos de idade com os seus pais, irmãos e o avô Antonio no dia 11 de fevereiro de 1878 da cidade de Maróstica, Província de Vicenza, onde possuíam dois hectares de terra, os quais foram vendidos para que pudessem emigrar para Silveira Martins. Cada passagem de Gênova até o Rio de Janeiro custava 150 libras. Na mesma excursão também estavam pequenos proprietários e arrendatários que venderam suas terras e bens para pagar a viagem e comprar lotes no Brasil do governo e de particulares. Em suas memórias Lorenzoni descreve como foi a chegada em Silveira Martins:

A viagem pelo rio foi assaz agradável. Panoramas belíssimos, vegetação exuberante, árvores frondosas e seculares, cobertas de barba-de-pau, onde esvoaçavam as mais variadas espécies de passarinhos e, de vez em quando, aparecia algum macaquinho ou outro animal silvestre. A cada parada do vaporzinho, para se reabastecer de lenha, podíamos admirar as plantações de laranjas, lima e limão carregadas de frutas; e esta visão era para nós um espetáculo dos mais atraentes.<sup>94</sup>

Ceretta ressalta que desde a partida da Itália até o destino final, em Silveira Martins, foram vários dias viajando e esperando em portos e hospedarias. A viagem era realizada em navios, depois em pequenas embarcações e, por último, em carretas de boi, nas quais eram transportados os idosos, as mulheres e as crianças, por serem mais frágeis, as malas e os

---

<sup>93</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 65.

<sup>94</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 39.

mantimentos, e atrás das carretas seguiam os homens e os jovens. Os comboios conseguiam andar em média 20 quilômetros por dia, e à noite pernoitavam na estrada, para prosseguir a viagem no dia seguinte, devido à escuridão, que impossibilitava ver o caminho e o ataque de animais. Não foi possível descobrir a data exata da escritura das memórias de Ceretta, mas pela expressão “naquele tempo” é possível deduzir que as memórias foram escritas muitos anos após os referidos acontecimentos. O imigrante Júlio Lorenzoni descreve em detalhes a viagem no Rio Jacuí até *Val de Buia*:

Nessa manhã (15/04/78), bem cedo, vimos chegar um número extraordinário de carroções de duas rodas, que estacionaram bem defronte ao nosso acampamento. Cada carroção era puxado por quatro ou cinco juntas de bois, e conduzido por um guia a cavalo, descalço, com as calças até os joelhos, armado com pistola e facão, levando na mão direita uma longa taquara ferrada, que servia numa emergência para aguilhoar os animais manhosos ou emperrados. O carro... com uma cobertura de duas águas, feita com macegas e ervas secas, fechado também dos lados pelas mesmas ervas, assemelhava-se exatamente a uma cabana ou casinhola. Tinha a parte de trás aberta e só protegido do sol e das intempéries por um couro seco de boi, que o resguardava como se fora uma cortina. Cada carro era destinado a uma família e sua respectiva bagagem... A um aviso do administrador... a fileira imensa de carros, que se estendia por uns dois quilômetros, pôs-se lentamente em movimento. Nos carros instalaram-se os velhos, as mulheres e as crianças, preferindo os jovens e outras pessoas mais robustas caminhar a pé.<sup>95</sup>

Os obstáculos encontrados pelo caminho e o desconhecimento do território tornaram a ocupação da colônia um processo lento e difícil, dado que durou meses para chegar ao lote de destino e anos para abrir as estradas e derrubar a mata. As estradas eram sinuosas e seguiam pelas planícies porque precisavam contornar as montanhas intransponíveis, porém nas planícies existiam muitos terrenos alagados e lamacentos. O imigrante Júlio Lorenzoni descreve em detalhes a chegada do grupo a Silveira Martins:

Entramos no dia seguinte no bosque, numa estrada de inferno: buracos e barro que os pobres animais afundavam até quase à barriga. Os gritos dos carreteiros para estimulá-los e fazê-los atravessar aquelas poças d'água e lama e arrastar as carretas com nossas bagagens, causava-nos uma tristeza enorme. Seguindo-as, vinha a fileira de homens, mulheres, velhos e crianças, procurando escolher o local

---

<sup>95</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 39.

exato para firmar os pés sem afundar naquele terreno barrento e lodoso. Os homens marchavam com os filhinhos no colo, calças arregaçadas até acima dos joelhos e as mulheres também não podiam evitar de mostrar as pernas, sujas e enlameadas, procurando salvar da sujeira as saias que vestiam. Uns caminhavam de cabeça baixa, taciturnos e tristes, outros gritavam, blasfemavam e maldiziam a hora de terem vindo ao Brasil, enquanto algumas mulheres, silenciosamente, seguiam chorando. Quando Deus quis, isto é, pelas três horas da tarde, desembocamos daquele mato numa linda planície, propriedade do fazendeiro Penna. Paramos aí, novamente, para tomar algum alimento, pois estávamos sem comer desde manhã cedo, para repousar um pouco, enxugar nossas roupas e mesmo porque os animais estavam exaustos, escorrendo suor e embarrados até os chifres. No dia seguinte, às 9 horas mais ou menos, estávamos novamente a caminho, em direção ao barracão, que distava da casa do Sr. Penna, apenas 6 km. No entanto, às 2 horas da tarde aproximadamente, chegávamos afinal ao barracão, ponto final do nosso destino.<sup>96</sup>

Os obstáculos enfrentados nos deslocamentos dos grupos de imigrantes em meio a florestas e campos geraram sofrimentos e decepções durante quase todo o percurso. O acesso à colônia foi difícil porque as estradas eram estreitas, com muitos buracos e lama, o que permite concluir que os imigrantes chegaram num período chuvoso. O relato também revela que as inúmeras dificuldades para se deslocar até o barracão da colônia deixaram os imigrantes frustrados, pois na Itália as terras eram mais planas e as estradas melhores. A decepção dos imigrantes pode ser percebida quando Lorenzoni comenta sobre o estado de abatimento deles: “Uns caminhavam de cabeça baixa, taciturnos e tristes, outros gritavam, blasfemavam, e maldiziam a hora de ter vindo ao Brasil, e maldiziam, também, Cristóvão Colombo e o diabo, e algumas mulheres havia até que, silenciosamente, seguiam chorando.”<sup>97</sup> Muitos imigrantes tinham ido de seu *paese* de origem até a cidade de Gênova de trem, por isso, devem ter estranhado as péssimas condições do caminho até a colônia. O trem só chegaria a Silveira Martins em 1885, quando foi construída a estrada de ferro de Porto Alegre a Santa Maria, oito anos após a chegada dos primeiros imigrantes.

Apesar de ter anotado as impressões negativas e as reclamações dos imigrantes em meio às montanhas e estradas barrentas, Lorenzoni também elogia a região quando diz que desembocou do mato para uma linda planície, onde estava a fazenda do senhor Penna, a qual também achou muito bonita. Lorenzoni destaca a ajuda recebida do fazendeiro para

---

<sup>96</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 43-44.

<sup>97</sup> *Ibidem*, p. 48.

descansar, se alimentar, enxugar as roupas e ainda deixar os animais descansarem, pois estavam exaustos e suados. A fazenda ficava a 6 km de *Val de Buia*, destino final dos imigrantes. Entretanto, não deixa claro em seu relato se a parada na fazenda fazia parte do roteiro oficial do governo ou se foi apenas uma caridade do fazendeiro com viajantes cansados.



Imagem 3 - Carretas transportando imigrantes italianos para Silveira Martins, RS.<sup>98</sup>

A fotografia mostra parte do caminho percorrido pelos imigrantes do Rio Jacuí até chegar à colônia de Silveira Martins e uma das carretas puxadas por pelo menos três juntas de bois. A carreta possuía apenas um eixo alto, para vencer a lama e não enroscar em tocos e raízes de árvores ao longo do percurso. A caixaria e a cobertura das carretas eram feitas de palha para diminuir o peso e ainda manter o seu interior arejado nos dias de calor. A viagem fotografada revela os carreteiros indo buscar os imigrantes, pois ao lado e dentro da carreta não é possível vê-los. Do lado esquerdo do veículo estão dois cavaleiros brasileiros encarregados pelo governo de conduzir a viagem.

---

<sup>98</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil.** Porto Alegre: EST, 2001, p. 58.

Num documento encontrado no Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, notamos que, nas estradas de Vale Vêneto, após 1882, podia-se apenas andar a cavalo. Tamanho era o abandono da administração de Cachoeira do Sul, que os comerciantes tinham que contratar algumas pessoas para melhorar a qualidade dos caminhos. Nesse mesmo registro, o escritor reclama da miséria dos moradores e dos baixos preços pagos pelos produtos agrícolas; noutro documento do escrivão de Silveira Martins, de outubro de 1899, encontramos a seguinte declaração que bem demonstra o abandono: “Atualmente desmembrada (a colônia) é contornada por quatro municípios que só cuidam de desfrutá-la e aniquilá-la, estando suas estradas quase intransitáveis [...]. (s/p).<sup>99</sup>

O deslocamento dos imigrantes da Itália para o Brasil foi um processo lento de enfrentamento e superação de obstáculos físicos, culturais, sociais e econômicos e de apropriação de novas culturas, modos de vida e de trabalho. No Brasil os deslocamentos continuaram dentro da colônia, para lotes vizinhos, para regiões limítrofes e, por último, para fora do estado. O deslocamento aconteceu territorialmente e socialmente no contato com as autoridades, com os nacionais e os estrangeiros. O governo brasileiro projetou uma imigração organizada, porém nem sempre os imigrantes seguiram sua proposta, por vezes realizaram deslocamentos e ocupações próprias.

## 1.2 FUNDAÇÃO E LOTEAMENTO

No início da década de 1870 ainda havia muitas terras devolutas na província do Rio Grande do Sul, que não despertavam o interesse dos grandes fazendeiros da região para a criação de gado porque eram terras montanhosas e de difícil acesso. Nesse período o governador da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. José Antônio de Azevedo Castro, sugeriu ao Imperador Dom Pedro II que a região fosse ocupada por colonos italianos. Para a instalação dos imigrantes italianos no Rio Grande do Sul, o Governo Imperial do Brasil destinou duas zonas de povoamento: uma no Nordeste do estado, na região serrana, formada por matas nativas cortadas por rios, com terras devolutas e despovoadas; e a outra, localizada no centro do estado, nas terras do município de Santa Maria, conhecida à época como Santa Maria da Boca do Monte, onde foi fundada a colônia italiana de Silveira Martins.

---

<sup>99</sup> SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003, p. 126.

A lei geral n.º 514 de 28 de outubro de 1848 permitiu ao governo imperial conceder às províncias terras para promover a colonização. Essa lei cedeu a cada província seis léguas quadradas de terras devolutas, as quais deveriam ser destinadas exclusivamente à colonização e não poderiam empregar trabalho escravo. Os lotes adquiridos pelos imigrantes tiveram de ser pagos parte em dinheiro e parte com trabalhos em obras públicas, porque desde 18 de setembro de 1850<sup>100</sup> a Lei de Terras n.º 601 proibia a concessão de títulos de terras públicas gratuitamente, conforme segue: “Art. 1º. Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Excetuam-se as terras situadas nos limites do Império com países estrangeiros em uma zona de 10 léguas, as quais poderão ser concedidas gratuitamente.”<sup>101</sup> Em 30 de novembro de 1854 foi criada a Lei Provincial n.º 304, que pôs fim à doação de terras da Província do Rio Grande do Sul para particulares:

[...] os lotes fossem vendidos aos colonos à vista ou ao prazo de cinco anos sem juros; o auxílio de viagem deveria ser posteriormente restituído; as vantagens resumiam-se na facilidade de pagamento da terra, na hospedagem e transporte desde a chegada a Rio Grande e em auxílio para os primeiros tempos. Facilitava-se a aquisição da terra, indicava-se qual o indivíduo que poderia candidatar-se a ela, impunha-se o trabalho familiar ao ser proibido o uso de escravos e abria-se o caminho para o prosseguimento da diversificação da produção agrícola e previam-se até locais para vilas, portos, etc.<sup>102</sup>

A Lei Provincial n.º 304 de 30 de novembro de 1854 estabelecia que a colonização da província do Rio Grande do Sul fosse feita à base da venda de terras, com cinco anos de prazo para quitar o pagamento, por 300\$000 réis por lote de 100.000 braças quadradas. Pela mesma lei, o governo autorizou o adiantamento de 50\$000 réis para a passagem de navio de cada colono com a obrigação de restituir o valor à província no prazo de cinco anos. Já a hospedagem em Porto Alegre e o transporte dos imigrantes para as colônias eram realizados gratuitamente pela província sem necessidade de restituição. Os imigrantes italianos tiveram auxílio do governo brasileiro, porém a maior parte desses auxílios tiveram que ser pagos pelos próprios imigrantes.

---

<sup>100</sup> A partir da criação da Lei de Terras em 1850 foram criados no Brasil as colônias oficiais imperiais e provinciais com o objetivo de “importar mão de obra” europeia para vender as terras devolutas do Império do Brasil aos imigrantes. GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia**: um conceito controverso. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 39.

<sup>101</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 112.

<sup>102</sup> DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 63.

Os primeiros imigrantes italianos foram enviados para o Nordeste do Rio Grande do Sul a partir de 1875 e para o Centro-Oeste do estado a partir de 1877. As três primeiras colônias italianas fundadas no Rio Grande do Sul em 1875 foram Conde D'Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (Caxias do Sul), e a Quarta Colônia, primeira designação de Silveira Martins, foi fundada em 1877. As três primeiras foram emancipadas a 12 de abril de 1884, e Silveira Martins foi emancipada a 19 de agosto de 1882.

O território de Silveira Martins abrangeu uma área territorial de 1401,6 km<sup>2</sup> formada por montanhas, vales, várzeas e algumas planícies no entorno. A colônia de Silveira Martins foi criada pelo Império do Brasil em 1877, mas desde 1874, a Câmara Municipal de Santa Maria já enviava ofícios para a Presidência da Província requerendo a ocupação das terras devolutas da região como consta em ofício de 6 de julho de 1874:

Em solução ao ofício circular de V. Ex. de 18 de abril findo, sob n.º 361, cumpre esta câmara informar que esta Municipalidade ainda não recebeu terreno algum para a constituição de seu referido patrimônio: cumprindo observar que as terras na circunvizinhança da Villa, consideradas como devolutas tem sido aforadas pela Presidencia da Província [...].<sup>103</sup>

Também é possível constatar a intenção do Império do Brasil em demarcar as terras devolutas de Santa Maria na decisão imperial de n.º 151 de 1875:

Envio a Vm. As inclusas instruções pelas quais se deverá reger o desempenho da comissão que lhe foi confiada, de proceder à medição de terras devolutas vendidas na província do Rio Grande do Sul, e de discriminar as de domínio particular das do público nos municípios onde executar os trabalhos necessários à demarcação das áreas concedidas a diversos por título de compra e venda [...].<sup>104</sup>

---

<sup>103</sup> Correspondência do Fundo Câmaras Municipais de Santa Maria da Boca do Monte, de 6 de julho de 1874, p. 308, maço 210. Acervo Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>104</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 385.

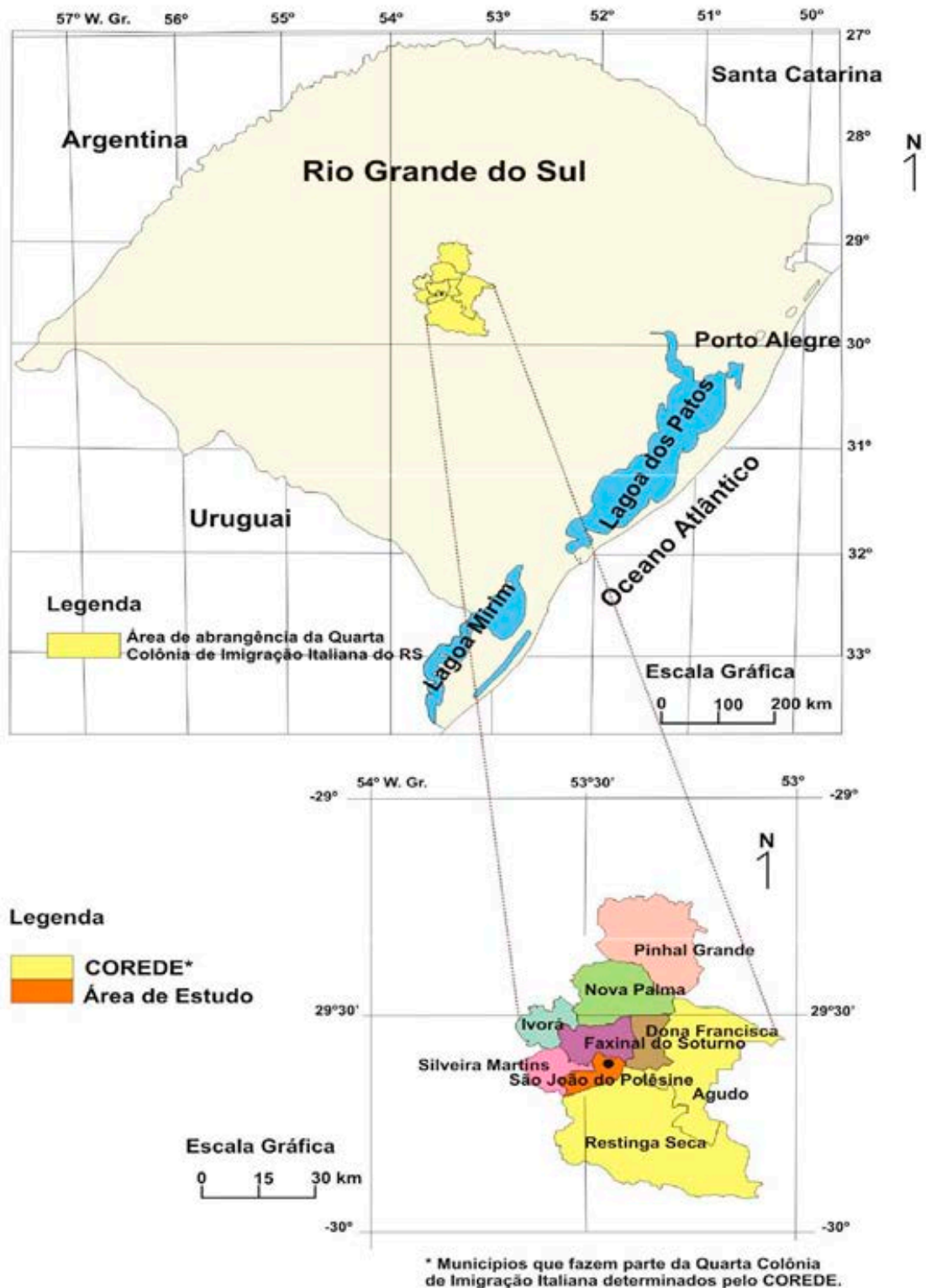


Imagem 4 - Mapa da divisão atual dos municípios da Quarta Colônia Imperial do Rio Grande do Sul.<sup>105</sup>

<sup>105</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/sidra/territorio](http://www.ibge.gov.br/sidra/territorio)>. Apud: PISSUTI, Maria Dolores Dalmolin. **A formação histórica e socioespacial da cidade de São João do Polêsine - RS**. Monografia (Especialização em Geociências), UFSM, Santa Maria, 2005, p. 30.

Em 14 de novembro de 1875 o Deputado e Ministro da Fazenda, Gaspar Silveira Martins, foi nomeado por Dom Pedro II para comandar os trabalhos de demarcação do território de Santa Maria, recebendo 10.890.000 m<sup>2</sup> de terras públicas do Império para realizar os loteamentos e os assentamentos na região. Em 14 de fevereiro de 1876, Silveira Martins nomeou a Comissão encarregada da medição e demarcação das terras devolutas de Santa Maria da Boca do Monte, sob a direção do Juiz Comissário Guilherme Greenhalgh e do Agrimensor José Pereira Dias. Os trabalhos de ocupação das terras foram iniciados a 23 de fevereiro de 1876 com a criação da Inspeção Geral de Terras e Colonização autorizada pelo Decreto 6129.

A Colônia Silveira Martins, desde a sua fundação, estava submetida diretamente ao Ministério da Agricultura. Desta forma permaneceu de 1877 a 1886 inteiramente sob a jurisdição do governo central do Rio de Janeiro. Talvez resida nesta circunstância o fato de os imigrantes permanecerem quase que em total abandono nos primeiros meses do acampamento de Val de Buia. A mortandade ocasionada pela terrível epidemia de 1878 comprova o isolamento a que ficaram submetidos os colonos.<sup>106</sup>

A autorização para a instalação da colônia de Silveira Martins foi aprovada a 19 de setembro de 1878 pelo Presidente da Província, Américo de Moura Marcondes de Andrade, e a fundação oficial ocorreu a 20 de setembro de 1878, porém a medição da colônia já havia começado em fevereiro de 1877<sup>107</sup>. Os primeiros imigrantes italianos chegaram a Silveira Martins em novembro de 1877, mas só começaram a ocupar o interior da colônia em 1878<sup>108</sup>, dado que permaneceram alguns meses em *Val de Buia*<sup>109</sup> até construírem o primeiro abrigo de pau a pique em seus lotes.

---

<sup>106</sup> SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 31.

<sup>107</sup> Aspectos históricos do Processo n.º 2.517 de 20 de maio de 1987, páginas 4 e 5, enviado pela Comissão Pró-Emancipação de Silveira Martins à Assembleia Legislativa. No documento também consta que, em 1886, os imigrantes solicitaram ao Governo Provincial a criação do município de Silveira Martins que foi aprovada, porém, o Conselho Municipal da Intendência de Santa Maria impediu a emancipação. Segundo Sponchiado, em fevereiro de 1877 já existiam agrimensores medindo as divisas da colônia. Sponchiado (1990).

<sup>108</sup> Cf.: CARVALHO, Manoel Maria de. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

<sup>109</sup> Cf.: CORTE, Pasquale. **Le colonie agricole italiane della Provincia di Rio Grande del Sud del Brasile all'esposizione nazionale di Torino**. Montevideo: Nación, 1884. ANCARANI, Umberto.

A colônia Silveira Martins foi organizada pelo Império do Brasil para receber agricultores italianos oriundos do Norte da Itália, com o objetivo de aumentar a produção agrícola, industrial e comercial do país, além de demarcar fronteiras com argentinos e uruguaios. Nas colônias italianas do Sul do Brasil os lotes foram vendidos pelo governo para serem pagos metade à vista e o restante em cinco anos, ou em troca de trabalho em obras públicas, como na construção de estradas e pontes.

Silveira Martins foi elevada à categoria de colônia a 19 de setembro de 1878, com o nome de Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte. Conforme ofício enviado pelos vereadores de Santa Maria à Inspeção Especial de Terras e Colonização em Porto Alegre, o nome oficial de “Silveira Martins” teria sido “[...] sugestão dos Vereadores de Santa Maria que a fez chegar até o Dr. Salgado.”<sup>110</sup> Mais tarde, seria chamada ex-colônia Silveira Martins a partir de 1882, quando teve suas terras incorporadas aos municípios de Santa Maria, Júlio de Castilhos e Cachoeira do Sul pelo Decreto 1.570 de 21 de abril de 1886:

Através do Decreto 1570 de 21/4/1886, a Administração Provincial toma a decisão de dividir o seu território, entregando-o à administração de Santa Maria (a parte mais significativa, por incluir a sede), Cachoeira do Sul, e a terceira parte incorporada ao município de São Martinho (após a sua emancipação em 1901, passou ao município de Vila Rica, atual Júlio de Castilhos. Segundo Santin (1999, p. 15), este decreto traçou um desvio no rumo da história da Quarta Colônia em relação às outras três.<sup>111</sup>

O primeiro nome dado a Silveira Martins foi Quarta Colônia Imperial<sup>112</sup>, por ter sido a quarta colônia de imigração italiana criada no Rio Grande do Sul pelo Governo Imperial do Rio de Janeiro, depois de Conde D’Eu (Garibaldi), Dona Isabel (Bento Gonçalves) e Campo dos Bugres (Caxias do Sul). Em 21 de setembro de 1878 a Quarta Colônia teve seu nome alterado para “Colônia Silveira Martins”, em homenagem ao Senador Gaspar Silveira Martins, que incentivou a imigração italiana para o Brasil, porém já em 1882 Silveira Martins

---

Monographia sobre a origem da ex-colônia Silveira Martins 1877–1914. In: SANTIN, Silvano; ISAlA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990.

<sup>110</sup> SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração e 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: UFSM, 1996, p. 58.

<sup>111</sup> BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. Tese (Doutorado em História), UNISINOS, São Leopoldo, 2011, p. 37-38.

<sup>112</sup> “De 1850 a 1889 foram criadas 250 colônias no Brasil, sendo 197 (78,8%) particulares, 50 (20%) imperiais e 3 (1,2%) provinciais.” BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996, p. 28.

perderia o status de colônia<sup>113</sup>, porque faltou dinheiro para pagar o trabalho dos imigrantes: “Tendo recebido um telegrama da Inspeção Geral de Terras e Colonização de 3 do corrente no qual concede a esta Diretoria um conto de réis mensal para os trabalhos mais urgentes no presente exercício até a emancipação desta colônia [...]”<sup>114</sup> Como não havia um controle exato entre a infraestrutura, o dinheiro destinado à colonização e o número de imigrantes, o Império do Brasil e a província do Rio Grande do Sul não foram capazes de atender ao crescente número de imigrantes que chegavam à colônia.

A emancipação precoce da colônia Silveira Martins em 1882 não teve por objetivo a autonomia política da colônia, mas apenas desobrigar o Império do Brasil de arcar com seus custos, conforme Decreto n.º 7.570 expedido a 20 de dezembro de 1879<sup>115</sup> para suspender a imigração financiada devido à crise financeira pela qual o Império estava passando:

As duas turmas de colonos ultimamente chegados que desistiram dos favores do regulamento de 19 de janeiro de 1867. Estão sem recursos e até famintos. Pedem trabalho nas estradas. Acha-se essa directoria em embaraços. O que deverei fazer? Rogo a V. Ex. não remeter mais colonos, visto que sem prazos, nem trabalho, ficarão reduzidos à miséria.<sup>116</sup>

O primeiro grupo de imigrantes italianos chegou no Barracão de *Val de Buia* a 15 de novembro de 1877, formado por 70 famílias<sup>117</sup> sob a chefia de Lourenço Biazus e João Frota, os quais ficaram estarecidos ao encontrarem os russos-alemães fugindo do núcleo para onde estavam sendo enviados. Os russo-alemães<sup>118</sup> haviam chegado a 19 de março de 1877 em Porto Alegre num grupo formado por 400 imigrantes vindos de Saratov, na Rússia, depois

---

<sup>113</sup> Logo no início da colonização as colônias foram abandonadas, e numa segunda fase o governo tentou emancipar Silveira Martins porque, emancipando a colônia, estaria dispensado de subsidiar os imigrantes. Cf.: MANFROI, Olivio. *Imigração alemã e italiana: estudo comparativo. Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros*. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1979, p. 188-189.

<sup>114</sup> Telegrama do Fundo Colonização do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, no dia 13 de agosto de 1880, maço 65. Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>115</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização**: legislação de 1747 a 1915. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 422.

<sup>116</sup> O Decreto Imperial n.º 3.784 de 19 de janeiro de 1867 regulamentou a demarcação dos lotes, os subsídios e a administração das colônias. Telegrama do Fundo Colonização enviado pelo Diretor da Colônia ao Presidente da Província em 18 de fevereiro de 1880, maço 65. Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>117</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 60.

<sup>118</sup> Os alemães-russos eram imigrantes alemães que viviam na Rússia. Cf.: BOTH, Agostinho. **Uma saga**: os alemães russos. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013.

foram encaminhados para Silveira Martins. Porém eles abandonaram o local porque, em outubro desse mesmo ano, começaram a ser dizimados pela seca e pelo tifo. A chegada dos russos-alemães também coincidiu com a grande estiagem de 12 de agosto de 1876 a março de 1877. Por isso, na primeira quinzena de outubro de 1877, a maioria dos imigrantes russos regressou a Porto Alegre e reemigrou para a Argentina e o Uruguai.

A falta de recursos financeiros do Império acelerou o processo de emancipação de todas as seis colônias italianas do Rio Grande do Sul, deixando-as sob o governo da província. A distância das colônias italianas do Rio Grande do Sul do governo central no Rio de Janeiro também foi decisiva para passar a administração do Império para a província. O engenheiro José Manuel Siqueira Couto<sup>119</sup>, diretor da colônia, foi encarregado de fazer tal transferência.

Em 1882 Silveira Martins foi a primeira colônia da província a ser emancipada da administração imperial, pois as colônias Caxias, Conde d'Eu e Dona Isabel, povoadas entre 1875 e 1884, só se emancipariam em 1884. Nesse mesmo ano a Colônia já contava com “716 lotes [...] em sua maioria ocupados. Havia 1.769 habitantes, assim classificados: 1.465 italianos, 122 alemães, 112 nacionais, 51 russos e poloneses, 10 austríacos, 4 franceses e 5 diversos. Desses, 1.720 eram católicos e 49 protestantes.”<sup>120</sup> Em 19 de agosto de 1882, no Palácio do Rio de Janeiro, Dom Pedro II assinou o Decreto n.º 8.641, que extinguiu a colônia Silveira Martins, transferindo-a para a província de São Pedro do Rio Grande do Sul:

Hei por bem determinar que a Colônia Silveira Martins, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, seja emancipada do regime colonial, passando ao domínio da legislação comum às outras povoações do Império e cessando a administração especial a que, até a presente data, se acha sujeita.<sup>121</sup>

Sem o *status* de Colônia Imperial<sup>122</sup>, Silveira Martins passou a ser administrada pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul a partir de 1882 e se tornou o 5º Distrito<sup>123</sup> de

---

<sup>119</sup> Os diretores da Colônia Silveira Martins foram José Manuel Siqueira Couto, Guilherme Greenhalgh, Joaquim Saldanha Marinho Filho, Capitão Luis José de Almeida Couto e Thomaz de Aquino Castro. Cf.: RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor, op. cit., p. 66.

<sup>120</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul** – 1886 a 1919: o fim da Província Americana. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 28.

<sup>121</sup> SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração e 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: UFSM, 1996, p. 60.

<sup>122</sup> Giron e Bergamaschi, na obra “Colônia: um conceito controverso”, lembram que a colônia teve três momentos históricos distintos: até 1850 a ideia de colônia era concebida como concessão do Estado; de 1850 a 1889 a colônia passava a ser organizada pelo Estado; e após 1889, devido à Proclamação da

Santa Maria a 26 de abril de 1884. A primeira tentativa de emancipação política de Silveira Martins aconteceu a 9 de outubro de 1898, quando alguns comerciantes fizeram um abaixo-assinado com quinhentas assinaturas solicitando ao Intendente Municipal de Santa Maria, Coronel Francisco de Abreu Valle Machado, que o distrito fosse elevado à categoria de município, afirmando que “como sabeis é de justiça o nosso pedido e, com a realização do qual, só tem a lucrar o município de Santa Maria, que será sempre o escoadouro dos nossos produtos agrícolas.”<sup>124</sup> O abaixo-assinado pedia que o Núcleo Norte (Ivorá), Soturno (Nova Palma), Dona Francisca, Geringonça (Novo Treviso), dentre outros, pertencessem todos a sede, porém o pedido foi negado.

Em novembro de 1898, numa segunda tentativa, uma comissão escolhida pelos imigrantes foi enviada a Porto Alegre para pedir ao Governo do estado a criação de um município que abrangesse os povoados de Vale Vêneto, Ribeirão, Dona Francisca e Núcleo Norte na época pertencentes a Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos, porém, pela segunda vez o pedido foi negado.

Uma comissão de moradores de Silveira Martins, composta de José Aita, João Lôndero e José Margutti, vai a Porto Alegre, a fim de pleitear junto à presidência de Estado a criação de um novo município, compreendendo os territórios de Silveira Martins, Arrôio Grande, Vale Vêneto, Núcleo Norte (Ivorá), Faxinal do Soturno e Dona Francisca. Não é atendida e a tentativa será renovada em 1963, também fracassada.<sup>125</sup>

A emancipação política de Silveira Martins aconteceu tardiamente com relação às demais colônias italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul, vindo a se desmembrar de Santa Maria com 18,3 km<sup>2</sup> a 11 dezembro de 1987, pela Lei n.º 8.481. Os atrasos e os fracassos para emancipar Silveira Martins ocorreram porque existiam vários grupos disputando o espaço da

---

República, colônia se tornava um empreendimento privado. Cf.: GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia**: um conceito controverso. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

<sup>123</sup> Silveira Martins teve quatro subintendentes: o primeiro deles foi o capitão Manoel Machado Ferreira Filho, sucedendo-o major José Claro de Oliveira, tenente-coronel Antônio Pimenta do Carmo e o capitão Virgílio Brasil. Aos subintendentes competia fiscalizar as obras públicas e conservar as estradas e as pontes. ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 80-1.

<sup>124</sup> Abaixo-assinado da comissão de membros do comércio da sede ex-colônia Silveira Martins: Antônio Londero, José Aita, Próspero Pippi e Alexandre Sório, dirigido ao Intendente Municipal de Santa Maria, Coronel Francisco de Abreu Valle Machado, datado de 09 de outubro de 1898. Fundo da Câmara Municipal de Santa Maria 1868-1893, Caixa 2, v. 6, doc. 17.

<sup>125</sup> BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho** (1787-1930). 2ª. ed. Canoas: La Salle, 1979, p. 411-412.

colônia e sua finalidade: o Império queria produzir cereais, mas sem ter de gastar com os imigrantes; já a província queria administrar a colônia para cobrar impostos, e os imigrantes, por sua vez, não queriam pagá-los sem que antes fossem construídas estradas e pontes. As tentativas dos imigrantes para emancipar as vilas de Silveira Martins revelam que havia uma articulação dos comerciantes com os imigrantes para acelerar o desenvolvimento político e econômico de Silveira Martins. Os abaixo-assinados foram uma das táticas encontradas pelos imigrantes para acionar as autoridades a seu favor.

A fundação e ocupação da Quarta Colônia Imperial no Rio Grande do Sul não foi um processo rápido e homogêneo, porque o Brasil ainda não havia acumulado experiência com a imigração italiana no Sul do Brasil, a não ser com a colonização alemã de 1824 em São Leopoldo:

Tanto nos estados sulinos como no Espírito Santo, buscou-se o desenvolvimento da pequena propriedade policultora, segundo um modelo inaugurado já em 1824 com a instalação de alemães em São Leopoldo. Tal modelo foi idealizado como alternativa de ocupação dos espaços intersticiais em áreas ainda não tomadas pela criação de gado por motivos de natureza geográfica ou econômica. O objetivo seria produzir o que a grande propriedade não produzia: hortifrutigranjeiros, cereais, vinho, etc., para serem comercializados e dinamizar os mercados locais.<sup>126</sup>

No ano de 1855 o governo provincial do Rio Grande do Sul criou a colônia Santo Ângelo para receber os imigrantes alemães, abrangendo os atuais municípios de Agudo, Paraíso do Sul, parte de Dona Francisca e de Cachoeira do Sul. Em sua obra “História da Colônia Santo Ângelo”, o memorialista Werlang<sup>127</sup> relata que, no dia 1º de novembro de 1857, chegaram os primeiros imigrantes alemães em Cerro Chato, atual município de Agudo, à margem esquerda do Rio Jacuí.

Diferentemente da imigração alemã, os imigrantes italianos, depois da chegada no Brasil, não contaram com a subvenção do transporte até as colônias e ainda tiveram de pagar pelos lotes: “Por sua vez, os colonos italianos chegados a partir da década de 80 não contaram mais com subvenções, pois estas haviam sido abolidas. Assim, tiveram de reembolsar todos

---

<sup>126</sup> TRUZZI, Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina. Italianidade nos interiores paulistas e gaúcho: uma perspectiva comparada. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2018, p. 127.

<sup>127</sup> “O nome dado a Colônia Santo Ângelo foi uma homenagem ao seu fundador Ângelo Muniz Ferraz, então Presidente da Província.” WERLANG, William. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995, p. 47.

os auxílios recebidos, inclusive o transporte até a colônia a que se destinavam e o lote que ali recebiam.”<sup>128</sup> Nas colônias italianas do Nordeste e Centro-Oeste do Rio Grande do Sul, os lotes foram vendidos pelo governo aos imigrantes italianos para serem pagos metade em dinheiro e metade em troca de trabalho na construção de estradas e pontes para poder ocupar e civilizar a natureza derrubando a mata, plantando a terra e construindo casas. Considerando os incentivos da Itália e do Brasil para a emigração, havia muitas facilidades para a saída da Itália, como passagem e hospedagem pagas pelo governo brasileiro, porém, quando os imigrantes chegavam ao país, precisavam trabalhar e pagar pelos seus lotes abrindo estradas e construindo pontes.

Conforme estabelecia o Decreto Imperial<sup>129</sup> n.º 3784 que vigorou até 1879, o governo brasileiro subsidiaria somente o transporte e a hospedagem dos imigrantes italianos, deixando sob a responsabilidade deles a compra, o pagamento e a permanência nos lotes coloniais. O governo forneceu trabalho, alimentação e algumas ferramentas somente no primeiro ano para os imigrantes se instalarem em seus respectivos lotes, onde ainda precisariam construir uma casa para morar, o barracão para armazenar a colheita e uma estrebaria para abrigar os animais. Alguns imigrantes mais abastados chegaram a comprar até três lotes cada um.

A Comissão de Terras exigia que os imigrantes abrissem uma clareira no seu lote de 1 hectare para construir um barracão<sup>130</sup> de 4 metros de largura por 6 comprimento. Contudo, o trabalho de ocupação do lote e derrubada da mata era lento e penoso. Os homens recebiam a quantia de 1500 réis por dia, as mulheres e os jovens recebiam 1000 réis e os meninos 750 réis. Lorenzoni ressalta que se ganhava pouco, mas também se trabalhava pouco, pois trabalhavam apenas 15 dias por mês construindo estradas e pontes.

Porém, em Silveira Martins, pelo menos até 1881, segundo Ancarani (1914), os colonizadores receberam do Estado, além da oferta de trabalho na construção de estradas, comentada mais adiante, o *auxílio gratuito* de vales de 20\$000 que eram trocados com os comerciantes do lugar; instrumentos de trabalho como um machado, uma foice, um facão e uma enxada (forças produtivas rudimentares); sementes de feijão, milho e batatas e 80\$000 para cada família construir a casa de madeira, tamanho 8x4m.<sup>131</sup>

<sup>128</sup> NOGUEIRA, Arlindo Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. **A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o Império** (1824-1889). Porto Alegre: Garatuja, 1975, p. 81.

<sup>129</sup> IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Caxias do Sul: EDUCS, 2001, p. 297-303.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 19.

<sup>131</sup> SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003, p. 81-2.

Em 1877 o comerciante de terras Paolo Bortoluzzi<sup>132</sup> foi um dos fundadores de Vale Vêneto juntamente com o pedreiro Luis Rosso, por isso o lugar também começou a ser chamado de Vale dos Bortoluzzi, devido à existência de grande quantidade de membros dessa família nessa localidade. Bortoluzzi e Rosso conseguiram que o Diretor da Colônia doasse um lote colonial em Vale Vêneto para construir uma capela de madeira e um povoado nessa localidade.

Considerado o líder pelas famílias, Paolo Bortoluzzi, tomou a iniciativa de então realizar esta idéia. Tendo em vista as necessidades comuns entre as famílias, fizeram com que as mesmas se unissem cada vez mais. Pessoas de costumes, hábitos e dialetos diferentes, mas oriundas da mesma pátria, a Itália, passaram a conviver juntas e com os mesmos objetivos. Paolo Bortoluzzi conseguiu um lote colonial para dar início ao futuro povoado.<sup>133</sup>

O nome “Vale Veneto” foi sugerido pelo Padre Antonio Sorio, visto que o vale era parecido com o Vale do Rio Pó na Itália, e a maioria dos moradores dessa localidade procedia da região do Vêneto, na Itália. Em 08 de dezembro de 1881, o Padre Antonio Sorio reuniu todos os imigrantes dessa localidade para decidir um nome para o núcleo. Considerando que todos eram oriundos do Vêneto e residiam num bonito vale com clima semelhante ao do Norte da Itália, o nome escolhido foi “Val Veneta”, o qual permaneceu até 1909, quando foi traduzido para “Vale Vêneto”<sup>134</sup>. Atualmente Vale Vêneto é o segundo distrito do município de São João do Polêsine. O memorialista Bonfada descreve as primeiras impressões que os colonizadores tiveram ao chegar em Vale Vêneto:

Os engenheiros do Império vinham com suas medições percorrendo essa região de Oeste para Leste, quando se depararam com uma crista de monte, tendo aos pés um plano vale. Visto de cima, apresentava-se como um grande buraco, ladeado de paredões rochosos por três lados, com uma estreita saída para o nascente e outra para o Sul. Ali é que

---

<sup>132</sup> A fundação de Vale Vêneto ocorreu em duas etapas: “No dia 20 de maio de 1878 chegaram as famílias Dotto e Pozzobom, depois, no mesmo ano, chegaram mais 32 famílias da Província de Treviso lideradas por Paolo Bortoluzzi: Brondani, Bevilacqua, Bisognin, Creazzo, Carlotto, Druzian, Bolzan, Iop, Pivetta, Parzianello, Pellizaro, Pozzobon, Tronco, Vernier, Marcuzzo, Meneghel, Melotto, Mario, Nogara, Dal Santo, Rosso, Righi, Venturini, Vizzotto, Varaschin, Forzin, Forgerini, Londero, Lovato, Moro, Zaggio e Ruggine, que se espalharam por todo o Vale”. No local tem uma pedra com os seguintes dizeres: “Queste terre sono abitate dai Dotti nel 1878.” CESCA, Olivo. **Faxinal do Soturno: sua história e sua gente**. Santa Maria: Rainha, 1975, p. 70.

<sup>133</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 22.

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 21.

nasceu o primeiro nome do lugar: “Buraco”. Por vários anos a região identificava-se por este nome.<sup>135</sup>

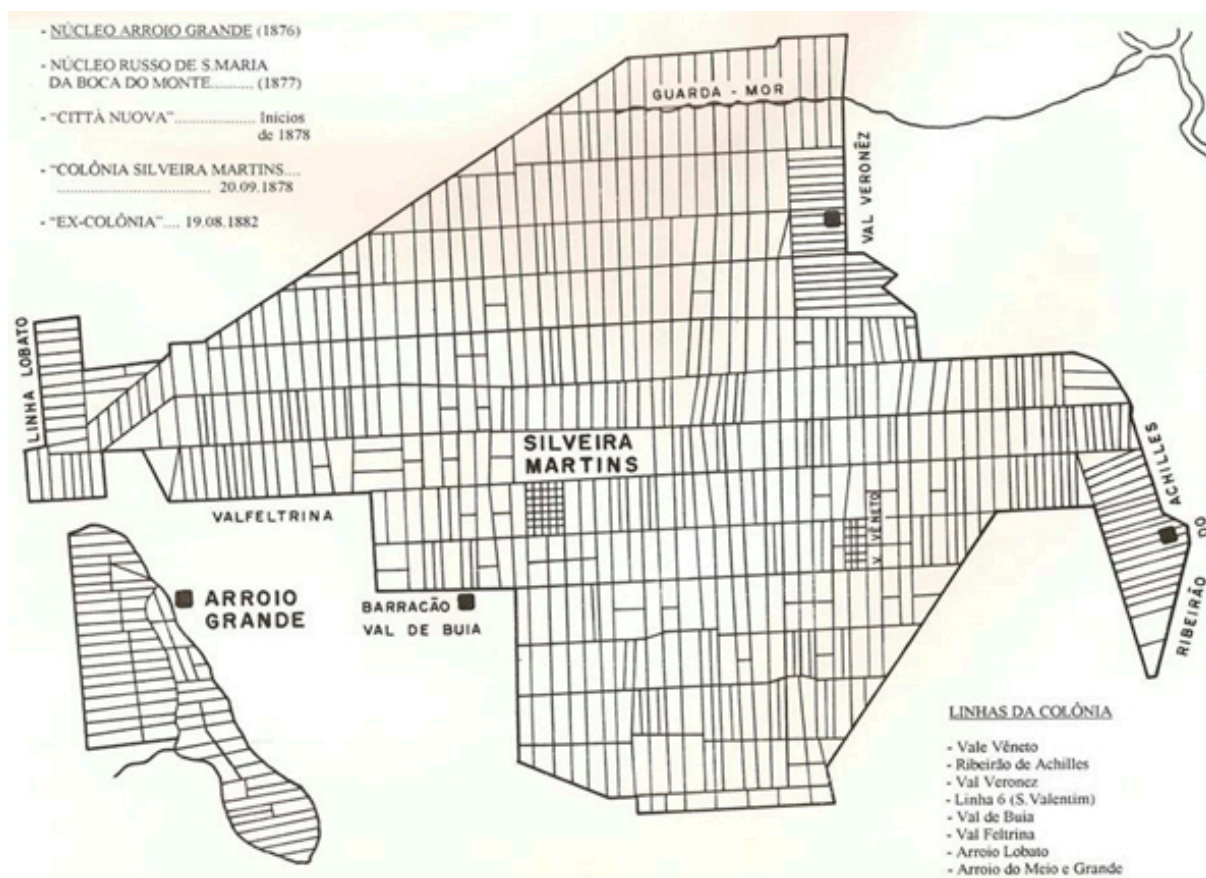


Imagem 5 - Mapa do primeiro loteamento de Silveira Martins, RS.<sup>136</sup>

No centro do mapa estão os primeiros loteamentos do núcleo de Silveira Martins considerado o berço da Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana, porque foi nessa vila que, no ano de 1877, chegaram os primeiros imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul, oriundos das regiões do Vêneto, a saber: Trentino, Friuli-Venezia-Giulia, Lombardia e Emilia-Romagna. Do lado direito do mapa, na parte de baixo, está o Barracão de *Val de Buia*. Também aparece a localização das Linhas Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles, Val Veronez, Linha 6 ou São Valentim, Val Feltrina, Arroio Lobato, Arroio do Meio e Grande. Muitas localidades receberam o prefixo “Val”, que significa “vale” em italiano, porque no território da colônia existem muitos vales cercados por montanhas e cortados por rios sinuosos. Em italiano a palavra “val” é feminina e significa *La valle* (A vale).

<sup>135</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 21.

<sup>136</sup> CANCIAN, Gustavo. Mapa do Núcleo da ex-Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana. Nova Palma, (s/d). Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP). Sala da Documentação de Famílias, Caixa Silveira Martins.

A vinda dos italianos para o Brasil criou um mercado imobiliário para a comercialização de terras, visto que muitos imigrantes também compraram terras de particulares. Em 1893, Manoel Py<sup>137</sup>, proprietário luso-brasileiro e comerciante residente em Porto Alegre, nomeou o imigrante Paolo Bortoluzzi como procurador para lotear sua propriedade de Vale Vêneto em 40 lotes e vendê-los aos colonos de Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles e Silveira Martins. De 1893 a 1901 Paolo Bortoluzzi chegou a negociar 80 lotes rurais como procurador<sup>138</sup>. O preço cobrado por colônia de 25 hectares era de Cr\$ 1.000,00. Para comparar, uma saca de milho carregado no lombo de burro até Silveira Martins ou Vale Vêneto era vendido por Cr\$ 3,50<sup>139</sup>. Assim, eram necessárias 285,71 sacas de milho para comprar um lote de 25 hectares.

Os imigrantes que tinham parentes em Silveira Martins compraram lotes próximos para que pudessem receber auxílio deles. De 1882 a 1885<sup>140</sup> a população da Colônia aumentou consideravelmente, passando de duas mil setecentas e dez pessoas (2710) para quatro mil oitocentos e vinte três imigrantes (4823). No mesmo período, segundo o engenheiro Manoel Maria de Carvalho, além dos imigrantes italianos e seus filhos nascidos na Colônia, também entraram na região colonial cerca de dois mil e cinquenta e cinco estrangeiros (2055) de outras nacionalidades. A chegada de novos imigrantes obrigou as autoridades a fundar novos núcleos em Silveira Martins como Arroio Grande, Vale Vêneto, Soturno, Nova Treviso, São João do Polêsine e Dona Francisca.

Na primeira fase da ocupação, a existência de fazendas de gado de nacionais nas terras planas do entorno da colônia dificultou a expansão dos imigrantes. Na impossibilidade de avançarem sobre as terras circundantes, posteriormente foi necessário se deslocar para as terras devolutas da colônia Santo Angelo. Segundo Sponchiado<sup>141</sup>, em 1880 boa parte das terras dos nacionais foi anexada à Colônia Provincial Santo Ângelo (Agudo). Criaram-se a partir dela os seguintes núcleos: Núcleo Dona Francisca (15/08/1883); Núcleo Norte (Ivorá) (25/09/1883); Núcleo Soturno (Nova Palma) (01/06/1884); Núcleo Toropy (22/03/1888);

---

<sup>137</sup> CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno I. 1941, p. 5-6. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>138</sup> Transmissões e notas de Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 2, 3, 15 (1893-1901); Santa Maria (4º distrito), livro 1 (25/01/1895 a 22/10/1898), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

<sup>139</sup> Acervo Arquivo da Câmara Municipal de São João do Polêsine.

<sup>140</sup> Relatório de Manuel Maria de Carvalho sobre as condições dos Núcleos de Colonização do Rio Grande do Sul de 1885 apresentado ao Império do Brasil. Fonte: Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

<sup>141</sup> SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração e 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: UFSM, 1996, p. 60.

Núcleo Jaguari (18/08/1889); e Núcleo Ijuí-Grande (19/10/1890). O Núcleo de Polêsine foi criado em 1893 do loteamento das terras do brasileiro Manoel Py e recebeu esse nome em homenagem à planície do Vale do Rio Pó, na Itália, ao qual posteriormente foi acrescentado o “São João” por ser o padroeiro da localidade, ficando assim, nomeado São João do Polêsine.

O proprietário Manoel Py também doou um terreno para ser construída uma igreja na Sociedade da Capela de São João do Polêsine.

Nessa ocasião, Paolo Bortoluzzi, com os encargos de procurador de Manuel Py, proprietário daquelas terras e que residia em Porto Alegre, promovia a venda dos lotes aos que chegavam. Por volta de 1893, os primeiros 40 lotes foram vendidos, entre outros, a Luiz Rosso. O preço cobrado foi de Cz\$ 1.000,00 por colônia. As terras compradas a prazo tiveram juros de 8% ao ano, altíssimo para a época. Em função da fertilidade do solo, das extensas planícies aráveis, das condições climáticas e de uma excelente rede hidrográfica, a região, aos poucos, foi sendo ocupada pelos italianos. Estes comunicaram-se com parentes da região do Vale do Pó, que também resolveram deixar a Pátria e para cá se dirigiram.<sup>142</sup>

Os imigrantes que vinham da Itália, quando possível, instalavam-se em localidades estratégicas perto da sede da colônia, onde havia as melhores estradas e o comércio. Em carta de 3 de março de 1901 escrita de Silveira Martins, Antonio Visentini dizia que alugara um lote com água e terra boa por dois anos e ainda estava procurando um lote melhor para comprar:

Com muito prazer recebi a tua carta e entendi que vos encontrais com boa saúde, assim também de mim e da minha família. Me perdoais se demorei um pouco para escrever, mas a razão que tenho quando as cartas vão a Nova Iorque, e eu não tenho culpa e tu também não. E depois protelei um pouco de minha vontade para poder te dar uma qualquer nova daquilo que me tem pedido, mas ainda não sei nada de qualquer coisa que aos 18 de fevereiro a minha família cresceu de novo de um outro giabarelare que coloquei o nome de Giacomo Fortunato e assim sabereis que nem aqui a família dos Visentini não vai terminar. Te direi que tomo a olhar as colônias ainda não sei nada de novo, porque onde foi o meu tio diz que são colônias muito ruins, com pouca água e longe do comércio e, portanto, lá tenho pouca vontade de ir e/ou melhor fico aqui alugando. Fiz o aluguel ainda por dois anos e aqui trabalho terra boa e também perto de comércio e,

---

<sup>142</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil.** Porto Alegre: EST, 2001, p. 230-231.

também, com as cadeiras qualquer coisa ganho sempre, e quando encontrar um pedaço de terra para mim te farei saber logo, mas até que eu não te escrever de novo não te movimentes de casa, porque quando tiverdes intenção de vir aqui terei prazer de poder-te colocar também a ti.<sup>143</sup>

Na carta lê-se que Antonio Visentini estava se comunicando com os parentes da Itália, e que a correspondência demorou para chegar porque passou por Nova Iorque. Em Silveira Martins Antonio procurou um lote que fosse perto do comércio e que tivesse bastante água. Como não encontrou um lote que lhe agradasse para comprar resolveu alugar um até que conseguisse encontrá-lo. Reclamou que para onde foi o seu tio as colônias eram muito ruins, com pouca água e longe do comércio, e que por isso, tinha pouca vontade de ir para lá, achando melhor alugar um lote. As colônias a que Visentini se refere não eram outras colônias, mas provavelmente outros lotes de Silveira Martins. Não disse onde ficava esse lugar com pouca água e longe do comércio, mas possivelmente se tratava do Núcleo Soturno, região afastada ao Norte da sede da colônia, na divisa com o município de Júlio de Castilhos.

O imigrante Antonio queria ficar próximo do comércio para poder fabricar e vender suas cadeiras para ajudar na renda familiar. As estratégias de Antonio revelam que, além de agricultor, também era um hábil empreendedor e negociante, pois fabricava e vendia as suas próprias cadeiras. O destinatário da carta intencionava emigrar e estava esperando a aprovação de Antonio para se deslocar até Silveira Martins. Pelo conteúdo da carta é possível saber que os primeiros imigrantes que chegaram na colônia não puderam escolher os seus próprios lotes, e por isso, muitos receberam lotes sem estradas e sem água. Já os imigrantes que chegaram depois, puderam escolher lotes melhores porque foram orientados pelos parentes através das cartas. O imigrante e memorialista Andrea Antoniazzi<sup>144</sup> relata que os imigrantes que chegaram em Silveira Martins nos anos de 1885 e 1886 já puderam ficar hospedados na casa de parentes e amigos que haviam chegados antes até que conseguissem adquirir seu próprio lote. A formação das redes através das cartas possibilitou novos deslocamento de irmãos, primos e vizinhos da Itália para Silveira Martins, abrindo assim, novas frentes de expansão dentro e fora da colônia.

---

<sup>143</sup> Carta de Antonio Visentini, de 3 de março de 1901, de Silveira Martins, RS. Cf.: RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 475.

<sup>144</sup> Andrea Antoniazzi chegou em Silveira Martins em setembro de 1883 e ajudou a fundar novas comunidades. Escreveu um relato sobre as famílias da Província de Treviso. ANTONIAZZI, Andrea. **História de Novo Treviso** (1899). Caixa 4, Missão Brasileira, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, p. 1.

Apesar de a imigração ter sido organizada pelo Império do Brasil, os vários deslocamentos externos e internos feitos pelos imigrantes italianos desde a saída de seu *paese* de origem na Itália até a chegada em seu lote definitivo também foram marcados por muitas incertezas, precariedades e fracassos. Os insucessos na imigração não foram abordados pela historiografia tradicional, ganhando visibilidade historiográfica apenas recentemente.

Enfatizando *ad nauseam* a disposição natural do colono ao sucesso, propondo-lhe fé e moral beatificantes, negou-se habitualmente a complexidade da história real ao ignorar e sufocar suas contradições, seus tropeços, seus fracassos, suas misérias e, portanto, suas grandezas. Para transformar o imigrante em espécie de herói mitológico, essas narrativas jamais abordam os imigrantes que fracassaram na experiência colonial, retornando a Itália, partindo para outras cidades, entregando-se ao alcoolismo, enlouquecendo etc.<sup>145</sup>

Através do envio de cartas de Silveira Martins para a Itália, os imigrantes criaram uma rede de deslocamentos da região do Vale do Pó, na Itália, para o Brasil, convidando e incentivando parentes e vizinhos a emigrarem e a comprarem um lote na colônia. As cartas descrevendo as vantagens da emigração aumentaram o fluxo de famílias e o número de seus membros que se deslocaram da Itália para o Brasil.

Este facto explica-se muito facilmente, porque os colonos italianos que aqui já tinham sua propriedade, mandavam informações lisongeiros aos parentes e conterrâneos; de modo que, nos annos consecutivos, aumentou consideravelmente a corrente immigratoria para o Rio Grande. Assim a colonia Silveira Martins foi povoada de colonos venetos, os seus verdadeiros fundadores.<sup>146</sup>

Em Silveira Martins, os imigrantes e seus descendentes continuaram realizando deslocamentos internos e externos à colônia. Os fazendeiros brasileiros se beneficiaram da colonização loteando suas fazendas para vendê-las aos imigrantes e os imigrantes puderam adquirir terra para trabalhar. Por isso, o loteamento foi um bom negócio tanto para os imigrantes quanto para os fazendeiros, visto que os imigrantes conseguiram adquirir um lote de terra e os fazendeiros puderam lucrar com a venda dos lotes e a cobrança de 8% de juros ao

---

<sup>145</sup> MAESTRI, Mário. A região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul: a construção da memória. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (Orgs.). **Migrantes do Sul do Brasil**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 106.

<sup>146</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 68-69.

ano. O relato não revela, mas provavelmente Bortoluzzi ganhava alguma comissão ou benefício pela venda dos lotes.

A Quarta Colônia foi dividida em 34 linhas com 1.877 lotes no total, ficando 1062 lotes para a sede e 815 para o interior da colônia. Cada lote tinha 22 hectares, medindo 220 metros de frente e 1.000 de fundo. A sede provisória da Quarta Colônia foi nomeada “Colônia de Santa Maria da Boca do Monte”, por pertencer ao município de Santa Maria da Boca do Monte. Posteriormente foi rebatizada de *Città Nuova* (Cidade Nova) e, por fim, a 25 de abril de 1884, seria finalmente denominada “Colônia Silveira Martins”, passando a ser conhecida como Silveira Martins ou Quarta Colônia Imperial.

Na caixa de documentos da família Manfrin, guardada no CPG-NP, consta que a 25 de dezembro de 1885 a Inspetoria de Terras concedeu o lote n.º 37 com 220.00m<sup>2</sup>, a Domenico Manfrin por 132\$000, quantia que terminou de pagar a 31 de março de 1895.

O fato concreto e incontestável, uma vez que está devidamente documentado, é que em 25 de dezembro de 1895, Domenico obteve a posse do lote de número 37 da região Leste da Linha Zero do Núcleo Soturno (atualmente, Município de Nova Palma), com uma área total de 220.000 metros quadrados, e mais três lotes urbanos, de números 93, 94 e 95, na antiga sede colonial, Silveira Martins (à época, já emancipada do regime colonial e pertencente ao território de Santa Maria), onde se estabelece posteriormente com sua família. Massimo Manfrin, seu filho mais velho, reserva para si, na mesma data, também no Núcleo Soturno, o lote de número 39 da região Leste da Linha Zero, com área de 220.000 metros quadrados.<sup>147</sup>

Uma vez designados os lotes, os colonos recebiam um documento no qual constavam seus direitos e deveres para com as terras recebidas<sup>148</sup>. Somente depois de pagos, em certo prazo, os lotes passavam a ser de propriedade dos colonos, mas precisavam cumprir algumas determinações impostas pelo Estado. Em 1882 o governo provincial determinou as seguintes regras para os moradores da colônia Silveira Martins:

---

<sup>147</sup> Domenico Manfrin, filho de Nicola e Maria Cornologhi, nasceu a 14/03/1842 em Lonigo, Vicenza, Itália, casado a 08/10/1864 com Maria Bertoldo, veio para o Brasil em 1884 com 4 filhos. VAZ, Taís Fernanda Manfrin. **Per fare L’America** – Da Itália para o Brasil: a trajetória da família Manfrin. Manfrinópolis: Edição do Autor, 2015, p. 95-96.

<sup>148</sup> Cf.: DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979.

1) conservar os marcos divisórios; 2) deviam roçar e plantar uma área mínima de mil braças quadradas<sup>149</sup> e construir uma casa para alojamento de cada família em até 06 meses após a designação; 3) pagar integralmente o lote ao Estado, saldar possíveis dívidas com o mesmo e provar residência e cultivo por, no mínimo, um ano, para conseguir o título definitivo de propriedade; 4) ceder, gratuitamente, madeiras, pedras e outros materiais para a construção de pontes e outras obras públicas; 5) construir e conservar as picadas entre os lotes rurais.<sup>150</sup>

Ceretta descreve como foi feita a divisão do território de Silveira Martins e dos lotes rurais. Explica que a Colônia foi dividida em treze linhas paralelas de Oeste a Leste e cada linha tinha um número, assim como cada lote. A linha do centro foi denominada linha base.

Os agrimensores destinados pelo governo a dividir esta zona, em lotes coloniais para ser distribuídos aos imigrantes; a dividiram em treze linhas paralelas que corriam de Oeste para Leste, dando cada uma sua numeração. A do centro denominaram-na linha base e as de cada lado tinham o nome do número a que pertenciam, assim pôs linha um, linha dois etc, até linha seis. Seis ao Norte e seis ao Sul da linha base, que devia-se assim distinguir para não houver confusão, especialmente na distribuição dos lotes. A distância de cada linha uma da outra, era de mil metros, que correspondia ao comprimento que cada lote havia de ter; sendo a largura da frente de cada um, trezentos metros. As linhas não tinham todas o mesmo comprimento; mas ficavam mais longas ou mais curtas, conforme iam encontrar-se com propriedades particulares. Por conseguinte, variavam em número de lotes, e os lotes das cabeceiras, pelos mais, saíam de forma triangular. Cada lote era marcado e numerado, trazendo o próprio número nos marcos. Eram estes, de madeira e a numeração inicia numa placa de lata pregada no marco.<sup>151</sup>

Como os lotes estavam no meio da mata virgem também foi preciso cravar marcos para separar um lote do outro, dado que os lotes tinham 300 metros de frente e 1000 metros de fundo. O método escolhido foi o de pregar uma placa de lata numerada nos marcos de cada lote feitos de madeira para que o número não desaparecesse com o tempo. A maioria dos lotes

<sup>149</sup> Mil braças quadradas correspondem a 2200 metros quadrados. Após o desmatamento as folhas das árvores eram queimadas para facilitar o deslocamento pelo terreno para o plantio. Os materiais usados para fazer a casa e os móveis eram rústicos: as colunas, as vigas e as tábuas eram feitas a machado e a casa era coberta com tabuinhas. Nas casas “as tábuas não eram todas pregadas; muitas, por falta de pregos, eram amarradas com cipós, de que havia em abundância no mato e resistiam até 15 e 20 anos.” BUSANELLO, Pio José. **A História da Nossa Gente**: a primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial - RS. Santa Maria: Pallotti, 1952, p. 38.

<sup>150</sup> SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS). Porto Alegre: EST, 2003, p. 89-90.

<sup>151</sup> CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno I. 1941, p. 19. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

tinha a forma retangular com dois lados mais compridos e alguns lotes tinham a forma triangular. Todos os marcos dos lotes recebiam o número do lote demarcado para delimitar todos os lados do mesmo lote. Os lotes mais procurados e mais caros eram aqueles que tinham acesso ao rio onde se poderia colocar uma roda d'água para fornecer força para movimentar os moinhos de farinha de trigo e de milho e engenhos de açúcar.

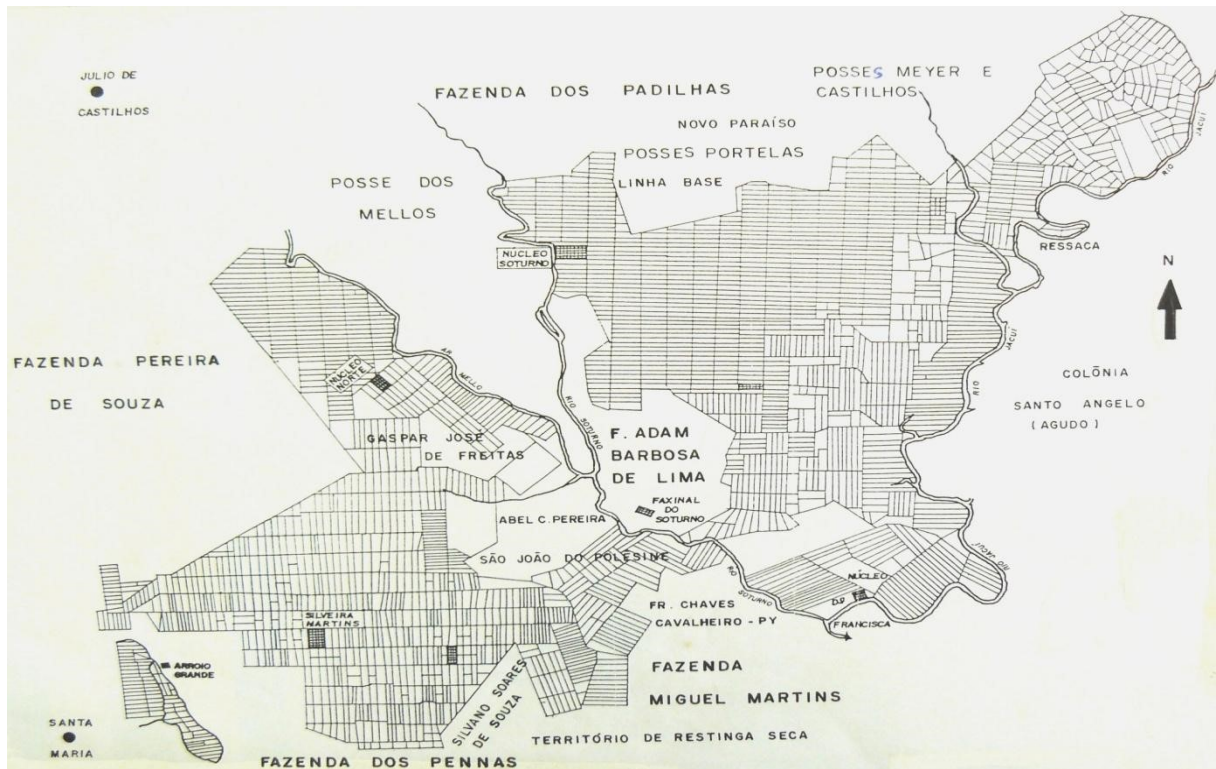


Imagem 6 - Mapa do loteamento de Silveira Martins e das fazendas circunvizinhas feito em 1885 pelo engenheiro José Siqueira Couto.<sup>152</sup>

O mapa mostra Silveira Martins e o entorno do núcleo colonial ocupado por fazendas de gado. No traçado de Silveira Martins, e no entorno, à esquerda, está o loteamento original, à direita, a expansão da Colônia para o Norte, e nas partes mais baixas, as fazendas situadas no entorno da colônia. Ao redor dos lotes dos imigrantes pode-se ver o nome de várias fazendas de gado de portugueses e alemães com seus respectivos nomes. As principais fazendas são a Fazenda Pereira de Souza, Fazenda dos Padilhas, Fazenda dos Pennas e Fazenda Miguel Martins.

No centro do mapa estão as localidades de São João do Polêsine<sup>153</sup>, criada nas terras do português Manoel Py, comercializadas por Paolo Bortoluzzi, e Dona Francisca criada nas

<sup>152</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP), Caixa Silveira Martins. Escala do mapa: 1:40.000.

terras do alemão João Gerdau, loteadas e comercializadas por Manoel Mostardeiros. Do lado esquerdo do mapa, na parte de cima, entre a Fazenda Pereira de Souza e a Posse dos Mellos estão as terras da Fazenda do Pinhal, pertencentes ao Coronel Agostinho D'Almeida, que foram comercializadas diretamente com os imigrantes italianos. Do lado direito do mapa está a colônia alemã Santo Angelo dirigida pelo alemão Karl von Kahlden de 1857 a 1882, instalada no território correspondente aos atuais municípios de Agudo, Paraíso do Sul, Cerro Branco, Novo Cabrais, Cachoeira do Sul e parte de Restinga Seca e Dona Francisca.

Cada grupo tinha um interesse próprio na imigração: o governo brasileiro queria desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio e proteger fronteiras, os proprietários nacionais viram oportunidades de negócios e os imigrantes a possibilidade de comprar seu próprio lote de terra. A ampliação da colônia pode ser percebida no ofício enviado pelo engenheiro Guilherme Greenhalgh ao Presidente da Província, Dr. Marcondes Moura:

A proposta que faz ao Governo o Sr. Francisco Fernandes Penna, de seus terrenos contíguos a esta Colônia. Não existem mais terrenos devolutos anexos, e, prometendo ela, pela sua localização e uberdade, um futuro animador aos colonos, e sendo, além disso, o transporte de seus produtos uma fonte de renda para a Estrada de Ferro em construção; muito conveniente será, que fosse aumentada sua área, e conseqüentemente a sua população, com a aquisição dos terrenos particulares adjacentes.<sup>154</sup>

A divisão do território da colônia em pequenos lotes de terra para plantar e criar animais favoreceu a formação de uma identidade cultural e social baseada em relações primárias familiares, parentais e comunitária. As relações de sociabilidade nos espaços e lugares da Colônia de Silveira Martins eram relações formadas por pequenos grupos de convivência. Não havia contato direto entre moradores de linhas diferentes, pois as linhas ficavam isoladas umas das outras por montanhas ou rios, sendo que a sociabilidade dos colonos acontecia esporadicamente quando iam à sede da linha ou da colônia. Durante a semana os colonos conviviam apenas com os familiares em casa, no trabalho na lavoura e nos mutirões com os vizinhos para plantar e colher.

---

<sup>153</sup> A vila de São João do Polêsine não fazia parte da ex-colônia Silveira Martins, mas se originou da compra de terras particulares de Manoel Py próxima ao rio Soturno. Os lotes que circundavam o rio Soturno foram dados como pagamento aos combatentes da Guarda Nacional pela participação na Guerra do Paraguai (1864-1870).

<sup>154</sup> SPONCHIADO, Luiz. A anágrafe de Nova Palma e os núcleos da ex-colônia Silveira Martins. In: DE BONNI, Luiz A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. 3. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 153.

A demarcação do território em lotes deu autonomia para que os imigrantes negociassem seus interesses com as autoridades:

O território é objetivado por relações de poder e dominação, o que implica a cristalização de uma territorialidade, ou de territorialidades, no espaço, a partir das diferentes atividades cotidianas. Isso, de acordo com Raffestin, assenta-se na construção de *malhas, nós e redes*, delimitando *campos* de ações, de poder, nas práticas espaciais e constituem o território.<sup>155</sup>

Se na Itália os lotes dos imigrantes eram de no máximo três hectares, no Brasil passaram a ser de 22 hectares. Com uma propriedade maior, os colonos puderam expandir a produção agrícola e, conseqüentemente, os seus lucros e o poder de negociação com os nacionais e as autoridades locais. A dependência dos grupos entre si criou relações mais próximas e igualitárias para que todos pudessem ter seus interesses considerados e atendidos em maior ou menor medida.

Portanto, a posse dos lotes empoderou os imigrantes para negociar seus interesses com as autoridades, com os comerciantes, com a Igreja e com os demais colonos. A propriedade da terra ainda preservou a identidade dos imigrantes, viabilizou a reprodução da arquitetura nas casas, nos barracões, nas capelas e nas paróquias e serviu para manter alguns costumes trazidos da Itália. Quanto maior o lote de terra ou quanto mais lotes o imigrante possuía, mais ele era respeitado pelo grupo, sendo considerado mais digno de ocupar os maiores cargos de liderança nas Sociedades da Capela. Nesse sentido, o lote rural proporcionou sustento econômico e liberdade política para os imigrantes ocuparem o território e se projetarem na sociedade brasileira.

### 1.3 OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS E LUGARES

A ocupação dos espaços da colônia pode ser classificada em três etapas: 1ª) ocupação das terras montanhosas e devolutas; 2ª) compra dos lotes limítrofes mais planos para a plantação de arroz; 3ª) criação de novas vilas vizinhas a Silveira Martins. Na primeira etapa da colonização os imigrantes enfrentaram muitas dificuldades para se adaptar à natureza, pois na Itália viviam em terras planas e desmatadas e na Colônia foram morar em terras

---

<sup>155</sup> SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003, p. 82.

montanhosas cobertas por matas nativas e densas. Em Silveira Martins os colonos italianos ocuparam primeiro as margens do Rio Soturno<sup>156</sup>, que cruza a colônia de Norte a Sul. A derrubada da mata nas montanhas aconteceu numa fase posterior, devido às dificuldades de acesso às regiões mais altas.

Antes de ser construída, a colônia de Silveira Martins foi planejada primeiramente no papel, para só depois ser dividida com a demarcação das linhas e dos lotes. Em Silveira Martins o espaço compreendia toda a região geográfica oficialmente delimitada pelo governo imperial para receber os imigrantes. Nele foram demarcadas as linhas e travessões para construir as casas dos colonos e as Sociedades da Capela, com seus salões de festa e cemitérios. Contudo, os imigrantes não ficaram restritos somente ao território delimitado pelo governo e avançaram sobre as terras dos nacionais dentro e fora da colônia.

Os primeiros administradores da colônia e engenheiros foram os próprios nacionais de origem portuguesa e alemã que construíram as primeiras edificações. A Inspeção de Terras e Colonização firmou contrato com a empresa porto-alegrense Carvalho Bastos & Vieira em 1º de janeiro de 1878 para administrar a colônia, a qual ficou responsável pelas “[...] viagens, transporte, alimentação, remédios, acomodações, ferramentas, queixas, bagagens e correspondências dos imigrantes.”<sup>157</sup> O projeto de colonização de Silveira Martins com imigrantes italianos foi financiado pelo governo imperial. Depois da construção do barracão em *Val de Buia*, a firma Carvalho Bastos & Viera também edificou uma casa em alvenaria no mesmo planalto para receber os imigrantes.

Cada região da Quarta Colônia foi dividida em glebas, cada gleba foi fracionada em léguas, por sua vez, divididas em linhas, e estas, em travessões com 132 lotes cada, onde os colonos foram assentados em lotes rurais de mesmo tamanho. “A légua era um quadrilátero de 5.500 m de lado, cortado no sentido longitudinal por caminhos estreitos e irregulares, de uns 6 a 13 km, abertos na mata – os travessões, linhas ou picadas. Em geral, as léguas possuíam 132 lotes.”<sup>158</sup> As linhas eram paralelas umas às outras e longas, já os travessões ligavam as linhas entre si e eram mais curtos. As linhas e os travessões demarcavam as divisas entre os lotes e

---

<sup>156</sup> “Nasce no município de Júlio de Castilhos, no topo do Planalto Meridional, e banha as cidades de Nova Palma, Faxinal do Soturno e São João do Polêsine. Tem inicialmente uma direção Norte-Sul [...], desaguando no rio Jacuí, próximo ao município de Dona Francisca.” SPOLAOR, Silvane. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia – RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSM, Santa Maria, 2010, p. 110.

<sup>157</sup> SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração e 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria: UFSM, 1996, p. 56.

<sup>158</sup> MAESTRI, Mário. **Breve história do Rio Grande do Sul: da pré-história aos dias atuais**. Passo Fundo: UPF, 2010. p. 211.

também serviam de estrada para os colonos transitarem da sede da colônia e da Sociedade da Capela até os seus lotes. Os lotes começavam à beira do rio ou de um arroio e iam até o cume da montanha, onde se encontravam com a cabeceira de outro lote. Cada família recebia um lote de 25 hectares, cujo pagamento devia iniciar no segundo ano após a primeira colheita.

A Colônia, com sua sede já designada, era dividida em léguas quadradas e, cada légua, em linhas. A linha era um caminho muito estreito, traçado no meio da floresta virgem, através de todos os acidentes do terreno e que reunia uma montanha à outra, um rio a outro rio ou dois sinais quaisquer tomados como ponto de partida e como ponto de chegada. Tinha uma extensão de 6 a 7 km. À direita e à esquerda deste corredor, que era a linha, dividia-se o terreno em lotes coloniais numerados, de 22 a 25 hectares cada um. O lote tinha a forma de um retângulo alongado, medindo 200 a 250 metros de frente e 1.000 a 1.250 metros de profundidade. Em princípio, todos os lotes deviam ter água, e quando isso não era possível eram vendidos como “lotes secos”, mais baratos.<sup>159</sup>

A colônia foi idealizada pelo governo brasileiro, mas o seu território foi construído pelo trabalho dos imigrantes que estabeleceram relações de poder na demarcação da fronteira entre a colônia e os demais municípios, na delimitação dos lotes, na abertura das estradas, no cultivo da terra e na comercialização de sua produção. O interior da colônia de Silveira Martins foi dividido em 17 localidades: Linha Quarta Norte, Linha dos Granzotto, Linha Seis Norte, Val Veronês, Linha Dois Norte, Linha Base, Marco 50, Vila Cattani, Linha Um, Linha Três, Linha Seis-Sul, São Roque, Linha Pompéia, Val Feltrina, Linha Piasentin, Linha dos Mantoanos e Vale dos Panos. A divisão do espaço também serviu para estabelecer as relações de poder entre os colonos e as autoridades e o que cada um poderia fazer nele. A organização dos espaços geográficos são convenções culturais, sociais e políticas usadas para ocupar, transformar e adaptar a natureza às necessidades dos diferentes indivíduos e grupos que os ocupam.

De acordo com os memorialistas Silvino Santin e Antônio Isaia (1990), a partir de *Val de Buia* surgiram novos núcleos de povoamento na região, como Vale Vêneto (Valle dei Bortoluzzi, 1878), Arroio Grande (1879), São Marcos (1879), Ribeirão Aquiles (1880), Val Veronês (1880), Soturno (Nova Palma, 1878), Núcleo Norte (Ivorá, 1883) e Geringonça (Novo Treviso, Faxinal do Soturno, 1884). Do território da ex-colônia também surgiram dez municípios: Silveira Martins, Agudo, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova

---

<sup>159</sup> MANFROI, Olívio. Italianos no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. 3. Porto Alegre: EST, 1987, p. 183.

Palma, Pinhal Grande, Restinga Seca, Itaara e São João do Polêsine. Antes da chegada dos imigrantes italianos, Restinga Seca já havia sido colonizada por portugueses e Agudo, por alemães.

O núcleo denominado Soturno, ao norte da colônia, foi subdividido em Barracão, atual município de Nova Palma, e Geringonça, hoje Novo Treviso. As primeiras famílias a entrar na localidade de Geringonça, em Faxinal do Soturno, na região da Quarta Colônia, hoje denominada Novo Treviso, foram os Busanello, vindos de Vale Vêneto. Segundo Bonfada<sup>160</sup>, a Sociedade da Capela de Novo Treviso iniciou em meados de 1885, e a localidade recebeu o nome Geringonça da Inspeção de Terra quando estava medindo os seus travessões, por ser uma região com montanhas e rios irregulares.

A Inspeção de Terra se deparou com dois rios cujas águas não tinham curso normal, um corria para o norte e o outro, para o sul. Além disso, o relevo era íngreme, dificultando encontrar pontos de referência para as medições. Por isso, um dos agrimensores teria dito: “Mas que geringonça é essa?” A partir de então, começaram a chamar o lugar de Geringonça, nome que permaneceu até 1892, quando, por sugestão do padre Cornélio O’Connor, mudou para Novo Treviso, pois a maioria dos colonos era oriunda da província de Treviso. “Os lotes eram demarcados nos mapas, desrespeitando os acidentes geográficos menores. Portanto, não eram uniformes quanto à fertilidade, insolação, acesso à água e aos mercados.”<sup>161</sup> Por isso, o território da colônia foi dividido em lotes quadrangulares, porém, como o terreno era formado por montanhas e rios, muitos lotes ficaram sem água ou acesso às estradas, dificultado ainda mais o plantio e a venda da produção.

Nos limites da colônia de Silveira Martins existiam territórios ocupados e demarcados por portugueses e alemães, com os quais os imigrantes italianos interagiram cultural, social e economicamente. Os lotes destinados aos imigrantes eram do governo, porém o local reservado para a construção dos barracões na entrada da colônia já tinha proprietário. Por isso, Guilherme Greenhalgh, diretor responsável por Silveira Martins, precisou estabelecer um contrato com Frederico Jacob Schmidt, proprietário do local, para delimitar as terras que seriam cedidas para a construção de um barracão de 40 metros de comprimento por 6 de largura coberto com telhas de zinco.

Não satisfeito com o aluguel do terreno, Schmidt também entrou na justiça para cobrar pelas madeiras utilizadas para a construção do barracão, alegando que foram retiradas de

---

<sup>160</sup> Cf.: BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul** – 1886 a 1919: o fim da Província Americana. Porto Alegre: Pallotti, 1991.

<sup>161</sup> MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul** – 1875-1914. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 63.

florestas de sua propriedade. Em despacho do Juiz Municipal de Santa Maria, verifica-se que Greenhalgh foi obrigado a pagar o aluguel e as madeiras, o que o deixou contrariado:

Só tenho a lastimar a animosidade da maior parte dos habitantes deste município contra os colonos, levantando sempre empecilhos e até aleives como apresenta o suplicante contra a diretoria tais como: a falta de prazos e o acoroçoamento aos colonos para a devastação dos matos.<sup>162</sup>

Os imigrantes também se revoltaram contra as autoridades administrativas pelo não pagamento de serviços prestados ao governo. Para o Cônsul Umberto Ancarani, o Diretor Greenhalgh, durante a sua administração, foi responsável pelo surgimento de duas revoltas de imigrantes, sendo que numa delas “teve a vida salva, graças à intervenção do cidadão Próspero Pippi”<sup>163</sup>, que era toscano e chegou ao barracão solteiro, onde, após trabalhar como mascate, casou-se com uma moça tirolesa. Em carta ao Presidente da Província, Moura de Andrade, Greenhalgh destacava os desentendimentos entre ele e os colonos:

Tendo sido a área desta Colônia descoberta e por mim indicada ao Governo Imperial, e, tendo sido até hoje, todos os trabalhos feitos sob minha direção, empenhava-me no seu desenvolvimento, e só pretendia deixa-la após ter ela progredido. Reconheço, porém, que a oposição que a maior parte dos habitantes desta cidade me fazem, pode resultar em desgosto e desordem dos colonos. Por essa razão, pretendo deixar a Direção, pedindo nesta data, 18 de junho de 1878, minha exoneração ao Governo Geral do Império. Deus guarde V. Excia. Guilherme Greenhalgh – Diretor.<sup>164</sup>

Quando os imigrantes se apresentaram para receber os salários dos meses de maio e junho de 1878 pelos serviços prestados na abertura das picadas, na construção das estradas e o desmatamento dos lotes, entraram em desacordo com o diretor Guilherme Greenhalgh quanto aos descontos na remuneração. A redução nos salários pode ter acontecido devido à falta de controle do número de grupos de trabalhadores imigrantes que foram

<sup>162</sup> Carta do diretor da colônia Santa Maria da Boca do Monte, Guilherme Greenhalgh, ao Inspetor Especial de Terras e Colonização, Carlos Jansen, de 18 de maio de 1878. Órgão de Terras e Colonização (Correspondência), Caixa 7, Maço 9. Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>163</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 68.

<sup>164</sup> Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Lata 280, Maço 9.

chegando depois. Outra possibilidade é que os moradores da região tivessem aversão à chegada de pessoas estranhas, consideradas usurpadoras: “As facilidades e agilidades das viagens, somadas as múltiplas possibilidades de comunicação dinamizam os deslocamentos, tornando-os um ‘fenômeno’ perceptível e provocando tensões, hostilidades, rejeições, conflitos e xenofobia nas sociedades receptoras.”<sup>165</sup> Os projetos governamentais de imigração nem sempre eram aceitos pela maioria da população – enquanto parte dela obtinha até vantagens econômicas com a imigração, outra parte se sentia lesada devido à incompatibilidade de interesses.

Os conflitos surgidos entre os imigrantes, nacionais e autoridades revelam que a criação da colônia e a ocupação de seus espaços não foram totalmente pacíficas e homogêneas, devido aos conflitos de interesses sobre os usos do território. As hostilidades<sup>166</sup> dos brasileiros contra os imigrantes deviam-se ao fato de o governo patrocinar o assentamento de estrangeiros, ao passo que os nacionais não tinham os mesmos incentivos e financiamentos. A imigração contrariava os interesses dos grandes latifundiários, que ocupavam as terras públicas sem comprá-las, os chamados “papa-terra” ou posseiros.

O imigrante friulano Giobata Mizzan, em carta datada de 17 de março de 1878 escrita em Santa Maria da Boca do Monte, descreveu os obstáculos a serem superados para ocupar os espaços da colônia:

Bona aria e acqua corrente sulla porta della casa boníssima è questa colonia, si chiama Colonia Campestre di Santa Maria Bocca di Monti via Sammartino, e se fosino andatti sotto il Governo dovevino prima farsi la strada della casa emigrazione in fino alla Colonia dove vino menati i bagagli e i figli sui Muli 5 ore di camino e Antonio Bertolinie nel Bosco dovevino tagliare il Bosco e poi farsi la casa soli alla meglio cusi io a preso lingagio dei Governo e mianno consegnato 40 fiorini e a chi si fanno la casa soli nel Bosco il Governo paga 70 fiorini qui è tutto caro che le 3 volte più che in Italia. Cusi nusiano mantenuti 10 giorni e poi che non avevino soldi dovevino andare a lavorare pel Governo e il Governo paga un fiorino e mezzo al giorno per quindici giorni e per altri quindici giorni dovevino lavorare sulla loro Colonia e dei 15 giorni di lavoro dovevano vivere un mese cusi

---

<sup>165</sup> MATOS, Mariz Izilda Santos de. Deslocamentos, ações e relações: a travessia na literatura epistolar. **Anais do 22º Encontro de Iniciação Científica** – O vínculo da prática científica no Brasil: o pesquisador contemporâneo. São Paulo: PUC-SP, nov. 2013, p. 1.

<sup>166</sup> “Vários depoimentos atestam que o imigrante italiano ou alemão era muitas vezes escarnejado ou maltratado pelos luso-brasileiros, que achavam que tinham mais direitos de brasilidade que o imigrante que buscava uma nova pátria.” POSSAMAI, Paulo. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 57.

certo e che il primo anno andaranno male quando poi avranno la raccolta andranno bene-Cusì io sono intardato a scrivervi perche non ero ancora acomodato.<sup>167</sup>

Os escritos do imigrante Mizzan permitem observar como os imigrantes chegaram até a colônia e como os lotes foram ocupados. A “casa da imigração” a que Mizzan se refere é o Barracão dos Imigrantes construído na localidade de *Val de Buia*, em Silveira Martins. Na descrição, Mizzan explica que primeiro os imigrantes deveriam construir a estrada até a “Colônia”, que era o lote destinado a cada imigrante, para somente depois levar os filhos e as bagagens até o lote de destino. A estrada, da mesma linha, era aberta em grupo pelos moradores que iriam ocupar a linha onde estavam os seus lotes. Para construir a casa no lote também era preciso procurar um local favorável e limpar o terreno.

A família de Antonio Basso teve ainda menos sorte: foi enviada a uma localidade a 140 km de distância de Silveira Martins e a 110 km de Santa Maria em direção à fronteira do Brasil com a Argentina, em condições muito piores do que as de Silveira Martins.

Enviei-lhe uma carta dizendo que nós partimos da Itália no ano de 1888, que nós aqui encontramos pouco trabalho, colônias pobres e que também fomos a Jaguari. Que as crianças choram de fome. Que vieram até aqui, em primeiro de março, algumas pessoas de Santa Maria da Boca do Monte e, ao chegarem, caíram por terra por causa da fome, e ainda agora estão na miséria. No ano passado, lá em Jaguari, encontravam-se pela estrada, depois da chuva, tantos cavalos mortos, carroças abandonadas e, nos lamaçais, cavalos afundados e mortos. E eu me encontro com pouca saúde, tudo porque o clima e os ares não combinam conosco. Coloquei na carta que fomos chamados e abandonados lá em meio à estrada, com doenças e sem dinheiro, e também com uma menina morta. Nosso endereço: Província de Rio Grande, Santa Maria.<sup>168</sup>

---

<sup>167</sup> “Se tivéssemos ido às terras oferecidas pelo Governo deveríamos primeiro fazer a estrada, desde a casa da emigração até a Colônia, para onde as bagagens e os filhos seriam levados no lombo de burros. Cinco horas de estrada. Eu e Antonio Bertolini, no meio do mato, teríamos que derrubar as árvores e fazer a casa por nossa conta. Se eu aceitasse a proposta do Governo receberia 40 florins. A quem constrói a casa por conta, no mato, o Governo paga 70 florins. Aqui é tudo caro, três vezes mais que na Itália. Assim nos manteríamos por dez dias, e quem não tem dinheiro deve trabalhar para o Governo e o Governo paga um florim e meio por dia, durante quinze dias, e nos outros 15 dias deve trabalhar cada um na sua colônia. Com os 15 dias de trabalho, deveriam viver um mês. Dessa forma no primeiro ano irão mal, mas quando terão a colheita irão bem. Assim eu demorei a escrever-vos porque não me tinha ainda instalado.” Carta de Giobata Mizzan escrita a 17 de março de 1878 em Santa Maria da Boca do Monte, RS. Cf.: RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 466.

<sup>168</sup> Carta de Antonio Basso, datada de abril de 1889, de Silveira Martins, RS. Cf.: *Ibidem*, p. 470-471.

Antonio Basso pedia que uma carta fosse enviada para a Itália para informar os patrícios de seu sofrimento, pois seu grupo, que estava vivendo em Jaguari, longe de outras localidades, ficou isolado e começou a passar fome. A carta segue dizendo que estava com pouca saúde, porque não se adaptou ao clima e à temperatura local. Finaliza protestando que foram chamados ao Brasil, e por isso deveriam ter mais atenção e assistência do governo. Jaguari foi uma nova área de colonização aberta a Oeste de Santa Maria para enviar imigrantes que chegaram no final da imigração, quando já não existiam mais lotes em Silveira Martins para serem vendidos aos imigrantes.

A falta de lotes para todos os imigrantes expõe um descontrole do governo quanto ao número de imigrantes chegados e a quantidade de lotes disponíveis para ocupar. O depoimento de uma imigrante comprova que faltou lotes: “Em Val de Buia só tinha gente da Itália. E ali eles ficavam até o governo distribuir terra. Demorou um ou dois anos. Meus avós nem do lado da mãe, nem do lado do pai receberam terra. Eles ficaram trabalhando de sociedade.”<sup>169</sup> Além de terem de esperar mais de um ano em *Val de Buia*, os avós da depoente não conseguiram comprar nenhum lote de terra para eles próprios. Os imigrantes que chegaram por último sem indicação de parentes ou ficaram com os lotes mais montanhosos e pedregosos ou ficaram sem terra, tendo que trabalhar em sociedade com outros imigrantes.

O italiano Giobatta Mizzan e mais três amigos beluneses, chegados em 1878 em Silveira Martins, tiveram mais sorte, pois vieram com um pouco de dinheiro da Itália para tentar comprar um lote melhor. Como os imigrantes tinham de aguardar a demarcação dos lotes coloniais no Barracão dos Imigrantes, Mizzan e seus amigos não quiseram esperar a demarcação e decidiram procurar lotes de particulares para comprar. Encontraram um lote na Estrada de São Martinho, na colônia campestre de Santa Maria da Boca do Monte, a duas léguas de Santa Maria, pelo valor de 5.000 francos. O relato se encontra em carta de 17 de março de 1878 enviada por Mizzan a seu irmão que ficou na Itália. Na carta Mizzan relata como ficou o contrato:

Assim foi o nosso contrato: compramos as casas, o mato, pradarias, o solo arável. Há fruteiras de todos os tipos, uma vaca, um cavalo, oito porcos, vinte bois. Calculamos quarenta medidas de batatas, dez de arroz, 14 de mandioca, que é uma raiz com que se faz farinha boa para comer, 150 galinhas e, seguramente, calculamos 100 hectolitros de milho que, até abril, colheremos. Há belas plantações de videiras. Em resumo, não falta nada. Custou-nos ao todo 5.000 francos. Foi sorte

---

<sup>169</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 30.

grande, pois pagamos logo 3.000 e sobre 2.000 corre um juro de 12%. Calculamos o total da terra comprada em mais de mil campos. Assim fizemos um contrato todos os quatro juntos e entre nós depois dividiremos e faremos quatro partes. Temos tanta terra que nem eu e nem os meus filhos conseguiremos trabalhá-la toda.<sup>170</sup>

A aquisição de lote particular era mais vantajosa do que a aquisição de lote do governo, porque os imigrantes não precisariam aguardar a abertura da estrada, a demarcação do lote e a derrubada da mata para construir suas casas, porém a compra de terra de particulares só era possível para quem trouxesse dinheiro da Itália. Mizzan reconheceu que teve muita sorte na compra do seu lote, pois comprou um lote particular a preço baixo e com toda a estrutura para viver e trabalhar nele. Tales de Azevedo<sup>171</sup> relata que alguns imigrantes realmente trouxeram dinheiro da Itália para facilitar a compra de lotes de particulares. O trabalho de derrubada da mata era difícil e lento, por isso, ainda demoraria muitos anos para que os lotes fossem totalmente desmatados e utilizados.

Mizzan finalizou a carta dizendo que teria muito mais coisas para escrever, porém, como estava cansado, deixaria para outra oportunidade, o que provavelmente não aconteceu. Ainda, afirmou que estava contente porque, depois da sua morte, os filhos ficariam e trabalhariam no que é deles. Essa afirmação expressa a importância que Mizzan dava à propriedade da terra, afinal, seus filhos não seriam mais obrigados a trabalhar em terra alheia. A intenção de Mizzan ao comprar um lote de terra não estava ligada apenas à sua sobrevivência, também era um projeto para o futuro, visando o progresso econômico e a independência da família.

As descrições dos imigrantes Antonio Basso, Antonio Visentini, dos irmãos Taschetto e de Giobata Mizzan revelam que as expectativas dos imigrantes eram distintas, bem como que o projeto colonizador do governo não aconteceu de modo uniforme: as condições das terras, a compra dos lotes e as formas de pagamento variavam; por outro lado, os imigrantes também não aceitaram passivamente todas as condições impostas pela Comissão de Terras, demonstrando interesses e maneiras próprias de se organizar espacial<sup>172</sup> e socialmente.

---

<sup>170</sup> Carta de Giobata Mizzan escrita a 17 de março de 1878 em Santa Maria da Boca do Monte, RS. RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil.** Porto Alegre: EST, 2001, p. 467.

<sup>171</sup> AZEVEDO, Tales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Cátedra/Brasília: INL, 1982, p. 133.

<sup>172</sup> Os espaços, os territórios, os lugares e suas transformações possuem uma história natural e uma história social: “Para se analisar o espaço geográfico não basta desvendar as suas múltiplas dimensões atuais. Há que se investigar também o processo histórico que lhe deu origem, pois aí estão, muitas

Lorenzoni descreve o impacto positivo que a natureza lhe causou na chegada devido ao solo fértil e à abundância de água:

Esta, a Colônia de Silveira Martins, situada a pouco mais de cem metros sobre o nível do mar, numa ramificação da serra de São Martinho, distante apenas trinta quilômetros da cidade de Santa Maria da Boca do Monte. [...] O terreno, em geral, é fertilíssimo [...]. O clima é salubérrimo e as águas, por onde se encontrem, são límpidas e cristalinas e de um sabor incomparável. Pequenas cascatinhas e regatinhos, qual fio d'água, regam todo o território.<sup>173</sup>

A natureza da colônia impressionou Lorenzoni que a descreveu como um lugar com muitos recursos naturais e saudável. A água era limpa e saborosa, boa para ser bebida. O espaço geográfico da colônia era um lugar que ainda não havia sofrido nenhuma ou pouca interferência humana, mas que poderia ser ocupado e utilizado para várias finalidades: plantio, pastagens e construções. A transformação do território da colônia foi feita através da organização social, política e econômica do espaço geográfico – também com a finalidade de demarcá-lo e vigiá-lo para que não fosse invadido ou ocupado por pessoas estranhas que ameaçassem seus ocupantes.

O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, que se traduzem por malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias.<sup>174</sup>

Em Silveira Martins as disputas por espaços, lugares e posições de poder não aconteceram somente entre os imigrantes e a sociedade local, mas também dentro dos próprios grupos para ocupar cargos de liderança objetivando interesses políticos e econômicos. A posse da terra garantiu liberdade para os imigrantes disputarem espaços de poder na colônia, na família, nas redes familiares e nas Sociedades da Capela e foi um

---

vezes, os segredos da sua boa interpretação.” ABREU, Maurício de Almeida. Apropriações do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César (Orgs.). **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 240.

<sup>173</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 60-61.

<sup>174</sup> RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993, p. 7-8.

processo marcado por conflitos, tensões e negociações. A ex-colônia Silveira Martins foi uma região conflituosa e tensa, pois no início, com exceção da sede da colônia, tudo ainda estava por definir: a localização da sede paroquial, das vilas e das Sociedades da Capela.

Um lugar é a ordem [...]. Aí se acha, portanto, excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. [...] O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. [...] Em suma, o espaço é um lugar praticado.<sup>175</sup>

Para o governo, o espaço abrangia toda a região geográfica da Quarta Colônia delimitada pelos agrimensores; já para os colonos, inicialmente, era onde eles derrubaram a mata para traçar linhas e travessões, construir suas casas, as Sociedades da Capela, os salões de festa, os cemitérios e o comércio. “Ao se estudar o espaço e sua produção, deve-se levar em conta, conscientemente, que o espaço produzido é o resultado da ação do homem transformando em função de suas necessidades o meio natural.”<sup>176</sup> A relação do imigrante com a natureza foi uma relação territorial<sup>177</sup>, pois, num primeiro momento, ele teve de se adaptar à floresta densa e montanhosa, para só mais tarde começar a transformar e adequar a natureza as suas características culturais e econômicas. Por isso, a primeira barreira a ser vencida foi a do espaço físico, seguida das barreiras linguística e cultural.

Para os imigrantes italianos a natureza foi um obstáculo geográfico a ser vencido para viabilizar a permanência num território hostil, pois ainda estava coberto por árvores que precisavam ser removidas para a construção das vilas, das capelas e das casas. “A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as

<sup>175</sup> CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 201-202.

<sup>176</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984, p. 16.

<sup>177</sup> “O território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo [...], mas o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço? Este Leitmotiv traz embutida, ao menos de um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ina Elias de; GOMES, Pedro Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 78-9.

sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são as formas mais a vida que as anima.”<sup>178</sup> As paisagens naturais são alteradas cultural e economicamente pelas pessoas que, ao mesmo tempo, fazem parte da paisagem que transformam. Os espaços também são territorializados e historicamente transformados no tempo através de relações sociais de poder e a paisagem é o resultado visível desse processo contínuo:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.<sup>179</sup>

Em Silveira Martins o primeiro espaço a ser ocupado foi *Val de Buia*, nas proximidades do local onde, posteriormente, foi instalada a sede da colônia. A ocupação desse espaço gerou uma série de impressões contraditórias nos imigrantes: admiração pela natureza, medo dos animais, sofrimento pela falta de conforto e decepção devido às mortes. Nos territórios, espaços e lugares coexistem várias fronteiras geográficas, econômicas, sociais e religiosas que se relacionam em harmonia ou em conflito. Assim, o território da colônia se compôs por várias paisagens ligadas entre si: paisagem natural, cultural, social, econômica, política e religiosa.

Os espaços também são ocupados, invadidos, explorados ou colonizados pelas pessoas e pelos grupos através dos nomes que expressam o desejo de posse e de controle sobre o território ocupado. Os imigrantes trocaram alguns nomes portugueses dados pelos brasileiros por nomes italianos, como uma forma de se apropriar dos espaços. A Colônia italiana recebeu o nome Silveira Martins em homenagem ao Ministro da Fazenda da época, mas já no início da colonização os italianos lhe atribuíram nomes italianos: “*Città Nuova*”, “*Città Bianca*” e “*Val de Buia*”. *Città Nuova* faz referência à fundação de uma nova cidade; *Città Bianca*, porque as barracas eram cobertas com lençóis brancos; e *Val de Buia* por ser um vale escuro encravado entre quatro montanhas. As demais localidades da colônia também receberam nomes do dialeto vênето, tais como *Nuovo Treviso*, *Vale Veneto*, *Val Veronese* e *Val Feltrina*.

<sup>178</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002, p. 103.

<sup>179</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná et al (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 81.

No início da colonização a sobrevivência na colônia foi um grande desafio, pois o trabalho de derrubada da mata estava todo por fazer e as ferramentas utilizadas na agricultura eram rudimentares. Os imigrantes tiveram de completar sua dieta com peixes e animais silvestres, pois a ração recebida do governo muitas vezes não durava até a primeira colheita. A comida era insuficiente porque o trabalho pesado exigia o consumo de muitas calorias diárias para derrubar a mata, limpar o terreno, plantar, capinar as ervas daninhas, colher, armazenar e transportar os cereais. O trabalho de baixo do sol quente no verão e no frio do inverno, que congelava mãos e pés descalços, castigava crianças, jovens e adultos devido ao excessivo esforço físico e às atividades insalubres desenvolvidas em meio às intempéries da natureza: sol, chuva, frio, calor, vento e poeira.

Diferenças regionais e linguísticas dificultaram o entendimento entre os imigrantes, pois estes vinham de diferentes *comuni* e províncias da Itália, com dialetos, tradições e costumes próprios. O relato do imigrante Júlio Lorenzoni sobre o navio em que viajou para o Brasil a 11 de fevereiro de 1878 mostra com clareza a falta de unidade linguística entre os italianos: “Em qualquer canto do vapor só se escutava um vozerio incompreensível de dialetos, a maior parte vênets e lombardos, muitos dos quais eu não entendia absolutamente, de modo que me deixava admirado ouvir tantos vocábulos novos, procurando adivinhar-lhes o significado.”<sup>180</sup> Por serem de lugares diferentes e falarem diversos dialetos, no início da colonização o primeiro obstáculo a ser vencido pelos italianos foi o estabelecimento de uma comunicação entre os próprios imigrantes para combinar objetivos em comum.

As famílias não se conheciam, mas aos poucos foram se conhecendo, bem timidamente, através do trabalho, quando emprestavam as ferramentas para abrirem os caminhos. Foi ali que passaram a descobrir as aflições em comum, mas também percebendo que, com a ajuda mútua, poderiam superar mais facilmente as dificuldades. Nas horas de trabalho árduo, o pensamento das famílias era voltado para a religião e para formar uma vila na localidade e ali concentrar sua vida social e religiosa. Considerados os líderes pelas famílias, Luis Rosso e Paulo Bortoluzzi, tomaram a iniciativa de então realizar esta idéia. Tendo em vista as necessidades comuns entre as famílias, fizeram com que as mesmas se unissem cada vez mais. Pessoas de costumes, hábitos e dialetos diferentes, mas oriundas da mesma pátria, a Itália, passaram a conviver juntas e com os mesmos objetivos. Os líderes

---

<sup>180</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 24.

procuraram o diretor da colônia, Paulo Bortoluzzi, e conseguiram um lote colonial para dar início ao futuro povoado.<sup>181</sup>

Uma das estratégias de ação utilizadas pelos imigrantes foi a realização de abaixo-assinados para requerer assistência ou reclamar de conflitos entre os próprios imigrantes ou destes com as autoridades. As relações de poder e conflito na colônia também aconteceram entre os próprios imigrantes devido a interesses opostos. Em abaixo-assinado de 28 de julho de 1883, escrito em italiano e traduzido para o português por descendentes de imigrantes italianos, os colonos da Linha Arroio Grande exigiam que o cemitério da Sociedade da Capela fosse mantido no local onde três anos antes havia sido construído, porque o proprietário queria removê-lo do seu lote:

Declaramos nós abaixo escritos de Arroio Grande de querer o Campo Santo no lugar onde com trabalho de todos foi feito há três anos; mas no momento o proprietário da Colônia é contrário a sepultura dos defuntos, recorremos a Sua Senhoria pedindo todos unidos que ponha freio às palavras do dito proprietário e consiga por seu intermédio pelo direito que não seja modificado.<sup>182</sup>

O abaixo-assinado não cita o nome do proprietário do lote, apenas a localidade porque provavelmente todos já conheciam a existência do cemitério e onde ficava. O abaixo-assinado é subscrito por 43 pessoas com sobrenomes italianos, das quais quarenta eram homens e três eram mulheres. A petição também não cita o nome da autoridade à qual os imigrantes enviaram o requerimento, mas provavelmente foi dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria. Da iniciativa dos imigrantes em realizar um abaixo-assinado dirigido a autoridades locais pode-se concluir que eles reconheciam as autoridades legitimamente constituídas, e também que não tinham receio de acioná-las para atender as suas necessidades.

Apesar dos apelos da maioria dos moradores da comunidade, o proprietário do cemitério não se sensibilizou com o pedido. Em carta do dia 05 de outubro de 1883, o imigrante Albino Zanchi escreveu novamente para o Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Santa Maria da Boca do Monte requerendo a manutenção do cemitério no mesmo local:

---

<sup>181</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul** – 1886 a 1919: o fim da Província Americana. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 22.

<sup>182</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil**. Porto Alegre: EST, 2001, p. 272.

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal da Cidade de Santa Maria da Boca do Monte. Colônia de Silveira Martins, 5 de outubro de 1883. Expeço-lhe a lista dos abaixo-assinados do Distrito Colonial de Arroio Grande, a isso dê providência a qualquer inconveniente aviso que deve-se baixar; Acontece que o proprietário da Colônia onde está situado o Campo Santo (Cemitério) não quer que estejamos ali, possivelmente que seja transferido para outro lugar. Onde todos abaixo-assinados decidem que fique ali porque há três anos que existe e tem já em seu interior mais de 8 defuntos; e por isso comunico a V. S. para que dê a providência necessária o mais breve que seja possível. Desejo-lhe saúde e com estima respeito sempre de seu servo (Zanchi Albino).<sup>183</sup>

Os imigrantes da Sociedade da Capela de Arroio Grande não estavam dispostos a mudar o local do cemitério porque tinha sido feito em mutirão por todos os membros da comunidade havia três anos. Além disso, oito pessoas já estavam sepultadas no cemitério, e a transferência dos corpos era inviável, pois os imigrantes consideravam sacrilégio violá-los. O proprietário tinha um interesse econômico sobre a área do cemitério, uma vez que esta poderia ser utilizada para o plantio de cereais ou a criação de animais. As capelas, os salões sociais, os cemitérios e os comércios eram construídos nos terrenos mais planos, os quais também eram mais favoráveis à agricultura, e por isso, muito disputados.

Os deslocamentos na colônia de Silveira Martins podem ser divididos em 2 fases: 1ª) a partir de 1880 os imigrantes realizaram deslocamentos internos em busca de novas terras de nacionais dentro da colônia e em seu entorno para comprá-las; 2ª) a partir de 1910 os deslocamentos foram realizados para regiões mais distantes, situadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. O êxodo de imigrantes italianos e seus descendentes para outras regiões do Rio Grande do Sul e estados do Sul do Brasil atrasou o crescimento demográfico e econômico de Silveira Martins em comparação com as colônias italianas do Nordeste do mesmo estado.

Quando a família Ceretta chegou em Silveira Martins em 1880 ela foi morar na localidade de Vale Vêneto para somente mais tarde se mudar para Novo Treviso, onde residiram por um período de sete anos o casal Antônio Ceretta e Thereza Antoniazzi. Em Novo Treviso o casal teve os filhos Raphaele Ceretta a 08 de novembro de 1890 e Flori Fabrízio Ceretta a 08 de outubro de 1892. Outro deslocamento interno foi realizado por Domenico Manfrin e sua família que chegou em Silveira Martins em 1885 e foi residir no Núcleo Norte, posteriormente denominado de Nova Palma por existirem muitas palmeiras

---

<sup>183</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil.** Porto Alegre: EST, 2001, p. 268.

nessa região, porém a 25 de setembro de 1898 faleceu a sua segunda esposa Santa Bertoldo, irmã da sua primeira esposa Maria Bertoldo. Em 1900 Domenico vendeu o seu lote em Nova Palma e se deslocou para a região de Vale Vêneto, onde foi morar com o seu filho Massimo casado com Teresa Dotto em 1888 em Vale Vêneto na Comunidade de Ribeirão. Em Vale Vêneto, Domenico se casou pela terceira e última vez com a viúva Teresa Bellini, da qual logo se separou sem deixar filhos. Em 1912 Domenico se desloca novamente para Nova Palma, porém como já tinha vendido o seu lote em Nova Palma, foi obrigado a trabalhar na Igreja de Nova Palma como cozinheiro e sacristão para sobreviver. Por fim, seu filho Massimo emigra para fora da região colonial e vai morar na divisa do Brasil com a Argentina na região de Palmeira das Missões, onde fixou residência na localidade de Barril, hoje Frederico Westphalen, RS, na comunidade Sete de Setembro.

Os deslocamentos realizados para fora da colônia a partir de 1910 viabilizaram a fundação de novas colônias italianas no Sul do Brasil ou expandiram a presença dos imigrantes e seus descendentes para outras cidades do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, como Júlio de Castilhos, RS, Frederico Westphalen, RS, São Miguel do Oeste, SC, Francisco Beltrão, PR<sup>184</sup>. Quando os filhos dos imigrantes italianos começaram a se casar e a formar novos núcleos familiares os lotes rurais de apenas 22 hectares não foram mais suficientes para sustentá-los: “O tamanho reduzido do lote colonial, o crescimento demográfico e o esgotamento rápido do solo, quando não a crise de colocação de produção, fizeram com que já por volta de 1910 se iniciasse a migração para o Alto Uruguai.”<sup>185</sup> Esse fenômeno foi classificado por Sponchiado de “enxameamento”<sup>186</sup>, que consistiu no deslocamento dos imigrantes e seus filhos para novos lotes dentro da própria colônia e no

---

<sup>184</sup> Bolzan, em sua tese intitulada “Quarta Colônia: da fragmentação à integração”, identificou que o processo de imigração interna para outras propriedades da colônia, para regiões limítrofes e para Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso foi contínuo durante todo o século XX. Na década de 1920, no Sul do Brasil, já existiam 18 mil propriedades de italianos e seus descendentes, propriedades que perfaziam uma área de aproximadamente um milhão de hectares. Até 1930 os colonos italianos e descendentes migraram da ex-colônia Silveira Martins para outras regiões do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Cf.: BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. Tese (Doutorado em História), UNISINOS, São Leopoldo, 2011, p. 46.

<sup>185</sup> DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 70.

<sup>186</sup> Para Sponchiado o enxameamento foi o fenômeno da mobilidade dos habitantes no interior da própria Colônia com o objetivo de comprar novos lotes rurais para os imigrantes e seus filhos. SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração e 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria: UFSM, 1996, p. 68. O termo enxameamento foi utilizado pela primeira vez por Roche para designar o deslocamento de pessoas de um meio rural para outro meio rural motivados pelo excesso de população ou esgotamento de terra. Cf.: ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969, v. 2, p. 319.

entorno. Sponchiado<sup>187</sup> dividiu esse movimento migratório em três etapas: a) acomodação inicial; b) ocupação de vazios intermediários; e c) penetração dos campos limítrofes.

Para os imigrantes que saíram da Itália e se dirigiram para a colônia italiana de Silveira Martins, a ocupação dos espaços e dos lugares da colônia significava o sonho de “fazer a América”, ou seja, ser proprietário de seu próprio lote de terra para alcançar a estabilidade econômica e se tornar independente. Os imigrantes transformaram os espaços da colônia, formados por matas e rios, em lugares adaptados à sua sobrevivência, tendo como modelo os seus vilarejos de origem na Itália. Os espaços e os lugares da Colônia foram ocupados pelos barracões, pelas casas dos imigrantes italianos construídas próximas às estradas, pelos galpões para guardar sementes, espigas e palha, pelas estrebarias para abrigar as vacas e os cavalos das intempéries e pelas capelas destinadas às orações.

O processo de ocupação, apropriação e transformação dos espaços da colônia em lugares italianizados foi um processo lento porque demorou várias décadas até que a colônia pudesse se parecer com as vilas italianas. Na primeira fase da colônia os imigrantes conseguiram apenas abrir as estradas, derrubar parte da mata do seu lote de terra para construir um abrigo e plantar a primeira lavoura. O crescimento das vilas com a construção das capelas, dos salões de festa, dos cemitérios e dos comércios em alvenaria só foi possível mais tarde, quando os imigrantes conseguiram expandir as lavouras e aumentar a produção agrícola.

Os espaços da colônia se materializaram através das construções feitas pelos próprios imigrantes. Os espaços da colônia foram predominantemente ocupados por pequenas propriedades rurais cultivadas pelo trabalho familiar, as quais eram formadas por estreitas faixas de terra perpendiculares às estradas, perto das quais eram construídas as moradias de frente umas para as outras. As principais características espaciais da colônia eram a grande densidade populacional, se comparada às demais regiões do interior do Brasil, e o trabalho no próprio local de moradia dos colonos.

---

<sup>187</sup> Rossato relata em sua monografia que a família do sacerdote Luiz Sponchiado também precisou migrar para fora da Colônia: “Pouca terra e de difícil acesso e, por isso, teve que migrar ainda jovem (apenas três anos) juntamente com a família para a localidade de Taquaruçu, distrito de Barril, no município de Palmeira das Missões.” ROSSATO, Jucemara. **Padre Luiz Sponchiado: um empreendedor em Nova Palma. Monografia (Graduação em História), Faculdades Franciscanas, Santa Maria, 1996, p. 14-27.**

#### 1.4 CIVILIZAÇÃO DA NATUREZA

Silveira Martins está situada no Centro-Oeste do Rio Grande do Sul, na região central do estado, a 431 metros de altitude, distando 30 km da cidade de Santa Maria e 286 km da capital, Porto Alegre<sup>188</sup>. A localidade é cortada pelo Rio Soturno e atualmente faz divisa com os municípios de Faxinal do Soturno, São João do Polêsine e Santa Maria. Desde a sua fundação, a colônia foi mantida pelo Ministério da Agricultura, permanecendo sob a jurisdição do governo central do Rio de Janeiro até 1882, quando deixou de ser colônia imperial e passou a ser designada pelo Império do Brasil apenas como ex-colônia Silveira Martins<sup>189</sup>.

Diferentemente das colônias de Caxias do Sul (Campo dos Bugres), emancipada a 20 de junho de 1890, Bento Gonçalves (Dona Isabel), a 11 de outubro de 1890, Antônio Prado, a 11 de fevereiro de 1899, e Garibaldi (Conde D'Eu), a 31 de outubro de 1900, a colônia de Silveira Martins sofreu atraso de um século em seu processo de emancipação devido à divisão de seu território em abril de 1882 entre os municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. O processo de fragmentação da colônia ocorreu de 1882, quando Silveira Martins se tornou ex-colônia, a 1891, quando parte da ex-colônia foi integrada ao novo município de Vila Rica (Júlio de Castilhos), parte passou a pertencer a Cachoeira do Sul e o restante ficou ligado a Santa Maria. A colônia também sofreu um processo de fragmentação interna quando foram criados os núcleos Norte, Soturno e Geringonça. Como consequência, a fragmentação do território da colônia Silveira Martins adiou sua emancipação para o final do século XX, quando finalmente alcançou sua independência política a 11 de dezembro de 1987.

Na Itália os imigrantes eram convidados a vir para o Brasil “Per fare L’America”, isto, é, civilizar a natureza construindo novas cidades no interior do país para promover o progresso da agricultura, da indústria e do comércio brasileiros. No interior a colonização

---

<sup>188</sup> De Porto Alegre, segundo Carvalho, as distâncias até as sedes das colônias italianas eram as seguintes: Conde d’Eu, 156.400 m; Dona Isabel, 170.400 m; Caxias, 198.000 m; Silveira Martins, 262.172 m. CARVALHO, Manoel Maria de. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

<sup>189</sup> Segundo Manfroi, logo no início da colonização as colônias foram abandonadas, e numa segunda fase o governo tentou emancipar Silveira Martins, porque emancipando a colônia estaria dispensado de subsidiar os imigrantes. Cf.: MANFROI, Olivio. Imigração alemã e italiana: estudo comparativo. **Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros**. Porto Alegre: Universidade de Caxias do Sul, 1979, p. 188-189.

empreendida pelos imigrantes italianos tinha por finalidade substituir o latifúndio e a monocultura pela pequena propriedade e a mão de obra escrava das fazendas de gado e café pelo trabalho livre e assalariado. No entanto, a introdução da pequena propriedade no Brasil não extinguiu o latifúndio e a monocultura que continuaram coexistindo junto com a pequena propriedade, porque o governo brasileiro loteou apenas terras devolutas para vender aos imigrantes italianos.

As contradições entre a propaganda feita na Itália e o contato dos imigrantes com a colônia os forçaram a criar novas estratégias de ocupação e sobrevivência. Os obstáculos consumiram todo o tempo e o esforço dos imigrantes, pois tudo ainda estava por construir: a casa, o galpão, o paiol, o estábulo e as cercas. O Brasil como país da *cuccagna* (abundância) era uma possibilidade, mas ainda precisava ser ocupado, explorado e desenvolvido. A colônia tinha abundância de recursos naturais, porém toda essa riqueza ainda precisava ser explorada e comercializada para gerar lucros para os colonos. Para produzir grãos foi preciso derrubar a mata, plantar, capinar as ervas daninhas e colher, e para produzir carne foi preciso plantar o pasto, alimentar os animais e abatê-los.

Na Itália, o emigrante e memorialista Andrea Pozzobon defendeu a necessidade de os italianos emigrarem ao Brasil para “fazer a América”, principalmente devido às péssimas condições de vida para os camponeses à época. Andrea Pozzobon<sup>190</sup> nasceu na Itália em maio de 1863 na aldeia de Carpenedo, Província de Treviso, e emigrou para o Brasil com 22 anos. Em suas memórias intituladas “Uma odisseia na América”, escreveu que o primo Annibale Mattiuzzi, com quem seu avô Antonio Pozzobon, o patriarca, mantinha correspondência desde 1884, já estava morando em Silveira Martins, o que contribuiu para a decisão de toda a família Pozzobon emigrar para esta colônia. Graças às informações enviadas do Brasil para a Itália através das cartas, os imigrantes partiam da Itália para o Brasil já sabendo que as terras eram boas e férteis, pois “arroz, trigo, milho e frutas já estavam sendo cultivados há anos por colonos, na maioria do Vêneto.”<sup>191</sup>

Os imigrantes queriam ser seus próprios patrões para não ter mais de pagar aluguel sobre a terra e dividir a produção agropecuária com os seus donos. Mesmo os que eram proprietários de terras na Itália, passavam necessidades porque somente 20% da terra era fértil e as poucas áreas agriculturáveis já estavam enfraquecidas devido ao excesso de plantio. Por isso, os imigrantes italianos que se dirigiram ao Rio Grande do Sul, em sua maioria,

---

<sup>190</sup> Na Itália Andrea Pozzobon frequentou a escola, “tornou-se coroinha, aprendeu a declinar o latim, a conjugar verbos e a traduzir trechos litúrgicos e poéticos.” POZZOBON, Andrea. **Uma odisseia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2012, p. 17.

<sup>191</sup> Ibidem, 1997, p. 51-52.

almejavam abandonar seus patrões na Itália para se tornarem independentes e autônomos no Brasil, passando da condição de servos à condição de senhores de si e de sua família. Na Itália os emigrados viviam em sua maioria nos *Borghi*<sup>192</sup>, que eram vilas onde todos da *comune* moravam, trabalhando durante o dia em campos próprios ou de terceiros, e retornando à noite para pernoitar no *Borgo*.

O sistema de colonização empregado pelo governo brasileiro colocava os imigrantes em lotes rurais, e não em pequenos povoados, como na Itália. Cada Colônia, assim estava previsto, contava com um ou mais vilarejos, que deveriam ser o centro socioeconômico. A realidade, porém, seguiu um rumo algo diverso. Os centros haveriam de desenvolver-se, mas o polo imediato de convergências, a nível de relações primárias, haveria de ser o travessão – ou linha, com a vida social girando ao redor da capela.<sup>193</sup>

Na Itália, a convivência e as atividades sociais aconteciam nos espaços da Igreja, contudo, quando os imigrantes chegaram em Silveira Martins, ainda não existiam paróquias nem capelas para frequentar, por isso, foram forçados a construir suas próprias capelas. Enquanto a capela não era construída, o culto ou o terço era rezado nas casas dos próprios moradores ou no comércio. A construção de uma capela na linha era a condição primeira para sonhar com a elevação de status do lugar, o que aconteceria quando se conseguisse um padre e a capela fosse elevada à condição de paróquia<sup>194</sup>. Contudo, em Novo Treviso, devido ao elevado número de mortes, a comunidade local foi obrigada a construir o cemitério<sup>195</sup> antes mesmo de erigir a capela que seria construída pelos membros da Sociedade da Capela.

A convivência da maioria dos imigrantes italianos se restringia à vida familiar, ao trabalho no campo e à frequência na capela de sua linha nos finais de semana. Raramente iam a Silveira Martins ou a Santa Maria durante a semana para fazer compras – em sua maioria compravam seus mantimentos na própria vila em que frequentavam a capela.

<sup>192</sup> Na Itália, surgido na Idade Média, o Borgo é uma vila residencial e comercial cercada de regiões agrícolas. Em sua periferia vivem trabalhadores da cidade e do campo. “Borgo, s. m. vilarejo, arrabalde, burgo.” STAWINSKI, Alberto Vitor. **Dicionário-Dizionario** vêneto-português-italiano. Treviso: Utrim, 1995, p. 53.

<sup>193</sup> DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 2011, p. 137.

<sup>194</sup> DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. 3ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 236.

<sup>195</sup> O imigrante Andrea Antoniazzi escreveu a história da comunidade de Novo Treviso de 1885 até 1897. Cf.: ANTONIAZZI, Andrea. **História de Novo Treviso**. [18--], p. 12-4. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

O colono tem uma vida social restringida ao círculo familiar e a única manifestação social, o único lugar de encontro é a igreja. Por ocasião das festas dos centros paroquiais, os colonos vêm a cavalo de lugares distantes – homens, senhoras, crianças... enchem as praças da Igreja, vestindo trajes tradicionais da Itália, a tal ponto que se tem a ilusão de estar numa vila vêneta.<sup>196</sup>

Diferentemente da vida na Itália, onde os camponeses trabalhavam na lavoura durante o dia e à noite retornavam para as suas vilas, na colônia de Silveira Martins os imigrantes viviam isolados em seus lotes, onde moravam e trabalhavam, convivendo somente em família e com alguns vizinhos durante a semana. O contato com toda a comunidade da Sociedade da Capela acontecia apenas aos domingos e dias santos mais importantes, quanto todos iam à missa na Sociedade da Capela ou na sede da paróquia a cavalo, de carroça, de carreta ou a pé. Após a missa, os comerciantes abriam suas vendas para os colonos comerem, beberem, jogarem e fazerem suas compras<sup>197</sup>. Os padres também realizavam missões para visitar as famílias e incentivá-las a frequentar as capelas. Os homens frequentavam a sede da colônia para fazer negócios e compras; mulheres, crianças e jovens frequentavam a sede somente para participar da missa, fazer algum documento ou por doenças.

Enquanto o território italiano era quase totalmente desmatado, com poucos recursos naturais e uma paisagem formada por muitas propriedades, casas, estradas e pontes, os espaços do interior do Brasil ainda eram pouco povoados, mas possuíam grandes quantidades de terras férteis e muitos recursos naturais: árvores, frutas, animais silvestres, peixes e água. Para civilizar a colônia, os imigrantes italianos tiveram de transformar<sup>198</sup> espaços naturais e selvagens em espaços domesticados favoráveis para habitar e trabalhar, abrindo picadas e clareiras nas florestas de regiões montanhosas: “[...] como espaço vazio, à espera da domesticação civilizadora, e do ambicioso imigrante, apto a dela extrair riqueza.”<sup>199</sup> As

---

<sup>196</sup> D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1976, p. 131.

<sup>197</sup> Cf.: DOTTO, Concórdio Genuíno. **Silveira Martins tutti bonna gente**. Santa Maria: Editora da UFSM, 1987.

<sup>198</sup> “O homem (fator geográfico de primeira ordem) domina a natureza e é dominado por ela. Existe uma luta entre o homem e a natureza, esta possuindo uma dinâmica própria que influencia aquele. A Terra seria palco da ação do homem, mas dotada de vida. A ação do homem seria contingente, ou seja, ele escolheria onde, quando e como agir e possuiria várias possibilidades. A Geografia compreende o conjunto da Terra.” BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP: espaço e tempo**. São Paulo, n.º 22, 2007, p. 66.

<sup>199</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Fé, trabalho e família: a construção das memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Revista USP**. São Paulo, n. 72, dez./fev. 2006-2007, p. 162.

primeiras casas foram feitas de paus roliços porque ainda não havia serrarias na colônia. O memorialista Genésio Bonfada lembra que

[...] os colonos, ao receberem seus lotes, começavam a limpeza do terreno e tratavam de armar uma cabana de paus, lascas de coqueiro, cobertas de folhas de palmeiras, que havia de servir de primeiro abrigo para as famílias. À noite, ardia sempre o fogo para afugentar os animais ferozes e no inverno, para aquecer os corpos.<sup>200</sup>

Os lotes dos italianos, situados nas partes mais altas da colônia, eram cobertos por florestas, as quais, posteriormente, foram derrubadas para permitir o plantio de cereais e a criação de animais. Esse modelo de loteamento agrário só foi possível porque na colônia de Silveira Martins ainda não havia moradores. Nem todos os lotes tinham as mesmas características, alguns eram mais planos e com rios e outros eram montanhosos, pedregosos e secos, dependendo da perfuração de poços para o fornecimento de água. Os lotes rurais eram mantidos pelo trabalho familiar, e era dali que se tirava o sustento de toda a família, mediante a produção de cereais, frutas e verduras.

O imigrante e memorialista italiano Antonio Ceretta descreve o tamanho e o interior do primeiro abrigo dos italianos em meio à mata:

Uma casinha de quatro metros para seis repartida em duas peças. Eram essas cobertas de taboinhas fechadas com rachões; com uma porta e uma janelas, sem soalhos nem forros, com caibros e vigas de forma naturais e construídas sem pregos de ferro, mas tudo em madeira. Coisa que parece mentira não é? Porem é verdade. A quem se a quisesse construir por conta propria, o governo lhe pagava a importância em dinheiro.<sup>201</sup>

O contraste entre uma Itália com poucos recursos naturais e um Brasil com muitas terras e matas pode ser percebido nas cartas que os imigrantes enviaram à Itália descrevendo o Brasil como a terra da *cuccagna*. Em poucas palavras, Lorenzoni descreve sua admiração pela riqueza encontrada no Brasil: “[...] parecia-me um sonho ter chegado a um lugar de tanta abundância de cereais, vinho, galinhas, porcos, etc.”<sup>202</sup>

<sup>200</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 19.

<sup>201</sup> CERETTA, Antônio. *História do Vale Vêneto (1877-1886)*. Caderno I. 1941, p. 19. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>202</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 114.

Se na Itália, antes de migrarem para o Brasil, eram considerados pelos patrões como pouco apegados ao trabalho e indivíduos desejosos de riqueza fácil, no Brasil construirão, para si mesmos e para a sociedade nacional, a imagem de que eram homens ordeiros, trabalhadores e apegados à família e à fé. Serão estas as qualidades incansavelmente auto-atribuídas, bem como reconhecidas como pertencentes aos imigrantes e às gerações sucessivas às suas. Na América brasileira, aqueles homens, mulheres, jovens e velhos haviam se tornado civilizadores, construtores de riqueza nas terras consideradas espaços vazios.<sup>203</sup>

Os imigrantes Antonio, Luigi e Felice Taschetto se decepcionaram com a colônia de Silveira Martins porque não encontraram o que lhes prometeram. Em carta de novembro de 1887, escrita em dialeto vêneto, pediam que o irmão que ficou na Itália intercedesse para que seu antigo patrão pagasse suas passagens de volta à Itália:

Noialtri semo qua, ma no semo contenti perchê sono monti e rive e piani pochi e sono anche molti bissi e pericholi tanti. Andiamo ad opera da coloni e si ciapa trenta soldi ai giorno e andare sui lavori per il governo si ciapa cinquanta soldi ma noialtri non andiamo perchà se tanti pericholi di perdere la vita questa e la cucagna che i scriveva che gera qui nella Merica. Caro fratele la nostra cosienza non e de farte venir qui perche siamo inganati noi e non vogliamo inganarti anche te credi ti scriviamo la pura verità e non sta a credere che per il viaggio le vengna cambiate. Caro fratele ti facio sapere che la lettera la ga scritta to nevodo Giusepe perche se le femo scivar i vol metere quello che i vollori e noialtri vogliamo scivar la pura verità. Con di più salutami mio amico Nespolo Agostino e domandagli se e caso di poter otenere quele grazie che semo per dímandar gli anzi semo per pregarti che tu vada dai nostro padrone B. e dagli questa lettera che noi semo cogli occhi piangenti in ginocchio pregando la sua bontà che avemo tutte le nostre speranze in lui e lo preghiamo che ne leva da queste pene e che ne facia tomar in italia che quando saremo la si asogetemo a qualunque sua condizionale e con la nostra vita pagheremo le spese che incontreremo a venire alia patria. Pregiatissimo padrone, remetiamo tute le nostre speranze nella sua bontà, sperando nella sua misericordia esperemo che da lei non veremo ribandonati e noi con tuto il quore la salutiamo e si dichiaramo suoi desiderati servi Taschetto Antonio e Luigi e Felice. Dunque caro fratele ti salutiamo adio e speremo di sentire qualche conforto sulla tua risposta, altrimenti siamo costretti di andare sulle nostre colonie in medo ai Boschi e deserti e la dovremo morire salvagi malamente.<sup>204</sup>

<sup>203</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A família como patrimônio: GT – Migrações Internacionais. **Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2002, p. 2.

<sup>204</sup> “Nós estamos aqui, mas não estamos contentes, porque são só montes, encostas e poucas planícies. E há também muitas cobras e tantos perigos. Trabalhamos para outros colonos e ganhamos trinta moedas por dia. Trabalhando para o governo ganha-se cinquenta, mas nós não vamos, porque há

Os imigrantes Antonio, Luigi e Felice Taschetto, depois que se instalaram em Silveira Martins, decepcionaram-se com a colônia, pois afirmaram ironicamente que a única *cuccagna* que encontraram foram os inúmeros perigos que colocaram suas vidas em risco. Ao contrário, encontraram apenas montes e encostas com muitos locais e animais perigosos. Ressaltaram que, além de no Brasil não haver nenhuma “cuccagna”, que seria a “fortuna”, também estavam arriscando perder a vida atacados por algum animal feroz, principalmente picados por alguma cobra. Concluíram afirmando que foram iludidos porque haviam sido vítimas de propaganda enganosa feita na Itália por agentes brasileiros.

A carta dos imigrantes enviada ao irmão na Itália pinta um cenário desolador e perigoso para convencê-lo a não vir para Silveira Martins. Além disso, pediam para que o irmão convencesse o antigo patrão a pagar-lhes a viagem de volta para a Itália, porque no Brasil eles não estavam contentes em ver “só montes, encostas e poucas planícies” e, por fim, pede que suplique ao patrão que os livrem dos tormentos que estavam passando em Silveira Martins. A carta descreve os tormentos com detalhes para provar ao patrão que estavam sofrendo muito e, com isso, convencê-los a pagar suas passagens de volta para a Itália. Finaliza prometendo gratificar o patrão com trabalho pelo resto de suas vidas se ele pagar as despesas da viagem de volta à Itália. Os termos “submeter-nos-emos”, “com nossa vida pagaremos”, “bondade” e “misericórdia” expressam o desejo de voltar imediatamente. Pela reclamação da carta é possível entender que eles esperavam se instalar numa região mais civilizada e desenvolvida.

---

tantos perigos de perder a vida. Esta é a fortuna (cucagna) que diziam haver aqui na América. Caro irmão, é nosso dever impedir-te de vir para cá, por que nós fomos enganados e não queremos que também tu sejas enganado. Acredita, o que te estamos escrevendo é a pura verdade e não vás pensar que durante a viagem as coisas mudem. Caro irmão, informo-te que a carta foi escrita por teu sobrinho Giusepe, porque se as fazemos escrever por outros, eles informam o que bem entenderem e nós queremos escrever só a verdade. Saúda o meu amigo Agostino Nespolo e pede-lhe se é possível obter aqueles favores que estamos para pedir-lhe. Aliás, queremos pedir que tu mesmo vás até o nosso patrão B. e que lhe entregues esta carta, dizendo que nós estamos com os olhos cheios de lágrimas, de joelhos, suplicando por sua bondade, porque estamos colocando nele todas as nossas esperanças. Rogamos-lhe que nos livre desses tormentos e que nos faça voltar para a Itália, pois, quando lá estivermos, submeter-nos-emos a qualquer exigência sua e com nossa vida pagaremos as despesas que teremos para voltar à pátria. Prezadíssimo patrão, depositamos todas as nossas esperanças na sua bondade, contando com sua misericórdia. Esperamos que de sua parte não seremos novamente abandonados. E, nós de todo coração, o saudamos e nos declaramos seus dedicados servos Taschetto Antonio, Luigi e Felice. Portanto, caro irmão, te saudamos, adeus, e esperamos de sentir algum conforto com tua resposta; caso contrário, seremos obrigados a ir para nossas colônias, no meio das florestas e dos desertos, e lá, vivendo penosamente, devemos morrer.” Carta de Antonio, Luigi e Felice Taschetto de novembro de 1887 escrita em Santa Maria da Boca do Monte, Rio Grande do Sul. Cf.: RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 469.

Ainda em fins do século XIX, os recrutadores do Norte italiano (sobretudo Lombardia, Vêneto e Tirol), que buscavam trabalhadores para emigrar ao Brasil, comparavam a América à Cocanha, sinal de que esse discurso encontrava ressonância na população local. Para aquelas pessoas atormentadas pela fome na sua terra natal, a identificação da América com o Paese di Cuccagna, ainda que a soubessem inverossímil, talvez tenha sido estimulante por exprimir a reivindicação do desejo insatisfeito.<sup>205</sup>

A “cuccagna” é um mito popular italiano, sinônimo de fartura e felicidade no dialeto vênето, o qual descreve a existência de um lugar onde não é preciso trabalhar porque tem comida e bebida à vontade, onde queijos e salames brotam da terra e frangos assados caem do céu.

A topografia do Paese di Cuccagna é dominada por uma montanha, na verdade, um vulcão, que expele, continuamente, moedas de ouro. Como variante, nas narrativas orais, a montanha já não é de ouro mas de queijo ralado. Quando chove, nesse país, chovem pérolas e diamantes, mas podem também chover raviólis. Em direção ao porto, denominado de Porto dos Ociosos navegam embarcações carregadas de especiarias, mortadelas, toda a sorte de embutidos e presuntos. Rios de vinho grego são atravessados por pontes de fatias de melão e lagos de molhos soberbos estão coalhados de polpette e fegatéli. Fornadas permanentes de pão de farinha de trigo abastecem os habitantes do lugar. Aves assadas, especialmente frangos e perdizes despencam do céu, direto sobre a mesa, enquanto as árvores cobrem-se de frutos nos doze meses do ano. As vacas parem um vitelo ao mês e os arreios dos cavalos são de ouro, mas as rédeas são lingüiças. Às margens de um mar de onde saltam, continuamente, peixes já cozidos, estão salinas de pães-de-açúcar e no chafariz, ao lado da montanha de queijo, jorra um bom vinho malvasia. As hortaliças, no Paese di Cuccagna, são de massa folhada e crescem espontaneamente, embora a fábula sugira a atividade agrícola já que as enxadas e as pás para vangar, são de ouro maciço. A topografia se completa com uma colina na qual está uma prisão destinada aos infratores da única lei que vigora no país: não trabalhar e gozar a vida.<sup>206</sup>

---

<sup>205</sup> FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha**: a história de um país imaginário. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 212.

<sup>206</sup> RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza. Paese de Cuccagna ou País das Maravilhas. In: MAESTRI, Mario (Coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 25.

De fato, existiam muitos recursos naturais a serem explorados pelos imigrantes na América, e também no Brasil, assim como em Silveira Martins, porém a maior parte dessas riquezas naturais ainda não havia sido explorada, pois, para tanto, ainda seria preciso adentrar a mata, derrubar as árvores a machado e serrá-las para fazer tábuas e colunas, preparar a terra, plantar, cultivar, colher e moer o trigo para comer o pão e formar o pasto, criar os animais e abatê-los para comer a carne.

O mundo começa com o desbravamento da floresta ameaçadora. Antes da chegada dos colonos havia apenas a natureza, que incluía os indígenas da área, expulsos ou mortos pelos colonos. [...] A memória também ignora, ou minimiza, a presença de posseiros, ou mesmo de algumas grandes propriedades (em geral, improdutivas). Com a chegada dos colonos – heróis civilizadores – instaura-se a cultura por sobre a natureza.<sup>207</sup>

Apesar de a Quarta Colônia ter sido instalada a 300 km das colônias italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul, no início os processos de ocupação, abertura de estradas e derrubada da mata foram semelhantes. A colônia de Silveira Martins estava separada das demais colônias italianas por dois grandes vales, o do Rio Jacuí e o do Rio Taquari, mas eram semelhantes quanto ao relevo, pois as duas regiões são formadas por matas densas e rios caudalosos situados em regiões montanhosas de difícil acesso. Lorenzoni anotou que os imigrantes italianos ficaram admirados de o governo brasileiro querer fazer colônias só para eles, mas, por outro lado, também ficaram apreensivos em pensar como conseguiriam penetrar na mata e lá permanecer sem nenhuma estrutura:

E achavam admirável que o Governo quisesse colonizá-los, mas não consideravam como aqueles pobres colonos teriam que penetrar em florestas virgens, onde, desde séculos, tribus (sic) de índios eram senhores absolutos, ali vivendo sem nenhum estorvo e onde tigres, macacos e dezenas de outras espécies de animais selvagens tinham seu “*habitat*”.<sup>208</sup>

---

<sup>207</sup> WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo; Brasília: Hucitec; UNB, 1995, p. 122.

<sup>208</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 38.

O Império, a província e os imigrantes tiveram de superar muitos obstáculos para realizar o projeto de ocupação e colonização do centro do Rio Grande do Sul. Um dos grandes problemas enfrentados foi a dificuldade de acesso ao interior da colônia, pois nem todos os imigrantes se dispuseram a abrir a mata para chegar ao seu lote, alguns optaram por comprar lotes de particulares no entorno da colônia:

Muitos colonos, achando esplendida a posição de Arroio Grande, ficaram comprando propriedades de particulares, brasileiros e alemães, pagando cada lote pelo preço baratíssimo de 50\$000, alguns já com o rancho. Os lotes devolutos eram comprados ao Governo pelo preço de 150\$000 a 300\$000, conforme a posição.<sup>209</sup>

Diante dos obstáculos encontrados no deslocamento, alguns imigrantes também decidiram voltar para a Itália por não conseguir se adaptar às condições de isolamento e de trabalho penoso em meio à floresta. Provavelmente decidiram voltar porque não encontraram no Brasil terras planas com lotes desmatados semelhantes às que haviam deixado na Itália. A decepção dos imigrantes italianos foi grande, uma vez que a propaganda sobre o Brasil na Itália era exagerada: “Paese della cuccanga”, onde o clima é agradável e há comida e bebida à vontade para todos. A colônia tinha bastante riquezas naturais a serem exploradas, contudo elas ainda eram inacessíveis devido às montanhas, à mata e às distâncias.

Inicialmente os imigrantes trabalharam na abertura das estradas e na construção das pontes entre Silveira Martins e Santa Maria, posteriormente também foram liberados para construir a estrada, em grupos, do Barracão de *Val de Buia* até o seu lote em cada linha. Lorenzoni narra que os imigrantes permaneceram no Barracão de *Val de Buia* até a chegada do inverno de 1878, quando os dias começaram a ficar mais curtos e chuvosos.

No inverno de 1878 haviam-se organizado os trabalhos para a abertura de novas estradas sob a direção de um prático, dando-se início à principal, que deveria desembocar no campo, na vizinhança de Santa Maria, com um percurso de 18 quilômetro, levando cerca de 2 anos para ficar pronta. O pagamento só era feito a cada três ou quatro meses por uma pessoa encarregada e que vinha de Porto Alegre. Este pagamento processava-se sem formalidade alguma, mediante listas em duplicata, apresentadas pelos chefes de grupos, os quais nos primeiros

---

<sup>209</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 71.

tempos, recebiam o total da importância, distribuindo-a depois aos trabalhadores.<sup>210</sup>

Durante o primeiro ano, após a chegada dos imigrantes em Silveira Martins, cada imigrante teve direito de trabalhar três vezes por semana como assalariado em obras públicas para abrir estradas e edificar pontes – o objetivo era empregar os imigrantes até a primeira colheita. As estradas não tinham pavimentação e, durante as chuvas, formavam imensos atoleiros, nos quais as carroças ficavam presas. O Cônsul Umberto Ancarani também descreveu o cotidiano de trabalho na colônia e os valores dos pagamentos feitos aos imigrantes:

Para facilitar a todos esses imigrantes um meio de vida, deu-se começo à construção da estrada geral, partindo do pé da Serra até ao lugar onde se acha a estação Colonia. Os adultos ganhavam 1\$500 por dia, as mulheres 1\$000 e os rapazes 700 réis. Os imigrantes recebiam também do Governo, como auxílio gratuito para os primeiros confortos, vales de 20\$000, que eram vendidos à casa de fornecimento Carvalho Bastos e Vieira, contratantes com o Governo. O cidadão Prospero Pippi, negociante dessa época, era fornecedor da enfermaria, que se achava a 500 metros do Barracão.<sup>211</sup>

O trabalho de abertura de estradas era um trabalho que exigia força física e mental, por isso, cada trabalhador ganhava não só por hora de trabalho, mas também pelo que conseguia produzir durante uma jornada diária. Por isso, os homens adultos ganhavam mais que as mulheres, os jovens e as crianças porque tinham mais força física e, conseqüentemente, produziam mais. Todos os trabalhos na Colônia eram difíceis e exaustivos: derrubar e serrar árvores, arrancar e quebrar pedras, abrir estradas e valos, fabricar pontes e barracões de madeira.

---

<sup>210</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 50.

<sup>211</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 67.



Imagem 7 - Estrada Geral de Silveira Martins a Santa Maria na década de 1920.<sup>212</sup>

Na fotografia de 1920, registrada 42 anos após a chegada dos primeiros imigrantes, ainda é possível ver algumas carroças puxadas por cavalos e bois, além de alguns italianos montados em cavalos. A Estrada Geral de Santa Maria a Silveira Martins foi inaugurada em 1882 para possibilitar o acesso ao interior da colônia com o objetivo de demarcar as linhas, os travessões e os lotes. No princípio da colonização, as estradas começavam como caminhos estreitos em meio à mata, e posteriormente iam sendo alargadas e limpas de tocos, raízes e pedras. Primeiramente foi aberta uma picada com machados, pás, enxadas e serrotes, pela qual era possível transitar apenas a pé ou a cavalo. Somente mais tarde é que as árvores foram removidas para alargar a estrada, visando possibilitar a passagem de carroças carregadas com cereais e mercadorias industrializadas.

O memorialista João Belém, que escreveu sobre a história de Santa Maria, relata que o atraso político de Silveira Martins também prejudicou o seu desenvolvimento econômico:

---

<sup>212</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

O quarto distrito de Santa Maria é apenas uma parte diminuta do que foi a Colônia Silveira Martins. Poderia, hoje, aquele território ser riquíssimo município, como Caxias e Ijuí, se o Governo Provincial não tivesse, como teve, em 1886, a triste idéia de triparti-lo, dando uma parte a Cachoeira, outra a Vila Rica (Júlio de Castilhos) e a terceira a Santa Maria [...]. Sob uma única administração desenvolver-se-ia uniformemente, ao passo que assim, não passará nunca de distritos dos municípios aos quais foi dado de presente.<sup>213</sup>

Enquanto as colônias italianas Conde D’Eu, Dona Isabel e Caxias do Sul tinham Porto Alegre, a 130 km, como centro de referência econômica, Silveira Martins tinha Santa Maria, a apenas 36 km, mas estava a 300 km de Porto Alegre. A partir de 1885, com a chegada da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Santa Maria, o transporte da produção agrícola e a comunicação da colônia até a capital se tornaram mais fáceis e rápidos. Embora as Colônias da Serra Gaúcha estivessem mais próximas de Porto Alegre, a estrada de ferro só chegou a Caxias do Sul em 1910. A estação da estrada de ferro que passava em Santa Maria foi construída em 1885 com o nome Estação Colônia (atualmente Camobi), a qual ficava a 18 km de Silveira Martins e a 8 km de Arroio Grande: “Os productos de toda essa região são transportados em carretas a 7 cavallos, para as estações de Colonia, Val de Serra, Arroio do Só e Santa Maria.”<sup>214</sup> A chegada do trem facilitou a entrada de mercadorias industrializadas na colônia e expandiu o comércio local. Em 1913, na sede da colônia, havia várias fábricas artesanais e inúmeros comércios que evidenciam o rápido desenvolvimento da localidade:

Em toda a zona do districto, há 407 casas, quase todas de material, ocupadas por 467 casaes, que dão uma população opproximativa de quase 4.000 almas. N’essa séde, existem 24 negociantes, entre os principaes os Srs. Prospero Pippi, José Aita, Antonio Londero, Alexandre Sorio, Antonio Pedro Bosso, Antonio Dreon, Jacob Foggiato, Artemisio Cervie, Alexandre Ciuccari. Além disso, há 2 hotéis de 1.<sup>a</sup> ordem, 5 officinas de sapateiro, 6 restaurants, 1 açougue, 1 fabrica de fumos, 3 lojas de alfaiate, 5 officinas de ferreiro, 1 marcenaria, 3 carpintarias, 2 sellarias, 1 cortume, 1 funilaria, 2 frabricas de obras de vime, 1 cervejaria, 4 fabricas de vassouras, 4 fabricas de chapeos de palha, 1 fabrica de louça de barro, 6 alambiques de aguardente, 1 serraria a vapôr, 3 engenhos para cachaça, 8 moinhos a agua e a vapôr, para beneficiar farinhas, 2 olarias, 1 pharmacia italiana, 155 carroças de 4 rodas, 33 carroças de duas rodas, 1 collegio de freiras, 1 sociedade italiana Umberto I,

<sup>213</sup> BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 2000, p. 192.

<sup>214</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 78.

(fundada em 1885), sociedade de tiro ao alvo, 2 aulas publicas e 2 particulares italianas, 1 banda de musica José Garibaldi (fundada pelo maestro Zanchi em 16 de Agosto de 1885, 1 centro telefônico communicando com Santa Maria e 1 agencia de correio, que recebe e envia correspondencias 2 vezes por semana.<sup>215</sup>

A quantidade de empreendimentos revela que a colônia desenvolveu um sistema econômico autossuficiente, pois tinha as principais atividades industriais e comerciais necessárias à manutenção da vila. Se destaca o número de comércios, vinte e quatro no total, sendo a maioria de imigrantes italianos. O número de moradores, quatro mil, não era elevado, porém, a existência de dois hotéis e seis restaurantes é indicativo que havia muitas pessoas de passagem na sede da colônia, tanto de fora quanto do interior da mesma. Apesar de a maioria dos empreendimentos serem italianos, também existiam indústrias artesanais brasileiras, como uma fábrica de fumo, um curtume, seis alambiques de aguardente, três engenhos para cachaça e uma cervejaria.

De 1878 a 1959 não houve nenhum projeto importante de unificação administrativa de Silveira Martins, porque suas vilas eram distantes umas das outras, dispersando a população, o que dificultou sua unificação. Em 1957<sup>216</sup> surgiram as primeiras tentativas de emancipar as vilas da Quarta Colônia Imperial, com a chegada do padre Luiz Sponchiado a 11 de março de 1956 na Paróquia de Nova Palma, RS. O objetivo de Sponchiado era unificar todo o território da colônia em um único município que abrangeria os distritos de Nova Palma (3º distrito de Júlio de Castilhos), Dona Francisca (5º distrito de Cachoeira do Sul), parte de Ivorá (2º distrito de Júlio de Castilhos) e Silveira Martins (5º distrito de Santa Maria). Embora tenha liderado e mobilizado a população por duas vezes, Sponchiado não conseguiu unificar e emancipar a colônia nas primeiras tentativas. Porém, com sua liderança e atuação apoiada no poder religioso, mobilizou a população para que cada vila lutasse de maneira independente pela sua emancipação política. Sponchiado conseguiu convencer a população a lutar pela sua independência porque era sacerdote e tinha acesso a todas as Sociedades da Capela da colônia.

As prioridades do imigrante italiano, que se transformou em colono, eram o seu lote de terra e a família, em detrimento da política local e regional, o que dificultou as tentativas de emancipação da colônia e a integração dos imigrantes com os brasileiros. As primeiras

---

<sup>215</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAlA, Antônio. **Silveira Martins patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 81-82.

<sup>216</sup> Livro de Atas n.º 1, 1957, p 1 e v. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

reivindicações emancipacionistas de suas vilas do município de Santa Maria e das paróquias da Diocese de Santa Maria foram frustradas e sofreram vários reveses:

Outro aspecto a ser considerado foi a emancipação da colônia. Em 21 de abril de 1886, o decreto provincial número 1570 extinguiu a colônia e a região voltou a pertencer aos municípios de cujo território fizera parte anteriormente (Silveira Martins, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos). Os núcleos urbanos mais populosos foram elevados a distritos e foi alterada a divisão policial. A sede Silveira Martins tornou-se o quarto distrito de Santa Maria e compreendia também Arroio Grande e Vale de Serra. Os núcleos de Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles e Dona Francisca e parte de Vale Veronese foram anexados, como quinto distrito, ao município de Cachoeira do Sul. Núcleo Soturno (atual Nova Palma), Novo Treviso e Núcleo Norte (atual Novo Treviso) pertenceram, até 1891, ao município de São Martinho, quando foram anexados ao município de Villa Rica (atual Júlio de Castilhos). O agente do Consulado Italiano para Santa Maria e região, Umberto Ancarani, testemunhou os esforços dos comerciantes de Silveira Martins para reverter o processo de divisão. Júlio Lorenzoni sintetizou, em suas memórias, a divisão e o descontentamento criados com a frase: “*Diviserunt sibi vestimenta sua*”, ou seja, “dividiram entre si sua veste”.<sup>217</sup>

Umberto Ancarani testemunhou os esforços dos colonos de Silveira Martins para evitar a fragmentação da colônia, sem sucesso, e Júlio Lorenzoni proferiu em suas memórias a frase bíblica em latim: “*Diviserunt sibi vestimenta sua*”, ou seja, “Dividiram entre si sua veste.” As comunidades de Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles, Dona Francisca e parte de Val Veronês foram agregadas ao município de Cachoeira do Sul, situado ao sul da colônia; enquanto que o Núcleo Soturno, no município de Nova Palma, e Novo Treviso, no município de Faxinal do Soturno, passaram a fazer parte de Vila Rica, atual município de Júlio de Castilhos; e Silveira Martins continuou a ser administrada por Santa Maria<sup>218</sup>, tornando-se seu distrito. A divisão do território da colônia gerou muito sofrimento e decepção entre os imigrantes, dado que impediu a emancipação da colônia e atrasou seu crescimento econômico e social.

As ambições econômicas dos municípios vizinhos, a falta de interesse dos imigrantes pela política institucional e a repressão das autoridades impediram que a colônia obtivesse sua

<sup>217</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 103-104

<sup>218</sup> Cf.: BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho** (1787-1930). 2ª. ed. Canoas: La Salle, 1979.

autonomia política logo no início da colonização, postergando os processos emancipacionistas para meados do século XX. Contudo, como explica Foucault, o engajamento político é fundamental para a formação de conhecimentos que emancipem o sujeito, pois “todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios do saber.”<sup>219</sup> Desse modo, é pela atividade política que as pessoas disputam espaços de poder para defender seus interesses e aumentar sua influência sobre a sociedade. Como a população da colônia era reduzida, as campanhas emancipacionistas tiveram de ser feitas pelos próprios imigrantes com a ajuda dos padres e das paróquias.

A divisão do território de Silveira Martins entre os municípios de Santa Maria, Cachoeira do Sul e São Martinho impediu que a colônia se transformasse num polo agrícola e industrial mais desenvolvido como foi o de Caxias do Sul<sup>220</sup>. Além disso, a existência de terras particulares de portugueses e alemães entre as vilas da colônia nas áreas mais planas, e o isolamento físico dos imigrantes nas regiões montanhosas, também foram fatores que dificultaram o seu desenvolvimento político e econômico. A municipalização da colônia era essencial para o seu crescimento populacional e econômico, pois a existência da Prefeitura e da Paróquia atrairiam mais pessoas da região para o município recém-criado.

A divisão do território de Silveira Martins entre os municípios vizinhos e a falta de uma sede que representasse todas as vilas do interior da colônia atrasaram sua independência. Somente em 1959, oito décadas depois de iniciada a colonização, é que se emanciparia o primeiro município na Quarta Colônia Imperial, com o nome de Faxinal do Soturno. Nessa primeira fase também se emanciparam Nova Palma, em 1960, e Dona Francisca, em 1964. Na segunda fase das emancipações das vilas da colônia se emanciparam Silveira Martins (1987), Ivorá (1988), São João do Polêsine (1992) e Pinhal Grande (1992).

O memorialista Silvino Santin<sup>221</sup> ressalta que o atraso de quase um século para a emancipação de Silveira Martins e dos demais municípios surgidos de seu território, a tornou uma colônia esquecida pelo governo e pela história da imigração italiana no Sul do Brasil. Lembra que, no “Álbum do Cinquentenário da Imigração Italiana no Brasil”, Silveira Martins não recebeu dos próprios imigrantes o mesmo espaço e destaque que as colônias do Nordeste do estado. Seu atraso econômico e social não se deveu somente ao esquecimento político-

---

<sup>219</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 21.

<sup>220</sup> Cf.: MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2ª. ed. Porto Alegre: EST, 2001.

<sup>221</sup> Cf.: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986.

administrativo<sup>222</sup> da colônia, mas também à perda de muitos descendentes de imigrantes, que se deslocaram para novas localidades do Sul do Brasil em busca de terra para plantar. “Aos poucos as grandes vendas de secos e molhados, e compradores dos produtos coloniais, foram se transferindo para a cidade, ou reduzindo-se a pequenas proporções, e, em muitos casos, fechando definitivamente suas portas.”<sup>223</sup> Como consequência, dos empreendimentos desenvolvidos pelos imigrantes – moinhos, serrarias, marcenarias, alambiques e engenhos de açúcar e arroz –, apenas os engenhos de arroz se mantiveram, já que a colônia era grande produtora do cereal.

A emigração dos italianos para o Brasil não foi uma emigração para exploração, e sim para ocupação, pois os imigrantes não intencionavam apenas trabalhar, mas também comprar um lote de terra para nele permanecer. O sistema de divisão da terra em lotes e a sua venda para os imigrantes italianos resultaram numa colonização voltada à pequena propriedade e a agricultura familiar. Além do progresso econômico, os imigrantes ainda almejavam liberdade para si e sua família para adquirir status social de patrão e senhor de seu destino. Desse modo, os imigrantes que foram para o Rio Grande do Sul em sua maioria adquiriram seus próprios lotes de terra motivados por vários objetivos particulares: autonomia econômica, independência familiar ou liberdade política.

Os empreendimentos dos imigrantes italianos para comprar lotes rurais, construir casas, barracões, capelas, cemitérios e comércios viabilizaram o surgimento de novas vilas e municípios no interior do Rio Grande do Sul, sustentados pela economia agrária, pelas pequenas indústrias e pelo artesanato. Todas essas iniciativas familiares e comunitárias constituíram redes de solidariedade que contribuíram para a formação de novos espaços de troca de conhecimentos, mercadorias e serviços.

#### **1.4.1 Construções e instalações**

A colônia de Silveira Martins foi organizada primeiramente, a partir de sua estrutura física, com a construção das capelas e das vilas em seu interior, para somente mais tarde surgirem os estabelecimentos públicos e as emancipações políticas. Em relatório de 1886, o

---

<sup>222</sup> A ex-colônia de Silveira Martins perdeu prestígio político devido ao embate político entre o Senador Gaspar Silveira Martins, do Partido Liberal (PL), e Júlio de Castilhos, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), no período republicano.

<sup>223</sup> SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986, p. 69.

engenheiro Manoel Maria de Carvalho<sup>224</sup> informou ao governo que, do início de 1883 até dezembro de 1885, foram efetivadas pela Comissão de Medições na colônia Silveira Martins a medição e a demarcação de 811 lotes rurais e 150 urbanos; a construção de 103 km de caminhos locais até os lotes; a construção de um barracão de madeira na vila de Silveira Martins para abrigar 100 pessoas; a abertura de algumas linhas na extensão de 32,5 km; e a exploração de 12,7 km de terras devolutas. Em 1884, na sede da colônia, foi construída uma diretoria de alvenaria pelo engenheiro José Manuel Siqueira Couto, para abrigar a Comissão de medição de lotes e colonização, ao redor da qual também surgiram algumas casas de madeira, construídas com paus e barro, onde os comerciantes se estabeleceram.

O barracão coletivo para abrigar os imigrantes italianos foi construído em *Val de Buia* a 5 km da sede da colônia, onde padre Marcelino Bittencourt teve o primeiro contato com eles. O local de alojamento recebeu o nome *Val de Buia* devido à predominância de italianos provenientes do município de *Buia*, na província de Údine, na Itália. O barracão era o único abrigo construído na colônia para os imigrantes, dado que nos lotes rurais ainda não havia casas. Lorenzoni testemunhou que o barracão consistia apenas em “[...] um pavilhão de madeira lascada com largas frestas, coberto de zinco, sem forro e o piso era de terra batida, era pequeno para abrigar tanta gente que chegava ao local.”<sup>225</sup> O imigrante Ceretta, que também passou pelo Barracão de *Val de Buia*, confirma a precariedade da construção descrita por Lorenzoni:

O barracão era uma casa feita de madeira e barro, mandado construir pelo governo, para abrigar os imigrantes até poderem estabelecer-se na colônia que se lhe havia de dar. Esta não era propriamente uma casa, mas sim um verdadeiro barracão como a chamavam. Não tinha quartos separados, nem soalho nem foro nem nada. Constava de uma só peça, nem se podia nele colocar camas de forma alguma. Para as famílias se colocarem, haviam encontrado feitas, uma espécie de partilheiras de três ou quatro andares sobrepostas umas as outras; feitas estas partilheiras, de varejões cortado no mato e unidos com cipós, e aí em cima cada um devia formar seu dormitório como podia. Não havia cozinha, mas cada família devia faze-la ao ar livre, fizesse o tempo que fizer. Este barracão estava construído debaixo dos montes que formam, o hoje chamado Val de Buia; à esquerda da

---

<sup>224</sup> CARVALHO, Manoel Maria de. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

<sup>225</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 49

estrada que de Silveira Martins vae a Arroio Grande, ou estrada de Santa Maria. Naquele tempo, aquele lugar, era horroroso para aí habitar, porque era uma floresta virgem, de mato cerrado, só habitado por animais selvagens, onde de dia ouviam-se o roncar, por eles tão estranhos, dos bugios, e de noite, o canto de lúgubres corujões e urros dos tigres seguido do ranger de dentes dos javalis procurando fugir às garras ferozes.<sup>226</sup>

O barracão de *Val de Buia* foi construído na base da encosta do planalto, cercado por montanhas pelos quatro lados. No inverno os dias são úmidos e mais escuros, visto que as montanhas impediam que o sol iluminasse o barracão durante todo o dia. O perigo de ser atacado por um “tigre” (onça) ou outro animal também amedrontava os imigrantes, pois passavam a maior parte do tempo em meio à mata ou ao ar livre. O barracão só era usado para pernoitar, a higiene e a comida eram feitas do lado de fora. O termo “naquele tempo” evidencia que se trata de uma pós-memória, pois compara o tempo presente, quando as memórias foram escritas por Ceretta, com o passado. A comparação tem a função de mostrar que o lugar que era “horroroso” para habitar no passado foi transformado em um lugar melhor no seu presente. Na sequência, segue descrevendo as péssimas condições da instalação e a disenteria que matou vários imigrantes:

Com tanta gente aglomerada naquele miserável tugúrio, depois de alguns mezes de aí estarem, estalou, entre eles uma terrível epidemia consistente em uma forte disenteria, que em poucos dias os prostravam e os reduzia a morte. E, a morte de fato apareceu ali, inexoravelmente e terrivelmente, fazendo muitíssimas vítimas. De um dia para o outro, o barracão se converteu num hospital de doentes e moribundos, e mais, em câmara mortuária, pois não passava dia, sem haver mortos. Pediam um médico: e de fato, o governo tinha mandado um; mas este tinha adoecido, e se havia retirado em Santa Maria. Os moribundos pediam o padre, porque lembravam-se que o dever de bom católico é morrer confortado pelos sacramentos. Lá, na sua saudosa patria, o sacerdote não deixava a cabeceira do moribundo, se não quando este tinha espirado. Mas este consolo não podia tê-lo, que morriam nesta floresta, neste medonho lugar, longe da civilização humana, impossibilitados de se procurar algum socorro, fosse material, fosse espiritual.<sup>227</sup>

---

<sup>226</sup> CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno I, 1941, p. 7-8. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>227</sup> Ibidem, p. 10-11.0020

A disenteria citada por Ceretta é mais grave do que a diarreia, pois aquela gera infecção intestinal e lesão nas células intestinais com sangramento. As mortes impressionaram Ceretta, dado que comparou o barracão de *Val de Buia* a um hospital e a uma câmara mortuária por causa da grande quantidade de mortes. Embora o governo tenha enviado um médico de Santa Maria para *Val de Buia*, esse também adoeceu e teve que abandonar o local para não morrer. Sem hospital e sem médico, restava aos imigrantes recorrer à unção dos enfermos ministrada pelos padres, pois acreditavam que, se morressem sem a absolvição do padre, iriam para o inferno.

O bispo José Barea escreveu que a primeira assistência religiosa aos imigrantes foi dada pelo Cônego Marcelino Bittencourt da Paróquia de Santa Maria, e a 19 de maio de 1878 foi celebrada a primeira missa na sede de Silveira Martins.

[...] em 19 de maio de 1878, o mesmo sacerdote se achava de novo em meio aos imigrantes na atual sede de Silveira Martins, onde, sob uma choupana, coberta com lençóis e ramos de árvores, celebrou a primeira missa com grande satisfação daqueles bons camponeses, que saudaram esse ato religioso com numerosos disparos de mosquete.<sup>228</sup>

Alguns testemunhos da época, e de memórias posteriores, relatam o número de mortos no barracão de *Val de Buia*. Lorenzoni presenciou o falecimento de 400 pessoas na chegada, entre crianças e adultos, devido às epidemias: “por incrível que pareça, entre adultos e crianças, foram cerca de quatrocentos os que tiveram tão mísero fim.”<sup>229</sup> Uma moradora e descendente de italianos de Silveira Martins, que não quis se identificar, rememora que seus pais contavam que de cem pessoas, mais da metade morreu em *Val de Buia*: “Meu pai e minha mãe vieram da Itália. Eles ficaram em *Val de Buia*. Só digo o que a mãe dizia: ‘De cem pessoas morreu mais de cinquenta. Salvou-se a metade’.”<sup>230</sup>

O Cônsul Umberto Ancarani (1914), de Santa Maria, escreveu que “durante o caminho, os imigrantes italianos tinham encontrado famílias de imigrantes polacos que, por terem sido dizimados por moléstias epidêmicas e contagiosas, abandonavam as mesmas terras e matos, para onde se dirigiam.”<sup>231</sup> Umberto Ancarani defende que as mortes dos imigrantes

<sup>228</sup> BAREA, José. **A vida espiritual nas colônias italianas do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1995, p. 66.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>230</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 29.

<sup>231</sup> Ibidem, p. 65.

foram causadas pelo desasseio dos poloneses que migraram para Ijuí, RS, em busca de terras mais planas: “Não estando ainda completada a medição dos lotes, muitos dos imigrantes foram obrigados a juntar-se em barracas, de modo que toda esta aglomeração de famílias, cançadas pelas fadigas de uma viagem dificultosa, feita parte em carretas e parte a pé, e ao contacto de germens deixados pelos polacos (cujo desasseio se notou nos lugares onde estacionaram) deu motivo a uma epidemia, que dizimou bôa parte d’elles e que foram sepultados no Val de Buia. Dos Bertoluzzi, n’aquella occasião, morreram 18.”<sup>232</sup> Para o padre Frederico Schwinn as causas das mortes foram variadas:

Foi grande a mortandade entre eles, devido às consequências da viagem [...], à umidade do solo, às chuvas prolongadas e à falta de habitação, pois muitos moravam em ranchos improvisados, [e] a comida, às vezes gasta, produzia diversas doenças. Causou isto desânimo geral e foi o senhor Paolo Bortoluzzi que trabalhou com afincos para realçar o ânimo dos imigrantes. No dia de natal de 1877 ele pronunciou um sermão religioso, lembrando o que a Sagrada Família tinha sofrido em Belém. [...] De vez em quando consolava aos pobres italianos o reverendo Marcelino Bittencourt, vigário de Santa Maria, que vinha rezar missa no Barracão e administrava os sagrados sacramentos.<sup>233</sup>

Isolados em meio às montanhas em *Val de Buia*, que em italiano quer dizer “vale escuro”, os imigrantes permaneceram mal alojados, sem estradas, sem médicos, sem remédios e comendo pouco, o que gerou sentimentos de abandono ao ponto de deixar alguns deles deprimidos. O imigrante Júlio Lorenzoni relata em suas memórias que muitos emigrantes morreram por falta de recursos médicos e de alimentação:

Estávamos então no início do inverno. Os dias tornavam-se cada vez mais curtos e frequentes chuvas contribuía para entristecer aquele povo todo isolado entre quatro morros, mal alojado, sem médico, sem remédios e privado de todo recurso. As estradas intransitáveis, as enchentes e o mau tempo, impedindo as carretas de transportarem de Santa Maria a alimentação dos imigrantes, deixavam estes bastante deprimidos, pois muitos dias não tinham nem o necessário para o sustento.<sup>234</sup>

<sup>232</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 67.

<sup>233</sup> SCHWINN, Padre Frederico. **Manuscritos**. Caderno 1, 1903, p. 2-3. Acervo Arquivo Provincial dos Palotinos, Missão Brasileira (Santa Maria, RS), Caixa 4.

<sup>234</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 50.

Na época, dois imigrantes que presenciaram a tragédia junto com outros 1.000 imigrantes que estavam no barracão relataram o que viram: Lorenzoni testemunhou que somente a família Bortoluzzi, a mais numerosa, composta de 34 pessoas, perdeu 16 de seus membros em poucos dias. O imigrante Paolo Bortoluzzi relatou que, depois das primeiras mortes, as pessoas olhavam aflitas em suas mãos para ver se as unhas estavam ficando pretas – esse seria um sinal de doença e indicaria a proximidade da morte. Lorenzoni observou que, devido à grande mortandade, começou a faltar até madeira para fazer os caixões, e os mortos passaram a ser enrolados em lençóis e jogados numa vala comum:

Era deveras doloroso ver essas pobres famílias perder desse modo os seus caros, sem ter nenhum recurso médico, com falta absoluta de remédios, de um caldo, de uma xícara de leite, e até da madeira para construir um caixão onde colocar os cadáveres.<sup>235</sup>

Antonio Ceretta também descreve como foram enterrados os mortos. Embora existissem muitas árvores na região, não havia tábuas suficientes para fazer os caixões para todos, pois, para preparar as tábuas, as árvores ainda precisavam ser cortadas e serradas, o que demandava tempo e trabalho.

E depois de ter visto morrer o filho, ou o pai, ou a mulher, ou o marido em tanta miséria; como pensar pela sepultura? Ali não havia taboas para lhe fazer o caixão, nem havia cemitério: então devia ser atirado em uma vala igual a um cão? Meu Deus, que terrível constrangimento ao coração! Pelo primeiro que morreu os parentes e todos os da companhia, não sabendo como fazer nesse apuro, pensaram em ir tomar conselho ao vendeiro, que era sempre e em todas as dificuldades, o seu único conselheiro, porque prático dos costumes do paiz. Então ele lhe disse: - para achar taboas, aqui, é impossível: mas, eu tenho aí muitas barricas desocupadas; si queres usa-la eu vi-la [sic] vendo, e podeis usa-la pela sepultura dos vossos mortos. Eles ficaram maravilhados e disseram: como é possível que numa barica caiba um homem? O vendeiro respondeu? – natural que numa barica não cabe um homem, mas se fazem assim? Si é criança cabe numa barica só; si é um mais crescido, tomase duas, e si é uma pessoa grande toma-se três. E como ageita-las? Si são duas tirase um fundo a cada uma; e si são três, àquela do meio, tira-se todos dois o fundo e depois unem com cipós e, pronto. E assim aprenderam a fazer e fizeram por todos os que morreram subsequentemente. E o cemiterio onde esta? Vaes lá, naquele lugar, foi sepultada uma outra pessoa: sepulte aí. Mas o lugar

---

<sup>235</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 53.

foi benzido? perguntaram ao vendeiro. E este respondeu: de certo o foi. De que outro modo podia responder? E lá foram e sepultaram seus defuntos que foram muitos e muitos.<sup>236</sup>

O memorialista Bonfada reproduz a versão de Ancarani ao afirmar que foram os poloneses que faleceram em *Val de Buia*, e não os italianos:

No caminho, encontraram os poloneses que, desarvorados pela peste haviam abandonado tumultuariamente o local onde eles iriam instalar-se agora. Logo adiante, à entrada de Val de Buia, outra surpresa fatídica: um cemitério cheio de cruzeiros, onde jaziam enterrados os poloneses vitimados pelo tifo preto, febre amarela e varíola.<sup>237</sup>

O memorialista Arlindo Rubert também defende que “a epidemia se originou da breve demora de poloneses e russos, que se retiraram às pressas daquele lugar, que por falta de condições alimentares e de higiene deixaram germes pestilentos.”<sup>238</sup> As péssimas condições sanitárias do barracão de *Val de Buia* e as doenças – varíola, febre amarela e, principalmente, a febre do tifo<sup>239</sup>, causada por pulgas, piolhos e carrapatos – podem ter ocasionado a morte das 400 pessoas<sup>240</sup>, e não pestes deixadas no ambiente por poloneses e russos, como defendem Rubert e Bonfada. Os relatos sobre as mortes apresentam várias causas: fome, doenças, epidemias, chuva, umidade e frio. Possivelmente entre as 400 mortes relatadas pelos imigrantes italianos também estejam incluídos poloneses e russos-alemães<sup>241</sup>.

<sup>236</sup> CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno I. 1941, p. 13-14. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>237</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 13.

<sup>238</sup> RUBERT, Arlindo. **Quarta Colônia Italiana: assistência religiosa, 1877-1900**. Porto Alegre: EST, 2003, p. 19.

<sup>239</sup> Tifo é uma doença bacteriana classificada em dois tipos principais: endêmica e epidêmica. A doença acontece quando a bactéria entra em contato com humanos, normalmente através de vetores como pulgas, piolhos ou carrapatos hospedados em animais como ratos, gatos, gambás e guaxinins, os quais transmitem a bactéria aos humanos. A febre amarela é uma doença infecciosa causada por um vírus transmitido por mosquitos quando picam as pessoas. A cólera é uma infecção intestinal causada por uma bactéria que costuma viver na água.

<sup>240</sup> Por ocasião do Centenário da Imigração e Colonização Italiana, em Silveira Martins foi erguida uma cruz com 15 metros de altura na localidade onde ficava o Barracão do Imigrante em *Val de Buia* para homenagear os 400 imigrantes mortos e os que sobreviveram. O lançamento da pedra fundamental do monumento foi presidido pelo Cardeal Patriarca de Veneza, Dom Albino Luciani, em 11 de novembro de 1975. A inauguração do monumento aconteceu dois anos depois, a 29 de outubro de 1977. CARLESSO, Oscar José. **A sonhada América: os Carlessos em Santa Maria (1878-1988)**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989, p. 57.

<sup>241</sup> Livro de cronologia sobre os russos-alemães. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

Os relatos orais confirmam os relatos escritos sobre as mortes, porém não há um estudo detalhado sobre a quantidade e a nacionalidade dos mortos. A falta de registros oficiais do governo brasileiro sobre as mortes chama à atenção, pois apesar de existirem muitos relatórios oficiais elaborados pelo governo sobre a colônia, neles as mortes não são mencionadas, o que revela a intenção dos órgãos oficiais de não divulgar as mortes para evitar críticas ao governo brasileiro ou até mesmo afugentar os emigrantes. Os poucos registros das mortes foram feitos somente pelos imigrantes e seus descendentes através da memória coletiva oral e escrita.

A partir do relato do grande número de mortes, formou-se o mito de um imigrante forte e corajoso por ter sobrevivido a muitos obstáculos: viagem, fome, sono, tempestades, doenças e morte de familiares e amigos. O imigrante Júlio Lorenzoni descreve a situação problemática dos colonos nos primeiros tempos em Silveira Martins: “Diante de tanta miséria, tanto sofrimento, tantas dores, assim mesmo o colono italiano não desanimava impávido, superava todos os obstáculos e todas as desgraças que ameaçavam até sua própria existência.”<sup>242</sup> Os imigrantes que sobreviveram se consideraram fortes e escolhidos por Deus para continuar a grande missão colonizadora.

Na chegada os imigrantes tiveram que derrubar a mata para construir as primeiras instalações para morar, trabalhar e rezar: “No Lote, abria-se uma clareira o mais rápido possível e construía-se uma cabana de pau-a-pique, coberta com ramos de árvores. Era o primeiro abrigo da família e onde, à noite, ardia sempre o fogo para afugentar os animais ferozes e, no inverno, para aquecer os corpos.”<sup>243</sup> Inicialmente os imigrantes tiveram que se adaptar aos espaços montanhosos da colônia que eram cobertos por densas florestas cortadas por rios sinuosos para, somente mais tarde, começar a mudar a paisagem com a construção das estradas, das pontes, das casas e das capelas. Os lugares também foram constituídos por redes familiares e comunitárias nas Sociedades da Capela, distribuídas em todo o espaço rural e urbano da colônia, formando uma nova paisagem geográfica e histórica.

No início da colonização o governo forneceu gratuitamente ferramentas agrícolas através da Comissão de Terras para a abertura de estradas: “Nesse tempo, chegava do Rio o Coronel Conrado Niemayer, enviado do Governo do Imperio, para inspecionar a colonia, o qual deu logo ordem para a distribuição de todos os lotes, apressou a formação do plano topographico e obrigou os contractantes a fornecerem a cada familia os instrumentos

---

<sup>242</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 53.

<sup>243</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 19.

necessários: uma machado, uma foice, um facão e uma enchada, como também sementes de feijão, milho e batatas; facilitando portanto a construção das moradias nos lugares demarcados.”<sup>244</sup> Do barracão eram dirigidos aos respectivos lotes coloniais para construírem seus abrigos.

Lorenzoni comenta que a estrada começava na colônia e terminava no campo porque a região de Silveira Martins é alta e montanhosa e a cidade de Santa Maria é mais baixa e plana, dando a impressão de ser um campo aberto. A abertura da estrada entre Silveira Martins e Santa Maria foi feita manualmente com ferramentas simples. Em suas memórias também descreve o cotidiano de trabalho no campo durante o dia e o retorno ao barracão à noite:

Pouco depois das quatro da tarde, começava o retorno ao barracão, onde aquela multidão de gente chegava ao escurecer. Começava de novo aquela vida em comum, debaixo do mesmo teto, reunidas pessoas de diversas províncias da Itália, cujos dialetos particulares ainda não compreendíamos bem [...] aquela Babel! [...] o governo mandara construir, a uns cem metros do nosso, na parte baixa, outro grande barracão; poucos dias depois, víamos chegar outros mil imigrantes. [...] Nosso acampamento, durante esse tempo, havia se estendido ao sopé do morro; desaparecidas as macegas e ervas rasteiras [...], viam-se agora apenas as árvores seculares, que projetavam uma larga e agradável sombra ao semicírculo de terra batida [...].<sup>245</sup>

Depois da passagem pelo Barracão de *Val de Buia*, os primeiros acampamentos em meio à mata foram feitos de madeira roliça, dos quais não restaram nenhum vestígio ou fotografia porque foram desmanchados ou se decompuseram. Lorenzoni, que vivenciou os acontecimentos da época, descreve com detalhes como era o interior dos primeiros abrigos nos lotes rurais:

[...] instalavam-se sem o mínimo de condições de vida, para dormir faziam camas armadas em cima de quatro paus fincados no chão batido, meio metro de altura, com tábuas atravessadas por cima, cobertas com ervas secas. Como alimento, naqueles primeiros tempos [...] o café da manhã era composto de mate com algumas bolachas secas e duras, e o almoço, de sopa de arroz com feijão, o que era

---

<sup>244</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 67-68.

<sup>245</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 54.

repetido no jantar. Este foi o modo de vida dos primeiros colonizadores e sem as necessárias condições de higiene e de saúde.<sup>246</sup>

O método de construção das casas passou por três fases: na primeira fase foram feitas casas de madeira roliça ou serrada; na segunda fase, casas de pedra; e na terceira fase, de alvenaria. Como não havia telhas de argila, as primeiras casas foram cobertas com tabuinhas de cedro, pinheiro e cabreúva. Tanto a ordem do governo como a vontade dos colonos era derrubar a mata para plantar, contudo, na época, como todo o território era coberto por mata, ninguém imaginava que ela um dia poderia acabar. Por isso, as poucas árvores nativas que restaram ficaram restritas às encostas do Rio Soturno e ao cume das montanhas. Hoje, verificam-se muitos lugares com pequenas matas preservadas, mas estas já são formadas por árvores nascidas depois do desmatamento.

As casas eram construídas na beira da estrada a 300 metros uma da outra. “Em geral, uns trezentos metros separavam as moradias de dois lotes coloniais vizinhos. Elas eram construídas com tábuas rachadas e serradas de pinheiros e, mais raramente, com pedras e tijolos. Inicialmente, as coberturas eram de pequenas tábuas de pinheiro – *scandole* – e, a seguir, em telhas e em zinco.”<sup>247</sup> As casas mais sofisticadas só seriam construídas mais tarde, em madeira ou em pedra, pois nem todos tinham as ferramentas necessárias para derrubar árvores, serrar as tábuas, compor as colunas e as vigas para fazer uma casa em madeira beneficiada. Corte<sup>248</sup> descreveu as principais árvores encontradas em Silveira Martins: angico, ipê, cangerana, canela, louro, camboatá, araçá, figueira branca, pitanga, timbaúva, cinamomo e guabiroba. As madeiras mais macias eram usadas para fazer tábuas para as paredes das construções, como o cedro, o pinheiro e a timbaúva, e as mais duras, como o angico, o tarumã e a guajuvira, para fazer colunas e vigas para a casa, o galpão e as cercas.

As primeiras casas construídas pelos imigrantes italianos a partir de 1878 foram abrigos simples feitos nas linhas e travessões com pranchões de madeira e cobertos com tabuinhas de cedro, pinheiro e cabreúva. Os objetos usados pelos imigrantes eram poucos: algumas ferramentas, tais como machados, serrotes, foices, enxadas e martelos, e alguns móveis de madeira feitos pelos próprios imigrantes: mesas, bancos, camas e baús.

---

<sup>246</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 65.

<sup>247</sup> CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Coords.). **Raízes Italianas do Rio Grande do Sul – 1875-1997**. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 22.

<sup>248</sup> Cf.: CORTE, Pasquale. **Le colonie agricole italiane della Provincia di Rio Grande del Sud del Brasile all’esposizione nazionale di Torino**. Montevideo: Nación, 1884.



Imagem 8 - Ruínas da primeira casa de pedra, construída em 1883, no Núcleo Soturno, de propriedade de Pietro Antonello.<sup>249</sup>



Imagem 9 - Casa de tijolos de barro maciço coberta com tabuinhas de madeira chamadas “scandoles” (1920).<sup>250</sup>

<sup>249</sup> Foto: Pio Piovesan, 9 de agosto de 1973. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP), Sala da Documentação de Famílias, Caixa Antonello.

<sup>250</sup> Acervo Museu do Imigrante de Vale Vêneto, RS.

Nos registros fotográficos feitos posteriormente à construção das moradias, podem-se observar dois modelos de casas construídas pelos imigrantes: o primeiro de pedra e o segundo de barro e madeira. As primeiras casas que os imigrantes italianos ergueram, depois daquela de pau a pique, foram feitas com madeiras brutas, apenas lascadas ou serradas à mão. A cozinha era feita de pedra e separada da casa, para que o fogo, que era feito no chão, não incendiasse os colchões. As casas e os galpões eram cobertos com *scandoles*, tipo de telha de madeira de pinheiro lascada manualmente; as paredes eram feitas com tábuas de madeira serradas à mão; e as vigas de sustentação eram falquejadas a machado. Somente mais tarde, a partir de 1900, os italianos começaram a construir casas de dois andares, com porão de pedra e o primeiro andar de madeira beneficiada. No porão instalavam a cantina, onde guardavam o trigo, o salame e as pipas de vinho; no primeiro andar, os quartos para dormir.

Lorenzoni descreveu como foram improvisados os primeiros abrigos em meio à mata:

Por camas, estendiam-se quatro paus fincados no chão batido, a meio metro de altura, com tábuas atravessadas em cima, e, por colchão, ervas secas. [...] A primeira providência que cada família tomava era acender um bom fogo [...] servindo-lhe, este, de companhia e defesa contra algum ataque dos animais selvagens e ferozes [...].<sup>251</sup>

Corte relata que em 1884 na Colônia já existiam 600 casas de madeira e 170 feitas de pedras rachadas e tijolos de adobe. As casas que permaneceram no tempo foram aquelas feitas de madeira serrada, de pedra e de alvenaria, pois as casas de paus roliços cobertas de *scandoles*, que eram telhas de madeira de pinheiro lascadas manualmente, foram desmanchadas para dar lugar a uma nova casa ou apodreceram. Para conseguir material para construir as casas de madeira, os troncos das árvores eram colocados num estaleiro e serrados à mão para fazer baldrames, caibros, tábuas e ripas. Já as pedras eram retiradas das lavouras e puxadas por carroças até o local da obra. A construção das casas, dos galpões, paióis, estrebarias e estábulos para abrigar os animais não foi padronizada, cada família utilizava os materiais disponíveis à época.

Poucos anos após a sua fundação, em 1887, a sede de Silveira Martins já possuía 131 casas construídas em pedras e tijolos e um sobrado de madeira. As vilas do interior da Colônia também cresciam ao mesmo tempo que a sede: a vila de Vale Vêneto contava, na mesma época, com 29 casas de pedras e tijolos e 3 sobrados de madeira; o Núcleo Soturno, ao

---

<sup>251</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 65.

norte da Colônia, tinha 2 casas feitas de pedras e tijolos e 3 de madeira; Novo Treviso tinha 1 casa de pedras e tijolos e 3 de madeira, somando um total de 164 casas de pedras e tijolos em todo o território da Colônia. “Já em Arroio Grande, em 1885, havia em torno de 4 casas comerciais e 4 produções artesanais; em Vale Vêneto, aproximadamente 3 mercantis e 4 artesanais; no Núcleo Norte, 2 estabelecimentos comerciais e 3 artesanais e no Núcleo Soturno, 2 atividades mercantis (uma do Zavagna e outra do Pippi) e 3 artesanais.”<sup>252</sup>

Os imigrantes se relacionavam apenas entre os moradores da mesma linha, pois não existiam estradas que ligassem uma linha a outra em meio à mata. No centro da linha era construída a capela, local de convivência dos moradores da linha, e por meio dela os imigrantes organizavam vida social e religiosa segundo o modelo dos vilarejos de origem de cada grupo na Itália. Nas regiões de colonização<sup>253</sup> italiana do Rio Grande do Sul, os imigrantes foram se organizando ainda a partir da mobilização para construir capelas, escolher os santos padroeiros, garantir a assistência de um sacerdote, fundar associações civis e religiosas e reforçar os laços familiares através das redes.

Em maio de 1888 as lideranças dos imigrantes italianos de Silveira Martins escreveram ao Presidente da Província, Rodrigo de Azambuja Vilanova, solicitando a concessão de alguns direitos. Requisitaram autorização para a criação de cargos e funções civis que os próprios imigrantes pudessem ocupar. Também pediram o estabelecimento de uma agência de correios na sede da colônia de Silveira Martins. Frente a essas reivindicações, o governo provincial solicitou informações à Câmara Municipal de Santa Maria a respeito da situação da ex-colônia. O vereador João Pedro Lenz, ocupante do cargo de Presidente da Câmara, em 1888, enviou o seu parecer:

A colônia, apesar de sua emancipação [de 1882, quando deixou de ser Colônia Imperial e tornou-se ex-Colônia], está privada daqueles benefícios que aludem os peticionários [...], mas pondere V. Ex que não tem ela pessoal idôneo para exercer semelhantes cargos, e depende ainda pelo estado incompleto de vida política, da tutela desta corporação, que lhe administra com solicitude de todos os elementos necessários ao seu desenvolvimento não tendo razão de ser as queixas dos referidos imigrante.<sup>254</sup>

<sup>252</sup> Códice SA 49. Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>253</sup> Cf.: VENDRAME, Maíra Ines; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 40, n. 1, p. 128-149, jan.-jun. 2014.

<sup>254</sup> Carta do Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, João Pedro Lenz, ao Presidente da Província, datada de 08 de maio de 1888. Câmara Municipal de Santa Maria, 1883-1889, Maço 211, Lata 153 (correspondência expedida). Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

As reivindicações dos imigrantes demonstram que eles almejavam algum grau de emancipação política da colônia para não depender da prefeitura de Santa Maria. Contudo, na carta do Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria é possível perceber que os políticos de Santa Maria não concordavam com a emancipação de Silveira Martins, por falta de pessoas competentes para assumir os cargos oficiais.

Para os imigrantes italianos, construir estradas, pontes, casas, capelas, moinhos, serrarias e olarias significou “fazer a América” para recriar as condições de vida da Itália no Brasil. Com o passar do tempo, o aumento das plantações e dos lucros possibilitou melhorar a infraestrutura da colônia, com a construção de novas casas, galpões, igrejas e comércios em alvenaria. Atualmente o município de Silveira Martins possui 2.484 habitantes, porém a soma dos habitantes de todos os dez municípios surgidos do território da colônia é de aproximadamente 61.000 habitantes. No entanto, a região da colônia não manteve o crescimento populacional e econômico do início da colonização, haja vista que muitos descendentes se deslocaram para outros municípios do Rio Grande do Sul e outros estados brasileiros.

#### 1.4.2 Plantações e criações

Os colonos italianos foram direcionados para as terras montanhosas do Centro-Oeste do estado do Rio Grande do Sul porque as planícies já estavam ocupadas pelos fazendeiros<sup>255</sup> portugueses e pelos alemães desde 1824 para criar gado. Os italianos foram obrigados a aceitar lotes localizados em regiões íngremes, num território coberto de matas virgens, sem estradas e longe das cidades. O trabalho de derrubada da mata, limpeza do terreno, queima dos troncos, galhos e folhas até a produção dos primeiros grãos foi um processo difícil e lento, atrasado por vários obstáculos: secas, inundações, tempestades, granizos, geadas, ventos, ervas daninhas e doenças.

Na primeira fase da ocupação do território de Silveira Martins, a agricultura e a pecuária eram rudimentares e incipientes, voltadas apenas para a subsistência familiar. O aumento da produção agrícola e pecuária só seria possível a partir da década de 1890, quando

---

<sup>255</sup> Em torno da ex-colônia Silveira Martins havia propriedades de antigos fazendeiros que ainda usavam mão de obra escrava para a criação de gado extensiva. Posteriormente, muitas dessas terras foram vendidas para os imigrantes italianos no início do século XX. Cf.: GIMENO, Alejandro Jesus Fenker; TEIXEIRA, Janaina Souza. Nos arredores da colônia: os proprietários nacionais e o comércio de terra no contexto da imigração italiana. **Disciplinarum Scientia**. Ciências Humanas. Santa Maria, v. 4, n. 1, p. 105-121, 2003.

os agricultores haviam derrubado a maior parte da mata do terreno para fazer as roças. Um dos principais objetivos da fixação dos imigrantes italianos nas regiões montanhosas do Centro do Rio Grande do Sul foi ocupar áreas despovoadas e produzir alimentos para os consumidores de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Porto Alegre, uma vez que a produção de carne de gado *in natura* e de charque dos estancieiros não estava sendo mais suficiente para abastecer os mercados consumidores das grandes cidades, que passaram a demandar por mais feijão, arroz, trigo e milho.

No Brasil, a imigração e a colonização foram impulsionadas pela necessidade de se desenvolver a agricultura e o comércio do país para compensar o atraso da economia latifundiária e monocultora, a qual não servia para desenvolver a indústria e o comércio devido à falta de mercado consumidor. “Os cultivos mais importantes eram representados pela videira, cuja expansão se deve aos colonos italianos, trigo, erva-mate, feijão, milho, cevada e arroz, no Rio Grande do Sul; milho, mandioca, feijão, cevada, arroz e, nas regiões mais quentes, cana-de-açúcar, café e fumo, em Santa Catarina e no Paraná.”<sup>256</sup> Os italianos plantavam principalmente trigo e videiras, mas no Brasil também começaram a plantar culturas nacionais como o feijão, o milho, a cana-de-açúcar, a mandioca e a batata.

Cada família tinha um lote, juntamente com ele, as famílias recebiam do chefe de governo do Estado do Rio Grande do Sul, instrumentos para o trabalho, um machado, foice, facão, pá, enxada, e sementes de feijão, milho, trigo e batatas, para iniciar a nova vida o mais tornava-se necessário lutar, para sobreviver.<sup>257</sup>

Os imigrantes italianos trouxeram na viagem para o Brasil todo o dinheiro, roupas, ferramentas, objetos e plantas que puderam carregar consigo, pois intencionavam permanecer para sempre no país. Por isso, também trouxeram da Itália em suas bagagens e pertences ramos<sup>258</sup> de videira e de oliveira para plantar no Brasil, mas estas só começariam a produzir no segundo ano depois de plantadas: “Em Silveira Martins, as primeiras parreiras foram plantadas, no ano de 1878, pelo colono Pedro Londero, na linha 1, e em Val Feltrina pelos

---

<sup>256</sup> TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana. Tradução de Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel: Instituto Italiano di Cultura di San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988, p. 91.

<sup>257</sup> DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3ª. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1984, p. 84.

<sup>258</sup> As videiras eram trazidas em recipientes com água para permanecerem mais tempo verdes e boas para o plantio, e as oliveiras eram trazidas ainda pequenas em vasos de terra: “Até mudas de árvores frutíferas, de oliveiras e parreiras colocavam nas suas bagagens.” RUBERT, Arlindo. **Quarta Colônia Italiana**: assistência religiosa (1877-1900). Porto Alegre: EST, 2003, p. 14.

colonos Francisco Mezzomo e Caetano Vicentini, com galhos traidos da Itália. Em Val Feltrina foi também construído o primeiro moinho a água por Antonio Cassel, que foi o primeiro marceneiro daquela localidade.”<sup>259</sup> As videiras serviam para produzir vinho, suco de uva e *graspa* (cachaça feita com a casca da uva) para beber e vinagre para temperar saladas e conservas, enquanto as azeitonas da oliveira eram usadas para fazer óleo para cozinhar.

No início da ocupação da colônia a agricultura era rudimentar devido aos restos de raízes, tocos, troncos e galhos que ainda permaneciam na roça por muito tempo até se decompor. Havia ainda muitas doenças e pragas como gafanhotos, além de animais silvestres que destruíam parte da produção, como era o caso dos javalis e dos bugios, que comiam o milho, e dos chupins, que comiam o arroz. Como ainda existiam muitas árvores, tocos, caules, galhos e pedras no meio da lavoura, os cereais eram plantados manualmente e tinham muita dificuldade para crescer em meio aos brotos de plantas, ervas daninhas e pedras. Plantava-se apenas feijão, arroz e trigo para a subsistência<sup>260</sup>, somente na segunda fase da agricultura que os colonos diversificariam as culturas para plantar também milho, soja, amendoim, batata, cana-de-açúcar, mandioca, cevada, fumo e videiras.

A mata ocupava a maior parte dos lotes rurais e a produção agrícola era voltada apenas para o consumo próprio do imigrante e sua família, somente mais tarde os lotes começaram a produzir em grande quantidade para o abastecimento dos mercados de Santa Maria e Porto Alegre, como se pode ler na carta de Antonio Visentini:

Ti diró riguardo ai Raccolto di tutto non posso sapere perche grano turco e due mesi che mangio dei mio e ne o ancora che e piccolo dunque di quello non posso dirti niente, ma faiuoli no o impiantato 9 chili e no o fatto 5 sacchi patate 4 sacchi frumento impiantato 2 staie e raccolto 34 riso 4 chili ma ancora non e maturo, ma ti diró che qua i sacchi sono di 60 chili cioè di 4 staie ma infatti per vivere ne avrei anche per te. Quando mi scrivi mandami la tu direzione, che a quanto o visto su um bilieto della busta pare che tu non sia a casa.<sup>261</sup>

<sup>259</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 71-72.

<sup>260</sup> Chayanov explica que o camponês não tem como objetivo aumentar seus lucros, mas sim, satisfazer às necessidades da sua família. CHAYANOV, Alexander. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. Apud: ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1999.

<sup>261</sup> “Te direi, considerando a colheita de tudo não posso saber porque milho são dois meses que como do meu e tenho ainda que está pequeno portanto daquele não posso dizer-te nada, mas plantei 9 quilos de feijão e fiz 5 sacos de batata, 4 sacos de trigo, plantei 2 staie e colhi 34,4 quilos de arroz, mas ainda não está maduro, mas te direi que aqui os sacos são de 60 quilos, isto é, de 4 staie, mas enfim, para viver terei também para ti. Quando me escrever manda-me a tua direção (endereço), que quando vi

O Cônsul Umberto Ancarani relata que os italianos aprenderam a cortar as árvores com os brasileiros para cultivar a terra no sistema de *coivara*<sup>262</sup>, que consistia em derrubar a mata e depois queimá-la para limpar e fertilizar o solo com as cinzas. Após a queimada, o cultivo era feito no meio dos tocos das árvores e das cinzas. Quando a terra começava a enfraquecer devido à falta de matéria orgânica, derrubava-se outro pedaço de mata para plantar, enquanto a capoeira crescia na roça abandonada, para novamente ser derrubada depois do terceiro ano. No primeiro ano nasciam as buvas, no segundo, as vassouras e no terceiro, os fumeiros. O mato era deixado crescer até que tivesse massa suficiente para queimar e matar todas as ervas daninhas, pois lavar ou capinar o solo em meio a tocos e pedras era trabalhoso e demorava semanas.

O trigo, o milho e o arroz eram processados no interior da própria colônia, em dezenas de moinhos d'água instalados nos rios Soturno e Jacuí, nos quais eram moídos. As rodas d'água também moviam os alambiques, as serrarias, as marcenarias e os engenhos de cana-de-açúcar. Quando não havia um rio próximo das residências, algumas famílias se utilizavam de bois para mover o “tórccio”, que consistia num engenho composto por três rolos de madeira que moíam a cana para fazer açúcar mascavo, melado e rapadura. As moendas separavam o caldo do bagaço da cana, o qual era usado para aquecer a fornalha do alambique. Em Vale Vêneto as famílias Brondani, Stefanel, Venturini, Possobon, Dotto e Iop tinham moinhos e serrarias no mesmo rio e prestavam serviços para as famílias que não os tinham. Bolzan descreve como eram o engenho colonial e o alambique:

Na colheita da cana usava-se um método primitivo de atear fogo no canavial, evitando, assim, o trabalho de descascá-la. No torccio era moída e aparada a garapa que, após fermentada, era colocada na cucúrbita, ajustava-se o capacete e a serpentina e tocava-se fogo no alambique. O vapor passando pela serpentina era resfriado com água destilando o precioso líquido.<sup>263</sup>

---

sobre um bilhete do envelope parece que tu não estás em casa.” Carta de Antonio Visentini de 3 de março de 1901 de Silveira Martins, RS. Cf.: RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 474-475.

<sup>262</sup> O sistema de *coivara* consiste em derrubar e queimar as árvores com a finalidade de limpar o terreno para o plantio. Júlio Lorenzoni descreve em suas memórias o processo de derrubada da mata, a queimada e as técnicas de plantio de 1877 a 1879. LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, p. 65-68.

<sup>263</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 189.

Na Itália, como as propriedades eram menores, as medidas adotadas na contagem dos cereais para o plantio também eram menores. Visentini compara as medidas italianas com as medidas brasileiras dizendo que no Brasil os cereais são medidos em “sacos” de 60 quilos, correspondendo a 4 *staie* de 15 quilos cada. Na Itália o saco era de 50 quilos, portanto, 10 quilos a menos do que no Brasil. Pela descrição das medidas constata-se que sua produção ainda era pequena – em 1901 o imigrante produziu o necessário para si e mais uma ou duas famílias. Outra medida utilizada por Visentini era o quilo, pois as sementes de alguns cereais não chegavam a uma saca, que correspondia a 60 quilos no Brasil. Mas por vezes o que era plantado produzia pouco. Nesse caso, os 30 quilos de arroz plantados renderam apenas 34 quilos e 400 gramas, devido à seca. O que mais chama a atenção é a variedade de cereais plantados e colhidos pelo imigrante: milho, feijão, batata, trigo e arroz.

A agricultura é uma atividade que está exposta a vários riscos naturais, por isso nem sempre os colonos obtinham os melhores resultados do seu trabalho, dado que algumas vezes a produção era parcial ou totalmente perdida em decorrência de catástrofes naturais: tempestades, ventos, granizos, inundações, geadas, pragas e doenças. Visentini narrou que em 1901 aconteceu uma grande seca e seu tio ficou na miséria:

Ti diró caro fratello che in casa di mio zio é una miseria che non puoi credere, ed a una bellissima colonia, ma e tutta delle debite, e per il suo poco giudizio di lui, e della sua intera famiglia si a mangiato quasi tutto. Ti diró che quà questo anno quà è andata mal e il raccolto per il gran secco, ma se i anni vanno un poco bene si vive benissimo, e mio zio pel la quantità dei vizi di lui e della famiglia e malpostato come ti o detto, ma quelli che tengono de conto vivono bene e senza pensieri.<sup>264</sup>

Visentini relatou para o irmão na Itália que seu tio enfrentava necessidades por causa da seca daquele ano, embora vivesse numa colônia muito bonita. Contudo, observava que, quando o clima era favorável, produzia-se muito e todos podiam viver bem. A miséria na casa do seu tio não se devia somente à seca, também era consequência da imprudência da família ao gastar todo o dinheiro, sobrando somente dívidas para pagar. Para Visentin, a crise

---

<sup>264</sup> “Te direi, prezado irmão, que na casa do meu tio é uma miséria que não podes crer, e em uma belíssima colônia, mas tem todas as dívidas e, pelo seu pouco juízo e da sua inteira família, gastaram quase tudo. Te direi que aqui este ano, a colheita foi mal pela grande seca, mas se os anos vão um pouco bem se vive muito bem, e meu tio, pela qualidade das feições dele e da sua família, está mal colocado como te disse, mas aqueles que poupam vivem bem e sem preocupações.” RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 479.

econômica na casa de seu tio era resultado da “qualidade das feições” e do mal da família em não poupar dinheiro e ainda fazer muitas dívidas.

A principal característica geográfica da colônia é a formação montanhosa, entretanto, entre as montanhas e os rios também existiam algumas planícies ocupadas por plantações, pastagens, casas e barracões de brasileiros. As matas das planícies já haviam sido derrubadas, restando vegetação nativa apenas nas margens dos rios e no cume das montanhas. Como os imigrantes não conheciam toda a região da colônia, na primeira distribuição de lotes foram direcionados para aqueles demarcados nas partes montanhosas; somente mais tarde começariam a comprar lotes de brasileiros, situados nas planícies e nas várzeas. As impressões dos imigrantes sobre a colônia variavam conforme a localização e os obstáculos encontrados nos lotes, e nem todos se adaptaram às condições severas do terreno e do trabalho na colônia.

Os trabalhos na lavoura eram realizados durante a semana de segunda a sábado, mas o manejo dos animais era todos os dias, inclusive aos domingos. Nas estações e dias ensolarados os imigrantes preparavam o solo, plantavam, arrancavam as ervas daninhas e colhiam o que haviam plantado; nos períodos e dias chuvosos do inverno e do verão, trabalhavam no galpão fazendo móveis e ferramentas e no tempo livre caçavam. Como havia abundância de animais silvestres, os imigrantes complementavam sua alimentação caçando na mata. Segundo Corte<sup>265</sup>, as principais espécies animais de Silveira Martins eram: onça, anta, lontra, capivara, paca, quati, veado, bugio, ariranha, tamanduá, porco do mato, guará, raposa, macaco, cutia e saracuras.

Os imigrantes também criavam animais domésticos para consumo próprio, entre eles, o porco era usado para fazer carne, torresmo e banha, a vaca, para tirar leite e a ovelha, para fazer linha e tecido, os quais eram cercados entre taipas de pedra feitas à mão. Nas entressafras, nos meses de julho e agosto, ou após o plantio do trigo, faziam milhares de metros de taipa todos os anos para cercar os animais e as plantações. O ganho do taipero era superior ao do carpinteiro e do jornaleiro. As taipas eram feitas com muita dificuldade, porque as pedras eram arrastadas em cima da *slitta*, equipamento simples feito apenas com paus e tábuas para transportar as pedras até o local da edificação da taipa.

A banha também era usada para conservar a carne por vários dias dentro de caixas de madeira ou de latas. O excedente da carne era trocado com parentes e vizinhos, que a devolviam quando abatiam algum animal. Também criavam pequenos animais, como galinhas

---

<sup>265</sup> Cf.: CORTE, Pasquale. **Le colonie agricole italiane della Provincia di Rio Grande del Sud del Brasile all'esposizione nazionale di Torino**. Montevideo: Nación, 1884.

para fazer o *brodo*, um tipo de caldo de galinha, e para pôr ovos para fazer massas e bolos. Os alimentos perecíveis, e que não podiam ser guardados, como o feijão, eram preparados na quantia exata para não estragar. O desperdício de alimentos era considerado pecado e, por isso, devia ser evitado. Uma moradora de Novo Treviso de 44 anos narra como os seus pais e os seus avós guardavam e preparavam os alimentos:

As carnes eram cozidas e guardava na banha as carne de porco, o feijão tu cozinhava todos os dias porque ele estragava né, botava a quantia certa para aquele dia, tudo se fazia a quantia certa para o dia, a galinha só se comia no fim de semana, era uma riqueza né, a galinha, então, aquela matavam de sábado de tarde e preparava a galinha para comer no domingo, daí no domingo era sopa ou risoto [...] todo domingo não podia faltar e durante a semana aí se comia mais a carne de porco né, que daí era cozinhado e guardado na banha, fritava ela num panelão de ferro e depois tapava dentro das latas, naquela época era lata, não tinha esses baldes plásticos, era só lata, aí era guardado aquela carne dentro, fartura de ovo se tinha né, porque galinha bicharedo era a fartura né [...] ovelhas, vacas, queijo essas coisas sempre tinha. (Novo Treviso, 44 anos)<sup>266</sup>

A base da alimentação dos imigrantes era o trigo e o milho, os quais também foram trazidos da Itália para o Brasil. O milho era usado para fazer polenta e engordar os porcos – dos quais se obteria carne e banha. Quando os animais eram abatidos, a carne era dividida com os vizinhos e o que sobrava era guardado no meio da banha, dentro de latas ou caixas de madeira. O trigo era utilizado para fazer pães, massas, panquecas, bolo, bolachas, *cròstoli* (massa frita) e vários tipos de salgados e doces cozidos em fornos de barro, e a uva era usada para fazer vinho e vinagre. O trigo e a uva eram considerados alimentos sagrados pelos imigrantes italianos, porque com eles também se fazia farinha para fabricar hóstias e se preparava vinho, que seriam consagrados na missa para se tornarem o corpo e o sangue de Cristo.

O leite era usado para preparar uma “papinha” para as crianças e um tipo de mingau de polenta para os adultos, o que sobrava era utilizado para fazer o *formaggio* (queijo), e com o soro do leite também se fazia a *puína*, um tipo de requeijão. As ovelhas eram abatidas para fornecer carne para a alimentação, couro e lã para fazer os pelegos para os cavalos e lã para fabricar o fio na roca usado para fazer roupas. Com a lã das ovelhas ainda se forravam os cobertores e com as penas das galinhas, os travesseiros. Todos os membros da família

<sup>266</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. “**Mamma mia**”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 115.

trabalhavam, mas somente o pai ficava com o dinheiro para administrá-lo: comprar ferramentas, móveis, sementes e animais, além de algum doce para as crianças.

Às mulheres e às crianças menores cabia cuidar da casa, dos animais, da horta, das plantas e das flores. Na horta plantavam manjeriço, funcho, marcela e todo tipo de planta medicinal, além de morangos, cebolas, tomates e todo tipo de *radici*: alface, agrião, almeirão, espinafre e rúcula. No pomar eram plantadas as videiras para fazer vinho, vinagre e suco de uva, também nozes europeias, oliveiras, figueiras, laranjeiras e pereiras. Depois de finalizadas as tarefas caseiras, as mães e os filhos mais velhos seguiam para a lavoura para ajudar os homens. As crianças menores eram deixadas em casa para serem cuidadas por uma irmã mais velha, enquanto os pais trabalhavam no preparo da lavoura.



Imagem 10 - Caçadores com espingardas e cachorros da Quarta Colônia Imperial, por volta de 1920.<sup>267</sup>

Nos dias chuvosos os homens pegavam suas espingardas e cachorros para caçar animais selvagens e passarinhos para complementar a alimentação da família, como se pode observar no registro fotográfico de alguns caçadores na década de 1920. Na fotografia os imigrantes fazem pose com suas armas e seus cachorros usados para caçar antas, lontras, pacas, capivaras, porco do mato e veados. Na colônia também existiam muitos rios e arroios,

---

<sup>267</sup> Acervo Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS).

nos quais pescavam com anzóis e redes vários tipos de peixes, como pintados, jundiás, lambaris e carás depois que a água dos rios baixava nos períodos de chuva.

Na primeira fase da colonização, a partir de 1878, os imigrantes se concentraram em ocupar e domesticar os espaços da colônia para transformá-los em lugares favoráveis à habitação e ao trabalho. Na segunda fase, de 1882 em diante, empenharam-se em se adaptar ao meio rural da colônia. Para estudar o cotidiano dos imigrantes, serão abordados a vida em família, o trabalho no campo, a convivência na Sociedade da Capela e os negócios do comércio.

## CAPÍTULO II - COTIDIANO NA COLÔNIA

Neste capítulo será apresentada a vivência dos imigrantes nos espaços da casa, do lote rural e da Sociedade da Capela. A história do cotidiano revelará as experiências de vida de pessoas “comuns” – pais, mães, agricultores, comerciantes e artesãos –, mas nem por isso menos importantes para o desenvolvimento social e econômico do país. O estudo do cotidiano dos imigrantes destaca os sucessos e os fracassos de seus empreendimentos na tentativa de superar os obstáculos impostos pela natureza, pelo Estado e pela Igreja, além dos sacrifícios impostos pelo trabalho para sobreviver e prosperar.

### 2.1 FAMÍLIA E TRABALHO

A principal atividade dos imigrantes no lote rural era a agricultura, porém, devido ao isolamento em meio à mata, precisaram desenvolver vários trabalhos ao mesmo tempo para alcançar a autossuficiência do lote rural. Desenvolveram todos os trabalhos necessários para a manutenção de uma propriedade agrícola, desde a construção das instalações à fabricação de móveis em madeira: “Nos primeiros tempos da colonização, trabalhos agrícolas e não-agrícolas se misturavam criando um complexo de saberes na relação com o meio. Os ofícios de carpinteiro, pedreiro, ferreiro e marceneiros eram os mais significativos.”<sup>268</sup> Os imigrantes foram forçados a desenvolver várias profissões e atividades ligadas à terra dado que as famílias não dispunham de dinheiro para pagar funcionários ou jornaleiros para ajudá-los nos trabalhos da casa, do campo e da criação de animais.

A densidade demográfica e a falta de terras cultiváveis na Itália forçaram os italianos a emigrarem para o Brasil em busca de terra, trabalho e liberdade. A propriedade, mais que um meio econômico de sobrevivência, também significou autonomia para o imigrante formar uma nova família, preservar suas tradições, memórias e costumes. A relação entre propriedade, família e trabalho organizavam a vida produtiva do colono.

*A ordem social* do colono fundava-se na ligação entre propriedade, família e trabalho, este com sentido além do econômico. Silvino Santin diz que o trabalho era entendido como uma espécie de obrigação, como dedicação, como dever moral, como superação, como virtude, como acesso à riqueza e promoção da exaltação do

---

<sup>268</sup> TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo**: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 30.

homem. Ligado à propriedade, o trabalho formaria o espaço social e a trajetória sequencial das *estratégias* de reprodução familiar e organização da individualidade do colono.<sup>269</sup>

Os imigrantes mais requisitados pelo Império do Brasil eram os camponeses oriundos do Vêneto, pois nessa região estava a agricultura mais desenvolvida da Itália, nesse sentido, também poderiam ajudar a desenvolver a agricultura brasileira com novas sementes, ferramentas e técnicas de cultivo. Os italianos partiam da Itália sabendo que no Brasil teriam bastante terra para trabalhar, e sua missão seria “fazer a América”. Acreditavam que poderiam fazer riquezas apenas trabalhando a terra, por isso trabalhavam continuamente de baixo de sol e chuva, de dia e de noite, durante toda a semana lavrando, plantando, capinando, e também nos finais de semana cuidando dos animais.

Outro tipo de imigração foi o destinado para a colonização na Região Sul, principalmente no Nordeste do Rio Grande do Sul. Esses imigrantes, diferentemente do operário, vieram para povoar novas áreas, para produzir gêneros alimentícios, para ocupar as terras devolutas do Império que foram destinadas à venda. Esses assentamentos chamavam-se “Colônias” e baseavam-se na pequena propriedade adquirida pelos colonos, isto é, o colono do Sul tornou-se proprietário, identificado com a propriedade, com a terra.<sup>270</sup>

No Rio Grande do Sul os italianos se instalaram em pequenas propriedades de mesmo tamanho, destinadas pelo governo à produção de alimentos cujo plantio não necessitava de grandes extensões de terra, diferentemente da criação de gado, que demandava fazendas maiores para garantir a pastagem aos animais durante todo o ano. As terras das colônias foram divididas em linhas e travessões, que, por sua vez, eram divididos em lotes rurais. As linhas se formavam nas margens da estrada principal, e os travessões eram estradas vicinais que partiam da estrada principal até os lotes mais distantes. Cada família comprou entre 25 e 60 hectares, e os lotes deveriam ser pagos a partir do segundo ano após a primeira colheita.

A intenção do governo brasileiro era branquear<sup>271</sup> a população e substituir a mão de obra escrava pela mão de obra livre do imigrante europeu, além de introduzir a produção de

---

<sup>269</sup> TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo:** a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 40 (grifos do autor).

<sup>270</sup> ROVEDA, Fernando. **Memória e Identidade:** Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional. Caxias do Sul: Lorigraf, 2003, p. 20.

<sup>271</sup> “Os italianos, particularmente, eram vistos positivamente pelo fato de serem brancos, europeus, latinos, católico-romanos, considerados apegados ao trabalho (BORGES PEREIRA, 1987, p. 231) e também tidos como trabalhadores mais rústicos e menos exigentes, aceitando de boa vontade as ‘duras

cereais, o comércio de mercadorias e a prestação de serviços. Também objetivava melhorar a eficiência do trabalho e da produção agrícola para aumentar os lucros do mercado e a arrecadação de impostos. A escravidão era um empecilho para o aumento da produção porque os trabalhadores escravizados não se sentiam motivados a trabalhar mais por não receberem nada pelo seu trabalho.

A inserção da economia brasileira no mercado internacional viria proporcionar, entre outras coisas, a maciça imigração durante o século XIX. Tornou-se necessário um suprimento de mão-de-obra diversificada para alimentar o crescimento verificado no setor comercial e financeiro, tanto sob o aspecto quantitativo, como sob o aspecto da qualificação. Foi preciso prover os espaços vazios que surgiram em decorrência do rápido processo de urbanização, prover a mão-de-obra para a crescente lavoura do café que se ressentia da escassez do elemento escravo. Era necessário, ainda, povoar e colonizar diversas áreas improdutivas, especialmente na região sul do país onde se encontrava o principal eixo econômico [...].<sup>272</sup>

O trabalho<sup>273</sup> era um dos principais valores do imigrante italiano, pois entendia que era através dele que poderia adquirir um lote de terra para se sustentar economicamente e viver em liberdade. Assim, esse imigrante italiano desenvolveu uma ética da responsabilidade determinada pelo trabalho manual na agricultura, na pecuária e no comércio e distanciada da política institucional, dos estudos e do lazer. Todo o seu tempo era utilizado para construir, produzir, fazer, criar e cuidar, parava somente para rezar. O objetivo era acumular capital e dinheiro para ter uma vida melhor no futuro, já que o presente era feito somente de esforços e sacrifícios.

Um ethos do trabalho, de certa forma vinculado a um ethos camponês, faz parte desse universo simbólico que tem como contraponto a preguiça e a indolência assumidos como atributo característico do “brasileiro” ou caboclo. Na representação do pioneiro, a categoria colono (trazida do jargão oficial) identifica os imigrantes europeus e

---

tarefas da lavoura brasileira’ (PRADO JR., 1987, p. 188). Segundo Petrone (1990, p. 322), repetia-se, à exaustão, que um imigrante italiano fazia o trabalho de três escravos. Os italianos e os vênnetos, especialmente, eram considerados dóceis e de boa moral.” ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS.** Santa Maria: UFSM, 2006, p. 43.

<sup>272</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense.** Porto Alegre: EST, 1991. p. 53.

<sup>273</sup> “Os colonos italianos se tornaram símbolo do trabalho.” ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana.** Porto Alegre: EST/Sulina, 1975, p. 41.

seus descendentes, e a colonização é definida como um processo civilizatório instaurado na selva brasileira.<sup>274</sup>

Os imigrantes trabalhavam ininterruptamente para sobreviver e poupar dinheiro para pagar o lote, construir a casa e comprar móveis e ferramentas. Acreditavam que apenas progrediriam com muito sacrifício, trabalho e esforço. O imigrante italiano Lorenzoni descreveu em suas memórias que, depois da sementeira, durante o inverno, o colono também se dedicava a construir chiqueiros, estábulos, galinheiro e a plantar uma horta. Segundo o autor, após alguns anos de trabalho na propriedade, os colonos não tinham muitos contos de réis, “mas vivia-se muito bem e nunca ouvi um colono queixar-se no Brasil.”<sup>275</sup> Tinham uma vida austera, porém viviam contentes por considerarem que estavam bem melhor no Brasil do que na Itália.

Na zona rural da colônia o trabalho infantil<sup>276</sup> era utilizado tanto para os serviços domésticos quanto para a lavoura. As crianças aprendiam a trabalhar ajudando os pais em casa, na lavoura e cuidando dos animais no pasto. Assim que tivessem forças para realizar alguma tarefa braçal em casa ou na lavoura, eram ensinadas a trabalhar para auxiliar os pais. As mulheres e crianças realizavam os trabalhos mais leves, ou acompanhavam os pais e irmãos mais velhos nos trabalhos mais pesados. Os filhos mais velhos também cuidavam dos irmãos mais novos enquanto os pais estivessem trabalhando na lavoura.

Na colônia as famílias italianas eram numerosas, tinham 15 filhos em média. Algumas famílias chegaram a ter 20 filhos ou mais, muitos dos quais morriam nos primeiros meses de vida por falta de atendimento médico. A família numerosa fornecia mão de obra abundante para o trabalho no lote rural, aumentando a produção de cereais e a criação de animais para o comércio e, conseqüentemente, o lucro da unidade familiar. Quanto maior era a família, maior poderia ser a área plantada para aumentar a produção e os lucros.

Devido à mão-de-obra necessária para o trabalho braçal, quanto maior o número de filhos, maior era o rendimento dos trabalhos na roça. A média de filhos para cada família era de 10 a 12 indivíduos. Quanto mais pessoas viessem, maior era a mão de obra para organização da futura propriedade. Uma das características dos imigrantes era a arregimentação de famílias inteiras, compreendendo pai, mãe, filhos,

<sup>274</sup> SEYFERTH, Giralda. “Identidade Camponesa e Identidade Étnica (um estudo de caso)”. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 91, 1993, p. 98.

<sup>275</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 102.

<sup>276</sup> Cf.: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999.

avós, agregados e compadres. Nesses pequenos clãs, raramente menos do que oito pessoas.<sup>277</sup>

Quando a família era numerosa os filhos mais velhos eram obrigados a abandonar o lote dos pais em busca de um novo lote de terra para plantar, uma vez que os lotes eram pequenos e não suportavam três gerações: cada núcleo familiar com avós, filhos e netos era composto por aproximadamente 50 pessoas. Quando os filhos mais velhos casavam ou nasciam os netos, os casais mais jovens moravam um tempo no lote dos pais até conseguirem dinheiro suficiente para comprar um novo lote nas proximidades da colônia. Como a maioria das famílias de colonos eram pobres, os pais não podiam comprar um lote de terra para cada filho ou dividir a sua renda com eles. A partir de 1910, quando os lotes de terra de Silveira Martins começaram a escassear, os casais mais jovens, já com filhos, começaram a imigrar para o Alto Uruguai na fronteira com a Argentina em busca de novas terras para plantar.

O cotidiano dos imigrantes era todo ocupado: durante o dia, o trabalho na lavoura e à noite, o cuidado com a casa e os animais. Os colonos não tinham férias ou tempo livre, pois os períodos de plantio, cultivo e colheita eram ininterruptos e os animais precisavam ser alimentados e ordenhados todos os dias. O único momento livre era no domingo à tarde, quando os colonos se reuniam na capela para rezar o terço. Os trabalhos em casa, na lavoura e na estrebaria eram todos realizados durante o dia, pois à noite não havia iluminação artificial, apenas um lampião a querosene para iluminar o jantar, o qual ficava ligado por pouco tempo para economizar combustível.

As famílias italianas eram publicamente chefiadas pelos homens, mas as decisões sobre a compra de mais lotes de terra, a construção da casa, a construção de cercas para prender os animais e o plantio da lavoura eram compartilhadas com as mulheres, pois elas se igualavam aos homens no conhecimento sobre o trabalho na agricultura e nos negócios. Os papéis sociais dos homens e das mulheres eram bem definidos: os homens lideravam os negócios públicos e as mulheres lideravam as atividades privadas, mas os negócios e lucros eram de toda a família.

Os esposos e os irmãos mais velhos eram responsáveis pelos negócios da família e por prover o seu sustento, por isso as mães e filhas não podiam decidir sozinhas questões relacionadas à plantação, à criação dos animais, à venda e à compra dos produtos agrícolas, das máquinas, dos móveis e das ferramentas, contudo ajudavam a planejar e a fazer os

---

<sup>277</sup> DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3ª. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1984, p. 31.

negócios da família. Por outro lado, as mulheres administravam a casa e cuidavam dos filhos, e os homens não opinavam nem interferiam nos trabalhos femininos. Os filhos e as filhas solteiros podiam cultivar sua própria lavoura e ter seus próprios animais para adquirir autonomia, mas desde que fossem supervisionados pelos pais, que orientavam os filhos sobre como produzir e investir o dinheiro. As mulheres viúvas e as filhas que optavam por permanecerem solteiras se tornavam chefes da família para cuidar dos filhos e dos pais idosos.

O núcleo familiar italiano colonial se configurou como uma empresa rural voltada para o trabalho familiar, a produção agropecuária e a compra de novos lotes para os filhos e netos. A relação entre família e trabalho era reforçada pelos valores religiosos e morais que conferiam prestígio social às famílias que mais trabalhassem ou adquirissem mais lotes rurais para aumentar os seus lucros. Quase todo o dinheiro conseguido pelo trabalho familiar era reinvestido no próprio lote rural para melhorar as condições de trabalho e aumentar a produção agrícola e comercial dos cereais e dos animais.

## 2.2 AUSÊNCIA DAS MULHERES

A historiografia da imigração italiana tradicional se refere ao imigrante genericamente sem explicitar o gênero<sup>278</sup>, e na maioria das vezes aborda apenas o protagonismo dos homens, desconsiderando a presença das mulheres, apesar de sua importância na história. Nela há um esquecimento ou ocultamente proposital das tarefas desenvolvidas pelas mulheres no lar, na lavoura e na Sociedade da Capela. Elas não tinham visibilidade na sociedade colonial e suas atividades não eram consideradas trabalho produtivo, embora fossem necessárias para manter o funcionamento da pequena propriedade. Por isso é preciso ressaltar as iniciativas, o protagonismo, a independência e a autonomia das mulheres que se destacaram dos homens, pois eram responsáveis pelo que faziam e também garantiam a educação e sobrevivência da família tanto quanto eles.

A ausência das mulheres imigrantes italianas na historiografia e na história da imigração italiana no Brasil não significa que elas estiveram ausentes da colonização. Para dar voz e visibilidade<sup>279</sup> às mulheres imigrantes, busca-se analisar sua dupla jornada de trabalho:

---

<sup>278</sup> “Gênero é um fenômeno histórico, produzido, reproduzido e transformado em diferentes situações ao longo do tempo.” SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 230, jul./dez., 1996.

<sup>279</sup> “As novas abordagens históricas possibilitaram uma abertura para os estudos sobre as mulheres, cabendo destacar a expansão dos estudos do cotidiano que permitiram um questionamento sobre as

a) na casa cuidando do lar, dos afazeres domésticos (limpar, cozinhar, alimentar, lavar) e dos filhos; b) na lavoura ajudando o esposo a preparar a terra, a plantar, a capinar o mato e a colher. Além de não serem suficientemente estudadas pela historiografia, as mulheres também eram moralmente proibidas de participar de algumas atividades consideradas masculinas pela sociedade, tais como fazer negócios, comprar, vender, falar em público, jogar cartas, *mora*<sup>280</sup> e bocha com os homens.

Na sociedade colonial a mulher integrava o sistema patriarcal, que diferenciava as funções de poder entre homens e mulheres, mas exigia que a mulher trabalhasse mais que o homem nas atividades domésticas e ainda o ajudasse no campo. A mulher desse período tinha três opções: a) casar e ir morar com o esposo na casa do sogro; b) seguir a vida religiosa e ser missionária; c) permanecer solteira. As duas primeiras opções eram consideradas normais pela sociedade, mas a terceira opção, ligada à independência da mulher, era malvista e, por isso, desaconselhada e desestimulada pela família, pela sociedade e pela Igreja. Algumas atividades eram só dos homens, outras eram compartilhadas com as mulheres, como se pode ler no depoimento de uma moradora de 44 anos de Sítio Alto sobre os seus pais:

O pai e mãe estudaram até a segunda série, estudaram aqui com as irmãs... assim meu pai e mãe sempre fizeram as coisas tudo junto, assim tudo os negócios que foi feito juntos nunca que o pai fez alguma coisa sozinho... é que a mãe gostava de mandar também... [risos]... não é que ela mandasse sozinha, nem o pai mandava sozinho, eu sempre vi eles fazê tudo junto, até quando o pai ia para cidade, quando chegava em casa contava tudo né, o que fez, com quem conversou, o que comprou, tudo era assim, e ela era mais difícil ir, mas o pai

---

transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina, o significado dos fatos, lutas e gestos, dando visibilidade às experiências femininas. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político, diante do deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano, permitindo também o questionamento da universalidade do discurso histórico. Preocupações de abrir trilhas renovadoras, promover a descentralização dos sujeitos históricos e permitir a descoberta das “histórias de gente sem história”, focalizando experiências de agentes aos quais se negaram lugar e voz dentro do discurso histórico convencional, integraram aos estudos históricos as experiências femininas frequentemente ignoradas ou mencionadas apenas de passagem.” MATOS, Maria Izilda Santos; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 35, n. 3, e0045, 2018, p. 4.

<sup>280</sup> A *mora* era jogada nas comunidades de italianos nos domingos e nas festas apenas com os dedos, sozinho ou em dupla. O jogo é semelhante ao “par ou ímpar” e é jogado sobre uma mesa com os dedos: ganhava quem acertasse mais vezes a soma do número de dedos jogados.

sempre ia... ela também ia, mas menos que o pai, e ela, para sair sozinha, fazer uma compra, nunca. (Novo Treviso, 44 anos)<sup>281</sup>

Embora as mulheres imigrantes participassem ativamente da organização da colônia, das Sociedades da Capela e dos lotes, sua participação nas atividades públicas era menor do que a dos homens, pois de acordo com a tradição só eles podiam ocupar cargos públicos. A liderança do homem no trabalho da lavoura e nos negócios era considerada natural e necessária pela sociedade, pelos homens e pela maioria das mulheres, já a liderança pública das mulheres era proibida ou boicotada pela sociedade. A discriminação de homens e mulheres contra a liderança feminina acontecia mais no espaço público do que no espaço privado.

A participação das mulheres no trabalho da casa, na lavoura e nos negócios era vista pelas famílias italianas apenas como uma ajuda, um reforço ou um complemento ao trabalho dos homens, e não uma iniciativa igual à deles, embora elas, em algumas funções privadas, como a educação dos filhos e a organização do lar, tivessem mais iniciativa e participação do que os homens.

O trabalho da mulher dependia quase sempre do ciclo de vida da família; sua jornada de trabalho era sempre superior à do homem, porém vista sob a ótica da ajuda, do complemento e da obrigação para o todo familiar. O chefe da família personificava o poder e a dominação, manifestações internas de processos de trabalho externos duplamente vividos pelas mulheres-esposas e mães.<sup>282</sup>

Pelos depoimentos das mulheres sobre o seu cotidiano, percebe-se que elas também planejavam e executavam muitos trabalhos por iniciativa própria no lar, na lavoura e na comunidade, mas não maioria das vezes esse esforço não era reconhecido pela família e pela comunidade. Em casa, davam ordens aos filhos para ajudar nos trabalhos domésticos, decidiam quais receitas e alimentos preparar, definiam quais frutas e hortaliças plantar no pomar e cuidavam dos animais domésticos; na comunidade da Sociedade da Capela, zelavam pela limpeza e ornamentação da capela com toalhas, velas e flores, cuidavam das imagens dos santos e preparavam as refeições por ocasião da festa do padroeiro.

---

<sup>281</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. **“Mamma mia”**: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 105.

<sup>282</sup> TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo**: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 27.

Na sociedade colonial e nas famílias de imigrantes italianos havia três tipos de relações de poder: 1) espaços, posições e funções especificamente dos homens; 2) espaços, posições e funções especificamente das mulheres; 3) espaços, posições e funções compartilhadas entre homens e mulheres. Os espaços, as posições e as funções de poder dos homens se concentravam na esfera pública, nas Sociedades da Capela e no comércio, e as mulheres se destacavam na esfera privada em casa, no jardim e na horta.

Os homens se sobressaíram mais nos espaços públicos e as mulheres, nos espaços privados, contudo, também havia muitas funções que eram igualmente compartilhadas entre homens e mulheres e faziam parte do mesmo sistema patriarcal: a educação dos filhos, o trabalho no campo e a criação dos animais. Ambos eram obrigados a decidir, planejar e executar as tarefas do dia a dia porque eram trabalhadores autônomos. Levantavam-se antes do nascer do sol, faziam café da manhã com polenta e toucinho para os filhos, depois tratavam os animais e seguiam para o eito na lavoura.

As mulheres ocupavam-se das tarefas caseiras, dos cuidados da pequena criação e das hortas. Porém, elas intervinham ativamente, ao lado dos homens, em praticamente todos os trabalhos agrícolas. Segundo suas forças, as crianças labutavam desde os oito anos. Havia também tarefas artesanais masculinas e femininas e um verdadeiro desequilíbrio, em detrimento das mulheres, na divisão dos trabalhos entre o casal colonial.<sup>283</sup>

Na colônia mulheres e homens trabalhavam todos os dias e em parceria: em casa, cuidavam dos filhos e dos afazeres domésticos e no campo, preparavam a terra, plantavam, capinavam, colhiam e ainda trabalhavam nos potreiros<sup>284</sup> cuidando das vacas para tirar leite, das ovelhas para fornecer carne e das galinhas para fazer sopa para as crianças menores. As mulheres imigrantes eram tão importantes quanto os homens para a família, dado que realizavam vários trabalhos necessários à sobrevivência da família: limpar, cozinhar, lavar, passar, capinar, plantar, colher, moer. As iniciativas das mulheres nas atividades domésticas, no jardim e na horta as tornaram protagonistas de sua própria história e, por isso, capazes de decidir junto com o esposo o futuro da família e dos negócios.

---

<sup>283</sup> CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Coords.). **Raízes Italianas do Rio Grande do Sul – 1875-1997**. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 25.

<sup>284</sup> Originalmente o termo “potreiro” se refere ao local onde os potros, filhotes de éguas, ficam cercados, mas também é usado para designar a pastagem nas quais ficam os bois, as vacas e as ovelhas.

Os homens ocupavam os cargos mais importantes nas Sociedades da Capela, como os de fabriqueiro<sup>285</sup>, ministro e catequista e as mulheres se destacaram nas funções domésticas e na educação dos filhos. Mas na sociedade colonial a mulher imigrante também participou da organização da família e dos trabalhos na lavoura com as plantas, no cuidado dos animais e a participação na vida social na Sociedade da Capela. E embora a historiografia da imigração italiana não tenha registrado a história das mulheres imigrantes como registrou a história dos homens imigrantes, elas foram essenciais para manter os valores familiares e as tradições, colaborando tanto quanto os homens para o êxito da imigração e da colonização.

Anônima e sem títulos, a mãe sustenta a infraestrutura da vida rural. Seu dia começa mais cedo. Atende a criação (galinhas, patos, porcos, vacas), prepara o café da manhã, atende as crianças. Organiza-se para ir à roça e voltar para preparar o almoço, quando é a única mulher da casa. Após o almoço, como descanso, ela lava a louça, a roupa, prepara doces, costura, não lhe falta serviço, pois é solicitada para tudo. E se, à tarde, não trabalhar na roça, certamente terá outras tarefas caseiras à sua espera. Após o jantar, a mulher reza o terço com a família. Algumas fazem filó.<sup>286</sup>

O cotidiano das mulheres era totalmente ocupado com trabalhos manuais em casa, no galpão, na estrebaria, na lavoura, no jardim cuidando das flores e na horta cultivando verduras e legumes, não sobrando muito tempo para o descanso e o lazer. Além disso, o catolicismo ensinava que os sacrifícios e sofrimentos gerados pelo trabalho eram meios para fazer a vontade de Deus e se santificar. Durante o dia o riso e as distrações eram evitados para não desviar as pessoas da responsabilidade do trabalho, contudo, à noite, as famílias se reuniam na casa dos vizinhos para os *Filòs*<sup>287</sup> nos quais rezavam, conversavam e faziam trabalhos manuais. Durante os encontros familiares as pessoas mais velhas também ensinavam aos mais novos, por meio de histórias, as experiências vividas em família, na comunidade e no trabalho.

---

<sup>285</sup> Os fabriqueiros eram os coordenadores das Sociedades da Capela que exerciam diversas funções: a construção e manutenção das capelas, a organização da festa do padroeiro, a arrecadação de donativos e o preparo dos alimentos.

<sup>286</sup> CARLESSO, Oscar José. **A sonhada América:** os Carlesso em Santa Maria – 1878-1988. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989, p. 81.

<sup>287</sup> A palavra *Filò* vem do verbo latino *filare* e significa encontro de mulheres para trabalhar com a roca fazendo fios e tecidos, que evoluiu para encontros sociais para trabalhar, conversar, rezar e festejar.

Presenza umile e silenziosa, sempre sottoposta al maschio, padre o marito che fosse, per la più parte analfabeta, privata dei diritti ereditari, esclusa dall'istruzione e dall'uso del denaro, sottoposta fin da bambina a ritmi di lavoro massacranti, che iniziavano col buio e col buio finivano, il contributo della donna è però decisivo per la riuscita dei progetti degli emigranti.<sup>288</sup>

Em Silveira Martins as mulheres trabalhavam em casa, cuidando dos filhos e realizando os trabalhos domésticos, e na lavoura, ajudando o esposo nos períodos de preparo do solo, plantio e colheita. As mulheres iniciavam o dia arrumando a cama, fazendo o café da manhã, limpando a casa, cozinhando e cuidando dos filhos. Depois, alimentavam as galinhas, os porcos, as vacas e tiravam o leite. E, quando tudo estava pronto, seguiam para a lavoura com os filhos para ajudar o esposo. Nos finais de semana, nas Sociedades da Capela, as mulheres preparavam os alimentos para as festas dos padroeiros e ornamentavam as igrejas com toalhas, velas e flores para as cerimônias religiosas.

A rotina das mulheres imigrantes italianas não se modificou muito ao longo do tempo, uma vez que a sociedade manteve a mesma hierarquia, com poucas alterações. As mudanças ocorridas apenas acrescentaram novas tarefas ligadas à vida social e educacional da família. No relato de uma das moradoras da Sociedade da Capela de Sítio Alto é possível conhecer parte da rotina de uma descendente de italianos na colônia:

Primeiramente acordo 5h e 20min a 5h e 30min da manhã. Levanto, depois acendo o fogo, faço café e preparo o chimarrão. Acordo a minha filha, deixo o café prontinho na xícara pra ela.... daí ela acorda, se arruma, toma café e vai pegar o micro para ir para escola. Daí as 6 horas o pai dela acompanha ela até o micro e eu vou para fora, vou para a outra cozinha ... eu, até que não amanhece bem o dia, lavo os queijos, arrumo os queijos, pego minhas panelas, vou tirar leite, volto. (Sítio Alto 1, 46 anos)<sup>289</sup>

As mulheres tinham iniciativas próprias, como cuidar das tarefas da casa e visitar parentes e vizinhos, mas os projetos mais importantes eram discutidos e decididos em família antes de serem executados. Podemos perceber essa organização familiar na fala de uma das moradoras da colônia: “Uma vez a mulher cuidava de casa, e claro, a lavoura. Mas, elas não iam na cidade fazer negócio, não iam pagar conta. Elas não se preocupavam com isso. O

<sup>288</sup> RAOUIK, Francesca Massarotto. **Brasile per sempre**: donne venete in Rio Grande do Sul. Silea: Piazza, 2001, p. 9 (tradução do autor).

<sup>289</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. “**Mamma mia**”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 92-93.

marido comprava, trazia e elas só preparavam. Elas não se estressavam, por isso que elas tinham dez, doze filhos.”<sup>290</sup> Entretanto, a “Mamma” também possuía autoridade sobre a família italiana, os filhos, a organização da casa e o planejamento dos afazeres domésticos, porque era ela mesma que planejava e executava as tarefas. As mães eram perseverantes e rigorosas, faziam vários tipos de trabalhos ao mesmo tempo, ensinavam e exigiam que os filhos as acompanhassem nas atividades domésticas e nos trabalhos da lavoura.

As mulheres trabalhavam tanto no lar quanto na lavoura executando os mesmos trabalhos que os homens e os filhos, com exceção dos trabalhos mais pesados: derrubar a mata, arrancar tocos, amontoar pedras e fazer cercas. Se na vida privada as mulheres imigrantes se destacaram na administração da família e na educação dos filhos, na vida pública muitas vezes foram impedidas pelos homens de ocupar cargos e funções de maior destaque nas Sociedades da Capela. Geralmente as mulheres não presidiam os cultos e as orações religiosas na capela, apenas realizavam trabalhos manuais de limpeza do espaço, ornamentação da capela e preparação dos alimentos para a festa do padroeiro. À maioria das mulheres cabia assistir aos atos religiosos coordenados pelos homens com a ajuda de algumas poucas mulheres. Mas na casa e na família as mulheres podiam iniciar os terços e as orações. Essa organização social era entendida pela maioria tanto dos homens como das mulheres como normal e necessária para a harmonia da família e da comunidade.

As famílias de imigrantes italianos eram estruturadas pela religião católica e pelos costumes patriarcais<sup>291</sup>, os quais permaneciam quase inalterados no tempo. Na colônia os costumes se tornavam a própria lei, pois eles eram crenças, valores e normas considerados naturais e necessários e praticados pela maioria da comunidade. Nesse sentido, os que não concordavam com os costumes predominantes eram “forçados” a ter as mesmas atitudes para poderem ser aceitos pelo grupo. Um desses costumes era a manutenção do núcleo familiar, reforçada pelos valores religiosos. O memorialista Oscar José Carlesso constatou que os casais não se separavam:

---

<sup>290</sup> SIMONETTI, Fernanda. “**Mamma mia**”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 25.

<sup>291</sup> Para Edward Thompson os costumes devem ser vistos “como práxis e igualmente como lei”: Na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis. As disputas de poder e as sociabilidades são feitas a partir da experiência produzida pelos costumes e não da formulação abstratas da lei. Cf.: THOMPSON, Edward. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 16.

A separação do casal e o fracionamento da família jamais eram cogitados como forma de solucionar os problemas que se deparavam. A cena familiar sempre foi comandada pelo homem. A ele cabiam as decisões finais em relação ao trabalho, aos negócios, ao estudo dos filhos, aos casamentos. Porém, mesmo com todos esses poderes de uma sociedade absolutamente patriarcal, a mulher se destaca com mais força e sentimento, sendo pano de fundo e sustentáculo dessa sociedade.<sup>292</sup>

A cultura italiana tinha como pontos de apoio a família e a convivência comunitária, juntamente com o trabalho e a religião. A união da família era um valor imutável, e quase não aconteciam separações entre os casais, mesmo entre os que tinham problemas de relacionamento, pois acreditavam que o casamento era uma instituição divina e, por isso, não podia ser desfeito. Os casais que brigavam não se separavam porque entendiam que era uma missão divina continuar juntos para terminar de criar os filhos. Os raros casos de casais separados eram discriminados<sup>293</sup> pela comunidade e não podiam exercer cargos de liderança. Nas sociedades coloniais os indivíduos e as famílias prezavam a sua imagem, porque eram vigiados e cobrados pela comunidade: tudo o que precisava ser aprovado para que fossem aceitos pelo grupo.

A educação de meninos e meninas desde a infância aumentava e reforçava o distanciamento entre as funções dos homens e das mulheres. As meninas e as moças eram ensinadas principalmente a fazer os trabalhos domésticos e a cuidar dos irmãos mais novos, e os meninos eram ensinados a plantar, capinar, colher e cuidar das vacas, dos bois, dos cavalos, dos porcos e das galinhas. Uma camponesa de Faxinal do Soturno confirma em seu depoimento que os homens não faziam trabalhos femininos, e alguns afazeres considerados masculinos também não eram feitos pelas mulheres:

É, naquele tempo, homem era homem e mulher era mulher... O homem fazia serviço de homem, as gurias faziam serviço das gurias e também iam pra lavoura. Também, inclusive, eu, a gente, fazia serviço da casa, lavava roupa, fazia limpeza, tudo, e ia na roça a semana toda. E nos fins de semana ficava em casa pra fazer as limpezas e deixar tudo em ordem. Claro, que o serviço era mais leve, né? O serviço mais

<sup>292</sup> CARLESSO, Oscar José. **A sonhada América:** os Carlesso em Santa Maria (1878-1988). Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989, p. 81.

<sup>293</sup> Ao analisar os modos de vida na aldeia francesa de *Montaillou*, Ladurie constatou que a honra e a vergonha eram os principais valores de distinção entre as pessoas e as famílias daquela comunidade. Cf.: LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou:** povoado occitânico (1294-1324). São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 250.

pesado era dos irmãos e nós gurias, mulheres, fazíamos as coisas bem mais leve na roça, mas sempre junto.<sup>294</sup>

A ideia de que “homem era homem e mulher era mulher” significa que os homens deveriam fazer trabalhos próprios para homens e as mulheres deveriam fazer trabalhos específicos para mulheres – e os trabalhos dos homens eram considerados pelas famílias e pela comunidade mais importantes e necessários do que os executados pelas mulheres. Além dos trabalhos domésticos, as meninas e moças também aprendiam e faziam os trabalhos da lavoura para ajudar os pais e irmãos. Já os meninos e moços não aprendiam nem faziam os trabalhos da casa, porque não eram considerados trabalhos dignos ou próprios para homens.

Resquícios da diferenciação de gênero aparecem na fala de uma das descendentes de imigrantes italianos ao saber que o pai dividiu a propriedade para todos os filhos em partes iguais, revelando que na colônia essa não era uma prática comum:

Eu pensava que o pai ia dar o dobro pro nosso irmão, só que o pai só beneficiou as mulheres, porque nós somos em quatro gurias e dois guris, e ele deu igualzinho, só que ele tinha comprado seis terrenos lá em Júlio de Castilhos na cidade e ele vendeu e deu pra nós o dinheiro, daí ele falou assim: “Os filhos homens eu ajudei até eles se colocar, e as gurias eu não ajudei, então elas vão ganhar a mesma coisa e ainda por cima mais um terreno”. Eu achei o pai assim, fez uma coisa que eu não pensava porque eu achei que ele ia dividir o que ele tinha com os filho homem né, pra ficar com o nome e invés não... daí quando ele fez a escritura ele chamou cada filho e levou lá pra mostrar a terra (Sítio Alto, 53 anos).<sup>295</sup>

As diferenças entre mulheres e homens ficam mais evidentes quando se considera a divisão das tarefas cotidianas: o homem não ajudava a esposa no trabalho da casa, mas a mulher, além de realizar as atividades domésticas, também era obrigada a ajudar o homem na lavoura. Enquanto os homens dominavam o espaço público, as mulheres dominavam o espaço privado. Os espaços privados eram a casa e suas dependências e os espaços públicos eram a lavoura, o comércio, a Sociedade da Capela e a sede da colônia. A desigualdade entre as mulheres e os homens na colônia começava já dentro de casa, com a atribuição das tarefas domésticas, que eram ensinadas pelos pais somente às meninas.

<sup>294</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. **Um estudo antropológico entre mulheres descendentes de imigrantes italianos no município de Faxinal do Soturno**. Monografia (Graduação em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2004, p. 28.

<sup>295</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. **“Mamma mia”**: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 85.

Para Bourdieu a diferença hierárquica entre mulheres e homens é apenas social, mas a sociedade justifica essa desigualdade pela diferenciação biológica e fisiológica:

Esse programa social, de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo e, antes de tudo, ao *próprio corpo*, em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-os aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade das ordens sociais.<sup>296</sup>

A reprodução das desigualdades<sup>297</sup> sociais e das injustiças, principalmente dos homens sobre as mulheres, é mantida e reforçada por três principais instituições: a Família, a Igreja e a Escola, as quais naturalizam e impõem a superioridade dos homens sobre as mulheres. Os privilégios sociais se mantêm porque são vistos pela maior parte da sociedade como naturais e necessários para o funcionamento da família e da sociedade. Na família patriarcal compete ao pai reproduzir as relações hierárquicas da sociedade na família, distribuindo e controlando os papéis de cada membro, tanto na vida privada quanto na vida pública. Porém, na fala de uma camponesa de 53 anos da Sociedade da Capela de Sítio Alto, é possível perceber a evolução do reconhecimento da função da mulher na sociedade:

Olha, os homens, antigamente, eles eram como os machistas. Era só eles. Mulher nom parecia em parte nenhuma, nom aparecia em papel, em nada. A mulher era doméstica e ali doméstica era e, invés, hoje, já mudou. Mulher também né, a mulher já tá quase se igualando ao homem. Uma vez mulher nom trabalhava num emprego porque mulher era só para ficar em casa, invés, hoje, já tem mais mulher que trabalha num emprego fora de casa do que homem né (entrevistada 1, 53 anos).<sup>298</sup>

No depoimento da camponesa de 53 anos é possível constatar que no passado as mulheres eram impossibilitadas pelos homens de participar da vida pública e de exercer funções de liderança na comunidade: a mulher podia apenas participar dos espaços públicos como membro e ouvinte dos trabalhos e da liderança masculina. O machismo também

<sup>296</sup> BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 19-20.

<sup>297</sup> Cf.: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

<sup>298</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. Mulheres camponesas, descendentes de imigrantes italianos. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. **Anais do X Encontro Estadual de História**. Santa Maria, UFSM/UNIFRA, 2010, p. 8.

impediu que as mulheres estudassem mais e desenvolvessem seus talentos para poderem se igualar aos homens nos espaços públicos, pois no espaço privado da casa elas eram mais capazes que eles. A ausência das mulheres no espaço público aconteceu porque eram censuradas pela família e pela sociedade. Porém, a camponesa também observa que em seus dias a mulher conseguiu vencer esses obstáculos, passando a trabalhar fora de casa mais do que muitos homens.

A escola e a Igreja reforçam valores familiares e sociais importantes para o convívio, mas também mantêm e reproduzem desigualdades através das tradições: a Igreja valoriza a obediência às autoridades, e a escola ensina o patriotismo. Segundo Bourdieu, os papéis hierárquicos da família são reforçados pela Igreja e ainda pelo Estado, porque a sociedade premia a obediência e pune a insubordinação. Por isso, na colônia competia aos homens prover o sustento da família, e às mulheres governar a casa, cuidar dos pertences do esposo, criar os filhos e realizar os serviços domésticos, sendo que no tempo restante também era obrigada a ajudar o esposo na lavoura.

As aparições públicas das mulheres e o seu lazer se limitavam à participação na missa dominical e no terço da capela. No final dos cultos se reuniam em frente à Igreja para conversar e trocar informações sobre a comunidade, depois voltavam para casa para fazer o almoço. Já os homens ficavam na cancha da Sociedade da Capela jogando bocha ou iam para as casas comerciais jogar cartas e beber vinho, até que as mulheres fizessem o almoço em casa. As mulheres não se destacaram tanto quanto os homens na vida pública como lideranças por falta de oportunidades para ocupar espaços e posições de poder na Sociedade da Capela, embora fossem tão competentes quanto eles no que faziam.

As mães ensinavam às filhas receitas culinárias e também “bons modos”, para que as jovens fossem valorizadas e não fizessem nada considerado errado: a educação e o bom comportamento eram necessários para serem consideradas dignas de respeito. O cultivo dos “bons modos” tinha como objetivo valorizar as filhas e não deixar que elas fossem “malfaladas”, isto é, não deveriam ser confundidas com mulheres vagabundas ou relaxadas, pois os rapazes procuravam moças educadas e “trabalhadeiras”.

Elas, de certa forma, em suas cozinhas, no ensinamento de receitas de mães e avós para as filhas e netas, passaram muitos valores do universo “italiano” de origem. Ensinavam, além de culinária, posturas para a vida: quem deveria ser servido primeiro, para quem seria destinado o melhor pedaço de alimento, como servir as visitas, o que deveria ser destinado à caridade, onde sentar, com quem falar, sobre o que falar, entre tantos outros ensinamentos. Enfim, além de comida,

ensinava-se como uma “boa mulher italiana” deveria se comportar dentro e fora de casa [...].<sup>299</sup>

As avós e as mães ensinavam tudo o que as filhas e as netas precisavam saber para cuidar de uma família, trabalhar e namorar, pois as pretendentes ao casamento deveriam ser aprendidas e ter muitas habilidades intelectuais e manuais. Para se casar, as moças precisariam saber cozinhar, costurar e cuidar dos filhos. A maioria das meninas e das moças aprendia a cuidar de crianças ajudando as mães a trocar e alimentar seus irmãos mais novos. As jovens também precisavam ser virtuosas, demonstrando educação, feminilidade e um comportamento moral impecável na vida privada e social: em casa deviam obedecer aos pais e se dedicar às atividades domésticas, e nas sociedades da capela não podiam ficar bebendo, fumando ou jogando com os homens. Já as qualidades exigidas pelas moças dos rapazes eram a força, a coragem e também deveriam ser mais altos e mais velhos que elas.

As mães cuidavam das crianças em casa e também na lavoura, porque precisavam trabalhar e não tinham com quem deixá-las, pois toda a família trabalhava para sobreviver. Na roça as crianças ficavam debaixo das árvores, dentro de cestas de vime, de taquara, de caixas de madeira ou dentro de um buraco para não fugirem, pois havia muitos perigos: cobras, onças e rios. As crianças e os jovens começavam a trabalhar cedo porque precisavam ajudar os pais no sustento da família. Além disso, os trabalhos na lavoura produziam poucos resultados, eram lentos e penosos, por isso muitas vezes as crianças e os jovens se machucavam trabalhando.

O depoimento de uma das descendentes de imigrantes italianos da Comunidade de Sítio Alto, interior do município de Faxinal do Soturno, com 70 anos, descreve como as mulheres cuidavam das crianças:

Isto, se levava as criança na lavoura com um aninho a gente levava fazia um buraco na terra assim botava um trapo e sentava, e eles não era que nem agora tudo que é carinho tu dá, ficavam lá no meio da terra, das formiga, tudo xixi, tudo cocô, é que não tinha com quem deixar e tinha que ajudar o marido, senão fazia o que era tudo terra de serro. (Sítio Alto, 70 anos)<sup>300</sup>

---

<sup>299</sup> SANTOS, Miriam Oliveira; ZANINI, Maria Catarina C. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 19, n. 01, jan./jul. 2008, p. 258.

<sup>300</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. “**Mamma mia**”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 79.

Em relação ao estudo, não era prioridade para as famílias nem existiam escolas públicas na Sociedade da Capela, apenas alguns professores particulares que ensinavam em italiano. Por isso, quem quisesse estudar deveria mudar para a sede da colônia, a cidade de Santa Maria ou Porto Alegre. As famílias só aceitavam que seus filhos saíssem do interior da colônia para estudar em Santa Maria e Porto Alegre se fosse para seguir a carreira religiosa. Os jovens que se mudavam para a cidade para trabalhar ou estudar eram considerados preguiçosos por muitas famílias, pois entendiam que eles queriam apenas se desviar do trabalho pesado da roça.

As jovens e mulheres que fossem para a cidade para estudar e trabalhar eram difamadas, pois pais, irmãos e esposos zelavam pelas mulheres de sua família e temiam que elas se tornassem presas fáceis de homens mal-intencionados da cidade:

Sabe o que o meu tio dizia: mulher que estuda é mulher vagabunda, não é uma mulher direita, tu vê, na época ele olhava assim: se quer estudar vai sair de casa, eles não deixavam as moças estudar por isso, porque iam se perder na cidade, e a tia não dizia, até que eu tô viva os meus filhos vão estudar e eu estudei porque eu morava com ela né. (Sítio Alto, 53 anos)<sup>301</sup>

Em seus depoimentos as mulheres expressam que na colônia os papéis dos homens e das mulheres eram diferentes e delimitados, entretanto, também defendem que as tarefas exercidas pelas mulheres eram de igual importância, porque eram necessárias. Pela análise dos depoimentos é possível constatar que, embora a sociedade considerasse o papel das mulheres menos relevante, elas possuíam a mesma importância e capacidade, porque contribuíram do mesmo modo que os homens para a subsistência e o progresso social da família. Os trabalhos realizados pelas mulheres em casa tinham a mesma importância do trabalho realizado pelos homens na lavoura, porque foram necessários para o sucesso da imigração e da colonização.

---

<sup>301</sup> Depoimento de uma senhora de 53 anos da comunidade de Sítio Alto, do município de Faxinal do Soturno, da colônia Silveira Martins, concedida em 2011 a Fernanda Simonetti. Cf.: SIMONETTI, Fernanda. “**Mamma mia**”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 76.

### 2.2.1 Cuidados com o esposo e os filhos

Embora as mulheres tenham sido fundamentais para o sucesso da imigração e da colonização em Silveira Martins, bem como para os empreendimentos econômicos da família e das Sociedades da Capela, a sua contribuição não foi suficientemente valorizada pela sociedade da época e pela historiografia, pois não eram apenas ajudantes dos esposos e cuidadoras dos filhos, mas parte integrante da luta pela sobrevivência da família e do processo de construção da colônia.

Os objetos trazidos pelos imigrantes da Itália eram poucos, somente alguns itens pessoais como roupas, utensílios domésticos, ferramentas e livros de oração. Por isso, foram obrigados a fabricar suas próprias ferramentas e móveis na colônia, todos feitos com madeira e pregos: rastelos, peneiras, enxós, mesas, bancos, camas e baús para guardar roupas. Uma camponesa descendente de imigrantes italianos, de 44 anos, da Sociedade da Capela de Novo Treviso, em depoimento concedido em 2011, descreve que os móveis antigos eram rudimentares:

Sim, uma vez dentro de casa tu tinha a mesa com dois ou três banquinhos, o fogão à lenha e uma pia, nós quando começamos que eu casei nem luz não tinha... sempre tivemos banheiro, mas não era assim dentro de casa né, era aquelas, como dizem, as patentes [risos] fora de casa, feitas de madeira né, para tomar banho, esquentava água numa chaleira e uma bacia dentro desse banheiro fora, a luz os primeiros anos que eu me lembro era os lampião né, depois veio a modernidade do liquinho, que era a gás e daí depois com o tempo que veio à luz, mas para nós demorou para chegar a luz onde nós morava é no ano de 85 chegou a luz, não, minto, em 87. (Novo Treviso, 44 anos)<sup>302</sup>

A camponesa relata que os móveis eram poucos e rústicos, compostos apenas por uma mesa com dois ou três banquinhos, um fogão à lenha e uma pia. O colchão era feito de palha de milho e o travesseiro de pena de galinha. Os cômodos das casas eram grandes e vazios, porque tinham poucos móveis. O banheiro era fora da casa, assim como a cozinha, para evitar que o fogo da lareira incendiasse os quartos de madeira. Poucas coisas eram compradas, no máximo querosene para o lampião e tecido em rolo para fazer roupa. Por isso era comum ver famílias inteiras uniformizadas com a mesma roupa – as peças eram feitas com o mesmo

---

<sup>302</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. “**Mamma mia**”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 135.

tecido. Segundo a camponesa, a modernidade chegou na colônia quando puderam comprar o liquinho a gás para substituir o lampião de querosene. Por último, veio a eletricidade, ainda que tardiamente.

O relato é uma pós-memória, uma vez que a depoente não viveu no período descrito nem viu pessoalmente os objetos, apenas ouviu a narrativa sobre a viagem e a chegada dos imigrantes contada por seus pais, avós e membros mais velhos da colônia. A memória sempre é coletiva<sup>303</sup> e dinâmica porque os memorialistas projetam no passado maneiras de viver do presente. Na memória presente e passado se misturam e se influenciam mutuamente, sendo difícil delimitar quando começa o passado e quando começa o presente da memória. Os acontecimentos do passado cessaram para sempre e não podem mais ser diretamente observados, apenas acessados indiretamente através do rastreamento de seus vestígios e da reconstrução de suas memórias.

A figura da *Mamma* italiana era respeitada pelo esposo e pelos filhos uma vez que ela governava a casa, cuidava da família e realizava todos os tipos de trabalhos manuais e artesanais em casa e na lavoura. Também era responsável pela transmissão dos valores morais e religiosos para os filhos, os quais respeitavam e obedeciam às suas ordens. As experiências de vida e trabalho das *Mammas* eram ensinadas para os filhos e netos no próprio trabalho de casa e da lavoura, e os filhos aprendiam os ofícios executando os trabalhos junto com os pais. A *Mamma* italiana se distinguia da figura da mulher “Rainha do lar” que trabalhava em casa para ajudar a família e sobrevivia apenas do salário do esposo, pois era independente e produzia quase tudo de que precisava para sobreviver: cereais, roupas, pães, leite, queijo e todo tipo de utensílios domésticos.

Em casa a mãe italiana cozinhava, limpava, lavava, costurava e passava roupas para a família, e no campo capinava a terra para plantar feijão, arroz, mandioca, milho, trigo, frutas, legumes e verduras.

E se, por um lado, as mães deviam ser submissas, por outro a sua atuação no dia-a-dia da família era imprescindível, dada a dependência do grupo em relação a ela. Devido a estas circunstâncias as “mamas” construíram uma força interior que muitas vezes as faziam parecer rudes ou autoritárias. Não poderia se de outra maneira. No entanto, sempre conservaram no coração toda a bondade do mundo.<sup>304</sup>

---

<sup>303</sup> Cf.: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

<sup>304</sup> CARLESSO, Oscar José. **A sonhada América: os Carlesso em Santa Maria (1878-1988)**. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989, p. 82.

Se por um lado as mulheres e mães italianas ensinavam uma moral rígida, por outro também cuidavam dos filhos com dedicação, amamentando, fazendo e trocando a roupa das crianças e ensinando “bons modos”. Como não existia hospital, as crianças nasciam em casa com a ajuda de uma mulher mais velha e experiente ou de uma parteira da comunidade. Devido à falta de médicos e materiais, muitos bebês faleciam durante o parto ou corriam risco de morte como foi o caso de Anna Bolzan ocorrido a 9 de abril de 1932:

Enquanto a parteira providenciava as ferramentas para dilacerar as frágeis carnes do nenê, a mãe, com muita fé fazia mil e uma promessas. Prometera consagrar o bebê a Nossa Senhora, prometera mandar rezar missas, e outras promessas. Invocava, apesar das poucas forças, a Nossa Senhora do Bom Parto e a Santa Ana. No seu íntimo sentia que poderia salvar o filho e a si mesma.<sup>305</sup>

O relato explicita o drama que eram muitos partos. Apesar do risco de morte da criança, o primeiro filho de Anna Bolzan nasceu saudável. A taxa de mortalidade nos partos era alta – já foi citado o caso dos Bortoluzzi que tiveram 24 filhos, dos quais apenas sete sobreviveram. Na hora do parto os filhos mais velhos eram enviados para as casas dos vizinhos, e depois os pais diziam que a cegonha trouxe o bebê. Os pais quase não falavam sobre namoro e sexo com os filhos, pois consideravam que esses assuntos eram somente para adultos quando não pecaminosos, por isso todos tinham de aprender sozinhos ou com parentes e amigos. As poucas orientações sobre sexo e reprodução eram destinadas somente para os casais quando tinham filhos: os bebês eram enfaixados e bebiam chás para dores de ouvido e barriga.

As mulheres ocupavam boa parte do seu tempo trabalhando em tarefas manuais e artesanais. Pode-se notar no depoimento da descendente de italianos de 65 anos, da Sociedade da Capela de Novo Treviso, que o trabalho contínuo das mulheres era comum e permaneceu ao longo do tempo:

Isso aí estava errado, porque acho que a mulher também precisa de descanso e não só eles, mas o costume era assim: o homem ia na roça, mas chegava em casa e fazia o descanso dele, ao invés, a mulher desde moça, a bem dizer, os manos chegavam e eles descansavam e nós tinha que deixar tudo pronto pra depois ir na roça junto, se a gente

---

<sup>305</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 81.

tivesse a vida de hoje, nascendo hoje teria outro costume (Novo Treviso, 65 anos).<sup>306</sup>

Pelo depoimento da senhora de Novo Treviso, com 65 anos de idade, percebe-se a diferença de tratamento na divisão das tarefas e no tempo de trabalho entre os filhos homens e as filhas mulheres. Enquanto as mulheres trabalhavam em casa e na lavoura ajudando o pai e os irmãos, estes trabalhavam somente na lavoura e nas pastagens cuidando dos animais. Quando os homens chegavam em casa do trabalho, iam direto para o descanso e não ajudavam as mães, as esposas e as irmãs a preparar o almoço, o jantar, a lavar a louça e limpar a casa. O esposo e os filhos não ajudavam nos afazeres domésticos porque entendiam que o trabalho de limpar, lavar, passar e cozinhar era tarefa exclusivamente feminina.

O depoimento da descendente de italianos de 70 anos da comunidade de Sítio Alto confirma que na tradição familiar dos italianos a herança do lote rural não contemplava as mulheres, somente os homens:

Aqui vai ser dividido tudo igual, é uma vez as mulheres só ganhavam o enxoval, eu ganhei, mas depois me roubaram, quando meu pai faleceu me tiraram a terra, fizeram uma tramoia lá, o falecido meu pai fez um testamento em vida e não me deixou nada, isso foi ele que não quis deixar, hoje já mudou, é mais justo porque a mulher das vez trabalha mais que o homem, as mulheres de hoje fazem o serviço por cima em casa, das vez, pra ir na lavoura ajudar o marido ou os filhos, sei lá (Sítio Alto, 70 anos).<sup>307</sup>

Os casais tinham muitos filhos e estes não eram rejeitados pelos pais por dois motivos: a) eram vistos como bênção de Deus e b) serviam como mão de obra para a lavoura. As crianças e os jovens eram tratados como adultos, e deles se exigia o mesmo esforço nos trabalhos manuais da casa e da lavoura, porque existia muito trabalho a realizar e pouca mão de obra. Em tempo de plantio e colheita as mulheres tinham de deixar os afazeres domésticos para se dedicar somente à lavoura, pois a colheita precisava ser feita rapidamente, antes que começasse a chuva, para não deixar a palha e os grãos dos cereais apodrecerem.

Pela tradição familiar italiana as mulheres não tinham o costume de conservar o sobrenome da família de origem junto com o sobrenome do esposo, como acontecia em muitas famílias brasileiras. Por isso, os filhos recebiam o sobrenome de família apenas por

---

<sup>306</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. “**Mamma mia**”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 87.

<sup>307</sup> Cf.: Ibidem, p. 89.

parte de pai, e quando as mulheres casavam, trocavam o seu sobrenome herdado da família do pai apenas pelo sobrenome da família do esposo. Quando as mulheres se casavam, e iam morar com o esposo e o sogro na mesma casa, elas paravam de ajudar os pais para ajudar o esposo e o sogro nos trabalhos domésticos, na lavoura e no pastoreio dos animais. O casamento excluía a mulher da herança de sua família de origem – somente as mulheres solteiras recebiam herança dos pais, mas apenas quando estes faleciam.

Quando os homens se casavam recebiam de herança um lote rural ou uma parte da propriedade da família dos pais, mas as mulheres recebiam apenas o dote<sup>308</sup>, composto em geral por máquina de costura, roupas de cama, de banho e algumas panelas para a cozinha. Os filhos dos imigrantes só podiam se casar quando tivessem o mínimo para viver sozinhos: os rapazes tinham de possuir terra, móveis e ferramentas, e as moças, louças, roupas de cama e toalhas. As mulheres descendentes de imigrantes que casavam com pessoas de outros grupos que não tinham o mesmo costume, mesmo que a família tivesse posses, também não ganhava um lote de terra para trabalhar com o esposo se ele não tivesse terra.

A participação das mulheres nos deslocamentos e na ocupação dos espaços da colônia foi essencial para o êxito da imigração. Junto com o esposo e os filhos, também foram responsáveis pela construção das casas, das estradas, das pontes e pelo trabalho da casa e da lavoura, que garantiram o desenvolvimento econômico, social e religioso de Silveira Martins. As mulheres não só ajudaram os homens a ocupar e a construir a colônia, elas integraram o projeto de colonização, sendo efetivamente responsáveis pelo sucesso do empreendimento tanto quanto os homens.

### 2.3 TRABALHO E AGRICULTURA

Na primeira fase da colonização, a agricultura colonial se desenvolveu a partir da pequena propriedade e do trabalho familiar voltado para a subsistência, somente mais tarde, na segunda fase, foi que a produção agrícola começou a se diversificar e aumentar. “A partir de 1890, uma segunda fase aconteceu na própria colônia: começou uma dinâmica de policultura ligada ao milho e ao suíno, acrescida do trigo, feijão, mandioca, vinho e derivados

---

<sup>308</sup> Na Itália o dote é a herança que as mulheres recebem dos pais ou da família antes de se casarem para que possam se casar com homens mais ricos, já nas colônias italianas do Sul do Brasil o dote é o mínimo que as mulheres precisam ter para se casar objetivando apenas a sobrevivência. BRETTELL, Caroline B. Patrimônio, parentela e ruolo dei sessi. Uma prospettiva mediterrânea. In: KERTZER, David; SALLER, Richard P. (Ed.). **La familia in Italia: dall'antichità al XX secolo**. Firenze: Le Lettere, 1995, p. 382.

do leite.”<sup>309</sup> O aumento e a diversificação da produção agrícola geraram excedente para abastecer o mercado consumidor das cidades vizinhas, principalmente Santa Maria e Porto Alegre. Com o dinheiro da venda dos cereais, da carne, do vinho, da cachaça e do açúcar os colonos compravam tecido, botas, querosene, sal, café, ferramentas, pregos, arames e outros produtos industrializados.

A principal profissão dos imigrantes italianos que vieram para o Rio Grande do Sul era a de agricultor, em segundo lugar vinham os comerciantes, seguidos de profissionais liberais como professores, médicos, ferreiros, carpinteiros, sapateiros e artesãos. Em Silveira Martins foram loteadas as terras montanhosas e de várzea desprezadas pelos nacionais e impróprias para a criação de gado, mas férteis para a produção de cereais e a criação de pequenos animais como ovelhas e cabras. As pastagens eram formadas ao redor das casas, galpões e estrebarias para que os animais ficassem próximos de seus donos e pudessem ser melhor alimentados e cuidados contra acidentes e ataques de cobras e onças. Alguns imigrantes faziam a estrebaria junto ou dentro da própria casa para poder cuidar das vacas à noite. As primeiras lavouras foram feitas em terrenos mais planos e livres de lajes e pedras para facilitar o plantio e a colheita.

Dos imigrantes que vieram para o Brasil, 95% foram trabalhar nos lotes de terra coloniais: “De fato, a característica essencial da imigração no sul do Brasil foi seu destino profissional praticamente unívoco: embora não faltassem indivíduos que, não tendo direito à terra, exerciam atividades artesanais, 95% se dedicavam à agricultura.”<sup>310</sup> No Rio Grande do Sul, os imigrantes italianos se instalaram com toda a família em pequenas propriedades rurais, onde desenvolveram uma agricultura baseada na mão de obra familiar.

No Brasil o latifúndio e a pequena propriedade não chegaram a concorrer entre si, haja vista que o latifúndio ficou com as terras planas, mais favoráveis tanto para a pecuária quanto para a agricultura, ao passo que a pequena propriedade, com as terras montanhosas nas mesmas regiões. Devido à coexistência da monocultura com a policultura a implantação da pequena propriedade não pôs fim ao latifúndio, mas complementou sua produção de carne e cana-de-açúcar com cereais. A implantação da pequena propriedade teve por objetivo garantir a autonomia do lote rural e a mão de obra livre para aumentar a produção agrícola, o comércio e a arrecadação de impostos.

---

<sup>309</sup> TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo:** a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 30.

<sup>310</sup> TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico:** um século de imigração italiana. Tradução de Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano di Cultura di San Paolo, Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988, p. 97.

A colônia (pequena propriedade) é concebida como um microcosmo autosuficiente na visão dos imigrantes e seus descendentes. Na realidade, trata-se de uma auto-suficiência aparente, pois desde o início estes camponeses estão submetidos às leis de mercado, dependem de atividades externas à comunidade, sejam elas econômicas ou não.<sup>311</sup>

Os imigrantes seguiam o tempo natural formado pelas estações do ano, os meses e os dias para plantar e colher, e o tempo sobrenatural, caracterizado pelos dias santos com missas, terços, novenas e missões. Os imigrantes viviam e trabalhavam conforme as estações do ano e as condições climáticas, e todos os anos se repetiam os mesmos períodos e atividades para plantar, cultivar, colher e descansar. Os imigrantes também se orientavam pelo calendário religioso e não trabalhavam nos dias santos, reservados para a oração. O tempo<sup>312</sup> dos imigrantes seguia o calendário solar durante o dia e o lunar à noite, pois havia os melhores dias de sol para plantar e as melhores luas para podar as plantas e colher: “Uma função essencial do calendário é a de ritmar a dialética do trabalho e do tempo livre, o entrecruzamento dos dois tempos: o tempo regular, mas linear do trabalho, mais sensível às mudanças históricas, e o tempo cíclico da festa, mais tradicional, mas permeável às mudanças da história.”<sup>313</sup> Por isso, durante a semana os imigrantes se dedicavam ao trabalho no campo, e nos finais de semana se dedicavam às orações na capela, com suas devoções aos santos e festas religiosas.

Nos primeiros anos da chegada dos imigrantes em seus lotes rurais, a produção era apenas para consumo próprio. Somente mais tarde, com a derrubada de quase toda a mata do lote rural para o plantio e a formação de pastagens, foi que os imigrantes começaram a produzir em larga escala para o comércio regional e estadual. Com o aumento da produção, o excedente passou a ser vendido para os comércios de Santa Maria e Porto Alegre, que compravam trigo, feijão, milho, batata, banha, salame, queijo, vinho e vinagre dos colonos e lhes vendiam máquinas e ferramentas para trabalhar a terra.

O sacerdote católico Pe. Pio Busanello, que escreveu o primeiro livro sobre a história das famílias italianas da Quarta Colônia, descreveu os cereais que foram plantados no início da colonização:

<sup>311</sup> SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990, p. 25.

<sup>312</sup> Varine define o tempo social como “a parte da vida que é consagrada a uma atividade de ordem comunitária, onde o interesse pessoal, material, físico ou moral não é nem predominante nem determinante.” VARINE, Hugues de. **O tempo social: o desenvolvimento comunitário de todos é do interesse de cada um**. Rio de Janeiro: Eça, 1987, p. 66.

<sup>313</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão (et al.). 4ª. ed. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 519.

As principais produções de Nova Treviso são as seguintes: fumo, milho, feijão, banha, trigo, etc. Outra coisa não aprenderam a cultivar. Nos últimos anos, quando as terras começaram a cansar e não havia mais mato para “roças novas”, descobriram que o terreno que servia de potreiro, se prestava otimamente para o cultivo do fumo.<sup>314</sup>

Em 1882<sup>315</sup> a produção de milho foi de 43.104 sacas, a de feijão 7.247, a de arroz 6.612, a de trigo 5.530, a de aveia 790, a de cevada 395 e a de centeio 726 sacas; a produção de fumo foi de 2.004 kg e do vinho de 456 pipas de 480 litros. Corte (1884)<sup>316</sup> relatou que a safra de 1883 produziu 20.000 sacas de trigo, 10.000 de aveia, 26.666 de feijão, 53.333 de milho, 3.333 de arroz e 1.000 sacas de cevada e 6.041 pipas. Segundo Carvalho<sup>317</sup>, no ano de 1885 a colônia produziu 45.263 sacas de milho, 7.680 de feijão, 6.992 de arroz, 5.870 de trigo, 840 de aveia, 455 de cevada e 768 de centeio. De 1882 a 1885 houve um crescimento progressivo da produção de cereais. Outro dado que pode ser observado é a grande variedade de cereais plantados: milho, trigo, feijão, arroz, aveia, cevada e centeio, e ainda, fumo e vinho.

O trabalho no campo era intenso e exaustivo, causando muito apetite, por isso se consumia grande quantidade de alimentos para fortalecer o corpo: carne, queijo, pão, ovos, polenta, feijão e arroz. Bolzan destaca que a polenta era o alimento que mais dava energia para o trabalho pesado, também ressalta que o pão costumava ser muito consumido por ser um item tradicional da cultura italiana:

Os bons produtos da terra devem ser exaltados, mesmo não sendo fonte de renda em dinheiro vivo. O trigo talvez, fosse um dos mais sagrados e muito contribuía no nosso sustento diário. Embora a polenta fosse mais útil e necessária para repor energias, o pão, além de nobre, era delicado e merecedor de muito respeito. [...] Em todas as casas onde moramos possuíamos um forno de tijolos, sob um pequeno coberto. Enquanto o pão fermentava era esquentado o forno.<sup>318</sup>

---

<sup>314</sup> BUSANELLO, Pio José. **A história de nossa gente**: a primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial - RS. 2ª. ed. Santa Maria: Pallotti, 1999, p. 104.

<sup>315</sup> Cf.: SAQUET, Marcos Aurelio. **Os tempos e os território da colonização italiana**. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2001, p. 93.

<sup>316</sup> CORTE, Pasquale. **Le colonie agricole italiane della Provincia di Rio Grande del Sud del Brasile all'esposizione nazionale di Torino**. Montevideo: Nación, 1884.

<sup>317</sup> CARVALHO, Manoel Maria de. Relatório apresentado ao Império. Rio de Janeiro, 1886, p. 21-2; 10; 1; 12; 14; 19; 21.

<sup>318</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 192.

Os alimentos eram preparados pelas mães e pelas irmãs mais velhas, que ajudavam a fazer a polenta dentro de uma panela de ferro que ficava presa por uma corrente ao teto da cozinha. Para preparar a polenta se colocava água e sal, acrescentava-se a farinha de milho, depois bastava mexer com a *mescola*, uma espécie de pá de madeira. Quando a polenta estava pronta, era derramada sobre o *panaro* (uma tábua de madeira redonda) e, quando esfriava, era cortada em fatias com uma linha. Conforme relato do Sr. B. D. de 82 anos feito em 2014 em Vale Vêneto, a polenta era o principal alimento dos imigrantes e seus descendentes:

A polenta não podia faltar na mesa. As famílias eram numerosas, era o alimento que se tinha, consumida todos os dias, porque ela tinha bastante sustância, comida forte e se comia no lugar do pão, porque pão não tinha todos os dias, apenas era preparado em fins de semana ou durante a safra do trigo. Se fazia uma polenta de manhã e outra de noite. Está comida, garantia o sustento da família e força para o trabalho na roça.<sup>319</sup>



Imagem 11 - Comemoração de Bodas de Ouro de João Bolzan e Genoveva Paganin em 1968.<sup>320</sup>

<sup>319</sup> VIZZOTTO, Jacinta Maria Pivetta. **História de fé e trabalho:** bens culturais de Vale Vêneto. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2014, p. 186.

<sup>320</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

Na fotografia da família Bolzan, feita por ocasião das Bodas de Ouro de João Bolzan e Genoveva Paganin, no ano de 1968, é mostrado um dos ramos da família, abarcando vários membros de três gerações. O casal de avós se encontra no centro da foto, sentados, atrás estão os filhos e na frente, ao lado dos avós, estão os netos. Os homens mais velhos estão usando terno e as mulheres e as meninas, saia. As melhores roupas eram usadas apenas aos domingos, para participar do culto, ir à vila ou assistir a casamentos; durante a semana, as roupas utilizadas no trabalho eram rústicas – e, quando rasgavam, não eram trocadas, apenas remendadas.

Os imigrantes dormiam e levantavam cedo para conseguirem realizar todas as tarefas diárias. Bolzan rememora que no lote de seu pai se levantava de madrugada e, ao despertar da aurora, iniciava-se a labuta diária na lavoura. O café era tomado na própria lavoura, para não atrasar o trabalho,

[...] muitas vezes, por ele mesmo preparado, ou levado por nós, quando íamos trabalhar no mesmo local. Com raras exceções, o desjejum constituía-se de polenta *brostolada*, fritada de ovos com salame (*fortaglia*) e uma garrafa de café preto. Quando a lavoura se situava perto, almoçava em casa, do contrário, só regressava noite a dentro. Se o almoço acontecia na lavoura, um de nós o levava. Dificilmente era farto, mas nunca faltava o arroz, feijão e radicci. Ali trabalhávamos, sofriamos continuamente, mas em troca, a terra nos devolvia alegres recompensas. [...] Para cada estação do ano havia uma escala de prioridades, nas quais se plantavam as culturas da época.<sup>321</sup>

O descendente de italianos Nelson Bolzan narra como foi a sua infância de trabalho na colônia com ferramentas e técnicas rudimentares de plantio, cultivo e colheita:

Nada era mecanizado e o produto devia ser colhido de forma braçal. Com a foicinha na mão, diariamente dirigia-se para a lavoura. A ceifa prolongava-se de vinte a trinta dias, conforme o tamanho da lavoura. Não havia costas que agüentasse o andar, dias após dias, em posição curvada. [...] Nós, crianças, principalmente em Linha Duas onde possuíamos uma pequena lavoura de arroz, ajudávamos a recolher os feixes que eram expostos ao sol para secar.<sup>322</sup>

---

<sup>321</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 186.

<sup>322</sup> Ibidem, p. 191.

Bolzan destaca que o trabalho na colheita do arroz era manual e penoso porque feito à mão. O mesmo trabalho de colheita se prolongava por vários dias, já que a ceifa durava de 20 a 30 dias, conforme o tamanho da lavoura. Ressalta ainda que o serviço pesado e difícil, feito por um tempo bastante prolongado, dava muita dor no corpo das crianças, que ainda não tinham uma estrutura óssea e muscular completamente formada. O trabalho pesado realizado pelas crianças curvava sua coluna e deformava os dedos das mãos e dos pés.

Devido à sinuosidade do terreno e a obstáculos como árvores, tocos, troncos, galhos e pedras, o plantio dos cereais só podia ser feito manualmente ou com ajuda de animais. O memorialista Nelson Bolzan explica como os obstáculos do terreno eram vencidos para o plantio do milho:

Preparava-se a terra com carinho, derrubava-se a capoeira das encostas, ou lavravam-se as planuras. A semente de milho provinha de nosso próprio galpão e era buscada entre as melhores espigas. Geralmente quem desempenhava o papel de plantar era nosso pai. Se a roça se situava na encosta, usava o *saraquá*, mas se na planície, usava-se máquina manual. A semente acompanhava o plantador numa sacola de pano, pendurada à tiracolo. Com a mão direita acionava o *saraquá*, com a esquerda separava os grãos na sacola e os jogava na cova. Os pés ajudavam cobrir a cova. Quando plantados com máquina, o espaço entre um pé e outro era igual ao passo de uma pessoa.<sup>323</sup>

Nos primeiros anos da ocupação dos lotes, depois da derrubada da mata, o trabalho era feito manualmente porque sempre permaneciam muitos tocos, troncos e raízes de árvores em meio ao roçado, os quais impediam que a terra fosse lavrada. O uso do *saraquá*, de origem indígena, que era uma vara pontiaguda, permitia que os imigrantes vencessem os restos de vegetação que sobravam no roçado depois que as árvores eram cortadas e queimadas. A técnica consistia em fazer um furo na terra com o *saraquá*, no qual as sementes eram jogadas; depois, tapava-se o buraco com o pé. Uma vez arrancados os cereais, ou cortados com uma foicinha, a palha era amontoada e debulhada com o *manguá*, feito com duas varas ligadas entre si por uma tira de couro, com o qual batia-se sobre a palha e as vagens para debulhar os grãos. A vara menor era usada para segurar na mão, e a vara maior, para bater nas vagens e debulhar os grãos, que caíam no chão batido. Os principais cereais debulhados com o *manguá* eram feijão, soja, trigo e aveia.

---

<sup>323</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 195.

Conforme os anos passaram, o terreno foi sendo limpo e as técnicas de plantio também foram evoluindo. O arado tracionado por bois passou a ser usado para fazer as vergas, o disco para cortar os torrões de terra e a *grapa* para gradear a terra e cobrir as sementes. Depois que a vegetação do terreno foi toda devastada, também foi preciso construir taipas de pedra no meio da lavoura para evitar a erosão da terra sem matéria orgânica nos períodos de chuva.

O preparo da terra realizava-se, primeiramente, através do arado, e posteriormente, pelo disco. Toda a lavoura era tombada com arado de bois. Dia após dia, seguindo o ziguezague das taipas, o serviço avançava. A tarefa de fazer a taipa era executado de maneira braçal e com pá de corte. [...] Esta atividade demorava meses para ser realizada. Seguia-se a discagem da terra. Duas ou mais juntas de boi puxavam o disco para esmiuçar os torrões de terra. A semeadura era feita com a mão e passada a grapa para soterrá-la.<sup>324</sup>

Bolzan explica que o plantio era feito durante o ano todo em sistema de rodízio. As culturas tradicionais de verão eram feijão, milho, arroz, batata e fumo, e as culturas de inverno eram trigo, cevada, aveia e vários tipos de pastagem. As ervas daninhas que nasciam na lavoura em meio à plantação eram arrancadas com a enxada ou com a mão. Parte da produção era vendida para pagar os gastos feitos nas casas comerciais, parte era estocada em galpões e paióis para vender na entressafra, quando o valor dos cereais aumentava, e a outra parte era guardada em tuias para alimentar a família e também os animais, uma vez que durante o ano era possível colher apenas duas safras. Na entressafra os imigrantes trabalhavam fazendo casas, galpões e chiqueiros em mutirão.

Diferentemente de outros empreendimentos regulares, na agricultura os períodos de plantio e colheita são breves e variáveis, pois o preparo do solo e o plantio dependem de condições climáticas adequadas. O arroz era o cereal que mais precisava de água para produzir, por isso era plantado em várzeas represadas, assim se podia irrigar mais facilmente durante o verão. Os italianos faziam risoto com arroz e carne de frango no domingo para alimentar a família. Marcuzzo descreve a importância do cultivo do arroz para manter as tradições culinárias trazidas da Itália:

---

<sup>324</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 190.

O arroz, primeiro produto cultivado pelos primeiros imigrantes de Vale Veronês, continua ainda hoje, cultivado com o mesmo amor e carinho, como alimentação básica do povo. A tradição de um bom risoto faz parte das grandes festas italianas. Nos costumes e tradições queremos homenagear os ancestrais e todas as gerações daquela localidade.<sup>325</sup>

Na época do plantio e da colheita as famílias de imigrantes trocavam entre si dias de serviço em mutirão para terminar o trabalho o mais rápido possível, antes que começasse a chuva. O período de plantio era curto, só durava enquanto a terra permanecesse com umidade suficiente para germinar a semente, e iniciava-se no terceiro dia depois que a última chuva cessasse. A colheita também precisava ser realizada rapidamente, antes que começasse o período chuvoso, para que a palha permanecesse seca e fosse possível debulhar os grãos. Porém, algumas vezes, a produção era parcial ou totalmente perdida devido às secas e às chuvaradas.

Mas, às vezes, acontecia o inevitável: estiagem prolongada, fortes ventos e chuva de granizo. Este último prejudicava principalmente os fumais e parreirais. A lavoura ficava totalmente destruída. A única solução era replantá-la, se mudas existisse, ou aguardar os novos brotos, que surgiam com folhas bem menores em relação à primitiva. [...] Sofríamos sem ter a quem reclamar ou pedir indenização. Mas o espírito era sempre o mesmo, até a hora da morte: lastimar um pouco e depois reassumir os afazeres e trabalhar muito e sempre.<sup>326</sup>

---

<sup>325</sup> MARCUZZO, Clementino. **Centenário de Vale Veronês**: epopéia da imigração italiana de Vale Veronês, com seus costumes e tradições. Santa Maria: Pallotti, 1982, p. 151.

<sup>326</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 199.



Imagem 12 - Interior da colônia de Silveira Martins, município de Dona Francisca, RS.<sup>327</sup>

Na fotografia pode-se ver o horizonte do interior da antiga colônia de Silveira Martins, a partir do município de Dona Francisca, RS. No centro da imagem está o Rio Soturno e as suas margens, nas várzeas, podemos observar as lavouras preparadas para receber o plantio de arroz. Mais ao fundo aparecem as montanhas parcialmente cobertas com matas nativas. O relevo, os rios e os córregos da colônia são diversificados porque seu território abrange uma vasta região composta por montanhas, planícies e várzeas. Ainda não existiam lavouras na colônia à época da chegada dos primeiros imigrantes, apenas matas por derrubar e algumas fazendas de gado nas planícies do seu entorno.

Bolzan rememora que algumas vezes o clima era severo com o fumo, trazendo prejuízos para a plantação com estiagens, ventos, chuvas e granizo. Quando o clima estragava a cultura do fumo, ele tinha de ser replantado, gerando mais trabalho e custos de produção e, portanto, diminuindo os lucros na venda. Na época, não havia adubação química, apenas adubação orgânica feita com troncos, raízes, galhos, folhas, palha e esterco de animais. Bolzan ainda ressalta que, para obter uma produção melhor, era necessário escolher as melhores terras, que geralmente ficavam nas planícies e várzeas dos rios.

---

<sup>327</sup> Foto de 27 de outubro de 2010. Fonte: Plano Comunicação - Santa Maria, RS.

O desenvolvimento da agricultura na colônia dependia da construção de estradas e sua conservação. Por isso, para administrar a colônia, o governo instituiu uma comissão de melhoramentos de infraestrutura, que também deveria cobrar uma taxa para a manutenção das estradas e a construção de pontes. A lei sobre a cobrança de impostos do município de Santa Maria estabelecia que todos os que possuíam lotes rurais ou urbanos deveriam pagar a quantia anual de seis mil réis, contudo, os moradores de Vale Vêneto não queriam pagar impostos para Santa Maria, uma vez que não se sentiam atendidos pela câmara de vereadores da cidade.

Em carta de 10 de junho de 1885 enviada ao Presidente da Província, a Câmara Municipal de Santa Maria relatava que os imigrantes se recusavam a pagar o imposto territorial:

[Eles] continuam negando-se ao pagamento desses impostos, insuflados ao desrespeito da lei pelo fanático colono Paolo Bortoluzzi. Essa rebeldia, Exmo Sr. tem produzido funestos resultados, sendo consequência do estado péssimo em que hoje se acham as estradas tanto geral como internas da mesma ex-colônia [Silveira Martins]. A comissão de membros para os melhoramentos materiais da referida ex-colônia, foi eleita, tendo procedido às eleições [da Comissão de melhoramentos de infraestrutura] e as formalidades da lei, razão pela qual essa Câmara não acha de justiça fazer-se uma nova eleição para satisfazer a vontade caprichosa dos colonos revoltosos.<sup>328</sup>

Devido à falta de representantes dos imigrantes de Silveira Martins na referida comissão, eles queriam que uma nova eleição fosse realizada incluindo membros da colônia, pois o pleito efetuado pela Câmara de Santa Maria envolvera apenas portugueses e alemães. Pela carta observa-se que os colonos não estavam se negando a pagar os impostos, mas sim requerendo que suas necessidades fossem contempladas, como a inclusão de imigrantes italianos no debate sobre os melhoramentos das estradas de Silveira Martins. Para abrir e conservar as estradas eram necessários grandes grupos de trabalhadores munidos de machados e serrotes para derrubar as árvores, picaretas para abrir as sarjetas, pás para tapar os buracos e marretas para quebrar as pedras encontradas no meio do caminho.

---

<sup>328</sup> Carta da Câmara Municipal de Santa Maria ao presidente da província de 10 de junho de 1885. Assinaram o documento: Júlio Gomes Porto, Frederico Krebs Sobrinho, Basílio Francisco de Queiros, Frederico Guilherme Niederauer, José Carlos Krueh. Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153 (correspondência expedida). Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A política institucional da colônia foi determinada pelos subintendentes<sup>329</sup> de Silveira Martins de origem germânica e portuguesa, os quais, por sua vez, eram nomeados pelos intendentes do município de Santa Maria. “A maioria dos subintendentes não eram representantes da sociedade colonial e tinham, em geral, ascendência luso-brasileira. Eles eram, em sua maioria, autoritários e intimidavam os colonos, os quais, por receio de represálias, davam-lhes produtos agrícolas.”<sup>330</sup> Porém, quando os subintendentes municipais e os párocos queriam implantar alguma nova lei ou prática que prejudicasse o trabalho dos colonos em seus lotes de terra ou a venda de seus produtos agropecuários, eles lutavam e resistiam para que a nova norma não fosse implantada.

Apesar das admoestações da Câmara de Santa Maria aos imigrantes, o impasse sobre a cobrança do imposto e sua destinação não se resolveu e Jacó Della Mea, chefe da comissão<sup>331</sup> de melhoramentos materiais da ex-colônia Silveira Martins, escreveu uma carta para a Câmara de Santa Maria alertando sobre a possibilidade de os imigrantes se recusarem a pagar o imposto territorial do exercício de 1885:

Desconfio que não seja aceito este meu parecer, pois há [em Vale Vêneto] toda idéia de independência, querendo ser aquele lugar uma Freguesia, ou talvez mesmo um estado [independente do Brasil]. Julgo convincente comunicar o ocorrido a V. S., pois prevejo dificuldades quando se tiver de proceder à cobrança do imposto do corrente ano.<sup>332</sup>

---

<sup>329</sup> “Observando a relação de subintendentes do Núcleo Norte, somente em 1939 é que constam descendentes de italianos: dos 9 inspetores, três (33%) são descendentes de italianos. Conforme os dados apresentados por Costa (1991), dos 28 subintendentes do Distrito de Núcleo Norte, entre 1896 e 1947, apenas 4 eram descendentes de italianos (14%). No Núcleo Soturno, dos 8 inspetores em 1939, seis (75%) eram descendentes de italianos, diferentemente de 1923 quando nenhum dos 2 subintendentes do Núcleo Norte e dos 2 de Soturno estavam nessa situação, o que justifica, pelo menos em parte, o abandono dos referidos territórios até a década de 1930, porque a classe hegemônica de Júlio de Castilhos era consubstanciada por latifundiários e militares.” SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia de Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003, p. 178.

<sup>330</sup> MARIN, Jérri Roberto. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-Colônia de Silveira Martins. **Imaginário**. São Paulo, v. 13, n. 14, 2007, p. 174.

<sup>331</sup> A comissão de melhoramentos da ex-Colônia Silveira Martins era responsável pela arrecadação dos impostos coloniais para abrir e conservar as estradas públicas. Em 1884 a comissão era composta por cinco pessoas: Jacó Della Mea (presidente), Carlo Maffini (vice-presidente), Paulo Bortoluzzi (1<sup>a</sup> secretário), Francisco Sartori (2<sup>a</sup> secretário), Celeste Sulioni (tesoureiro). Fundo Câmara Municipal 1868-1893, Caixa 1, v. 4, folha 12. Acervo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

<sup>332</sup> Carta do chefe da comissão de melhoramentos materiais da ex-colônia Silveira Martins, Jacó Della Mea, ao presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, Júlio Gomes Porto, de 25 de fevereiro de 1885. Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153 (correspondência expedida). Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Della Mea temia que os imigrantes quisessem se desmembrar de Santa Maria para criar um novo município em Vale Vêneto, ou até mesmo um novo país. A preocupação de Della Mea era exagerada, pois os imigrantes queriam apenas participar da administração da colônia, organizar a cobrança de impostos e aplicar todo o imposto arrecadado na abertura e manutenção das estradas locais. A ameaça de sonegar o imposto sobre os lotes foi uma tática de resistência dos colonos para convencer as autoridades de que elas também deveriam respeitar seus interesses. Mais tarde, muitos agricultores que conseguiram prosperar na agricultura também se tornaram comerciantes na sede e nas vilas do interior da colônia.

Os imigrantes souberam negociar com as autoridades a melhoria das estradas para acessar os lotes rurais e escoar a sua produção, bem como o transporte de mercadorias industrializadas que era feito em carros de bois entre a sede de Silveira Martins, a Estação Camobi e Santa Maria. Se por um lado os imigrantes se dispuseram a enfrentar os obstáculos da ocupação da colônia para derrubar a mata e produzir alimentos para os centros maiores, por outro lado, também reivindicaram um esforço maior das autoridades para ajudá-los a transportar a sua produção agrícola.

## 2.4 TRABALHO E COMÉRCIO

Nos primeiros anos de fundação e ocupação da colônia, o comércio de produtos agrícolas e industrializados foi incipiente<sup>333</sup>, limitando-se à venda de algumas sacas de cereais e à compra de tecido, sal, açúcar e querosene. Somente em meados da década de 1890, depois de derrubada parte da mata, foi que se começou a produzir para o comércio em maior escala. Nessa época houve muitos problemas de ordem econômica, porque os comerciantes não tinham dinheiro para estocar mercadorias e os colonos compravam a prazo para pagar na colheita.

---

<sup>333</sup> “No 4.º ano, alguns colonos italianos começaram a exportar gêneros para Santa Maria, onde os poucos negociantes d’aquella época, devido ao limitado consumo, não compravam mais de 1 sacco de feijão e 1 de milho. O milho vendia-se a 2\$000 o sacco, o feijão a 3\$000 e o arroz, com casca, também a 3\$000.” ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins –1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 72.

O comércio se realizava em sua maioria nas bodegas<sup>334</sup>, concentradas na sede da colônia e nas Sociedades da Capela, que, com o passar do tempo, também se tornaram centros para a compra de produtos agropecuários. Mais do que um local de comércio, a bodega também servia de ponto de referência para os imigrantes receberem notícias da Itália e da colônia, bem como para se encontrarem para fazer negócios e reuniões políticas. “Se a capela era importante na vida do imigrante, a venda não perdia em significação, pois além do aspecto econômico, ela era ‘uma espécie de parlamento rural, onde os colonos discutiam tudo o que acontecia na sociedade local e na vida política’.”<sup>335</sup> Por isso o comerciante se tornou um dos principais líderes da comunidade, junto com o padre, capaz de exercer poder de liderança sobre os colonos.

O memorialista Severino Bellinaso<sup>336</sup> lembra que o surgimento das carretas e dos carreteiros foi muito festejado pela população. Os colonos saíam de suas casas para ver as carretas passarem na estrada carregando milho, trigo, feijão, batata, porcos e erva-mate para Santa Maria, e voltarem trazendo açúcar, sal, querosene e tecidos. No verão as carretas andavam sem parar, mas no inverno, na temporada das chuvas, as estradas ficavam intransitáveis devido à lama e aos atoleiros, obrigando os carroceiros a pararem por vários dias.

O comércio na colônia surgiu em torno das capelas que foram o motor do desenvolvimento econômico e do aparecimento das bodegas no interior da colônia:

Ao redor dela surgiu a bodega (esta, muitas vezes, a precedeu), o salão de festas, a cancha de bocha, o cemitério e, quando foi o caso, também a escola. Mais tarde, mudando-se os costumes, providenciou-se igualmente uma cancha de futebol. O grande dia local era o do santo padroeiro, comemorado com uma novena ou tríduo de cerimônias religiosas e profanas, excluindo-se destas, quase sempre, o baile.<sup>337</sup>

Conforme Umberto Ancarani, as primeiras vendas da vila de Silveira Martins foram a de Carvalho Bastos e Vieira e a de Próspero Pippi. A partir de 1885, as famílias de José Aita e

---

<sup>334</sup> Bodega é um termo espanhol que significa o mesmo que venda, isto é, um pequeno estabelecimento comercial para a venda de gêneros alimentícios, ferramentas, remédios, tecidos e compra de produtos agrícolas e pecuários.

<sup>335</sup> SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986, p. 43.

<sup>336</sup> Cf.: BELLINASSO, Severino T. **Os heróis de Val de Buia**: a história dos imigrantes italianos que construíram a Quarta Colônia de Imigração Italiana de Silveira Martins. Santa Maria: Pallotti, 2000.

<sup>337</sup> DE BONI, Luiz Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hidelbrando (Org.). **RS: Imigração e Colonização**. 3ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 236.

Antônio Londero também abriram casas comerciais. Mais tarde surgiram outros empreendimentos: a marcenaria de Albino Zanchi, a alfaiataria de Giovanni De Gregori, a fábrica de cestos de vime de Cipriano Dal Rosso, a fábrica de cervejas de Benjamin Dellaméa, a ferraria de Augusto Socal, a carpintaria de Caetano Lorenzoni, o açougue e o descascador de arroz de Paolo Bortoluzzi.

Para suprir a falta de dinheiro na colônia, os imigrantes trocavam produtos agropecuários ou recebiam vales para gastar nas vendas. Os colonos trocavam trigo, arroz, feijão, uva e queijos por produtos industrializados como pregos, ferramentas, tecidos, arame, querosene, cordas e barbantes, e o governo e os comerciantes forneciam vales aos imigrantes para trocar por mercadorias até a colheita.

A maior parte das compras era feita com vales que um empregado da Diretoria entregava aos trabalhadores e seriam descontados então no dia do pagamento, que costumava realizar-se de três em três meses. Nesses dias, que em geral eram quatro ou cinco, antes de todos terem sido pagos, o lugarejo regurgitava de pessoas, todas contentes e, naquela ocasião, todos gastavam, jogando, comendo e bebendo sem se lembrar tanto de economia.<sup>338</sup>

Da chegada dos imigrantes, em 1878, até 1884 o transporte para a colônia e a comunicação eram realizados por barcos e carroças, e no interior da colônia o transporte era feito por mulas ou a pé. A construção da estrada de ferro de Porto Alegre a Santa Maria, finalizada em 1884, possibilitou o transporte de mais mercadorias e acelerou a comunicação entre a colônia e a capital Porto Alegre, pois o trem levava apenas um dia para ir de Porto Alegre a Estação Camobi. Em 1884 a sede de Silveira Martins já abrigava “dez casas de negócios, quatro tavernas, quatro sapatarias, duas padarias, duas hospedarias, duas carpintarias, duas cervejarias, um açougue, 16 moinhos e oito olarias.”<sup>339</sup> A existência de vários comércios, moinhos e olarias expressa o aumento da poluição na colônia e o acelerado processo de construção de casas e barracões.

Os principais centros de comércio para os moradores de Silveira Martins eram Santa Maria e Porto Alegre, devido à estrada de ferro construída próximo à colônia dos italianos.

---

<sup>338</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, p. 73.

<sup>339</sup> SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003, p. 58.

Segundo o Cônsul de Santa Maria, Umberto Ancarani<sup>340</sup>, nesse período os produtos agrícolas de Silveira Martins eram transportados em carretas puxadas por sete cavalos até Camobi, onde ficava a estação de trem, seguindo em sua maioria para as estações de Val de Serra, Arroio do Só e Santa Maria. Relata Ancarani que os agricultores vendiam trigo, milho, feijão, fumo, arroz, banha, couro e pelegos, e adquiriam produtos embutidos, conhecidos como secos e molhados, além de máquinas, ferramentas e roupas, vendidos na colônia por representantes comerciais vindos de Porto Alegre.



Imagem 13 - Estação de Trem de Camobi, a 20 km de Silveira Martins, construída em 1884.<sup>341</sup>

Os comerciantes italianos eram pessoas religiosas e de fé, mas isso não impedia que usassem da religião para promover os seus negócios na agricultura e no comércio. A primeira

---

<sup>340</sup> Cf.: ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins –1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990.

<sup>341</sup> Essa estação também é conhecida como Estação Colônia por ser a mais próxima de Silveira Martins. Fotografia de 2011. Cf.: FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Gaspar Silveira Martins e o Município “Silveira Martins”**: memória, identidade e patrimônio. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 27.

casa de comércio da colônia foi construída na Sociedade da Capela de Novo Treviso, pelo Sr. Paolo Bortoluzi. Ele comprava produtos agrícolas dos colonos e fornecia ferramentas para receber na safra, sem cobrança de juros, mas o empreendimento não prosperou no início por falta de capital, e os colonos passaram a ter de atravessar o Rio Jacuí para comprar do comerciante alemão José Müller.

Cada casa de comércio possuía em geral sua tropa de mulas, umas 15 a 20, que, todas as semana, saíam da Colônia carregadas com produtos coloniais: milho, trigo, feijão, batatas e outros gêneros e voltavam para lá levando açúcar, café, arroz, sal, ferramentas, tecidos, louças, quinquilharias, etc. e, dessa maneira, quase todas foram conquistando posição.<sup>342</sup>

Os comerciantes também se organizaram em pequenas cooperativas para vender produtos agrícolas e comprar produtos industrializado com melhores preços: “Em 1893 foi fundada uma sociedade pelos colonos, que era mais uma cooperativa de consumo e exportação. O primeiro presidente foi o Sr. Pelegrino Segatto, durante cuja gestão, o Sr. Próspero Pippi instalou também um estabelecimento comercial.”<sup>343</sup> Pippi manteve sua bodega sozinho por alguns anos na Vila de Novo Treviso, tentando se firmar no comércio, porém, como não conseguiu prosperar nesta localidade, mudou-se para a sede da colônia, onde abriu um novo estabelecimento comercial. Mais tarde, o estabelecimento comercial de Próspero Pippi em Silveira Martins foi comprado pela firma de Nicolau Rosso e Cia.

---

<sup>342</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, p. 74.

<sup>343</sup> BUSANELLO, Pio José. **A história de nossa gente**: a primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial - RS. 2ª. ed. Santa Maria: Pallotti, 1999, p. 105.



Imagem 14 - Sociedade da Capela de Novo Treviso, em 1912, de Silveira Martins, RS.<sup>344</sup>

A comunidade de Novo Treviso iniciou por volta de 1885, com a chegada da família Busanello. Novo Treviso pertencia ao Curato de Vale Vêneto e já em 1912 era possível ver várias construções. Do lado esquerdo da fotografia registrada em 1912, está a capela da Sociedade de Novo Treviso. Os sinais de progresso podem ser percebidos pela torre do campanário, a primeira da região da ex-colônia em alvenaria, pela casa canônica do lado direito da Igreja, na sequência está a casa de comércio de José Antoniazzi e o Colégio das Irmãs do Sagrado Coração de Maria. Por último, do lado esquerdo, na parte de baixo, estão o moinho de farinha de trigo e milho e a serraria de madeiras. Ao fundo, na parte de cima do registro fotográfico, aparece uma das partes montanhosas da colônia ainda coberta com árvores. A fotografia panorâmica teve por objetivo mostrar o desenvolvimento econômico do lugar, apresentando as suas várias edificações.

Em 1893 a Sociedade da Capela de Novo Treviso conseguiu o padre palotino Cornélio O'Connor para administrá-la. De nacionalidade inglesa, padre Cornélio O'Connor foi ordenado sacerdote palotino em 1892, depois imigrou para Silveira Martins onde trabalhou em Vale Vêneto como Diretor da Escola Apostólica da Diocese de Santa Maria e, por último, nas sociedades da capela de Novo Treviso e Dona Francisca. O imigrante Andrea Antoniazzi descreveu em suas memórias que o padre era um homem de cerca de 50 anos de idade e conquistou a todos porque era “bom e afável”, porém tinha o defeito de ser “um tanto fraco de

<sup>344</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

mente e extravagante em suas idéias, deu dor de cabeça aos seus superiores e ele mesmo sofreu.”<sup>345</sup> Para receber o padre, os imigrantes construíram a casa canônica e a equiparam com uma cama, mesa, cadeiras e panelas. Padre Cornélio também deu início a construção<sup>346</sup> da capela definitiva de Novo Treviso. Comprou 4 lotes do Governo para construir a capela e montou uma comissão de imigrantes para arrecadar o dinheiro necessário para a construção. Os escolhidos para construir a Igreja foram Luis Rosso, Luis Parzianello, Antônio Ruaro, Luis Sartori, Santo Vendruscolo, Inocente Pedron e Nicolau Rosso.

Quem guiava todas as idéias de progresso, neste lugar era Luiz Rosso de profissão pedreiro e com certa instrução e bastante inteligência. Sabia bem manejar a língua e conquistar a simpatia de quem com ele tratasse. Ele e o Paulo Bortoluzzi seu íntimo amigo, foram a alma de todas as iniciativas deste novo povoado.<sup>347</sup>

Embora os grupos de imigrantes compartilhassem profissões e tivessem condições financeiras semelhantes, alguns colonos se beneficiaram mais da imigração do que outros e se destacaram da maioria, como foi o caso de Paolo Bortoluzzi, homem versátil que criou vários empreendimentos tanto comerciais quanto religiosos, para atrair clientes para o seu comércio. Junto com outros imigrantes, fundou a Associação Devocional de São Francisco de Assis, construindo uma capela em Vale Vêneto, na qual foi introduzida a imagem do santo trazida da província de Treviso<sup>348</sup>. Construíram, então, uma capela de madeira, em honra a São Francisco, para os encontros dominicais e a reza do terço. No interior da capela colocaram a imagem do santo trazida da Itália. A família Bortoluzzi era devota de São Francisco porque na Itália ela fazia parte da Ordem Secular de São Francisco formada por leigos solteiros ou casados. O Santuário de São Francisco passou a atrair famílias que moravam próximo do local, porém ainda faltava um padre para celebrar missa na capela.

Os agricultores e comerciantes da Sociedade da Capela de Vale Vêneto, liderados pelo comerciante Paolo Bortoluzzi, arrecadaram dinheiro para enviar um representante à Itália com a missão de trazer padres para presidir as missas e ministrar os sacramentos: batismo, casamento, exéquias e bênçãos: “Em fins de 1879, Paolo Bortoluzzi recebeu a visita de Antônio Vernier, que se dizia enviado de uma companhia de navegação com a missão de

<sup>345</sup> Relatório sobre a história da Pia Sociedade das Missões, p. 19-20, Caixa 2, Missão Brasileira, AHPNSC.

<sup>346</sup> ANTONIAZZI, História de Novo Treviso, p. 31-3, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC.

<sup>347</sup> CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno I. 1941, p. 22. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>348</sup> Atualmente a estátua de madeira de São Francisco de Assis está no acervo do Museu de Vale Vêneto.

explorar as condições e obter informações sobre as terras, devendo retornar à Itália para informar o que havia no Brasil, antes de continuar o fluxo de emigração.”<sup>349</sup> Durante a visita Vernier se dispôs a voltar à Itália para trazer os padres. Os principais chefes de família se organizaram e realizaram uma coleta na comunidade de Vale Vêneto para pagar as passagens de dois padres da Itália até Silveira Martins. O objetivo dos imigrantes era trazer os padres para que a sua localidade pudesse se tornar paróquia e, futuramente, município, pois a vila que possuísse uma paróquia teria mais chances de se emancipar.

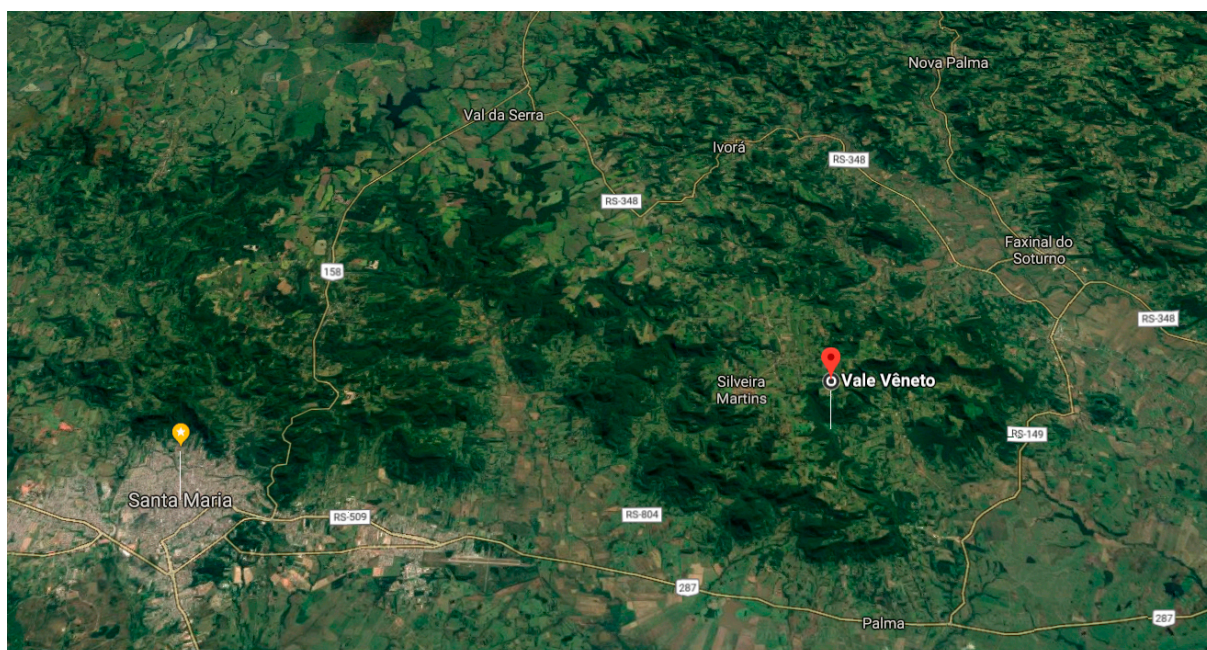


Imagem 15 – Mapa do relevo da região da Quarta Colônia Imperial.<sup>350</sup>

Em 1881, após três anos de negociações com os padres da Itália, Antonio Vernier conseguiu trazer para o Brasil os padres Antonio Sorio e Vitor Arnoffi, da Diocese de Belluno-Feltre. A presença de dois padres estáveis em Vale Vêneto tornaria a localidade apta a disputar com Silveira Martins a sede da colônia, porque favoreceria o aumento da população e o desenvolvimento econômico da vila. “Todos queriam ter um padre residente, padre *stabile*, pois sabiam que, com a vinda do sacerdote, a localidade progrediria.”<sup>351</sup> Para garantir a permanência dos padres na vila de Vale Vêneto, os italianos também construíram uma casa paroquial e ofereceram um salário para os padres. Em reunião dos fabriqueiros com os

<sup>349</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 22-23.

<sup>350</sup> Cf.: GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com/maps>>.

<sup>351</sup> MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: EST, 2001, p. 133.

sacerdotes, ficou estipulado que o dinheiro para pagar seu salário proviria da venda de produtos coloniais e do trabalho de construção da estrada de ferro para Santa Maria<sup>352</sup>.

Vernier, após três anos, conseguiu dois padres que se dispuseram a vir ao extremo sul do Brasil. Um deles era Antônio Sório, que costumava dizer que seguira a carreira eclesiástica para “agradar aos parentes” e naquele momento, achava-se sem paróquia. O outro era Vittore Arnoffi, um franciscano capuchinho que havia fugido do convento, por sentir serem as regras muito duras, e que teve a sua situação eclesiástica regularizada somente aqui no Brasil.<sup>353</sup>

Quando os padres chegaram a Porto Alegre foram enviados pelo bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira<sup>354</sup> a Vale Vêneto, dado que os moradores dessa localidade pagaram a viagem para os padres Arnoffi e Sorio. Entretanto, Silveira Martins também queria ficar com os dois padres na sede, o que gerou rivalidades entre as duas comunidades. A comunidade de Vale Vêneto não queria ser inferior à de Silveira Martins, por isso a insistência de Paolo Bortoluzzi para que os dois padres ficassem no local. Bortoluzzi argumentou com o bispo que Vale Vêneto teria o direito de ficar com os dois padres porque foram seus moradores que pagaram a viagem e as despesas dos padres da Itália para o Brasil, e os moradores de Silveira Martins não haviam contribuído com nada.

Embora sem saber falar português, Paolo Bortoluzzi tentou convencer o bispo de que somente os habitantes de Vale Vêneto mereciam ficar com os padres, visto que foram só eles que pagaram as passagens e as despesas dos sacerdotes. Já Próspero Pippi<sup>355</sup> defendia que os padres deveriam residir em Silveira Martins, porque nessa localidade estava a sede da colônia. Para apaziguar os ânimos, o bispo decidiu por bem que Arnoffi iria para Silveira Martins e Sorio, para Vale Vêneto<sup>356</sup>, resolvendo o problema temporariamente, porém deixando os dois grupos contrariados: os moradores de Silveira Martins por terem ficado só com um padre, e os moradores de Vale Vêneto por terem perdido o dinheiro investido no padre Arnoffi.

<sup>352</sup> Cf.: BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 27.

<sup>353</sup> VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 56.

<sup>354</sup> “Dom Sebastião Dias Laranjeira foi o segundo bispo do Rio Grande do Sul. Natural do interior do estado da Bahia foi ordenado bispo pelo Papa Pio IX no dia 7 de outubro de 1860. Tomou posse da diocese em 6 de fevereiro de 1861. Dirigiu a diocese por 27 anos, falecendo em 13 de 1888.” BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 2000, p. 132.

<sup>355</sup> BONFADA, op. cit., p. 27.

<sup>356</sup> Fabriqueiros da Comunidade de Vale Vêneto que aparecem nas cartas: Antonio Dotto (San Giuseppe-Treviso-TV), Luiz Pozzebon (Padernello-TV), Paolo Bortoluzzi (Francenigo, Piavon-TV) e José Marcuzzo (Oderzo-TV).

Vale Vêneto disputava o posto de sede da colônia com Silveira Martins porque estava situado a apenas 10 km e numa região mais plana. Porém, as rivalidades continuaram porque o bispo subordinou Vale Vêneto e padre Sorio a Silveira Martins, por ser a sede da colônia, desagradando todos os moradores de Vale Vêneto. E, posteriormente, a Lei Provincial n.º 1455 de 26 de abril de 1884 elevou Silveira Martins à condição de paróquia, tendo como padroeiro Santo Antônio, enquanto Vale Vêneto seria elevado à condição de curato apenas a 11 de dezembro de 1889, e se tornaria paróquia somente a 24 de fevereiro de 1911<sup>357</sup>. O padroeiro de Vale Vêneto é *Corpus Christi* e a paróquia abrange 13 Sociedades da Capela: Soturno (Nova Palma), Novo Treviso, Núcleo Norte (Ivorá), Colônia Ângelo (Agudo), Tabuão de Cachoeira (Paraíso do Sul), Cortado, Formoso, Trombudo, Arroio do Só, Rincão do Padilha, Restinga Seca, São Miguel e Rincão dos Mellos.

A chegada de Arnoffi despertou a atenção dos moradores de Silveira Martins, que viam na presença dos padres no Vale Vêneto um desprestígio e até mesmo certa ameaça, uma vez que os registros de batismo, óbito, casamento, bem como a administração do cemitério passariam a ser feitos pelos padres no Vale, levando-os a perder os privilégios de sede da colônia.<sup>358</sup>

O Cônsul italiano, Umberto Ancarani, de Santa Maria, relatou que as primeiras casas comerciais da vila de Silveira Martins foram as vendas de Próspero Pippi e Carvalho Bastos e Vieira, e a primeira casa comercial de Vale Vêneto foi a de Paolo Bortoluzzi. Os moradores de Silveira Martins e Vale Vêneto disputavam a posse dos padres não só por interesses religiosos, os comerciantes Paolo Bortoluzzi e Próspero Pippi visavam ainda interesses comerciais, uma vez que, quanto mais pessoas frequentassem a vila, mais vendas e lucros teriam os comerciantes.

Mais tarde, da Itália, Antonio Vernier também escreveria uma carta a Bortoluzzi datada de 04 de março de 1885, explicando que havia conseguido mais um padre da Pia Sociedade das Missões (Palotinos) para enviar a Silveira Martins:

Em 1º de fevereiro remeti-lhe uma carta, com a qual informava, com grande consolo, que a Sagrada Família tinha providenciado bons sacerdotes e que o Geral da Pia Sociedade das Missões mandou o seu procurador geral para definir com você as providências cabíveis. O

<sup>357</sup> MARCUZZO, Clementino. **Centenário das Irmãs e Fundação do Colégio de Vale Vêneto: 1892-1992**. Porto Alegre: Pallotti, 1992, p. 6.

<sup>358</sup> VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 56.

portador da presente é aquele D. Guglielmo Whitmee, que vem por ordem do seu Geral, dos Cardeais e até com o consentimento e a bênção do Santo Padre Leão XIII, para distribuí-la a todos vocês, depois de se haverem preparado. Tenho certeza que você não deixará de ir recepcioná-lo, em Cachoeira, conforme lhe escrevi. Deveriam ter partido também os outros dois sacerdotes, que iriam como definitivos. Mas não consegui o dinheiro para a viagem dos três. Alegre-se, porém, por ter eu conseguido combinar tudo para a viagem deste. Eu pessoalmente me empenhei para fazê-lo chegar, na confiança de que você não deixará, segundo promessas suas, de livrar-me quanto antes de tantas dívidas, feitas para atendê-lo. Abra, portanto, o seu coração, pois, com a graça de Deus, está em definitivo provido com bons sacerdotes, desde que saiba valorizá-los, correspondendo aos santos objetivos deste Missionário Apostólico.<sup>359</sup>

A ida dos padres italianos para Vale Vêneto impulsionou o crescimento econômico e social da localidade: “Com isso Vale Vêneto torna-se o centro religioso da Colônia e, também, o centro cultural e educativo da região até a metade do século XX.”<sup>360</sup> Descontente com a perda de clientes que se deslocavam de Silveira Martins para assistir à missa em Vale Vêneto, Prospero Pippi, liderando um grupo de silveirenses, foi até Porto Alegre novamente para participar de uma audiência com o bispo Dom Sebastião Laranjeiras com o objetivo de reivindicar a permanência dos dois padres em Silveira Martins. Na audiência com o bispo em Porto Alegre, Paolo Bortoluzzi e Próspero Pippi, junto com alguns fabriqueiros, disputaram a posse dos padres Antônio Sorio e Vitor Arnoffi<sup>361</sup>, alegando os respectivos motivos para os sacerdotes residirem em seu núcleo colonial. A audiência não surtiu resultado e tudo permaneceu como estava.

Depois de três anos residindo em Vale Vêneto, Antonio Sorio decidiu deixar a comunidade para morar em Silveira Martins, causando descontentamento nas lideranças locais, principalmente em Paolo Bortoluzzi, por ter perdido parte da clientela de seu comércio. Para protestar contra a saída de Sorio, os imigrantes ameaçaram não aceitar mais sua

<sup>359</sup> Carta de Antonio Vernier a Paolo Bortoluzzi enviada de Roma a Silveira Martins em 4 de março de 1885. Cf.: RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 343.

<sup>360</sup> SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986, p. 40.

<sup>361</sup> O sacerdote Frederico Schwinn em seus manuscritos explica que Antônio Sório “era padre secular da diocese de Verona e ultimamente estava trabalhando na diocese Belunno e Feltre”, e que Vitor Arnoffi era um “frade franciscano fugido do seu convento e só aqui [no Rio Grande do Sul] conseguiu a secularização.” SCHWINN, Frederico. **Freguesia Silveira Martins**. Caderno A, p. 6. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 5, Missão Brasileira. Frederico Schwinn foi o segundo padre da Congregação dos Padres e Irmãos Palotinos a se fixar em Silveira Martins, em 1906. As crônicas de Schwinn narram a história da colônia desde os primeiros tempos até 1918.

autoridade se ele não residisse em Vale Vêneto: “De forma alguma poderemos reconhecer o pároco da Freguesia de Santo Antônio como nosso legítimo pastor, conforme está demonstrado esse nosso conjunto protesto.”<sup>362</sup> Os imigrantes de Vale Vêneto não aceitavam ser atendidos pelos padres que morassem em Silveira Martins por eles terem pago a vinda dos padres para o Brasil, mas principalmente porque na Itália o costume era o sacerdote morar dentro ou do lado da Igreja na qual rezava as missas, fazia os batizados e os casamentos.

A mudança de Sorio para Silveira Martins tornava Vale Vêneto apenas uma Sociedade da Capela dependente de Silveira Martins, o que foi entendido pelos moradores como uma ameaça à autonomia necessária para a emancipação da localidade. Para protestar contra a saída do sacerdote, os moradores fizeram um abaixo-assinado dirigido ao bispo em Porto Alegre explicando o descontentamento do grupo:

Nós, abaixo-assinados, colonos residentes no núcleo próximo ao comércio do [Sr. Paolo Bortoluzzi], recorreremos a V. Exa. para torná-lo ciente de nossa situação. V. Exa. será informada que nos foi dado pelo governo um lote colonial gratuito para, sobre o mesmo, fundar uma localidade [em Vale Vêneto]. Sobre esse lote construímos uma igreja de madeira e uma casa de alvenaria para a residência de um sacerdote. É uma iniciativa, diga-se de passagem, para informar que a localidade já começou e que promete um futuro brilhante. Aquele sacerdote, Pe. Antônio Sorio, que veio da Itália [para o Brasil] por nossas custas e que morou aqui entre nós, na função de capelão, por aproximadamente três anos [transferiu sua residência para a sede Silveira Martins] e com soberba se revoltou contra nós e nos ameaçou de tornar-nos pequenos como um grão de mostarda, e [ainda disse] que deveríamos ficar sob sua dependência e que ele é e será sempre o nosso pároco, querendo ou não querendo<sup>363</sup>.

Os imigrantes de Vale Vêneto se posicionaram declarando que não ficariam submissos a um sacerdote que não residisse entre eles, pois teriam de se tornar dependentes de Silveira Martins. A relação entre os moradores de Vale Vêneto e Antonio Sorio se tornou tensa, uma vez que, como resposta à reclamação dos imigrantes ao bispo, o sacerdote se revoltou contra eles e os ameaçou dizendo que sempre seria o pároco da localidade, e por isso, precisavam obedecê-lo. Sorio fez essa declaração aos imigrantes porque sabia que não existia outro padre

<sup>362</sup> Carta dos imigrantes da Capela São Francisco de Assis de Vale Vêneto de 14 de setembro de 1884 endereçada ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. Assinaram o documento Paulo Bortoluzzi, Luis Pozzobon, José Marcuzzo e Antônio Dotto. Pasta Vale Vêneto. Acervo Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA).

<sup>363</sup> Carta dos fabriqueiros e moradores de Vale Vêneto ao presidente da província, 02 de dezembro de 1884. Comissão de Terras e Colonização (correspondência avulsa), Silveira Martins, Maço 73, Caixa 37. Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

para atendê-los, e levando em conta que os italianos não admitiriam ficar sem missa ou os sacramentos, haja vista que consideravam pecado faltar à missa e, por isso, poderiam ir para o inferno.

Dando sequência à contenda, Padre Sorio ainda escreveu uma carta ao bispo acusando Paolo Bortoluzzi de conspirar e manipular os imigrantes de Vale Vêneto para que assinassem “papéis em que se comprometiam a não recorrerem, de modo algum, ao vigário da Freguesia de Silveira Martins.”<sup>364</sup> Também reclamou que Bortoluzzi construía uma casa de comércio muito próxima à Igreja de Vale Vêneto e queria que tivesse missa todos os dias para atrair os colonos ao seu comércio:

Para melhor seduzir o povo a chegar aos seus egoísticos fins, [o Sr. Paolo Bortoluzzi] finge-se o mais fervoroso crente e submisso cristão; com esse procedimento [pecaminoso] incita o povo à rebeldia e até à heresia, por todos os modos, fazendo os moradores daquele lugar assinarem papéis em que se obrigam a não recorrerem, em caso nenhum, ao Vigário desta Freguesia, fazendo prédica subversiva, junto ao altar do Senhor, contra a ordem e contra a Religião, com o que mostra claramente a seguinte verdade: Esse negociante [Paolo Bortoluzzi], naquele lugar estando a sua casa perto da Capela, tem todo o interesse que haja missa [...] todos os dias para atrair sempre fregueses para o seu negócio.<sup>365</sup>

Ambicionando aumentar as suas vendas, o comerciante Paolo Bortoluzzi ainda cedeu alguns terrenos em Vale Vêneto para a construção de colégios religiosos próximos à sua moradia, com a intenção de atrair colonos para o seu comércio, o que gerou reclamação do próprio pároco Antonio Sorio, que descreveu Bortoluzzi como uma pessoa egoísta que apenas “[...] finge-se o mais fervoroso crente e submisso cristão”, enquanto, na realidade, era movido por “rebeldia e até heresia”. Paolo Bortoluzzi também construiu uma bodega na comunidade de São João do Polêsine com o apoio de Luis Rosso, a qual se tornou ponto de referência comercial e religioso – os imigrantes se dirigiam até a bodega para comprar mercadorias e, por falta de uma capela, nela também se reuniam para rezar. Próspero Pippi também cedeu o barracão onde estava instalado o seu comércio para o padre celebrar a missa, contudo, sua

---

<sup>364</sup> Antes mesmo de o padre Antônio Sório se fixar em Silveira Martins, o lugar havia sido elevado à categoria de freguesia pela “Lei Provincial em 24 de abril de 1884”. BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul: 1886 a 1919 - o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 127.

<sup>365</sup> Carta do padre Antonio Sorio ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira de 15 de setembro de 1884. Acervo Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, Pasta Silveira Martins.

generosidade tinha motivações econômicas: depois da missa, os fiéis compravam suas mercadorias para levar para casa.

Através da troca de acusações entre Bortoluzzi e Sorio é possível perceber que os dois desejavam se consolidar como lideranças da localidade: Sorio querendo ser pároco de toda a região colonial, e Bortoluzzi se empenhando para tornar Vale Vêneto uma vila independente. O conflito era resultado da disputa pelo mesmo espaço de poder que se tornou compartilhado entre o pároco e o comerciante. O comerciante mantinha influência sobre os imigrantes controlando a compra e a venda dos produtos e dos preços, enquanto o padre mantinha o controle sobre os colonos através das confissões, de conselhos e bênçãos.



Imagem 16 - Vila de Vale Vêneto em Silveira Martins, RS.<sup>366</sup>

No registro fotográfico de 1916 é possível ver sinais de progresso da vila de Vale Vêneto, percebidos pela construção da casa de comércio e do Colégio. À direita da fotografia está a casa comercial de Paolo Bortoluzzi, a primeira a ser construída na comunidade de Vale Vêneto. À esquerda, o Colégio das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, fundado para catequizar e ensinar os filhos dos imigrantes da localidade e das Sociedades da capela vizinhas. Chegaram em Vale Vêneto a 26 julho de 1892 e se estabeleceram no lote cedido pelo comerciante Paolo Bortoluzzi. A fotografia foi feita para divulgar o desenvolvimento

<sup>366</sup> Acervo Museu Eduardo Marcuzo de Vale Vêneto, RS.

econômico e social da vila com o objetivo de atrair mais clientes para o comércio e alunos para o colégio. Por isso, Vale Vêneto se tornou o centro educacional e espiritual da colônia.

Na maioria das vilas os comerciantes se aliavam ao padre para ajudá-lo em troca da venda de mercadorias para a manutenção da Igreja e a realização da festa do padroeiro. Por isso, o desentendimento entre Bortoluzzi e Sorio trouxe prejuízos religiosos para o padre e econômicos para o comerciante. A capela e o comércio eram sempre as duas principais construções das vilas. Depois da reza do terço ou da missa, os imigrantes se encontravam na venda para jogar cartas, mora e tomar vinho ou *graspa*. Na bodega tinha salames, queijos e vinhos para consumirem enquanto jogavam.

A reza do terço ou a missa era celebrada à tarde, mas logo cedo os colonos começavam a se reunir na sede da colônia para comer e socializar, conforme descreve Lorenzoni:

Aos domingos, portanto, era um contínuo chegar de colonos, de todas as direções, uns a pé, outros a cavalo e, quando eram nove horas da manhã, todos os negócios, “case di pasto”, e botequins estavam cheios de gente. A maior parte estava tomando seu desjejum, comendo um prato de mondongo, uma sopa ou um prato de carne e tomando um copinho de cachaça, porque outra bebida não havia, a não ser o Carlon, um vinho português muito artificial, que não sentava bem no estômago, e era muito caro.<sup>367</sup>

Na Itália “case di pasto” eram os mercados e restaurantes das sedes das *comuni* onde os italianos se reuniam para comprar mantimentos e também para se alimentar durante as negociações. No Brasil os imigrantes tiveram de incorporar algumas comidas e costumes brasileiros, porque não encontraram tudo o que tinha na Itália. Os botequins no Brasil eram as bodegas, onde se vendia comida, cachaça e se jogava carta. Neles servia-se mondongo, um prato de carne feito com bucho bovino, e a *ministra*, um aproveitamento de sobras de carne, feijão e arroz do dia anterior, com as quais era feita uma sopa. O vinho foi substituído pela cachaça até que fossem plantados e cultivados os primeiros parreirais. Lorenzoni reclama que o único vinho existente era um vinho português de marca “Carlon”, considerado caro pelos imigrantes e ao qual não se adaptaram bem. Em sua monografia sobre Silveira Martins, o Cônsul Ancarani cita que no período de 1877 a 1914 a sede da colônia contava com 24 comércios entre bodegas, lojas e armazéns.

---

<sup>367</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 73.

As bodegas também funcionavam como pequenas agências bancárias para os imigrantes, que depositavam nelas os lucros obtidos com a venda dos produtos agrícolas a juros baixos. Tedesco explica que “os colonos dependiam do comércio, pois era unicamente ele que comprava e negociava seus produtos. A venda era também o banco local, o espaço do fiado, da caderneta, da relação por dívida, dos meios de comunicação não oficiais e das inovações.”<sup>368</sup> As relações comerciais eram baseadas em relações de confiança e ninguém queria perder o crédito pessoal. Por isso, quando aparecia alguma oportunidade de compra de novos lotes, os colonos recorriam aos comerciantes para resgatar o dinheiro ou solicitar empréstimos.

Os colonos também comercializavam produtos artesanais como cestos feitos de vime, vassouras, chapéus de palha, caixas, bancos, cadeiras, couro, pelegos e lã. Os produtores não recebiam em dinheiro, mas acumulavam saldo positivo para futuras aquisições no comércio de utensílios domésticos, ferramentas agrícolas, roupas e gêneros alimentícios que não eram produzidos no seu lote rural<sup>369</sup>. Esse sistema criava relações de dependência e compromisso entre os moradores da colônia, aumentando o grau de confiança e diminuindo a possibilidade de calotes, visto que uns dependiam dos outros para sobreviver.

Os conflitos surgidos nas relações profissionais e comerciais entre os imigrantes evidenciam que eles estavam dispostos a lutar pelos seus objetivos para consolidar a sua presença e a sua atuação na colônia. O esforço individual e comunitário dos imigrantes italianos impulsionou o desenvolvimento econômico da colônia, porém no campo político não houve o mesmo sucesso – os imigrantes eram mais apegados à família, ao lote e à Sociedade da Capela do que às questões políticas e institucionais. O fato de não se envolverem diretamente com a política para ocupar funções institucionais, no entanto, não significa que fossem indiferentes à hierarquia social e às disputas por lugares e posições de poder nos espaços da colônia, pois se utilizaram de práticas e táticas próprias para negociar a ereção de suas capelas, paróquias e municípios.

Os imigrantes italianos defenderam seus interesses econômicos, políticos e religiosos através da posse da terra, da construção das capelas e da venda de seus produtos agrícolas. A demarcação dos territórios, a ocupação dos lugares e das posições de poder na colônia foram fundamentais para os imigrantes poderem negociar suas necessidades e interesses com as autoridades civis e religiosas. O fato de serem imigrantes italianos, agricultores e católicos

---

<sup>368</sup> TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural.** Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 35.

<sup>369</sup> Livro-caixa da casa de comércio de Guilherme Kettermann de 08/05/1899 a 10/11/1901, n.º 1 e 2. Acervo Particular da Família Melo, Faxinal do Soturno, RS.

criou uma nova identidade local própria e os uniu em torno da ocupação e permanência na colônia. Tratadas as questões econômicas da colônia, também é importante estudar a sociabilidade e a religiosidade dos imigrantes para entender suas práticas de vida e convivência.

### CAPÍTULO III – SOCIABILIDADE E RELIGIOSIDADE

Este capítulo abordará o familismo, o comunitarismo, as identidades, a convivência e as expressões de religiosidade e sociabilidade nos espaços privados e públicos em na casa, no lote, na sede da colônia, no comércio e nas Sociedades da Capela. Nele estudar-se-á a convivência comunitária entre familiares, parentes e vizinhos e como os imigrantes trabalhavam, rezavam, festejavam, cantavam, jogavam, compartilhavam conhecimentos e faziam negócios. O capítulo também estudará os conflitos de interesse subjacentes às relações familiares e comunitárias.

#### 3.1 FAMILISMO E COMUNITARISMO

No início da “Grande Imigração”, na década de 1870, devido à recente unificação da Itália<sup>370</sup>, o sentimento de italianidade nos emigrantes era difuso. Dessa forma, não se identificavam como italianos, mas apenas como vênets, vicentinos, trentinos, friulanos, lombardos ou beluneses, pois “a consciência de pertencerem ao mesmo país surgirá, a duras penas, somente a partir do século XX, favorecida pela consciência de se saberem estrangeiros e pela uniformidade nacional que era atribuída aos imigrantes pela opinião pública brasileira.”<sup>371</sup> Em Silveira Martins pode-se observar que o sentimento de pertencimento à pátria italiana emergiu quando os imigrantes começaram a entrar em contato com os brasileiros e a observar as diferenças dos costumes entre eles e os nacionais. Mesmo sendo de maioria vêneta, os grupos de imigrantes italianos que se dirigiram ao Rio Grande do Sul também possuíam diferenças entre si.

O quadro sociocultural das Colônias italianas do Rio Grande do Sul não era um prolongamento da Itália, como o queriam os partidários da política expansionista italiana no fim do século XIX, como também não constituía um perigo político, um Estado dentro do Estado, como o afirmavam certos elementos partidários de uma assimilação pela força.

---

<sup>370</sup> Giorgio Candeloro, na obra “Storia dell’Italia moderna: la costruzione dello Stato unitário (1860-1871)”, divide a história da unificação da Itália em três fases: 1ª) a construção do Estado unitário (1860-1871); 2ª) o desenvolvimento do capitalismo e do movimento operário (1871-1896); 3ª) a crise do fim do século (1896-1914).

<sup>371</sup> TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana.** Tradução de Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, 1988, p. 161-162.

Era simplesmente uma expressão natural, espontânea dos valores culturais dos imigrantes, favorecida pelo isolamento, sem nenhum apoio de escolas, sociedades, imprensa e centralizada em torno da religião católica.<sup>372</sup>

O sentimento de pertença dos imigrantes italianos em relação à Itália recém-unificada a 20 de setembro de 1870 não era significativo, pois se sentiam muito mais ligados à família e à sua vila<sup>373</sup> de origem do que à incipiente nação italiana. No Brasil, os imigrantes italianos talvez não almejassem se identificar com a nação brasileira, pois sua prioridade era a família, seu lote rural e a religião. Por isso, pode-se dizer que os principais valores dos imigrantes eram a família, a religião e o trabalho.

A rigor, dificilmente se pode falar de identidade italiana para os imigrantes em seu momento de chegada ao Brasil. Nos quadros de uma Itália recém-unificada, com influências e processo de desenvolvimento regionais historicamente muito distintos, dialetos próprios e diferenças culturais muito acentuadas, sobretudo entre o norte e o sul da península, torna-se temerário falar em uma italianidade trazida ao Brasil pelos imigrantes.<sup>374</sup>

Os avós e os pais eram as principais referências dos imigrantes italianos e seus descendentes. Por isso, ao pai cabia liderar a família no trabalho da lavoura e na criação dos animais, enquanto à mãe competia liderar os trabalhos caseiros e criar e educar os filhos. Nas famílias italianas a autoridade e as ordens dos pais e dos mais velhos eram respeitadas e tanto o *pater familias*<sup>375</sup> quanto a *mater familias*, denominada “mamma”, tinham poder sobre os filhos. O pai de família italiano era, ao mesmo tempo, genitor e “patrão” dos filhos, pois os

<sup>372</sup> MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. Porto Alegre: EST, 2001, p. 121.

<sup>373</sup> “Os costumes locais resistem às forças que tendem a transformá-los e essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais.” HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p. 162.

<sup>374</sup> TRUZZI, Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina. Italianidade nos interiores paulistas e gaúcho: uma perspectiva comparada. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Imigração nas Américas**: estudos de história comparada. São Leopoldo: Oikos, Unisinos, 2018, p. 135.

<sup>375</sup> “Assim, uma apreensão verdadeiramente relacional da relação de dominação entre os homens e as mulheres, tal como ela se estabelece em todos os espaços e subespaços sociais, isto é, não só na família, mas também no universo escolar e no mundo do trabalho, no universo burocrático e no campo da mídia, leva a deixar em pedaços a imagem fantasiosa de um ‘eterno feminino’, para fazer ver melhor a permanência da estrutura da relação de dominação entre os homens e as mulheres, que se mantém acima das diferenças substanciais de condição, ligadas aos momentos da história e às posições no espaço social.” BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 122.

gerava, ensinava e administrava o trabalho deles: “O pai-patrão dividia desigualmente os direitos e os deveres. Esposas e filhos – sobretudo do sexo feminino – viviam situação de desigualdade funcional permanente, suportando a maior parte dos deveres e gozando de menos direitos.”<sup>376</sup> A figura materna, conhecida como “mamma” italiana, expressava a liderança e o protagonismo das mulheres na educação dos filhos e na organização da economia doméstica. Os filhos deviam obediência aos pais, a esposa devia lealdade ao esposo e este, por sua vez, tinha por obrigação respeitar a esposa e garantir o sustento de toda a família.

Os imigrantes fizeram algumas parcerias entre familiares, parentes e vizinhos por necessidade para realizar trabalhos em grupo e superar os obstáculos mais facilmente. Compraram lotes, plantaram lavouras e trocaram cereais, carne, ferramentas e dias de trabalho em parceria. O associativismo e os mutirões geraram fortes laços de solidariedade entre as redes familiares, vizinhos e Sociedades da Capela, que ajudaram os imigrantes a sobreviver em condições adversas. O trabalho coletivo motivou os grupos de imigrantes isolados no interior da colônia a permanecer em seus lotes, e ainda aumentou a produção agrícola das famílias.

Nas colônias italianas a família era patrilinear, pois

[...] as atividades agrícolas exigiam grande dispêndio de forças físicas e motivaram a continuidade de uma tradição familiar – decisória centrada na autoridade paterna. A administração das terras, a determinação dos plantios, a atuação em contratos e negócios foram atividades próprias do homem.<sup>377</sup>

Na sociedade colonial homens e mulheres compartilhavam poder no mesmo sistema patriarcal, pois cabia ao pai de família tomar as decisões públicas na Sociedade da Capela e à mãe, exercer o poder de liderança sobre a casa, a criação e educação dos filhos para a obediência e o trabalho, formando uma tradição familiar hierarquizada e reforçada pela sociedade e pela Igreja.

Na colônia o familismo e as redes familiares se constituíam aos domingos, nas Sociedades da Capela, onde os imigrantes se reuniam para participar da missa ou rezar o

<sup>376</sup> MAESTRI, Mário. **Os Senhores da serra**: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914). Passo Fundo: UPF, 2000, p. 78.

<sup>377</sup> COSTA, Rovílio. Valores da Imigração italiana cem anos após. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. Imigração italiana: estudos. **Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 204.

terço. O encontro religioso também era um encontro social usado pelos colonos para planejar o trabalho semanal e realizar negócios. Por isso, a capela era um espaço de sociabilidade e convivência baseado no familismo e no comunitarismo, caracterizado por uma corrente de solidariedade entre os seus membros – familiares, parentes e vizinhos, que se uniam em torno de interesses comuns. Colbari explica que o familismo<sup>378</sup> é uma rede de colaboração criada para ajuda mútua entre pessoas da mesma família ou de famílias aparentadas entre si. O familismo não ignora o Estado ou desrespeita as suas leis, mas age através de redes de troca de informações e bens para usar o Estado e as leis a seu favor. Já no comunitarismo há a união entre várias famílias ou grupos que têm valores e interesses em comum. Em algumas redes também pode haver a combinação do familismo com o comunitarismo, unindo várias famílias entre si, aparentadas ou não.

No início da fundação de Silveira Martins os imigrantes foram reconhecidos pelos brasileiros como italianos, mas, com o passar do tempo, também começaram a ser chamados de colonos, por viverem todos juntos na mesma colônia e por trabalharem como agricultores. “Em relação às demais nacionalidades presentes no Brasil, os colonos peninsulares foram identificados, de maneira generalizadora, como italianos, e a língua por eles falada, como italiana. Fortalecida pelo unitarismo peninsular, essa generalização foi adotada pelos próprios imigrantes, que passaram a se autodenominar de italianos ou taliani.”<sup>379</sup> Acerca da autodefinição, é possível que os italianos se reconhecessem com dupla origem, a provincial e a nacional, sendo a origem provincial mais significativa para eles.

Os imigrantes italianos eram acima de tudo trabalhadores rurais que plantavam e criavam animais para sobreviver, e a religião era o meio pelo qual se articulavam e permaneciam unidos (autoidentificação). No Brasil, o que identificava os italianos era o fato de serem imigrantes e católicos ao mesmo tempo, e não apenas o fato de serem classificados pelos brasileiros como italianos (hetero identificação). Assim, além da religião católica, a condição de emigrantes na Itália e de imigrantes no Brasil foi mais um elo de identificação entre os camponeses italianos. “O que os tornava iguais, sem dúvida, era o fato de serem católicos e se perceberem como sujeitos que haviam compartilhado a mesma experiência

---

<sup>378</sup> Cf.: COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, n. 34, p. 53-74, 1997.

<sup>379</sup> CARBONI, Florence. A origem italiana dos falares da serra gaúcha. In: DAL BÓ, Juventino (et al.) (Orgs.). **Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p. 293.

social de ruptura – eram emigrados.”<sup>380</sup> Por isso, os imigrantes só passaram a reconhecer a Itália como sua nação de origem quando os brasileiros começaram a chamá-los de italianos.

Na verdade, quando aquelas famílias efetuaram a travessia, em finais do século XIX, a Itália de fato ainda não está unificada política e simbolicamente. Portanto, o que trouxeram como noção de pertencimento era mais um vínculo às localidades, seus dialetos, seus santos e costumes e, em especial, as redes de parentesco, vizinhança e afetivas que lá permaneceram. Ser italiano, para eles era ser católico e originário de *paeses* distintos, mesmo porque entre os próprios italianos havia uma noção diferenciada entre ser vêneto, mantovano, trentino, friulano, feltrino etc. A italianidade, como uma noção genérica de pertencimento, deu-se aqui, quando do enraizamento e do processo de elaboração de uma identidade de imigrante e posteriormente de colono italiano (e proprietário) no sul do Brasil.<sup>381</sup>

Italianos e brasileiros tinham a agricultura, o comércio e a religião católica como pontos de convergência, porém os elos de identificação e os interesses em comum também provocaram atritos. Júlio Lorenzoni descreve sua impressão sobre como os italianos foram vistos por alguns brasileiros e reclama dessa imagem negativa que os nacionais formaram a respeito dos imigrantes italianos.

Com o nome de jacobino quero qualificar os poucos brasileiros, moradores na colônia, que só viam em qualquer imigrante italiano um elemento de desordem e um parasita, quando, em vez disto, o nosso colono representa o trabalho, a economia, a persistência, a obediência às leis e o futuro bem-estar do nosso amado Rio Grande.<sup>382</sup>

Lorenzoni constatou animosidade de alguns brasileiros para com os imigrantes italianos, porém defende os imigrantes dizendo que eles não eram desordeiros ou parasitas, mas sim colonos que representavam o trabalho, a economia e a persistência, apesar das dificuldades, como também a obediência às leis brasileiras e a garantia de um futuro melhor para o estado do Rio Grande do Sul, “amado” pelos brasileiros, mas também pelos próprios imigrantes. O uso do termo “amado” expressa a gratidão dos imigrantes ao estado do Rio Grande do Sul por tê-los acolhido. Essa apologia manifesta um esforço enorme para mostrar

---

<sup>380</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS.** Santa Maria: UFSM, 2006, p. 137.

<sup>381</sup> *Ibidem*, p. 121.

<sup>382</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano.** Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 165.

um imigrante honesto e disposto a contribuir para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, buscando desfazer qualquer dúvida referente às boas intenções e às qualidades dos colonos.

A dedicação exemplar ao trabalho – até porque foi colocado como imperativo de sobrevivência -, o espírito de família, a religiosidade e o comunitarismo que não excluiu a aculturação, permitem confirmar a realização das expectativas dos elaboradores da política imigrantista no Brasil: os imigrantes povoaram as terras vazias, cultivaram as fazendas de café, fundaram vilas e impuseram à cultura brasileira os ideais de familismo e uma ética de trabalho [...].<sup>383</sup>

Devido ao distanciamento da terra natal e à não identificação com a nova sociedade, a família e a religião foram os sustentáculos da identidade e da unidade, dos imigrantes italianos, visto que favoreceram o desenvolvimento de um familismo e um comunitarismo centrados na crença na autoridade da família e da Igreja Católica. Os imigrantes acreditavam que a família e a Igreja eram instituições divinas encarregadas de fazer a vontade de Deus na sociedade e quem as desobedecesse poderia ser severamente castigado. Por isso, as figuras mais respeitadas pelos imigrantes nas colônias italianas eram o sacerdote, os pais de família e os idosos que transmitiam os seus ensinamentos às outras gerações em forma de exemplos de vida e conselhos.

A conservação das tradições e das memórias familiares italianas constitui o conjunto de crenças e códigos morais e linguísticos que embasaram as vivências e experiências dos imigrantes no trabalho cotidiano e nas sociabilidades nas Sociedades da Capela. Para os descendentes dos imigrantes italianos, a família tornou-se patrimônio a ser preservado, porque garante a unidade e a sobrevivência econômica de seus membros.

A família compreendida enquanto patrimônio advém deste processo de construção das memórias onde se refaz todo um itinerário através do qual se procura valorizar determinada “raça” ou “sangue”, como designam os descendentes. Como se dá este processo? A família se torna patrimônio simbólico que agrega valor a seus membros. Portanto, ser membro de determinada família, ter origem italiana e compartilhar de um itinerário de sucesso, valoriza positivamente a identidade do descendente. Patrimônio este que interage num mercado de bens simbólicos onde a etnicidade, como num campo (cfe. Bourdieu, 1983, p.89) representa uma busca por poder e prestígio. Desta forma, a valoração finda por residir na pessoa do descendente,

---

<sup>383</sup> COLBARI, Antonia. Familismo e Ética do Trabalho: o Legado dos Imigrantes Italianos para a Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997, p. 10.

portador legítimo da saga imigrantista e do histórico particularizado por seus antepassados.<sup>384</sup>

Os memorialistas Silvino Santin e Antônio Isaia de Silveira Martins relatam que, para os imigrantes italianos, a família é uma instituição sagrada por dois principais motivos: a) criação de Deus; b) fonte de sustento.

A família, sem sombra de dúvidas, é a instituição básica na mentalidade do imigrante italiano. Há nele uma profunda preocupação, quase obsessão, um sagrado respeito e, mesmo, um verdadeiro culto pela instituição familiar. A família representava o cerne de todos os valores, o ponto de partida de qualquer iniciativa e o centro da vida de cada pessoa. Razão primeira e última de todo trabalho e de qualquer privação. Daí a necessidade de se observar o significado da propriedade e da casa própria na mente de cada imigrante. Ter casa e terra eram, ao mesmo tempo, os alicerces e as razões de se constituir família.<sup>385</sup>

A sacralização religiosa e a valorização civil da família italiana fazem parte da mentalidade medieval, um contexto em que, para se ter crédito social era preciso ter um bom nome de família: ser descendente de uma família nobre ou de posses. As famílias que tinham mais títulos de nobreza e posses também possuíam mais crédito e prestígio perante a sociedade e eram consideradas mais capazes de honrar compromissos sociais e financeiros. Já as famílias pobres eram vistas com desconfiança e não eram aceitas em certos círculos. As famílias também vigiavam seus membros, sua moralidade, suas condutas, honradez e honestidade para que eles não as difamassem, pois um ato de desonra cometido por apenas um membro da família poderia ser suficiente para macular a reputação de toda a família e excluí-la do convívio social e dos negócios.

A valorização da família italiana foi construída e reforçada ao longo do tempo pelos valores do patriarcalismo, da hierarquia social e religiosa que apregoavam a ordem, a obediência e a reprodução das tradições. Iniciada na Itália, a organização familiar italiana foi transplantada para o Brasil e reproduziu as relações desiguais da hierarquia familiar e social verificada por lá. Apesar de ter havido momentos e processos democráticos dentro das famílias italianas, as relações hierárquicas se impuseram, pois os avós e pais queriam que os filhos e os netos continuassem desenvolvendo os mesmos ofícios dos antepassados, não

---

<sup>384</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. A família como patrimônio: GT – Migrações Internacionais. **Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2002, p. 57.

<sup>385</sup> SANTIN, Silvino; Isaia, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 15.

aceitando que os filhos vendessem a propriedade rural para ir morar na cidade ou praticar outros ofícios que não o de agricultor. Contudo, ocorreram alguns enfrentamentos e resistências.

O ufanismo dos imigrantes italianos, de seus descendentes e de muitos memorialistas em relação à origem italiana advém da saga da imigração italiana, que em muitos casos, é explícito, pois não se trata das contribuições dos imigrantes para o Brasil, mas apenas da suposta superioridade de imigrantes “civilizados” que trouxeram o desenvolvimento cultural e o progresso econômico para povos “atrasados” que viviam num país escravagista. A expressão desse ufanismo pode ser percebida nas memórias de Júlio Lorenzoni:

Os italianos trouxeram consigo sua cultura, a língua dividida em diversos dialetos: a religião católica, os métodos do cultivo da terra, a culinária, as canções, os usos e costumes, os valores mentais, espirituais, éticos e morais que formam o caráter e a personalidade de cada ser humano, trouxeram também uma tecnologia mais desenvolvida, o que lhes permitiu assentar as bases da futura industrialização.<sup>386</sup>

O ufanismo imigrantista e o orgulho dos descendentes advém de alguns princípios valorizados pelos próprios imigrantes e seus descendentes, a saber: a crença em ser descendente de um povo trabalhador, sinônimo de civilidade e progresso; um povo com valores religiosos e morais, sinônimo de caráter e honestidade; e, por último, um povo que cultua os antepassados e a tradição para manter a suposta superioridade sobre os demais grupos. “A questão da invocação do pioneirismo é uma constante entre grupos migrantes no sul do país, para os quais o processo colonizador se reveste de uma aura civilizatória, civilização esta calcada numa domesticação do espaço e dos processos produtivos em consonância com os modelos trazidos da Europa.”<sup>387</sup> Daí a imagem positiva de sua missão no Brasil: ensinar aos brasileiros novas técnicas, trabalhar e produzir.

O registro escrito da maioria das trajetórias de família atribui o êxito da colonização à coragem heroica do imigrante, capaz de sobrepujar os obstáculos da mata e reproduzir a civilização trazida da Itália em espaços considerados selvagens para domesticá-los. A maioria dos memorialistas e alguns historiadores da imigração italiana no Rio Grande do Sul consideram o imigrante italiano um herói, pois teria sido capaz de ocupar e permanecer em

---

<sup>386</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 64.

<sup>387</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana - Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2007, p. 536.

terras inóspitas nas quais alemães e poloneses não conseguiram se fixar. A memória coletiva dos descendentes de imigrantes italianos da colônia também construiu a narrativa de que seus antepassados ocuparam terras que nem mesmo os índios queriam ocupar por ser uma região montanhosa e pedregosa. Relatam que seus antepassados se submeteram a habitar territórios e a realizar tarefas que outros grupos não quiseram realizar. Porém, em muitos casos, a persistência do imigrante não era resultado apenas de sua coragem, mas da impossibilidade de voltar à Itália, uma vez que partira daquele país sem o passaporte de volta<sup>388</sup>. De qualquer forma, os imigrantes italianos não almejavam se tornar heróis, somente sobreviver apesar dos obstáculos.

Se por um lado os imigrantes italianos trouxeram algumas técnicas de trabalho, de construção e costumes próprios que não havia no Brasil, por outro lado, também tiveram de aprender com os brasileiros novos conhecimentos e técnicas para viver e trabalhar num território e numa cultura diferente. Os grupos estrangeiros se apropriaram dos conhecimentos e das técnicas dos grupos nacionais, porém não assumem seus valores imediatamente, uma vez que o outro é visto pelo grupo identitário como o diferente e, portanto, elemento estranho a ser controlado pelo grupo predominante.

A identidade é uma construção simbólica de sentido, que organiza um sistema compreensivo a partir da idéia de pertencimento. A identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte com o todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação de uma alteridade. Frente ao eu ou a nós do pertencimento se coloca a estrangeiridade do outro.<sup>389</sup>

Na Itália o sentimento de pertença ao grupo dos emigrantes italianos formou-se devido à motivação de emigrar, já em Silveira Martins, de se tornarem colonos e donos dos seus próprios meios de subsistência. O familismo também reforçou a possibilidade da imigração em massa, pois a divisão familiar é um dos principais obstáculos à imigração individual. A imigração das famílias para o Brasil pode ser dividida em duas fases: na primeira a imigração foi de todo o núcleo familiar, ou pelo menos da maior parte; já na segunda fase também se deslocaram parentes dos núcleos familiares – tios e primos.

---

<sup>388</sup> “Com a documentação pronta, liberados para a partida [...], no documento básico, o passaporte, continha a expressão ‘sensa ritorno’, o que significava uma viagem de ida sem volta.” O EXPRESSO. Santa Maria, 1978.

<sup>389</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 89-90.

De Boni e Costa dizem que não viajaram italianos para o Brasil, e, sim, *famílias italianas*. Eram grupos solidários, esperançosos, rumando, no início, para o completamente desconhecido. A solidariedade familiar, em meio aos conflitos, estendia-se para a solidariedade grupal (de viagem, do barracão, da linha, da capela...). A luta para conseguir os bens materiais e para unir a família, expressa valores que, para o imigrante, eram básicos e se interdependiam.<sup>390</sup>

A imigração da Itália para o Brasil foi uma imigração familiar, uma vez que se deslocaram com toda a família, formada por até três gerações – avós, filhos, netos, além de tios, sobrinhos e primos –, e também com outras famílias da mesma *comune* de origem. O primeiro membro da família Manfrin a se deslocar para o Brasil, em fevereiro de 1878, foi Maria Teresa Manfrin, casada com Angelo Nogara, seguida de seus irmãos, Domenico Manfrin, casado com Santa Bertoldo, chegados em 1883, e Angela Manfrin, casada com Giuliano Marin, chegados em 1886. Domenico Manfrin<sup>391</sup> se deslocou de Sarego, Província de Vicenza, com cinco filhos:

Domenico Manfrin, terceiro filho de Nicolà, foi o segundo, dentre os três irmãos, a desembarcar em terras brasileiras. Desembarcou no Rio de Janeiro, aos 41 anos, acompanhado de sua segunda esposa, Santa Bertoldo, e de seus cinco filhos, Massimo (aos 17 anos de idade), Giovanni (aos 13 anos), Ricardo Beniamino (aos 11 anos), Teresa (aos 8 anos) e Severino (aos 6 anos), todos nascidos em Sarego, Província de Vicenza, Itália, frutos de seu primeiro casamento com Maria Bertoldo.<sup>392</sup>

Embora a colônia fosse predominantemente ocupada por imigrantes italianos, na região também existiam outros grupos étnicos, entre eles indígenas, que andavam pelas regiões montanhosas para caçar e pescar, portugueses e alemães, que ocupavam as planícies para criar gado, além de alguns descendentes de africanos, que os ajudavam. Os italianos não consideravam os indígenas brasileiros como os portugueses, alemães e negros, pois os classificavam como selvagens por viverem isolados em meio à mata. Os imigrantes temiam ser atacados por índios pelo caminho, já que os consideravam selvagens. Por não serem cristãos, os italianos também os denominavam com o termo pejorativo “bugres”.

<sup>390</sup> TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo**: a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EDIUPF, 2001, p. 21.

<sup>391</sup> “Domenico casou a 04/10/1878 em Sarego, Itália, com sua segunda esposa, Santa Bertoldo, irmã de Maria Bertoldo. Viajou com sua segunda esposa e os 5 filhos para o Brasil em novembro de 1883.” VAZ, Taís Fernanda Manfrin. **Per fare L’America – Da Itália para o Brasil**: a trajetória da família Manfrin. Manfrinópolis: Edição do Autor, 2015, p. 51.

<sup>392</sup> Ibidem, p. 51.

No Brasil, a primeira geração de imigrantes italianos tentou reproduzir parte das condições de vida da Itália, porém seus descendentes desenvolveram usos e costumes próprios, já adaptados ao Brasil, por influência dos brasileiros e das novas condições locais. Os italianos se apropriaram de práticas agrícolas brasileiras, como a *coivara*, praticada pelos indígenas, e influenciaram a religião, a moral e os costumes dos brasileiros através da catolicidade. Os imigrantes trouxeram da Itália ferramentas e algumas técnicas de cultivo do solo, contudo, no Brasil, também tiveram de aprender com portugueses, negros e índios modos locais de plantio e manejo de animais.

Na maioria das vezes, os italianos que se instalavam na mesma linha ou travessão não se conheciam na Itália, pois eram oriundos de diferentes províncias e *comuni* – conheciam-se apenas nos casos em que eram da mesma família ou *comune* de origem. No Brasil, embora não se conhecessem, em épocas de plantio e colheita, quando o trabalho acumulava, trabalhavam em mutirão com parentes e vizinhos para finalizar os afazeres mais rapidamente antes das tempestades. Parte da colheita e dos animais abatidos era dividida entre familiares, parentes e vizinhos depois do trabalho. Quando os animais eram abatidos, como vacas e porcos, compartilhava-se um pouco de carne em troca do trabalho realizado, fazendo com que sempre houvesse carne fresca para todos. Quem colhia arroz trocava por feijão, quem colhia milho trocava por suínos, quem colhia trigo trocava por farinha.

O isolamento dos imigrantes em meio à floresta, devido à falta de estradas locais, dificultou os deslocamentos e a comunicação, mas, por outro lado, favoreceu a liberdade para os colonos se organizarem social e economicamente de maneira autônoma. Sua organização em colônias separadas das cidades dos brasileiros atrasou a integração dos italianos e seus descendentes com os brasileiros, visto que a maioria deles convivia, trabalhava, rezava, negociava e praticava a endogamia, o que favoreceu a preservação das memórias e tradições dos antepassados. Somente a partir da quarta ou quinta geração começariam alguns casamentos exogâmicos e a incorporação da língua e dos costumes dos brasileiros.

O familismo e o comunitarismo italianos têm suas raízes mais profundas no catolicismo<sup>393</sup>, por pregar o respeito à família e à vida comunitária. Para o cristianismo a comunidade é uma extensão da família nuclear, já que, de acordo com seus preceitos, todas as pessoas são filhas de Deus e, conseqüentemente, irmãs entre si, também são responsáveis pela salvação umas das outras. A família era considerada pelos imigrantes e pelos brasileiros uma instituição divina e sagrada, instituída por Deus para criar os filhos e manter a Igreja e o

---

<sup>393</sup> Cf.: MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2ª. ed. Porto Alegre: EST, 2001.

Estado. Daí os imigrantes italianos serem conservadores e reproduzirem algumas relações de poder exercidas pelo Estado e pela Igreja dentro da família e da comunidade.

Nos primeiros anos da colonização, a Igreja Católica e os sacerdotes supriram a ausência do Estado e das autoridades municipais e estaduais em Silveira Martins. A necessidade de se ter uma capela e um padre fixo mobilizou e uniu os imigrantes em torno da religião antes mesmo do surgimento e da consolidação de uma italianidade no Brasil. Se os imigrantes tinham obrigações religiosas, como batizar os filhos, participar da missa, confessar os pecados, por outro lado, eles também entendiam que tinham direito a um sacerdote para atendê-los. Os sacerdotes e os catequistas ensinavam os imigrantes a ler e a escrever para que mais pessoas pudessem participar das orações da missa e escrever cartas para os parentes que haviam ficado na Itália.

Ainda que na colônia houvesse alguns imigrantes com mais prestígio social devido à posse de mais lotes, comércios e cargos, todos se sentiam pertencentes à mesma comunidade local através das relações familiares, parentais e sociais. As relações familiares e comunitárias são relações de trocas de conhecimentos práticos, experiências de vida, produtos necessários à sobrevivência e favores entre pessoas que se conhecem. Nessa comunidade de relações primárias, é importante o crédito pessoal dos integrantes do grupo, os quais fazem acordos tácitos de trabalho, arrendamento, compra e venda de produtos, sendo a palavra empenhada suficiente para fazer cumprir os tratos. Por isso, a maioria dos integrantes dos grupos e das comunidades zelavam pela sua imagem perante a comunidade, pois, uma vez quebrado o elo de confiança, as relações se desfaziam.

Com o tempo, a relação entre familismo e comunitarismo, apesar de ter sido composta de laços de solidariedade, também gerou conflitos, desentendimentos e rupturas. Entre os imigrantes aconteceram conflitos religiosos para fundar as Sociedades da Capela, conflitos sociais entre ultramontanos e garibaldinos para apoiar ou combater a Igreja Católica, devido a disputas por lugares e posições de poder na comunidade, e conflitos políticos nas sociedades de “mútuo socorro”, tema que será estudado no quarto capítulo.

### 3.2 CATOLICISMO E IDENTIDADE CULTURAL

Um dos fatores que fizeram com que o Império Brasileiro promovesse a imigração italiana para o Brasil a partir de 1875 foi a identificação dos brasileiros com a Igreja Católica. O catolicismo era a religião oficial do Império desde que o Imperador Dom Pedro I outorgou

a Constituição de 1824 aos brasileiros até o início da República, em 1889. Portanto, tratava-se de fator de identificação e unidade entre italianos e brasileiros. Na Itália, os emigrantes se identificavam com sua vila e seu ramo familiar, composto por muitos membros, todos convivendo na mesma residência devido à falta de recursos para construir novas moradias, o que estreitava ainda mais os laços familiares e religiosos, já no Brasil, as famílias viviam isoladas na mata, por isso as capelas se tornaram o principal ponto de encontro.

Vários autores apresentam o catolicismo<sup>394</sup> como um dos principais motes da identidade dos imigrantes italianos, porque, apesar de a maioria ter vindo da mesma região do Vêneto, eram muito mais ligados à sua família e ao seu *paese* de origem do que à pátria italiana. No Brasil as capelas tornaram-se os espaços onde as famílias podiam expressar sua fé publicamente, mas também se socializar para formar novas famílias e realizar negócios.

Unia-os, não o sentimento de pátria, pois não eram nem brasileiros, nem italianos. Chegados há pouco, sentiam-se estrangeiros no Brasil. Mas também não eram italianos emocionalmente: o país de origem, recém-unificado, de forma anticatólica, atingira as convicções religiosas dos camponeses do norte italiano. Também não se agrupavam ao redor da língua, pois cada grupo falava seu dialeto, ignorando a língua oficial da pátria que acabava de surgir. A religião atuou como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individual e coletivamente a existência.<sup>395</sup>

---

<sup>394</sup> Autores que escreveram sobre a importância da Igreja Católica para a organização religiosa, social e econômica dos imigrantes italianos: FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil.** Tradução de Edilene Toledo e Luigi Blondi. Campinas: UNICAMP, 2006. DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979. ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana.** Porto Alegre: EST/Sulina, 1975. AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no RS.** Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975. FAÉ, Walter José. **Italianos no Rio Grande do Sul – 1875-1975.** São Paulo: FOCAM, 1975. MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais.** 2ª. ed. Porto Alegre: EST, 2001. Também se destacam os estudos de VILLA, Deliso. *Storia Dimenticata.* Porto Alegre: Sagra, 1993. BAREA, José. **A vida espiritual nas colônias italianas do estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST, 1995. MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. **O mito do padre entre descendentes italianos: a comunidade de Otávio Rocha.** 2ª. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, Universidade de Caxias, 1979. BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni: um povo, uma história, uma conquista.** Porto Alegre: Alcance, 1997. LORENZATTO, Antônio Domingos. **Os Vênetos, nossos antepassados.** Porto Alegre: EST, 1999. MARIN, Roberto Jérri. **“Ora et labora”:** o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1993. VENDRAME, Maíra Ines. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914).** Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2007.

<sup>395</sup> DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização.** 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 235.

No Brasil o catolicismo se tornou o principal laço de identidade e unidade entre as famílias de imigrantes italianos, lideradas pelos sacerdotes católicos, pelos padres leigos e pelos comerciantes. A religião era prioridade para os imigrantes, daí o esforço para trazer os padres da Itália por conta própria e construir capelas antes mesmo das primeiras escolas. Os imigrantes italianos se reuniram em torno da religião, das vivências pessoais e comunitárias, mais do que da italianidade, uma vez que esse sentimento ainda era fraco, dado que a Itália ainda não havia sido aceita pelos imigrantes como Estado-Nação<sup>396</sup>, por ter extinguido os Estados Pontifícios.

A religião não apenas possibilitava “consolo espiritual” – uma demanda sempre presente nas cartas dos imigrantes, mas construía núcleos de vida social, em torno dos quais gravitavam as atividades econômicas, sociais e culturais dos imigrantes. Havia os batismos, os casamentos, os enterros – todos esses passos da vida e da morte devidamente sacralizados –, como também acontecia o comércio e a difusão de valores que possibilitavam a disciplina e o trabalho na lavoura, a constituição das famílias e das gentes ordeiras, capazes de suportar a rotina da roça e as tantas privações da vida rural.<sup>397</sup>

No Brasil a catolicidade e a italianidade se associaram, fazendo com que, num primeiro momento, os imigrantes desenvolvessem mais a sua catolicidade devido à ausência do Estado: “Italianidade e catolicismo andarão juntos no início da colonização, pois a Igreja delegou-se a missão de manter a moral, os costumes e o amor à pátria de origem dos italianos. Ela permitiu, mediante a vinda dos religiosos a construção de comunidades no modelo italiano”<sup>398</sup>. Num segundo momento, quando os imigrantes intensificaram o contato com os brasileiros, a italianidade também começou a aumentar: “De um ponto de vista teórico, parte-se do pressuposto de que a identidade étnica (em nosso caso, italianidade) é essencialmente uma fronteira social interposta entre um determinado grupo e ‘os outros’.”<sup>399</sup> A tensão entre catolicismo e italianidade aconteceu mais entre as lideranças políticas e religiosas do que propriamente entre os imigrantes, que reagiam contra a italianidade somente quando eram incitados pelos religiosos.

<sup>396</sup> “Fizemos a Itália; agora, precisamos fazer os italianos.” (D’AZEGLIO, 1792-1866). Apud: HOBBSAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 104.

<sup>397</sup> BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 114.

<sup>398</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria, RS**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006, p. 124-125.

<sup>399</sup> TRUZZI, Oswaldo. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. 1ª. ed. São Paulo: Unesp, 2016, p. 15.

Diante do isolamento dos imigrantes italianos nas colônias, a Igreja Católica também se preocupou em integrá-los à cultura e à Igreja nacional:

[...] a ex-colônia de Silveira Martins distanciava-se, por vários fatores, do modelo idealizado de uma comunidade nacional. A presença de comunidades étnicas isoladas era considerada preocupante pela Igreja, que se empenhava em integrá-las à vida política e à cultura nacional. Tratava-se de construir um conjunto de valores sociais e políticos, com vistas a mobilizar o imaginário social e criar sentimentos de pertença coletiva ao Brasil. Isso consistia em forjar, nos elementos díspares, aspectos comuns que possibilitassem agregar e constituir uma comunidade nacional, ou seja, transformar a população estrangeira em brasileiros. Cada indivíduo deveria reconhecer a si e seus compatriotas como uma coletividade, pertencendo à nacionalidade brasileira, a qual excluía aqueles que dela não participassem.<sup>400</sup>

Na Itália os imigrantes eram identificados conforme sua comuna ou província de origem (vicentinos, padovanos, friulanos), já no Brasil, passaram a ser reconhecidos como “italianos” por serem oriundos da Itália, mesmo tendo origens e dialetos diferentes. “A identidade de italiano genérico se processou com maior força na terra hospedeira, pois necessitavam de elementos que os fortalecessem enquanto grupo e os diferenciavam da sociedade envolvente.”<sup>401</sup> Devido à fraca identificação dos imigrantes com a Itália enquanto nação, a italianidade dos imigrantes só se desenvolveu no Brasil na convivência com os brasileiros e por iniciativa de alguns garibaldinos.

Na colônia de Silveira Martins a catolicidade e a italianidade se tornaram duas dimensões centrais e inseparáveis da vida dos colonos expressas através da religião, fator de coesão para o grupo que se organizava tanto religiosa quanto socialmente em torno das capelas rurais e urbanas. No início da colonização o catolicismo<sup>402</sup> uniu mais os imigrantes do que a italianidade<sup>403</sup>, porque ainda não tinham desenvolvido o sentimento de patriotismo

<sup>400</sup> MARIN, Jérri Roberto. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-Colônia de Silveira Martins. **Imaginário**. São Paulo, v. 13, n. 14, 2007, p. 192.

<sup>401</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: UFSM, 2006, p. 137.

<sup>402</sup> “Os colonos eram católicos antes de qualquer coisa e, desta maneira, eram permeáveis a toda a doutrina ensinada pelos padres e felizes por serem alvo de uma ação missionária. Os padres palotinos, por sua vez, tinham consciência do que a religião representava para esses colonos e, não por acaso, escolheram a 4ª Colônia como base para solidificarem-se e depois ganhar terreno pelo Brasil.” MARIN, Roberto Jérri. **“Ora et labora”**: o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1993, p. 95.

<sup>403</sup> “No que se refere ao primeiro aspecto – a ‘opção’ dos colonos/imigrantes pela italianidade não oficial, Azevedo (1979, p. 65) faz a distinção entre a política de italianidade oficial, defendida pelo

italiano ou brasileiro. A consciência do ser “italiano” surgiu das diferenças e da comparação dessas diferenças entre os costumes italianos e os brasileiros quando entraram em contato.

Em Silveira Martins a integração dos imigrantes aconteceu através da prática da religião católica nas comunidades situadas no interior da colônia, pois todos tinham como laços identitários a religião, a vivência nas paróquias e a condição de imigrados. Como os diferentes grupos que vieram da Itália não tinham muitos costumes em comum – por vezes, não compartilhavam nem o mesmo dialeto –, mas tão somente a prática católica e o hábito de frequentar paróquias, a religião se tornou o principal elo de identificação e socialização entre os imigrantes italianos. O sacerdote secular e memorialista Luiz Sponchiado depôs sobre a importância da religião na vida dos imigrantes italianos:

O padre na colônia italiana era o verdadeiro líder, porque o imigrante italiano veio da Itália sem pátria. A Itália se reuniu em 1870, mas quando os imigrantes saíram de lá, por volta de 1874-75, eles ainda não tinham noção de nacionalidade – se eu perguntava para meu avô se ele era italiano, ele dizia que não, que ele era Trevisan, da região de Treviso. Eram muitos principados, muitas localidades. Cada lugar guarda sua História e seus costumes. As vezes numa distância de 20 km, se mudava até no modo de se vestir [...]. E com este bairrismo todo, eles eram muitos desunidos, era muito difícil criar uma sociedade -ao contrário dos alemães, que podiam ter religiões diferentes, mas tinham em comum sociedade de tiro, escola.<sup>404</sup>

A liderança do padre secular ou religioso na colônia era incontestada, e sua presença também significava desenvolvimento social e econômico para a comunidade, pois a vila que tivesse um padre estável apresentava mais chance de se tornar paróquia, e a vila que fosse sede da paróquia tinha mais possibilidade de se tornar município. A prosperidade dos lotes rurais e do trabalho dos imigrantes na agricultura também dependia do desenvolvimento e da prosperidade da vila de seu núcleo colonial. A construção da capela, do comércio, de moinhos

---

Estado italiano da denominada italianidade, representada pela manutenção das tradições trazidas pelos imigrantes e da sua defesa no cotidiano pela preservação dos costumes, uso da língua e práticas religiosas.” BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia**: da fragmentação à integração. Tese (Doutorado em História), UNISINOS, São Leopoldo, 2011, p. 106. Para Possamai o sentimento da italianidade (não oficial) precede a política de italianidade organizada pelo Estado italiano. Os imigrantes se sentem antes de tudo Vênetos e só passaram a se sentir italianos no Brasil quando foram confrontados com as etnias portuguesa, alemã, polonesa e russa presentes no território gaúcho. Cf.: POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005.

<sup>404</sup> VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório**: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1893-1928. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 322-323.

e de açougues em sua vila ampliava o mercado e a variedade de produtos que poderiam ser comercializados, aumentando o lucro dos colonos.

Autoridade e o prestígio que o padre gozava entre os colonos italianos provinham, principalmente, do fato de ser ele o símbolo da fé, do progresso e da cultura. O padre, normalmente, era a pessoa que possuía maior estudo e, portanto, muitas vezes solicitavam a solução dos problemas não só espirituais, como também materiais.<sup>405</sup>

Os imigrantes acreditavam na Providência Divina ministrada por intermédio dos sacerdotes para conduzi-los nas situações de dificuldade e nos momentos decisivos para alcançar êxito em seus projetos religiosos e econômicos: “Todos se esforçavam para viver os ensinamentos da igreja ou cumprir as leis de Deus. A bênção do padre era acreditada, viam o poder de Deus sobre as pragas, pestes e doenças.”<sup>406</sup> A religião era a base do imaginário coletivo reforçada pela fé individual e comunitária: confiavam que as orações e as bênções dos sacerdotes eram capazes de livrá-los de todo tipo de mal, doenças e pragas na lavoura.

No Rio Grande do Sul, o Estado brasileiro solicitava a presença da Igreja e dos padres e dependia dela para que os colonos permanecessem nas novas colônias. Embora a colônia italiana de Silveira Martins tenha sido criada no final do período imperial (1877), sua organização seguiu o sistema do padroado<sup>407</sup>, ou seja, os governos imperial e provincial influenciavam a organização da Igreja indicando bispos, párocos e vigários para assistir os imigrantes nas colônias italianas. O Império ainda pagava o salário dos religiosos e ajudava a construir e reformar igrejas, cemitérios e escolas paroquiais. As autoridades municipais e estaduais também se valiam da presença do padre para favorecer o desenvolvimento do comércio na região, pois se sabia que os colonos sempre se reuniam em maior número onde

---

<sup>405</sup> FOCHESTATTO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EST, 1977, p. 31.

<sup>406</sup> DOTTO, Concórdio Genuíno. **Silveira Martins tutti bona gente**. Santa Maria: UFSM, 1987, p. 42.

<sup>407</sup> “O regime do padroado brasileiro tem suas origens no padroado português, e as origens históricas do padroado remontam ao século IV, quando o cristianismo não tinha permissão para realizar suas práticas religiosas livremente nos territórios do Império Romano. O padroado foi criado através de um tratado entre a Igreja Católica e os reinos de Portugal e Espanha. A Igreja delegava aos monarcas dos reinos ibéricos a administração e a organização da Igreja Católica em seus domínios. O rei mandava construir igrejas, nomeava os padres e os bispos, sendo estes depois aprovados pelo Papa. Assim, a estrutura do reino de Portugal e de Espanha tinha não só uma dimensão político administrativa, mas também religiosa. O sentido para a implantação da ordem do padroado no Brasil se convergia em dois motivos pertinentes, a expansão das fronteiras e a propagação da fé católica, como pressuposto necessário da colonização das novas terras descobertas.” HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 165.

tivesse uma capela ou uma paróquia, em torno da qual se formava um centro comercial de produtos agrícolas e manufaturados.

Em 1885, depois de visitar as colônias italianas no Rio Grande do Sul, o inspetor de colonização Manoel Maria de Carvalho enviou ao governo geral a seguinte sugestão:

É por todos sabido que os imigrantes europeus são excessivamente religiosos e não dispensam, de modo algum, o padre e a igreja. Quem conhece, sobretudo por observação própria, as colônias do Império sabe perfeitamente que o padre é o mais poderoso elemento de ordem, moralidade e estabilidade para os colonos. Por este motivo, os chefes das comissões encarregadas de estabelecê-los aproveitam-se dele, como auxiliar indispensável para conseguir que os imigrantes recém-chegados povoem os núcleos novos, dediquem-se ao trabalho agrícola com perseverança, obedeçam às suas determinações e não abandonem os lotes.<sup>408</sup>

O governo e as autoridades temiam que os italianos abandonassem os lotes, como fizeram os russos e os poloneses devido aos obstáculos e às dificuldades para permanecer neles. Daí o incentivo do governo para a vinda dos padres e a construção das capelas. Por outro lado, os imigrantes também faziam questão de construir os edifícios religiosos o mais rápido possível. As capelas e os capitéis<sup>409</sup> começaram a ser construídos logo que os primeiros imigrantes chegaram na colônia de Silveira Martins, sendo que as capelas eram construídas nos centros das linhas e travessões e os capitéis em frente às casas ou encruzilhadas. “A vivência religiosa construiu um território simbólico de segurança e estabilidade, visível nos capitéis, capelas e igrejas e nas imagens dos padroeiros.”<sup>410</sup> As capelas surgiram principalmente por motivações religiosas, para a celebração dos cultos, mas também serviram como espaço de encontro, sociabilidade e negócios. Já os capitéis, surgiram em frente as casas, e nas encruzilhadas, principalmente para pagar promessas por curas recebidas e livramento de acidentes, em rituais em que os santos eram entronizados como protetores pelo milagre realizado.

---

<sup>408</sup> CARVALHO, Augusto de. O Brasil, colonização e imigração. Porto: Moraes, 1875, p. 34. Apud: MANFROI, Olívio. **A colonização Italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2ª. ed. Porto Alegre: EST, 2001, p. 140.

<sup>409</sup> Os capitéis eram capelinhas construídas em frente às casas das famílias ou nas encruzilhadas para agradecer a graças e livramentos de acidentes, tempestades e ataque de animais.

<sup>410</sup> ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS**. Santa Maria: UFSM, 2006, p. 138.

À súbita edificação de capelas, capitéis, pequenos comércios, praças, além de sinais de devoção e busca de desenvolvimento econômico, serão marcas da recriação de um *paese* deixado para trás. A religião constituir-se-á em um lugar de memória da imigração italiana, porque permitiu tanto a construção de certa unicidade entre os recém-chegados – elaborando um conjunto comum de crenças – quanto a manutenção de um elo, fundado na sensibilidade, entre o lugar que se deixou e aquele que se está descortinando.<sup>411</sup>

Devido à falta de médicos, os imigrantes se apegavam à devoção mariana para livrá-los da morte nos partos, dos acidentes no trabalho e das doenças. Para outros males, existiam muitos outros santos com o poder de solucionar problemas e curar enfermidades: São Roque combatia as epidemias e as pestes; São Brás salvava as pessoas que se engasgavam durante as refeições; São Francisco curava as doenças dos animais; São Patrício salvava as pessoas picadas por cobras venenosas<sup>412</sup>.

Os imigrantes italianos consideravam a religião legítima e necessária para sua salvação espiritual e sobrevivência material. A Igreja e os sacerdotes eram reconhecidos e respeitados pelos imigrantes por dois principais motivos: acreditavam que a Igreja e os sacerdotes eram representantes de Deus na Terra e que tinham o poder de abençoá-los ou amaldiçoá-los conforme o seu comportamento – por isso, o poder religioso era ao mesmo tempo respeitado e temido; e esperavam que o padre também fosse seu líder político por ser uma pessoa culta capaz de administrar paróquias e comunidades.

A ação da igreja por seus padres, também desprotegidos, torna-se o único elo de união de forças entre os colonos, o sinal da esperança material e espiritual, os padres se tornam líderes acreditados por todos capazes de diluir distâncias e bairrismos provincianos peculiares aos italianos, e de agregar comunidades e grupos em torno da estrada a abrir, de uma ponte a construir, de uma capela ou de uma escola a edificar.<sup>413</sup>

Os sacerdotes e as freiras não eram questionados em seus poderes e funções, mas eram cobrados pelos imigrantes para que defendessem seus interesses e necessidades perante a Igreja e as autoridades municipais. Por isso, para o sacerdote e a freira serem respeitados e

---

<sup>411</sup> BENEDUZI, Luiz Fernando. **Os fios de nostalgia:** perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário. Porto Alegre: UFRGS, 2011, p. 149.

<sup>412</sup> Cf.: MARIN, Roberto Jérri. **“Ora et labora”:** o projeto de restauração católica na ex-colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1993.

<sup>413</sup> COSTA, Rovílio. A igreja no início das colônias italianas. In: DE BONI, Luís Antonio (Org.). **A presença Italiana no Brasil.** Vol. 3. Porto Alegre: EST/Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 499.

requisitados pelos colonos, não bastava ser um enviado de Deus ou uma pessoa santa, também precisava demonstrar competência em administrar a paróquia e as escolas católicas. Os religiosos que não atendiam aos interesses políticos e econômicos dos colonos e dos comerciantes da região eram criticados, alguns dos quais também foram ameaçados, expulsos ou mortos.

Depois de várias tentativas frustradas com o clero secular na Itália, Vernier conseguiu alguns padres palotinos para atender os imigrantes italianos de Silveira Martins. Em 24 de julho de 1886 chegaram em Vale Vêneto, interior da colônia, os quatro primeiros padres palotinos<sup>414</sup>: Guilherme Whitmee e José Bannin (ingleses), Jacó Pfändler (suíço) e Francisco Xavier Schuster (alemão). Na mesma manhã uma comitiva de 100 cavaleiros levando as bandeiras do Brasil, da Itália, do Vaticano, e uma branca, representando a paz, foram esperá-los na estação de trem de Arroio do Só para conduzi-los até Vale Vêneto.

A fundação dos palotinos em Vale Vêneto foi a primeira na América e tinha por missão moralizar o clero secular brasileiro e catequisar os imigrantes a partir das diretrizes do Concílio Vaticano I (1869-1870)<sup>415</sup> e do ultramontanismo<sup>416</sup>. Como os carlistas e os capuchinhos, os palotinos foram enviados ao Brasil para implantar as reformas do Concílio convocado pelo Papa Pio IX em Roma, visando combater a secularização do mundo e o liberalismo político e econômico com base em três pilares: o ultramontanismo, a romanização<sup>417</sup> e a infalibilidade papal. Os ultramontanos eram o grupo mais radical porque queriam manter a Itália sob o domínio papal e o controle da Igreja sobre o Estado e a

---

<sup>414</sup> Cf.: BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991. QUAINI, João Baptista. **Origem histórica da Província Nossa Senhora Conquistadora: Primeira parte – 1886-1954**. Santa Maria: Biblos, 2016.

<sup>415</sup> Cf.: SOUZA, Wladimir Doniseti de. Imigração italiana e Igreja: ultramontanismo e neoultramontanismo. In: DREHER, Martin (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002, p. 287.

<sup>416</sup> “Ultramontanismo (do outro lado da montanha), desde o século XI, era usado para descrever cristãos que defendiam a submissão de todos a Roma ou que defendiam o ponto de vista do papa.” Cf.: VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: UNB, 1980, p. 32. No século XIX o ultramontanismo passou a designar o movimento de defesa da Igreja Católica contra os valores da modernidade defendidos pela Revolução Francesa em 1789, visando submeter as autoridades civis à autoridade espiritual e temporal do Papa. Defendia o primado da Igreja sobre o mundo ocidental para reafirmar a autoridade do Papa sobre os povos cristãos e era contra a democracia e a independência dos poderes temporais. Cf.: AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono: um projeto conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992, p. 116.

<sup>417</sup> Biasoli defende que os palotinos romanizaram os valores morais e religiosos dos imigrantes na colônia Silveira Martins para reforçar as estruturas de poder da Igreja e enfraquecer a liderança dos católicos leigos na administração das capelas. BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 57.

sociedade civil. Já os romanizadores queriam apenas manter a hegemonia da doutrina e da liturgia católica sobre a religiosidade popular.

Os palotinos adotaram o lema beneditino *Ora et labora*<sup>418</sup> para promover a evangelização e o progresso econômico da colônia, e ainda despertar novas vocações para o sacerdócio e a vida religiosa. Os palotinos queriam moralizar a imagem dos sacerdotes brasileiros perante os imigrantes e ainda formar católicos honestos, pacíficos, trabalhadores e religiosos, obedientes às autoridades religiosas e civis.

E na concepção da época e no da Restauração, ser um membro útil significava saber ler e escrever, interiorizar costumes e valores da tradição dos antepassados, preservar a língua e, antes de mais nada, aprender o Catecismo, conhecer a História Bíblica, amar a Igreja, respeitar as autoridades eclesiásticas e viver escrupulosamente, conforme os mandamentos de Deus e da Igreja, orientar a vida em sintonia com os preceitos disciplinares prescritos por Roma e, finalmente, levar uma vida sacramental intensa e permanente.<sup>419</sup>

A chegada na colônia da Pia Sociedade das Missões<sup>420</sup>, dos padres e irmãos palotinos, causou desconforto entre os padres seculares. Enquanto os padres seculares Marcelino Bitencourt, Antonio Sorio e Vitor Arnoffi eram sacramentalistas e liberais, os padres religiosos palotinos eram ultramontanos<sup>421</sup> e pastoralistas. Os palotinos queriam romanizar<sup>422</sup> o clero e a liturgia para reforçar o poder da Igreja e do Papa sobre os fiéis, com a missão de

<sup>418</sup> Cf.: MARIN, Roberto Jérri. “**Ora et labora**”: o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1993.

<sup>419</sup> RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST, 1998, p. 154.

<sup>420</sup> A Pia Sociedade das Missões (PSM) é uma ordem religiosa ultramontana fundada por Vicente Pallotti em 1835 em Roma, Itália, com o objetivo de propagar a fé católica através de missões religiosas no estrangeiro. “O propósito da Pia Sociedade das Missões era avivar a fé entre o povo cristão e propagá-la entre os hereges e infiéis, dilatando o reino de Jesus Cristo na Terra. O sofrimento era parte integrante e até algo desejável na concretização desse projeto.” IOPP, Rafael. Vicente Pallotti e sua obra. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 1936. Apud: BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 57.

<sup>421</sup> “A Igreja devia exercer todas as atividades próprias do Estado, dando a elas um cunho tipicamente espiritual. Afirma-se que o Estado devia cuidar do corpo, enquanto à Igreja competia zelar pela salvação das almas.” AZZI, Riolando. **Sinal dos Tempos: a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria na Renovação Pastoral**. Porto Alegre, 2007, p. 7.

<sup>422</sup> “As linhas básicas dessa reforma foram, segundo a síntese feita por Isnard de Albuquerque Câmara Neto (2000, p. 67-80): o caráter tridentino (divulgação e fortalecimento da doutrina estabelecida pelo Concílio de Trento), o caráter romanista (ênfase do poder espiritual e político do papa e reforço do caráter internacional do catolicismo), o caráter episcopal (peso da hierarquia eclesiástica no comando dos fiéis e a ideia de que bispos e sacerdotes não são funcionários do Estado) e o caráter clerical (fortalecimento do poder do padre no âmbito da paróquia).” BIASOLI, op. cit., p. 41.

substituir o catolicismo popular pelo romano, pois acreditavam que a obediência ao Papa e à Doutrina da Igreja fortaleciam a fé dos imigrantes. A romanização da Igreja Católica no Brasil tinha por objetivo aumentar a dependência dos fiéis católicos aos sacerdotes e bispos e diminuir a interferência dos leigos na hierarquia eclesiástica e na economia das paróquias.

A igreja viveu – na segunda metade do século XIX – um momento de profunda transformação e, buscando readequar a instituição às mudanças pelas quais passava a sociedade, os bispos reformadores trilharam um caminho conservador, retomando o Concílio de Trento, reafirmando a universalidade da Igreja e os dogmas de fé e moral. A partir dessa opção – que segue as diretrizes do Sumo Pontífice, Pio IX – os prelados buscam reforçar no país as idéias ultramontanas, reforçando o atrelamento à hierarquia e a independência frente à ingerência do Estado, promovendo a Restauração Católica no Brasil.<sup>423</sup>

Outra questão surgida entre os padres seculares e os padres religiosos foi a econômica, pois enquanto os padres seculares investiam seu salário e as ofertas dos fiéis na compra de lotes, casas e comércios particulares, os padres religiosos recebiam doações de terrenos e materiais para construir seminários e escolas com o intuito de ensinar e catequizar crianças e jovens. Os palotinos faziam votos de obediência, castidade e pobreza e, por isso, não tinham ambição de juntar bens terrenos como era o caso dos padres seculares diocesanos que podiam ter uma vida profissional paralela à vida sacerdotal desenvolvendo atividades na agricultura e no comércio.

As representações de uma Igreja romanizada deixavam claro a formação de uma ética puritana entre os colonos, onde a hierarquia era sagrada e a presença e participação leiga espontânea, paulatinamente desestimulada ou secundarizada. A rigidez moral forjava uma espiritualidade notadamente monacal, onde os prazeres físicos eram substituídos pelas virtudes e os méritos do trabalho, o qual interpretava a necessidade da economia colonial, ávida de braços para o trabalho, essencialmente agrícola.<sup>424</sup>

Os imigrantes disputaram espaços e posições de poder com os padres religiosos e seculares dentro da própria colônia para construir as suas capelas, escolher seus padroeiros e ocupar cargos de lideranças nas Sociedades da Capela. Eles se aliavam aos padres para tentar

---

<sup>423</sup> BENEDUZI, Luiz Fernando. **Imigração italiana e catolicismo:** entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008, p. 47.

<sup>424</sup> COCCO, Ricardo. A questão da religião e a imigração italiana no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas.** Frederico Westphalen - RS, v. 9, n. 13, 2008, p. 3.

transformar sua capela em paróquia com a finalidade de se sobrepor aos demais povoados da região<sup>425</sup>. A emancipação tanto da capela quanto do município atrairia mais pessoas e aceleraria o processo de desenvolvimento econômico da localidade com a construção da Prefeitura, de hospital, correio, delegacia e escolas, gerando mais postos de trabalho e riquezas. A disputa entre os moradores de Vale Vêneto, o padre Sorio e os moradores de Silveira Martins para ter um padre próprio confirma o desejo de independência dos imigrantes

O primeiro sentimento dos imigrantes na colônia foi o de isolamento e abandono por parte das autoridades civis e religiosas, e muitos queriam voltar para o seu *paese* de origem. Como já dito, os grupos de imigrantes se diferenciavam pelo *paese* de origem, pelos diferentes dialetos e pela devoção a distintos santos e se identificavam pelo fato de serem imigrantes e de terem um mesmo destino ligado ao lote rural e à Sociedade da Capela. O enfretamento da mesma realidade de privações e os objetivos em comum fizeram surgir uma consciência e uma rede de solidariedade capazes de vencer os obstáculos da natureza, da língua e da convivência com os brasileiros.

A religião foi a linguagem pela qual os imigrantes se comunicaram para encontrar soluções comuns: “foi através da Religião Católica que o imigrante italiano se encontrou consigo mesmo e com os outros, formando uma unidade que se exprimia na constituição destas comunidades de trabalho e de fé que foram as linhas coloniais.”<sup>426</sup> Os vínculos religiosos ainda trouxeram crescimento econômico, pois onde eram construídas capelas também surgiam bodegas, indústrias artesanais, comércio e oportunidades de negócios.

As comunidades de imigrantes italianos devem à religião seu modo de organização. Os povoados e vilas nasceram, quase sempre ao redor de uma capela, cuja construção foi umas das primeiras preocupações do imigrante. Essa era dedicada ao santo de devoção do idealizador ou da comunidade. Como consequência, o nome da localidade, na maioria das vezes, originava-se do nome do santo da capela. E a partir dela, como ponto de referência, é que a comunidade se organizava. À sua volta construíam um salão, uma escola, suas casas. Lá tinham seus encontros religiosos, sociais e de lazer.<sup>427</sup>

A religiosidade e a sociabilidade eram importantes para os colonos e estavam interligadas, visto que faziam parte dos seus valores. A participação no culto religioso e nas

---

<sup>425</sup> AZZI, Riolando. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin N. (Org.). **Imigrações e história da Igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 1993, p. 73.

<sup>426</sup> MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: EST, 2001, p. 122.

<sup>427</sup> ROVEDA, Fernando. **Caminhos da fé**. 2ª. ed. Caxias do Sul: Lorigraf, 2010, p. 45.

festas sociais era essencial para serem aceito pela comunidade. Quem fosse batizado, mas não frequentasse o terço, as novenas ou a missa era considerado pagão ou ateu: “[...] a participação das celebrações litúrgicas, nos domingos e dias de festas, era uma obrigação moral, pois só o praticante era considerado pessoa de fé, digna da estima e aceito pelos demais.”<sup>428</sup> Por isso, só a fé e as orações domésticas praticadas em família não eram suficientes para que os italianos e seus descendentes fossem considerados católicos praticantes pela Igreja e, conseqüentemente, pelos seguidores do catolicismo.

A tradição religiosa forma um *habitus* que, com o passar do tempo, é assumido pelo grupo como natural<sup>429</sup> e necessário para todos. Quem descumpra o *habitus* passa a ser considerado infrator pelo grupo e pode ser punido ou expulso da comunidade. O *habitus* é [...] um “sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes.”<sup>430</sup> No *habitus*, o conhecimento é substituído apenas pela crença, e a ação do indivíduo é orientada pela ideia de que precisa respeitar o *habitus* para o seu bem e o da comunidade.

Essa religiosidade desempenhou um papel importante na organização e na reconstrução grupal da nova Pátria. O reforço das convicções religiosas era visto com simpatia pela hierarquia eclesiástica, pois tornava possível o projeto de cristianização da sociedade.<sup>431</sup>

A frequência nos cultos e a prática religiosa eram entendidas pelos imigrantes como uma necessidade<sup>432</sup> para a sustentação do seu mundo familiar, laboral e comunitário. Em carta

---

<sup>428</sup> MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. Porto Alegre: EST, 2001, p. 122.

<sup>429</sup> “A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural.” BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 49.

<sup>430</sup> BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 191.

<sup>431</sup> MARIN, Roberto Jérri. **“Ora et labora”**: o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1993, p. 95.

<sup>432</sup> “As populações sofriam enormemente pela privação dos socorros espirituais; sofriam tanto mais que no seio da floresta nada existia que os consolasse. Para conseguir celebrar algo do culto religioso, construíram numerosas capelas. A cada 40 ou 50 famílias encontra-se um oratório que faz lembrar o estábulo de Belém... E na ingenuidade de sua fé, esses colonos se entregavam a práticas que davam dó. Escolhiam o mais douto do lugar (precisava que soubesse ler) para exercer as funções de ‘padre’ da capela, conforme sua expressão. Assim as funções se realizavam regularmente: procissões, bênção das velas, bênção dos ramos, missa cantada.” D’APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul**. Tradução de

de Paolo Bortoluzzi remetida em 17 de agosto de 1884 ao emissário Antônio Vernier, que se encontrava na Itália em busca de sacerdotes católicos, pode-se perceber que a ausência do sacerdote e da paróquia no mundo colonial já teria gerado algum prejuízo religioso, econômico e social para os imigrantes: “Temos em comum a idéia de sanar o passado; mas, para fazer isso, você tem que saber que esta nossa comitiva deve ter um pensamento santo, pois só com esse objetivo é possível fundar a Igreja Católica nestas regiões.”<sup>433</sup>

A carta revela que os imigrantes não estavam tendo nenhum atendimento religioso na colônia por falta de sacerdotes. A afirmação de Bortoluzzi de “sanar o passado” provavelmente se refere à falta de um sacerdote para realizar os batizados, os casamentos e a celebração das missas. Sua principal intenção podia não ser religiosa, mas era isso que transparecia nas cartas e na sua liderança local, ao disponibilizar dinheiro e tempo para trazer os padres da Itália e construir as capelas, mesmo sendo comercialmente beneficiado. Outra possibilidade é que Bortoluzzi fosse um homem religioso, mas nem por isso deixava de ter interesses pessoais, principalmente os comerciais.

A religião católica foi essencial para unir os imigrantes italianos e fazê-los superar as diferenças culturais para a formação de uma identidade capaz de integrar grupos distintos, pois conseguiu congregar imigrantes de diferentes origens, dialetos e devoções na mesma Sociedade da Capela. A religião também os motivou a vencer os obstáculos, permanecer na colônia, suportar as mortes, as doenças e os acidentes, com a finalidade de alcançar o progresso econômico através do trabalho e a salvação de suas almas através das orações.

### 3.3 SOCIEDADES DA CAPELA

A partir de 1878, na colônia de Silveira Martins, os imigrantes italianos se organizaram em pequenas comunidades e construíram capelas sem ajuda da Igreja e do Estado, devido à ausência de sacerdotes e bispos. Nas linhas surgiram as Sociedades da Capela, que se diferenciavam da paróquia por dois principais fatores: a) na Itália quase todas as igrejas eram paróquias e tinham seus respectivos padres estáveis, já no Brasil a construção e a organização das capelas foram feitas pelos próprios imigrantes, pelos padres leigos e pelos

---

Maria Antonieta Baggio. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1976, p. 99.

<sup>433</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil.** Porto Alegre: EST, 2001, p. 326.

catequistas, que conduziam os cultos, as orações, a catequese e as festas; b) no interior do Brasil as paróquias eram construídas na sede das fazendas e o salário dos sacerdotes eram pagos pelo Império do Brasil ou pelos fazendeiros, já nas Sociedades da Capelas eram construídas em terrenos doados pelos sócios da capela com trabalho voluntário e o salário dos padres eram pagos pelos colonos.

Na Itália os italianos conviviam com os padres diariamente, pois estes eram em grande número e quase todas as famílias tinham pelo menos um filho, irmão, primo ou tio padre. Os sacerdotes participavam da vida dos fiéis e de todas as datas comemorativas dos imigrantes, como batizados, casamentos e festas, além dos momentos de sofrimento, como no caso de doenças e da morte de membros das famílias. Porém, nas colônias ainda não existiam Igrejas ou capelas, muito menos sacerdotes disponíveis para oferecer assistência religiosa. Por isso, os imigrantes idealizaram e construíram suas próprias capelas em seus lotes, e se sentiram responsáveis pelos espaços religiosos e sociais que frequentavam e em que trabalhavam.

As autoridades e os prédios públicos responsáveis pela administração de toda a região colonial foram instalados somente na sede da colônia. Nesse contexto, cada linha<sup>434</sup> teve que construir sua própria capela para se tornar independente da sede. As linhas e travessões que não tivessem uma capela eram considerados inferiores:

Cada travessão via-se obrigado a construir seu templo. Não tê-lo, equivalia a uma situação de inferioridade ante os vizinhos. Organizá-lo devidamente era condição primeira para sonhar com elevação de *status*, o que seria obtido quando se conseguisse um padre e, acima de tudo, quando a capela fosse constituída como paróquia<sup>435</sup>.

No Brasil o isolamento dos colonos em meio à mata fez com que a sede da colônia de Silveira Martins e suas Sociedades da Capela passassem a ser os principais pontos de encontro dos imigrantes, que se uniram em torno da família, do trabalho e da religiosidade católica. A capela era o centro da vida social na colônia, já que ao seu redor se agrupavam os imigrantes para rezar e fazer negócios. A construção da capela impulsionava o

---

<sup>434</sup> “A linha determinou a estrutura social e a unidade orgânica do povoamento. A sede da colônia era o centro administrativo e comercial, mas foi na própria linha que os imigrantes organizaram sua vida religiosa e social, segundo o modelo de seus vilarejos natais. A mata virgem e a falta de estradas dificultavam o contato com outras linhas e com outras sociedades.” MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2ª. ed. Porto Alegre: EST, 2001, p. 94.

<sup>435</sup> DE BONI, Luis Alberto. O Catolicismo da Imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996, p. 236.

desenvolvimento econômico da linha ou travessão, uma vez que ao lado dela também surgiam os moinhos, as serrarias, as fábricas artesanais e as casas de comércio.

A capela funciona como centro de recreação e reunião no pavilhão anexo, ao redor dela surgiu a bodega, o salão de festas, a cancha de bocha, o cemitério, a escola, a capela é ainda como o órgão dominador dos instrumentos de controle social, da moralidade, da cooperação e da atribuição de status.<sup>436</sup>

De 1878 a 1881 a missa era rezada de tempos em tempos apenas na sede da colônia, pelo padre Marcelino Bitencourt, para fazer os batizados e os casamentos. O imigrante e memorialista Antonio Ceretta<sup>437</sup> afirmou que os pobres imigrantes, depois de deixar sua querida pátria, só tiveram a consolação de ter entre eles o sacerdote, uma ou duas vezes, quando foram visitados pelo Vigário Marcelino Bitencourt, de Santa Maria, até a chegada dos padres italianos Antonio Sorio e Vitor Arnoffi.

As capelas eram construídas no centro das linhas para ficarem mais próximas dos moradores dos lotes, facilitando a viagem de seus frequentadores até a igreja. Os colonos se dirigiam às capelas geralmente a cavalo ou a pé, para rezar o terço aos domingos e assistir à missa uma vez por mês. Enquanto as capelas não eram construídas, os imigrantes se reuniam em casas, comércios e até debaixo de árvores para rezar. O senhor Udilo, da linha Val Feltrina de Silveira Martins, rememora como era a convivência dos imigrantes antes da construção da capela:

Todo domingo de tarde se unia toda linha, sim, toda linha, mulher, criança, homem. E tinha uma árvore aí, um tal de loro e a gente dançava, chegava a secar a grama, a grama em baixo daquela sombra. É, e vinha até gente de outras linhas. Sabia que a gente dançava às vezes? Não tinha a sociedade. Era só recolher as folhas da árvore e jogar baralho, e depois teve quem dançava. A maioria de lá vinha pra cá. É mais difícil os daqui sair. Aqui era mais divertido como dizia. É, vinha o pessoal de Linha Mântua aqui de cima também [aponta acima do morro], eles desciam de domingo. E a gente se divertia. O

---

<sup>436</sup> AZEVEDO, Thales. **Os italianos do Rio Grande do Sul**: cadernos de Pesquisa. Caxias do Sul: EDUCS, 1994, p. 182.

<sup>437</sup> CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno II, 1941, p. 45. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

rapazinho tocava gaita e todas as famílias dançando, gurizada, os casais (Udilo, 25/01/09).<sup>438</sup>

O crescimento dos povoados no interior de Silveira Martins passou primeiramente pela construção da capela, para só depois surgirem as casas e os comércios. Na fundação da colônia o núcleo mais importante era a sede, abaixo do *status* de sede estavam os povoados<sup>439</sup> e as Sociedades da Capela do interior da colônia. As comunidades que compunham as “Sociedades da Capela” organizadas em cada linha localizavam-se a cada 4 ou 5 km umas das outras, muitas surgiram antes mesmo da construção das capelas, pois antes de construí-las os imigrantes precisavam decidir em comum acordo qual seria o local de construção, quem doaria os materiais e quem a construiria.

O surgimento de capelas sem sacerdotes criou a figura do padre leigo<sup>440</sup> para substituí-los. O padre leigo não era indicado pelo bispo, mas espontaneamente eleito pela própria comunidade por possuir alguns atributos pessoais e algumas habilidades e competências, como saber ler e conhecer a liturgia católica. “A característica principal que define o Padre Leigo, no início, é que ele exercia certas funções religiosas, coordenava encontros comunitários como ministro autônomo e não como dependente, ajudante ou executor das determinações dos padres”<sup>441</sup>. Os padres leigos eram escolhidos entre fabriqueiros, catequistas, professores ou comerciantes: “Alguns dos primeiros professores eram Padres Leigos e ensinavam particularmente o catecismo e a “responder” a missa em latim.”<sup>442</sup>

Logo após a construção das capelas, a função do Padre Leigo foi se ampliando e pouca diferença existia entre os padres ministeriais, pois o Padre Leigo passou a promover batizados e celebrar a liturgia da missa, omitindo apenas a consagração. Cantavam os cânticos das ladainhas e da Salve Rainha como também encomendavam os defuntos. O coral da capela cantava o Ofício dos defuntos e o Padre Leigo fazia as orações finais. Além de suas funções religiosas, o Padre

---

<sup>438</sup> CHIAMULERA, Márcia. **Identidade em performance**: um estudo etnográfico sobre as festas de capela no “berço” da Quarta Colônia de imigração italiana/RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2010, p. 73.

<sup>439</sup> Povoado é uma pequena aglomeração de casas em torno da capela de cada linha.

<sup>440</sup> O Padre Leigo era um ministro católico eleito pela própria comunidade para ler as orações da missa, fazer batizados, casamentos e exéquias na falta de um padre ordenado pela Igreja Católica.

<sup>441</sup> BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia italiana**: religião e costumes. Porto Alegre: EST, 1981, p. 73.

<sup>442</sup> *Ibidem*, p. 36.

Leigo era encarregado de administrar a capela e providenciar a catequese para as crianças e jovens.<sup>443</sup>

Os padres leigos e os fabriqueiros eram responsáveis pela organização das Sociedades da Capela. Não existia a figura de um chefe, e a capela era dirigida por uma equipe coordenada pelo padre leigo, catequista ou fabriqueiro. As capelas eram espaços de convivência, tanto religiosa quanto social. Os padres leigos geralmente eram professores e também usavam o espaço da capela para ensinar as crianças a ler, escrever e contar em italiano, para que fossem capazes de aprender as lições da catequese. O padre leigo dirigia as atividades religiosas: a celebração da palavra, a reza do terço, os batizados, a festa do padroeiro, as bênçãos e os funerais. E os Fabriqueiros cuidavam da manutenção da capela, do salão de festas, do cemitério e da preparação dos alimentos – polenta, macarrão, pães, geleias e bebidas (vinhos e sucos).

Um dos primeiros padres leigos da colônia foi o agricultor e professor Antônio Ceretta<sup>444</sup>, que lecionou durante 40 anos. Durante a semana Antonio Ceretta ensinava italiano, português e matemática, e nos finais de semana, ensinava a catequese para as crianças e lia as orações da missa. O padre leigo também era conhecido como *Prete de Scapoera* porque só rezava nas capelas do interior da colônia, pois sua atuação não era incentivada pela Igreja Católica e só era tolerada onde não havia sacerdote ordenado. Porém, a partir de 1886, com a chegada dos dois primeiros padres palotinos em Silveira Martins, Jacó Pfändler e Francisco Schuster, que pregavam a infalibilidade papal e a obediência dos leigos ao clero, a atividade dos padres leigos foi reprimida e considerada supersticiosa pelos religiosos.

Seria antes de desejar que sua operosidade encontrasse incitadores, especialmente na instrução religiosa, pois foi esta parte e por ele mais estimada e prestigiada. Como catequista aprontava os meninos para a primeira Comunhão que anualmente se fazia. Todos os dias dava na escola uma ora de catecismo, e todos os domingos o ensinava na

---

<sup>443</sup> MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. **O mito do padre entre descendentes italianos: a comunidade de Otávio Rocha**. 2ª. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 56.

<sup>444</sup> Antônio Ceretta era filho de Fabrizio Ceretta e Orsola Dal Santo e nasceu na comunidade de Monticello di Lonigo, Província de Vincenza, Itália, em 24 de agosto de 1868. Emigrou para Silveira Martins com os seus pais e os quatro irmãos mais novos – Massimiliano (11 anos), Antonia (6 anos), Giocondo (4 anos) e Basílio (1 ano) – em 11 de janeiro de 1880, e se estabeleceram na comunidade de Vale Vêneto em 11 de setembro de 1880, onde seu pai adquiriu um lote colonial de 13 hectares na Linha 1. Antônio Ceretta casou com Thereza Antoniazzi em 31 de agosto de 1887, em Silveira Martins. Cf.: RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 122.

Capela, e fazia todo o empenho para que as crianças aprendessem e tivessem o verdadeiro conhecimento de Deus e da sua lei. Instruía os meninos que tinham habilidade para servir à Missa e promovia quanto possível as vocações religiosas.<sup>445</sup>

Em 1895 Antonio Ceretta foi eleito fabriqueiro juntamente com Luis Rosso e Luiz Cardonetti para a construção do cemitério e da capela em homenagem ao padroeiro São João Batista em São João do Polêsine. Ceretta escreveu seus primeiros manuscritos em 1894, os quais contam a história da comunidade de Vale Vêneto (1877-1886) desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos até o estabelecimento dos padres palotinos na região. O próprio Antonio Ceretta descreve a importância da religião e da capela para a organização social dos imigrantes:

É preciso registrar que não se pode descrever a história de nenhum povoado da colônia italiana, sem que figure em primeira linha e como motor do seu desenvolvimento, ocupando o lugar de primeiro fator, o movimento e progresso religioso. Um núcleo colonial que tivesse início pretendendo excluir este fator, estaria condenado a definhar e se destruir, porque entre seus habitantes, haveria falta de união de espírito, e corpo sem espírito é corpo morto e não pode obrar. Por conseguinte, cada novo povoado, o primeiro edifício que se estimava indispensável de erigir, era uma Capela que se construía em madeira: a qual, mais tarde, deve ceder o lugar a bela igreja em material, devendo esta ser como a galinha que entorno de si reúne seus pintos.<sup>446</sup>

A linha que não tivesse uma capela nunca teria chances de se tornar paróquia ou município no futuro, pois, com a falta de fiéis, não atraía clientes para o desenvolvimento do comércio local. O principal objetivo dos membros das Sociedade da Capela com a construção das capelas era religioso – buscavam erigir uma capela ou paróquia para rezar –, mas ao mesmo tempo as capelas também serviram como espaço de sociabilidade para o desenvolvimento econômico de cada povoado: as sociedades da capela “eram de cunho primeiramente religioso, depois social.”<sup>447</sup> Assim, a Igreja Católica, através das Sociedades da

<sup>445</sup> CERETTA, Antônio. Caderno II. [19--], p. 46. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>446</sup> CERETTA, Antônio. Caderno I, 1906-1918, p. 11-12. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>447</sup> COSTA, Rovílio. A igreja no início das colônias italianas. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. 3. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996, p. 497.

Capela, tornou-se o espaço onde os imigrantes organizaram a religião, mas também a sociedade e a economia<sup>448</sup>.

Uma bela igreja era o símbolo de orgulho e progresso, a presença de um padre era a garantia de crescimento. Com a presença constante do padre havia também a frequência diária de atos do culto, responsáveis pela afluência de fiéis em grande número, especialmente aos domingos e dias festivos. Com isso, garantia-se também o desenvolvimento de uma boa venda, bem como outros estabelecimentos comerciais ou industriais.<sup>449</sup>

Os principais cargos da Sociedade da Capela eram ocupados por professores, comerciantes e alguns agricultores que acumulavam prestígio religioso e social perante a comunidade. Onde não existia capela ou enquanto se esperava o término de sua construção, as orações eram feitas pelo padre leigo nas casas dos próprios imigrantes. Em caso de conflito, os líderes da comunidade eram chamados para intermediar um acordo, o qual, uma vez aceito, era rigorosamente cumprido por todos.

A Sociedade da Capela baseava-se numa hierarquia, contudo, menos rigorosa do que a hierarquia católica<sup>450</sup> entre bispos, padres, religiosos e leigos. Na Igreja Católica os fiéis não têm poder deliberativo sobre as dioceses e as paróquias, mas apenas poder consultivo – os católicos podem aconselhar mudanças e melhorias para as dioceses e as paróquias, porém, para que sejam executadas, precisam ser aprovados pelos bispos e pelos padres. Os principais

---

<sup>448</sup> Loraine Slomp Giron defende que a organização das Sociedades da Capela não estava ligada apenas ao culto, mas também à organização econômica dos imigrantes: “As lideranças das comissões das capelas não eram apenas símbolos da probidade, da religiosidade dos componentes da comunidade, representavam também o maior sucesso econômico.” GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Parlenda, 1994, p. 53.

<sup>449</sup> SANTIN, Silvino; Isaia, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 43.

<sup>450</sup> Os conflitos entre os padres e os maçons ocupam a maioria dos escritos históricos sobre Silveira Martins. Os episódios que envolveram os seus moradores estão registrados nos trabalhos de: VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001. SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986. POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. VENDRAME, Maíra Inês. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2007. BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010. SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990. MARIN, Roberto Jérri. **“Ora et labora”**: o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1993. BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991.

cargos da Sociedade da Capela eram os de padre leigo<sup>451</sup>, fabriqueiro e catequista, porém não eram cargos de mando, mas de coordenação, pois trabalhavam junto com os demais sócios, sendo respeitados por todos.

Exerciam importantes tarefas sociais e comunitárias, uma verdadeira diaconia. Se, por exemplo, em alguma família adoecesse uma pessoa, com longa enfermidade, os fabriqueiros escalavam as pessoas que, principalmente durante a noite, deviam permanecer na casa do doente. [...] O mesmo era feito em relação ao trabalho. Os fabriqueiros convocavam todas as pessoas disponíveis da comunidade e, em poucos dias, era feito o plantio, ou a limpeza, ou a colheita da safra.<sup>452</sup>

As Sociedades da Capela, onde eram realizados os cultos religiosos, atraíam muitas pessoas da localidade e da região para rezar, mas também para participar das festas, conhecer novas pessoas e realizar negócios. Muitos jovens aproveitavam esses encontros para namorar e formar uma nova família. Mas para que o namoro fosse oficializado, o rapaz deveria ir até a casa da moça para pedir permissão a seus pais, que consentiam o namoro somente se ele fosse honesto e trabalhador. O memorialista Nelson Bolsan de Silveira Martins, descendente de imigrantes italianos, explica que

[...] nestas festas surgiam pessoas de todos os recantos, sobretudo jovens desejosos de viver horas agradáveis junto a outras pessoas e encontrar a pessoa ideal para constituir seu futuro lar. Todos sonhavam com um matrimônio, um lar, uma família, para realizar sua felicidade e perpetuar sua existência na pessoa de seus descendentes.<sup>453</sup>

Os memorialistas que escreveram sobre a colônia fizeram comparação dos usos e costumes do passado com os do presente, alegando que no passado a moral das famílias era mais rígida:

Para melhor compreender os tempos e as pessoas é bom lembrar que o namoro daquela época era bem diferente ao dos tempos atuais. Namorava-se na sala e nunca sozinhos. Algumas vezes, um de um

---

<sup>451</sup> Os padres leigos eram católicos leigos que exerciam algumas funções dos sacerdotes nas Sociedades da Capela na falta desses, como a direção do culto, os batizados, casamentos e funerais. Só não consagravam a hóstia no culto e não atendiam confissões.

<sup>452</sup> FOCHESTATTO, Itoni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EST, 1977, p. 29.

<sup>453</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni: um povo, uma história, uma conquista**. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 65.

lado e outro, no outro, tendo a mesa no meio. Em outras, sentados em cadeiras separadas e tendo um elemento da família presente.<sup>454</sup>

O sexo antes do casamento, mesmo no período do namoro, era proibido. As moças que praticavam sexo antes do casamento eram mais difamadas do que os rapazes, e se por acaso desfizessem o antigo namoro, raramente conseguiam um novo. Todo gesto de afeto era considerado uma tentação para atos libidinosos reprovados pela moral católica e familiar.

A senhora Ana, de 75 anos, da comunidade de Vale Vêneto, expressa de modo claro o sentimento dos imigrantes italianos e seus descendentes para com Deus: “Na cama de manhã eu rezo, então tudo que eu faço eu ofereço a Deus, que também é uma oração. Tudo o que a gente passa, um servicinho de nada, faço isso por amor a Deus, olhar uma planta, uma natureza, tudo por amor a Deus. Isso tudo é uma oração.”<sup>455</sup> A vida dos imigrantes era dedicada a Deus, e tudo o que faziam, fossem êxitos ou fracassos.

Por volta de 1912, Domenico retornou para o Núcleo Soturno, onde começou a trabalhar para a Igreja como cozinheiro e sacristão. As famílias de imigrantes italianos também dedicavam vários dias do ano para rezar e trabalhar pelas capelas. Desde 1886, quando ainda não existia a casa paroquial, os padres se alojavam na primitiva casa de Domenico Manfrin para assistir aos colonos que trabalhavam derrubando a floresta e abrindo estradas. Domenico Manfrin<sup>456</sup> foi trabalhar na casa paroquial quando ela ficou pronta.

Domenico exerceu ofício de sacristão e de padre leigo, responsável por puxar o terço aos domingos no cemitério, e depois também capitaneou a construção da primeira capela de madeira – serrada em estaleiros manuais – do Núcleo Soturno (Nova Palma), a qual foi consagrada à Santíssima Trindade no dia 28 de maio de 1888. Também construiu uma casa de madeira serrada manualmente para poder hospedar os padres que vinham em visita à vila. Domenico foi morar no povoado de Nova Palma - RS com o genro, Antônio Scolari, sapateiro, onde hoje mora Angelin Pigatto, sendo contratado pelo Pe. Francisco Burmann para ser sacristão e cozinheiro. Porém, não prosperou como cozinheiro, mas trabalhou como sacristão até 1919, quando se desentendeu com o Pe. Alberto Scheuermann por ter levado um *falegname* (carpinteiro) para almoçar na casa paroquial.

---

<sup>454</sup> BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni**: um povo, uma história, uma conquista. Porto Alegre: Alcance, 1997, p. 68.

<sup>455</sup> MARIN, Elizara Carolina. Descendentes italianas: oração, festa e trabalho. In: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Quarta Colônia**: novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999, p. 27.

<sup>456</sup> VAZ, Taís Fernanda Manfrin. **Per fare L’America** – Da Itália para o Brasil: a trajetória da família Manfrin. Manfrinópolis: Edição do Autor, 2015, p. 109.

A primeira capela de Vale Vêneto, antes da Igreja de *Corpus Christi*, foi a capela de São Francisco de Assis, construída no final de 1879 e elevada a Curato em 1889, para a celebração das missas, mas também servia como ponto de encontro para a socialização da comunidade. A devoção a São Francisco foi trazida da Itália por Paolo Bortoluzzi e os imigrantes da *comune* de Piavon. Para construir a Capela de São Francisco de Assis foram eleitos três fabriqueiros<sup>457</sup>: Luiz Pozzobom, Isidoro Lovato e Jacób Iop. Na primeira etapa da construção cada família da comunidade de Vale Vêneto doou seis mil reis para levantar a estrutura e fazer o piso e o telhado da capela; na segunda etapa foram levantadas as paredes, colocadas as janelas e portas e, por último, um pequeno altar.



Imagem 17 - Sociedade da Capela de Vale Vêneto, em 1886.<sup>458</sup>

Na fotografia pode-se observar que os fiéis católicos exaltam a Cruz, principal símbolo do cristianismo, e também estandarte de São Francisco de Assis, padroeiro da capela. A imagem mostra a realização de uma celebração religiosa reunindo os moradores de Vale

<sup>457</sup> CERETTA, Antônio. História de Vale Vêneto (1877-1886). 1941 (manuscrito em italiano de 1894). Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 2, Missão Brasileira: Histórico (Vale Vêneto, São João do Polêsine).

<sup>458</sup> Acervo Museu do Imigrante Italiano João Iop, Vale Vêneto (Silveira Martins, RS).

Vêneto para recepcionar os padres palotinos vindos da Itália. À esquerda de São Francisco, vestido de branco, está o padre que presidiu a cerimônia. Ao fundo da fotografia está a primeira capela de Vale Vêneto, construída totalmente em madeira, fechada com tábuas e coberta de *scandole* (também de madeira), a qual foi demolida em 1888 para a construção da capela em alvenaria. Em suas memórias Antônio Ceretta descreveu que, apesar de ter chovido muito na chegada dos Padres Palotinos<sup>459</sup> a Vale Vêneto, toda a população compareceu para recepcioná-los.

Em pouco tempo a Capela de São Francisco ficou pequena para abrigar todos os imigrantes e foi preciso construir uma nova Igreja. Pe. Otávio Bortoluzzi<sup>460</sup>, em suas memórias, relatou que os padres palotinos pediam para os imigrantes que trouxessem uma pedra cada vez que viessem à Capela de São Francisco para construir uma nova Igreja. Os imigrantes começaram a trazer as pedras, e levantaram as paredes até dois metros de altura. Contudo, quando o engenheiro viu as paredes, mandou derrubar tudo e trazer pedras maiores, pois as paredes seriam muito altas e cairiam com pedras pequenas. Por isso, os colonos começaram a procurar pedras maiores em toda a região que eram trazidas em carroças puxadas por mulas.

Embora não fosse o objetivo principal, a religião ajudou a organizar a sociedade colonial, a família, a memória, as tradições e o trabalho dos imigrantes. Para Sponchiado, a construção das capelas foi muito importante para o desenvolvimento do povoado: “[...] assegurado o futuro religioso do povoado, [...] mais nada se podia temer.”<sup>461</sup> Os italianos eram religiosos pela presença e força política que a Igreja Católica tinha na Itália, assim, a religião interferia na cultura dos imigrantes, influenciando a sua forma de organizar a sociedade, a família e o trabalho.

---

<sup>459</sup> Capela São Francisco de Assis em Vale Vêneto. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP), Caixa Vale Vêneto.

<sup>460</sup> Missão Brasileira: históricos, biografias, memórias, explicações de evangelhos (1886-1909). Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, RS. Caixa 4.

<sup>461</sup> SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração e 4ª Colônia**: Nova Palma e Pe. Luizinho. Santa Maria: UFSM, 1996, p. 34.



Imagem 18 - Imigrantes presentes na primeira missa rezada em Vale Vêneto, em maio de 1879.<sup>462</sup>

Na fotografia da primeira missa celebrada em Vale Vêneto, em maio de 1879, aparecem as irmãs Teresa e Catarina Dotto. Teresa era casada com Massimo Manfrin, filho de Domenico Manfrin. Na imagem os imigrantes vestem-se com roupa social, alguns homens usam gravata e as mulheres, saia comprida sobre uma saia menor. Na fotografia é possível contar 17 pessoas idosas, mas provavelmente participaram da missa mais pessoas entre adultos, jovens e crianças que não aparecem no registro. Na foto ainda estão Santa Botoluzzi, Ângelo Bortoluzzi e João Bortoluzzi, parentes de Paolo Bortoluzzi, que sobreviveram à epidemia de *Val de Buia*. Está ente as mulheres Teresa Dotto, nora de Domenico Manfrin, casada com Massimino Damiano Manfrin. Em 1900, já tendo vendido seus lotes de terra, Domenico Manfrin mudou-se para a região de Vale Vêneto, para onde também já haviam rumado seus filhos casados, e casou-se pela terceira vez, com a também viúva Teresa Bellini, da qual se separou sem deixar filhos.

Nas regiões de colonização italiana no Sul do Brasil, a edificação de capelas sem autorização ou ajuda da Igreja Católica expressava o desejo de independência econômica e autonomia religiosa dos imigrantes. A população sabia que o local da construção da igreja também se tornaria o centro do comércio, onde surgiriam o armazém, o botequim e a escola. “A capela é, no espírito do imigrante, a mais importante, mas na medida que ela se instala,

<sup>462</sup> Sentados, da esquerda para a direita: José Bolzan, Ana Casassola, Maria Righi, Santa Bortoluzzi, Maria Meneghello, Catarina Venturini, Tereza Dotto, Catarina Dotto e Fiorino Pozzobon. De pé, mesmo sentido: Alexandre Nogara, Ângelo Pivetta, Ângelo Bortoluzzi, Carlos Lúcio Dotto, Antônio Brondani, João Bortoluzzi, Atílio Iop e José Mario. RAINHA DOS APÓSTOLOS. Vale Vêneto, Ano VII, n.º 5, maio 1929, p. 05 e 36.

automaticamente surge uma ou mais vendas, bem como outros estabelecimentos necessários ao bom andamento do novo núcleo.”<sup>463</sup> Os imigrantes também tiveram liberdade para escolher o lugar de construção da capela e o santo padroeiro, decisões que, muitas vezes, tornaram-se motivo de discórdia e disputa entre esses sujeitos.

A principal função atribuída pela Igreja Católica à religião é a salvação das almas de seus fiéis, porém ela também foi praticada pelos fiéis para favorecer a sua prosperidade material: “A Igreja Católica, foi para o camponês italiano e trentino, o que o Estado Nacional foi para a burguesia emergente e o que foram os sindicatos e os partidos políticos para o proletariado urbano.”<sup>464</sup> A dimensão espiritual compreendia os espaços sagrados das capelas, dos capitéis e dos oratórios domésticos, e a dimensão material abrangia a organização, a sociabilidade e a prosperidade econômica. Para os imigrantes a prática da religião era uma obrigação porque acreditavam que deviam sua vida a Deus, por isso seria necessário agradecer por ela através de orações, sacrifícios e abstinências. A prosperidade material, quando fruto do próprio trabalho, não era vista como empecilho para a prática da religião.

A maioria dos imigrantes italianos era católica e sua conduta pessoal, social e profissional se orientava pelos valores religiosos do catolicismo. “Em um meio de cristandade como o formado nas Colônias de imigrantes no Rio Grande do Sul, os valores religiosos tendiam a confundir-se com os valores sociais, atingindo a necessidade da profissão e da prática religiosa a toda a população.”<sup>465</sup> Por isso, a religião dava sentido à vida tanto espiritual como material dos camponeses: a dimensão espiritual da religião servia para salvar a sua alma, curar suas doenças e protegê-los dos acidentes; a dimensão material, para favorecer o seu crescimento econômico.

Uma vez que os núcleos coloniais eram formados por pequenas comunidades de camponeses católicos, questões econômicas e religiosas fizeram parte dos mesmos conflitos. As crenças e os valores religiosos dos imigrantes italianos não os impediram de enfrentar os sacerdotes e as comunidades vizinhas para disputar vantagens religiosas e comerciais para si e sua comunidade. Entendiam que os valores cristãos eram compatíveis com a busca da independência política e da autonomia econômica para o progresso das suas Sociedades da Capela. Acreditavam que o progresso social também era vontade de Deus e que a religião,

---

<sup>463</sup> SANTIN, Silvino; Isaia, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 43.

<sup>464</sup> POSSAMAI, Paulo César. “**Dall’Italia siamo partiti**”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 41.

<sup>465</sup> ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EdUPUCRS, 1998, p. 121.

além da salvação espiritual, era necessária para o sucesso de seus empreendimentos agrícolas e comerciais.

As necessidades de sobrevivência e o sentimento religioso fizeram com que os imigrantes se organizassem em comunidades e construíssem as suas próprias capelas, sem autorização das autoridades civis e religiosas, para sanar a carência de religiosidade e sociabilidade. As Sociedades da Capela revelaram o protagonismo dos imigrantes para percorrer sua própria trajetória religiosa, social e política. A construção de capelas particulares expressou o desejo de autonomia religiosa dos imigrantes, e os movimentos emancipacionistas dos núcleos coloniais revelaram suas aspirações de independência econômica e política.

### 3.4 ENTRE O SAGRADO E O FESTEJAR

Os domingos (*Dies Domini*), dias santos e festas do padroeiro eram considerados dias sagrados pelos imigrantes italianos. Neles não se podia trabalhar, deveriam ser reservados somente para as orações, penitências e jejuns. Consideravam que trabalhar nesses dias ou deixar de participar das cerimônias religiosas era pecado grave e poderia levá-los ao inferno. Na primeira parte dos dias santos festivos aconteciam as missas, as novenas e os terços e na segunda parte aconteciam as festas sociais em homenagem aos santos de devoção de cada Sociedade da Capela.

Os imigrantes italianos guardavam rigorosamente as festas de preceito do calendário litúrgico. Não trabalhavam nos dias santos, aproveitando o dia para ir à igreja. Quando tinha missa ia toda família para ouvir o padre rezar a liturgia. [...] nos dias festivos, depois da missa, as senhoras sentavam em frente à igreja, contavam histórias das lavouras e doenças, enquanto os homens jogavam bochas, a moda era o jogo de baralho e tomavam vinho, que era bebida predileta dos italianos.<sup>466</sup>

Os obstáculos e os perigos inerentes à colonização fizeram com que os imigrantes se apegassem ainda mais a Deus e aos santos para protegê-los dos infortúnios. Durante a semana as famílias rezavam o terço em casa coordenado pelo pai ou pela mãe e nos finais de semana rezavam na capela sob a presidência do sacerdote, padre leigo, catequista ou fabriqueiro.

---

<sup>466</sup> MUNIZ, Elci Fiuza. **Imigração e religião**: a influência do catolicismo na quarta colônia imperial Silveira Martins. Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 1999, p. 39.

Apesar de a liturgia da missa, dos ritos dos sacramentos e a veneração dos santos serem regradados pela Igreja Católica, os colonos que frequentavam as capelas tinham seu modo próprio de expressar suas devoções. Agradeciam a Deus e aos Santos por graças alcançadas e pediam por sua sobrevivência e pelo livramento de tempestades, secas, doenças e ataques de índios e animais ferozes.

Os Vênetos sempre foram um povo profundamente religioso. Na Itália, tudo era diferente: quase todos moravam à sombra do “campanário”. [...] o padre convivia com eles; participava dos momentos alegres e tristes ocorridos nas famílias [...]. Quando, após a longa e terrível viagem, atingiram o destino, sentiram profunda nostalgia, pela falta de templos, missas, bênçãos e a presença confortadora dos sacerdotes, seus verdadeiros amigos, que os advertiram das ingentes dificuldades que haveriam de encontrar.<sup>467</sup>

Algumas vezes as devoções aos santos e a inauguração de capelas dedicadas a eles antecederam a oficialização dos padroeiros por parte da Igreja Católica, outras vezes, os imigrantes construía mais capelas do que o necessário: “O grande número de capelas não respondia somente ao espírito religioso dos imigrantes, mas dava uma resposta aos anseios de comunicação social mais intensa e à esperança de formar um centro urbano ou econômico de importância.”<sup>468</sup> Para evitar conflitos e não deixar nenhum grupo de devotos insatisfeito, os párocos e bispos tiveram de oficializar muitas capelas com dois ou mais padroeiros. Outro cuidado que os bispos e os párocos tinham era não dedicar duas capelas da mesma paróquia ao mesmo padroeiro para não confundir os fiéis.

Em certos momentos, a falta de paróquias e sacerdotes forçou os imigrantes a desenvolverem uma religiosidade popular própria baseada na oração individual, familiar e comunitária. Na Itália os imigrantes tinham missa todos os dias na paróquia de seu município de origem, mas na colônia a paróquia mais próxima estava a 40 km de distância, em Santa Maria, impossibilitando a sua participação diária:

O culto comunitário tomava características leigas, o terço em comunidade era puxado por um leigo. A catequese também era ministrada pelo padre leigo, assim denominado aquela pessoa escolhida entre o grupo e que possuía alguma experiência e que tinha

---

<sup>467</sup> LORENZATTO, Antônio Domingos. **Os Vênetos, nossos antepassados**. Porto Alegre: EST, 1999, p. 140.

<sup>468</sup> FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 73.

conhecimentos litúrgicos. Cabia ao líder religioso, o cerimonial da semana santa e por vezes realizava batizados casamentos funerais procissões e também promovia reunião dos moradores.<sup>469</sup>

As festas dos padroeiros tinham por finalidade reverenciar e homenagear os santos de devoção de cada Sociedade da Capela escolhidos por seus próprios membros, mas também serviam para pedir saúde, boas colheitas, pagar ou agradecer promessas. As principais comemorações dos imigrantes italianos eram as religiosas com suas missas, procissões, novenas, vias-sacras e terços com orações e cantos, porém, no mesmo dia, às festas religiosas se seguiam as festas sociais, com suas comidas, músicas, danças, rifas, bingos e jogos. “A expressão religiosa, em suas manifestações cotidianas e festivas, era sinal mais significativo do universo cultural dos imigrantes italianos. Era a referência primeira e indispensável de filiação ao grupo.”<sup>470</sup> Desse modo, esse tipo de religiosidade popular não se restringia somente a longas orações, penitências e proibições, nas capelas também havia encontros festivos para comer, cantar, dançar, jogar e conversar.

A vida social do colono é limitada às funções religiosas dos dias festivos. Nos domingos, todos vêm, os de mais longe a cavallo, para assistir á missa da igreja parochial: homens, mulheres, rapazes e meninos, conversando em veneto entre elles, enchem a praça da igreja, de modo que dá á mesma uma idéa dos pequenos lugares de Veneto. É nos domingos que, após a missa os colonos fazem suas compras nas lojas visinhas. A única diversão do colono veneto é o jogo *delle bocce*, acompanhado com freqüentes libações de vinho nacional: os velhos jogando *tresette* e os moços dançando ao som da gaita.<sup>471</sup>

Como não havia espaço próprio para diversão, os momentos de descontração aconteciam ao redor da capela nos salões de festas, nas canchas de bocha ou ao ar livre. O dia começava com a realização das solenidades religiosas na Paróquia ou na Sociedade da Capela pelo período da manhã. Depois da missa, geralmente ao meio-dia, servia-se farta refeição com churrasco, arroz, massas, *radici*, vinho e suco de uva. Após o almoço, era a vez dos coros e suas músicas populares italianas “Mérica, Mérica”, “Um bel Massolin di Fiori”, “La Bela Polenta” e outras para os casais dançarem: “Em todos os nucleos coloniaes, ha coros de

<sup>469</sup> MAESTRI, Mário. **Os Senhores da serra**: a colonização italiana no Rio Grande do Sul – 1875-1914. Passo Fundo: UPF, 2000, p. 46.

<sup>470</sup> MANFROI, Olívio. Emigração e identificação cultural: a colonização italiana no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-americanos**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, 1975, p. 187.

<sup>471</sup> SANTIN, Silvino; Isaia, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 75 (grifos no original).

cantores italianos, que, nas festas solennes, acompanham os cantos religiosos com os mesmos ditos da propria terra de origem.”<sup>472</sup> Os que não sabiam dançar participavam dos jogos de bocha, carta e *mora*<sup>473</sup>. Outro tipo de divertimento eram os leilões, os bingos e as rifas de cavalos, bois, ovelhas, bolos, mandolates e geleias. Também realizavam brincadeiras e competições para ver quem era mais forte e rápido correndo, pulando ou carregando pesos.

As festas<sup>474</sup> religiosas ainda eram oportunidades de socialização para os colonos estabelecerem laços de amizade entre as famílias da comunidade, apresentar os filhos para pessoas importantes, exibir seus trajes, cavalos encilhados com adereços e habilidades manuais. As festas religiosas serviam de base para a realização das festas profanas, mas as festas sociais só eram aceitas pelos padres se fossem para comemorar o dia do padroeiro, o natal ou a páscoa. Quem cantava ou dançava sem motivo era acusado de estar sendo tentado pelo demônio para fazer as pessoas pecarem, porém, se os mesmos cantos ou danças fossem executados no salão social da comunidade para comemorar as datas religiosas, então eram permitidos e incentivados.

O imigrante italiano Júlio Lorenzoni, em seu livro de memórias, descreveu o comportamento das pessoas aos domingos na ex-colônia Silveira Martins:

Homens, mulheres e rapazes, moças e crianças, montados em seus cavalos, vinham assistir à missa. Após o culto religioso, os imigrantes se dirigiam aos armazéns para comprar mercadorias. E por último, faziam uma visitinha furtiva ao botequim, onde tomavam um bom copo de vinho e, em seguida, todas as fileiras de cavaleiros encaminhavam-se para casa.<sup>475</sup>

Os imigrantes também realizavam os *Filòs* nas casas das famílias ao final da colheita da uva para comemorar a sagra (colheita das primeiras uvas), nas quais eram preparados

---

<sup>472</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 73.

<sup>473</sup> A *mora* é um jogo originário do Vêneto jogado somente com os dedos sozinho ou em dupla contra um adversário ou uma dupla de adversários. O objetivo é acertar a soma total do número de dedos mostrados por todos os jogadores. Ganha quem fizer 12 ou 21 pontos primeiro.

<sup>474</sup> “Festa é, portanto, sempre uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, que se dá sempre num tempo e espaço definidos e especiais, implicando a concentração de afetos e emoções em torno de um objeto que é celebrado e comemorado e cujo produto principal é a simbolização da unidade dos participantes na esfera de uma determinada identidade. Festa é um ponto de confluências das ações sociais cujo fim é a própria reunião ativa de seus participantes.” GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris. **Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Edusp/Hucitec, 2001, p. 972.

<sup>475</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 101.

vários tipos de alimentos, bebidas e cantorias. Para a festa eram preparados amendoins, pipoca, pinhão, castanhas, nozes, batata-doce, café, brodo (caldo de galinha), *ministra* (sopa), torresmo, cròstolli, copa feita com lombo de porco, salame, mel de abelha e mandolate feito com amendoim na palha de milho, e para beber, vinho, *graspa* e suco de uva. Nesses encontros, os homens também planejavam as atividades da semana e as mulheres faziam artesanatos com a palha do trigo e do milho.

Os imigrantes podiam comer, cantar e realizar trabalhos manuais durante os *filòs*, porém a dança não era estimulada, dado que nos sermões das missas os padres ensinavam que a realização de bailes fora das Sociedades da Capela sem a supervisão dos padres era uma tentação do demônio para pecar.

Os próprios padres, apoiados no lema Beneditino *Ora et labora*, orientavam os leigos para ocuparem o tempo exclusivamente com a oração e o trabalho. Esses eram os critérios valorativos das pessoas. A diversão era entendida como desvirtuadora dos valores cristãos, provocadora de desordem e perdição. Todas as formas de diversão eram condenadas; os jogos de cartas, de bocha, as carreiras de cavalo e, em especial, os bailes. Esses, eram denominados – escreve Buzanelo (1952, p. 156) – “caverna do diabo, “fogueira de obscenidade”, “celebrações de festas demoníacas”, entre outros.<sup>476</sup>

A moral católica sobre o comportamento era exigente, baseada na negação dos desejos, na penitência corporal e na sobriedade dos costumes. Embora ela influenciasse profundamente o comportamento dos imigrantes, nem sempre era integralmente observada, pois muitas vezes seus seguidores transgrediam os “bons costumes” nos *filòs*, nas festas de família, nos jogos, nas brincadeiras, nas cantorias e nas danças nas casas das famílias, longe do controle dos padres. Eram poucos, mas também havia os namoros escondidos. Nas bodegas, depois de beber vinho, também surgiram desentendimentos e brigas por causa de política e religião.

Depois da fundação da colônia, da construção das capelas e da nomeação dos padroeiros pelos imigrantes, os bispos e padres iniciaram um trabalho de mapeamento das comunidades e oficialização das paróquias, capelas e santos padroeiros:

---

<sup>476</sup> MARIN, Elizara Carolina. Descendentes italianas: oração, festa e trabalho. In: MARIN, Jérri Roberto (Org.). **Quarta Colônia**: novos olhares. Porto Alegre: EST, 1999, p. 48-49.



Imagem 19 - Paróquia Santo Antonio de Padova, situada na Praça Giuseppe Garibaldi, no centro de Silveira Martins.<sup>477</sup>

A paróquia Santo Antônio da sede de Silveira Martins foi elevada à categoria de freguesia<sup>478</sup> pela “Lei Provincial em 24 de abril de 1884.”<sup>479</sup> A devoção a Santo Antônio foi trazida da Itália pelos imigrantes oriundos da província de Pádua. A Igreja de Santo Antônio foi construída na sede de Silveira Martins e elevada à condição de paróquia em 26 de junho de 1884 por Dom Sebastião Dias Laranjeira, bispo do Rio Grande do Sul. O primeiro pároco foi Antonio Sorio, que tomou posse no dia 15 de agosto do mesmo ano. A construção da Igreja atual foi iniciada em 9 de fevereiro de 1890 e finalizada em 25 de fevereiro de 1893. A dedicação da paróquia a Santo Antônio foi oficializada em 10 de maio de 1928 por Dom

<sup>477</sup> Acervo pessoal de Luíz Eugênio Vécio.

<sup>478</sup> No período imperial do Brasil as paróquias eram criadas pela Igreja e pelos bispos, porém também precisavam ser aprovadas pelo governo imperial e provincial. A freguesia administrava a vida civil e eclesiástica da vila.

<sup>479</sup> BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 127.

Ático Eusébio da Rocha, Bispo de Santa Maria. A torre<sup>480</sup> da paróquia no estilo românico-bizantino, com 40 metros de altura, só foi iniciada em 1912, pelo padre Frederico Schwinn<sup>481</sup>, e concluída em 1921, pelo padre Antônio Bombassaro.

Santo Antônio<sup>482</sup> nasceu em 15 de agosto de 1195 em Lisboa, Portugal, numa família nobre e rica, e faleceu com apenas 36 anos em 13 de junho de 1231 em Pádua, Itália. O dia de Santo Antônio é comemorado anualmente em 13 de junho. As principais intercessões atribuídas a Santo Antônio pelos imigrantes italianos eram a realização de casamentos, a distribuição de pães aos pobres e a ajuda para encontrar objetos perdidos. No final da última missa da novena de Santo Antônio, os pãezinhos de Santo Antônio eram distribuídos para os participantes vindos do interior da colônia e da região para pagar promessas e agradecer as graças alcançadas por intermédio do santo.

Depois da fundação da Paróquia de Santo Antônio na sede de Silveira Martins, em 24 de janeiro de 1887, o Bispo Dom João de Antônio Pimenta, de Porto Alegre, aprovou a construção da nova Igreja Matriz de *Corpus Christi* em Vale Vêneto, sob a direção do Padre Palotino João Vogel. Silveira Martins e Vale Vêneto disputaram a liderança religiosa e política de toda a região colonial por serem as duas maiores vila. Os comerciantes também disputaram a definição do local de construção da capela para atrair mais fregueses e aumentar os lucros.

Por ocasião da visita do Padre Faà di Bruno a Vale Vêneto, no dia 29 de julho de 1885 foi escolhido e demarcado o lugar destinado para a construção da igreja. Primeiramente num terreno em frente à casa de Alexandre Rorato. Por vários motivos não se concretizou a construção da igreja naquele lugar, caindo a preferência para um terreno de Paulo Bortoluzzi, local onde ficou definitiva.<sup>483</sup>

---

<sup>480</sup> Na Itália só existem duas torres semelhantes à da Paróquia de Santo Antônio de Silveira Martins: uma foi construída no século IX em Ravenna, região da Emília-Romanha, dedicada a Sant' Apolinare Nuovo, e a outra foi construída no século XI em Caorle, Veneza.

<sup>481</sup> Frederico Schwinn foi pároco de Silveira Martins de 1906 a 1918 e nesse período também redigiu seus manuscritos.

<sup>482</sup> “O folclore brasileiro e italiano é rico em alusões aos poderes milagrosos do santo, em questão de casamento e coisas perdidas, etc. Mais importante de tudo isso é a caridade para com os necessitados, através da Instituição conhecida como o ‘Pão de Santo Antônio’, que é gesto que perpetua o espírito da caridade para com os pobres, tão generosamente vivido pelo nosso santo.” BATTISTI, José. **Santos e Santas de Deus**. Santa Maria: Pallotti, 2005, p. 17.

<sup>483</sup> RAINHA DOS APÓSTOLOS. Vale Vêneto, Ano VII, n. 5, maio 1929, 1978, p. 41.

Paolo Bortoluzzi cedeu parte do seu terreno para a construção da nova Igreja de *Corpus Christi* para que ficasse o mais próxima possível de sua casa comercial. Depois das missas, dos terços, dos batizados e dos casamentos todos se dirigiam para o comércio de Bortoluzzi para comer, beber, jogar e comprar ferramentas. Bortoluzzi também comprava a produção dos imigrantes a preços menores e vendia os produtos industrializados a preços maiores, o que aumentava os seus lucros.



Imagem 20 - Paróquia de *Corpus Christi* de Vale Vêneto em 1932.<sup>484</sup>

---

<sup>484</sup> Acervo Museu do Imigrante Italiano João Iop, Vale Vêneto (Silveira Martins, RS).

Na fotografia pode-se observar a segunda Igreja construída na vila de Vale Vêneto, a Paróquia de *Corpus Christi*<sup>485</sup>, erguida 70 metros abaixo da Capela de São Francisco de Assis, demolida em 1886 para dar lugar à nova igreja. Segundo Pe. Clementino Marcuzzo<sup>486</sup>, a construção da Igreja atual foi iniciada no final do século XIX e só finalizada em 1909. A arquitetura da igreja é românica, e demorou 20 anos para ser construída, com doação de dinheiro, material e trabalho dos moradores da comunidade. A Igreja foi inaugurada e consagrada a *Corpus Christi* em 12 de novembro de 1909: “A primeira festa em honra ao padroeiro aconteceu no dia 12 de dezembro de 1909, quando foi inaugurado por Dom Cláudio Ponce Leão – bispo de Porto Alegre, tornando-se [...] paróquia no dia 24 de abril de 1911.”<sup>487</sup> O dia do Padroeiro *Corpus Christi* é comemorado em junho quando os fiéis se reúnem para adorar o Santíssimo Sacramento dentro da igreja e, no final, levar o Corpo de Deus em procissão sobre tapetes ornamentados, feitos pela própria comunidade, montados nas escadas, no gramado e no átrio da igreja, feitos pela própria comunidade. Após a cerimônia, era servido, no salão paroquial, o tradicional almoço italiano com churrasco, massas, saladas e vinhos.

A condessa inglesa Anna Stackpoole, por ser benfeitora dos palotinos, doou três sinos e vários outros objetos sacros para a Igreja de Vale Vêneto, e pediu para alterar o nome do padroeiro da igreja de São Francisco para *Corpus Christi*. Da capela e da devoção a São Francisco de Assis restou apenas a estátua que se encontra no Museu do Imigrante Italiano Padre João Iop, de Vale Vêneto. Porém, os dois sinos menores ficaram retidos no Rio de Janeiro por falta de dinheiro para pagar as taxas alfandegárias<sup>488</sup>. O sino maior, que chegou até Vale Vêneto, ainda ativo, foi fabricado em Paris e pesa 1500 quilos.

---

<sup>485</sup> “A matriz de Valle Veneto muito deve á generosidade da condessa Anna Stackpoole que contribuiu para a construção da igreja com três mil liras, e doou um sacrário de bronze dourado, dois paramentos inteiros e muitas outras alfaias. O presente, porém, de mais alto valor foi o de um sino de bronze dourado fundido em Pariz, de mil e duzentos kilos que hoje valeria não menos que 20 contos. O sino traz os seguintes dizeres: ‘In honorem S. Georgii et Gulielmi Georgia Maria Augusta Contessa de Stacpoole canonicessa regil capituli S. Annae Bavariae – dono debit anno reparatae salutis mdccxc33’.” RAINHA DOS APÓSTOLOS. Vale Vêneto, Ano VII, n. 5, maio 1929, p. 10.

<sup>486</sup> Cf.: MARCUZZO, Clementino. **Vale Vêneto: um pedaço da Itália no Brasil**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1981.

<sup>487</sup> ERTHAL, Daniele. **A influência Palotina no ethos cultural das populações de imigrantes e descendentes de italianos em Vale Vêneto**. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), UFSM, Santa Maria, 2005, p. 72.

<sup>488</sup> “O acordo foi aceito e os três sinos foram enviados ao Brasil ficando à disposição no Rio de Janeiro, acompanhados das taxas alfandegárias. Como as taxas eram bastante elevadas e a comunidade não tinha condições, foi retirado apenas o sino maior. Os outros dois, porém ficaram retidos no porto e conseqüentemente, perdidos para Vale Vêneto. E assim o harmonioso conjunto foi desfeito. Hoje, eles devem estar tocando do alto de outras torres. Mas se alguém souber do paradeiro, não esqueçam que eram irmãos daquele que, há mais de cem anos vem tangendo solitário na pequena comunidade de

O sino era usado para chamar as pessoas para as missas, os terços, as novenas e as missões e também para avisar os moradores da região quando falecia alguém da comunidade. Quanto maior era o sino, mais longe chegava o som para avisar os moradores da comunidade para participar das cerimônias religiosas. Os espaços naturais (geográficos) e sociais são temporais e simultâneos, pois o mesmo tempo cronológico comporta vários processos naturais e sociais que se relacionam com o passado e o presente ao mesmo tempo. “A paisagem, portanto, apresentada como imagem territorial, é construída, cotidianamente, pelos homens, sem que estes, com a sua atuação concreta, estejam distantes do signo mais ou menos positivo que imprimem.”<sup>489</sup> O sino tinha por principal função fazer a transição dos momentos de trabalho para os momentos de oração.

Quando eu era pequeninha meu avô falava que os primeiros se reuniam, tomavam muito vinho, cantavam. Até a noite de finados que eu não sabia, eles passavam a noite inteira tocando o sino. Então um levava o garrafão de vinho, um o pão e um o salame e ficavam toda a noite tocando o sino não sei por quê, na noite de todos os santos para finados. E era ele o Luccas, a família Luccas que também foram os primeiros e os Dallacorte. Só que já tinham construído a igreja, o avô chegou aqui em 1917. Ele contava que no domingo quando não tinha padre eles se reuniam de tarde e rezavam o terço e faziam as orações nessa igrejinha. As mulheres iam, mas quem puxava o terço eram os homens, isso sempre falavam na catequese também quem ensinava as crianças lá eram os homens. É lá em casa quando era pequena era sempre o pai que rezava o terço aqui que era a avó porque o avô não era muito de oração. Mas que era sempre o homem isso sim (Sítio Alto, 53 anos).<sup>490</sup>

No interior da colônia também existiam muitas capelas menores com padroeiros próprios, onde os colonos de cada linha se reuniam para participar da missa e rezar o terço nos dias em que não havia missas.

---

Vale Vêneto.” BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 54.

<sup>489</sup> NATARELLI, Emilio. *La costruzione del paesaggio*. Roma, 1997, p. 7. Apud: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Geografia em Movimento. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008, p. 23.

<sup>490</sup> Cf.: SIMONETTI, Fernanda. **Mamma mia**”: a compreensão do saber fazer cotidiano e a ressignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011, p. 37.



Imagem 21 - Capela São Vítor e Santa Corona localizada em Val Feltrina.<sup>491</sup>

No centro da imagem está a capela de São Vítor, na linha Val Feltrina; no lado esquerdo, o cemitério; e no lado direito, a churrasqueira para a festa do padroeiro. A capela foi construída em 1890 e possui dois santos padroeiros: São Vítor e Santa Corona. A devoção a São Vítor e Santa Corona foi trazida pelos imigrantes da *comune* de Feltre, e a festa dos padroeiros acontece todo ano no terceiro domingo de maio.

São Vítor nasceu na Mauritânia, África, e ainda muito jovem se alistou no exército do Imperador Romano Maximiliano. A devoção de São Vítor começou em Milão, onde foi preso e martirizado, tornando-se padroeiro dos presos e exilados. São Vítor foi decapitado em 08 de maio de 303 d.C., por se recusar a oferecer sacrifícios aos deuses do Império Romano antes de ir para a guerra. Santa Corona, de origem síria, era chamada pelo nome de Corona porque levava um terço – ou “corona”, entre os italianos – no pescoço para se proteger dos inimigos. Cunhada de São Vítor, trabalhavam e lutavam juntos, ele como soldado e ela como enfermeira. A professora Anilse Sala, em entrevista concedida ao projeto “Patrimônio

<sup>491</sup> BARICHELLO, Cesar Augusto. **Patrimônio cultural religioso e negociação da identidade do Imigrante italiano da Quarta Colonia Imperial de Silveira Martins e região central do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2010, p. 79.

histórico, herança cultural e italianidade: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins”, explica que

a devoção a São Vitor e à Santa Corona (comemora-se em 14 de maio e 18 de julho, respectivamente) deu-se através da história dos santos que protegem contra dores, tempestades e perdas no cultivo. É com essa devoção, que durante todos estes anos, no terceiro domingo de maio acontece à festa em honra aos padroeiros.<sup>492</sup>

Agricultora da Sociedade da Capela São Vitor e Santa Corona, Maria Padoin, em entrevista concedida ao mesmo projeto citado anteriormente, relata o histórico da capela desde a sua fundação:

A Capela de São Vitor e Santa Corona foi erguida no final do século XIX, por volta de 1890, restaurada no ano de 2008, quando se encontrava em estado crítico de conservação, pois uma figueira nascia ao pé do crucifixo que adorna a fachada, e já afetava a estrutura com muitas rachaduras.<sup>493</sup>

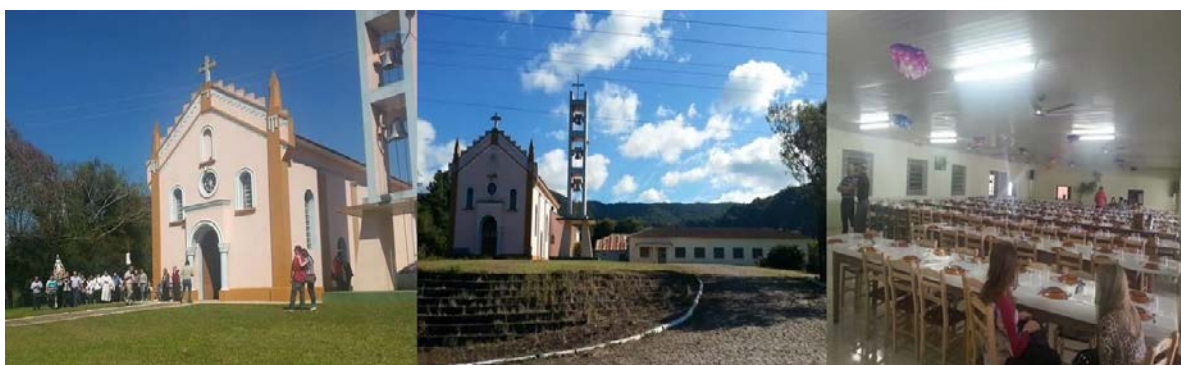


Imagem 22 - Capela Nossa Senhora do Monte Bérico e salão social em Val Veronês.<sup>494</sup>

<sup>492</sup> Depoimento de Anilse Salla, professora, em entrevista sobre a Capela de São Vitor e Santa Corona (Val Feltrina). Cf.: PATRIMÔNIO HISTÓRICO, HERANÇA CULTURAL E ITALIANIDADE: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins - RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Santa Maria, jun. 2008 a dez. 2009.

<sup>493</sup> Depoimento de Maria Verônica Torri Padoin, agricultora, em entrevista sobre a Capela de São Vitor e Santa Corona (Val Feltrina). Cf.: Ibidem.

<sup>494</sup> CERRETA, Caroline Ciliane. **As representações sociais nas festas de padroeiros da Quarta Colônia/RS**. Tese (Doutorado em Extensão Rural), UFSM, Santa Maria, 2017, p. 34.

À esquerda observa-se a fachada da Capela de Nossa Senhora do Monte Bérico; no centro, uma imagem panorâmica mostrando a capela e o salão de festas; e do lado direito, o interior do salão de festas onde são realizadas as refeições. Na torre do lado direito da capela é possível observar dois sinos, usados para chamar os fiéis para a missa ou a celebração da palavra.

A capela de Monte Bérico foi fundada por Domingos Zamberlan, em 1883, para agradecer a cura de um membro da família, e no início da fundação de Val Veronês a capela era designada “Madonna do Monte Bérico”<sup>495</sup> para agradecer a cura de um membro da família Zamberlan. No entanto, antes da indicação da padroeira da comunidade, a primeira festa de padroeiro foi registrada em 12 de abril de 1907 em honra a São Zeno<sup>496</sup>, padroeiro de Verona, indicado pelo padre *Antônio Sorio*<sup>497</sup>. Nos anos seguintes, a devoção a São Zeno foi mantida pela comunidade, porém Nossa Senhora do Monte Bérico<sup>498</sup> foi eleita a padroeira oficial da comunidade.

A festa da padroeira Nossa Senhora do Monte Bérico<sup>499</sup> é realizada na Sociedade da Capela de Val Veronês, sempre no quarto domingo de agosto. A comunidade de Vale Veronês foi uma das primeiras a celebrar a festa do padroeiro na colônia. A capela atual foi concluída em 1908<sup>500</sup>, e a primeira festa dedicada a Nossa Senhora do Monte Bérico aconteceu somente em 25 de agosto de 1909, pois no ano da conclusão da capela a chuva destruiu os preparativos da primeira festa da padroeira. Posteriormente, a capela de Nossa Senhora do Monte Bérico foi transformada em santuário.

---

<sup>495</sup> *Madonna do Monte Bérico* significa Mãe do Monte Bérico, popularmente venerada como Nossa Senhora do Monte Bérico.

<sup>496</sup> São Zeno é um santo venerado todo ano no 12 de maio em Verônia, nascido por volta de 302 d.C, invocado como protetor das crianças e contra as inundações dos rios.

<sup>497</sup> Marcuzzo ressalta que em 1884 o padre Antônio Sorio sugeriu São Zeno para padroeiro do núcleo Val Veronês. MARCUZZO, Clementino. **Centenário de Vale Veronês: epopéia da imigração italiana de Vale Veronês, com seus costumes e tradições**. Santa Maria: Pallotti, 1982.

<sup>498</sup> Na história do catolicismo romano, a devoção a Nossa Senhora iniciou na cidade de Vicenza, na região do Vêneto, na Itália, por conta de uma aparição da Nossa Senhora a uma camponesa num local chamado Monte Bérico. A santa, em sua aparição, por volta de 1426 e 1428, solicitou à camponesa que fosse construída uma Igreja para que as pestes terminassem na região. Cf.: BATTISTI, José. **Santos e Santas de Deus**. Santa Maria: Pallotti, 2005.

<sup>499</sup> A estrada em frente à capela e ao salão demarca o limite entre os municípios de Faxinal do Soturno e Silveira Martins. Os terrenos da capela e do salão de festas pertencem ao Município de Silveira Martins, porém a Sociedade da Capela de Monte Bérico pertence à Paróquia São Roque do município de Faxinal do Soturno.

<sup>500</sup> Cf.: MARCUZZO, op. cit., 1982.

### 3.5 FÉ, VIDA E MORTE

Os imigrantes italianos que vieram para o Rio Grande do Sul eram do meio rural e faziam uma interpretação religiosa do mundo, dos acontecimentos e de seu próprio destino, pois acreditavam que Deus os tinha enviado ao mundo para cumprir uma missão e salvar a sua alma. Para o imigrante italiano a principal dimensão da vida era a espiritual, depois vinham a família e o trabalho, que deveriam estar em harmonia com a vontade de Deus e da Igreja. Por isso, as principais referências dos imigrantes italianos eram a família e a Igreja Católica, através da qual expressavam seus valores, comportamentos e religiosidade. A fé, a vida e a morte eram compreendidas como um processo necessário à vida material para garantir a salvação individual, pois os imigrantes acreditavam que Deus conferia a todos uma missão na Terra, que deveria ser rigorosamente cumprida para a expiação dos pecados carnis e a salvação espiritual.

A religiosidade<sup>501</sup> dos imigrantes era marcada por uma simbologia transcendental<sup>502</sup> – crença em Deus, no demônio, nos santos, no céu e no inferno –, como também pela simbologia material, expressa na cruz, nas imagens dos santos e nas velas. O símbolo<sup>503</sup> serve para o reconhecimento de si e a identificação com elementos externos ao indivíduo previamente internalizados, criando um *habitus* aceito como real e necessário pelo grupo. Os imigrantes não se preocupavam em entender as abstrações dogmáticas da Doutrina Católica, pois para eles a religião tinha uma utilidade prática<sup>504</sup>: livrá-los dos males do mundo, dos perigos da floresta, das doenças corporais e espirituais e, principalmente, do demônio.

---

<sup>501</sup> “A religião legitima as instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico.” BERGER, Peter L. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985, p. 46.

<sup>502</sup> Durkheim demonstra que os ritos e os dogmas religiosos podem ser simples ou complexos, mas as motivações que levam o ser humano a vivenciar sua religiosidade se assemelham. A origem do mundo, o sentido da vida e seu fim são questões que as pessoas buscam responder na religião. Além dos grandes sentidos, a religião responde a necessidades de sobrevivência, proteção e justificação da moral social que orienta a conduta individual e coletiva, separando o sagrado do profano e estabelecendo limites entre o certo e o errado. Cf.: DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

<sup>503</sup> “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.” BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 14.

<sup>504</sup> Cf.: VENDRAME, Maíra Ines. **Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2007.

A cruz é o principal símbolo material cristão, visto que representa o sofrimento que Jesus teve de suportar para salvar a humanidade. Por isso, entre os imigrantes italianos, o sofrimento gerado pelo trabalho, pelas doenças e pelos perigos também era entendido como uma cruz inevitável e necessária para sua própria salvação, pois se Deus que é poderoso sofreu, quanto mais criaturas mortais e pecadoras. “As cruzes se caracterizavam como um símbolo bastante forte. Se colocava uma cruz nos lugares como: acidente de cavalo, de carroça e mais tarde automobilístico e até mesmo de um crime, as cruzes eram feitas de madeira, de pedra ou de ferro.”<sup>505</sup> Os padres exortavam os imigrantes a suportar os obstáculos da imigração e do trabalho na colônia como uma provação necessária imposta por Deus para que merecessem o êxito de seu empreendimento.

Durante os dois primeiros anos, 1878 e 1879, a única religião que conservavam aqueles bons colonos, era a do coração. Não havia igrejas nem padres e, por isto, nenhuma cerimônia religiosa que mantivesse vivo e ardente aquele sentimento religioso que tínhamos trazido de nossa Pátria. [...] O digno sacerdote foi recebido com expressões de grande alegria. A igreja foi logo improvisada com lençóis, colchas, galhos de árvores com grandes folhas verdes e flores silvestres. Em seguida foi celebrada a Santa Missa, cantada por um coro de imigrantes vênnetos e o padre Marcelino deu a explicação do Evangelho da melhor maneira que lhe foi possível, recomendando-nos bondade, resignação e o amor a Deus, para podermos superar os grandes sacrifícios a que nós seríamos sujeitos, enquanto não tomássemos posse definitivamente das terras que nos fossem designadas.<sup>506</sup>

A religiosidade popular dos imigrantes tinha como principal valor a convivência comunitária, pois a Igreja Católica ensina que a fé individual deve ser professada publicamente para ter validade. Para o catolicismo não seriam suficientes a fé e as orações individuais ou em família para a salvação, pois a doutrina católica exige que a fé também seja professada em público através do culto, dos sacramentos e das procissões.

Os imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, eram, em sua maioria absoluta, católicos praticantes. A participação das celebrações litúrgicas, nos domingos e dias de festa, era obrigação moral, pois só o praticante era considerado pessoa de fé, digno da estima e aceito pelos demais. O sacerdote gozava da mais alta consideração e suas palavras tinham, em geral, a persuasão da lei. Essa educação eles a receberam, desde o berço, em suas regiões de origem, principalmente no Vêneto,

<sup>505</sup> MUNIZ, Elci Fiuza. **Imigração e religião**: a influência do catolicismo na quarta colônia imperial Silveira Martins. Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 1999, p. 27.

<sup>506</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 59.

onde a presença da religião e do clero era determinante na vida da sociedade.<sup>507</sup>

As capelas, os capitéis e os oratórios eram espaços considerados sagrados pelos devotos, pois entendiam que a presença de Deus seria mais intensa nesses espaços e as orações, mais eficazes. O comportamento e a fala das pessoas também mudavam nos espaços sagrados: evitavam falar alto, rir ou blasfemar. As casas não eram consideradas espaços sagrados, porém também eram espaços de respeito, porque nelas habitavam as famílias tidas como imagem da família de Jesus. Na rua, nas vendas, no trabalho da lavoura e no potreiro cuidando dos animais já se podia gritar, blasfemar e conversar, pois esses não eram espaços sagrados, mas de trabalho e sofrimento – então se justificariam a revolta e a blasfêmia quando o trabalho dava errado. Todavia, tanto nos espaços sagrados quanto nos profanos não eram permitidos atos imorais e pecaminosos contra Deus, a Igreja e as pessoas.

Os imigrantes italianos participavam das missas e dos terços nas Sociedades da Capela, mas também tinham suas devoções particulares. Uma dessas devoções era expressa através da construção dos capitéis, pequenas igrejinhas para abrigar o santo de devoção de cada família. “Os capitéis tornaram-se centros de peregrinação, por ocasião de calamidade pública (secas, infestações de gafanhotos), bem como, por motivo de ordem diretamente espiritual, como a preparação das festas de natal, durante o tempo da quaresma, etc.”<sup>508</sup> Outro símbolo religioso menor era o nicho, construído na fachada das casas e nos jardins, para colocar a estátua do santo de devoção da família. Algumas ainda mantinham um pequeno altar na sala de casa com a estátua ou o quadro do santo de devoção ornado com flores, velas e o rosário para a reza do terço.

Muitas famílias construía capitéis em frente às suas casas para solicitar ajuda aos santos a fim de resolver problemas mais graves relacionados à sobrevivência e à saúde. Pedia-se tudo o que fosse necessário para o bem-estar de si, da família, dos parentes e dos vizinhos: cura para doenças e ferimentos, livramento de acidentes, proteção para o parto, estiagens e temporais e para terem boas colheitas. Segundo o memorialista V. P., de 83 anos, da vila de Vale Vêneto, os capitéis eram construídos por variados motivos:

Nos Capitéis aconteciam os encontros entre as famílias vizinhas para orar e pedir graças tanto para a saúde, como no trabalho e também

<sup>507</sup> MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul**: implicações econômicas, políticas e culturais. 2ª. ed. Porto Alegre: EST, 2001, p. 122.

<sup>508</sup> DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 2ª. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1982, p. 147.

proteção contra os temporais que eram muito frequentes na época. Não tinha médico, daí a fé e a oração era a maneira de se proteger e de curar.<sup>509</sup>

As famílias que passavam por problemas mais graves de doenças faziam promessas para merecer a cura e construíam pequenas capelinhas em frente às suas casas ou nas encruzilhadas para rezar ou agradecer a graça alcançada. A falta de sacerdotes e médicos fez com que os imigrantes se apegassem ainda mais aos santos, que eram solicitados através de orações para toda sorte de problemas e imprevistos, desde doenças graves à proteção contra animais ferozes.



Imagem 23 - Capitel de São José construído no final do século XIX pelos imigrantes italianos Ângelo Giovanni e Maria Dal Molin, em São João do Polêsine, RS.<sup>510</sup>

<sup>509</sup> VIZZOTTO, Jacinta Maria Pivetta. **História de fé e trabalho: bens culturais de Vale Vêneto.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2014, p. 134.

<sup>510</sup> Fotografia de outubro de 2004. Cf.: PISSUTI, Maria Dolores Dalmolin. **A formação histórica e socioespacial da cidade de São João do Polêsine - RS.** Monografia (Especialização em Geociências), UFSM, Santa Maria, 2005, p. 34.

O Capitel de São José é um dos capitéis mais antigos da Quarta Colônia, datado do final do século XIX, e foi restaurado pela Prefeitura Municipal de São João do Polêsine em 1994. São José é o patrono dos trabalhadores e protetor dos acidentes de trabalho. A nova imagem de São José foi doada por Edurildo José Dalmolin, neto do construtor do Capitel de São José. “Os capitéis pontilhando as estradas eram os marcos contínuos da presença continuada e da proteção concreta do Senhor, Deus dos desvalidos. Tudo indicava que todas as coisas se resolveriam entre eles e Deus.”<sup>511</sup> Acreditava-se que tudo dependia da vontade de Deus, e se sentiam obrigados a cumprir seus desígnios.

O cotidiano do trabalho dos imigrantes era penoso e perigoso, muitas vezes aconteciam acidentes que feriam mãos e pés. Os camponeses eram perseverantes em seus empreendimentos, porém não raro se descuidavam da segurança e sofriam acidentes com ferramentas derrubando árvores, capinando, roçando, conduzindo os animais na estrada e na lavoura ou durante o trabalho no arado e na carroça. Por conseguinte, muitos camponeses rezavam ou cantavam músicas sacras durante o trabalho para Deus e os santos protegê-los dos acidentes.

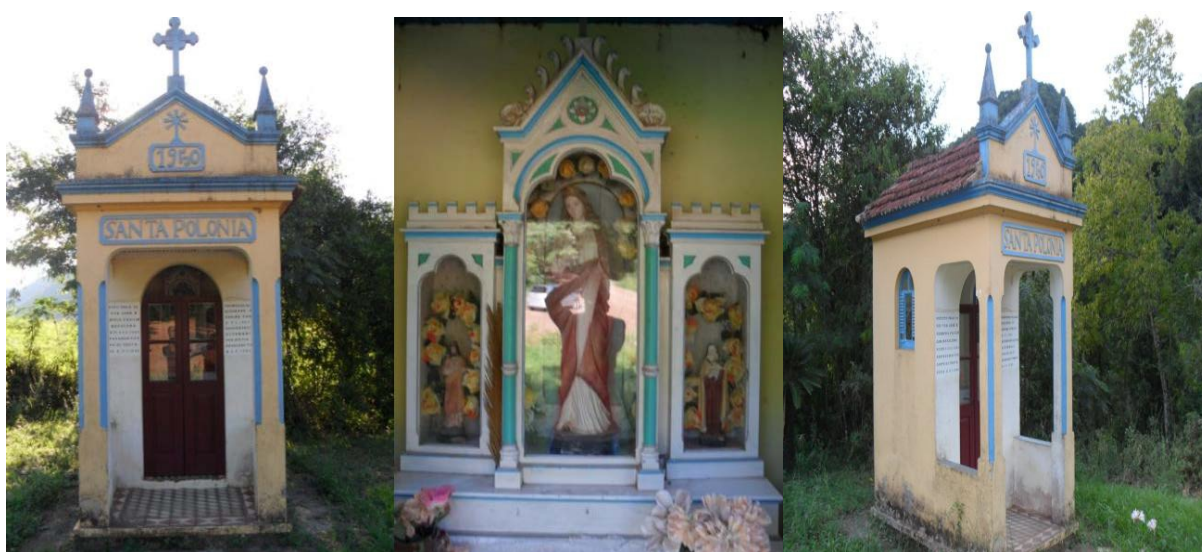


Imagem 24 - Capitel de Santa Apolônia construído em 1950 na Linha Duas, no Núcleo Norte. O primeiro capitel foi construído em madeira em 1890.<sup>512</sup>

<sup>511</sup> SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986, p. 18.

<sup>512</sup> TURRA, Joselaine Aparecida Garret. **Capitéis: fé e religiosidade na Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul (Nova Palma 1890-1925)**. Monografia (Licenciatura em Ensino e Pesquisa em História), UNIFRA, Santa Maria, 2012, p. 23.

O Capitel de Santa Apolônia foi construído em 1890, na localidade de Linha Duas, após seis anos da fundação do Núcleo Norte (Nova Palma). As seis primeiras comunidades do município de Nova Palma foram chamadas de “linha” para delimitar uma comunidade da outro. As linhas que permaneceram com o mesmo nome de “linha” foram Linha Um, Linha Duas, Linha Três, Linha Cinco, Linha Sete e Linha Onze.

Esse capitel foi construído pelo casal Giuseppe e Sabina Tomasi, que trouxeram a devoção da Itália para aliviar a dor de dente, uma vez que os imigrantes frequentemente apresentavam cáries, causadas pela falta de higiene bucal. A estátua de Santa Apolônia segura nas mãos um boticão, instrumento cirúrgico usado para extrair dentes, simbolizando a proteção aos dentes. Santa Apolônia era natural de Alexandria, no Egito, onde foi martirizada pelo Imperador Felipe, o Árabe, em 249 d.C., por ter se convertido ao cristianismo. É considerada protetora dos dentes e padroeira dos dentistas porque teve todos os seus dentes arrancados ou quebrados em seu martírio.

Na fachada do capitel está registrado o ano de 1950 e “Santa Polonia”, mas o correto é Santa Apolônia. No capitel também há placas com as seguintes inscrições:

Homenageamos no Centenário da Colonização os que formados ou sem diploma se dedicaram à cura de doenças, à solicitude com os enfermos e cuidados com a saúde caseira e popular. Refeito pela 3ª vez por José e Hermínia Faccin com Madalena Boezio a 9.2.1950, restaurado por grupo de centenário a 17.1.1988. Promessa do casal Giuseppe e Sabina Tomasi a 9.02.1898, reconstruído em Alvenaria por Silvio Graciosa Tomazi a 9.2.1923.<sup>513</sup>

Muitos capitéis são recentes, pois os mais antigos, feitos em madeira e pedra, deterioraram-se ou foram desmanchados e no seu lugar foram construídos novos em alvenaria. A prática de venerar santos nos capitéis foi trazida pelos imigrantes italianos do Norte da Itália, principalmente da província de Belluno. Dentro dos capitéis são entronizadas estátuas ou quadros dos santos de devoção de cada grupo de fiéis com terços, cruzes, flores e velas. Cada Sociedade da Capela possui vários capitéis construídos por variados motivos, desde agradecimento pela cura doenças a pagamento de promessas.

---

<sup>513</sup> TURRA, Joselaine Aparecida Garret. **Capitéis: fé e religiosidade na Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul (Nova Palma 1890-1925)**. Monografia (Licenciatura em Ensino e Pesquisa em História), UNIFRA, Santa Maria, 2012, p. 23.

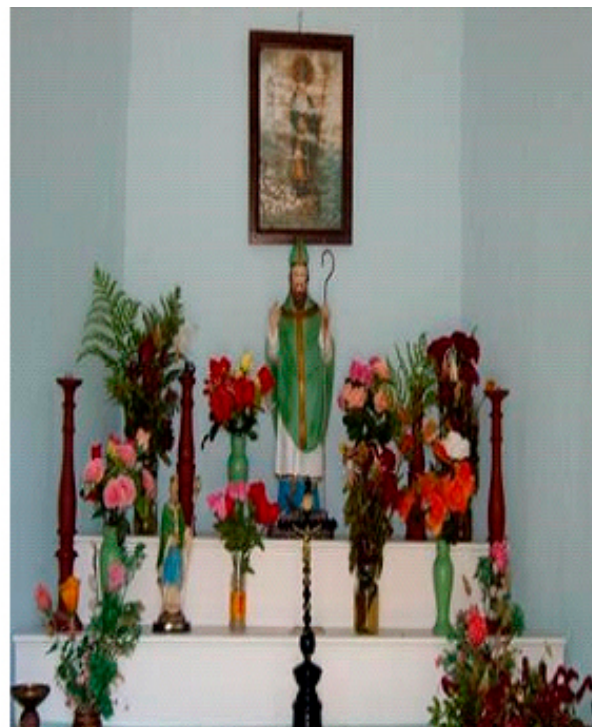


Imagem 25 - Capitel e altar de São Patrício na Linha Um em Vale Vêneto.<sup>514</sup>

O Capitel de São Patrício foi construído em 1898 no lote doado pelo imigrante Jayme Iop e sua esposa. Os moradores rememoram que um senhor de sobrenome Baldissera teve um membro da família picado por uma cobra peçonhenta e, diante do perigo de morte por falta de soro antiofídico, a família fez a promessa de construir um oratório dedicado a São Patrício se o familiar se salvasse, o que realmente aconteceu. Para agradecer pela graça recebida o senhor Baldissera construiu o Capitel de São Patrício na propriedade da família de Jayme Iop, e o local passou a ser um ponto de encontro para as famílias mais próximas rezarem o terço à noite. Muitos imigrantes faleceram picados por cobras, inclusive Angela, esposa de Luís Iop<sup>515</sup>.

Em 1987 o Capitel de São Patrício foi restaurado para a celebração da missa que acontece todo ano no dia 17 de março. Nesse dia é celebrada uma missa em frente ao capitel com a participação dos devotos para pedir a proteção de Deus, por intercessão de São Patrício, contra as picadas de cobras. No final da celebração o sacerdote faz a oração de São Patrício e asperge todos os presentes com água benta.

São Patrício nasceu no século V a.C., na Inglaterra, e aos 16 anos foi levado como escravo para a Irlanda por piratas, onde permaneceu preso por muito tempo. Patrício era

<sup>514</sup> VIZZOTTO, Jacinta Maria Pivetta. **História de fé e trabalho:** bens culturais de Vale Vêneto. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2014, p. 135.

<sup>515</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

pagão, mas se converteu ao cristianismo durante o tempo em que permaneceu confinado. Após seis anos de prisão, Patrício conseguiu escapar e regressar para a Inglaterra. No final de sua vida, já como bispo, voltou à Irlanda para converter os pagãos irlandeses ao cristianismo. Devido ao seu esforço nesse sentido, foi nomeado patrono da Irlanda. São Patrício é protetor contra as picadas de cobras, pois, segundo a tradição, teria expulsado todas as cobras da Irlanda, porque não existe esse animal no país.



Imagem 26 - Capitel Nossa Senhora da Saúde, inaugurado em 24/11/1946, na Linha Duas de Nova Palma.<sup>516</sup>

A fotografia mostra o Capitel de Nossa Senhora da Saúde, construído em 1946, na Linha Duas, no Núcleo Soturno (Nova Palma), pintado de azul, mesma cor do manto de Nossa Senhora, representando o céu. A devoção a Nossa Senhora da Saúde foi trazida da Itália com os imigrantes para protegê-los na viagem, e foi invocada durante a grande peste ocorrida no Barracão dos imigrantes na chegada. As primeiras capelas construídas na colônia de Silveira Martins foram as de Nossa Senhora da Saúde, do Rosário e das Graças, para

---

<sup>516</sup> Fotografia de 26 de setembro de 2006, de Franciele Rebelatto. Acervo Fotográfico do Arquivo da Prefeitura Municipal de Nova Palma, RS (AFAPMNP).

proteger os imigrantes das doenças e dos perigos da floresta. Os colonos pediam proteção a Nossa Senhora para livrá-los do tifo, da febre amarela, da varíola e da pelagra.

A consagração dos espaços de trabalho, a oração e os rituais religiosos almejavam afastar males, perigos, doenças e tentações, o que não acontecia gratuitamente, pois era necessário rezar e fazer penitência para vencer as tentações e merecer as bênçãos de Deus. As devoções populares desempenharam função importante entre os imigrantes, auxiliando-os a continuar seus empreendimentos apesar das doenças e dos perigos naturais: montanhas, matas, rios, índios e animais ferozes.

Os imigrantes italianos sempre rezavam o terço a noite. Todas as famílias tinham a mesma forma de reza. As orações durante o terço variavam. Após ele cada família e cada comunidade rezava por intenções especiais e as devoções mais comuns eram: um Pai Nosso, uma Ave Maria e um Glória ao pai, ao Santo padroeiro da Igreja. Uma oração era feita às almas do purgatório da igreja, uma oração a Nossa Senhora, a Santa Senhora, a Santo Antônio e no fim o “bendito seja Deus.”<sup>517</sup>

A oração em família era uma prática comum entre os colonos, que sempre iniciavam o dia com uma oração individual na cama e o finalizavam com a oração do terço em família. Rezaram para Deus protegê-los dos acidentes de trabalho, das mordidas e picadas de animais e para obter boas colheitas. Além disso, acreditavam que a oração era uma obrigação para agradecer a Deus por mais um dia de vida. Também era obrigação das famílias rezar pela paz no mundo e pela salvação das almas do purgatório<sup>518</sup> que estavam se purificando para poder entrar no Céu.

Padre Francisco Burmann descreve um episódio que ocorreu com o padre Jacó Pfändler na vila de São João do Polêsine, a 18 km de Silveira Martins. Dois imigrantes dessa localidade foram até a casa paroquial de Vale Vêneto, a 15 km de São João do Polêsine, para

---

<sup>517</sup> MUNIZ, Elci Fiuza. **Imigração e religião:** a influência do catolicismo na quarta colônia imperial Silveira Martins. Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 1999, p. 31.

<sup>518</sup> A oração dos vivos pelos mortos é uma “ajuda espiritual” para purgar os pecados dos mortos que precisam se purificar para entrar no Céu. As orações são convertidas em redução do martírio da alma no Purgatório: “O Purgatório vai depender de um veredicto menos solene, um julgamento individual logo a seguir à morte que as imagens cristãs medievais vêm espontaneamente sob a forma de uma luta pela alma do defunto entre anjos bons e maus, entre anjos propriamente ditos e demónios. [...] Podem, com efeito, beneficiar de uma alteração de pena, de uma libertação antecipada, não pela sua boa conduta pessoal mas por causa das intervenções exteriores, os sufrágios.” Cf.: LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório.** Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2ª. ed. Lisboa: Nova Estampa, 1995, p. 253.

buscar o vigário, pois o imigrante Luiz dizia ser perseguido por três demônios pretos e queria livrar-se deles.

Quando chegamos [padre Jacó Pfändler] na picada em que morava a família, vimos de longe uma grande multidão de gente diante da casa [...], desci do cavalo, e Luiz, o perseguido pelos demônios, me saudou e me deu a mão. Entrei na casa, e ele me respondeu que três demônios, pretos como carvão, sempre o perseguiam para agarrá-lo e levá-lo embora. Mandeí que me trouxessem água e sal para benzê-lo [...] deu um grito e para a porta me indicou: “Lá estão os três demônios”. Espera, disse-lhe eu, vou enxotá-los [...]. *Tomei a água benta e aspergi a porta, mas não vi nenhum demônio*. Estão ainda ali os três demônios? Perguntei eu. “Não, eles fugiram”. [...] Graças a Deus! Agora estão os três demônios novamente no inferno.<sup>519</sup>

Chama a atenção que muitas pessoas estavam esperando a chegada do vigário do lado de fora da casa para ver o “exorcismo”. Outro aspecto do acontecimento é que o demônio não estava incorporado no homem, mas sim andando pela casa. No entanto, poderia ser um caso de loucura, pois o padre não acreditou na fala do senhor que se dizia possuído pelo demônio e agiu com prudência. O acontecimento foi levado a sério pelo “possuído” e os expectadores, caso contrário, não teria atraído tanto gente, nem os imigrantes teriam ido chamar o padre. Contudo, mesmo os que tinham dúvida sobre a interferência do demônio em seu cotidiano rezavam para afastá-lo.

Outro caso de suposta possessão demoníaca aconteceu com uma mulher doente. Padre Jacó Pfändler “exorcizou” uma senhora que dizia estar possuída por um “mau espírito”. Porém, nem o próprio padre acreditou piamente na história. Pfändler relatou ao padre Burmann que a senhora acreditava estar possuída por um “mau espírito” que se apossara do seu corpo e, por isso, queria ser exorcizada. Quando o padre Pfändler chegou à casa da senhora “endemoniada”, uma grande multidão já o esperava para ver a expulsão do espírito maligno:

[Padre Jacó Pfändler] entrou no quarto, interrogou a [mulher] doente a respeito disto ou daquilo, mas notou logo que estava diante de uma histérica avançada. Todas as conversas e a bênção à doente não adiantaram nada. A mulher tinha simplesmente a idéia fixa de ter um mau espírito no corpo. Por fim, o padre teve a idéia de curar a pobre

<sup>519</sup> BURMANN, Francisco. **Memórias do Padre Francisco Burmann**. S.l., 1910, p. 50 (grifo do autor). Acervo Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora de Santa Maria. Caixa 2, Missão Brasileira.

mulher mediante sugestão. Mandou dois homens abrirem um buraco com dois metros de profundidade. Pediu depois uma garrafa vazia com uma rolha. Foi com a garrafa vazia ao quarto da [mulher doente]. Pronunciou algumas palavras misteriosas, que ninguém entendeu, e gritou alto: “Agora tenho o mau espírito na garrafa”. Saiu ligeiro do quarto e lançou-a logo no buraco fundo, que logo foi tapado. Então o padre voltou para o quarto e disse à mulher: “Foi um trabalho duro meter o espírito mau [dentro] da garrafa. Ele está agora enterrado na terra e não a atormentará mais.” A mulher disse: “Graças a Deus agora sou livre, e levantou-se para grande admiração de todos presentes.”<sup>520</sup>

Provavelmente a maioria dos presentes acreditou que a senhora realmente estava possuída pelo demônio, visto que a própria “possuída” afirmou que o demônio encontrava-se em seu corpo. A noção de se estar possuído pelo demônio é subjetiva, haja vista que muitos problemas psicológicos, doenças e comportamentos agressivos eram atribuídos pelos imigrantes à ação do demônio na vida deles. A prática do exorcismo reforçava o poder espiritual e político dos padres – os fiéis acreditavam que só o padre tinha contato “direito” com Deus para expulsar demônios e, portanto, mais poder que os leigos, criando dependência do sacerdote para se ter acesso a Deus.

Ao mesmo tempo que as doenças, a morte prematura também causava grande temor nos imigrantes, acreditava-se que ela era resultado da falta de fé e de oração ou até mesmo castigo de Deus por algum pecado cometido. A morte era uma preocupação constante na vida dos imigrantes italianos, uma vez que muitas crianças e mães morriam no parto ou logo após o nascimento por falta de atendimento médico. Adultos também faleciam em acidentes de trabalho, padeciam de várias doenças como câncer, infarto, febres e pestes por falta de higiene, médico e remédios. Quando familiares, parentes e amigos morriam, os imigrantes se consolavam dizendo que a morte foi vontade de Deus, portanto, precisava ser respeitada e aceita. Também comparavam o seu sofrimento ao de Jesus e o aceitavam como natural e necessário para a remissão de seus pecados. A média de vida era baixa, poucas pessoas chegavam aos 70 anos, devido ao sofrimento gerado pelo trabalho, pelas doenças e pelos acidentes.

Os imigrantes italianos da Quarta Colônia de Silveira Martins cultuavam profundamente a *veneração aos mortos*, devido ao apego com a família. Quase sempre, construíam o cemitério antes da

---

<sup>520</sup> BURMANN, Francisco. **Memórias do Padre Francisco Burmann**. S.l., 1910, p. 31. Acervo Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS). Caixa 2, Missão Brasileira.

construção da igreja. A participação de todos os italianos com grande solenidade, muitas orações e cantos, na forma de sepultar os mortos.<sup>521</sup>



Imagem 27 - Cemitério de Dona Francisca na região da Quarta Colônia, RS.<sup>522</sup>

A imagem mostra túmulos antigos abertos e sem identificação. Muitos túmulos estão abandonados porque os filhos e netos se mudaram para outros municípios do estado e também para outros estados do Brasil. Os italianos tinham profundo respeito pelos antepassados e pelos mortos e rezavam pelas almas do purgatório para que seus avós e tios se salvassem. Temiam a morte por acreditarem que poderia levá-los para o inferno, caso morressem em pecado grave ou sem arrependimento. Respeitavam e rezavam pelos mortos porque acreditavam na vida pós-morte, por conseguinte, o cemitério, chamado de “campo santo”, também era um lugar sagrado de oração, como o eram as capelas. No dia de finados, os

<sup>521</sup> MUNIZ, Elci Fiuza. **Imigração e religião:** a influência do catolicismo na quarta colônia imperial Silveira Martins. Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 1999, p. 35 (grifo do autor).

<sup>522</sup> DIÁRIO DE SANTA MARIA. Santa Maria, 26 jan. 2009.

italianos e seus descendentes participavam da Missa de Finados no cemitério e levavam flores para homenagear e rezar pela salvação dos familiares falecidos.

Este capítulo abordou a ligação entre a sociabilidade e a religiosidade dos imigrantes italianos como duas dimensões intrínsecas ao cotidiano, aos deslocamentos e à formação das redes familiares entre a Itália e o Brasil. A religião, através das Sociedades da Capela, contribuiu para a sociabilidade entre os imigrantes italianos, bem como para a constituição de uma identidade cultural centrada nos laços familiares e na vida comunitária. Na sequência, serão tratadas as questões da cultura, da formação das tradições, das memórias e da educação dos imigrantes italianos e seus descendentes.

## CAPÍTULO IV – CULTURA E EDUCAÇÃO

Este quarto capítulo centra a análise nas memórias, tradições, língua, cultura e educação dos imigrantes italianos e seus descendentes. A cultura é constituída pelas memórias e conservada pela rememoração das tradições, sendo que, as experiências passadas são construídas no tempo pelo grupo e atualizadas em contato com outros grupos. A cultura é dinâmica, pois se constitui de continuidades e rupturas que se modificam no espaço e no tempo em contato com as diferenças. Nesse capítulo pretende-se relacionar os valores e os saberes da cultura com a educação familiar e seus ensinamentos práticos e com o ensino escolar e seus ensinamentos teóricos.

### 4.1 MEMÓRIAS E TRADIÇÕES

A cultura e os valores morais são criados e recriados ao longo das gerações como resultado da composição familiar e social. A cultura inclui as tradições preservadas pela memória, constituindo uma das bases da educação que é transmitida às novas gerações. As culturas são os valores que legitimam a educação e os costumes sociais, familiares e individuais de grupos que se identificam com uma origem, objetivos e destinos comuns, os quais podem ser codificados nos costumes e nas leis. Existem culturas que elaboram normas coletivas, já as pequenas sociedades focam nos valores individuais de comportamento e convivência social que são laços comunitários de conduta e comportamento dos membros do grupo. Na sociedade comunal as pressões, exigências e o controle do grupo sobre os indivíduos são maiores, sob pena de punição e/ou exclusão<sup>523</sup>.

Os imigrantes italianos trouxeram modos de vida, costumes e técnicas de trabalho da Itália para o Brasil, os quais, num primeiro momento, foram sendo adaptados aos espaços do território colonial para, num segundo momento, serem transformados em lugares parecidos com as suas regiões de origem. Apesar de a cultura dos imigrantes e seus descendentes remeterem à origem na Itália, a cultura italiana vivida e preservada no Brasil foi se diferenciando das origens com o passar do tempo, dado que sofreu uma transformação diversa por influência do novo território ocupado. Contudo, muitos dos valores e saberes dos

---

<sup>523</sup> “Efetivamente a infração lança o indivíduo contra todo o corpo social; a sociedade tem o direito de se levantar em peso contra ele, para puni-lo.” FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 41ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 86.

imigrantes foram preservados pela educação familiar na casa, pelo trabalho no campo e pela convivência social na comunidade, dado que a cultura, por vezes, pode se sobrepor à influência e aos obstáculos do meio.

Apesar de a maioria dos monumentos<sup>524</sup>, estátuas, capelas, jazigos terem sido religiosos, não impediu que, ao mesmo tempo, também surgissem monumentos civis destinados a lembrar e reproduzir traços da Itália no Brasil: “Com sentimento religioso, aqueles colonos levantaram a igreja matriz no planalto de Silveira Martins, e com sentimento patriótico quiseram dedicar ao grande José Garibaldi a sua primeira praça, erigindo-lhe também, em 1910, um monumento perto da igreja [...]”<sup>525</sup>

No Brasil os imigrantes italianos buscaram preservar as tradições<sup>526</sup> através da oralidade, de documentos e monumentos, seus lugares de memória: “Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção.”<sup>527</sup> Igualmente, quando chegaram no Rio Grande do Sul, reproduziam saberes e práticas trazidos dos seus *paesi*, sendo que cada grupo defendia seus costumes e buscava impô-los aos demais<sup>528</sup>. Assim, nas colônias não existia uma única cultura<sup>529</sup>, mas várias que se transformaram em contato umas com as outras, envolvendo um processo lento e conflituoso.

---

<sup>524</sup> “O imigrante campesino cerca-se de nomes de santos, enquanto os outros dão às ‘societés’ nomes de personalidades da vida política italiana, inclusive podendo-se ver em diversas lojas fotografias suas e até o busto de Vittorio Emanuele II, o rei da Itália.” SANTIN, Silvino. Integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. 3. Porto Alegre: EST/Torino: Fundação Giovanni Agnelli, 1996, p. 596.

<sup>525</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 74.

<sup>526</sup> “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado.” HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008, p. 9.

<sup>527</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 12-13.

<sup>528</sup> “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002, p. 17.

<sup>529</sup> “Talvez seja melhor seguir o exemplo de vários historiadores e teóricos recentes e pensar as culturas populares (ou, com os sociólogos costumam chamar, ‘subculturas’) no plural, urbana e rural, masculina e feminina, velha e jovem, e assim por diante.” BURKE, Peter. **O que é história cultural**. 2ª. ed. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 41.

[...] apenas entre si, os colonos reconstruíram seu mundo cultural – com as adaptações necessárias – que, ao observador menos precavido, parecia um prolongamento da Itália: língua, costumes, trajes, comidas, religiosidade, tudo enfim tinha um cunho nitidamente italiano e contrastava com qualquer modo brasileiro ou português de vida. E nem mesmo seria possível de outra forma, devido ao isolamento cultural em que se encontravam. De quem aprenderiam o português? Quais seriam os costumes brasileiros que deveriam integrar-se na nova vida? Quem lhes transmitiria a religiosidade popular da campanha? Por trás desta italianidade – que muitos quiseram preservar como sinal de cultura superior – escondiam-se, porém, os primeiros esboços de uma nova forma de ser brasileiro: o imigrante viera para o Brasil após uma amarga experiência em sua terra natal que, rapidamente, foi sendo esquecida e, por repetidas vezes, até mesmo desprezada.<sup>530</sup>

Os grupos se comunicam por códigos simbólicos que reproduzem crenças morais e religiosas, constituindo elementos de identidade que unem seus membros. A identidade<sup>531</sup> e as crenças do grupo e dos membros que o compõem são expressas através de símbolos civis e religiosos para afirmá-los diante de outros grupos. O sentido de pertença a uma nação<sup>532</sup>, religião, língua e costumes é elemento necessário para a formação cultural de seus membros e a manutenção da ligação com as origens.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de

<sup>530</sup> COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3ª. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1984, p. 84.

<sup>531</sup> A maioria dos autores constrói a trajetória dos colonos e a dos sacerdotes de modo paralelo. Maria Catarina Chitolina Zanini identifica a contribuição do sacerdote e da Igreja para a formação e manutenção da identidade e da unidade dos imigrantes italianos. ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS. Santa Maria: UFSM, 2006. Outros autores que relacionam a história da imigração italiana com a Igreja Católica: FRANZINA, Emílio. **A grande emigração**: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Blondi. Campinas: UNICAMP, 2006. POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. BENEDEZI, Luiz Fernando. **Imigração italiana e catolicismo**: entrecruzando olhares, discutindo mitos. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2008. BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010. VENDRAME, Maíra Inês. **Lá éramos servos, aqui somos senhores**: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2007.

<sup>532</sup> A cidadania vinculava o indivíduo ao Estado, enquanto a nacionalidade o vinculava a um povo. Cf.: ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Santa Maria: UFSM, 2006, p. 168.

mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário.<sup>533</sup>

A cultura é o principal símbolo que determina o que é conhecimento e o que é crença para o grupo, verdade ou mentira, certo ou errado. A cultura é aquilo que permanece do que se esqueceu pela repetição e passa a ser considerado essencial à sobrevivência do grupo. As memórias e as tradições permanecem no tempo e sofrem poucas modificações de uma geração para outra quando vividas no mesmo local e dentro do mesmo grupo. O fato de viverem isolados em Silveira Martins, convivendo nas Sociedades da Capela, sem contato periódico com os brasileiros, fez com que os imigrantes e seus descendentes adaptassem e preservassem alguns costumes trazidos da Itália para o Brasil, pois

[...] cada um dos grupos tem uma história. Neles distinguimos personagens e acontecimentos – mas o que chama a nossa atenção é que, na memória, as semelhanças passam para o primeiro plano. No momento em que examina seu passado, o grupo nota que continua o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.<sup>534</sup>

Muitos conflitos entre os imigrantes italianos, a Igreja e o Estado foram transpostos do Norte da Itália para as novas colônias criadas no Rio Grande do Sul, visto que os imigrantes tinham diferentes posições ideológicas e políticas, divergindo quanto ao apoio às suas instituições e heróis. Na colônia garibaldinos, carbonários e maçônicos ocuparam espaços e posições de poder designando vilas, ruas, praças e sociedades de mútuo socorro com os nomes de suas províncias de origem e dos heróis italianos, e os católicos e ultramontanos ocuparam espaços e posições de poder designando suas capelas e padroeiros com o nome de seus santos de devoção.

Os imigrantes não formavam um grupo unido. [...] Pelos menos três grupos antagonicos existiam: os “austríacos”, também chamados de tirolezes, os carbonários e os católicos. Esta divisão, decorrente da situação europeia, especialmente italiana, decorria das lutas pela unificação da Itália (que expulsou o domínio secular do Império Austro-Húngaro do Norte do país e que anexou a reino italiano as terras dos Estados Pontifícios, com o nascimento da Itália). Nasceram as três facções antagonicas: “os austríacos, partidários do domínio da Áustria; na Itália, os “carbonários”, partidários da unificação do país;

<sup>533</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p. 14.

<sup>534</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p. 108.

e os “católicos” que desejavam a manutenção do domínio papal sobre os Estados romanos.<sup>535</sup>

Os imigrantes ficaram entre dois mundos: Brasil e Itália, que por si só, tinha diferenças entre as províncias do Norte e do Sul, áreas dominadas pela França e Império Austro-Húngaro ao norte e os Estados Pontifícios, ao centro. Um dos elementos que evidencia as diferenças regionais era a falta de uma língua comum, pois cada região ou província italiana tinha seu próprio dialeto e opções políticas próprias.

Na sede, Silveira Martins, a maioria dos imigrantes que exerciam atividades urbanas, como comerciantes, artistas, professores, caixeiros-viajantes, artesãos e os funcionários públicos, eram, quase todos, maçons e anticlericais. Assim, a sede recebeu, desde a fundação, uma identidade, associada à maçonaria e ao anticlericalismo. Os habitantes dos núcleos interioranos, identificados com a Igreja Católica, rivalizam com os moradores da sede Silveira Martins, pois não comungavam dos mesmos valores e posicionamentos ideológicos e políticos e não aceitavam ser subordinados a Silveira Martins em nível político, administrativo e religioso.<sup>536</sup>

Os imigrantes italianos, assim como outros povos, expressaram suas tradições cívicas e religiosas através de nomes e monumentos. Em Silveira Martins os católicos eram influenciados pelos padres, os quais se opunham à maçonaria e sua influência sobre a colônia. A maioria dos imigrantes defendia o Papa, porém em Silveira Martins também existiam pequenos grupos contrários à interferência da Igreja no Estado e nas instituições civis, formados por políticos e comerciantes maçônicos<sup>537</sup>, muitos dos quais eram garibaldinos ou carbonários. O Conselheiro e Senador do Império do Brasil Gaspar Silveira Martins<sup>538</sup> era

<sup>535</sup> GIRON, Loraine Slomp. Imigração italiana: a reação brasileira. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. Imigração italiana: estudos. **Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979, p. 243-244.

<sup>536</sup> MARIN, Jérri Roberto. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins. **Imaginário**. São Paulo, v. 13, n. 14, 2007, p. 169.

<sup>537</sup> Também eram anticlericais maçons, austríacos, liberais, positivistas, nacionalistas, socialistas e anarquistas. A “Bula Syllabus” (1864) emitida por Pio IX proibiu os católicos de participarem da Maçonaria: “Através da decisão dos Bispos, as irmandades religiosas deveriam expulsar os maçons de suas dioceses.” VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 100.

<sup>538</sup> “Gaspar Silveira Martins em sua trajetória política ocupou os cargos de Juiz Municipal no Rio de Janeiro, Deputado Provincial (1862-1889), Deputado Geral (1872-1879), Ministro da Fazenda (de 13/02/1878 a 8/02/1879), Senador do Império (1880-1889), Presidente da Província do Rio Grande do Sul (1889) e foi nomeado Conselheiro de Estado Extraordinário pelo Imperador (1889). Também

maçônico e se tornaria Grão-Mestre<sup>539</sup> da maçonaria em 1883, no Rio de Janeiro. Em setembro de 1879 Gaspar Silveira Martins foi até Santa Maria para discursar para uma caravana de italianos organizada por Próspero Pippi. O objetivo da caravana era homenagear Silveira Martins por ser defensor e incentivador da imigração italiana para o Brasil.

A escolha do nome Silveira Martins para nomear a colônia foi dos comerciantes, em geral maçons, embora o topônimo fosse submetido à apreciação popular. O nome homenageava Gaspar Silveira Martins, por ser um defensor da imigração européia, em particular da italiana, e pelo fato de o político lembrar fisicamente José Garibaldi.<sup>540</sup>

Depois da visita e do discurso de Silveira Martins em Santa Maria os imigrantes ficaram encantados com a oratória e a defesa que o ministro fez da imigração italiana para o Brasil e da Quarta Colônia Imperial. Quando os imigrantes retornaram de Santa Maria, Próspero Pippi convocou todos os moradores para comparecerem em frente ao seu armazém na sede de Silveira Martins, e entre vivas e aclamações foi acertado publicamente que Silveira Martins seria o Patrono da colônia<sup>541</sup>.

Os imigrantes organizaram associações civis e religiosas para desenvolver atividades culturais, educacionais e assistenciais com o objetivo de preservar e divulgar a cultura italiana e amparar os compatriotas idosos ou doentes. As sociedades de mútuo socorro tinham por finalidade ajudar as pessoas carentes e promover as datas comemorativas para homenagear os reis e os heróis da Itália. Muitas dessas sociedades também recebiam os nomes dos reis e dos heróis da Itália para reforçar o patriotismo nos italianos, gerando o sentimento de italianidade.

As associações culturais e religiosas trabalharam para fortalecer os laços entre os imigrantes e reforçar a sua ligação com a Itália e o Papa: “O associativismo do imigrante haveria de criar um novo mundo cultural, através da reconstrução do mundo religioso.”<sup>542</sup> Em Silveira Martins a ligação dos imigrantes com a pátria, a família real e os heróis da Unificação

---

destacamos sua atuação como Presidente do Partido Liberal, um dos fundadores do Partido Federalista, um dos líderes da Revolução Federalista (1893-1895), bem como ter recebido o título de Grãomestre da Maçonaria em 1883.” PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins**: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembleia Provincial. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Memorial, 2013, p. 15.

<sup>539</sup> Acervo Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS), Porto Alegre, RS.

<sup>540</sup> MARIN, Jérri Roberto. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins. **Imaginário**. São Paulo, v. 13, n. 14, 2007, p. 168.

<sup>541</sup> TONDOLO, Rosane Bovolini. **A colonização de Silveira Martins**. Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 1996, p. 14.

<sup>542</sup> DE BONI, Luiz A. **Far La Mérica**: a presença italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Riocell, 1991, p. 128.

Italiana foi demonstrada através das sociedades de mútuo socorro e, em menor medida, através das Sociedades da Capela. A construção de monumentos, as homenagens aos heróis italianos e as festividades tinham por objetivo demarcar territórios entre italianos e brasileiros. Tanto a catolicidade quanto a italianidade expressaram o sentimento de pertencimento dos imigrantes a uma origem comum, que para uns era a sua *comune* de origem e para outros, a Igreja Católica.

A colônia italiana de Santa Maria é verdadeiramente importantíssima, contando com trinta mil imigrantes italianos, os quais são, na sua maior parte, agricultores e são assentados na colônia de Silveira Martins. Os demais são comerciantes, industriais e artesãos. As condições econômicas de toda coletividade são ótimas: existem muitas riquezas importantes, muitíssimas mais modestas e, no conjunto, todas em feliz estado de prosperidade. O espírito de nacionalidade na colônia é muito desenvolvido. Existem duas associações italianas importantes: a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro de Santa Maria, que possui uma belíssima sede própria de valor que excede 200.000 mil liras e é presidida distintamente pelo Dr. Nicola Turi, auxiliado pelo bravo vice-presidente Eng. Aldo Bonardi. E a sociedade Italiana “Duca degli Abruzzi”, que além de também possuir uma bela sede, encontra-se em florescentes condições econômicas, de modo que pôde subscrever ao empréstimo italiano de 30.000 liras. Ambas associações são ótimos centros de italianidade, não deixando passar alguma data histórica nossa, sem promover belas manifestações patrióticas.<sup>543</sup>

A primeira sociedade de mútuo socorro<sup>544</sup>, denominada *Associazione di Mutuo Soccorso fra gli operai italiani di Silveira Martins*, posteriormente renomeada *Associazione di Mutuo Soccorso Umberto I*, foi criada em 16 de agosto de 1885, pelo padre Antonio Sorio, com a ajuda dos comerciantes Próspero e Flavio Pippi, para auxiliar os sócios em caso de doença e na velhice: “[...] Sr. Prospero Pippi foi o primeiro correspondente consular em Silveira Martins.”<sup>545</sup> Outra finalidade da sociedade para os operários italianos “Umberto I” era a de realizar as comemorações e as festividades nacionais italianas para promover a

<sup>543</sup> CUSANO, Alfredo. Santa Maria: il Paese dell’Avvenire Rio Grande del Sud. Roma: Editrice L’Italo-Sudamericana, 1920. Apud: MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria**: relatos e impressões de viagem. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 189.

<sup>544</sup> SANTIN, Silvino; Isaia, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 82-83.

<sup>545</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins**: patrimônio histórico-cultural. Porto Alegre: EST, 1990, p. 86.

memória dos heróis da Itália Giuseppe Mazzini<sup>546</sup> (1805-1872) e Giuseppe Garibaldi (1807-1882) e dos reis Vittorio Emanuele II (1849-1861), Humberto I (1878-1900) e Vittorio Emanuele III (1900-1946). A primeira sessão da Associação de Mútuo Socorro de Silveira Martins aconteceu ainda em agosto de 1885. No mesmo ano a sociedade também criou uma banda de música para tocar nas datas comemorativas da Itália com o nome de José Garibaldi.

Em Silveira Martins foi fundada a Sociedade Umberto I, da qual o padre Antonio Sorio também era membro, por ser vice-cônsul da Itália. Sorio ainda ajudaria na criação das sociedades *Duca degli Abruzzi* e *Vittorio Emanuele III* em Arroio Grande. A Sociedade *Duca degli Abruzzi* foi fundada em 1º de setembro de 1889, pelo imigrante Andrea Pozzobon, e a Sociedade *Vittorio Emanuele III* foi criada em abril de 1908. Quando padre Sorio faleceu, no atentado de 1899, a Sociedade de Mútuo Socorro Duca Degli Abruzzi, de Arroio Grande, fez várias homenagens ao sacerdote, que também era membro da entidade:

Comparece enorme população vinda de todas as partes da colônia, sinal de estima pelo ilibado procedimento do extinto (Antonio Sorio). A sociedade Duca Degli Abruzzi, de Arroio Grande, concorre com flâmulas e música ao cortejo fúnebre, tendo o defunto sido membro daquela sociedade, com o título honorífico de sócio benemérito. Enquanto isso, em Porto Alegre, os palotinos, cientes do falecimento, alegraram-se, porque ninguém mais meterá o bastão da resistência na roda de sua expansão colonial religiosa, e o povo, pusilânime e hipócrita, suportará, como manso cordeiro, as tristes conseqüências e as condições impostas, inspiradas pelo mestre Loiola, [...]. Da alegria desses poucos “reverendos”, fui informado pelo ex-palotino, Pe. Emiliano D’Amore.<sup>547</sup>

Pozzobon relatou que nem todos ficaram consternados com a morte do padre Sorio, visto que os palotinos tinham interesse em ampliar sua ação missionária sobre o território da Quarta Colônia Imperial. Posteriormente, os palotinos também assumiram paróquias na cidade de Santa Maria e municípios vizinhos. Nos centros maiores a quantidade de padres e religiosas era suficiente para atender os católicos, porém, poucos se prontificavam a trabalhar em áreas missionárias de fronteira. As regiões periféricas, como as colônias, só atraíram a

---

<sup>546</sup> Giuseppe Mazzini nasceu em 22 de maio de 1805 em Gênova, Itália, filho de carbonários que formavam uma organização patriótica secreta. Defendia a unificação da Itália e fundou o movimento La Giovine (A Jovem Itália), que objetivava construir uma nação “una, independente, libera e repubblicana”. Cf.: COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha do século XIX**. 3ª. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

<sup>547</sup> POZZOBON, Andrea. **Uma Odisséia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 178.

atenção de bispos, padres e religiosos quando alcançaram algum progresso social e econômico.

Paralelamente ao plantio de cereais, os imigrantes também trabalharam extraindo madeira da colônia para cozinhar, construir e vender: “Arroio Grande, como os outros nucleos, era um matto de arvores de guarapiapunha, angico, cedro, louro, cabriúva, ipé, tarumã, guajuvira, açouta-cavallo, batinga, canella e guabijú; madeiras estas que foram vendidas pelos mesmos colonos, para dormentes da estrada de ferro e outras industrias em Santa Maria.”<sup>548</sup> Arroio Grande se desenvolveu mais rápido do que as outras vilas do interior da colônia por ser uma região plana, situada a apenas 20 km da cidade de Santa Maria, mais próxima do que a sede da colônia que distava 30 km.



Imagem 28 - Sociedade italiana de Mútuo Socorro *Duca degli Abruzzi*, fundada em 1896, na Sociedade da Capela de São Marcos, em Arroio Grande, pelo imigrante Andrea Pozzobon.<sup>549</sup>

Em 1896, em Arroio Grande, além de participar da construção da capela de São Marcos, Andrea Pozzobon<sup>550</sup>, juntamente com outros 21 sócios, fundou a Sociedade Italiana

<sup>548</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 69-70.

<sup>549</sup> SANTIN, Silvino; Isaia, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 51.

<sup>550</sup> Andrea Pozzobon viajou do Brasil para a Itália em 1904 e em 1911 para participar de exposições internacionais, quando escreveu suas impressões sobre a cultura e o nacionalismo italiano. Em 1911

de Mútuo Socorro *Luigi Amedeo di Savoia (Duca degli Abruzzi)*, da qual se tornou presidente, e ainda fez parte da Sociedade de Mútuo Socorro Humberto I, de Silveira Martins. Pozzobon era nacionalista, liberal e republicano, e no Brasil também promoveu atividades cívicas para exaltar a Itália e o Brasil. Quando o Agente Consular da Itália em Santa Maria, o Cavaleiro Umberto Ancarani, visitou Arroio Grande, Andrea Pozzobon prestou homenagens a ele às autoridades municipais de Santa Maria, hasteando “bandeiras e flâmulas”. Desejou as “boas-vindas aos visitantes” em nome de todos os italianos da colônia, e em troca o agente consular prometeu “seu valioso apoio” às demandas dos italianos<sup>551</sup>.

[...] como perto da igreja de S. Marco, os colonos de Arroio Grande, por iniciativa da Sociedade Duca degli Abruzzi, levantaram em 1913, um esplendido monumento aos heróis da Itália, mortos na Lybia pela grandeza da Patria. Com a maxima liberdade, os colonos comemoram também suas festas nacionais, quasi sempre por iniciativa das sociedades locais italianas; e as autoridades brasileiras intervêm com prazer a essas reuniões patrióticas.<sup>552</sup>

As comemorações cívicas italianas foram oportunidades para os imigrantes se aproximarem das autoridades brasileiras, as quais não se contrapunham à iniciativa dos imigrantes, e até os apoiavam. Devido ao seu empenho em divulgar a Itália no Brasil, Pozzobon foi promovido ao cargo de agente consular em Arroio Grande. As funções do agente consular eram assistir as escolas subvencionadas pelo governo italiano, realizar cerimônias cívicas e fornecer informações da colônia para os cônsules de Porto Alegre e Santa Maria. Aproveitando-se de sua fama, Pozzobon também abriu uma “Casa de Fazendas, Louças, Secos e Molhados” em Arroio Grande.

Em Silveira Martins existiam garibaldinos que também eram maçônicos, embora sendo poucos, possuíam influência política, combatiam a Igreja Católica desde a Itália e apoiavam a unificação italiana. Alguns garibaldinos, carbonários e maçons frequentavam a Igreja Católica para se integrarem aos demais imigrantes italianos, e outros eram membros

---

retornou da Itália decidido a construir um monumento para comemorar a conquista da Líbia e homenagear os soldados que haviam morrido nessa guerra. Nesse mesmo ano também foi comemorado o “Jubileu da Pátria” na Itália. Cf.: VENDRAME, Maíra Inês. “Viva a Itália e seu glorioso Exército!” A imigração italiana e as manifestações de italianidade nas memórias de Andrea Pozzobon (1885-1915). **Oficina do Historiador**. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 21-41, jan./jun. 2015.

<sup>551</sup> POZZOBON, Zolá Franco. **Uma Odisséia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 200.

<sup>552</sup> ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins – 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990, p. 74-75.

secretos da maçonaria infiltrados na Igreja Católica para influenciar bispos e padres a aderirem ao racionalismo, ao liberalismo político e à república para combater as monarquias.

Os maçônicos se associaram em torno da loja maçônica “União e Trabalho”. A loja foi fundada em 1898, em Silveira Martins, e tinha 31 membros. Quanto às nacionalidades, 15 dos seus membros eram brasileiros, 10 italianos, 5 alemães e 1 português. Quanto às profissões, 14 eram agricultores, 6 funcionários públicos, 5 marceneiros, 5 comerciantes e 1 industrial. Embora fosse um grupo pequeno, comparado aos católicos, eram bastante ativos dentro da colônia, considerando que alguns exerciam cargos políticos e outros eram comerciantes. Os maçônicos apoiavam as sociedades de mútuo socorro dos garibaldinos, bem como as homenagens aos heróis italianos para se contrapor à doutrina da Igreja Católica.

Os imigrantes eram em sua maioria camponeses católicos, mas também existiam professores, comerciantes e políticos, entre os quais havia garibaldinos e maçônicos. Alguns garibaldinos também eram maçônicos, porém, para os padres, ser maçônico era um pecado mais grave do que ser só garibaldino, dado que os Papas Clemente XII e Leão XIII combateram a maçonaria. Muitos imigrantes eram maçons de modo anônimo para evitar questionamentos e perseguições de parentes e vizinhos. Além disso, a maçonaria era uma sociedade secreta que mantinha laços de solidariedade entre os seus membros para influenciar a política. A interferência da maçonaria na política e nos atos cívicos era dissimulada, e seus membros agiam sem se identificar para o público.

Júlio Lorenzoni era maçônico e chegou a se naturalizar brasileiro. Em sua declaração de naturalização consta que era católico, porém, em suas memórias, também afirmou ser maçom:

Lorenzoni Julio de cor branca, nascido no dia 23 de março de 1863 na Província de Vicenza, professa a religião católica, [mas também é maçônico], veio para o Brasil como colono no ano de 1878 e desde esse tempo reside na sede [Silveira Martins], exerce o magistério de professor de primeiras letras, estabelecido com casa de moradia, proprietário, filho legítimo de Lorenzoni Antonio e de Tanaro Maria, naturais da Província de Vicenza, casado com Righesso Josephina, natural da Província de Treviso, de cujo consórcio tem dois filhos, sendo Domingos com 3 anos e Teodolina com 1 ano, nascidos no Império e batizados na forma da Religião católica, pretende fixar sua residência no Império e quer adotar o Brasil por Pátria, por isso, pede com a presente declaração ser admitido a prestar juramento de fidelidade à constituição e mais leis do Império.<sup>553</sup>

<sup>553</sup> Arquivo Histórico e Geográfico de Montenegro (AHGM), Montenegro, RS. Códice 0006.

Na declaração consta que Lorenzoni, apesar de ser professor, entrou no Brasil como agricultor, pois à época, declarar ser agricultor facilitava a imigração para o país. Lorenzoni se tornou professor de “primeiras letras”, dedicado à alfabetização de crianças, já que na Itália havia frequentado o Ensino Elementar e o Ginásio. Para simplificar a obtenção da cidadania brasileira, declarou que era proprietário com casa própria e filho legítimo de pais italianos. Os filhos Domingos e Teodolina já haviam nascido no Império do Brasil e foram batizados no rito católico. Com essa declaração Lorenzoni conseguiu obter a cidadania brasileira.

Em Silveira Martins surgiram disputas<sup>554</sup> entre os padres e os garibaldinos nacionalistas, liberais e maçons que penduraram “bandeiras injuriosas” em frente à casa paroquial. A maioria das construções e dos monumentos da colônia era católica, mas em 20 de setembro de 1910 os defensores de Garibaldi nomearam a Praça de Silveira Martins como “Praça Giuseppe Garibaldi”, e nela construíram um monumento em sua homenagem para comemorar os 40 anos da unificação da Itália, rivalizando com a Igreja Católica. Na praça foi construída uma coluna para colocar o busto de Garibaldi, porém no dia da inauguração a peça ainda não estava pronta e foi substituída por uma estampa de papel com sua imagem.

O monumento foi uma iniciativa dos imigrantes Pimenta, Caruso e Brassale, que realizaram uma campanha para arrecadar fundos com o objetivo de construir a coluna para sustentar o busto de Garibaldi:

Em 1910, Pimenta, Caruso e Brassale fizeram construir a coluna do monumento de Garibaldi [na praça central de Silveira Martins]. Entrou Pimenta com súbitas violências exigindo dos colonos que fizessem e refizessem as contribuições, o Brassale, com arrogância, chegando a pedir esmolas na frente da capela de São Roque, o Caruso com fanatismo brutal. Aos 20 de setembro [...] inauguraram o monumento faltando a parte principal, o busto do herói, e substituíram-no por uma estampa de papel [...]. No domingo sucessivo à inauguração, rebentou entre os da comissão e outros garibaldinos grandes discórdias, tão raivosa que jamais apagou-se.<sup>555</sup>

---

<sup>554</sup> Autores que trabalharam as disputas entre os padres e os anticlericais foram: VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001. POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. VENDRAME, Maíra Ines. Lá éramos servos, aqui somos senhores: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2007.

<sup>555</sup> SCHWINN, Frederico. Freguesia Silveira Martins, 1906-1918. Caderno B, p. 58. Acervo Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS). Caixa 5, Missão Brasileira.



Imagem 29 - Inauguração do monumento a Giuseppe Garibaldi, em 20 de setembro de 1910, na Praça Central de Silveira Martins, RS.<sup>556</sup>

Na fotografia visualiza-se o obelisco (coluna) com a estampa de Giuseppe Garibaldi no alto. Na frente do obelisco estão as autoridades com as crianças, e nas laterais aproximadamente 150 pessoas assistindo ao dia festivo. Provavelmente nem todos os participantes da inauguração eram anticlericais, os embates aconteciam mais diretamente entre os líderes de cada grupo. A maioria dos maçônicos, garibaldinos e carbonários<sup>557</sup>, que se opunham à Igreja ultramontana, residia na sede da colônia. Porém, para a maior parte da população da colônia, a fé católica e a devoção aos santos não impediam a participação em atos cívicos para homenagear os heróis da pátria italiana ou brasileira, pois acreditavam que o poder temporal também estava a serviço de Deus.

<sup>556</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

<sup>557</sup> “Uma sociedade secreta, que tem fins políticos. ‘Carbonismo: Palavra que vem do italiano ‘carbonaro’, que significa carvoeiro. Este nome foi atribuído, pela primeira vez na Itália, (século XV) a conspiradores guelfos, partidários da Igreja e da independência nacional, que, para enganar a vigilância dos gibelinos, partidários do domínio imperial e da hierarquia feudal, reuniam-se no meio dos bosques em cabanas de carvoeiros.” GRAZZIOTIN, Vitor. A maldição do padre. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008, p. 91.

Enquanto a fé nos santos católicos reforçava a catolicidade, a homenagem aos heróis da unificação italiana reforçava a italianidade. Por conseguinte, o monumento a Garibaldi desagradou ao padre Frederico Schwinn, pois “Garibaldi era uma figura combatida pela Igreja – ele simbolizava a anexação dos territórios papais ao Estado italiano, consumada em 20 de setembro de 1870, com a tomada de Roma.”<sup>558</sup> Influenciada pelos padres, a maioria dos imigrantes declarava-se contra a unificação da Itália<sup>559</sup> feita em 1861, frente às perdas territoriais dos Estados Pontifícios.

Ruas das vilas do interior da colônia também receberam o nome Garibaldi para homenageá-lo, entretanto “algumas vezes o busto sofreu ataques que, segundo os ‘garibaldinos’ e maçons sempre foram influenciados pelos padres.”<sup>560</sup> Um ano após a sua inauguração, em fevereiro de 1911, alguns jovens amarraram um espantalho no alto do monumento para humilhar os garibaldinos, fazendo com que os construtores do busto, Pimenta, Caruso e Brassale, ficassem indignados, mas não conseguiram descobrir quem foram os vândalos. Em 1915 o busto de Garibaldi foi pintado de preto e, por último, em 1924, a loja maçônica “Luz e Trabalho”, de Santa Maria, acusou o vigário de Silveira Martins de ter pedido para os católicos arrancarem os símbolos maçons da coluna que segurava o busto de Garibaldi<sup>561</sup>.

O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. [...] O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.<sup>562</sup>

O acontecimento de 1915 reavivou acusações e ofensas, quando o busto de Garibaldi amanheceu todo preto, pintado com alcatrão. Dessa vez, os garibaldinos puseram-se a

<sup>558</sup> BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010, p. 108-109.

<sup>559</sup> “Para chegar a isso, foi preciso vencer a dominação estrangeira, depor os governantes locais absolutos, e unir os diversos entusiasmos de patriotas em apoio a um Estado pequeno e conservador que ocupava apenas o extremo noroeste do país e cujas classes superiores falavam habitualmente o francês, e não o italiano.” GOOCH, John. **A unificação da Itália**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1991, p. 13.

<sup>560</sup> VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 66-67.

<sup>561</sup> Ibidem, p. 66-68.

<sup>562</sup> LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão (et al.). 4ª. ed. Campinas: UNICAMP, 1990, p. 525-526.

procurar pistas dos criminosos dentro da própria Igreja, buscando alguma mancha ou lata com alcatrão, e acusaram Fiorello e Basso, que à época estavam trocando e pintando a porta da Igreja, de terem pintado o busto com o objetivo de incriminar o padre Schwinn, mas nada encontraram. Padre Schwinn rebateu as acusações dizendo que não havia sido nenhum católico que cometera o ato de vandalismo, mas um tal de Motta do próprio grupo dos garibaldinos que, descontente com um colega, desejava se vingar do garibaldino Aita Samusso, mor da irmandade, por ter se recusado a vender mercadorias a fiado ao senhor Motta.

Eis que, numa bela manhã, o herói [Giuseppe Garibaldi] aparece [pintado de preto com alcatrão]. A raiva na confraria garibaldina não tinha limites. Um grupo dos mais exaltados percorreu as ruas em demanda de indícios do criminoso. Naqueles dias Fiorello [e] Basso e outros estavam colocando a nova porta da matriz. O Brassalle teve a coragem de examinar estes trabalhadores se, no serviço da matriz, tinham empregado alcatrão. Blasfemavam, ameaçavam, prometeram um conto de réis a quem descobrisse o pintor do herói e iam deliberando se convinha mandar vir um cão policial para o descobrimento. Pobres sem deus! Entre eles achava-se o criminoso, um tal [de] A. Motta que primava entre todos pelo zelo indagado! Sempre tinha sido garibaldino devoto, porém de alma de raposa e unha de gato, verdadeiro camaleante [...].<sup>563</sup>

Para se livrar das acusações dos garibaldinos, o padre Frederico Schwinn resolveu fazer sua própria investigação para apresentar provas de que nem ele nem os católicos pintaram o monumento. As suspeitas dos garibaldinos recaíam sobre o padre e os marceneiros porque estes estavam colocando a nova porta da Igreja Matriz de Santo Antônio – por esse motivo o padre precisaria mostrar que as acusações eram falsas. Para demonstrar sua boa vontade com relação aos garibaldinos, Schwinn acusou Motta de ser o pintor do busto de Garibaldi e o desqualificou chamando-o de “caloteiro” e “criminoso”. O comerciante Aita Samusso, que foi enganado por Motta, também espalhou pela vila que o sujeito não era confiável, por isso, seria capaz de pintar o busto.

Schwinn<sup>564</sup> apresentou provas contra Motta para se livrar das acusações, pontuando que: 1º.) no dia do crime o viajante Leo G. reparou que as unhas de Motta estavam sujas de alcatrão; 2º.) algum tempo antes, a mulher de Motta falou para o Subintendente de Silveira

<sup>563</sup> SCHWINN, Frederico. Caderno C, p. 61. Acervo Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS). Caixa 5, Missão Brasileira.

<sup>564</sup> Ibidem, p. 62-3.

Martins, o senhor Manoel Rocha, que gostaria de ver a reação dos garibaldinos diante do busto de Garibaldi pintado todo de preto; 3º.) o senhor Carmelo Scutto e sua esposa viram da janela de sua casa Motta e o dentista carregando uma panela e duas varas com pincel. Embora Brassale e os garibaldinos tenham oferecido um conto de réis a Carmelo Scutto por informações, este não quis denunciar Motta. Segundo Schwinn, essas informações foram fornecidas pelo próprio Scutto.

Para os anticlericais garibaldinos, era normal a ereção e a saudação ao monumento que comemorava a unificação da República<sup>565</sup> italiana pela via liberal, porém, para o padre Schwinn, e os imigrantes católicos, a construção do monumento em frente à Igreja foi uma afronta. Os padres e católicos ultramontanos eram fiéis à política da Cúria Romana e, portanto, contrários ao Estado nacional italiano. Os ultramontanos mais radicais defendiam que o Papa também fosse chefe do governo italiano. A construção do busto de Garibaldi na praça em frente à Igreja Católica revelou disputas internas, envolvendo políticos e comerciantes anticlericais: os “garibaldinos”, os padres e os católicos ultramontanos<sup>566</sup>.

Os padres palotinos ultramontanos eram contra qualquer participação em sociedades que exaltassem o Estado italiano ou fizessem homenagens a Garibaldi, pois muitas delas eram contra a Igreja Católica. Por isso, os padres palotinos não concordavam com o envolvimento dos católicos nas comemorações cívicas do Estado italiano realizadas em Silveira Martins, fazendo com que muitos católicos não participassem delas. Entretanto, os padres seculares Sorio e Arnoffi eram ligados às sociedades de mútuo socorro, Sorio sendo vice-cônsul e membro dessas sociedades e Arnoffi sendo apenas membro, e ambos não viam contradição entre os dogmas da Igreja Católica e as homenagens à Itália e seus heróis.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)<sup>567</sup> surgiram desentendimentos entre os emigrantes italianos e trentinos, que partiram dos domínios austríacos no Norte da Itália

---

<sup>565</sup> “Os imigrantes não aceitavam bem a idéia da República, principalmente os mais velhos [...] Acrescenta-se a isso a ligação da maçonaria com as idéias republicanas e com a própria consolidação da República, e, ainda mais, as autoridades da colônia, subdelegados, subprefeitos eram todos maçons.” SPONCHIADO, Luiz. A anágrafe de Nova Palma e os núcleos da ex-colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luiz A. (Org.). A Presença Italiana no Brasil. Porto Alegre/Torino: EST/Fondazione Agnelli, 1996. Apud: VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul – 1893-1928**. Santa Maria: UFSM; Porto Alegre: UFRGS, 2001, p. 47.

<sup>566</sup> VÉSCIO, op. cit., p. 65.

<sup>567</sup> Em 26 de abril de 1915 a Itália entrou oficialmente na Primeira Guerra Mundial declarando guerra contra a Áustria, e alguns jovens soldados italianos e descendentes foram enviados do Brasil para defender a Itália. A declaração de guerra contra a Áustria gerou “grande ansiedade” entre a população jovem, que temia ser convocada para a guerra. De acordo com Andrea Pozzobon, a sociedade de mútuo socorro de Arroio Grande iniciou a coleta de dinheiro para enviar aos “órfãos e mutilados” que

com passaporte italiano. Em 1914, em Silveira Martins, o pároco palotino Frederico Schwinn<sup>568</sup>, de origem alemã, sofreu oposição por parte de alguns imigrantes italianos que não queriam a construção da torre da Igreja. Schwinn reclamou em seus manuscritos que essa oposição e a guerra europeia atrasaram a conclusão da obra. A torre foi inaugurada somente no final da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e ainda assim alguns italianos acusaram o sacerdote e os construtores da torre de a terem erguido para servir à espionagem alemã.

Em outubro de 1912 Andrea Pozzobon promoveu uma campanha, através da Sociedade *Luigi Amedeo di Savoia*, para arrecadar dinheiro<sup>569</sup> com o objetivo de construir um monumento em “memória aos heróis que, nos campos da Líbia, deram suas vidas pela grandeza da Itália.”<sup>570</sup> Os imigrantes desejavam construir o monumento na praça em frente à Sociedade da Capela de São Marcos, porém o bispo Miguel de Lima Valverde, de Santa Maria, não autorizou. Então, Andrea Pozzobon cedeu uma parte do seu terreno próximo à praça para esse fim. Em 27 de julho de 1913 o monumento foi inaugurado com a presença do Cônsul Umberto Ancarani, do Intendente Municipal de Santa Maria, do Subintendente de Silveira Martins, de representantes do Exército, dos coletores estadual e federal e do periódico da Loja Maçônica “União e Trabalho” de Silveira Martins.

Nenhum padre foi convidado para participar da cerimônia ou benzer o monumento aos soldados mortos na Líbia como era costume dos católicos. Dias antes, em carta, opinando sobre convidar um padre para benzer o monumento aos soldados mortos, Pozzobon afirmou que para ele “isso não representava nem frio nem calor.”<sup>571</sup> De ambas as partes não havia interesse na presença de um clérigo na cerimônia patriótica: os padres não queriam participar do evento por ser uma cerimônia profana organizada por anticlericais e os organizadores do ato cívico consideravam desnecessário qualquer apoio dos padres ou da Igreja Católica para o

---

havam participado da Primeira Guerra Mundial. POZZOBON, Andrea. **Uma Odisséia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 207-208. Entre julho e setembro de 1915 se alistaram voluntariamente jovens italianos para defender a Itália, dos quais 14 morreram nos campos de batalhas, sendo que um deles, Alfredo Londero, de 22 anos, solteiro, era filho do comerciante Antonio Londero de Silveira Martins. CINQUANTENARIO Della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. 2ª. ed. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000, p. 420-426.

<sup>568</sup> SCHWINN, Freguesia Silveira Martins. Caderno C. 1906-1918, p. 28-32. Acervo Arquivo Provincial dos Palotinos, Missão Brasileira (Santa Maria, RS), Caixa 4.

<sup>569</sup> A sociedade “Duca degli Abruzzi” de Silveira Martins pagou parte dos custos da edificação do monumento, o restante veio da contribuição de 105 pessoas da região colonial. Cf.: POZZOBON, op. cit., p. 205, 207.

<sup>570</sup> A Guerra Ítalo-Turca ou Guerra da Líbia foi um conflito armado entre o Reino da Itália e o Império Otomano pela posse da Líbia que se prolongou de 29 de setembro de 1911 a 18 de outubro de 1912. Ibidem, p. 200-201.

<sup>571</sup> Carta de Andrea Pozzobon de 22 de julho de 1913. Ibidem, p. 205.

sucesso do evento. Na solenidade ainda se apresentaram a banda musical José Garibaldi, a Lyra Popular e os representantes de todas as sociedades de mútuo socorro da região colonial.



Imagem 30 - Monumento em homenagem aos italianos mortos na Líbia, norte da África, construído em 27 de julho de 1913. Sociedade da Capela de São Marcos, município de Santa Maria, RS.<sup>572</sup>

Em seu discurso<sup>573</sup> para a inauguração do obelisco aos italianos mortos na Líbia, Pozzobon elogiou “a gentil raça latina da qual a Itália é mãe”, afirmando que espalhava civilização e progresso em todo o mundo. Também exaltou os “Gloriosos combatentes” que morreram na África pelo “enaltecimento da bandeira tricolor”. Disse que a Itália, sendo um país civilizado, viu-se obrigada a lutar contra a barbárie muçulmana na Líbia: “[...] desencadear a guerra na Líbia contra a ferocidade muçulmana.” Terminou dando vivas à Itália, ao exército italiano, ao Rei e ao Brasil: “Viva a Itália e seu glorioso Exército! Viva o

<sup>572</sup> Acervo pessoal de André Pozzobon, neto de Andrea Pozzobon.

<sup>573</sup> POZZOBON, Zolá Franco. **Uma Odisséia na América**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997, p. 206.

Rei! Viva o Brasil!”<sup>574</sup> O objetivo do discurso de Pozzobon era exaltar os italianos perante os brasileiros e convencê-los de que a Itália era um país tão grandioso quanto o Brasil.

As palavras cívicas de Pozzobon foram conciliadoras, pois fizeram uma defesa dos feitos da Itália, porém sem desmerecer o Brasil, que os acolheu, e ainda fazendo uma saudação com as palavras de ordem “Viva o Brasil”. “Vivas” foram dedicados tanto à Itália quanto ao Brasil, que passou a ser considerado uma segunda pátria dos italianos, portanto, também digno de sua gratidão. Pozzobon, embora estivesse longe de sua pátria de origem, quis demonstrar em seu discurso que seu sentimento nacionalista não diminuía no Brasil. A vitória do exército italiano na guerra contra a Turquia teria fortalecido o patriotismo dos imigrantes nos núcleos coloniais do Sul do Brasil. Depois da cerimônia oficial, “foi servido um suculento banquete, a mais de duzentas pessoas”, na varanda da casa de Pozzobon, seguido de discursos improvisados de vários italianos que continuaram a enaltecer o “glorioso exército e o monumento”.

Nos anos seguintes também foram realizadas comemorações no dia 27 de julho para homenagear os soldados mortos na guerra da Líbia. Em 1925 o monumento foi reinaugurado, nele também foram entronizados o busto do Rei Vittorio Emanuele III<sup>575</sup> e a efígie do Leão de São Marcos, símbolo da cidade de Veneza e da região do Vêneto. Ainda foi descerrada uma placa aos soldados italianos na qual estava gravada a seguinte homenagem: “Ai probi che sui campi libici diedero la vita per la grandezza dela patria, la colonia, auspice, la società Duca degli Abruzzi posero.”<sup>576</sup> A frase honorífica reforçava que a grandeza da Itália se devia aos italianos que se sacrificaram pelo país e, principalmente, à defesa do progresso civilizacional do mundo almejado por todos.

Na ritualização das comemorações encontram-se as formas de compreensão que as comunidades e os grupos sociais e – no caso dos processos imigratórios também étnicos – têm de si mesmos, como eles vão produzindo simbolicamente uma ideia de pertencimento a uma trajetória comum (ocupação do território) e a um ethos grupal (as

---

<sup>574</sup> Discurso da inauguração do monumento aos heróis da Líbia. Carta de Andrea Pozzobon de 27 de julho de 1913. Op. cit., p. 205-206.

<sup>575</sup> POZZOBON, Andrea. **Uma odisseia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2012, p. 274.

<sup>576</sup> “Está provado que, nos campos líbios, eles deram a vida pela grandeza da pátria, da colônia, da esperança e da sociedade Duca degli Abruzzi” (tradução nossa). Homenagem da “Società Duca degli Abruzzi” aos soldados que deram a vida pela grandeza da Itália nos campos da Líbia, no Norte da África.

características únicas que dão significado à comunidade e a distinguem dos demais grupos).<sup>577</sup>

Se havia defensores do monumento aos soldados italianos, também se pode observar que algumas pessoas eram contra a permanência do monumento no local. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)<sup>578</sup>, o monumento foi depredado pelos brasileiros e, em seguida, o Governo Brasileiro ordenou sua demolição. O próprio italiano Andrea Pozzobon e o memorialista Bellinaso comentam o episódio: “Monumento inaugurado em São Marcos (município de Santa Maria), em 27.07.1913, em homenagem aos heróis italianos tombados na Guerra contra a Líbia (África do Norte). Foi demolido por ordem do governo, durante a II Guerra Mundial.”<sup>579</sup> Bellinaso rememora que “[...] o monumento de São Marcos, erguido pelos nossos pais, em memória dos caídos nos campos de batalha da Líbia, foi arrasado, não restando pedra sobre pedra. Esse clima de medo e repressão gerou insegurança em toda a colônia.”<sup>580</sup>

Não só monumentos referentes ao governo e aos heróis da pátria italiana foram inaugurados, também foi levantado um monumento popular aos imigrantes desconhecidos. Muitos deles haviam sido abandonados pela Itália e não estavam satisfeitos nem com o governo nem com os seus heróis. O monumento é dedicado genericamente ao imigrante italiano.

---

<sup>577</sup> BENEDEZZI, Luís Fernando. A festa como patchwork: indício e laboratório da memória coletiva. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla (Org.). **Imigração, práticas culturais e sociabilidade: novos estudos para a América Latina**. São Leopoldo: Oikos, Unisinos, 2016, p. 102.

<sup>578</sup> POZZOBON, Andrea. **Uma odisseia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2012, p. 296.

<sup>579</sup> Ibidem, p. 296.

<sup>580</sup> BELLINASO, Severino Tranquilo. **Os heróis de Val de Buia: a história dos imigrantes italianos que construíram a Quarta Colônia de Imigração Italiana de Silveira Martins**. Santa Maria: Pallotti, 2000, p. 91.



Imagem 31 - Monumento em homenagem ao imigrante italiano no Cinquentenário da Imigração Italiana, em 1928, na Sociedade da Capela dos Santos Anjos, município de Faxinal do Soturno, RS.<sup>581</sup>

Em 1928 foi erguido um monumento ao imigrante italiano na Sociedade da Capela dos Santos Anjos, em Faxinal do Soturno, para comemorar o Cinquentenário da Imigração Italiana em Silveira Martins. Na montagem das imagens, à esquerda vê-se a fotografia da estátua e da placa escrita em italiano para homenagear o imigrante italiano; à direita, uma cruz sobre a mesma coluna em que estava a estátua. Na base do monumento havia uma escada que sustentava a coluna. Porém, como o monumento estava do lado da Capela dos Santos Anjos, com o passar dos anos, a estátua e a placa foram retiradas e substituídas por uma cruz com os dizeres “SALVA TUA ALMA”.<sup>582</sup>

O monumento foi presenciado e rememorado por dois moradores idosos da Sociedade da Capela dos Santos Anjos, um senhor de 84 anos e uma senhora de 92, que afirmaram lembrar da existência do monumento e o descreveram:

Eles fizeram aquele monumento e colocaram um homenzinho em cima. Representava o agricultor, não é? E, depois, então, quando veio as missões os padres deram essa ideia de tirar e botar a cruz em cima. Creio que foi. Antes a placa que tinha ido – acho eu – foi nesse tempo que levaram o homenzinho, levaram a placa era em 1942, 1943, acho, tempo do Getúlio, e nós era guri nesse tempo – eu era guri. Quando tiraram o homenzinho botaram no lixo lá, e nós ia lá atirar pedras em cima e veio um homem ali que era o Heitor Rapachi e disse que não era pra abusar, que era bento aquilo ali, puseram a cruz em cima

<sup>581</sup> Acervo Museu do Município de Dona Francisca, RS.

<sup>582</sup> O lema na cruz faz referência ao Evangelho de São Marcos: “Com efeito, que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro e arruinar a sua vida?” (Marcos 8,36). Esse lema era muito comum na Igreja Católica antes do Concílio Vaticano II, sendo usado nas missões de evangelização.

depois [...] Vieram uns homens de Cachoeira do Sul e tiraram a placa e levaram para Cachoeira e não se sabe que fim levou. Falava [a placa] da imigração, tudo em italiano e em 1900 e pouco e botaram a cruz e na cruz tava escrito “Salva tua alma”, que foi o lema do retiro que os padres fizeram (M. C., 84 anos).<sup>583</sup>

O primeiro depoente não lembrava exatamente o ano em que a estátua foi retirada da coluna de alvenaria e a placa levada para Cachoeira do Sul, se em 1942 ou 1943, mas recordava que foi durante o governo de Getúlio Vargas. Provavelmente a estátua do imigrante italiano foi retirada em 1942, ano em que foi proibido o uso de língua estrangeira em todo o território nacional. O depoente só lembrou que a placa teria sido colocada de 1900 em diante, por não ter calculado em que ano ocorreu o Cinquentenário, mas ressaltou que junto com a estátua também foi colocada uma placa em italiano que falava sobre a imigração italiana, a qual teria sido retirada 14 anos depois de seu descerramento por ordem do governo varguista, quando da declaração de guerra contra a Itália.

A estátua do imigrante italiano foi jogada no lixo, porque representava a Itália, país do qual o Brasil havia se tornado inimigo – do contrário, poderiam apenas tê-la removido para ornamentar o jardim de alguma casa, escola ou capela. A atitude de jogar a estátua no lixo revela uma interdição violenta do governo, uma vez que proibia definitivamente a divulgação dos heróis italianos. Embora fosse um ícone civil, tal estátua também era considerada “sagrada” pela comunidade por ter sido benzida por padre. Assim sendo, as crianças foram alertadas por Heitor Rapachi para que não jogassem pedras na estátua, mesmo estando no lixo.

A cruz pode ter sido colocada no lugar da estátua do imigrante depois de 1942, ano em que as línguas estrangeiras foram proibidas no Brasil, pois a Igreja, embora não fosse a favor de homenagear imigrantes “pecadores”, já havia permitido construir o monumento com a estátua ao lado da capela e não a tiraria para colocar a cruz, já que teria outros lugares para erigir o cruzeiro.

Sim. Me lembro. Ele era um monumento. Em cima tinha um agricultor com a pá e embaixo tinha uma placa que... o agricultor ... um nome (não me lembro mais agora, sabe) falava assim do agricultor que era uma homenagem assim para o agricultor. É. Na placa era escrito em italiano... é. Depois, então, porque tinha escrito em italiano, desmancharam tudo e levaram embora. Desmancharam tudo. Não me

---

<sup>583</sup> BRUST, Viviane Teresinha Biacchi. **O “sertão” Quarta Colônia:** travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro. Tese (Doutorado em Letras), UFSM, Santa Maria, 2017, p. 328.

lembro daquele tempo. Acho que foi o tempo que o governo obrigava por causa dos italianos, não é ... desmancharam tudo, tudo. Pode ser que tiraram o homem que tava trabalhando e botaram uma cruz. Eu sentava sempre lá nos degraus, eu era pequena... (M. C., 92 anos).<sup>584</sup>

O depoente M. C. de 92 anos lembra que a estátua do “agricultor” tinha uma pá para representar o imigrante empreendedor. Outro indício da importância do monumento para a comunidade é o fato de ter sido feito em alvenaria, com uma escada e uma coluna de aproximadamente 3 metros para sustentar a estátua do imigrante. Esta foi tirada, porém a coluna foi poupada e utilizada para outras finalidades. O monumento ao imigrante não fez menção a nenhum herói italiano, apenas enalteceu os imigrantes anônimos que fizeram parte da imigração e que sobreviveram ou morreram na viagem ou na chegada na colônia, lutando pela sobrevivência e pela liberdade. Os acontecimentos rememorados permaneceram através do tempo, sendo ressignificados e reinterpretados a partir do presente, pois a estátua que era do emigrante para os italianos passou a representar o agricultor para os seus descendentes.

Os depoentes lembram dos fatos, porém não conseguem estabelecer uma ordem cronológica e uma relação clara entre os acontecimentos. O primeiro depoente, de 84 anos, lembrou que a estátua do imigrante foi tirada do obelisco, mas os padres missionários é que a teriam tirado, e não os representantes do governo, que é o mais provável. A coluna em alvenaria foi erguida para ostentar uma estátua representando o imigrante italiano no Cinquentenário da sua chegada em Silveira Martins, mas, com o passar do tempo, também passou a significar o agricultor que morava na colônia, mais “importante” que o imigrante que não mais existia.

Além dos “grandes monumentos”, cabe notar que também existem pequenos objetos do cotidiano usados no passado pelos imigrantes e seus descendentes que rememoram os obstáculos e os progressos de seus donos ou usuários. Em 1994, em Novo Treviso, considerado o início do município de Faxinal do Soturno, foi instalado o Museu Histórico de Novo Treviso, em prédio doado por Pio Ernesto Ceolin. O Museu foi reinaugurado em 25 de novembro de 2007, após restauração do imóvel, para expor ferramentas, louças, roupas e instrumentos musicais antigos.

---

<sup>584</sup> BRUST, Viviane Teresinha Biacchi. **O “sertão” Quarta Colônia:** travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro. Tese (Doutorado em Letras), UFSM, Santa Maria, 2017, p. 328.



Imagem 32 - Objetos usados pelos imigrantes italianos e seus descendentes.<sup>585</sup>

Na montagem das imagens podem-se ver alguns objetos antigos usados pelos imigrantes e seus descendentes para se alimentar, trabalhar e se divertir. Na foto à esquerda, em cima, estão panelas, chaleiras, frigideiras, tigelas e um fogareiro; à direita, faroletes (lampiões) usados para iluminar a casa; do lado esquerdo, embaixo, instrumentos musicais – trombones e clarinetes – e rádios; do lado direito, embaixo, quatro cestas de vime utilizadas para transportar pães, queijos, ovos, frutas e outros produtos.

O choque entre catolicidade e italianidade aconteceu mais entre as lideranças de Silveira Martins – bispos, padres, fabriqueiros, catequistas, professores, comerciantes, garibaldinos e maçônicos – do que entre os próprios membros da colônia, que em geral não viam incompatibilidade entre valores religiosos e cívicos. A maioria dos imigrantes via as expressões cívicas com naturalidade, pois considerava que o amor à pátria e o respeito às autoridades civis, também pregados pela Igreja Católica, eram aprovados por Deus. Por isso, os atritos entre imigrantes e autoridades se deveram mais à luta por espaços e posições de poder na colônia do que a ataques à legitimidade e importância das autoridades.

<sup>585</sup> Acervo Museu Histórico de Novo Treviso, Faxinal do Soturno, RS.

## 4.2 A FORMAÇÃO DO TALIAN

A partir de 1875, no Rio Grande do Sul, nas seis colônias italianas, começou a surgir um novo dialeto originário das regiões da lombardia, do tirol e, principalmente, do vêneto em contato com o português brasileiro. A mistura dessas línguas formou uma nova *koiné*<sup>586</sup> que forneceu palavras e expressões para o surgimento do *Talian*<sup>587</sup>. Inicialmente se formou apenas oralmente, para mais tarde começar a ser registrado por escrito. As primeiras obras escritas em *Talian* são da década de 1920 e foram publicadas no jornal *Stafetta Riograndense*. Entretanto, as pesquisas linguísticas e históricas iniciaram somente na década de 1970, por ocasião da comemoração do Centenário da Imigração Italiana no Brasil.

Quando os imigrantes italianos chegaram na colônia de Silveira Martins cada grupo falava apenas o seu dialeto da província ou região de origem na Itália. Com o passar dos anos, os vários grupos de imigrantes italianos também foram aprendendo novos vocábulos dos dialetos vizinhos e das outras colônias italianas do nordeste do Rio Grande do Sul, bem como do próprio português, formando uma língua geral entendida por todos os descendentes.

In Brasile la Lingua veneta é parlata in un intero Stato: il Rio Grande do Sul dove il veneto é una Lingua di comunicazione e dove in moltissime città i Veneti sono il 95% e dove persino gli altri Europei i Brasiliani dovettero impararsi il Veneto. Nel periodo 1882-1897 andarono a colonizzare il Brasile 541.000 Italiani, di questi il 95% era di Veneti.<sup>588</sup>

<sup>586</sup> Os escritores em *talian*, após vários anos de pesquisas e encontros de estudos, definiram critérios para a escrita unificada, e no ano de 1995 foi editada a cartilha para ensino nas escolas. CLEMENTE, Elvo. Situação do dialeto vêneto no Rio Grande do Sul. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Orgs.). **Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros**. Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e do IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros. Caxias do Sul: EDUCS, 1999, p. 270-271.

<sup>587</sup> “Língua de imigrantes italianos, muito falada atualmente no Brasil (Cf. Luzzatto, 1994). Os falantes do Talian se concentram na Região Sul, distribuindo-se em diferentes cidades de cada Estado, por exemplo: Caxias do Sul, Farroupilha, Garibaldi, Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Veranópolis, Erechim, Carlos Barbosa – no Rio Grande do Sul; Joaçaba, Caçador, Chapecó, Concórdia – em Santa Catarina; Cascavel, Pato Branco, Francisco Beltrão, Medianeira, Toledo – no Paraná.” ENCICLOPÉDIA das Línguas do Brasil. Línguas de imigração europeia. Talian (vêneto brasileiro). Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/elb/europeias/talian.htm>>. Acesso em: 22 out. 2015.

<sup>588</sup> “No Brasil, a língua vêneta é falada num Estado inteiro, o Rio Grande do Sul, onde o vêneto é uma língua de comunicação e onde em muitíssimas cidades os vênetos são 95% e onde até os outros europeus e os brasileiros devem aprender o vêneto. No período de 1892-1897 foram colonizar o Brasil 541.000 italianos, destes 95% eram vênetos.” CAVALLIN, Gianfranco. **Gli ultimi Veneti**. Porto Alegre: EST, 2001, p. 53.

O *Talian* falado no Brasil não coincide totalmente com o dialeto vêneto falado na Itália ainda hoje, pois no Rio Grande do Sul adquiriu características próprias, com a inclusão de palavras do vocabulário brasileiro, gaúcho e espanhol.

Aqui chegados, foram instalados em “Linhas” e “Travessões” das Colônias, sem respeitar a origem de cada um. Assim, uma família trentina da Valsugana, por exemplo, passava a ser vizinha de uma friulana, de Pordenone, de um lado, e outra lombarda, de Bérghamo, do outro, com várias famílias vênetas ao seu redor. Evidentemente era preciso entender-se. Daí resultou uma língua de comunicação, uma *koiné*, muito mais vêneta do que lombarda, ou friulana, ou trentina, pois vêneta era a maioria.<sup>589</sup>

A língua e as palavras que a compõem surgem e se formam cultural e historicamente a partir da realidade e a interpretação dessa mesma realidade feita por cada grupo para sobreviver e se comunicar. Desse modo, o *Talian*<sup>590</sup> surgiu da necessidade de comunicação entre os falantes dos vários dialetos italianos. Em sua evolução, caracterizou-se pela oralidade; num segundo momento, pela formação de uma literatura ítalo-brasileira com o acréscimo de algumas palavras portuguesas e espanholas para nomear objetos, comidas e costumes que não existiam na Itália; e num terceiro momento “[...] este linguajar social foi evoluindo para um linguajar mais geral, que é o Vêneto Brasileiro, hoje falado e entendido por todos os descendentes, incorporando falas das três principais regiões que lhe dão origem [...]”<sup>591</sup> Luzzatto nomeia o *Talian* de Vêneto brasileiro para diferenciá-lo do Vêneto ainda hoje falado no Norte da Itália.

No início da chegada dos italianos na década de 1870, a língua oficial da Itália já era a florentina que teve sua principal expressão em Dante Alighieri e Giovanni Boccaccio. Os cônsules italianos também se comunicavam com o vocabulário florentino (instituído como o italiano oficial, originário da toscana), que era mais um dialeto entre outros: “[...] não houve desprestígio aos dialetos italianos, sejam eles do grupo vêneto (vicentino, trevisano, feltrino, belunês, paduano, veronês, veneziano, rovigino), sejam do grupo lombardo (bergamasco, mantuano, cremonês, milanês, brecciano, varesino, comasco, paviese), seja o dialeto trentino

<sup>589</sup> LUZZATTO, Darcy Loss. **Talian (Vêneto Brasileiro):** noções de gramática, história e cultura. Porto Alegre: Sagra, 1994, p. 21.

<sup>590</sup> A primeira sistematização da gramática do Dialeto Vêneto aconteceu em 1987, com a publicação do “Dicionário Vêneto Sul-rio-grandense”, de autoria de Alberto Vitor Stawinski, com breves noções gramaticais. Em 1995, a UTRIM - União dos Trivênetos no Mundo publicou o “Dicionário Vêneto-Português-Italiano” baseado no dicionário de Stawinski, com acréscimo da tradução do dicionário também para o italiano.

<sup>591</sup> LUZZATTO, op. cit., p. 11.

ou, ainda, o friulano.”<sup>592</sup> Porém, os imigrantes italianos se comunicavam coloquialmente em seus próprios dialetos de origem e ignoravam o italiano dos documentos oficiais do Estado e da Igreja Católica.

Durante muito tempo, a língua falada pelos colonos, não resta dúvida, era o dialeto vênето. [...] De nada adiantou uma organização europeia, denominada “Itálica Gens”, interessar-se pela conservação e incentivação da língua de Dante, enviando livros escolares e publicações aos colonos. [...] até esse material de propaganda que o chefe do governo italiano tinha mandado, não chegou ao seu destino, porque homens esclarecidos como [nomes], muito embora todos orgulhosos de serem italianos ou descendentes daquela grande nação, encafuaram todos aqueles livros e publicações no forro das casas, longe do alcance e das mãos de crianças, como se faz com artigos ilícitos.<sup>593</sup>

As línguas se formam a partir da necessidade de nomear pessoas, lugares e objetos, bem como mediante experiências de sofrimento, fracassos e êxitos. A língua tem primeiramente uma função prática para a sobrevivência do grupo. A linguagem e as palavras que a compõem se formam historicamente, visto que surgem da necessidade de entender e transformar a realidade. As palavras expressam realidade e imaginação, valores e preconceitos, conhecimentos e ignorâncias sobre o indivíduo e o grupo ao qual pertence. A língua também é viva e adquire novas palavras, que por sua vez adquirem novos sentidos conforme as mudanças culturais.

A linguagem, como diz Lévi-Strauss, é uma máquina do tempo, que permite a reencenação das práticas sociais através das gerações, ao mesmo tempo em que torna possível a diferenciação de passado, presente e futuro. A palavra falada é um meio, um traço, cuja evanescência no tempo e no espaço é compatível com a preservação do significado através de distâncias no tempo e no espaço por causa do domínio humano das características estruturais da linguagem. A oralidade e a tradição estão intimamente relacionadas.<sup>594</sup>

Na colônia italiana de Silveira Martins o *Talian* é usado até hoje tanto para a comunicação cotidiana quanto para a escrita, a televisiva e a radiofônica. Por todo o sul do

<sup>592</sup> FROSI, Vitalina Maria. A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil. In: Maestri, Mário (Coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, p. 161.

<sup>593</sup> BUSANELLO, Pio José. **A história de nossa gente**: a primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial - RS. 2ª ed. Santa Maria: Pallotti, 1999, p. 109.

<sup>594</sup> GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000, p. 29.

Brasil existem vários programas de rádio e televisão que semanalmente transmitem algumas horas de programação com histórias, entrevistas, documentários e músicas. É um idioma corrente usado em casa, no trabalho, no comércio e na escola entre os descendentes de italianos. Alguns poloneses, alemães e austríacos também aprenderam a se comunicar nessa língua na convivência com os italianos e seus descendentes.

A língua é sistema social e não um sistema individual. Ela preexiste a nós. Não podemos, em qualquer sentido simples, ser seus autores. Falar uma língua não significa apenas expressar nossos pensamentos mais interiores e originais; significa também ativar a imensa gama de significados que já estão embutidos em nossa língua e em nossos sistemas culturais.<sup>595</sup>

O dialeto, juntamente com a religião católica, formou a base cultural dos imigrantes italianos, servindo como elemento de identificação e integração no interior de cada colônia e entre colônias vizinhas. Apesar de ter sua origem nos dialetos vênéticos do Norte da Itália, é uma língua de imigração própria do Brasil, porque se configurou a partir do contato dos dialetos vênéticos com o português brasileiro, assumindo características locais independentemente de suas regiões de origem.

Os documentos, livros, jornais, crônicas, atas e cartas sobre os imigrantes que vieram ao Brasil foram escritos pelos órgãos oficiais do Estado e da Igreja Católica em italiano, e não no dialeto de sua região de origem, pois os funcionários consulares da Itália e os religiosos que vieram acompanhar os imigrantes aprenderam o italiano oficial da Itália unificada a 20 de setembro de 1870. Embora a Itália e as autoridades italianas tenham adotado o italiano como língua oficial, segundo Hobsbawm, em 1860, apenas 2,5% da população italiana praticava o italiano moderno no cotidiano:

Todavia, dado que o dialeto que forma a base da linguagem nacional é realmente falado, não importa que aqueles que o falem sejam uma minoria, desde que sejam uma minoria de suficiente peso político. [...] Mas, se o francês ao menos tinha um Estado, de modo a poder ser a sua “linguagem nacional”, a única base para a unificação italiana era a língua italiana, que unia a elite instruída da península, como leitores e escritores, embora tenha sido calculado que, quando da unificação (1860), apenas 2,5% da população usavam a língua para fins

---

<sup>595</sup> HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 40.

cotidianos. Pois esse minúsculo grupo era, em sentido real, um e portanto o povo italiano. Ninguém mais era.<sup>596</sup>

Por isso, o italiano moderno e oficial, conhecido como italiano gramatical pelos falantes do *Talian*, não influenciou diretamente a constituição do vocabulário e da gramática elaborada para a normatização desse dialeto no Brasil. Atualmente, na Itália, há uma discussão sobre a influência do vêneto no italiano moderno, porque guardam algumas semelhanças, e o vêneto é uma língua mais antiga que o chamado italiano gramatical. A frase “Eu fiz um bom trabalho” em português se traduz em italiano moderno “Io ho fatto un belo lavoro”, ao passo que em *Talian* se pronuncia “Io ga fato un bel laoro”.

No início, cada grupo de imigrante e cada indivíduo falava a língua de sua terra natal, região ou cidade de origem. Como aqui no Brasil a instalação de imigrantes não foi de forma ordenada, as várias colônias que se formaram foram constituídas por imigrantes vindo de diferentes regiões e cidades italianas, caracterizando-se por serem colônias mistas do ponto de vista linguístico. Assim, fez-se necessário formar uma língua comum a todos para haver a integração entre os imigrantes, que eram estranhos entre si e estranhos em uma terra desconhecida.<sup>597</sup>

O *Talian* se caracteriza por ser uma língua de origem rural falada por camponeses analfabetos e formada a partir de um vocabulário do mundo do trabalho e da religião. “Il *talian* costituisce la trama mai interrotta del proprio percorso di vita, diventando la lingua di comunicazione espressiva familiare e della forma di vita sociale primaria.”<sup>598</sup> A linguagem oral é viva e dinâmica, e com o passar do tempo, também sofre modificações e acréscimos, pois as palavras que não são escritas se modificam, perdendo ou adquirindo letras ou sílabas, ou ainda sofrem modificações no sentido e na pronúncia.

A aprendizagem da língua dos pais e dos avós acontece primeiramente de modo oral e tem diferentes significados, dependendo da experiência de cada falante da língua. Os mais velhos transmitem sua cultura e língua aos mais novos, que a incorporam e modificam conforme suas necessidades de comunicação. A língua materna imprime nos falantes uma

<sup>596</sup> HOBBSAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 76-77.

<sup>597</sup> PANIZ, Silvio. **A fonologia do Talian, o Vêneto-rio-grandense falado na cidade de Nova Roma do Sul**. Dissertação (Mestrado em Letras), UCPel, Pelotas, 2006, p. 23-24.

<sup>598</sup> “O Talian constitui uma trama contínua do próprio percurso de vida, que se tornou a expressão linguística da comunicação familiar e de sua vida social primitiva.” MIAZZO, Giorgia. **Scoprendo il talian: viaggio di sola andata per la Mèrica**. Bassano del Grappa: Editrice Artistica Bassano, 2014, p. 36.

experiência e um modo de falar próprios que influenciam de modo direto a forma de aprendizagem das crianças durante toda a sua vida.

A língua é um misterioso meio de conservação da fé. Não é fácil explicá-lo. É um fato, porém que, perdendo a língua, facilmente se perde também a fé dos antepassados. Apesar da dificuldade de descobrir suas razões, a experiência nos ensina que, enquanto uma família conserva a própria língua no exterior, dificilmente muda de religião.<sup>599</sup>

O contato com a capital do estado, Porto Alegre, onde existiam mais falantes do português, era restrito devido à distância e à precariedade das estradas, o que favoreceu a permanência do *Talian* como língua de comunicação entre os colonos. O isolamento geográfico das colônias italianas criadas no Rio Grande do Sul perdurou por décadas, fazendo com que o *Talian* fosse falado também pelos filhos e netos dos imigrantes. Aos fatores geográficos que impediam uma maior comunicação com comunidades de brasileiros somava-se a falta de escolas com professores de língua portuguesa. Além disso, os primeiros professores, tanto particulares como religiosos, ensinavam em dialetos vênets.

A primeira obra publicada em *Talian* foi *Nanetto Pippeta*, escrita pelo Frei Aquiles Bernardi, narrando as aventuras dos pioneiros, lançada originalmente em forma de folhetim pelo jornal *Staffetta Riograndense*, entre 23 de janeiro de 1924 e 18 de fevereiro de 1925. Desde a sua fundação, em 1909, o jornal *Staffetta Riograndense*, dos frades capuchinhos, em 1941 alterado compulsoriamente para *Correio Riograndense*, devido à Segunda Guerra Mundial, favoreceu a divulgação, a manutenção e o aprendizado do *Talian* nas colônias italianas.

Consta de um aparato escrito redigido na “Gramática do Dialeto Italiano Riograndense”, construída com base no livro de Nanetto Pipetta e mais tarde na “Gramática Morfológica do Dialeto Vêneto”. A primeira e fundamental redação de um vocabulário dos imigrados é a “Gramática e o Vocabulário do Dialeto Italiano Riograndense”, escrito por Alberto Vitor Stawinski, publicado em Porto Alegre, pela casa editora EST (Caxias do Sul, UCS), em 1977. Como sequência, deriva “O Dicionário do Dialeto Vêneto Sul-Rio-Grandense Português”. Em 1995, a UTRIM – sigla da “União dos Trivênets no Mundo” – com o patrocínio da Região Vêneto, realiza uma magnífica obra: “O Dicionário Vêneto-Português-Italiano”. Trata-se de um

---

<sup>599</sup> SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Tradução de Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/CEPAM/UCS, 1979, p. 218.

volume baseado no dicionário de Stawinski, mas acrescentado da tradução italiana, dando origem a um sistema “trilinguístico”, com o objetivo de deixar uma marca vêneta no mundo.<sup>600</sup>

O primeiro dicionário de *Talian* foi organizado por Alberto Vitor Stawinski (1909-1991), intitulado “Dicionário Vêneta Sul-rio-grandense – Português”, escrito em 1977, com noções gramaticais e lexicais do idioma. Luzzatto é organizador do “Dissionàrio Talian Véneto Brasilian Portoghese” e um dos maiores pesquisadores e divulgadores do *Talian* surgido nas colônias italianas do Rio Grande do Sul. A Igreja Católica e as congregações religiosas franciscana e palotina também foram fundamentais para o registro e a sistematização do *Talian*: “Papel de relevância tiveram, nessa etapa, o sistema linguístico de comunicação e a religião católica. Esses dois fatores, aliados ao isolamento, determinaram a formação e a sobrevivência da Colônia Italiana como um prolongamento do Vêneta, da Lombardia, Trentino e Friuli inseridos em área geográfica brasileira.”<sup>601</sup> Luzzatto esclarece que o *Talian* é uma língua popular e se formou paralelamente ao italiano dos documentos oficiais:

Os escrivães/notários que vieram da Itália e nasceram após 1866, quando o Vêneta passou a fazer parte da Itália, estudaram o italiano oficial da Itália unificada e não seus dialetos de origem. Lembro de uma reportagem sobre uma corrida a pé, que houve entre o 47 da Jansen e Nova Pompéia – hoje Pinto Bandeira – (um de meus livros traz a cópia desse documento), escrita por meu avô Cristóvão Luzzatto, foi escrita toda em italiano. Acho que no Brasil, quem escreveu pela primeira vez em *Talian*, o da época é claro, foi Achilles Bernardi no Stafetta Riograndense entre janeiro de 1924 e janeiro de 1925 – atual Correio Riograndense. Depois deles saíram outros escritos em *Talian*, vários livros, quase todos de autoria dos frades capuchinhos. Se alguém merece ser lembrado, quando se fala do reconhecimento do *Talian* como língua, são os capuchinhos. E eu também publiquei vários livros bilíngues talian/português, inclusive dois dicionários.<sup>602</sup>

---

<sup>600</sup> MIAZZO, Giorgia. Afinal, o que é o “Talian”? **Revista Italiano UERJ**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2011, p. 40.

<sup>601</sup> FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Movimento, 1975, p. 73.

<sup>602</sup> Depoimento de Darcy Loss Luzzatto escrito em 06 de maio de 2015 em Pinto Bandeira, RS. Luzzatto é natural de Pinto Bandeira - RS e autor das obras “El Nostro Parlar”, de 1993, “Talian (vêneta brasileiro): noções de Gramática, História e Cultura”, de 1994, e “Dissionàrio Talian Véneto Brasilian”, de 2013.

Durante o Estado Novo (1937) iniciou-se um processo de censura às línguas estrangeiras faladas no Brasil por imigrantes e descendentes de imigrantes: “A Campanha de Nacionalização instaurada pelo Estado Novo visava criar uma nação homogênea, com uma única língua e uma única cultura.”<sup>603</sup> O auge da proibição e da perseguição aos falantes de línguas estrangeiras se deu em 1942, com a proibição do uso do italiano, do alemão e do japonês devido à Segunda Guerra Mundial. Assim, quem não falasse em português em locais públicos era preso. O Estado brasileiro também alterou nomes de lugares e edifícios escritos em vêneto por nomes brasileiros.

O *Talian* era falado por todas as colônias italianas, tanto nas zonas rurais quanto nas zonas urbanas, porém, com a proibição de 1942, ficou restrito somente às zonas rurais, às famílias e às gerações mais antigas, pois os jovens não puderam mais aprender em *Talian* na escola. O ato de proibir as pessoas de usarem sua própria língua materna, com a qual foram educadas e alfabetizadas, gera complexo de inferioridade e medo, fazendo com que os falantes da língua se sintam ignorantes e, conseqüentemente, psicologicamente inferiorizados.

*Durante la ditadura Vargas (1937-1945) i ga proibio la importassion de libri stranieri, ben come l'insegnansa de léngua straniere a toseti e tosete con meno de 14 ani. De sto modo el talian l'è stà definitivamente bandio dela scola. L'interessante l'è che l'italiano – capir toscano – che pena uno in mila, come go bel dito, saveva parlarlo, no l'è mia stà proibio! E gnanca el tedesco, solche el hunsrich, el dialeto tedesco local, che come el talian, con i trivèneto-lombardi, l'era diventà la léngua de comunicassion fra i dissidenti de tedeschi! Come se vede, no l'è mia fàssile capir un governo ditatorial, mia vera?*<sup>604</sup>

A partir da comemoração do Biênio do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, entre 1974 e 1975, e da publicação do Álbum<sup>605</sup> sobre o centenário, divulgando a língua, as comidas e os costumes dos ítalo-descendentes do Rio Grande do Sul, o *Talian* começou a ser sistematizado e divulgado. O objetivo era divulgar as conquistas sociais e econômicas dos imigrantes italianos e suas contribuições para o progresso do Brasil.

<sup>603</sup> POSSAMAI, Paulo César. “**Dall’Italia siamo partiti**”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005, p. 243.

<sup>604</sup> “Com a implantação do Estado Novo (1937-45), foi proibida a importação de livros estrangeiros, bem como o ensino de línguas estrangeiras a menores de 14 anos. Dessa maneira o *talian* foi definitivamente banido da escola. O interessante é que o italiano – entenda-se toscano –, que apenas um por mil conhecia, como já disse, não o foi! Nem o alemão, apenas o *hunsrik* ou *hunsrikisch*, dialeto alemão local! Vá entender um governo ditatorial!” Texto apresentado por Darcy Loss Luzzatto em Brasília, no Seminário sobre a criação do Livro das Línguas, no Plenário Florestan Fernandes, na Câmara dos Deputados, realizado de 7 a 9 de março de 2006 (tradução do autor).

<sup>605</sup> ALBUM do Centenário da Imigração Italiana. Porto Alegre: EDEL, 1975.

O governo do estado do Rio Grande do Sul e as dioceses católicas coordenaram os festejos publicando livros, revistas e artigos sobre a imigração italiana em português, italiano e *Talian*. As comemorações do Centenário também incentivaram muitas famílias de descendentes italianos a pesquisar suas origens na Itália, escrever a história da família e requerer a cidadania italiana.

O *Talian* foi a primeira língua a solicitar ao IPHAN o reconhecimento como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. O reconhecimento do *Talian* como língua brasileira foi requerido em 2001, pela ASSODITA, Associação dos Difusores do *Talian*, que apresentam programas de televisão e rádio feitos no dialeto dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul. Darcy Luzzatto, um dos principais divulgadores do *Talian* através de livros, afirma que só no Rio Grande do Sul existe mais de um milhão de falantes e divulgadores dessa língua.

no ghe ze mia stadìstiche che le se mèrite fedùcia sora quanti che i parla ancora el talian, ma sicuramente semo in pi de un milion solche ntel Rio Grande do Sul; squasi altro tanto a Santa Catarina e ntel Paranà. E quanti ghen saralo a San Paolo e ntei altri stati? In squasi 100 munissìpii dela Region Sud ghe ze programi de ràdio in talian. Mi posso dirlo con sicurezza, parché go bel assistio e go fato anca conferense in tre riunion de radialisti taliani. Lori i se riune tuti i ani, ogni ano nte na sità difarente. Ghè gente che vien de posti che mi no saveva gnanca che ghe zera taliani lì. Parquela velo digo nantra volta: no se pol strassinàr na léngua e na cultura che ancora tanta gente serca de mantégnerla viva!<sup>606</sup>

Para o reconhecimento do *Talian* como língua foi necessário apresentar ao Ministério da Cultura e ao IPHAN um inventário de dicionários, livros, revistas e falantes. O inventário foi compilado pela UCS - Universidade de Caxias do Sul em parceria com a FIBRA, Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul, o Instituto Vêneto e com a

---

<sup>606</sup> “Não existem estatísticas, que mereçam crédito, que nos informem quantos ainda falam o *talian*, mas seguramente somos mais de um milhão só no Rio Grande do Sul; quase outro tanto em Santa Catarina e no Paraná. E quantos ainda o falarão em São Paulo e nos demais estados da Federação? Em quase 100 municípios da Região Sul, existem programas de rádio em *talian*. Eu posso assegurá-lo, pois já estive presente, e pronunciei inclusive palestras, em várias reuniões de radialistas *taliani*. Eles se reúnem todos os anos, a cada ano numa cidade diferente. Alguns, inclusive, vêm de lugares que eu nem imaginava que ali houvesse gente que falasse o *talian*. Por isso, digo-lhes novamente: Não se pode destruir uma língua e uma cultura que tanta gente ainda procura manter viva!” LUZZATTO, Darcy Loss. Em defesa da língua materna. **Seminário sobre criação do Livro das Línguas**. Brasília, 7-9 mar. 2006, p. 4, tradução do autor.

ajuda de professores, alunos e membros da comunidade. O Decreto n.º 7.387<sup>607</sup> da Diversidade Linguística promulgado a 09 de dezembro de 2010 pelo Presidente da República, Luiz Inácio da Silva, possibilitou encaminhar o pedido de reconhecimento do *Talian* como língua de imigração brasileira:

Art. 1º Fica instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, sob gestão do Ministério da Cultura, como instrumento de identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Parágrafo único. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística será dotado de sistema informatizado de documentação e informação gerenciado, mantido e atualizado pelo Ministério da Cultura, de acordo com as regras por ele disciplinadas<sup>608</sup>.

Para os membros da ASSODITA, o *Talian* é uma língua “completa”, pois possui nomes, verbos, substantivos e adjetivos e serve a todas as necessidades da comunicação falada ou escrita:

De acordo com as informações que justificavam o pedido, o *talian* é considerado uma “verdadeira Língua, com estrutura gramatical própria e regras de ortografia e sintaxe” e formado pela união do falar dos diversos dialetos dos primeiros imigrantes italianos que vieram para o Brasil. Apresentando argumentos que atestavam a vitalidade e permanência do *talian*, o pedido assinalava que, depois do Português, ele seria o idioma mais falado e escrito no país, especialmente na região Sul, e que apresentaria uma literatura que inclui um acervo didático e cultural de expressiva relevância, com uma extensa obra relacionada à história da imigração e da colonização italiana no país.<sup>609</sup>

---

<sup>607</sup> Em 09 de setembro de 2014 a Ministra de Estado da Cultura, Marta Suplicy, assinou o reconhecimento do *Talian* como referência cultural brasileira: “MINISTÉRIO DA CULTURA. A Ministra de Estado da Cultura, no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 3º do Decreto no 7.387, de 09 de dezembro de 2010, e em decorrência da inclusão no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, em 09 de setembro de 2014, confere o título de Referência Cultural Brasileira à língua denominada *Talian*.” BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Talian*. Brasília, 10 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4873>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

<sup>608</sup> BRASIL. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7387.htm). Acesso em: 11 out. 2014.

<sup>609</sup> CARDOSO, Fabíola Nogueira da Gama. **Línguas como patrimônio imaterial: etnografia de um debate**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB, Brasília, 2010, p. 13-14.

Os Divulgadores do Talian, que são radialistas e escritores, reúnem-se uma vez ao ano em uma cidade diferente do Sul do Brasil para trocar experiências e planejar novas formas de divulgar a língua e a cultura dos descendentes de imigrantes italianos vindos para o Rio Grande do Sul a partir de 1875. Atualmente, também são realizados intercâmbios culturais com professores italianos que ministram aulas de vêneto para as colônias italianas do Sul do Brasil.

O que determina um idioma<sup>610</sup> como língua ou dialeto não são as características fonéticas da fala ou morfológicas da escrita, mas as condições culturais, políticas e sociais, sendo a língua considerada mais importante e o dialeto considerado inferior pelos que detêm o poder, apesar de não haver hierarquia entre ambos. A pesquisadora Marley Pertile, que fez o inventário do *Talian*<sup>611</sup> juntamente com a Universidade de Caxias do Sul, afirma no documentário “Brasil Talian” que no Brasil são faladas 180 línguas indígenas e 30 línguas de imigração, sendo que os falantes do *Talian* superam em número os falantes das 180 línguas indígenas.

Das seis coloniais italianas do Rio Grande do Sul, o *Talian* se difundiu para outras regiões do estado e alcançou Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Atualmente o *Talian* é utilizado para a comunicação entre familiares, vizinhos e amigos nas rodas de conversa, no comércio e nas rotas turísticas das colônias italianas. O dialeto se tornou um dos principais meios para a manutenção das experiências culturais dos imigrantes italianos e seus descendentes, porque passou a ser conservado como elemento de introdução e aceitação nos grupos ítalo-brasileiros, sendo que em 2010 também foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Estado do Rio Grande do Sul e em 2014, como língua brasileira de imigração pelo Estado brasileiro<sup>612</sup>. Em muitos municípios do Rio Grande do

---

<sup>610</sup> “Foi através da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, lançada em Barcelona em junho de 1996, sob os auspícios da Unesco, que novas perspectivas em política linguística dirigidas a minorias vêm sendo estudadas e propostas. No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem, desde 1997, formulando instrumentos específicos para efetivar, no campo das políticas de patrimônio cultural, a concepção ampla de patrimônio expressa no artigo 216 da Constituição Federal. O decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o ‘Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial’, abre espaço para o reconhecimento pelo Estado, como patrimônio cultural do Brasil, de bens de caráter processual e dinâmico, como as suas línguas.” PERTILE, Marley Terezinha. **O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho**. Dissertação (Doutorado em Letras), UFRGS, Porto Alegre, 2009, p. 35.

<sup>611</sup> Depoimento de Marley Terezinha Pertile sobre o inventário do *talian*. Cf.: COSTANTIN, André (Dr.). **Brasil Talian**. Produção: Fernando Roveda. Roteiro: André Costantin. 1 DVD (1h05min). Caxias do Sul: Transe, 2015.

<sup>612</sup> A cerimônia do reconhecimento do *Talian* como língua brasileira de imigração ocorreu no Seminário Ibero-Americano da Diversidade Linguística, em Foz do Iguaçu - PR, entre os dias 17 e 20

Sul, como é o caso de Serafina Corrêa, o *Talian* é a segunda língua ensinada nas escolas, depois do português. Hoje em dia, atinge mais de um milhão de pessoas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Por isso, é considerado uma língua neolatina, como o italiano, o francês, o espanhol e o português.

O que diferencia o *Talian* dos demais dialetos vênéticos falados na Itália e no Brasil é a sua formação exclusivamente brasileira, porque assumiu características locais, independentemente de suas regiões de origem na Itália. Por causa disso, se tornou uma língua predominantemente originada no interior das colônias italianas, que depois também foi assumida pelos moradores das cidades das regiões de imigração italiana no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

#### 4.3 EDUCAÇÃO FAMILIAR

Quando os imigrantes italianos chegaram em Silveira Martins, a partir de 1877, não existiam escolas na colônia e a educação dos filhos ficava a cargo apenas das famílias. Somente mais tarde surgiram as escolas particulares e as escolas religiosas, que ensinavam em italiano, e por último as escolas públicas, com ensino em português. Por conseguinte, a educação familiar e escolar na colônia de Silveira Martins pode ser dividida em três principais fases: escolas particulares, religiosas e públicas. Na abordagem da educação familiar também será tratada a educação nas escolas particulares com professores italianos, pois eram extensões da educação familiar recebida em casa.

A absoluta falta de escolas do Governo Brasileiro obrigava o colono a escolher as pessoas mais aptas para ensinar a ler, escrever e fazer contas àquela mocidade toda, sob pena de criarem-se na maior ignorância, verdadeiramente analfabetos. Precisavam então conformar-se com o melhor que houvesse, pois não eram professores formados os que iam lecionar, mas sim os que, na Itália, tivessem recebido uma razoável instrução e que, mediante módica retribuição, se sujeitassem a desempenhar a árdua tarefa de mestre, o que procuravam fazer da melhor maneira.<sup>613</sup>

---

de novembro de 2014, com a presença da Ministra da Cultura Marta Suplicy, que entregou à FIBRA - Federação das Associações Ítalo-Brasileiras o certificado de reconhecimento do *Talian*.

<sup>613</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Armida Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 126.

As famílias transmitiam saberes, valores e modos para formar o caráter das crianças e dos jovens, visando moldar o seu comportamento, sendo os principais objetivos da educação familiar a transmissão dos “bons modos” e da profissão dos pais. As crianças aprendiam com os pais a administrar a propriedade da família e o trabalho para substituí-los quando eles ficassem idosos ou não pudessem mais trabalhar. O capital cultural, social e econômico era transmitido de geração em geração de pai para filho, o qual herdava os bens dos pais e dos avós e também ficava responsável por zelar pelo prestígio da família na comunidade. A honestidade pessoal tinha por finalidade fazer com que a família fosse respeitada por todos para poder negociar, bem como emprestar e tomar dinheiro emprestado de parentes e vizinhos.

Um dos principais valores das famílias de imigrantes italianos, reforçado pela Igreja e pelo Estado, era a obediência aos pais e às leis do país, tanto da Itália quanto do Brasil, percebida como um dever necessário para a manutenção da harmonia e do bem-estar social. As mulheres foram essenciais para a educação das crianças porque, além de criar os filhos, ensinavam a ler, a escrever e a contar onde não havia escola. Os pais não exigiam que os filhos aprendessem muito, apenas o suficiente para o trabalho na lavoura e a vida comunitária. Por isso, os filhos iam à escola até que aprendessem a ler, escrever e contar não importando a série. Alguns paravam de estudar precocemente na segunda ou terceira série do Ensino Fundamental, outros iam à escola somente alguns dias por semana, e nos demais eram obrigados a ajudar a família na lavoura.

A maioria dos imigrantes não tinha formação profissional e aprendia os misteres práticos ligados à agricultura ou a trabalhos manuais. Avós, pais, tios e irmãos mais velhos ensinavam as crianças a somar áreas e pesos para plantar, colher e vender o que produziam na propriedade da família. Para os imigrantes que se tornaram colonos aprender a fazer cálculos matemáticos era mais importante do que a ler e escrever, pois precisavam calcular a lavoura plantada, a quantidade de quilos de sementes de trigo, milho e feijão necessária para plantar um hectare de terra, a quantidade de vacas, ovelhas, porcos e galinhas, a quantidade de sacas colhidas e de arrobas de carne produzidas para a venda no comércio. Saber somar dias de trabalho, sacas produzidas, peso da produção e número de animais, tudo o que era necessário para não ser enganado por familiares, parentes, vizinhos, comerciantes e desconhecidos.

Todos esses conhecimentos eram transmitidos na prática ou oralmente pelos pais aos filhos. Segundo alguns descendentes, os saberes e as tradições eram repassados aos filhos pela família na convivência cotidiana do trabalho no campo, plantando e cuidando dos animais, e nas cidades, construindo prédios, máquinas, ferramentas, produzindo móveis, roupas e

sapatos. Os homens faziam artesanato em madeira, couro e barro, e as mulheres usavam a palha de trigo e de milho para fazer a *dressa*, uma trança utilizada para confeccionar cestas, forros de cadeira e chapéus.

Na sociedade da época os filhos eram tratados pelos pais como crianças até a idade de 7 anos, depois perdia-se a inocência e entrava-se na “idade da razão”, quando passavam a ser tratados como adultos, uma vez que já saberiam discernir o certo do errado, portanto, também poderiam ser castigadas por seus pecados ou crimes. A responsabilidade do trabalho fazia com que as crianças se tornassem adultos precocemente, assumindo responsabilidades para cuidar da casa, da lavoura e dos animais junto com os adultos. As crianças eram estimuladas desde cedo a acompanhar o ritmo dos pais no trabalho para que aprendessem a manusear máquinas e ferramentas.

O trabalho das crianças conservou uma característica da sociedade medieval: a precocidade da passagem para a idade adulta. Toda a complexidade da vida foi modificada pelas diferenças do tratamento escolar da criança burguesa e da criança do povo. Existe portanto um notável sincronismo entre a classe de idade moderna e a classe social: ambas nasceram ao mesmo tempo, no fim do século XVIII, e no mesmo meio: a burguesia.<sup>614</sup>

Os fazendeiros, políticos e comerciantes não dependiam do trabalho das crianças, porém, as famílias camponesas precisavam do trabalho infantil e dos jovens para ajudar no sustento da casa, pois quase tudo o que produziam ou ganhavam era gasto para alimentar a família. Não havia muito tempo para o descanso e as brincadeiras, a maior parte do dia era ocupado nos trabalhos domésticos e na agricultura. Crianças e jovens aprendiam e executavam afazeres de adultos, entretanto, se no âmbito privado e profissional elas eram tratadas como adultos, no espaço social não podiam participar das conversas dos mais velhos.

As crianças e os jovens aprendiam desde cedo o ofício dos pais na agricultura e na pecuária, vendo e ajudando os pais a arar a terra, plantar, capinar, ceifar, tratar e cuidar dos animais. Além dos trabalhos rotineiros e repetitivos executados diariamente, ainda era preciso aprender a consertar ferramentas, cercas, galpões e chiqueiros. Na juventude os filhos dos imigrantes também aprendiam a derrubar árvores, cortar lenha, serrar tábuas e a construir casas, galpões e paióis.

---

<sup>614</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 194.

Contudo, um sentimento superficial da criança – a que chamei “paparicação” – era reservado à criancinha em seus primeiros anos de vida, enquanto ela ainda era uma coisinha engraçadinha. As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato.<sup>615</sup>

Os casais de imigrantes italianos geralmente tinham um filho por ano, em média, porém muitos faleciam no parto ou nos primeiros anos de vida. A morte de alguns filhos do casal durante a sua vida fértil era considerada natural, dada a frequência com que ocorria, e não causava grande comoção, pois os pais teriam outros filhos. Quanto mais nova a criança falecida, menor o sentimento de perda da família e da comunidade. Quando faleciam crianças maiores ou jovens, a comoção era maior, pois os pais já haviam despendido mais esforços e dinheiro para criar o futuro herdeiro da família.

O estudo não era a principal ocupação das crianças por duas razões: 1ª) a prioridade das famílias era o trabalho manual; 2ª) não havia possibilidade de continuar os estudos subsequentes por falta de escolas. As crianças e os jovens mais valorizados eram os que se dedicavam aos trabalhos manuais, pois a maioria dos imigrantes era analfabeta, somente alguns poucos padres leigos e catequistas sabiam ler e escrever. Crianças e jovens aprendiam a executar a maioria das tarefas vendo e ajudando pais, irmãos mais velhos, tios e avós no trabalho em casa e na lavoura. Em casa poucos pais ensinavam as crianças a ler, a escrever e a contar, pois geralmente os próprios pais não sabiam escrever, apenas haviam aprendido a ler alguma oração e a contar. Assim, as que não tivessem aula com professor particular não aprendiam o alfabeto e a tabuada, apenas a fazer contas simples de somar e subtrair.

As primeiras escolas particulares foram instaladas nas casas ou nas propriedades dos próprios professores e eram uma extensão da educação familiar. Outras escolas particulares foram alocadas em capelas ou no salão social das Sociedades da Capela em parceria do professor com a Igreja.

O ensino nos primeiros anos de implantação da Colônia Italiana Silveira Martins foi implementado através da iniciativa dos camponeses italianos. Dessa forma, este ensino apresentava as seguintes características: era ensinado em italiano ou em algum dialeto; os professores eram os membros mais instruídos da

---

<sup>615</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 10.

comunidade; as aulas eram dadas na propriedade do professor e o pagamento era feito a partir de trabalho na [propriedade] do professor.<sup>616</sup>

Os alunos eram ensinados em italiano ou dialeto, não por ideologia ou política de Estado para promover os ideais italianos no exterior, mas porque tanto professores quanto alunos só sabiam ensinar e aprender nesses idiomas. Os professores ensinavam os conteúdos escolares aos alunos em seu próprio dialeto de origem, o que dificultava a aprendizagem – além de aprender o conteúdo proposto para cada série, também tinham de aprender uma nova “língua”. Antonio Ceretta relata em suas memórias escritas que, em Silveira Martins, as aulas foram ministradas em italiano até o ano de 1909:

Até o ano de 1909 continuou-se lecionar em italiano; mas por esse tempo as autoridades locais, começaram a estimular que se ensinasse português. Então o mestre do Polêsine, se poz estudar e tomar conhecimento do português, e la pelo meio de 1909 foi junto com o sub-intendente, apresentar-se ao intendente, que era então Isidoro Neves, e esponde a este a condições em que andava o ensino na colonia, solicitou dele alguns livros para poder começar lecionar em português. E de fato o Intendente lhe entregou uma nota para à livraria (Vrahe) e obteve algumas cartilhas e alguns segundo livro e assim deu inicio a ensinar português que lhe roubou também o repouso noturno pois de dia não tinha tempo para estudar, sendo ocupado nas duas aulas. Em 1910, o intendente decretou o auxilio de 20.000 reis mensais às escolas particulares que ensinasse português, com o titulo de aula subvencionada, com a obrigação de remeter mapas e ser fiscalizada pelas autoridades locais.<sup>617</sup>

Os conteúdos e os exercícios ensinados nas escolas dos imigrantes italianos eram introdutórios e básicos, sem aprofundamento por parte do professor devido à falta de formação no magistério e à escassez de livros. A ausência de uma lousa forçava o professores a desenvolver aulas orais, nas quais contava histórias edificantes de heróis italianos e santos católicos para que servissem de exemplo para os alunos.

---

<sup>616</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 34.

<sup>617</sup> CERETTA, Antonio. História de São João do Polesine. Caderno II. 1906-1918, p. 60-61. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.



Imagem 33 - Escola de Venuta Maria Ravello, que funcionava junto à casa de seus pais, na Linha Um Negativa, do Núcleo Soturno (Nova Palma, RS), em 1920.<sup>618</sup>

O registro fotográfico da escola da professora Venuta Maria Ravello foi feito ao lado de sua casa de madeira e mostra 14 meninos, 14 meninas e 4 adultos. Os alunos aparecem com sapato e roupa de passeio e foram posicionados de modo que todos pudessem aparecer bem na foto. As meninas estão ao fundo, por serem mais altas e, portanto, também mais velhas que os meninos, confirmando que as famílias relutavam em enviar as meninas para a escola na idade certa. As escolas particulares também serviam de creche para os pais deixarem os filhos menores, assim poderiam trabalhar na lavoura ou na mata, pois esses eram lugares perigosos, com muitos obstáculos e animais ferozes.

Os pais relutavam em enviar os filhos à escola por dois principais motivos: 1º.) gerava muito gasto com calçados, roupas, materiais escolares e mensalidades, pois mesmo as escolas religiosas eram pagas pelos pais dos alunos com dinheiro e alimentos; e 2º.) perdia-se um trabalhador. Daí a baixa frequência de crianças e jovens na escola.

---

<sup>618</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CGP-NP). Sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

Mandar os filhos à escola era um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam os estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão. A perda da mão-de-obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinara que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas; nem como meio para um futuro feliz da família dos imigrantes. A autêntica segurança era a terra, pois dela, podia-se obter a produção necessária à própria sobrevivência.<sup>619</sup>

Os jovens continuavam seus estudos depois do Ensino Elementar para se tornarem padres ou freiras. Segundo o memorialista Silvino Santin, a educação colonial era inadequada para a profissionalização dos alunos, uma vez que o ensino escolar, além de básico, era pouco prático, não ensinava atividades ligadas à agricultura. Ou seja, o ensino de base humanística fornecido pelas escolas particulares e religiosas não teve uso prático para os que permaneceram na colônia. “Caso quisessem aproveitar seus conhecimentos de maneira mais efetiva havia apenas dois caminhos a seguir. O primeiro, ingressar na vida religiosa, o segundo partir para um centro maior onde pudesse continuar seus estudos, ou arrumar algum emprego burocrático.”<sup>620</sup>

Outro obstáculo à aprendizagem era o curto período de permanência na escola, poucos estudavam até o último ano do Ensino Fundamental. As crianças interrompiam os estudos para ajudar os pais nas atividades cotidianas (plantações e criação de animais). Como o trabalho na lavoura era todo manual, para derrubar a mata, queimar a vegetação, plantar, capinar e colher, em uma lavoura pequena ou média, precisava-se de muitos trabalhadores. O depoimento de uma moradora de Val Feltrina expressa por que as crianças paravam de estudar cedo:

Eu tinha 8 anos de idade quando fui para estudar com a professora Ofélia Leonardi Sguarcieri. Ela dava suas aulas em dialeto italiano, na mesa da cozinha. Eu e o resto das crianças ficavam ao redor da mesa. O pagamento das aulas era feito pelos meus pais. A professora ensinava a ler e escrever, queria ter continuado estudando, mas tive que largar de estudar para trabalhar na parreira junto com os meus pais.<sup>621</sup>

<sup>619</sup> COSTA, Rovílio (et al.). **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. 2ª. ed. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1986. p. 76.

<sup>620</sup> SANTIN, Silvino. **A imigração esquecida**. Porto Alegre: EST, 1986, p. 72-73.

<sup>621</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 35.

O período de estudo das crianças dependia de quanto tempo demoravam para aprender: assim que elas aprendiam a ler e a escrever, a partir dos 9 ou 10 anos de idade, já eram tiradas da escola pelos pais para trabalhar na lavoura. Algumas aprendiam com um ano de estudo, outras demoravam dois ou três anos. Quando passavam a ler e a escrever, os pais concluíam que já era hora de tirá-las da escola, independentemente da série em que estavam. Para fazer as lições na escola as crianças ganhavam uma lousa de pedra de ardósia e um giz, e ao final de cada lição era preciso apagar a lousa para registrar uma nova atividade. Todas as crianças estudavam na mesma sala e os alunos mais velhos ajudavam o professor a ensinar os alunos mais novos.

Destaca-se entre os relatos sobre a educação em Silveira Martins a interpretação do professor Antonio Ceretta, o qual constatou que no início da colonização não houve um projeto nacionalista dos Estados italiano e brasileiro para os imigrantes:

A corrente emigratória, lançadas nestas grandes plagas coloniais, era deixada no mais completo descuido, e ninguém tomava a peito dar a esta crescente massa de novo povo, um endereço de cultura para formar o verdadeiro espirito nacional. Antes com as amplas liberdades existentes, cada grupo colonial podia abrir escolas e ensinar na própria língua de origem. Não era pois de admirar que cada nacionalidade, procurasse cultivar e amar seu idioma porque aprendido da própria mãe e ouvido continuamente falar na própria família e entre suas gentes com as quais se achava continuamente em contato. Estando as cousas nesta altura, cada grupo que se sentia impulsionado pelo dever, de abrir uma escola, escolhia o mestre entre os seus e as lições era dada no idioma a que o grupo pertencia, se italiano, ensinavam o italiano, se alemães, alemão etc. E é preciso notar que cada nação da Europa, que tinham seus filhos espalhados pelo mundo: pois não se deve pensar que isso se desse só com o Brazil: não, por qualquer parte do mundo, uma nação tivesse de seus subditos, acompanhava-os com a instrução afim conservando o proprio idioma, conservassem tambem o amor à sua patria de origem. Assim, por meio dos consules e vice consules, aconselhavam e promoviam escolas entre as colonias, auxiliando-as com dar-lhe os materiaes necessarios, como, livros, cadernos, enfim tudo o necessario, ate tinta e giz e mapas [...] Desta nossa narração, fielmente editada, cada um pode formarem-se uma idéa do que era as condições das regiões coloniais enquanto a instrução civica. Deixada naqueles tempos em um total abandono, que devia mais tarde, explodir num fanatismo exagerado.<sup>622</sup>

---

<sup>622</sup> A História de São João do Polêsine foi escrita pelo professor Antonio Ceretta até o ano de 1936. CERETTA, Antonio. História de São João do Polesine. Caderno II. 1906-1918, p. 35-36. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

Pelo relato de Ceretta constata-se que não havia projetos governamentais da Itália ou do Brasil para incentivar os nacionalismos italiano ou brasileiro, seja para brasileiros, seja para italianos, através da educação. As manifestações nacionalistas a favor da Itália e do Brasil partiram dos próprios imigrantes, fazendo com que, em alguns casos, se tornassem exageradas por falta de orientação das autoridades. Livros e outros materiais escolares foram enviados para as colônias italianas a pedido dos próprios imigrantes. A formação de escolas e o fornecimento de materiais escolares ficaram a cargo de cada grupo ou iniciativa individual. Ceretta reclama que outros países da Europa acompanharam os imigrantes até o país de destino e ainda forneceram livros para eles através das redes consulares, mas a Itália não fez o mesmo e deixou seus filhos abandonados.

Na primeira fase escolar em Silveira Martins professores e alunos falavam somente dialetos italianos. Porém, quando a comunicação em português com os brasileiros se tornou necessária, principalmente no comércio, os imigrantes se tornaram bilíngues e começaram a falar tanto o *Talian* quanto o português. O engenheiro Manuel Maria de Carvalho, em relatório de 1885, afirmou que “não há oposição, antes desejo dos colonos italianos que seus filhos aprendam nosso idioma.”<sup>623</sup>

No cotidiano, entre si, os italianos falavam italiano e português, e entre italianos e brasileiros falava-se somente português. Contudo, muitas vezes, os falantes italianos misturavam palavras das duas línguas na hora de se expressar, por descuido ou ignorância. Nesse período não houve interesse do governo brasileiro em construir escolas para os imigrantes e os próprios brasileiros, o que favoreceu a manutenção da língua e da cultura dos estrangeiros no Brasil. Somente numa segunda fase, com o surgimento das escolas religiosas e públicas, foi que os imigrantes começaram a ensinar e aprender em português.

O ensino era dado em italiano, pois ninguém pensavam, como já temos notados, ninguém pensavam, em mandar seus filhos aprender português, e o mesmo mestre escola, naquele tempo, mal o sabia ler. Demais, a gente era tão pobre naquele tempo, que nem poderiam sustentar com as despesas do necessário para o material necessário na escola. Por conseguinte o mestre fez pedido ao vice-consul [Antonio Sorio], que era naquele tempo o Vigário de Silveira Martins, se dignasse auxiliar esta nova escola, proporcionando-lhe o material necessário. E o vice-consul aquieceu muito complacente, pois mesmo naqueles dias, tinha ele recebido do consul de Porto Alegre, uma grande remessa de material para distribuí-lo às escolas. E assim foi a

---

<sup>623</sup> Relatório do Engenheiro Manuel Maria de Carvalho (1886). Cf.: COSTA, Rovílio (et al.). **As colônias italianas de Dona Isabel e Conde D’Eu**. Porto Alegre: EST, 1992, p. 120.

escola de Polesine, alistada entre a escola italiana subvencionada, o que lhe valeu também, para realçar o seu moral, porque diziam: Aí os livros, cadernos e tudo o necessário são dados gratuitamente, por isto convem aproveitar.<sup>624</sup>

No final do período imperial, quando os imigrantes italianos chegaram ao Brasil, o governo brasileiro ainda não havia desenvolvido nenhum projeto educacional para o país. Em 1911, no 5º Distrito de São João do Polêsine, que à época pertencia a Cachoeira do Sul, havia somente a escola de Antonio Ceretta com apenas 12 alunos matriculados, na qual eram ministradas as disciplinas de “Grammatica” e “Geographia” e ensinados elementos de “Scriptura”, “Dictado”, “Aritmetica”, operações “Aritmeticas” e problemas de “Aritmetica”.<sup>625</sup> O professor Ceretta viveu e trabalhou em São João do Polêsine de 1893 a 1943, quando faleceu aos 76 anos de idade.

Em 1914, já na Primeira Republica, São João do Polêsine tinha poucas escolas em comparação com a Subintendência Regional de Ensino de Cachoeira do Sul para o mesmo período. Enquanto a Subintendência de Cachoeira do Sul tinha 54 escolas subvencionadas pelo governo, São João do Polêsine, colonizada por imigrantes italianos, tinha somente duas escolas<sup>626</sup>. Em 1918 existiam as escolas<sup>627</sup> de Maria Ghesti, com 28 meninos e 20 meninas, e a Escola de Antônio Ceretta, com 40 meninos e 16 meninas matriculados. A baixa quantidade de matrículas na colônia pode ter sido causada pelo Decreto 1.480<sup>628</sup> de 27 de maio de 1909, que impedia a subvenção de escolas que não se adequassem às exigências do Estado.

A primeira escola subvencionada na colônia foi a do imigrante Andrea Pozzobon, que era católico, porém também era um liberal que exerceu as profissões de professor e comerciante. Em 1892 se tornou diretor da primeira escola subvencionada pelo governo italiano em Arroio Grande, vila situada entre a sede de Silveira Martins e Santa Maria. Inicialmente, Pozzobon ensinou em italiano até que conseguisse aprender a falar e escrever em

<sup>624</sup> CERETTA, Antonio. História de São João do Polesine. Caderno II. 1906-1918, p. 60. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>625</sup> Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul - RS, IM/RP/SF/DD, 99, estante 5, prateleira 3.

<sup>626</sup> RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia:** contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001, p. 233.

<sup>627</sup> Ibidem, p. 233.

<sup>628</sup> “O Decreto Lei n.º 1480 de 27/05/1909 em seu artigo primeiro defendia que — o Estado poderá conceder subvenção pecuniária às escolas primárias que tiveram, durante seis meses, a frequência mínima de 30 alunos, que hajam obtido aproveitamento prático em geografia, história do Brasil e do Estado, e falem todos a língua nacional.” CORSETTI, Berenice. **Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul.** Tese (Doutorado em Educação), UFSM, Santa Maria, 1998, p. 178.

português. Em janeiro de 1897 começou a lecionar e a ensinar a catequese para as crianças na Sociedade da Capela de São Marcos, recebendo 500 réis mensais por aluno.

Nesse mesmo período em que o número de escolas públicas e particulares em São João do Polêsine estagnou, as matrículas na escola de Antonio Ceretta passaram de apenas 12, em 1911, para 56, em 1918. A escola começou a ser subvencionada pelo Estado em 1910, e em 1921 o professor Ceretta foi nomeado<sup>629</sup> funcionário público municipal em São João do Polêsine, porém já trabalhava como professor desde 1898, quando fundou a sua escola particular na Sociedade da Capela São João Batista. O professor Ceretta se aposentou no dia 1º de maio de 1935, depois de completar 25 anos de magistério, com cinco vencimentos anuais de 1:200.000 réis. Somando o tempo de trabalho como professor particular e professor de escola pública, lecionou por 37 anos. Durante esse período Ceretta também foi catequista de seus alunos, pois todos eram “obrigados” a frequentar a catequese.



Imagem 34 - Professor Antonio Ceretta com seus alunos junto à Capela São João Batista (s/d).<sup>630</sup>

<sup>629</sup> Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul - RS, IM/RP/SF/DD, 01, estante 3.

<sup>630</sup> Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Missão Brasileira, Caixa Polêsine.

Na fotografia registrada na escada da Capela São João Batista em São João do Polêsine, está o professor Antonio Ceretta com seus alunos de 7 a 12 anos. As aulas eram ministradas nas dependências da igreja, pois para se fazer uma escola em madeira, pedra ou alvenaria era necessário material e dinheiro para pagar os construtores. Provavelmente os pais foram avisados pelo fotógrafo de que as crianças seriam fotografadas, pois nesse dia elas vestiram suas melhores roupas. As meninas estão uniformizadas e alguns meninos usam terno. O professor Ceretta está vestido de terno, e a maioria dos alunos veste roupas brancas, que podem ser as mesmas usadas na Primeira Comunhão da Igreja Católica. O fotógrafo ou o professor organizou as crianças em fila para fotografá-las em pose séria, demonstrando respeito.

A pose era o centro da *mise-en-scène*. Homens, mulheres e crianças se paramentavam com seus melhores trajes, roupas de festa, domingueiras, de visitas ou as disponibilizadas nos estúdios. Os fotógrafos compunham a cena: além de controlar a tecnologia (ajustes de iluminação, enquadramentos, montagem da cena), dirigiam a *performance*, se esmerando em orientar os clientes (posicionando-os, ajustavam a postura do corpo, o rosto e o olhar), numa encenação meticulosamente construída na cumplicidade entre retratistas e modelos.<sup>631</sup>

A turma do professor Ceretta era formada por alunos dos gêneros masculino e feminino. Dos alunos, 49 são meninos e 23 meninas, o que reforça a ideia de que as meninas eram menos incentivadas a estudar. A diferenciação entre meninos e meninas não era praticada apenas entre camponeses, visto que permeava toda a sociedade da época. As amizades e companhias dos meninos não eram tão controladas pelos pais como as amizades das meninas, porque as famílias tinham medo de que elas não soubessem se cuidar ou fossem namorar às escondidas, difamando assim a honra familiar. As brincadeiras de meninos e meninas eram separadas, enquanto as meninas brincavam de boneca de milho para aprender a cuidar da casa e dos futuros filhos, os meninos brincavam de luta com espadas de pau para desenvolver a força e a coragem.

Na colônia as famílias compartilhavam códigos de conduta internos ao grupo que condicionavam o comportamento dos imigrantes com relação aos nacionais. Na convivência familiar e escolar as crianças eram orientadas a não brigar com os brasileiros, por receio de perder a terra e ter de voltar para a Itália. Um morador de *Val Feltrina*, neto de imigrantes

---

<sup>631</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma possível história do sorriso:** institucionalização, ações e representações. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 186.

italianos, conta como foi a relação dos imigrantes e seus descendentes com a escola: “A escola que meu avô frequentava era dada por um professor que ensinava em italiano. Meu avô ficou pouco na escola. O que eu me lembro era que nós não podia brigar com nenhum brasileiro porque senão tiravam a terra da gente e tinha que voltar para a Itália.”<sup>632</sup> Mesmo os imigrantes tendo comprado e pago pelos seus lotes rurais, permaneceu o receio de perdê-los, o que revela a importância da propriedade e do trabalho para os imigrantes.



Imagem 35 - Escola de Ângelo Didonet, em 1910.<sup>633</sup>

No registro fotográfico de 1910 verifica-se que alunos da escola de Ângelo Didonet, do Núcleo Soturno (Nova Palma), com idades entre 7 e 12 anos, eram todos meninos. A separação de meninos e meninas nas escolas se dava no intuito de ministrar conteúdos específicos e evitar namoros precoces. A prioridade para crianças e jovens era aprender a rezar, trabalhar e, em alguns casos, estudar. Na fotografia observam-se 35 meninos e 5

---

<sup>632</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 39.

<sup>633</sup> Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP). Sala da Documentação de Famílias, Caixa Escolas.

adultos, sem a presença de nenhuma menina, o que permite concluir que era uma escola somente para meninos. Os estudantes aparecem todos vestidos com camisa e calça, mas sem sapatos, já que era um artigo raro à época e feito à mão. Os alunos menores foram colocados à frente e os maiores, atrás. Ao fundo aparecem quatro adultos. A imagem foi registrada do lado de fora da escola ou da casa do professor, no entanto, a construção não aparece ao fundo como de costume.

A educação familiar visava ensinar às crianças e aos jovens os bons costumes, a convivência familiar e comunitária, a obediência aos mais velhos, a aprendizagem das atividades da agricultura e noções básicas de cálculo matemático para vender os produtos agrícolas e os animais. As famílias também transmitiram o seu capital cultural e social a seus descendentes para manter o prestígio de seus membros na comunidade.

#### 4.4 EDUCAÇÃO ESCOLAR

A maioria dos imigrantes não era escolarizada, mas possuía um conhecimento formado pelas experiências de vida adquiridas na convivência familiar, social e profissional, o qual era transmitido pelas gerações mais velhas às mais novas nas práticas cotidianas. Até que as poucas escolas da colônia fossem construídas, as crianças eram ensinadas em casa pelos pais e irmãos mais velhos. As poucas famílias que enviavam as crianças para estudar, quando concluíam que os filhos já haviam aprendido o suficiente para ler e escrever, tiravam-nas da escola no segundo ou terceiro ano para ajudar na lavoura. Somente seguiam os estudos os filhos de imigrantes que ingressavam no seminário ou no convento para se tornarem padres ou freiras.

Em 1886, o engenheiro Manoel Maria de Carvalho, funcionário da Inspeção Geral das Terras e Colonização, anotou em seu relatório que “a escola e o professor não são exigidos pelos colonos italianos, assim como exigem o padre e a Igreja”<sup>634</sup>, observando que os imigrantes italianos e seus descendentes valorizavam mais a Igreja e o padre do que a escola e o professor. Muitos imigrantes, quando perguntados sobre por que não enviavam seus filhos à escola, respondiam: “Eu vivi e comprei terras sem saber ler, nem escrever e

---

<sup>634</sup> CARVALHO, Manoel Maria de. Relatório apresentado ao Império. Rio de Janeiro, 1886, p. 21. Apud: COSTA, Rovílio (et al.). **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. 2ª impr. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1986, p. 76.

meus filhos podem fazer o mesmo.”<sup>635</sup> Alguns imigrantes não podiam enviar seus filhos à escola, mesmo quando já havia uma na própria comunidade, por precisar deles para ajudar na lavoura, na criação dos animais e nos afazeres domésticos. Mandar os filhos para estudar ainda gerava despesas, além da perda de mão de obra para as funções cotidianas. O estudo não era valorizado porque não era uma atividade lucrativa e, além disso, para os colonos, deixar de trabalhar para estudar diminuía a produção agrícola e, conseqüentemente, os lucros.

A escola, nesse esquema produtivo, apresentava mais desvantagens do que vantagens: retirava, parte do dia, braços produtivos da lavoura e adicionava gastos novos ao parco orçamento familiar. É claro que fazer contas, ler e escrever eram recursos desejados e buscados pelos colonos, mas apenas na medida em que satisfizessem suas restritas necessidades de troca, sobretudo, comerciais.<sup>636</sup>

A função da escola formal se concentrava apenas na transmissão de conhecimentos gramaticais e matemáticos abstratos, sem correspondência com a linguagem coloquial da convivência familiar e do trabalho na lavoura. Por isso, para as famílias italianas, o conhecimento com maior valor não era o formal, mas o prático, aprendido com os pais em casa, para desenvolver as atividades relacionadas ao campo. Enquanto a família moldava o caráter das crianças para a religião e o trabalho, a escola as disciplinava para o conhecimento acabado e definitivo. Os métodos pedagógicos da escola rural eram rudimentares, centrados na figura do professor e no conteúdo, sem considerar as diferentes necessidades de cada aluno.

Os pais e os professores não se ocupavam das crianças com orientações e explicações detalhadas sobre como realizar as tarefas domésticas, os trabalhos no campo e as lições escolares. Elas deviam aprender observando os adultos. Partia-se do pressuposto de que as crianças tinham de se comportar como adultos nas práticas cotidianas, ou pelo menos imitar o comportamento e as ações dos mais velhos. Muitos filhos e alunos eram castigados e surrados quando não se comportavam como os adultos e ficavam sem entender o que tinha acontecido, pois seus tutores não sabiam explicar ou não explicavam a razão do castigo.

---

<sup>635</sup> PESCIOLINI VENEROSI, Ranieri. **Le colonie italiane nel Brasile meridionale**: estati di Rio Grande do Sul - Santa Catarina - Paraná. Torino: Fratelli Bocca, 1914, p. 284.

<sup>636</sup> GIOLO, Jaime. Os imigrantes e a educação. In: MAESTRI, Mário; CARBONI, Florence (Orgs.). **Raízes italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997)**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 135.

A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio.<sup>637</sup>

No início da colonização o governo brasileiro organizou as colônias para desenvolver a agricultura, porém não abriu escolas suficientes para atender toda a população de imigrantes, deixando a educação a cargo deles. O engenheiro Manoel Maria de Carvalho relatou que

[...] nas escolas provinciais ensina-se língua portuguesa e nas particulares a italiana, convindo observar que não há oposição, antes desejo dos colonos italianos, que os seus filhos aprendam o nosso idioma. Para se compreender a necessidade de adotar-se medidas eficazes no sentido de derramar-se a instrução primária nestas colônias, basta comparar-se o limitadíssimo número de escolas existentes com a enorme população.<sup>638</sup>

A Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, separou a Igreja Católica do Estado e pôs fim ao padroado<sup>639</sup>, forçando a Igreja a incentivar as congregações religiosas<sup>640</sup> a abrir seminários, conventos, escolas, hospitais e asilos. Nesse período as dioceses do Brasil eram poucas e os seminaristas eram enviados para estudar Filosofia e Teologia em Roma. Os religiosos foram essenciais para o aumento de seminários, conventos e escolas católicas no interior do Brasil, principalmente as congregações femininas.

---

<sup>637</sup> ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 10.

<sup>638</sup> Relatório elaborado pelo Engenheiro Manuel Maria de Carvalho, no ano de 1885, sobre as colônias italianas do Rio Grande do Sul. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS (CPG-NP).

<sup>639</sup> “O episcopado brasileiro aceitou o regime republicano, mas posicionava-se contrário ao caráter laico do sistema público de ensino, porque acreditava que ele agredia a fé católica da maioria do povo brasileiro. Com a supressão do ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja Católica articulou-se para formar e consolidar uma rede de escolas católicas, como parte integrante de seu processo de reestruturação institucional.” DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 77.

<sup>640</sup> “Os religiosos terão parte ativa na imprensa católica, com a multiplicação de revistas, jornais, livros e folhetos, com ênfase no aspecto doutrinário e catequético. A multiplicação das escolas católicas, ao cuidado dos religiosos, será outra contribuição importante à orientação da hierarquia, preocupada nessa época em fazer frente ao ensino leigo e oficial e à multiplicação de escolas confessionais.” AZZI, Riolando. **A Vida Religiosa no Brasil: Enfoques Históricos**. São Paulo: Paulinas, 1983, p. 18.

A entrada em cena dos novos contingentes imigrantes no final do século XIX permite aos bispos ultramontanos do Rio Grande do Sul avançar em sua estratégia hierarquizadora. De um lado cooptando entre os imigrantes seminaristas que após uma sólida formação romanizada irão atuar no próprio território gaúcho, com a imensa vantagem de se comunicarem através da língua e dos dialetos compartilhados por seus patrícios. De outra parte, os imigrantes renovam a população gaúcha avessa ao “mandonismo” dos padres e habituada a um catolicismo popular e devocional subordinado aos interesses dos chefes políticos locais.<sup>641</sup>

Os principais objetivos das escolas católicas era conseguir vocações para a vida religiosa masculina e feminina, reunindo gente para atuar nas paróquias e na sociedade como bons cristãos leigos. Porém, muitos seminaristas e religiosas desistiram da carreira eclesiástica e se tornaram pais de família, agricultores, professores ou comerciantes. Também aspiravam ensinar a doutrina católica para que os alunos obedecessem à Igreja e ao clero e não abandonassem o catolicismo. Para os bispos, o avanço do racionalismo e do iluminismo sobre a sociedade colocava em perigo os fiéis católicos, que poderiam perder a fé ou abandonar o catolicismo para aderir ao protestantismo. Assim, as escolas religiosas também ajudaram na restauração católica para submeter os católicos à romanização.

[...] a Igreja Católica, como catalisador cultural, através de capelas, paróquias e missões, quem não só lhes deu uma identidade, que deles afastou o perigo da involução, como ainda os acompanhou lado a lado em sua marcha evolutiva. [...] homens e mulheres [...] tornaram-se ainda mais privilegiados ao poderem estudar em seminários, juvenatos e colégios secundários de congregações religiosas [...]. Os colégios religiosos secundários atenderam fundamentalmente às necessidades de educação de uma classe média rural e urbana [...], os seminários (católicos em sua grande maioria) e os juvenatos (exclusivamente católicos, sendo os femininos em maior número) deram educação a milhares de jovens, procedentes quase todos de famílias de zonas rurais imigrantes, famílias que não tinham condições de custear seus estudos.<sup>642</sup>

---

<sup>641</sup> VÉSCIO, Luiz Eugênio. A ultramontana Santa Maria – RS: Sede da Quarta Colônia de imigração italiana. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (Orgs.). **Nova História de Santa Maria: contribuições recentes**. Santa Maria: Pallotti, 2010, p. 210.

<sup>642</sup> Cf.: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 275.

Em Silveira Martins a organização social e a educação dos imigrantes e de seus filhos foram dirigidas pela Igreja Católica através dos Institutos Religiosos das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que fundaram a Escola Nossa Senhora de Lourdes, em 1882, na localidade de Vale Vêneto, e o Colégio Bom Conselho, em 1908, na sede da colônia, e do Seminário Palotino, em Vale Vêneto. As irmãs foram trazidas pelos padres e irmãos palotinos a pedido dos imigrantes. Os palotinos iniciaram em 29 de julho de 1886 o seminário, posteriormente nomeado Seminário Rainha dos Apóstolos.

Paolo Bortoluzzi escreveu uma carta do Brasil para a Itália oferecendo para o Superior Geral da Pia Sociedade das Missões um pedaço de terra de sua propriedade, que ficava atrás da Igreja de São Francisco, para os Padres e Irmãos Palotinos edificarem um colégio. Outros imigrantes que moravam próximo a Vale Vêneto também ofereceram terrenos para a instalação do colégio, porém Bortoluzzi argumentou que esses lotes estavam muito distantes da comunidade, e ainda afirmou que, se os palotinos aceitassem qualquer oferta diferente da sua, “seria uma desgraça com o povo [de Vale Vêneto] que tanto se esforçou para o bem dos padres palotinos, e estão prontos a fazer outros sacrifícios.”<sup>643</sup> A doação de Paolo Bortoluzzi demonstra caridade por ajudar os padres, mas também trouxe benefícios para o seu comércio, sobretudo aumentando o número de clientes.

Em 26 de julho, festa de Sant’Ana, e no ano de 1892, chegaram ao povoado de Vale Veneto Irmãs da Congregação do Imaculado Coração de Maria, para fundarem uma escola destinada à educação de meninos e meninas. Essa escola foi inaugurada com o título de “Nossa Senhora de Lourdes”. As condições da casa eram as mais precárias, em acanhamento e falta de conforto. Passado um mês, as religiosas iniciaram as aulas com a matrícula de 60 crianças de ambos os sexos. Os colonos passaram a auxiliar as Irmãs com os gêneros alimentícios de que dispunham. Os Padres Palotinos acudiam, por sua vez, às necessidades espirituais das Religiosas.<sup>644</sup>

---

<sup>643</sup> Carta de Paulo Bortoluzzi ao Superior Geral da Pia Sociedade das Missões, Guilherme Whitmee, de 10 de outubro de 1892. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS). Missão Brasileira, Documentos transcritos do Arquivo de Roma.

<sup>644</sup> D’AZEVEDO, Soares. **Uma vida e uma obra: 1º centenário da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.** Rio de Janeiro: A Noite, 1949, p. 71.

A Igreja Católica e as congregações religiosas foram fundamentais para a educação dos filhos dos imigrantes. “O Pe. Sorio, com pecúlio do rei da Itália, fundou escolas em todos os núcleos e nas linhas principais da 4ª Colônia, onde se ensinava em italiano, pois era a língua que então falavam os imigrantes.”<sup>645</sup> Entre as escolas particulares, o seminário e o convento forneceram a melhor educação da colônia para os filhos dos imigrantes, pois possibilitaram a ascensão de muitos imigrantes à carreira eclesiástica, docente ou comerciária.

A base do conteúdo ensinado nas escolas católicas era dividida em dois ciclos<sup>646</sup>: o *trivium* e o *quadrivium*. No *trivium* se ensinava gramática, retórica e lógica, e no *quadrivium* se ensinava aritmética, geografia, astronomia e música. Nesse sistema não se ensinava história, nem mesmo a oficial, para evitar questionamentos e críticas à Igreja Católica. Na colônia o conteúdo escolar dava ênfase às línguas, à matemática e à religião, com base no conhecimento particular de cada professor e de alguns poucos livros didáticos. Com o tempo, a educação foi se sofisticando e Vale Vêneto ganhou reconhecimento dentro do panorama educativo do Estado, assim afirmou Marcuzzo num estudo que compreende os anos de 1892 a 1992.

Vale Vêneto era considerada a capital estudantil no interior do estado, com aproximadamente mil estudantes nos três maiores estabelecimentos de ensino: Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Pensionato N. Sra. Conquistadora e Seminário Rainha dos Apóstolos.<sup>647</sup>

---

<sup>645</sup> RUBERT, Arlindo. **Quarta Colônia Italiana: assistência religiosa (1877-1900)**. Porto Alegre: EST, 2003, p. 40.

<sup>646</sup> “Havia um monopólio da cultura intelectual por parte da Igreja. A educação era feita de clérigos para clérigos, devido às necessidades do culto. Nas escolas catedrálcias e, sobretudo monásticas, praticamente as únicas existentes, ensinavam-se as chamadas sete artes liberais, as únicas dignas de homens livres, por oposição às artes mecânicas, isto é, manuais, próprias de escravos. Na primeira parte, ou *trivium*, estudava-se Gramática (ou seja, latim e literatura), Retórica (estilística, textos históricos) e Dialética (iniciação filosófica). Na segunda, ou *quadrivium*, passava-se para Aritmética, Geometria (que incluía a geografia), Astronomia (astrologia, física) e Música. Cumpridas essas duas etapas, de duração variável conforme as condições pessoais e locais, passava-se para o estudo da Teologia, o saber essencial da Idade Média, ao qual os clérigos se dedicariam por toda a vida.” FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 105.

<sup>647</sup> MARCUZZO, Clementino. **Centenário das Irmãs e Fundação do Colégio de Vale Vêneto: 1892-1992**. Porto Alegre: Pallotti, 1992, p. 46-47.

As religiosas da Congregação do Sagrado Coração de Maria<sup>648</sup> chegaram à vila de Vale Vêneto em 26 de julho de 1892. Em 1894, como as irmãs não tinham onde morar, Paolo Bortoluzzi doou<sup>649</sup> uma pequena casa de chão batido para elas iniciarem o seu trabalho. As irmãs enviadas pela Superiora Geral da Congregação, Madre Maria Margarida de São José, foram a Irmã Madre Maria Batista das Cinco Chagas, que trabalhou em Vale Vêneto de 1892 a 1914 com os alunos maiores, a Irmã Maria Crisanta, que trabalhou até 1900, dedicando-se aos alunos menores, e a candidata a vida religiosa Hipólita Michelotti, responsável pelos serviços domésticos, nascida na Áustria e chegada ao Brasil em 1869<sup>650</sup>.

As religiosas chegaram pela estrada de ferro à estação Arroio de Só, onde foram honrosamente recebidas por uma comissão que constava do Revmo. P. João Vogel, Família Dotto e D. Maria Bortoluzzi. Foram acompanhadas até a entrada do povoado e aí receberam a saudação de grande multidão de povo, dirigida pelo Rvmo. P. Jacó Phendler. Disparou-se festiva salva de tiros. Mostraram todos grande alegria e satisfação e as conduziram à residência do Sr. Paolo Bortoluzzi, onde tomaram ligeira merenda, após a qual dirigiram-se à casa destinada ao colégio. D. Madalena Zanini, D. Maria Bortoluzzi e outras pessoas de destaque as acompanharam.<sup>651</sup>

---

<sup>648</sup> “As irmãs viriam, não as Palotinas e, sim, as do Puríssimo Coração de Maria, posteriormente chamadas do Imaculado Coração de Maria.” BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul** – 1886 a 1919: o fim da Província Americana. Porto Alegre: Pallotti, 1991, p. 60.

<sup>649</sup> “Este colégio foi pedido por uma comissão formada pelos Rvmos. P. Palotinos e o Sr. Paulo Bortoluzzi à Congregação do Puríssimo Coração de Maria, em Porto Alegre. A Rvma. Madre Maria Margarida de S. José, então Superiora Geral da Congregação, aceitou a proposta e, com a licença e a aprovação do Exmo. e Rvmo. Sr. D. Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, Bispo do Rio Grande do Sul, enviou as irmãs para o aludido fim. [...] O Sr. Paulo Bortoluzzi, no dia da admissão de sua filha Maria, deu à Congregação a casa do Colégio, ainda em construção, com os respectivos lotes de terreno, sob os números 156 e 157, anexos um ao outro.” Crônica da Escola Nossa Senhora de Lourdes de Vale Vêneto, 1892, p. 3-5. Acervo Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto - RS.

<sup>650</sup> Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto, RS. Livro Centenário, 1892-1992.

<sup>651</sup> Crônica da Escola Nossa Senhora de Lourdes de Vale Vêneto, 1892, p. 2-3.



Imagem 36 - Irmãs do Sagrado Coração de Maria, em Vale Vêneto, em 1894.<sup>652</sup>

Na fotografia de 1894, registrada ao lado da casa doada por Bortoluzzi às religiosas, estão, atrás, as duas irmãs formadoras, com véu escuro e longo, à frente, as quatro postulantes à vida religiosa daquele ano com véu branco mais curto e simples. Dentre elas possivelmente também está a superiora Madre Batista das Cinco Chagas. Atrás está a casa doada por Paolo Bortoluzzi às Irmãs do Sagrado Coração de Maria. As irmãs usavam hábito para lecionar e também para realizar os trabalhos manuais: o hábito marrom era para o trabalho doméstico, pois sujava menos, e o hábito branco só para os dias festivos, pois sujava mais. Na fotografia todas as irmãs estão usando hábitos marrons.

Na chegada as religiosas se apresentaram expondo à comunidade seus objetivos com relação ao ensino escolar e à catequização de seus alunos. Dispuseram-se a se adaptar aos costumes locais e às necessidades dos alunos. Irmã Madre Batista das Cinco

---

<sup>652</sup> Cf.: Álbum nº 1 - Centenário da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes de Vale Vêneto (1992). Acervo Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto (Silveira Martins, RS).

Chagas do Sagrado Coração de Jesus, em seu depoimento de posse, expressa claramente a finalidade da fundação da Escola Nossa Senhora do Lourdes em Vale Vêneto:

Eu sou a Madre Batista das Cinco Chagas, venho como Diretora da Escola que iniciaremos e Superiora da pequena Comunidade. Sou de origem francesa e tenho 37 anos. Há 15 anos faço parte da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, que vocês escolheram para vir trabalhar aqui. Não sou de origem italiana, mas venho com alegria para auxiliar na educação de vossos filhos conforme vosso desejo, principalmente na doutrina cristã e trabalhar para o bem desse povo. Já lecionei no Rio de Janeiro e em Santos, ultimamente eu estava em Porto Alegre. Sou muito feliz e espero adaptar-me bem ligeiro aos vossos costumes.<sup>653</sup>

Em sua apresentação, Irmã Madre Batista explicou que também veio da França para educar os filhos dos imigrantes nas disciplinas escolares, porém deixou claro que a principal missão da Congregação não era o ensino escolar, e sim a transmissão da doutrina cristã, para o bem de toda a comunidade. Outro objetivo das religiosas do Sagrado Coração de Maria era conseguir vocações para a vida religiosa feminina, visando manter o instituto e ampliar a missão.

Para se candidatar à vida religiosa, primeiramente a jovem devia ser de família católica e frequentar a Igreja. Além disso, precisava ter algumas qualidades: “Piedade, docilidade, bom caráter, bons precedentes pessoais e antecedentes de família, boa educação, boa saúde e dentes tratados.”<sup>654</sup> Depois de ingressar na congregação, teria de fazer os três votos religiosos: pobreza, castidade e obediência. E, por último, a postulante à vida religiosa precisava ter entre 13 e 24 anos de idade.

Uma das filhas de Paolo Bortoluzzi ingressou na Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, alterando seu nome de batismo de Maria Pia Francesca Bortoluzzi para Irmã Madre Matilde do Coração de Jesus. A mudança de nome significava a morte para a vida profana e o nascimento para a vida religiosa, como um segundo batismo<sup>655</sup>.

---

<sup>653</sup> A primeira Diretora da Escola Nossa Senhora de Lourdes foi Madre Batista das Cinco Chagas, nascida em 1855, na França. Já sua auxiliar, Irmã Crisanta do Sagrado Coração de Jesus, era natural de Gravataí, RS. Cf.: Álbum nº 1 – Centenário da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes Vale Vêneto (1992). Acervo Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto (Siveira Martins, RS).

<sup>654</sup> Cf.: D’AZEVEDO, Soares. **Uma vida e uma obra**: 1º centenário da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Rio de Janeiro: A Noite, 1949.

<sup>655</sup> O processo interno de formação na maioria das congregações religiosas se divide em quatro etapas: 1ª) aspirantado ou juvenato; 2ª) postulante; 3ª) noviciado e 4ª) votos temporários.

Uma das filhas de Paolo Bortoluzzi ingressou na Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, alterando seu nome de batismo de Maria Pia Francesca Bortoluzzi para Irmã Madre Matilde do Coração de Jesus. A mudança de nome significava a morte para a vida profana e o nascimento para a vida religiosa, como um segundo batismo.<sup>656</sup> No Livro de Crônicas da Escola Nossa Senhora de Lourdes de 1892 a 1940 consta que, em 8 de novembro de 1892, foram admitidas as seguintes candidatas à vida religiosa:

A 8 de novembro do mesmo ano foram admitidas as jovens Maria Bortoluzzi e Maria Drusian. A primeira era filha primogênita do honrado negociante e grande amigo dos Revmos. Padres, Sr. Paolo Bortoluzzi. Maria Bortoluzzi recebeu na religião o nome de Irmã Maria Matilde do S. Coração de Jesus.<sup>657</sup>

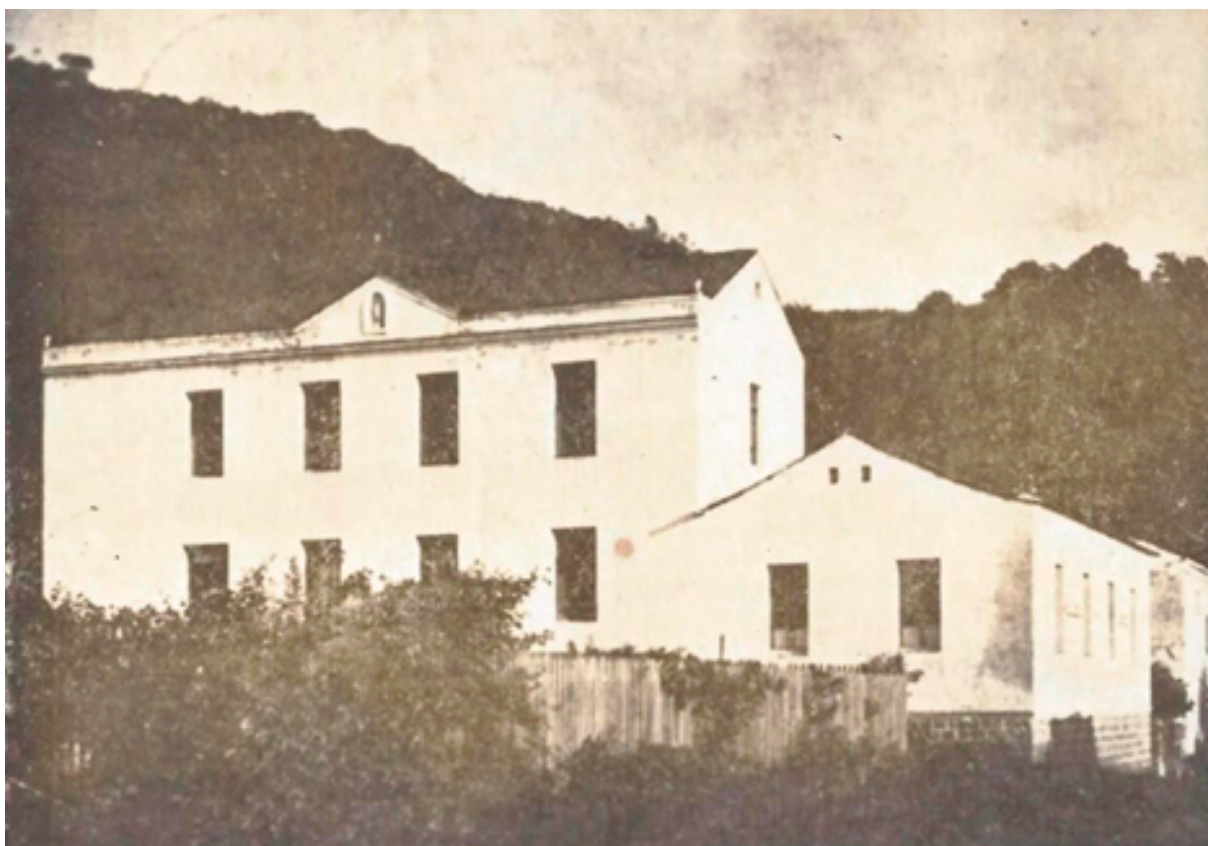


Imagem 37 - Propriedades das Irmãs do Sagrado Coração de Maria, em Vale Vêneto, Silveira Martins - RS, em 1922.<sup>658</sup>

<sup>656</sup> O processo interno de formação na maioria das congregações religiosas se divide em quatro etapas: 1<sup>a</sup>) aspirantado ou juvenato; 2<sup>a</sup>) postulante; 3<sup>a</sup>) noviciado; e 4<sup>a</sup>) votos temporários.

<sup>657</sup> Livro de Crônicas 1892-1940, Escola Nossa Senhora de Lourdes, p. 4. Acervo Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto - RS.

<sup>658</sup> Acervo Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS). Envelope com fotografias de Vale Vêneto - RS.

Na fotografia registrada em 1922, à esquerda está o primeiro prédio da Escola Nossa Senhora de Lourdes e à direita, a casa doada por Paolo Bortoluzzi às Irmãs do Sagrado Coração de Maria. Bortoluzzi também comprou vários lotes para construir casas, porém, como não sabia construí-las, contratou o pedreiro Luis Rosso<sup>659</sup>, que mais tarde se tornaria seu amigo e sócio no comércio em São João do Polêsine. Rosso auxiliou Bortoluzzi ainda em suas casas comerciais dos núcleos coloniais de Ribeirão Aquiles, São João do Polêsine, Novo Treviso e Núcleo Norte. Além disso, ajudou a construir a Igreja de *Corpus Christi* de Vale Vêneto em alvenaria.

As famílias mais abastadas da colônia que podiam pagar as irmãs com produtos agrícolas, internaram seus filhos na Escola Nossa Senhora de Lourdes para que recebessem uma formação humanística e religiosa em tempo integral. As aulas começaram um mês após a chegada das irmãs, que abriram um grupo escolar com 60 alunos, entre meninos e meninas. Em 1900 a Escola Nossa Senhora de Lourdes<sup>660</sup> já contava com 128 alunos internos. De 1892 a 1953, a escola funcionou apenas como escola primária, com alunos do 1º ao 5º ano. Em 1954 iniciou o ginásio, o primeiro entre todos os municípios vizinhos, com o nome “Ginásio Nossa Senhora de Lourdes” de 4 anos, dividido em Curso de Admissão e Curso Ginásial, perdurando até 1980<sup>661</sup>, quando foi desativado. Em 88 anos de funcionamento, a Escola Nossa Senhora de Lourdes formou aproximadamente 20 mil<sup>662</sup> alunos, entre meninas e meninos, a maioria internos. As crônicas da escola ainda relatam que, de 1971 a 1980, formaram-se sete turmas de 8ª série.

---

<sup>659</sup> “Quem guiava todas as idéas de progresso, neste lugar era Luiz Rosso de profissão pedreiro e com certa instrução e bastante inteligência. Sabia bem manejar a língua e conquistar a simpatia de quem com ele tratasse. Ele e o Paulo Bortoluzzi seu íntimo amigo, foram a alma de todas as iniciativas deste novo povoado.” CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). Caderno I. 1941, p. 22. Acervo Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS), Caixa 4, Missão Brasileira.

<sup>660</sup> RECK, Vera Maria (Ir.). Pinceladas de uma Missão de 88 anos – 1892-1980. S.l., s/d. Acervo Arquivo Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto - RS.

<sup>661</sup> Em 1981 a Escola Nossa Senhora de Lourdes foi desativada e transformada em Casa de Retiros para as Irmãs da Congregação do Sagrado Coração de Maria. Acervo Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes. Livro do Centenário, 1892 -1980.

<sup>662</sup> Acervo Arquivo da Escola Vale Vêneto, RS. Livro do Centenário, 1892-1992. Álbum n.º I - Centenário, 1992.



Imagem 38 - Escola Nossa Senhora de Lourdes, em 1992, Vale Vêneto, RS.<sup>663</sup>

A fotografia mostra uma imagem panorâmica das instalações do internato e do externato da Escola Nossa Senhora de Lourdes, em Vale Vêneto, com suas salas, seus dormitórios e refeitórios. A filosofia da escola primava pela formação de bons cristãos e bons cidadãos para a sociedade colonial, e os carismas<sup>664</sup> das religiosas eram a humildade, a mortificação e a pureza do coração: “Todos os membros desta Congregação devem ter sempre diante de seus olhos a humildade profunda, a mortificação contínua, a privação de tôdas as comodidades e a pureza extraordinária do Coração de Maria.”<sup>665</sup> Esta missão de vida visava o desapego dos bens matérias e dos próprios interesses para se dedicar à evangelização e à caridade.

A vida de renúncias das irmãs tinha por finalidade abandonar todos os interesses e desejos pessoais para se dedicar somente à oração, à evangelização e à educação de crianças e jovens para ganhá-los para Cristo. Além das escolas, as Irmãs do Sagrado Coração de Maria abriram alguns hospitais, asilos e creches. A formação humanística e religiosa da escola católica também tinha por intuito formar bons pais e mães de família que fossem capazes de criar filhos cristãos obedientes à Igreja e aos religiosos.

<sup>663</sup> Acervo Arquivo Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto - RS.

<sup>664</sup> “Quer extraordinários quer simples e humildes, os carismas são graças do Espírito Santo que, direta ou indiretamente, têm uma utilidade eclesial, pois são ordenados à edificação da Igreja, ao bem dos homens e às necessidades do mundo.” CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000, parágrafo 799, p. 231.

<sup>665</sup> D’AZEVEDO, Soares. **Uma vida e uma obra: 1º centenário da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.** Rio de Janeiro: A Noite, 1949, p. 97.

A caridade deve ser a primeira lei desta Congregação. Com essa só lei nos podemos santificar a nós mesmas e santificar os outros. Com ela tudo nos será fácil, nada repugnante, nada contrário à obediência, à humildade, à mortificação, às privações, ao trabalho, às vigílias, às penitências, tudo faremos com gosto, prontidão e fidelidade. Esta só lei unirá tão estreitamente todos os membros desta Congregação, que todos eles não formarão senão um só coração e uma só alma (Constituição, 1857).<sup>666</sup>

Nos colégios católicos o ensino era centrado no professor e no conteúdo, os conhecimentos linguísticos, matemáticos, históricos e geográficos eram considerados acabados e definitivos, priorizando a memorização do aluno. Este devia entender a lição na primeira explicação do professor – quem ficasse com dúvidas ou perguntasse era considerado ignorante ou incapaz de aprender. O depoimento de um morador de Val Veronês, distrito de Silveira Martins, revela a postura autoritária dos professores particulares, que se destacava pela imposição de sua vontade e pela centralidade do conteúdo, em detrimento das necessidades individuais dos alunos.

Eu estudei com um professor em Val Verones. Ele faleceu com 86 anos de idade em Santa Maria. Estudei com ele até o terceiro ano. Aprendi a contar e a escrever, um dia eu tinha feito uma conta de subtração que estava correta. Mas para o professor a conta estava errada. Eu disse para ele que a conta estava certa, muitas e muitas vezes. E o professor veio para bater em mim. Eu levantei da minha classe [mesa] onde estava sentado e disse ao professor: - *Apanhei muito do senhor, mas se bater mais uma vez em mim, quem apanha é o senhor.* Acabei não indo mais na aula, aprendi o que era necessário, e comecei a trabalhar fazendo o transporte dos produtos produzidos em Val Verones para outras localidades.<sup>667</sup>

A crença nos castigos como método pedagógico nas escolas era herança da educação católica e da vida monástica, as quais pregavam o controle do corpo e a negação dos desejos sexuais<sup>668</sup>. A educação católica medieval visava transformar o comportamento impulsivo dos religiosos em atitudes dóceis e obedientes às ordens de seus superiores: “a disciplina fabrica

<sup>666</sup> Constituições de Maria Bárbara da Santíssima Trindade. Acervo Arquivo Sede Geral da Congregação, Porto Alegre (RS).

<sup>667</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 36 (grifo do autor).

<sup>668</sup> “Fez funcionar o espaço escolar como uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar.” FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 41ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 142.

assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’.”<sup>669</sup> A flagelação era aplicada a si e aos companheiros para reforçar o equilíbrio entre a mente e o corpo, visando redimir os pecados já praticados bem como evitar novas tentações.

Muitos pais matriculavam seus filhos nas escolas religiosas para serem instruídos nas ciências naturais, mas também para discipliná-los quando eram desobedientes ou preguiçosos. A principal missão do professor italiano da escola particular ou religiosa era ensinar, mas também podia punir os transgressores da disciplina com castigos físicos e morais. A educação católica visava dominar os desejos do corpo e as vontades da mente dos alunos, para que os instintos não interferissem em sua aprendizagem. Ainda, visava emancipá-los para a vida adulta, a responsabilidade e o trabalho.

O discurso católico, ao instituir uma identidade para os imigrantes e descendentes, procurava atribuir-lhe uma essência na qual todos deveriam reconhecer-se. O catolicismo era a religião dos antepassados, o melhor legado às novas gerações, elemento mantenedor da ordem e do progresso porque disciplinava e moralizava o homem e a sociedade.<sup>670</sup>

O Colégio Bom Conselho foi trazido para Silveira Martins em 1908 pelo sacerdote Frederico Schwinn a pedido dos paroquianos. O colégio era mantido pelos próprios internos, com dinheiro e alimentos em troca de uma formação cultural, intelectual e técnica. Além das disciplinas tradicionais, também ensinava trabalhos manuais.

As Irmãs do Imaculado Coração de Maria estabeleceram-se na paróquia de Silveira Martins em 23 de abril de 1908. Fizeram-no em pequena casa, logo substituída por outra em melhores condições. Como o estabelecimento se desenvolvesse, a ponto de logo matricular 80 alunos internos de ambos os sexos e grande número de externos, a fundadora e superiora, Madre Maria Cecília de São Luís, adquiriu mais uma casa e construiu salas de aula e dormitórios para as internas. Em 1914, o número de alunos já subia a 200.<sup>671</sup>

---

<sup>669</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 41<sup>a</sup>. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 133.

<sup>670</sup> MARIN, Jéri Roberto. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins. **Imaginário**. São Paulo, v. 13, n. 14, 2007, p. 191.

<sup>671</sup> D’AZEVEDO, Soares. **Uma vida e uma obra**: 1º centenário da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Rio de Janeiro: A Noite, 1949, p. 87.



Imagem 39 - Fachada do Colégio Bom Conselho, na sede da colônia de Silveira Martins, RS.<sup>672</sup>

Na fotografia o registro do Colégio mostra sua extensão e as janelas das salas de aula. O Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho foi fundado em 23 de abril de 1908 pela Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria e continuou como escola particular até 1980, quando se tornou Escola Estadual Bom Conselho de 1º e 2º Graus. Em 2002 a Prefeitura de Silveira Martins comprou o edifício para nele criar o Centro Cultural Bom Conselho.

Em 1911 o Colégio Bom Conselho foi ampliado para receber 70 internos de ambos os gêneros vindos de toda a região. Nas escolas católicas, além dos conteúdos tradicionais, como matemática, português, história e geografia, também eram ensinados trabalhos manuais para os alunos. No Colégio Bom Conselho as meninas aprendiam a cozinhar, costurar, bordar e pintar e os meninos aprendiam carpintaria e a plantar verduras, legumes e frutas.

O curso ginásial oferecia em seu currículo além das disciplinas obrigatórias como matemática, literatura e história, também se ensinava a religião Católica. Ainda eram oferecidos cursos de línguas, desenho, artes manuais, pintura, bordados, corte costura, educação musical, datilografia, educação para o lar, economia doméstica.<sup>673</sup>

No início da colonização o número reduzido de escolas e alunos na colônia pode estar ligado ao fato de que as famílias precisavam das crianças para trabalhar na lavoura. Além

<sup>672</sup> Acervo pessoal de Luíz Eugênio Vécio.

<sup>673</sup> PIRES, Adriana Aires. **Alma de mulher**: história e imagens do Colégio Bom Conselho de Silveira Martins – 1930-1970. Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 2008. p. 26.

disso, até por volta de 1910, o Estado brasileiro ainda não tinha intensão ou possibilidade de universalizar a educação no país. Um morador de Silveira Martins relatou como foi sua experiência na Escola Bom Conselho e por que teve de desistir de frequentá-la:

Eu estudei na Escola Bom Conselho, não fiquei muito tempo porque tinha que ajudar meu pai na plantação de batata. Respondendo a tua pergunta eu me lembro que as irmãs, que eram as professoras, não falavam para a gente em movimento facista, na importância de ser italiano, na Itália [...] Elas falavam em Jesus, Nossa Senhora, no amor que Deus tem com a gente, e ensinavam português, matemática, geografia, história.<sup>674</sup>

As irmãs permaneceram como mantenedoras do colégio até 1980, quando foi instalado o ensino público de 1º e 2º Graus e o Colégio Bom Conselho foi renomeado para Escola Estadual Bom Conselho.

Em 1978 o Colégio Bom Conselho, comemorou com intensa programação os 70 anos, nesta ocasião permaneciam trabalhando no Colégio dez Irmãs. Em 1980 cessou sua missão como Colégio particular, quando feito um contrato de locação com a SEC de Porto Alegre o Colégio Bom Conselho passou a ser administrado pelo Estado, com o nome de Escola Estadual Bom Conselho, ministrando ao 1º e 2º graus.<sup>675</sup>

Uma das professoras do Colégio Bom Conselho em entrevista explicou quais eram as disciplinas oferecidas pelo colégio:

As crianças ficavam no primário até o quinto ano, eu fui professora nesta escola, eu me lembro que vinham crianças de Alegrete, Uruguaiana, Cacequi, Frederico Westphalen, Faxinal do Soturno... Nós ensinávamos, português, matemática, desenho, trabalhos manuais, história, geografia. Uma parte das crianças ficavam internadas e as outras voltavam para casa. As crianças usavam lousa e caneta de giz que era macia e depois apagava com um paninho úmido. O ginásio, e me parece, começou em 1961. Eu me lembro que algumas meninas aprendiam pintura, datilografia e piano. Muitas das moças saíram do internato somente para se casarem.<sup>676</sup>

---

<sup>674</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 46.

<sup>675</sup> PIRES, Adriana Aires. **Alma de mulher: história e imagens do Colégio Bom Conselho de Silveira Martins de (1930-1970)**. 2008. 138 p. Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, p. 24.

<sup>676</sup> ANTUNES, op. cit., p. 42.

O ensino religioso primava pelo disciplinamento<sup>677</sup> do aluno, visando sua emancipação pessoal da família paterna e sua autonomia social no trabalho. Padre Clementino Marcuzzo, ex-aluno da Escola Nossa Senhora de Lourdes, rememora a sua rotina de 1917 a 1919, quando frequentou o internato da Escola Nossa Senhora de Lourdes.

No meu tempo, a vida era uma rotina. Levantava-se pela manhã, bem cedinho. Depois, íamos à missa na Matriz, todos os dias, chovesse ou não chovesse. A missa era obrigatória. A Irmã Estefânia nos levava sempre em fila. As meninas também iam. Era tudo em fila dupla, até à Matriz. Por sua vez, as irmãs iam em fila dupla também. Lembro bem que na fila das irmãs tinha a Madre Augusta e a Irmã Dorotéia. [...]. Na Igreja havia um modo rígido de se colocar e de se portar. Lembro bem que os bancos eram colocados em forma de cruz. Na parte da direita, à frente, ficavam os homens. No lado esquerdo do fundo, as mulheres. Não havia mistura de casais, como hoje. [...] Nas aulas, a Irmã Estefânia sentava sempre à frente. Usava uma vara bem comprida. Quando os alunos estavam distraídos, ela dava um varasso bem na orelha. Tinha certeza que aquilo era um negócio sério. Porém, eu nunca precisei de varasso. Era bem comportado e cumpridor dos deveres..<sup>678</sup>

O cotidiano dos internos era preenchido com muitas atividades para evitar o ócio e a distração com brincadeiras e conversas paralelas. No campo intelectual, os seminaristas eram ensinados a defender a Restauração Católica<sup>679</sup> para difundir a doutrina do Concílio de Trento (1545-1563), no intuito de romanizar o clero e a sociedade brasileira. A liberdade de culto, garantida pela República no Brasil, obrigou a Igreja Católica a disputar fiéis com as igrejas protestantes Luterana, Presbiteriana, Batista, Metodista, entre outras.

A educação católica na colônia era escolástica, centrada no professor e no conteúdo, e não na aprendizagem do educando. Quando o aluno não aprendia, a responsabilidade pelo fracasso era atribuída somente a ele mesmo, nunca ao professor ou ao professor e ao aluno ao

---

<sup>677</sup> “Durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares.” FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 41ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 144.

<sup>678</sup> MARCUZZO, Clementino. **Centenário das Irmãs e Fundação do Colégio de Vale Vêneto: 1892-1992**. Porto Alegre: Pallotti, 1992, p. 60.

<sup>679</sup> “Quando, em 1789, a Assembleia Constituinte da França proclamou que os homens nasciam livres e iguais perante as leis, a Cúria Romana começou a ver em tais ideias um perigo para a ordem estabelecida nos Estados Pontifícios. [...] Com a explosão da Revolução Francesa e com suas manifestações anticlericais, a Santa Sé passou a considerar a proclamação das liberdades políticas e religiosas uma orientação incompatível com a ordem desejada por Deus.” AZZI, Riolando. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991, p. 227.

mesmo tempo. Um morador de Silveira Martins explica como era estudar no internato do Colégio Nossa Senhora de Lourdes: “Eu estudava no colégio em Vale Vêneto, no internato, era muito bom estudar lá, mas os professores exigiam muito da gente, não podia fazer bagunça e nem ficar falando baixinho na sala de aula.”<sup>680</sup> A disciplina era central na educação, os professores não permitiam que os alunos falassem ou brincassem durante a aula. As transgressões mais graves, quando aconteciam, eram punidas com grãos de milho: “No recreio a professora brincava de roda com os alunos, mas na aula ela era uma tirana, batia com a palmatória, deixava os alunos de castigo ajoelhados em cima de grão de milho, e sempre escolhia um para ficar de castigo e sair por último da sala de aula.”<sup>681</sup> Falas e risos eram punidos com puxões de orelha, palmatória e varadas nas mãos.

Os alunos indisciplinados nas escolas particulares e religiosas, que desobedecessem aos professores ou agredissem os colegas verbal ou fisicamente, eram colocados no canto da sala virados para a parede ajoelhados em grãos de milho, para que sentissem dor e fossem desestimulados a transgredir as regras. O objetivo dos castigos físicos era fazer com que os alunos se lembrassem da dor e, com isso, tivessem medo de enfrentar ou desobedecer ao professor e aos pais. Os professores batiam ou castigavam os alunos indisciplinados, quando estes não aprendiam ou desobedeciam às suas ordens, uma vez que os castigos físicos também eram aprovados e aplicados pelos pais em casa. As agressões e os castigos físicos eram aplicados principalmente em crianças e jovens transgressores, porque na sociedade da época eram considerados normais e necessários à educação.

Os pais entendiam que as crianças tinham de enfrentar o estudo como um trabalho penoso, assim aprenderiam já na infância que a vida era difícil para todos. O sofrimento e a dor faziam parte do cotidiano das famílias, que se sacrificavam na labuta no sol e na chuva, enfrentando doenças, fome e miséria. Nesse sentido, embora o trabalho fosse encarado como meio para o progresso, também era considerado um castigo imposto por Deus aos pecadores<sup>682</sup>, como era ensinado pelos padres nos sermões dominicais. Assim, o trabalho ou o estudo que não fosse sacrificado não era considerado trabalho ou estudo sério e digno. Daí a origem da valorização do trabalho manual sobre o trabalho intelectual na mentalidade dos imigrantes.

---

<sup>680</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 43.

<sup>681</sup> Ibidem, p. 38.

<sup>682</sup> “Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus disse: Dele não comereis, nele não tocareis, sob pena de morte.” (Gn 3,6)

Com o passar dos anos, em razão do surgimento das escolas públicas e gratuitas, começou a diminuir o número de escolas particulares e religiosas. Também houve uma diminuição de professores particulares, sacerdotes, religiosos e religiosas a partir da década de 1970, devido à realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), que priorizou a missão em detrimento da educação. Nesse período, muitos religiosos abandonaram a Igreja e a maioria dos que ficaram foi removida para áreas de missão. As escolas religiosas que permaneceram tiveram de contratar professores leigos, haja vista a diminuição do número de vocações e a transferência de religiosos destinados ao magistério para novas fronteiras missionárias.

As Escolas Públicas, de um modo geral, foram bem aceitas pela comunidade italiana em função de ensinarem em língua portuguesa, e isso correspondia aos interesses dos camponeses italianos, porque o domínio da língua portuguesa representava a possibilidade de melhor adaptação e convivência com os brasileiros, viabilizando a ampliação do comércio entre brasileiros e os descendentes dos imigrantes italianos.<sup>683</sup>

A ampliação das escolas nacionais pretendeu implantar uma educação nacionalista que priorizasse o ensino do português, dos heróis, dos símbolos e das datas cívicas brasileiras. “Foi definido como tarefa da educação a formação da consciência nacional. Essa era uma compreensão que devia promover a união dos indivíduos em torno do Estado, tornando-os aptos ao exercício político que lhes permita alcançar o estatuto de cidadania.”<sup>684</sup> Com a expansão do ensino público, escolas particulares e também muitas escolas religiosas foram assumidas pelo Estado e seu respectivo programa de ensino. Em 27 de maio de 1909, o Decreto 1.480 instituiu subvenções em dinheiro para as escolas que regessem suas aulas em português.

Em 1894 o padre João Vogel fundou em Vale Vêneto o Seminário Palotino, que a partir de 1923 foi nomeado “Seminário Rainha dos Apóstolos”, para formar sacerdotes e religiosos romanizadores. “Pe. João Vogel deixou Caxias e retornou a Vale Vêneto em 1892, começou a receber na Casa Paroquial os jovens que podiam estudar no Colégio das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, iniciado exatamente naquele ano.”<sup>685</sup> Os seminaristas recebiam a formação intelectual na Escola Nossa Senhora de Lourdes das Irmãs do Sagrado Coração de

<sup>683</sup> ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997, p. 47.

<sup>684</sup> CORSETTI, Berenice. **Controle e ufanismo: a escola pública no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Educação), UFSM, Santa Maria, 1998, p. 9.

<sup>685</sup> QUAINI, João Baptista. **Origem histórica da Província Nossa Senhora Conquistadora: Primeira parte – 1886-1954**. Santa Maria: Biblos, 2016, p. 24.

Maria e a formação religiosa no Seminário Palotino. Nesse primeiro ano o Seminário Palotino contou com 17 alunos internos, sendo uns de Vale Vêneto e outros de Caxias do Sul. Os candidatos ao sacerdócio ingressavam no seminário a partir dos 9 anos de idade, incentivados por seus pais, e no final da formação optavam por continuar ou desistir do sacerdócio.

O imigrante Júlio Lorenzoni<sup>686</sup> narrou que, em 1893, ele e o padre Antonio Sorio foram convidados pelos palotinos para se deslocarem até Vale Vêneto para assistir à formatura dos jovens seminaristas. O primeiro padre e superior da Congregação dos Palotinos no Brasil foi João Iop, ordenado sacerdote em 26 de junho de 1902 pelo bispo de Porto Alegre, Dom Claudio Ponce de Leão, e primeiro vigário de Vale Vêneto, de 1913 a 23 de junho de 1936, quando faleceu. Em Vale Vêneto foi fundado o Museu Padre João Iop<sup>687</sup> para homenageá-lo por ser o primeiro filho de imigrantes italianos nascido no Barracão de *Val de Buia*. O museu foi fundado<sup>688</sup> em 26 de julho de 1975, ano do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, e inaugurado em 29 de outubro de 1978, ano do Centenário de Vale Vêneto.

---

<sup>686</sup> LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 197-198.

<sup>687</sup> “O Museu do Imigrante Italiano Padre João Iop, que conta com um acervo de mais de três mil peças, entre peças trazidas pelos imigrantes da Itália e peças confeccionadas por eles nos primeiros anos de ocupação do local, foi fundado pelo descendente de imigrantes, o senhor Eduardo Marcuzzo.” LINDNER, Michele. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades**: estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Rio Claro, 2011, p. 147.

<sup>688</sup> Diretoria: Eduardo Albino Marcuzzo, fundador e diretor; Alverino Pivetta, vice-diretor; Laura Stefanel Pivetta, Secretária; Pe. Clementino Marcuzzo, tesoureiro. VIZZOTTO, Jacinta Maria Pivetta. **História de fé e trabalho**: bens culturais de Vale Vêneto. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2014, p. 222.



Imagem 40 - Professores, padres e seminaristas na Casa Paroquial, em 1894, Vale Vêneto, RS.<sup>689</sup>

Na fotografia de 1894 aparecem os padres Francisco Shuster, João Vogel e Antonio Sorio com os seminaristas palotinos daquele ano. Todos estão vestindo batina preta, e os padres também estão usando um gorro. No mesmo seminário estudou ainda João Iop, que foi o primeiro brasileiro da Congregação dos Palotinos nascido no Brasil, em 12 de maio de 1878, na localidade de *Val de Buia*. João Iop era filho de Pedro Iop e Luiza Giroto naturais de Oderzo.

João Iop ingressou no seminário somente em 1894, com 16 anos de idade, um pouco mais velho do que os demais, porque antes dessa data ainda não havia nenhum seminário na colônia. Ele professou os seus primeiros votos de castidade, pobreza e obediência em 25 de maio de 1897, e no dia 26 de junho de 1902, com apenas 24 anos, foi ordenado sacerdote por Dom Claudio Ponce de Leão, bispo de Porto Alegre. O jornal *O Expresso* dos palotinos de

---

<sup>689</sup> Da esquerda para a direita, sentados: J. Rafael Iop, Simão Michelotti, Domingos Sebbem, Angelo Sebbem, João Barbisan, Agostinho Rorato, Attilio Camozzato. Segunda Fileira: Pedro Wimmer, P. Francisco Shuster, P. João Vogel, P. Antonio Sorio, Roberto Kuklok. Terceira Fila: Mariano Moro, Carlos Kolb, José Bizzari, Francisco Baldassare, Angelo Donato, Andrea Susin, João Iop, Valentin Rumpel. Revista Rainha dos Apóstolos, Ano VII, n.º 5, maio de 1929, p. 07.

1978 descreve como foi o seu nascimento improvisado no barracão dos imigrantes em *Val de Buia*:

Como não havia lugar para todos os imigrantes morarem no barracão o casal de imigrante Pedro Iop e Luiza Girotto, ambos naturais de Oderzo, Itália, tiveram que arrumar uma barraca feita de lençóis, rente ao Barracão. Na manhã de 12 de maio de 1878, Pedro Iop sai da sua barraca com uma criança no colo gritando; cheio de alegria: “El le nascesto um prete, el le nascesto um prete” isto é: “nasceu um padre, nasceu um padre”. Os imigrantes se perguntavam: onde le meteremo a estudar? – onde iremos colocá-lo a estudar? – Pois estamos no meio da mata e sem recursos. Mas Deus ouviu as palavras proféticas de Pedro Iop, seu Pai. O pequeno João foi batizado no barracão no dia 19 de junho de 1878 pelo vigário de Santa Maria, Pe. José Marcelino de Souza Bitencourt.<sup>690</sup>

A falta de infraestrutura para receber todos os imigrantes e o aumento da vinda de italianos forçou os que chegaram por último, como a família de João Iop, a improvisar barracas de lençóis rente ao barracão e ao seu redor – “rente” nesse caso quer dizer emendado ao barracão em forma de varanda. Apenas um mês depois, em 19 de junho de 1878, João Iop foi batizado pelo Pe. José Marcelino de Souza Bitencourt. Era costume dos pais italianos, quando nascia um filho, dizer que havia nascido um padre, pois todos sonhavam em ter um ou mais padres na família.

A formação do Seminário Palotino era dividida em seis anos.<sup>691</sup> No primeiro ano estudava-se Português, Latim, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Música e Religião; no segundo ano, Português, Aritmética, Francês, Italiano, História Universal, Geografia, Música e Religião; no terceiro ano, Português, Francês, Álgebra, História Universal, Geografia e Religião; no quarto ano, Português, Grego, Latim, Italiano, Francês, Álgebra, História Natural, História Universal e Religião; no quinto ano, Português, Grego, Latim, Aritmética, Ciência, Geografia, Geometria, Desenho, História Natural, História do Brasil e Religião; e no sexto ano, Português, Grego, Latim, Italiano, História Natural, História da Igreja, Música, Trigonometria e Caligrafia.

Entre as disciplinas oferecidas pelo seminário destacam-se as voltadas para as línguas europeias, bem como o estudo da religião. As principais disciplinas eram repetidas todos os anos, com o acréscimo de algumas, como Ciência, Desenho e Caligrafia. A repetição dos

<sup>690</sup> O EXPRESSO. Santa Maria, 1978, p. 18

<sup>691</sup> Atas do Seminário Rainha dos Apóstolos, Vale Vêneto (1896-1970). Acervo Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora (Santa Maria, RS).

mesmos conteúdos visava transmitir conhecimentos estáticos e definitivos voltados à manutenção da ordem e a obediência aos superiores. A prioridade do seminário eram as disciplinas humanísticas em detrimento das ciências naturais, para formar o caráter e o comportamento dos seminaristas segundo a doutrina católica.

O cotidiano no Seminário Palotino<sup>692</sup> era preenchido com orações, aulas, estudos e trabalhos manuais. Os seminaristas levantavam-se às 5h45min, participavam da missa às 6h10min, às 7h tomavam o café da manhã com polenta, salame e queijo, lavavam a louça e às 8h, estudo individual; 8h25min, I Aula; 9h05min, pausa; 9h10min, estudo individual; 9h30min, II Aula; 10h10min, recreio; às 10h30min, estudo individual; 10h50min, III Aula; 11h30min, pausa; 11h35min, oração comunitária e almoço. Depois de lavar a louça, às 13h15min iniciavam o estudo individual; 14h, recreio; 14h10min, IV Aula; 14h50min, pausa; das 15h35min às 16h45min, intervalo com chá e trabalhos manuais – capinar na horta, varrer os jardins e limpar o seminário; 17h, estudo individual; 18h15min, reza do terço; 18h30min, estudo individual; 19h30min, jantar; 8h40min, orações; 8h50min, leitura espiritual; 9h05min, repouso.

A análise do cronograma cotidiano permite observar que não existiam horários livres, até os momentos de recreio, pausa e repouso tinham tempo determinado, e todas as atividades eram realizadas coletivamente, para impedir o individualismo. As tarefas não eram divididas, uma vez que todos faziam o mesmo trabalho até finalizá-lo para poder iniciar o próximo. O objetivo não era realizar rapidamente as tarefas, e sim aprender a executá-las em grupo de modo sincronizado.

Quanto aos instrumentos utilizados, não são mais jogos de representação que são reforçados e que se faz circular; mas formas de coerção, esquemas de limitação aplicados e repetidos. Exercícios, e não sinais: horários, distribuição do tempo, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, aplicação, respeito, bons hábitos. [...] é o sujeito obediente, o indivíduo sujeito a hábitos, regras, ordens...<sup>693</sup>

<sup>692</sup> Atas do Seminário Rainha dos Apóstolos, Vale Vêneto (1896-1970). Acervo Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria, RS.

<sup>693</sup> FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 41ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 124.

O Seminário Palotino tinha por filosofia manter a mente e o corpo<sup>694</sup> dos seminaristas ocupados todo o tempo, com o objetivo de separá-los do mundo profano e introduzi-los no sagrado, através de uma rotina de oração, estudo e trabalhos manuais repetitivos. “Os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo ‘evolutivo’.”<sup>695</sup> Desse modo, a educação palotina visava dominar os pensamentos desordenados dos seminaristas para controlar os seus desejos corporais e suas vontades psíquicas, segundo a máxima latina “Mens sana in corpore sano”, para atingir o controle emocional.

Os principais valores do Seminário Palotino eram a fé, a missão e a caridade. Os seminaristas também eram afastados da família e dos parentes – muitos ficavam até um ou dois anos sem ver a família, para evitar a tentação de voltar para casa. Inclusive as férias eles passavam no seminário rezando, lendo e realizando trabalhos manuais, e quando saíam era apenas para participar das missões populares nas paróquias e capelas do interior da colônia. O seminário era mantido pelos pais, por donativos da comunidade, pelas missas rezadas em memória dos falecidos e pela realização de festas e rifas.

Em Silveira Martins a cultura, a educação, as memórias e as tradições reforçaram o sentimento de italianidade e catolicidade dos imigrantes, através da educação familiar na casa, no trabalho, na escola e na Sociedade da Capela, perpassando todos os aspectos do cotidiano individual, familiar e comunitário. Por isso, todos os espaços da colônia estiveram interligados e fizeram parte de um mesmo mundo de significados, no qual todos interagiam trabalhando, rezando, convivendo e defendendo seus interesses a partir dos lugares e posições de poder que ocuparam.

---

<sup>694</sup> “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante, de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as ‘disciplinas’.” FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhe. 41ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 133.

<sup>695</sup> Ibidem, p. 154.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os deslocamentos da Itália para o Brasil, a formação das redes familiares, os conflitos entre os imigrantes italianos e os embates com as autoridades civis e religiosas foram constituídas de lutas e resistências, mas também por relações de solidariedade exercidas no cotidiano da casa, do trabalho, das Sociedades da Capela, da escola e das associações de mútuo socorro. As táticas utilizadas pelos colonos para atingir os seus objetivos foram os abaixo-assinados, as cartas e a formação de redes familiares entre a Itália e o Brasil e no interior da própria colônia.

O estudo do cotidiano dos imigrantes italianos expôs que o poder não foi exercido somente pelas autoridades civis e religiosas, mas também pelos próprios imigrantes que negociaram seus interesses com as autoridades, obtendo alguns êxitos. Eles não se ocuparam da política oficial, mas fizeram política para decidir o local de construção das capelas, dos cemitérios, das escolas e do comércio e os padroeiros de suas igrejas. Os colonos conseguiram se organizar em torno de alguns objetivos comuns para pressionar os representantes do Estado e da Igreja a atender algumas de suas reivindicações, visto que o poder não é absoluto nem totalmente centralizado em uma única instituição ou liderança, mas compartilhado e negociado entre os grupos e as suas lideranças.

Apesar da importância das autoridades civis e religiosas da colônia, os colonos as reprovaram e as censuraram quando não atenderam às suas cobranças. Os imigrantes italianos reconheceram e respeitaram a hierarquia e as autoridades, contudo também souberam usar o Estado e a Igreja, e suas respectivas autoridades, para defender os seus interesses econômicos, políticos e religiosos. As autoridades constituídas criaram normas e as impuseram aos imigrantes italianos em Silveira Martins, entretanto, muitas delas foram contestadas quando não contemplaram às necessidades dos imigrantes em seus lotes rurais e Sociedades da Capela. Por outro lado, as lideranças locais dos imigrantes precisaram do aval das autoridades do município de Santa Maria e da Diocese de Porto Alegre para se apresentarem à comunidade e se manterem em seus cargos de professores, padres leigos, fabriqueiros e catequistas.

O governo brasileiro e o rio-grandense tentaram organizar uma imigração homogênea para os camponeses italianos, todavia, os imigrantes não seguiram integralmente o projeto governamental e também lançaram mão de outras táticas de ocupação e povoamento, como a compra e o aluguel de lotes particulares e o deslocamento para regiões vizinhas à colônia. Desse modo, verifica-se que os imigrantes se utilizaram de táticas e práticas para resolver os

problemas conforme iam surgindo, mesmo sem a autorização ou ajuda das autoridades: deslocaram-se, construíram estradas, levantaram casas, derrubaram a mata, plantaram, cultivaram e colheram. Ainda, souberam negociar os produtos agrícolas e os preços a serem praticados para o comércio, bem como a compra de máquinas, ferramentas, móveis e roupas com o governo e os comerciantes.

As várias tentativas emancipacionistas das paróquias e das vilas do interior da colônia, apesar de algumas frustrações, expressam o desejo de liberdade e crescimento econômico dos imigrantes. Eles não ficaram restritos ao projeto inicial do governo e abriram estradas para fundar novas vilas no interior da colônia, onde construíram capelas, casas, serrarias, olarias, moinhos e comércios. Em Arroio Grande os imigrantes conseguiram manter o cemitério no mesmo local onde o haviam construído depois da realização do abaixo-assinado endereçado ao Presidente da Câmara Municipal da cidade de Santa Maria. Ademais, impuseram a condição de fazer parte da comissão de melhoramentos das estradas de Silveira Martins para pagar os impostos.

A autonomia religiosa e política dos imigrantes italianos deveu-se não à rejeição ou subversão às autoridades do Estado e da Igreja Católica, mas ao isolamento geográfico e à falta de sacerdotes na colônia para assistir os imigrantes. Devido à ausência da Igreja, os imigrantes italianos leigos foram forçados a desenvolver sua autonomia religiosa nas Sociedades da Capela, dado que entendiam a religião como uma prática necessária. Assim, a falta de sacerdotes fez com que eles elegessem seus próprios representantes religiosos para rezar o culto, ministrar a catequese das crianças e promover as festas religiosas e sociais. A visão de mundo desses colonos era sacralizada e todas as suas atividades familiares, sociais e profissionais orientavam-se pela moral católica. Por isso a vida deles girava em torno da religião, a qual perpassava todas as suas práticas individuais e comunitárias, uma vez que acreditavam que o trabalho, além de meio de sobrevivência, também era uma vocação para cumprir a vontade de Deus na Terra visando a sua salvação no Céu.

A falta de identificação da maioria dos imigrantes italianos com os Estados italiano e brasileiro fez com que a religião se tornasse a principal referência para eles e seus descendentes. No Brasil a italianidade se formou através do *Talian* e das sociedades civis de mútuo socorro, e a catolicidade se expressou nas Sociedades da Capela e na devoção aos santos católicos. O dialeto *Talian* foi essencial para conservar a identidade e a italianidade entre os imigrantes e seus descendentes, já o catolicismo favoreceu a integração dos imigrantes com os brasileiros uma vez que ambos os grupos eram predominantemente católicos.

A educação na colônia de Silveira Martins se realizou através de relações primárias na família e na comunidade, orientada pela moral católica, que ensinou a obediência aos pais, aos mais velhos, aos religiosos e aos professores. O ensino foi baseado na memorização de conteúdo, na rigidez da disciplina e no medo de castigos físicos e morais. O conhecimento foi considerado acabado e definitivo, e não era permitido questionar os ensinamentos dos pais e dos avós em casa, dos professores na escola e dos padres na Igreja. O ensino, mesmo o laico, ministrado nas escolas particulares, seguiu a moral católica e formou uma consciência baseada na proibição do ócio e no medo do castigo. Enquanto a Igreja moldava o espírito dos alunos, a escola disciplinava seus corpos.

Para os membros e os memorialistas de Silveira Martins a colônia é uma extensão da Itália no Brasil, pois consideram que os descendentes dos imigrantes italianos estão conservando, ainda hoje, os hábitos que seus antepassados trouxeram da Itália na época da imigração. Além disso, afirmam que suas memórias e tradições vividas no presente no Brasil são idênticas às memórias e tradições vividas pelos seus antepassados na Itália. No entanto, comparando as *comuni* da Itália do século XIX com as colônias italianas do Sul do Brasil no final do século XIX, e início do século XX, nota-se que o deslocamento dos imigrantes do Norte da Itália para o Sul do Brasil, marcado por espaços e tempos diferentes, alterou significativamente o modo de ser e viver dos imigrantes e seus descendentes.

As histórias elaboradas pelos religiosos e pelas famílias de descendentes de imigrantes italianos são em sua maioria ufanistas, pois reproduzem em livros, revistas e jornais enaltecimentos da Itália, dos imigrantes e dos colonos. A história “oficial” da colônia construída e reproduzida pelas autoridades também enaltece apenas os heróis italianos e o progresso econômico das colônias para comprovar o êxito da imigração e apagar os seus obstáculos e fracassos. Por isso, a pesquisa pretendeu dar visibilidade e voz a esses imigrantes esquecidos ou ocultados no espaço e no tempo pelas autoridades e pela historiografia sobre a imigração italiana no Sul do Brasil, principalmente a história das mulheres italianas camponesas e imigrantes. O monumento ao imigrante italiano “desconhecido” da Capela dos Santos Anjos, em Faxinal do Soturno, é o principal emblema da tentativa de valorizar todos os imigrantes italianos que contribuíram para a imigração e a formação da colônia e não apenas os heróis oficiais.

Do estudo dos deslocamentos, da trajetória das famílias e da formação das redes familiares dos imigrantes italianos e seus descendentes é possível concluir que, embora a maioria tivesse origem camponesa, isso não impediu que fossem protagonistas de sua própria história, tomando iniciativas, trabalhando, negociando e disputando espaços e posições de

poder com as autoridades responsáveis pela administração da colônia. Se por um lado o governo brasileiro tinha um projeto coletivo para os imigrantes, por outro lado, os imigrantes também tinham seus próprios projetos individuais, os quais algumas vezes se contrapunham ao projeto governamental, criando alternativas para a ocupação dos lotes que melhor atendessem aos seus interesses.

A análise das relações de poder a partir do cotidiano revela que as relações sociais são formadas por continuidades, rupturas e acordos, alternando momentos de tensão e harmonia. A correlação de forças entre os protagonistas da história do cotidiano não foi exatamente igual, porém todos exerceram o seu poder para negociar e tentar fazer valer os seus interesses. O catolicismo forneceu os valores religiosos e a educação forneceu os valores cívicos que formaram a identidade e mantiveram a unidade dos grupos de imigrantes italianos na colônia de Silveira Martins, contribuindo para a preservação de suas memórias e tradições, bem como para a formação cultural, social e econômica do Sul do Brasil.

Os estudos das fontes de família – livros, cartas, genealogias e fotografias – podem abrir novas perspectivas de investigação para ampliar e aprofundar o conhecimento historiográfico sobre o cotidiano, os deslocamentos e as trajetórias familiares. Abarcar um número maior e mais variado de fontes de família que tratam da vida, dos costumes e das práticas individuais e familiares, consideradas menos importantes, traz à luz parte da história esquecida ou ocultada da imigração italiana no Brasil. Outro campo de pesquisa possível é a história comparada entre a imigração italiana e as imigrações alemã, russa e polonesa no Rio Grande do Sul para evidenciar suas semelhanças e diferenças.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I – FONTES

#### a) Arquivos

Acervo Cantina Pozzobon. Val de Buia, Silveira Martins, RS.

Arquivo da Câmara Municipal de São João do Polêsine. São João do Polêsine, RS.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA). Porto Alegre, RS.

Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto. Silveira Martins, RS

Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul, RS.

Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora de Santa Maria. Santa Maria, RS.

Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Nova Palma, RS.

Fundo da Câmara Municipal de Santa Maria. Santa Maria, RS.

Grande Oriente do Rio Grande do Sul (GORGS). Porto Alegre, RS.

#### b) Documentos diversos

Álbum 1 - Centenário da Casa de Retiros Nossa Senhora de Lourdes. Vale Vêneto, 1992. Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto. Silveira Martins, RS.

Assentamento de Funcionários Municipaes, Cachoeira do Sul, 1911-1935. Intendencia Municipal/Secretaria, Recebedoria e Pagadoria/Assentamento de Funcionários. 01, Estante 3. Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul, RS.

Atas do Seminário Rainha dos Apóstolos, Vale Vêneto (1896-1970). Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

Carta do presidente da Câmara Municipal de Santa Maria João Pedro Lenz ao Presidente da Província, datada de 08 de maio de 1888. Câmara Municipal de Santa Maria, 1883-1889. Maço 211, Lata 153 (correspondência expedida). Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Códice SA 49. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

Crônica da Escola Nossa Senhora de Lourdes de Vale Vêneto, 1892, p. 2-3. Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto. Silveira Martins, RS.

Livro de Crônicas 1892-1940. Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes. Vale Vêneto, RS.

Livro de cronologia sobre os russos-alemães. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG-NP). Nova Palma, RS.

Livro-caixa da casa de comércio de Guilherme Kettermann de 08/05/1899 a 10/11/1901, n.º 1 e 2. Acervo particular da Família Melo. Faxinal do Soturno, RS

Missão Brasileira: históricos, biografias, memórias, explicações de evangelhos (1886-1909). Caixa 4. Arquivo Palotino Província Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

Missões Palotinas realizadas na Colônia de Silveira Martins a partir de 1886. Caixas 4 e 5. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

Telegrama do Fundo Colonização do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, do dia 13 de agosto de 1880. Maço 65. Acervo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

c) Obras, escritos, relatórios, documentário

ANCARANI, Umberto. Monographia sobre a origem da ex-colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914. In: SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: EST, 1990. 96 p.

ANTONIAZZI, Andrea. História de Novo Treviso (1899). Caixa 4, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

BOLZAN, Nelson. **La America dei sogni: um povo, uma história, uma conquista**. Porto Alegre: Alcance, 1997. 352 p.

BURMANN, Francisco. Memórias do Padre Francisco Burmann. 1910, Caixa 2, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

BUSANELLO, Pio José. **A história de nossa gente: a primeira história escrita de famílias de imigrantes italianos da Quarta Colônia Imperial - RS**. 2ª. ed. Santa Maria: Pallotti, 1999. 148 p.

CARLESSO, Oscar José. **A sonhada América: os Carlesso em Santa Maria (1878-1988)**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989. 234 p.

CARVALHO, Manoel Maria de. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul. Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Acervo Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma (CPG-NP). Nova Palma, RS.

CARVALHO, Manoel Maria de. Serviços de imigração. Relatório apresentado ao Império. Rio de Janeiro, 31 março de 1886. Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma. Nova Palma, RS.

CENTENÁRIO da Escola Nossa Senhora de Lourdes, 1892-1992. Arquivo da Escola Nossa Senhora de Lourdes, Vale Vêneto. Silveira Martins, RS.

CERETTA, Antonio. História de São João do Polesine. Caderno I, 1906-1918. Caixa 4, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

CERETTA, Antonio. História do Vale Vêneto (1877-1886). 1894. Caixa 4, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Província Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

COSTANTIN, André (Dr.). **Brasil Talian**. Produção: Fernando Roveda. Roteiro: André Costantin. 1 DVD (1h05min). Caxias do Sul: Transe, 2015.

D'AZEVEDO, Soares. **Uma vida e uma obra: 1º centenário da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria**. Rio de Janeiro: A Noite, 1949. 150 p.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Tradução de Arminda Lorenzoni Parreira. Porto Alegre: Sulina, 1975. 254 p.

LUZZATTO, Darcy Loss. **Em defesa da língua materna**. Seminário sobre criação do Livro das Línguas. Brasília, 7-9 mar. 2006.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. **Santa Maria**: relatos e impressões de viagem. Santa Maria: UFSM, 1997.

PATRIMÔNIO histórico, herança cultural e italianidade: artefatos, objetos, monumentos, arquitetura e iconografia presentes nos movimentos religiosos de Silveira Martins - RS. Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Santa Maria, jun. 2008 a dez. 2009.

POZZOBON, Andrea. **Uma odisseia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. 2ª ed. Rio de Janeiro: Usina de Letras, 2012. 298 p.

\_\_\_\_\_. **Uma Odisséia na América**. Tradução de Zolá Franco Pozzobon. Caxias do Sul: EDUCS, 1997. 307 p.

RECK, Vera Maria (Ir.). Pinceladas de uma Missão de 88 anos: 1892-1980. Arquivo Escola Nossa Senhora de Lourdes. Vale Vêneto, RS.

RIGHI, José Vicente; BISOGNIN, Edir Lucia; TORRI, Valmor. **Povoadores da Quarta Colônia**: contribuições do imigrante italiano na Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins, Rio Grande do Sul - Brasil. Porto Alegre: EST, 2001. 696 p.

RIO GRANDE DO SUL (Estado). Departamento Estadual de Estatística. **Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: A Nação, 1968.

SCHWINN, Frederico. Freguesia Silveira Martins, 1906-1918. Caderno b, p. 24, Caixa 5, Missão Brasileira. Acervo Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora. Santa Maria, RS.

VAZ, Taís Fernanda Manfrin. **Per fare L'America** – Da Itália para o Brasil: a trajetória da família Manfrin. Manfrinópolis: Edição do Autor, 2015. 312 p.

#### d) Periódicos

DIÁRIO DE SANTA MARIA. Santa Maria, 26 jan. 2009.

O EXPRESSO. Santa Maria, 1978.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. Santa Maria, 26 jan. 2009.

RAINHA DOS APÓSTOLOS. Vale Vêneto, Ano VII, n. 5, maio 1929, 1978.

## II – BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Estudos Rurais. São Paulo: Hucitec/ANPOCS/UNICAMP, 1999. 276 p.

ABREU, Maurício de Almeida. Apropriações do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da C.; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). **Explorações geográficas**: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Poder político e produção do espaço**. Recife: Massangana, 1984. 129 p.

ANTUNES, Helenise Sangoi (et al.). **As lembranças de uma escola não muito distante**. Santa Maria: UFSM, 1997. 88 p.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. **A Imigração Italiana em Silveira Martins: uma história de esperança**. Santa Maria: Grafos, 1994. 27 p.

AZEVEDO, Thales de. **Os italianos do Rio Grande do Sul: cadernos de pesquisa**. Caxias do Sul: EDUCS, 1994. 508 p.

\_\_\_\_\_. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982. 320 p.

\_\_\_\_\_. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no RS**. Porto Alegre: A Nação/ IEL, 1975. 310 p.

AZZI, Riolando. **Sinal dos tempos: a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria na Renovação Pastoral**. Porto Alegre, 2007. 470 p.

\_\_\_\_\_. O catolicismo de imigração. In: DREHER, Martin N. (Org.). **Imigrações e história da Igreja no Brasil**. Aparecida: Santuário, 1993. p. 90-112.

\_\_\_\_\_. **A Igreja e os imigrantes: a imigração italiana e os primórdios da obra escalabriana no Brasil (1884-1904)**. São Paulo: Paulinas, 1987. 376 p.

BAREA, José. **A vida espiritual nas colônias italianas do estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 1995. 104 p.

BATTISTEL, Arlindo Itacir; COSTA, Rovílio. **Assim vivem os italianos: vida, história, cantos, comidas e estórias**. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/ EDUCS, 1982. 592 p.

\_\_\_\_\_. **Colônia italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: EST, 1981. 112 p.

BELLINASSO, Severino Tranquilo. **Os heróis de Val de Buia: a história dos imigrantes italianos que construíram a Quarta Colônia de Imigração Italiana de Silveira Martins**. Santa Maria: Pallotti, 2000. 160 p.

\_\_\_\_\_; MARCON, Frederico. **Paróquia de Ivorá: 1918-1993 – 75 anos de fé**. Santa Maria: Pallotti, 1993. 112 p.

BENEDUZI, Luiz Fernando. **Os fios de nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 234 p.

\_\_\_\_\_. **Os italianos**. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 300 p.

\_\_\_\_\_. **Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos**. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2008. 122 p.

BERGER, Peter L. **O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985. 195 p.

BERTONHA, João Fábio. **A imigração italiana no Brasil. Que História é Esta?** São Paulo: Saraiva, 2004. 64 p.

BIASOLI, Vitor. **O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria – 1870-1920**. Santa Maria: UFSM, 2010. 232 p.

BÍBLIA de Jerusalém. Paulus: São Paulo, 2002. 2206 p.

BONFADA, Genésio. **Os Palotinos no Rio Grande do Sul – 1886 a 1919: o fim da Província Americana**. Porto Alegre: Pallotti, 1991. 235 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sergio Miceli. Coleção Estudos. São Paulo: Perspectiva, 2013. 362 p.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 322 p.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_. **Escritos de Educação**. Ciências Sociais da Educação. Organização de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 252 p.

\_\_\_\_\_. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. 3ª. ed. Porto Alegre: Zouk, 2008. 224 p.

\_\_\_\_\_. **Esboço de auto-análise**. Tradução de Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 140 p.

BRETTELL, Caroline B. Patrimônio, parentela e ruolo dei sessi: una prospettiva mediterranea. In: KERTZER, David; SALLER, Richard P. **La família in Italia: dall'antichità al XX secolo**. Firenze: Le Lettere, 1995. p. 381-396.

BRUNELLO, Piero. **Pionieri: gli italiani in Brasile e il mito della frontiera**. Roma: Donzelli Editore, 1994.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. 2. ed. rev. e ampl. Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 216 p.

CARVALHO, Augusto de. **O Brasil, colonização e imigração**. Porto Alegre: Moraes, 1875. 454 p.

CATECISMO da Igreja Católica. São Paulo: Loyola, 2000. 934 p.

CAVALLIN, Gianfranco. **Gli ultimi Veneti**. Porto Alegre: EST, 2001. 128 p.

CEREZER, Nilza. **Conhecendo a história: entender quem somos**. Santa Maria: Pallotti, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. 386 p.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**. 2 - Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 372 p.

\_\_\_\_\_. **A cultura no plural**. Tradução de Enid Abreu Dobránszky. Coleção Travessia do Século. 4ª. ed. Campinas: Papirus, 1995. 254 p.

CESCA, Olivo. **Faxinal do Soturno: sua história e sua gente**. Santa Maria: Rainha, 1975. 188 p.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Coleção Memória e Sociedade. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª. ed. Lisboa: Difel, 2002. 245 p.

CLEMENTE, Elvo. Situação do dialeto vênето no Rio Grande do Sul. In: DAL BÓ, Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Orgs.). **Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana: Anais do Simpósio Internacional sobre Imigração Italiana e Anais do IX Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros**. Caxias do Sul, 24-27 abr. 1996. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. 500 p.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina:** imigrantes na sociedade porto-alegrense. Porto Alegre: EST, 1991. 180 p.

COSTA, Rovílio (et al.). **Imigração italiana no Rio Grande do Sul:** vida, costumes e tradições. 2ª. impr. rev. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS (EDUCS), 1986. 104 p.

\_\_\_\_\_. Valores da Imigração italiana cem anos após. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. Imigração italiana: estudos. **Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros.** Imigração Italiana, 21. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979. 282 p.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno. **Comunidades indígenas, brasileiras, polonesas e italianas no Rio Grande do Sul.** Tradução de Maria Antonieta Baggio. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1976. 268 p.

DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (Orgs.). **RS: imigração e colonização.** Série Documenta, 4. 2ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992. 280 p.

\_\_\_\_\_ (Org.). **RS: imigração e colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. 280 p.

DALMOLIN, Cátia. **Senza ritorno:** a emigração italiana no Brasil. Santa Maria, RS: Pallotti, 2004.

DE BONI, Luis Alberto. O catolicismo da imigração: do triunfo à crise. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: migração & colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992, p. 234-255.

\_\_\_\_\_. **A presença italiana no Brasil.** Vol. 3. Porto Alegre: EST, 1987. 536 p.

\_\_\_\_\_; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul.** 3ª. ed. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1984. 244 p.

\_\_\_\_\_; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EST/UCS, 1979.

\_\_\_\_\_ (Org.). **La Mérica:** escritos dos primeiros imigrantes italianos. Caxias do Sul: EDUCS; Porto Alegre: EST, 1977. 103 p.

DOTTO, Concórdio Genuíno. **Silveira Martins tutti bonna gente.** Santa Maria: Editora da UFSM, 1987.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa:** o sistema totêmico na Austrália. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 499 p.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o profano:** a essência das religiões. Tradução de Rogério Fernandes. 3ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 191 p.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 216 p.

FOCHESATTO, Iloni. **Descrição do culto aos mortos entre descendentes italianos no Rio Grande do Sul.** Caxias do Sul: EST, 1977. 59 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 41ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 292 p.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 238 p.

\_\_\_\_\_. **Ética, sexualidade, política.** Coleção Ditos e Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979. 296 p.

FRANZINA, Emílio. **A grande imigração:** o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Biondi. Campinas, SP: Unicamp, 2006. 480 p.

\_\_\_\_\_. **Merica! Merica!** Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America latina 1876-1902. 2ª. ed. Verona: Cierre, 2000. 270 p.

FROSI, Vitalina Maria. A linguagem oral da região de colonização italiana no sul do Brasil. In: MAESTRI, Mário (Coord.) **Nós, os ítalo-gaúchos.** 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. p. 159-167.

\_\_\_\_\_; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul.** Documentos Brasileiros, 6. Porto Alegre: Movimento, 1975. 84 p.

GERARDI, Ládio Luiz. 1978: centenário da primeira vocação Palotina nas Américas. **Informações Palotinas.** Santa Maria, v. 28, n. 3, jul. 1978. p. 10-17.

GOOCH, John. **A unificação da Itália.** Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1991. 69 p.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Orgs.). **Festa, cultura e sociabilidade na América portuguesa.** Vol. 2. São Paulo: Edusp/ Hucitec, 2001. p. 969-975.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná (et al.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003. 224 p.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz:** os conflitos e os bastidores da emigração italiana. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1972. 248 p.

ISAIA, Artur Cesar. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: EdUPUCRS, 1998. 232 p.

ITAQUI, José; VILLAGRÁN, Maria Angélica. **Educação patrimonial:** a experiência da Quarta Colônia. Santa Maria: Palloti, 1998.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Montaillou:** povoado occitânico (1294-1324). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 584 p.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil:** hipóteses para uma interpretação. Petrópolis: Vozes: 1979. 266 p.

LUZZATTO, Darcy Loss. **Talian (Vêneto Brasileiro):** noções de gramática, história e cultura. Porto Alegre: Sagra, 1994. 126 p.

MAESTRI, Mário. A região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul: a construção da memória. In: TEDESCO, João Carlos; ZANINI, Maria Catarina C. (Orgs.). **Migrantes do Sul do Brasil.** Santa Maria: UFSM, 2010. p. 85-118.

\_\_\_\_\_. **Breve história do Rio Grande do Sul:** da pré-história aos dias atuais. Passo Fundo: UPF, 2010.

\_\_\_\_\_. A geração de 75 e os estudos sobre imigração italiana no RS. **Anais do V Congresso internacional de estudos Ibero-Americanos**. CD-ROM. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os Senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Passo Fundo: UPF, 2000. 110 p.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Nós, os ítalo-gaúchos**. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998. 222 p.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações econômicas, políticas e culturais**. 2ª. ed. Porto Alegre: EST, 2001. 167 p.

\_\_\_\_\_. Imigração alemã e italiana: estudo comparativo. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. Imigração italiana: estudos. **Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros**. Imigração Italiana, 21. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979. p. 185-198.

\_\_\_\_\_. Emigração e identificação cultural: a colonização italiana no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-americanos**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, 1975. p. 227-274.

MARCUZZO, Clementino. **Centenário da chegada das irmãs e fundação do Colégio: Vale Vêneto (1892-1992)**. Santa Maria: Pallotti, 1992. 104 p.

\_\_\_\_\_. **Centenário de Vale Veronês: epopéia da imigração italiana de Vale Veronês, com seus costumes e tradições**. Santa Maria: Pallotti, 1982. 200 p.

\_\_\_\_\_. **Vale Vêneto: um pedaço da Itália no Brasil**. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas, 1981. 54 p.

MARIN, Elizara Carolina. Descendentes italianas: oração, festa e trabalho. In: MARIN, Jéri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. p. 25-55.

MARIN, Jéri Roberto (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. 117 p.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma possível história do sorriso: institucionalização, ações e representações**. São Paulo: Hucitec, 2018. 275 p.

\_\_\_\_\_; AVELINO, Yvone Dias (Orgs.). **Deslocamentos: desafios, territórios e tensões (passado e presente nas Tecituras das Cidades)**. São Paulo: e-Manuscrito/ PIPEq, 2008. 247 p.

\_\_\_\_\_. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002. 206 p.

MERLOTTI, Vania Beatriz Pisani. **O mito do padre entre descendentes italianos: a comunidade de Otávio Rocha**. 2ª. ed. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979. 104 p.

MIAZZO, Giorgia. **Scoprendo il talian: viaggio di sola andata per la Mèrica**. Bassano del Grappa: Editrice Artistica Bassano, 2014. 112 p.

MORESCHI, Helena Itália; FAVERO, Maria Leônida. **Irmãs de São José no Rio Grande do Sul: resgatando aspectos da caminhada (1898-1964)**. Canoas: La Salle, 1998. 230 p.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Martins. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

OTO, Clarícia. **Catolicidades e Italianidades: tramas e poder em Santa Catarina (1875-1930)**. Florianópolis: Insular, 2006. 288 p.

PADOIN, Maria Medianeira; ROSSATO, Monica. **Gaspar Silveira Martins: perfil biográfico, discursos e atuação política na Assembleia Provincial. Série Parlamentares Gaúchos. Vol. 13.** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Memorial, 2013.

PASUCH, Egidio. Il fenomeno migratorio a Sedico. In: ISTITUTO BELLUNESE DI RICERCHE SOCIALI E CULTURALI. **Ricordando: Storia e immagini del comune di Sedico.** Serie Quaderni, n. 25. Sedico, 1986. 328 p.

PESCIOLINI VENEROSI, Ranieri. **Le colonie italiane nel brasil meridionale: estati di Rio Grande do Sul - Santa Catarina - Paraná.** Torino: Fratelli Bocca, 1914. 303 p.

PIZZOLATTO, Valentim. **A Igreja: na perspectiva do século XIX e no profetismo de Vicente Pallotti.** Porto Alegre: Pallotti, 2003. 416 p.

QUAINI, João Baptista. **Origem histórica da Província Nossa Senhora Conquistadora: Primeira parte (1886-1954).** Santa Maria: Biblos, 2006. 388 p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RAMBO, Arthur B. A Igreja da Restauração Católica no Brasil Meridional. In: DREHER, Martin N. (Org.). **Populações Rio-Grandenses e Modelos de Igreja.** Porto Alegre: EST, 1998. p. 147-162.

RAMELLA, Franco. Reti social, famiglie e strategie migratorie. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio (Orgs.). **Storia dell'emigrazione italiana: Partenze.** Roma: Donzelli Editore, 2001. p. 143-160.

RAOUIK, Francesca Massarotto. **Brasile per sempre: donne venete in Rio Grande do Sul.** Silea: Piazza, 2001. 158 p.

RUBERT, Arlindo. **Quarta Colônia Italiana: assistência religiosa (1877-1900).** Porto Alegre: EST, 2003. 72 p.

\_\_\_\_\_. **Clero secular Italiano no Rio Grande do Sul (1815-1930): padres dos imigrantes.** Santa Maria: Pallotti, 1977. 151 p.

RUBIN, Dorvalino. **Faxinal do Soturno e os 50 anos de sua igreja.** Santa Maria: Pallotti, 1988.

\_\_\_\_\_; BONFADA, Genésio. **Jubileu de Nova Palma (1919-1944).** Santa Maria: Patronato, 1944.

SANTIN, Silvino. Integração sócio-cultural do imigrante italiano no Rio Grande do Sul. In: DE BONI, Luis Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Vol. 3. Porto Alegre: EST; Torino: Fundação Giovanni Agnelli, 1996. p. 593-610.

\_\_\_\_\_. Dimensão social do trabalho e da propriedade do imigrante italiano na ex-colônia de Silveira Martins. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil.** Vol. 2. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. p. 447-461.

\_\_\_\_\_; ISAIA, Antônio. **Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural.** Porto Alegre: EST, 1990. 96 p.

\_\_\_\_\_. **A imigração esquecida.** Porto Alegre: EST, 1986. 96 p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Edusp, 2002. 384 p.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Geografia em Movimento. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular/ UNESP, 2008. 368 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: o desenvolvimento econômico da Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: EST, 2003. 240 p.

\_\_\_\_\_. **Colonização italiana e agricultura familiar**. Porto Alegre: EST, 2002. 112 p.

\_\_\_\_\_. Alguns aspectos da formação econômica da ex-Colônia Silveira Martins. In: MARIN, Jérry Roberto (Org.). **Quarta Colônia: novos olhares**. Porto Alegre: EST, 1999. 117 p.

SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Coleção Imigração Italiana, 31. Tradução de Redovino Rizzardo. Porto Alegre: EST/ CEPAM/ UCS, 1979. 232 p.

SCARPARO, Paulo Sergio. **Imigrantes italianos na Serra do Nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2011. 272 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

SEYFERTH, Giralda. Identidade Camponesa e Identidade Étnica (um estudo de caso). **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, n. 91, 1993. p. 31-63.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná (et al.) (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

SPONCHIADO, Breno Antonio. **Imigração e 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho**. Santa Maria: UFSM, 1996. 352 p.

SPONCHIADO, Luiz. A anágrafe de Nova Palma e os núcleos da ex-colônia Silveira Martins. In: DE BONI, Luiz A. (Org.). **A Presença Italiana no Brasil**. Vol. 3. Porto Alegre: EST; Torino: Fondazione Agnelli, 1996, p.148-167.

STAWINSKI, Alberto Victor. **Dicionário-Dizionario vêneto-português-italiano**. Treviso: Utrim, 1995. 768 p.

\_\_\_\_\_. **Primórdios da imigração polonesa no Rio Grande do Sul (1875-1975)**. Coleção Imigração polonesa, 2. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976. 256 p.

TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural**. II Brasile Italiano, 6. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. 111 p.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana**. Tradução de Maria Rosária Fabris e Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel, Instituto Italiano di Cultura di / San Paolo: Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro, 1988. 574 p.

TRUZZI, Oswaldo; ZANINI, Maria Catarina. Italianidade nos interiores paulistas e gaúcho: uma perspectiva comparada. In: ELMIR, Cláudio Pereira; WITT, Marcos Antônio; TRUZZI, Oswaldo (Orgs.). **Imigração nas Américas: estudos de história comparada**. São Leopoldo: Oikos; Unisinos, 2018. p. 123-160.

\_\_\_\_\_. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Unesp, 2016. 138 p.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. A ultramontana Santa Maria - RS: Sede da Quarta Colônia de imigração italiana. In: WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran (Orgs.). **Nova História de Santa Maria**: contribuições recentes. Santa Maria: Pallotti, 2010. p. 197-224.

\_\_\_\_\_. **O crime do Padre Sório**: Maçonaria e Igreja Católica no RS (1893-1928). Santa Maria: UFSM, 2001. 327 p.

WERLANG, William. **História da Colônia Santo Ângelo**. Santa Maria: Pallotti, 1995. 288 p.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg e Octany Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969. 354 p.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil Meridional**: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS. Santa Maria: UFSM, 2006. 280 p.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana**. Porto Alegre: EST/Sulina, 1975. 288 p.

### III – BIBLIOGRAFIA GERAL

ÁLBUM Comemorativo do 75º Aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1950. 522 p.

ÁLBUM do Centenário da Imigração Italiana. Porto Alegre: EDEL, 1975. 384 p.

ALVIM, Zuleika. **Brava gente!** Os italianos em São Paulo. São Paulo: Brasiliense, 1986. 190 p.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **Igreja Católica no Brasil**: um estudo de mentalidade ideológica. São Paulo: Paulinas, 1986. 114 p.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Antropologia social. 2ª. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 279 p.

AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono**: um projeto conservador. História do pensamento católico no Brasil. Vol. 3. São Paulo: Paulinas, 1992. 196 p.

\_\_\_\_\_. **A crise da cristandade e o projeto liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991. 256 p.

\_\_\_\_\_. **A vida religiosa no Brasil**: enfoques históricos. São Paulo: Paulinas, 1983. 214 p.

BATTISTI, José. **Santos e Santas de Deus**. Santa Maria: Pallotti, 2005.

BEBER, Cirilo Costa. **Santa Maria 200 anos**: história da economia do município. Santa Maria: Pallotti, 1998. 320 p.

BELÉM, João. **História do Município de Santa Maria**. Santa Maria: UFSM, 2000. 307 p.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto Município de São Martinho (1787-1930)**. 2ª. ed. Canoas: La Salle, 1979. 586 p.

BERNARDI, Aquiles. **Vita e Storia de Nanetto Pipetta**. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1976. 126 p.

BOTH, Agostinho. **Uma saga**: os alemães russos. Passo Fundo: Projeto Passo Fundo, 2013. 72 p.

- BUSATTA, Felix Fortunato; SATAWINSKI, Alberto Victor. **Luís de la Vernaz: a Igreja em colônias italianas**. Coleção Imigração. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: UCS, 1979. 220 p.
- CANDELORO, Giorgio. La costruzione dello stato unitario, 1860-1871. In: Idem. **Storia dell'Italia moderna**. Vol. 5. Milano: Feltrinelli, 1978-1986.
- CARBONI, Florence. A origem italiana dos falares da serra gaúcha. In: DAL BÓ, Juventino (et al.) (Orgs.). **Imigração Italiana e Estudos Ítalo-Brasileiros**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999. p. 281-294.
- \_\_\_\_\_; MAESTRI, Mário (Coords.). **Raízes Italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997)**. Passo Fundo: UPF, 2000. 176 p.
- CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974. 342 p.
- CINQUANTENARIO Della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud: 1875-1925. 2ª. ed. Vols. I e II. Porto Alegre: Arte e Cultura, 2000. 949 p.
- COLUSSI, Eliane Lucia. **A maçonaria gaúcha do século XIX**. 3ª. ed. Passo Fundo: UPF, 2003. 576 p.
- CORTE, Pasquale. **Le colonie agricole italiane della Provincia di Rio Grande del Sud del Brasile all'esposizione nazionale di Torino**. Montevideo: Nación, 1884.
- COSTA, Rovílio. A igreja no início das colônias italianas. In: DE BONNI, Luiz A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Vol. 3. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1996. 536 p.
- \_\_\_\_\_. **As Colônias Italianas de Dona Isabel e Conde D'Eu**. Porto Alegre: EST, 1992. 438 p.
- \_\_\_\_\_; DE BONI, Luiz A. **Far La Mérica: a presença italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Riocell, 1991. 214 p.
- \_\_\_\_\_; COSTELLA, Irineu; SALAME, Pedro A.; SALAME, Paulo J. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. 2ª. impr. rev. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Antropologia visual da Imigração Italiana**. Porto Alegre: EST/EDUCS, 1976. 222 p.
- CROCCEA, Benedetto. Vita coloniale: i datori di oro. In: CINQUANTENARIO Della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud. Porto Alegre: Globo, 1925.
- DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: UCS, 1979. 282 p.
- FAÉ, Walter José. **Italianos no Rio Grande do Sul – 1875-1975**. São Paulo: FOCAM, 1975. 230 p.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. São Paulo: Brasiliense, 2001. 201 p.
- \_\_\_\_\_. **Cocanha: a história de um país imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 318 p.
- FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil**. Tradução de Edilene Toledo e Luigi Blondi. Campinas: UNICAMP, 2006. 480 p.

- GIDDENS, Anthony. **O mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000. 92 p.
- GIOLO, Jaime. Os imigrantes e a educação. In: MAESTRI, Mário; CARBONI, Florence (Orgs.). **Raízes italianas do Rio Grande do Sul (1875-1997)**. Passo Fundo: UPF, 2002. 176 p.
- GIRON, Loraine Slomp; HEREDIA, Vania. **História da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007. 136 p.
- \_\_\_\_\_.; BERGAMASCHI, Heloísa. **Colônia: um conceito controverso**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996. 92 p.
- \_\_\_\_\_. **As sombras do littorio: o fascismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Parlenda, 1994. 172 p.
- \_\_\_\_\_. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 47-66.
- \_\_\_\_\_. Imigração italiana: a reação brasileira. In: INSTITUTO SUPERIOR BRASILEIRO-ITALIANO DE ESTUDOS E PESQUISA. Imigração italiana: estudos. **Anais do I e do II Fórum de estudos ítalo-brasileiros**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul, UCS, 1979.
- GRAZZIOTIN, Vitor. A maldição do padre. In: BACCARIN, Onira; GUZZO, Dirce Brambatti; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). **Raízes de Antônio Prado**. Porto Alegre: EST, 2008. p. 87-95.
- GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (Vênetos e Lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: UFSC, 1987. 590 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 102 p.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Coleção Pensamento Crítico, Vol. 55. 6<sup>a</sup>. ed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 316 p.
- \_\_\_\_\_. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Tradução de Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 230 p.
- \_\_\_\_\_. **A era do capital: 1848-1875**. 3<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 340 p.
- HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro: 1550-1800**. Petrópolis: Vozes, 1974. 140 p.
- IOPP, Rafael. **Vicente Pallotti e sua obra**. Santa Maria: Gráfica Pallotti, 1936.
- IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS; Caxias do Sul: EDUCS, 2001. 864 p.
- \_\_\_\_\_. **Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no RS (1875-1914)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010. 263 p.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. **Saint-Simon ou o sistema da corte**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 588 p.
- LE GOFF, Jacques. **O nascimento do purgatório**. Tradução de Maria Fernanda Gonçalves de Azevedo. 2<sup>a</sup>. ed. Lisboa: Nova Estampa, 1995. 448 p.

- \_\_\_\_\_. **História e Memória.** Coleção Repertórios. Tradução de Bernardo Leitão (et al.). 4ª. ed. Campinas: UNICAMP, 1990. 553 p.
- LORENZATTO, Antônio Domingos. **Os Vênets, nossos antepassados.** Porto Alegre: EST, 1999. 201 p.
- MANUEL, Ivan A. **O pêndulo da história:** tempo e eternidade no pensamento católico – 1800-1900. Maringá: Eduem, 2004. 158 p.
- NOGUEIRA, Arlindo Rocha; HUTTER, Lucy Maffei. **A colonização em São Pedro do Rio Grande do Sul durante o império (1824-1889).** Porto Alegre: Garatuja, 1975. 162 p.
- OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe:** gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural.** 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 130 p.
- \_\_\_\_\_. **História do Rio de Grande do Sul.** 3ª. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. 142 p.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. **O imigrante e a pequena propriedade.** São Paulo: Brasiliense, 1982. 90 p.
- POSSAMAI, Paulo César. **“Dall’Italia siamo partiti”:** a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: UPF, 2005. 268 p.
- POZENATO, José Clemente. **A Cocanha.** Porto Alegre: Mercado aberto, 2000. 371 p.
- RIBEIRO, Cleodes Maria Pizza Júlio; POZENATO, José Clemente (Orgs.). **Cultura, imigração e memória:** percursos e horizontes - 25 anos do Ecirs. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.
- ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Vol. 2. Porto Alegre: Globo, 1969. 806 p.
- RODRIGUES, Afonso. **Igreja e Estado.** São Paulo: Loyola, 1975. 126 p.
- ROVEDA, Fernando. **Caminhos da fé.** 2ª. ed. Caxias do Sul: Lorigraf, 2010. 366 p.
- \_\_\_\_\_. **Memória e Identidade:** Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional. Caxias do Sul: Lorigraf, 2003. 436 p.
- SABBATINI, M. **La regione di colonizzazione italiana in Rio Grande do Sul:** Gli insediamenti nelle aree rurali. Florença: Centro di Ricerche per l’America Latina do CNR, 1975.
- SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil.** Brasília: UnB, 1990. 103 p.
- SULIANI, Antônio (Org.). **Etnias e carisma:** poliantéia em homenagem a Rovílio Costa. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2001. 1168 p.
- THOMPSON, Edward. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 528 p.
- VARINE, Hugues de. **O tempo social:** o desenvolvimento comunitário de todos é do interesse de cada um. Rio de Janeiro: Eça Editora, 1987. 207 p.
- VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil.** Brasília: UNB, 1980. 410 p.

- VILLA, Deliso. **Storia Dimenticata**. Porto Alegre: Sagra, 1993. 250 p.
- VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 336 p.
- WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec; Brasília: UNB, 1995. 336 p.
- ZILIO, Giovanni Meo (Org.). **Veneti in Rio Grande do Sul**. Venezia: Longo Editore, 2006. 142 p.

#### IV – ARTIGOS

- BELÉM, Fabiane Marques. O Reordenamento do Clero do Rio Grande do Sul: a atuação incisiva do Bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Santa Vitória do Palmar - RS, v. 3, n. 5, jul. 2011. p. 132-137.
- BIASOLI, Otávio Fernandes. A matriz católica da ex-Quarta Colônia de imigração italiana. **Métis: História e Cultura**. Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan./jun. 2010. p. 117-131.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP: Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 22, 2007. p. 65-72.
- CARBONI, Florence. Babel colonial: instalação e integração linguística da imigração italiana no Rio Grande do Sul. **História: Debates e Tendências**. Passo Fundo, v. 5, n. 1, jul. 2004. p. 33-61.
- CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994. p. 97-113.
- COCCO, Ricardo. A questão da religião e a imigração italiana no Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências Humanas**. Frederico Westphalen, v. 9, n. 13, 2008. p. 1-29.
- COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 17, n. 34, 1997. p. 53-74.
- DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: república, recatolicização e escolarização. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. 3. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 77-86.
- DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do cotidiano na história contemporânea. **Projeto História**. São Paulo, n. 17, nov. 1998. p. 223-258.
- GIMENO, Alejandro Jesus Fenker; TEIXEIRA, Janaina Souza. Nos arredores da colônia: os proprietários nacionais e o comércio de terra no contexto da imigração italiana. **Disciplinarum Scientia**. Ciências Humanas. Santa Maria, v. 4, n. 1, 2003. p. 105-121.
- MARIN, Jérri Roberto. A integração dos imigrantes italianos à política sul-rio-grandense na ex-colônia Silveira Martins. **Imaginário**. São Paulo, v. 13, n. 14, 2007. p. 167-197.
- MATOS, Maria Izilda Santos de; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Carla Fernandes. Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930). **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 35, n. 3, e0045, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01020982018000300251&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01020982018000300251&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 05 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. Travessias e cartas: viagem e mala do imigrante. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. São Paulo, v. 12, ano XII, n. 2, jul./dez. 2015. p. 1-23. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF36/ARTIGO\\_17\\_DOSSIE\\_MARIA\\_IZIL\\_DA\\_SANTOS\\_DE\\_MATOS\\_FENIX\\_JUL\\_DEZ\\_2015.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF36/ARTIGO_17_DOSSIE_MARIA_IZIL_DA_SANTOS_DE_MATOS_FENIX_JUL_DEZ_2015.pdf)>. Acesso: 23 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Deslocamentos, ações e relações: a travessia na literatura epistolar. **22º Encontro de Iniciação Científica – O Vínculo da prática científica no Brasil: o pesquisador contemporâneo**. São Paulo: PUC-SP, nov. 2013. p. 1-27. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/ic/22encontro/artigos-premiados-21ed/JULIANA-FURLANI-DE-SOUZA-E-PAULA-MADEIRA-RIZZO.pdf>>. Acesso: 23 fev. 2019.

MIAZZO, Giorgia. Afinal, o que é o “Talian”? **Revista Italiano UERJ**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2011. p. 33-45.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez. 1993. p. 7-28.

POZENATO, José Clemente. A cultura da imigração italiana. In: MAESTRI, Mário; CARBONI, Florence. **Raízes italianas no Rio Grande do Sul (1875-1997)**. Passo Fundo: UPF, 2000. p.117-129.

SANCHEZ, Wagner Lopes. **Vaticano II e o diálogo inter-religioso**. São Paulo: Paulus, 2015. 112 p.

SANTOS, Miriam Oliveira; ZANINI, Maria Catarina C. Comida e simbolismo entre imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, v. 19, n. 01, jan./jul. 2008. p. 255-284.

SIMONETTI, Fernanda. Mulheres camponesas, descendentes de imigrantes italianos. O Brasil no Sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional. **Anais do X Encontro Estadual de História**. Santa Maria, UFSM/UNIFRA, 2010. p. 1-12. Disponível em: <[http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279493217\\_ARQUIVO\\_Artigo\\_ANPUH\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1279493217_ARQUIVO_Artigo_ANPUH[1].pdf)>. Acesso: 23 fev. 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1996. p. 71-99.

SOUZA, Wladimir Doniseti de. Imigração italiana e Igreja: ultramontanismo e neoultramontanismo. In: DREHER, Martin (Org.). **500 anos de Brasil e Igreja na América Meridional**. Porto Alegre: EST, 2002. p. 276-293.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**. São Paulo, v. 20, n. 1, 2008. p. 199-218. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-2070\\_2008000100010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-2070_2008000100010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 13 out. 2018.

VENDRAME, Maíra Ines. “Viva a Itália e seu glorioso Exército!” A imigração italiana e as manifestações de italianidade nas memórias de Andrea Pozzobon (1885-1915). **Oficina do Historiador**. Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 8, n. 1, jan./jun. 2015. p. 21-41.

\_\_\_\_\_; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 40, n. 1, jan.-jun., 2014. p. 128-149.

\_\_\_\_\_. Entre ofensas e punições: reflexões sobre as concepções de honra e justiça entre os italianos no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, 1880-1900). In: MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (Orgs.). **E/Imigrações: histórias, culturas, trajetórias**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011. p. 297-307.

\_\_\_\_\_. Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor: redes sociais, família e estratégias migratórias. **Métis: História e Cultura**. Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan./jun. 2010. p. 69-82.

\_\_\_\_\_. O imigrante italiano e a Igreja Católica: encontro de culturas na região da Quarta Colônia. **Revista História**. Cruz Alta, UNICRUZ, v. 1, n. 4, 2003.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Pertencimento étnico e territorialidade: italianos na região central do Rio Grande do Sul (BRASIL). **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**. Santa Cruz do Sul, v. 13, set./dez. 2008. p. 140-163.

\_\_\_\_\_. Um olhar antropológico sobre fatos e memórias da imigração italiana. **Mana - Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro, v. 13, 2007. p. 521-547.

\_\_\_\_\_. Fé, trabalho e família: a construção das memórias entre descendentes de imigrantes italianos. **Revista USP**. São Paulo, n. 72, dez./fev. 2006-2007, p. 162-170.

\_\_\_\_\_. A etnografia em questão. **Revista Sociais e Humanas**. Santa Maria, v. 19, n. 2, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. A família como patrimônio: GT – Migrações Internacionais. **Anais do XXVI Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2002. Disponível em: <<https://anpocs.com/index.php/papers-26-encontro/gt-23/gt10-17/4407-mczanini-familia/file>>. Acesso: 03 nov. 2019.

## V – TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS

BARICHELLO, Cesar Augusto. **Patrimônio cultural religioso e negociação da identidade do Imigrante italiano da Quarta Colônia Imperial de Silveira Martins e região central do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2010. 114 p.

BIASOLI, Vitor Otávio F. **O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte** (Rio Grande do Sul - 1870/1920). Tese (Doutorado em História), USP, São Paulo, 2005.

BOLZAN, Moacir. **Quarta Colônia: da fragmentação à integração**. Tese (Doutorado em História), UNISINOS, São Leopoldo, 2011. 347 p.

BRUM NETO, Helena. **Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem Gaúcha**. Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2007. 319 p.

BRUST, Viviane Teresinha Biacchi. **O “sertão” Quarta Colônia: travessias pelas subjetivações do sujeito ítalo-brasileiro**. Tese (Doutorado em Letras), UFSM, Santa Maria, 2017. 365 p.

CARDOSO, Fábíola Nogueira da Gama. **Línguas como patrimônio imaterial: etnografia de um debate**. Dissertação (Mestrado em Antropologia), UnB, Brasília, 2010.

CERRETA, Caroline Ciliane. **As representações sociais nas festas de padroeiros da Quarta Colônia/RS**. Tese (Doutorado em Extensão Rural), UFSM, Santa Maria, 2017. 202 p.

- CHIAMULERA, Márcia. **Identidade em performance:** um estudo etnográfico sobre as festas de capela no “berço” da Quarta Colônia de imigração italiana/RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2010. 221 p.
- CORSETTI, Berenice. **Controle e ufanismo:** a escola pública no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Educação), UFSM, Santa Maria, 1998. 537 p.
- DALLABRIDA, Norberto. **A sombra do Campanário:** o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí-Açu (1892-1919). Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 1993. 221 p.
- DORNELLES, Laura de Leão. **Risorgimento e revolução:** Luigi Rossetti e os ideais de Giuseppe Mazzini no movimento farroupilha. Dissertação (Mestrado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2010. 190 p.
- ERTHAL, Daniele. **A influência Palotina no ethos cultural das populações de imigrantes e descendentes de italianos em Vale Vêneto.** Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana), UFSM, Santa Maria, 2005. 100 p.
- FAGAN, Elaine Binotto. **Quarta Colônia: Terra, Gente e História.** Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2014.
- FENALTI, Naiani Machado da Silva. **Gaspar Silveira Martins e o Município “Silveira Martins”:** memória, identidade e patrimônio. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2011. 134 p.
- FONTANA, Estela Maris Araldi. **A dominação ideológica da Igreja Católica oficial sobre a população urbana de Flores da Cunha.** Dissertação (Mestrado em História), UFPR, Curitiba, 1986. 143 p.
- KEMMERICH, Ricardo. **Trajetória e memória de um imigrante italiano:** Antônio Ceretta (1877-1943). Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2018. 122 p.
- LINDNER, Michele. **A organização do espaço sob o olhar das ruralidades:** estudo da paisagem e lugar no município de São João do Polêsine, Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Rio Claro, 2011. 208 p.
- MANFIO, Juliana Maria. **De crimes e de narrativas:** imigração e construção da memória (Nova Palma, final do século XIX). Monografia (Graduação em História), Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, 2013. 58 p.
- MARIN, Roberto Jérri. **“Ora et labora”:** o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Dissertação (Mestrado em História), UFRGS, Porto Alegre, 1993. 211 p.
- MORTARI, Elisagela Carlosso Machado. **Identidades negociadas:** o rádio e a construção simbólica da Quarta Colônia/RS. Tese (Doutorado em Comunicação), UFRJ, Rio de Janeiro, 2004. 219 p.
- MUNIZ, Elci Fiuza. **Imigração e religião:** a influência do catolicismo na quarta colônia imperial Silveira Martins. Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 1999. 53 p.
- PANIZ, Silvio. **A fonologia do Talian, o Vêneto-rio-grandense falado na cidade de Nova Roma do Sul.** Dissertação (Mestrado em Letras), UCPel, Pelotas, 2005. 129 p.
- PEGORARO, Aline. **Estudo dos nomes das cidades da Quarta Colônia de imigração italiana do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em Letras), UCS, Caxias do Sul, 2013. 77 p.

PERTILE, Marley Terezinha. **O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro:** manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho. Dissertação (Doutorado em Letras), UFRGS, Porto Alegre, 2009. 247 p.

PIRES, Adriana Aires. **Alma de mulher:** história e imagens do Colégio Bom Conselho de Silveira Martins de (1930-1970). Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 2008. 138 p.

PISSUTI, Maria Dolores Dalmolin. **A formação histórica e socioespacial da cidade de São João do Polêsine - RS.** Monografia (Especialização em Geociências), UFSM, Santa Maria, 2005. 128 p.

POZZEBON, Flávia. **Estratégias de preservação para o acervo fotográfico do Centro de Pesquisas Genealógicas de Nova Palma, RS.** Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2013. 117 p.

\_\_\_\_\_. **Um estudo antropológico sobre a presença da religiosidade dentre os imigrantes italianos e seus descendentes em Vale Vêneto.** Monografia (Graduação em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2004.

ROSSATO, Jucemara. **Padre Luiz Sponchiado:** um empreendedor em Nova Palma. Monografia (Graduação em História), Faculdades Franciscanas, Santa Maria, 1996. 92 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os território da colonização italiana.** Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2001. 259 p.

\_\_\_\_\_. **A construção do espaço em Nova Palma (RS).** Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSC, Florianópolis, 1996. 215 p.

SIMONETTI, Fernanda. **Um estudo antropológico entre mulheres descendentes de imigrantes italianos no município de Faxinal do Soturno.** Monografia (Curso de Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2004. 40 p.

\_\_\_\_\_. **“Mamma mia”:** a compreensão do saber fazer cotidiano e a resignificação dos papéis entre mulheres camponesas. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFSM, Santa Maria, 2011. 159 p.

SPOLAOR, Silvane. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da região da Quarta Colônia - RS.** Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSM, Santa Maria, 2010. 192 p.

STEFANELLO, Liriana Zanon. **História, Memória e Patrimônio:** fundamentos e sensibilização da comunidade de Nova Palma (CPG-NP e Museu Histórico). Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2010. 172 p.

\_\_\_\_\_. **Memórias familiares:** um estudo da imigração italiana na Quarta Colônia Imperial (Rio Grande do Sul, Brasil). Tese (Doutorado em História), UNISINOS, São Leopoldo (RS)/Brasil-Veneza/Itália, 2015. 290 p.

TONDOLO, Rosane Bovolini. **A colonização de Silveira Martins.** Monografia (Especialização em História do Brasil), UFSM, Santa Maria, 1996. 100 p.

TREVISAN, Eunice Piccin. **O código cultural Religião como uma das manifestações da identidade cultural da Quarta Colônia de Imigração Italiana.** Dissertação (Mestrado em Geografia), UFSM, Santa Maria, 2009. 148 p.

TURRA, Joselaine Aparecida Garret. **Capitéis:** fé e religiosidade na Quarta Colônia de imigração italiana no Rio Grande do Sul (Nova Palma 1890 - 1925). Monografia (Licenciatura em Ensino e Pesquisa em História), UNIFRA, Santa Maria, 2012. 42 p.

VENDRAME, Maíra Ines. **Ares de vingança:** redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910). Tese (Doutorado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2013. 478 p.

\_\_\_\_\_. **Lá éramos servos, aqui somos senhores:** a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Dissertação (Mestrado em História), UFSM, Santa Maria, 2007. 236 p.

VIZZOTTO, Jacinta Maria Pivetta. **História de fé e trabalho:** bens culturais de Vale Vêneto. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural), UFSM, Santa Maria, 2014. 259 p.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional:** a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social), USP, São Paulo, 2002. 330 p.

## VI – E-BOOKS

BENEDUZZI, Luís Fernando. A festa como patchwork: indício e laboratório da memória coletiva. In: RAMOS, Eloísa Helena Capovilla (Org.). **Imigração, práticas culturais e sociabilidade:** novos estudos para a América Latina. E-book. São Leopoldo: Oikos, Unisinos, 2016. p. 102-134.

LEVI, Giovanni. Reflexões sobre família e parentela. Tradução de Francesco Santini. In: VENDRAME, Maíra Ines (et al.) (Orgs.). **Micro-História, trajetórias e imigração.** E-book. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 12-29.

VENDRAME, Maíra Ines (et al.) (Orgs.). **Micro-História, trajetórias e imigração.** E-book. São Leopoldo: Oikos, 2015. 266 p.